



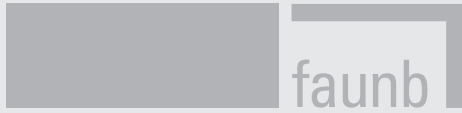
**VI
ENAN
PARO**

BRASÍLIA 2020
VI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LIMIARIDADE
PROCESSOS E PRÁTICAS EM ARQUITETURA E URBANISMO



VI
EVAN
PARO



Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo (2021 : Brasília, DF).

Programação do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 1 a 5 de outubro –
Brasília: FAU-UnB, 2021.

ISSN 2358-6214

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Arquitetura e Urbanismo
– Congressos.

I. Título. II. Faculdade de Arquitetura.

III. Universidade de Brasília.

COMISSÃO ORGANIZADORA

COORDENAÇÃO GERAL

SYLVIA FICHER, PRESIDENTE DE HONRA, PPG-FAU/UNB

RICARDO TREVISAN, PRESIDENTE, PPG-FAU/UNB

PEDRO PAULO PALAZZO DE ALMEIDA, PPG-FAU/UNB

CAROLINA PESCATORI CANDIDO DA SILVA, PPG-FAU/UNB

COORDENAÇÕES ADJUNTAS

ANA ELISABETE DE ALMEIDA MEDEIROS, PPG-FAU/UNB

ELANE RIBEIRO PEIXOTO, PPG-FAU/UNB

GABRIELA DE SOUZA TENORIO, PPG-FAU/UNB

CARLOS EDUARDO LUNA DE MELO, PPG-FAU/UNB

FERNANDO ANTONIO OLIVEIRA MELLO, FAV/UEG

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA & RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA PAULA CAMPOS GURGEL, FAU/UNB

BENNY SCHVARBERG, PPG-FAU/UNB

CLÁUDIA NAVES DAVID AMORIM, PPG-FAU/UNB

ERICA MITIE UMAKOSHI KUNIOCHI, FAU/UNB

JOÁRA CRONEMBERGER RIBEIRO SILVA, PPG-FAU/UNB

LEANDRO DE SOUSA CRUZ, FAU/UNB

MARIA FERNANDA DERNTL, PPG-FAU/UNB

VANDA ALICE GARCIA ZANONI, FAU/UNB

MILENA D'AYALA VALVA, TECCER/UEG

COORDENAÇÃO FINANCEIRA

JOSÉ MANOEL MORALES SÁNCHEZ, FAU/UNB

MARIBEL DEL CARMEN ALIAGA FUENTES, FAU/UNB

COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

CAIO FREDERICO E SILVA, PPG-FAU/UNB
CRISTIANE GUINANCIO, PPG-FAU/UNB
LIZA MARIA SOUZA DE ANDRADE, PPG-FAU/UNB
LUDMILA DE ARAUJO CORREIA, UNICEUB
NATÁLIA DA SILVA LEMOS, FAU/UNB
VÂNIA RAQUEL TELES LOUREIRO, FAU/UNB

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO GRÁFICA

MARIA CLÁUDIA CANDEIA DE SOUZA, FAU/UNB
LIA CAMPELO LIMA TOSTES, FAU/UNB

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

CARLOS HENRIQUE MAGALHÃES DE LIMA, PPG-FAU/UNB
PAOLA CALIARI FERRARI MARTINS, FAU/UNB
ANIE CAROLINE AFONSO FIGUEIRA, ARQUITETA E URBANISTA
THAY LIMEIRA, PRODUTORA E CURADORA

COORDENAÇÃO DE PREMIAÇÃO & CONCURSO

FLAVIANA BARRETO LIRA, PPG-FAU/UNB
LUCIANA SABOIA FONSECA CRUZ, PPG-FAU/UNB

CINEMA URBANA

LIZ SANDOVAL, FAU/UNB
ANDRÉ GONÇALVES DA COSTA, FAU/UNB

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

DANILO DOS SANTOS DOS SANTOS MAIA JR., PPG-FAU/UNB
DIEGO LOPES LUNA SOUSA, PPG-FAU/UNB
FRANCISCO NETO DA SILVA JR., PPG-FAU/UNB

SOEMES BARBOSA DE SOUSA, FAU/UNB

VALMOR CERQUEIRA PAZOS, FAU/UNB

DISCENTES

AMANDA MENDONÇA GOMES NOGUEIRA BENTO, FAU/UNB

AMORA DE ANDRADE MACHADO, FAU/UNB

CAMILA BATISTA REIS, FAU/UNB

IRINA ALENCAR DE OLIVEIRA, FAU/UNB

ISADORA BANDUCCI AMIZO, FAU/UNB

JESSICA SOUSA DUARTE, FAU/UNB

JOÃO VÍTOR LOPES LIMA FARIAS, FAU/UNB

JÚLIA SANTOS GOLLINO, FAU/UNB

LEONARDO NÓBREGA QUEIROZ DE PAIVA, FAU/UNB

LUCAS FELÍCIO COSTA, FAU/UNB

MARINA NASCIMENTO REBELO, FAU/UNB

RAQUEL DE ARAÚJO FREIRE, FAU/UNB

RICHARDSON THOMAS DA SILVA MORAES, FAU/UNB

SIMONE BUIATE BRANDÃO, FAU/UNB

TALITA ROCHA REIS, FAU/UNB

VÍTOR SILVÉRIO PRADO, FAU/UNB

PARCEIROS

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB)

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás (TECCER/UEG)

Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás (PPG Projeto e Cidade – FAV/UFG)

Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)

Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - FINATEC

Cinema Urbana

APOIO

Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB-DF

SEDUH

IPHAN-Nacional

FUNDATHOS

Portal Vitruvius

DIRETORIA DA ANPARQ

Gestão 2019-2020

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

ANGELA MARIA GORDILHO DE SOUZA (UFBA)

SECRETÁRIA EXECUTIVA

MARCIO COTRIM CUNHA (UFPB)

TESOUREIRA

NAIA ALBAN SUÁREZ (UFBA)

DIRETORES

RICARDO TREVISAN (UNB)

MARTA SILVEIRA PEIXOTO (UFRGS)

MARIA DE LOURDES ZUQUIM (FAUUSP)

SUPLENTE: ANDRÉA DE LACERDA PESSÔA BORDE (UFRJ)

CONSELHO FISCAL

CARLOS EDUARDO DIAS COMAS (UFRGS)

MARIA ANGELA DIAS (UFRJ)

CARLOS ALBERTO FERREIRA MARTINS (IAU-USP-S.CARLOS)

SUPLENTE: ANA CLÁUDIA DUARTE CARDOSO (UFPA)

DIRETORIA DA ANPARQ

Gestão 2021-2022

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

RICARDO TREVISAN (FAU-UNB)

SECRETÁRIA EXECUTIVA

RITA DE CÁSSIA LUCENA VELLOSO (UFMG)

TESOUREIRA

LUCIANA SABOIA FONSECA CRUZ (FAU-UNB)

DIRETORES

ANA CLÁUDIA DUARTE CARDOSO (UFPA)

ETHEL PINHEIRO SANTANA (PROARQ-UFRJ)

MIGUEL ANTONIO BUZZAR (IAU-USP)

SUPLENTE: ANA GABRIELA GODINHO LIMA (UPM)

CONSELHO FISCAL

ANGELA MARIA GORDILHO SOUZA (FAUFBA)

MARGARETH APARECIDA CAMPOS DA SILVA PEREIRA (PROURB-UFRJ)

SERGIO MOACIR MARQUES (PROPAR-UFRGS)

SUPLENTE: GEORGE ALEXANDRE FERREIRA DANTAS (UFRN)

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

REITORA

MÁRCIA ABRAHÃO MOURA

VICE-REITOR

ENRIQUE HUELVA

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO (FAU-UNB)

DIRETOR

MARCOS THADEU QUEIROZ MAGALHÃES

VICE-REITORA

CLÁUDIA DA CONCEIÇÃO GARCIA

COORDENADORA DO PPG-FAU-UNB

LUCIANA SABOIA FONSECA CRUZ

COORDENADOR ADJUNTO DO PPG-FAU-UNB

CAIO FREDERICO E SILVA

PROGRAMAÇÃO VISUAL DO SITE E DA MARCA DO EVENTO

LIA TOSTES

MARIA CLÁUDIA CANDEIA

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

ANDRÉ VICTOR E GABRIEL ALMA

DISCURSO DE ABERTURA VI ENANPARQ

Limiaridade: processos e práticas em Arquitetura e Urbanismo

01.MARÇO.2021

Boa tarde a todas e todos!

Em nome da magnífica Reitora da Universidade de Brasília, profa. Márcia Abrahão Moura, da presidente de honra do VI ENANPARQ, prof. emérita Sylvia Ficher, e da presidente da ANPARQ na gestão 2019-2020, profa. Angela Gordilho, saúdo a todas e todos os presentes nessa Mesa de Abertura, bem como aos participantes inscritos e àqueles que nos acompanham pelo YouTube.

Como atual Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, a ANPARQ, é uma honra estar na abertura do VI ENANPARQ & Diálogos Internacionais, e poder confirmar a solidez desta Associação que agrega atualmente 32 programas afiliados e 135 sócios individuais. Associação que na última década se fortaleceu pelas cinco edições do ENANPARQ — desde a memorável primeira edição no edifício do MEC no Rio de Janeiro à calorosa quinta edição na FAUFBA, em Salvador, em 2018. Uma década de produções, apresentações, debates, premiações e publicações (incluindo a revista *Thésis*) retratam o universo de conhecimento construído no âmbito da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo por pesquisadores, professores, alunos de pós-graduação e graduação e profissionais.

Nesta sexta edição, a ANPARQ em parceria com a Comissão Organizadora local — a equipe de professores, alunos e técnicos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, nossa querida FAU-UnB —, juntamente com os programas de pós-graduação parceiros da UFG, UEG e UniCEUB, ao proporcionar mais um ENANPARQ consolida sua importância ao mesmo tempo que evidencia a necessidade de dar continuidade a este evento, sobretudo em cenário tão adverso pelo qual passamos.

De um lado, a Pandemia de COVID-19, que há exatos 1 ano ultrapassava nossas fronteiras e aportava em solo nacional. Um ano depois, com mais de 250 mil mortos, enfrentamos a sua pior fase, com novo lockdown por diversas cidades do país, incluindo Brasília. A ANPARQ, ao se solidarizar com aqueles que perderam familiares e colegas,

vítimas de COVID-19, vem destacar a responsabilidade de pesquisadores, professores e profissionais de Arquitetura e Urbanismo em encontrar saídas e soluções para as realidades postas. Nos limiares possíveis talvez possamos encontrar respostas às mazelas sociais escancaradas por tal Pandemia.

De outro lado, não bastasse esta guerra contra o vírus, nos deparamos com um governo negligente e opressor. Um governo que tem por política a redução e cortes sistemáticos à Educação e à Pesquisa. Um governo que mina nosso emocional com ações constantes de desmontes à Pesquisa, ao Ensino e à Extensão. Um governo que potencializa a política burocrática de avaliação de Programas de Pós-Graduação (relatório Sucupira), o qual nos engessa, neutraliza e sufoca, colocando-nos, por vezes, um contra os outros a fim de tirar nosso foco das reais batalhas que devemos enfrentar. Enfim, um período adverso, de muita resistência e persistência na continuidade de nossas atividades como pesquisadores, professores e alunos.

Pandemia e desgoverno, é neste cenário contraproducente que o VI ENANPARQ se coloca. Frente a este cenário hostil, produzimos, e como produzimos! Com mais de 850 trabalhos, reunidos em 44 Mesas Temáticas, 70 Sessões Livres, 20 Oficinas, 9 Mesas Especiais, 7 Palestras, 5 Reuniões Temáticas, 24 Lançamentos, 2 Exposições, 4 Sessões de Cinema, Premiações, perfazendo mais de 8 mil páginas de Anais e 120 vídeos a serem publicizados e gratuitamente disponibilizados na rede, mostramos que não estamos paralisados e improdutivos. Pelo contrário, mostramos e demonstramos como a Academia pode dar respostas aos dilemas enfrentados pela sociedade. São produções dos últimos dois anos desenvolvidas por pesquisadores em Programas de Pós-Graduação no país e no exterior. Uma produção robusta que precisa sair dos limites universitários e adentrar no cotidiano de nossas cidades, nossos campos, nossas comunidades.

Nesse sentido, a ANPARQ tem a responsabilidade e o dever de garantir isso. Ao buscar relações com outras Instituições, como: IAB, CAU, FNA, ABEA, ICOMOS, DOCOMOMO, UIA e demais Associações da área de Arquitetura e Urbanismo, nosso intuito é fortalecer a atuação de Arquitetas, Arquitetos e Urbanistas como: pesquisadores, professores e profissionais responsáveis por um futuro mais igualitário, incluyente e democrático de nossos edifícios e de nossas cidades.

Nos próximos cinco dias teremos a oportunidade de verificar nos interstícios, encontrados por centenas de pesquisadores aqui presentes, miríades de possibilidades para um futuro melhor.

Vamos em frente, sigamos juntos e protegidos.

Obrigado,

Ricardo Trevisan

APRESENTAÇÃO E BREVE HISTÓRICO

O **VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (VI ENANPARQ)** é um encontro bianual realizado por professores, pesquisadores e discentes de pós-graduação e graduação que atuam na área de Arquitetura e Urbanismo. Objetiva contribuir no incentivo a atividades inerentes à formação, à pesquisa, à extensão, à cultura e ao desenvolvimento cultural e tecnológico dessa área, assim como busca revelar a produção acadêmico-científica e profissional gerada nesse interstício temporal. A exposição, a divulgação e o intercâmbio de informações constituem os meios e as práticas em voga durante tal evento. Nessa edição, em particular, foram incorporados **Diálogos Internacionais** a fim de substanciar o tema “Limiaridade: processos e práticas em Arquitetura e Urbanismo”, trazendo ao encontro a troca de ações e experiências estrangeiras, especialmente latino-americanas.

O ENANPARQ é um encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, a ANPARQ, fundada em 12 de outubro de 2004, e constitui-se numa entidade jurídica (CNPJ 10.701.535/0001-43) de direito privado, sem fins econômicos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com duração por tempo indeterminado, com foro na cidade de Porto Alegre, com sede na Faculdade de Arquitetura da UFRGS, na rua professor Sarmento Leite, 320, Centro, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, podendo constituir sedes de representação em outras unidades da Federação, com atuação em âmbito nacional. Congrega programas de pós-graduação, entidades e pesquisadores individuais que desenvolvam atividades de ensino de pós-graduação, pesquisa e/ou extensão de forma regular e sistemática na área de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. (fonte: <https://www.anparq.org.br/Estatuto.php>)

Historicamente, entre 2010 e 2018 foram cinco os encontros realizados. O **I ENANPARQ** ocorreu no Rio de Janeiro (RJ), entre 29 de novembro e 3 de dezembro de 2010. Foi organizado pelos Programas de Pós-Graduação PROURB e PROARQ da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com PPGAU/UFF da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, sob a temática “Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: percursos e perspectivas”, com patrocínio da Capes e CNPq. O **II ENANPARQ** foi realizado em Natal (RN), entre 18 e 21 de setembro de 2012, com o tema “Teorias e Práticas na Arquitetura e Cidade Contemporâneas”, sendo organizado pelo PPGAU-UFRN da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em parceria com o PPGAU/UFP da Universidade Federal da Paraíba e do MDU/UFPe, da Universidade Federal de Pernambuco, com patrocínio: CAPES, CNPq e

FAPERN. O **III ENANPARQ** ocorreu em São Paulo (SP), entre 20 e 24 de outubro de 2014, com o tema “Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva”, sendo organizado pelo PPGAU da Universidade Presbiteriana Mackenzie e POSUR/PUC-Campinas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com a colaboração de todos os Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do estado de São Paulo, com patrocínio Mack Pesquisa; FAPESP, CNPq, CAPES e PUC-Campinas. O **IV ENANPARQ** ocorreu em Porto Alegre (RS), entre 25 e 29 de julho de 2016, com o tema “O Estado da Arte”, sendo organizado pelo PROPARG da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com apoio do PROPUR-UFRS e do PPGAU-Mestrado Associado UniRitter/Mackenzie, com patrocínio: CAPES, CNPq e FAPERGS. O **V ENANPARQ** foi realizado em Salvador (BA), entre 13 e 19 de outubro de 2018, com o tema “Arquitetura e Urbanismo no Brasil atual: crises, impasses e desafios”, sendo organizado pelo PPGAU/UFBA (Mestrado e Doutorado, Mestrado Profissional - CECRE e Residência Profissional AU+E/UFBA) da Universidade Federal da Bahia, com patrocínio CAPES e CNPq.

O **VI ENANPARQ** seria realizado na cidade de Brasília (DF), entre os dias 12 e 16 de outubro de 2020. Contudo, devido à pandemia de COVID-19 e consecutivas medidas restritivas e cenários incertos atuais, a organização do evento em conjunto com a direção da ANPARQ decidiu pelo adiamento do evento para **1º a 5 de março de 2021** (formato 100% virtual), com oferta de evento preparatório, o “Seminário Virtual – Limiaridade: processos e práticas em Arquitetura e Urbanismo” realizado entre 13 e 16 de outubro de 2020 (formato virtual). É organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPG-FAU/UnB, com a colaboração de outras instituições de ensino superior da região: Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Universidade Federal de Goiás (UFG), e vem dar continuidade aos encontros nacionais homônimos. Complementarmente, atividades de extensão – oficinas e práticas urbanas – ocorrerão tendo diferentes áreas da Região Metropolitana de Brasília como campo de trabalho, promovendo interação entre participantes e a comunidade; assim como exposições de projetos de arquitetura e urbanismo – concurso.

SÍNTESE DO SEMINÁRIO VIRTUAL – 13 A 16 DE OUTUBRO DE 2020

O Seminário Virtual “Limiaridade: processos e práticas em Arquitetura e Urbanismo”, evento preparatório ao VI ENANPARQ, ocorreu ao longo dos últimos 3 dias, com Mesa de Abertura e 3 Mesas Temáticas: 1 – Brasília aos 60: leituras contemporâneas; 2 – BrCidades, novo projeto para cidades brasileiras: táticas e experimentações cidadãs; e 3 – Ensino, Pesquisa e Extensão: questões estruturantes para Arquitetura e Urbanismo.

O Seminário Virtual foi organizado pela FAU-UnB em parceria com a ANPARQ e FINATEC. Teve apoio da UnBTV e do UniCEUB. Contou com 12 palestrantes de diferentes IES do país e da América Latina, além de 3 mediadores e 3 debatedores. Tivemos, até o momento, 289 inscritos (pagaram taxa de inscrição para obtenção de certificado – emitiremos em breve e encaminharemos por email). Foram 181 alunos inscritos e 108 profissionais. As mesas temáticas atraíram um público considerável, tendo até o presente momento 2.829 visualizações (sendo 518 pessoas ao vivo). Como produto obtido, foram 7h30 de gravações das 3 mesas, que ao serem processadas, serão disponibilizadas nos canais Academia Finatec e ENANPARQ no YouTube.

Ademais, para além dos resultados obtidos, esta oportunidade foi essencial para melhor compreendermos o funcionamento, a dinâmica e a operacionalidade de um evento 100% virtual. Experiência que levamos para o VI ENANPARQ.

TEMAS & EIXOS DO VI ENANPARQ

O tema escolhido para o VI ENANPARQ e Diálogos Internacionais é **Limiaridade: processos e práticas em Arquitetura e Urbanismo**. Limiar é um começo, uma circunstância de limites ou fronteiras. Limiaridade é transição, deslocamento, movimento. Limiaridade é uma demarcação — real, imaginária ou provisória — que possibilita pensar sobre cada um dos lados e, também, o que está entre eles. Limiaridade é um termo oportuno para instigar reflexões sobre processos e práticas em Arquitetura e Urbanismo nas circunstâncias contemporâneas, quando objetos, valores e categorias estão postos em xeque. Quando é cada vez mais difícil encontrar certezas, quando nada mais se parece com o que era antes.

Tomar o tempo presente parece não ser tarefa simples. Em tempos de instabilidade de parâmetros e crises de paradigmas (incluindo aqueles causados pela Pandemia de COVID-19), os deslocamentos, as transições, as permutas podem e devem ser explorados. Neste transe, tudo parece instável. As zonas limítrofes, as zonas de passagem, as zonas intermediárias são umbrais, são limiares que podem ser tensionados por forças, intensidades, experimentações de distintas gradações. As alterações se dão em diferentes tempos e espaços mediante uso dos mais diversos meios — narrativas, documentações, diálogos, tecnologias, encontros etc. Travessias. Na voracidade da comunicação e do império dos algoritmos, a passagem entre o local, o regional, o nacional, o transnacional e o internacional se relativiza. Nesses interstícios, nesses “nem lá, nem cá”, miríades de possibilidades estão abertas para abordar processos e práticas na arquitetura e no urbanismo.

Pesquisar, projetar, planejar e intervir são ações intrínsecas à Arquitetura e ao Urbanismo. Pesquisar, projetar, planejar e intervir também são ações de transformação, de especulação e de produção de conhecimento. A pesquisa, o projeto, o planejamento e a intervenção detêm potencial crítico sobre o ambiente natural e/ou construído e seus usos e apropriações, diante das múltiplas dimensões da espacialidade da paisagem, do território, da cidade, do edifício e de seu interior. A pesquisa, o projeto, o planejamento e a intervenção são parte dos processos sociais, históricos e culturais de que participam diversos agentes e instituições em constantes intercâmbios e por distintos meios.

O VI ENANPARQ e Diálogos Internacionais almejam perpassar as abrangentes escalas da Arquitetura e do Urbanismo para instigar reflexões, a partir de limiares,

travessias, transições, deslocamentos e permutas, de um campo disciplinar autônomo e consolidado, tendo contextos nacionais e estrangeiros como suporte, especialmente os latino-americanos. O edifício, o urbano, o rural, o território ou a paisagem podem ser tomados como objetos e/ou suportes para interlocuções de saberes, meios, usos, práticas e técnicas nos intercâmbios com Engenharia, Arte, História, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Filosofia, Geografia, Economia, Direito, Comunicação.

Para tanto, foram estabelecidos cinco Eixos Temáticos:

EIXO TEMÁTICO 1: PROJETO, POLÍTICAS E PRÁTICAS

A esse Eixo interessa a diversidade de projetos e práticas socioculturais nos territórios urbanos e rurais. Concepções teóricas emergentes, experimentações projetuais, novas formas de urbanismo coletivo, assessorias e assistência técnicas, autogestão e ativismo são assuntos oportunos a serem articulados com abordagens já consolidadas sobre teorias e práticas de projeto. A correlação entre o campo político e o projeto, incluindo políticas do comum na cidade, cartografias do afeto, performances no espaço urbano e na produção projetual, além dos desafios das identidades de gênero e raça, são questões a se problematizar. Fortalecer o debate sobre procedimentos de ensino e pesquisa em atelier e em práticas extensionistas, por meio de maquetes, desenhos e técnicas digitais de representação, bem como tradicionais e novos processos e técnicas de ensino/aprendizagem do projetar, a partir de práticas metodológicas correlatas aos seus diferentes saberes, podem revigorar sentidos contemporâneos da inserção profissional nos limiars atelier/sociedade, campo político/projeto.

EIXO TEMÁTICO 2: PROJETO, TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS

A esse Eixo correspondem trabalhos que envolvam as dimensões ambientais e sociais das tensões e conflitos urbanos e rurais relacionados às mudanças climáticas no antropoceno. São favorecidos estudos que exploram as associações entre o projeto, como prática prospectiva na cidade e no campo, seus nexos com as ciências vinculadas ao território, bem como as relações críticas no debate contemporâneo sobre as relações entre natureza e cultura. Do projeto ao concreto, o poder transformativo é determinado pelo conhecimento e pela política para explorar a relação do plano, do projeto com as infraestruturas sociais e seus mediadores: tecnologia e técnica. Demandas por estratégias de sobrevivência, por um habitat saudável e sensível à água, por uma infraestrutura eco-

lógica. Igualmente, trabalhos que exploram questões relacionadas ao conforto ambiental, à eficiência energética, à qualidade ambiental, ao uso racional de recursos, ao ciclo de vida de materiais, assim como às inovações em projetos e sistemas construtivos. Podem ser contempladas questões relacionadas ao ensino de projeto e à formação continuada de profissionais frente aos novos desafios ambientais e complexidades crescentes, risco, vulnerabilidade e pobreza urbana e rural, assim como a integração de conhecimentos projetuais e tecnológicos multidisciplinares visando à resolução de problemas ambientais, equipamentos comunitários e serviços, programas habitacionais, mobilidade e logística.

EIXO TEMÁTICO 3: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA

Cabe nesse Eixo explorar a história do ambiente construído como operação crítica. A pesquisa histórica vem transitando para abordagens não lineares, diante dos limiares da decolonialidade e do reconhecimento do papel das redes na produção do espaço. Atentamos para novas possibilidades de construção de narrativas que, perante obras de caráter canônico, sejam voltadas para a revisão de periodizações, de enquadramentos conceituais, de delimitações geográficas e de trocas culturais, de modo a rever a temporalidade e historização de teorias e manifestos e garantir a inclusão de grupos sociais e objetos marginalizados. Busca-se estimular a exploração de questões de caráter teórico, tecnológico ou operativo atinentes à documentação da cultura material, às fontes documentais e iconográficas e aos acervos patrimoniais. Pelo viés da escrita, cabe considerar ainda os aspectos científicos, literários e políticos do discurso da história dos territórios, das cidades e das edificações.

EIXO TEMÁTICO 4: PATRIMÔNIO, ESCALAS E PROCESSOS

Nesse Eixo incluem-se trabalhos afeitos às questões acerca do patrimônio cultural, abrangendo suas mais diversas escalas, processos e temporalidades, no âmbito da teoria, prática, ensino, aprendizagem, técnica e crítica. O objetivo é fomentar o debate das limiaridades que o patrimônio cultural manifesta. Busca-se contemplar discussões sobre os conceitos centrais ao campo, bem como os desafios postos à sua operacionalização nos processos de identificação, intervenção e gestão da conservação do patrimônio cultural. Entre as questões conceituais de interesses estão: convergências e dissonâncias entre as teorias da conservação clássica e contemporânea; o lugar de memória enquanto categoria patrimonial; a construção da significância cultural e seu papel na gestão da conservação; desafios e instrumentos da salvaguarda do patrimônio imaterial. Entre os pontos de interesse aplicado estão: linguagens e tecnologias para a preservação; noções

de integridade e autenticidade, destruição e reconstrução pós-catástrofe, conservação preventiva e sistemas de prevenção de risco; instrumentos da conservação do patrimônio urbano e das paisagens culturais; preservação de conjuntos industriais; valoração e restauro da arquitetura moderna e contemporânea.

EIXO TEMÁTICO 5: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

Para esse Eixo é privilegiado o debate sobre transições e trocas inerentes aos processos sociais, por meio de pesquisas, experiências e eventos. Tais transições, deslocamentos e permutas ocorrem em diferentes tempos e espaços mediante uso dos mais diversos meios, tensionando as escalas local, regional, nacional, transnacional e internacional, criando interlocuções e redes. As inúmeras possibilidades de interação, bem como os ambientes em que elas transcorrem, podem ser exploradas para conhecer e reconhecer o protagonismo de agentes e entidades em constante contato, por entre múltiplas limiariades. Cabem trabalhos que explorem as relações que se estabelecem entre instituições de ensino, grupos de pesquisa, setor público e iniciativa privada, associações de classe, representações da sociedade civil e organizações não-governamentais; a contribuição de agentes que se destacam por meio de sua atuação e expertise; as interações em exposições, feiras, bienais, congressos e outros eventos; as conexões com suportes artísticos, cinematográficos ou multimidiáticos e as novas fronteiras das tecnologias digitais.

Além disso, tivemos um eixo dedicado a trabalhos sobre a Pandemia de SARS-Cov 19 que assola o mundo desde 2020; Sessão livres, Mesas Especiais e Oficinas.

COMISSÃO CIENTÍFICA

ADILSON COSTA MACEDO, USJT

ADRIANA MARA VAZ DE OLIVEIRA, UFG

ANA CAROLINA SANTOS PELLEGRINI, UFRGS

ANA GABRIELA GODINHO LIMA, UPM

ANA KLAUDIA DE ALMEIDA VIANA PERDIGÃO, UFPA

ANA MARIA REIS DE GOES MONTEIRO, UNICAMP

ANA PAULA BALTAZAR DOS SANTOS, UFMG

ANA PAULA KOURY, USJT

ANA PAULA RABELLO LYRA, SEDES/UVV

ANDRÉA DE LACERDA PESSÔA BORDE, PROURB/UFRJ

ANDREA DE OLIVEIRA TOURINHO, USJT

ANDRÉA QUADRADO MUSSI, IMED

ANDRESSA CARMO PENA MARTINEZ, UFV

BEATRIZ FLEURY E SILVA, UEM/UEL

BRUNO MASSARA ROCHA, UFES

CALIANE CHRISTIE O. DE ALMEIDA SILVA, IMED

CÉLIA HELENA CASTRO GONSALES, UFPEL

CELINA FERNANDES ALMEIDA MANSO, UEG (PARCEIRO ENANPARQ)

CELMA DE NAZARÉ C. DE SOUZA PONT VIDAL, UFPA

CHRISTINE RAMOS MAHLER, UFG

CLÁUDIA CARVALHO LEME NÓBREGA, PROURB/UFRJ

CLÁUDIA DOS REIS E CUNHA, UFU

CLÁUDIA PIANTÁ COSTA CABRAL, PROPAR/UFRGS

CRISTIANE ROSE DE SIQUEIRA DUARTE, PROARQ/UFRJ

DANIEL RIBEIRO CARDOSO, UFC

DÉBORA DE BARROS CAVALCANTI FONSECA, UFAL

DIRCEU PICCINATO JUNIOR, IMED

EDUARDO GRALA DA CUNHA, UFU

EDUARDO ROCHA, UFPEL

ELIETE DE PINHO ARAÚJO, UNICEUB (PARCEIRO ENANPARQ)

ELINE MARIA MORA PEREIRA CAIXETA, UFG

EUGENIO FERNANDES QUEIROGA, FAU/USP

EUNICE HELENA SGUIZZARDI ABASCAL, UPM

FÁBIO LOPES DE SOUZA SANTOS, IAU/USP

FELIPE DE SOUZA NOTO, ESCOLA DA CIDADE

FERNANDO DINIZ MOREIRA, UFPE

FERNANDO ESPÓSITO GALARCE, PUC-RIO

FERNANDO TADEU DE ARAÚJO LIMA, UFJF

FREDERICO BRAIDA RODRIGUES DE PAULA, UFJF

FREDERICO ROSA BORGES DE HOLANDA, UNB

GABRIELA LEANDRO PEREIRA, UFBA

GIOVANILTON ANDRÉ CARRETTA FERREIRA, UFBA

GISELA CUNHA VIANA LEONELLI, UNICAMP

GISLAINE ELIZETE BELOTO, UEM/UEL

HEITOR DE ANDRADE E SILVA, UFRN

HELENA APARECIDA AYOUB SILVA, FAU/USP

ÍTALO ITAMAR CAIXEIRO STEPHAN, UFV

JEFFERSON OLIVEIRA GOULART, UNESP

JONATHAS MAGALHÃES PEREIRA DA SILVA, PUC-CAMPINAS

JOSÉ ALMIR FARIAS FILHO, UFC

LEONARDO MARQUES DE MESENTIER, UFF

LEONARDO PINTO OLIVEIRA, UNICEUB (PARCEIRO ENANPARQ)

LEOPOLDO EURICO GONÇALVES BASTOS, PROARQ/UFRJ

LÚCIA LEITÃO SANTOS, UFPE

LÚCIA MARIA CAPANEMA ÁLVARES, UFF

LUIZ CARLOS DE LAURENTIZ, UFU

LUIZ MANUEL DO EIRADO AMORIM, UFPE

MAIRA MACHADO MARTINS, PUC-RIO

MAÍRA TEIXEIRA PEREIRA, UEG (PARCEIRO ENANPARQ)

MÁRCIA GENÉSIA DE SANT'ANNA, UFBA

MARCIO COTRIM CUNHA, UFBA — UFPB

MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI, PUC-CAMPINAS

MARIA PAULA G. LYSANDRO DE ALBERNAZ, PROURB/UFRJ

MARIANNA RAMOS BOGHOSIAN AL ASSAL, ESCOLA DA CIDADE

MARTA MARIA LAGRECA DE SALES, ESCOLA DA CIDADE

MARTA SILVEIRA PEIXOTO, UFRGS

MARTHA MACHADO CAMPOS, UFES

MAURÍCIO HIDEEMI AZUMA, UEM/UDEL

MELISSA RAMOS DA SILVA OLIVEIRA, SEDES/UVV

MIGUEL ANTONIO BUZZAR, IAU/USP

MILENA DAYALA VALVA, TECCER/UEG (PARCEIRO ENANPARQ)

NATALIA MIRANDA VIEIRA-DE-ARAÚJO, UFRN

NORMA REGINA TRUPPEL CONSTANTINO, UNESP

PAOLA BERENSTEIN JACQUES, UFBA

PATRICIA RODRIGUES SAMORA, PUC-CAMPINAS

PAULA FREIRE SANTORO, FAU/USP

RENATA HERMANNY DE ALMEIDA, UFES

RICARDO VICTOR RODRIGUES BARBOSA, UFAL

RITA DE CÁSSIA LUCENA VELLOSO, UFMG

RODRIGO CURY PARAIZO, PROURB/UFRJ

ROMEU DUARTE JUNIOR, UFC

ROSELINE VANESSA SANTOS OLIVEIRA, UFAL

ROSIO FERNANDEZ BACA SALCEDO, UNESP

SÁVIO TADEU GUIMARÃES, UNICEUB (PARCEIRO ENANPARQ)

SIMONE BARBOSA VILLA, UFU

TOMÁS ANTONIO MOREIRA, IAU/USP

VANESSA GOMES DA SILVA, UNICAMP

WELLINGTON CANÇADO COELHO, UFMG

COMISSÃO DE EXTENSÃO

ANDERSON KAZUO NAKANO, UNIFESP

AKEMI INO, USP

AMADJA HENRIQUE BORGES, UFRN

ARIADNE MORAES SILVA, UFBA

CAIO SANTO AMORE DE CARVALHO, USP

CÉLINE FELÍCIO VERÍSSIMO, UNILA

CLARA LUIZA MIRANDA, UFES

CLARICE MISOCZKY OLIVEIRA, UFRGS

GISELLE MEGUMI MARTINO TANAKA, UFRJ

HELIANA METTIG FARIA ROCHA, UFBA

JUNIA MARIA FERRARI DE LIMA, UFMG

KARINA OLIVEIRA LEITÃO, USP

LAURA BUENO, PUC-CAMPINAS

LEONARDO NAME, UNILA

LIZETE MARIA RUBANO, MACKENZIE

LÍVIA IZABEL BEZERRA DE MIRANDA, UFCG

LUCIANA TRAVASSOS, UFABC

MARCELA SILVIANO BRANDÃO LOPES, UFMG

MARIA INÊS SUGAI, UFSC

NIRCE SAFFER MEDVEDOVSKI, UFPELOTAS

PAULO DIMAS ROCHA DE MENEZES, UFSB

LUIS RENATO BEZERRA PEQUENO, UFCG

RICARDO DE SOUSA MORETTI, UFABC

THAIS TROCON ROSA, UFBA

FOTOGRAFIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

ANDRÉ COSTA

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

AYA VILENA

BRASÍLIA RETROFUTURISTA / THIAGO FREITAS

CALCIFER ZECAIÊ

DIEGO BRESANI

ELAINE SOARES

GABRIEL LYON

JOANA FRANÇA

JOSÉ ROBERTO BASSUL

LEONARDO WEN

LUISA ZUCCHI

MARCEL GAUTHEROT / INSTITUTO MOREIRA SALLES

PETER SCHEIER / INSTITUTO MOREIRA SALLES

THOMAZ FARKAS / INSTITUTO MOREIRA SALLES

EIXO TEMÁTICO 5

**VI
ENAN
PARO**

INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES



FOTO: JOANA FRANCA

EIXO TEMÁTICO 5

Para esse Eixo é privilegiado o debate sobre transições e trocas inerentes aos processos sociais, por meio de pesquisas, experiências e eventos. Tais transições, deslocamentos e permutas ocorrem em diferentes tempos e espaços mediante uso dos mais diversos meios, tensionando as escalas local, regional, nacional, transnacional e internacional, criando interlocuções e redes. As inúmeras possibilidades de interação, bem como os ambientes em que elas transcorrem, podem ser exploradas para conhecer e reconhecer o protagonismo de agentes e entidades em constante contato, por entre múltiplas limiaridades. Cabem trabalhos que explorem as relações que se estabelecem entre instituições de ensino, grupos de pesquisa, setor público e iniciativa privada, associações de classe, representações da sociedade civil e organizações não-governamentais; a contribuição de agentes que se destacam por meio de sua atuação e expertise; as interações em exposições, feiras, bienais, congressos e outros eventos; as conexões com suportes artísticos, cinematográficos ou multimidiáticos e as novas fronteiras das tecnologias digitais.

SUMÁRIO

28 A CARTILHA DA CIDADE: A EDUCAÇÃO URBANA PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ

BUZZAR, Miguel A.

RIBEIRO, Naiara N.

MARTIN, Raíssa T.

44 ARQUITETURA NA PRODUÇÃO URBANA LATINO-AMERICANA: A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE ARTICULAÇÃO ENTRE ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI

CARRASCO, André de Oliveira Torres

GALBIATTI, Flávia Pagnoncelli

RIBEIRO, Rodolfo Barbosa

66 CONJUNTURAS TRANSNACIONAIS: A IGREJA MATRIZ SÃO PAULO APÓSTOLO, BLUMENAU, SANTA CATARINA

COVATTI, Leodi Antônio

DAUFENBACH, Karine

88 CONSTRUINDO ECOLOGIAS URBANAS

ARRUDA, Marcella

SILVA, Luis Octavio P. L. de Faria e

106 O DIAGNÓSTICO RÁPIDO URBANO PARTICIPATIVO NA COHAB LINDÓIA EM PELOTAS/RS: UMA INVESTIGAÇÃO PARA REQUALIFICAÇÕES URBANAS PARTICIPATIVAS

BARBOSA, Matheus

BENEDETTI, Gustavo

MEDEVEDOVSKI, Nirce

127 DIÁLOGOS PERTINENTES EM CIDADES LATINOAMERICANAS: O IDEAL MODERNIZADOR NOS CASOS DE BELÉM E SANTA FÉ

CHAVES, Celma

MULLER, LUIS

147 EDIFÍCIOS DE SÃO PAULO: VIVÊNCIA E ARQUITETURA

GURGEL, Ana Paula Campos

TENÓRIO, Gabriela de Souza

SILVA, Juliana Albuquerque Campos da

167 ELEMENTOS DA ARQUITETURA: ARQUITETURA MODERNA E FOTOGRAFIA MODERNISTA

FECCHIO, Luisa Magni

186 UM EQUIPAMENTO LGBTQ EM REDE: A CASA 1 E AS ALIANÇAS NO BIXIGA, SÃO PAULO

DUARTE, Artur de Souza

CYMBALISTA, Renato

**210 GRAFITE: TRANSFORMANDO PAISAGENS,
CRIANDO LUGARES E CONTAGIANDO PESSOAS**

RIBEIRO, Rayana Gama

DUARTE, Cristiane Rose Siqueira

**226 HETEROTOPIAS NA CIDADE: ANÁLISE DO
EVENTO “SOFÁ NA RUA” EM PELOTAS - RS**

SEBALHOS, Carolina Frasson

ROCHA, Eduardo

**240 INTERAÇÕES TRANSATLÂNTICAS: A
PARTICIPAÇÃO DE ARQUITETOS DO GRUPO DO
PARANÁ NOS CONCURSOS DO EURO KURSAAL
(1965 E 1972)**

JANUÁRIO, Isabella Caroline

GNOATO, Luis Salvador Petrucci

REGO, Renato Leão

**263 NOS LIMIARES ENTRE A CIDADE E A PRIVA-
CIDADE: OS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS
VERTICAIS DE LUXO E O URBANICÍDIO NA
CIDADE DE PONTA GROSSA-PR**

COMIN, Bianca Paola

**281 LIMIARIDADES EM ARQUITETURA E URBANISMO
VIA THINK TANKS**

MORAIS, Livia Zanelli de

301 **MANUAL DE ARQUITETURA KAMAYURÁ:
CONHECIMENTOS TRADICIONAIS
SISTEMATIZADOS**

**SILVA, Luis Octavio P. L. de Faria e
DIETZSCH, Anna**

324 **MAO - O ELEMENTO INVISÍVEL E ESSENCIAL DA
CULTURA JAPONESA**

**COSTA, Vitor
URANO FRAJNDLICH, Rafael**

324 **UMA NARRATIVA- PROCESSO E MÉTODOS DO
'PROGRAMA DE MELHORAMENTO DE VIVENDA'
NA VILLA 31-BUENOS AIRES**

PROÊZA, Samira S.

346 **PERIFERIAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA
PESQUISA SÓCIO-ESPACIAL**

KAPP, Silke

360 **RETRATOS FALADOS: (RE)CONTAR A HISTÓRIA
E (RE)TOMAR A ARQUITETURA DA CIDADE DE
PAU DOS FERROS ATRAVÉS DO SEU POVO**

**ANGELO, Lucas L. S.
BRITO, Artur S.
ROCHA, Carla A. T.**

378 **REVITALIZAÇÃO URBANA NA MARGEM
ESQUERDA DO RIO SENA NOS ANOS 2000:
INTERCÂMBIO, INTERLOCUÇÕES, GESTÃO**

COSTA, Maria de Lourdes Pinto Machado

397 **TERCEIRO MUNDO NA REVISTA ITALIANA
SPAZIO E SOCIETÀ: O LUGAR DA AMÉRICA
LATINA**

SAVINO, Fabiane R.

410 **TOM & OSCAR: DIÁLOGO ENTRE DUAS
LINGUAGENS BRASILEIRÍSSIMAS**

ARSKY, Bruno Simões

GARCIA, Claudia da Conceição

428 **UNIVERSIDADES GLOBAIS, ESTRATÉGIAS DE
INTERNACIONALIZAÇÃO E COLABORAÇÕES
ACADÊMICAS NO CAMPO DA ARQUITETURA E
URBANISMO NO BRASIL**

CRUZ, Leandro de Sousa

PEIXOTO, Elane Ribeiro

444 WORKSHOP TRANSNACIONAL: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSURGÊNCIAS

GUIMARÃES, Carolina Jorge Teixeira

PONTE, Luísa Fernandes Vieira da

SOUZA, Stelme Girão de

A CARTILHA DA CIDADE: A EDUCAÇÃO URBANA PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ

*A CARTILHA DA CIDADE: URBAN EDUCATION FOR
CITIZEN EDUCATION*

*A CARTILHA DA CIDADE: LA EDUCACIÓN URBANA
PARA LA FORMACIÓN CIUDADANA*

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

BUZZAR, Miguel A.

Prof. Assoc. do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
mbuzzar@sc.usp.br

RIBEIRO, Naiara N.

Graduanda; Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
naiararibeiro@usp.br

MARTIN, Raíssa T.

Graduanda; Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
r.tronnolone@usp.br

RESUMO

Em sua pesquisa, o Projeto de Pesquisa e Extensão Cartilha da Cidade do Grupo Arquitec, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP explora métodos de alfabetização urbana, a partir da publicação de um material didático de nome homônimo e realização de oficinas, tendo como base um jogo urbano realizado em escolas públicas, que busca despertar o olhar crítico sobre a cidade em crianças e jovens. Para reivindicar direitos e se apropriar da cidade é necessário conhecê-la, e suas complexidades, contradições e potencialidades. Entretanto, na realidade brasileira, a carência dessa temática na educação formal prejudica a formação cidadã. Assim sendo, o grupo tem como objetivo fomentar esse debate e formar uma rede de educadores e interessados para, de forma colaborativa, suprir essa insuficiência e cooperar com uma educação urbana acessível. Nesse artigo, será explicitado a metodologia e ações do grupo.

PALAVRAS-CHAVE: cartilha da cidade. educação urbana. formação cidadã.

ABSTRACT

During its study, the research and extension project of the Arquitec Group, of USP (São Paulo University) Architecture and Urban Planning Institute, explores urban literacy methods. Based on the publication of educational materials and development of workshops including a game in public schools, the project aimed to incite a critical view on the city in children and young people. In order to reclaim rights and appropriate the city, it is necessary to get to know it, its complexities, contradictions and potentialities. However, in Brazilian reality, the lack of this topic in formal education damages citizenship development. Considering this, the group's goal was to encourage this debate and create a network of educators and enthusiasts to mend that shortcoming and collaborate towards an accessible urban education. In this article, the methodology and actions of the group will be shown.

KEYWORDS: city spelling book. urban education. citizen education.

RESUMEN

En su investigación, el proyecto de investigación y extensión Cartilha da Cidade del grupo Arquitec, del Instituto de Arquitectura y Urbanismo de la USP (Universidad de São Paulo), explora métodos de alfabetización urbana. A partir de la publicación de material didáctico homónimo, y la realización de talleres teniendo como base un juego, en escuelas públicas se buscó despertar una mirada crítica sobre la ciudad en niños, niñas y jóvenes. Para reivindicar derechos y apropiarse de la ciudad, es necesario conocerla, a sus complejidades, contradiccio-

nes y potencialidades. Sin embargo, en la realidad brasilera, la carencia de esta temática en la educación formal perjudica la formación ciudadana. Siendo así, el grupo tenía como objetivo fomentar este debate y formar una red de educadores y entusiastas para, de forma colaborativa, suplir esa insuficiencia y cooperar con una educación urbana accesible. En este artículo, serán ejemplificadas la metodología y acciones del grupo.

PALABRAS-CLAVE: cartilla de la ciudad. educación urbana. formación ciudadana.

INTRODUÇÃO

A maioria da população do país, 85% dos brasileiros, habita as cidades. Elas constituem o espaço, no qual, as relações políticas, econômicas, administrativas, culturais e sociais, que atingem diretamente a vida de todos, acontecem. Habitar um local, pertencer a uma sociedade, significa muito mais que o simples ato de ocupar um espaço; deve ser assegurado para toda a população o acesso de qualidade aos equipamentos públicos, como hospitais e escolas, aos espaços e atividades de cultura e lazer, assim como à mobilidade urbana, iluminação pública e condições de trabalho e moradia dignas; todas essas questões integram o direito à cidade. Porém essa noção de direito é desconhecida por grande parte da população, que não é estimulada a questionar e refletir sobre o funcionamento das cidades e as formas com as quais se expressam as disputas de interesses.

A falta de acesso a esse tipo de informação, a uma educação urbana e formação cidadã é um problema na realidade do país. É reflexo da desigualdade socioespacial e socioeconômica presentes no território e corrobora para que a população marginalizada permaneça nessa condição de distanciamento em relação ao conhecimento urbano.

Eventos negativos, como enchentes, e situações urbanas problemáticas, como congestionamento no trânsito, são sempre recorrentes. Tais situações, em geral, são conhecidas por muitos, mas poucos realmente compreendem o conjunto de questões a elas associado. Há outros assuntos que constituem o cotidiano das cidades, porém não são compreendidos de forma clara e precisa. Questionamentos como: qual a diferença entre a rede de esgoto e a rede de captação de águas pluviais? Como ocorre o sistema de coleta de lixo? Muitas vezes não são completamente respondidos.

Julga-se, portanto, fundamental propiciar reflexões a respeito do espaço em que se vive, para que se busque compreender como é a infraestrutura do local e seus componentes, conhecer a gestão pública, os agentes políticos e o próprio papel de cidadão participante das dinâmicas urbanas.

Nesse sentido, o projeto de Pesquisa e Extensão Cartilha da Cidade, pesquisa meios de tornar acessível esse conjunto de questões; de aperfeiçoar o conhecimento e incrementar a cidadania, potencializando a autonomia de cada cidadão, para que este seja capaz de pensar e aprender e, para que consiga se articular participando ativamente da sociedade em que vive. Através de material didático acessível, realização de oficinas e desenvolvimento de um jogo urbano, o projeto almeja congregar cada vez mais pessoas ao objetivo de compreensão dos processos urbanos, de forma semelhante ao proposto pela alfabetização urbanística, conceito com o qual a Cartilha da Cidade comunga algumas ideias.

O DIREITO À CIDADE

As temáticas relacionadas à Arquitetura e ao Urbanismo constituem um campo de conhecimento, de certa forma, restrito. Restrito no sentido de que grande parte da sociedade não estabelece contato com as informações que constituem o ambiente urbano. As reflexões urbanísticas se restringem ao círculo de profissionais, especialistas, técnicos e intelectuais, enquanto a grande maioria da população, que constitui a cidade e que se utiliza de seus equipamentos e funcionalidades, não possui uma ampla compreensão do seu complexo funcionamento e do papel dos agentes, incluindo a si mesmos, que atuam na sociedade e tomam as decisões a respeito das cidades.

Esse profundo conhecimento a respeito da cidade é importante para que seja possível o enfrentamento de situações e problemas derivados da complexa estrutura que constitui o meio urbano. A formação de um pensamento crítico, que se informa, que conhece e que é capaz de destrinchar as partes constituintes do contexto em que se vive, é fundamental para o levantamento de questões que dizem respeito ao direito à cidade, direito esse que deveria ser uma garantia comum.

Constantemente associado ao filósofo francês Henri Lefebvre, a ideia de “direito à cidade”, que dá nome a um dos livros do autor, publicado em 1968, compreende debates a respeito das relações sociais presentes nas cidades e faz uma análise das contradições que geram as desigualdades vividas no cotidiano.

Ao compreender as desigualdades presentes na cidade, nota-se como esta reflete a segregação que a mesma reproduz. A população com nível de renda menor, que se encontra segregada sócio espacialmente, permanece em regiões periféricas com condições precárias de moradia. Com isso, questões como mobilidade urbana, transporte público, iluminação pública, acesso a espaços de lazer e cultura, educação, saúde, entre outros direitos que compreendem toda a infraestrutura e equipamentos urbanos, se

distanciam cada vez mais dessa população. Esta permanece sem acesso ou com acesso precário aos serviços e benefícios urbanos, assim como aos espaços de decisões das cidades, dificultando a participação democrática no processo de gestão das cidades.

O atual contexto de segregação socioespacial é fator que contribui para o fortalecimento do processo de mercantilização das cidades. A arquiteta e urbanista Ermínia Maricato comenta sobre essa segregação ser necessária para o mercado imobiliário fortemente especulativo, que leva à explosão do preço da terra e, portanto, da renda imobiliária. Os proprietários de terras são grandes atores que exploram a cidade, qualificando cada pedaço como uma mercadoria, enquanto as dimensões sociais dessa situação são desconhecidas pela grande maioria da população (MARICATO, 2016). Quando determinadas áreas mostram-se atraentes para os investimentos em comércio, infraestrutura e equipamentos, o preço da terra aumenta e conseqüentemente a população que ocupa essas áreas é impossibilitada de custear sua moradia sendo delas expulsa. Áreas de risco na cidade abrigam cada vez mais essa população marginalizada, situação essa que coloca em risco tanto a população que é obrigada a se manter nessas condições, quanto o meio ambiente, quando ocupado de forma instável.

A EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO URBANÍSTICA

Nesse contexto, a educação tem seu papel cada vez mais dificultado e seu acesso cada vez mais precarizado para a maioria da população, que é privada de serviços de qualidade. Assim, o contexto segregacionista atua como um ciclo, de modo a manter essa grande parcela apartada da formação cidadã e do estímulo ao pensamento crítico. Além disso, a educação formal deixa de abordar questões fundamentais como a vida nas cidades e ao não fazê-lo naturaliza processos sociais e econômicos como os descritos por Maricato.

O preparo para o exercício da cidadania, é assegurado pelo Artigo 205 do Capítulo III “Da Educação, da Cultura e do Desporto” da Seção I “Da Educação” da Constituição Federal da República Federativa do Brasil:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoas, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.)

Entretanto, esse sentido de formação cidadã, acaba sendo secundarizado. Nas últimas décadas essa formação focaliza cada vez mais o preparo para o mercado de trabalho, tendo como base uma formação básica técnica/profissional. Tal situação agrava-se com

as atuais medidas do Governo Federal de corte de recursos na educação, que colabora para o sucateamento das instituições públicas de ensino, sendo portanto, mais do que reprodutora, incrementadora de desigualdade social e provedora de privilégios urbanos de uma minoria social.

O analfabetismo urbanístico é um tema discutido por Ermínia Maricato, que debate a respeito da falta de relevância dada a essas questões de desigualdade urbana. De acordo com a arquiteta e urbanista, essas questões não são enxergadas da mesma forma que a desigualdade social e econômica, mesmo que se relacionem diretamente, não possuem a mesma visibilidade. Viver a cidade cotidianamente não é suficiente para que as forças que a dominam e controlam sejam conhecidas por todos. A necessidade de combater o analfabetismo urbanístico se faz necessária para que a luta cotidiana pelo direito à cidade seja compreendida. (MARICATO, 2002)

Assim, a educação urbana tem papel fundamental na construção da cidadania e no reconhecimento dos direitos à cidade, sua importância se dá despertando o interesse pela compreensão da cidade e suas relações sociais, como resultantes de uma transformação que é feita de forma coletiva e para que não seja comum a aceitação e banalização de situações de injustiça social. Uma sociedade verdadeiramente democrática e participativa é capaz de se expressar de forma consciente na cidade que se constrói.

Nesse sentido, o Projeto de Pesquisa e Extensão universitária Cartilha da Cidade trabalha por meio de material didático próprio e com a realização de atividades e oficinas, direcionadas a alunos, pesquisadores, professores de creches, escolas e universidades públicas e privadas, busca levar o debate e o conhecimento a respeito de algumas questões urbanas. Acredita-se na urgência em expandir o alcance das informações que dizem a respeito ao urbano e na construção de um pensamento crítico desde a formação infantil.

Conforme Paulo Freire, tem-se como referência uma educação que liberta, que ensina a ler o mundo para poder transformá-lo, sendo assim, a alfabetização não se reduz a ensinar a ler e escrever (FREIRE, 1967). A alfabetização urbanística problematizada pelo projeto Cartilha da Cidade potencializa a atuação, de forma crítica, dos indivíduos no espaço social, objetivando que o campo de diálogo e debate criado pelo grupo se estenda para a vida cotidiana de todos.

MATERIAL DE EXTENSÃO

A Cartilha da Cidade é um Projeto de Pesquisa e Extensão desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa ARQUITEC do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU), da Universidade de São Paulo (USP), em São Carlos.

A princípio, por meio da pesquisa, o grupo elaborou um material didático, de título homônimo, que trata de temáticas urbanas de modo ilustrado: vegetação urbana e arborização, mobiliário urbano, produção de energia e sistemas elétricos, iluminação pública, impactos ambientais, mobilidade, resíduos sólidos, água na cidade, a água que vem dos rios e drenagem urbana. Dentre estes, há alguns assuntos que as pessoas conhecem bem, mas que a grande maioria, apesar de vivenciar a cidade cotidianamente, com suas variações de problemas, não possui uma noção precisa. Questionamentos como:

“(…) qual a diferença entre usina de lixo e aterro sanitário e mesmo o método de varrição? (…) a cidade que almejamos, deve possuir iluminação pública, ruas e calçadas bem conservadas, rede de transporte funcionando e atendendo a população, rede de saúde, de ensino, áreas verdes e muitos serviços, dispositivos e equipamentos. Mas o que sabemos exatamente sobre esses assuntos?” (BUZZAR et al., 2018, p.11)

Esses questionamentos são necessários para que os cidadãos se engajem com esses assuntos e adquiram conhecimento. A Cartilha concentra tais temas de forma simples:

“A proposta da Cartilha da Cidade é de tornar acessível esse conjunto de questões. A partir da vivência urbana e de informações objetivas, pretende-se aperfeiçoar o conhecimento existente sobre a cidade, tendo como meta o incremento da cidadania. Com clareza, respondendo de forma direta, interpretativa e ilustrada as questões apresentadas, a Cartilha espera ser um guia didático do “funcionamento” e do “uso” da cidade, informando a população sobre o próprio “território construído” no qual habita, trabalha, estuda, circula e usa de várias outras formas.” (BUZZAR et al., 2018, p.11)

SOBRE AS OFICINAS

Tendo a Cartilha da Cidade publicada, o grupo buscou uma nova forma de participação dos alunos, que motivasse o debate entre eles. Assim, foram elaboradas oficinas, as quais abordariam os temas tratados no material didático de forma dinâmica. A primeira experiência foi em setembro de 2017, na Escola Estadual Bento da Silva César, onde foram feitas cinco oficinas. Posteriormente, em outubro, na Escola Estadual Jesuíno de Arruda, foram escolhidos três temas, para serem trabalhados em oficinas com duração de duas horas/aula da escola: vegetação urbana e mobiliário urbano; energia elétrica e iluminação pública; e mobilidade urbana.

No tema de mobilidade urbana, por exemplo, os alunos do 9º ano foram questionados sobre os meios de transporte que utilizavam e conheciam, para depois ter um momento expositivo acerca de conceitos de mobilidade urbana e sistema viário.

Para aproximar essas questões do dia a dia dos alunos, foram trabalhados dois mapas com simulações de um mesmo trajeto, pelo Google Maps, partindo-se de um bairro periférico onde alguns discentes residiam até a escola. As opções disponíveis para deslocamento na atividade, foram os modais motorizados: automóvel e ônibus, verificou-se quanto a duração do percurso, que demorava o dobro do tempo quando se utilizava o transporte público. Essa grande diferença de tempo explicita os problemas do transporte público recorrente nas cidades brasileiras.

Em um segundo momento, em um mapa impresso da cidade de São Carlos (Figura 1), os alunos deveriam desenhar o percurso feito por eles de casa até a escola. Eles fizeram o trajeto mentalmente, um traçado de memória, que era registrado no mapa, e estes caminhos tinham diversas cores, que representavam, cada qual, um modal de transporte.

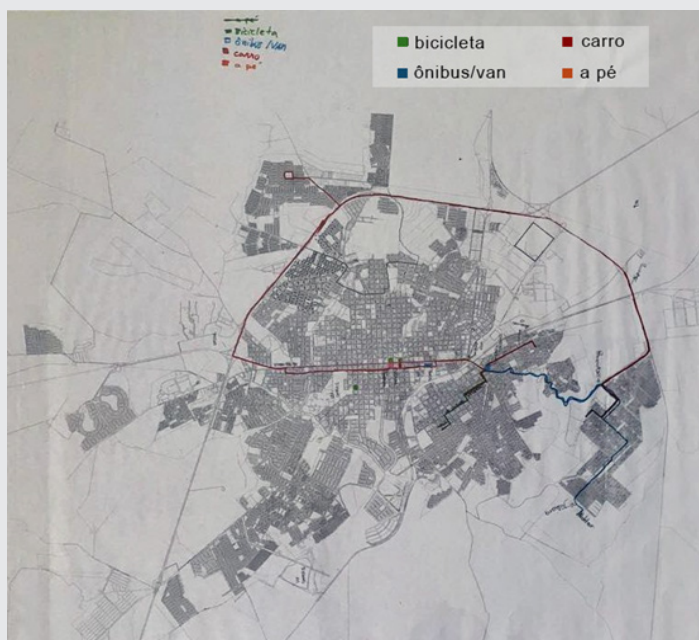


Figura 1: Mapa produzido pelos estudantes durante a oficina. Fonte: Grupo Cartilha da Cidade, 2018.

Por fim, houve um diálogo sobre os resultados dos traçados realizados nos mapas. Uma experiência interessante foi o fato do bairro de um dos alunos não estar representado no mapa, o que demonstra a expansão urbana periférica crescente na cidade de São Carlos. Por razões da duração da oficina, não foi possível aprofundar outras questões correlacionadas às atividades propostas, como a perda de tempo no deslocamento para circular dentro da cidade, que impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas.

Um novo jogo

A extensão é um dos pilares da universidade, e, portanto, o diálogo com a sociedade deve ser sempre repensado e aprimorado. À vista disso, iniciou-se uma discussão interna de como deixar essas oficinas ainda mais dinâmicas e com maior interação entre os alunos, pesquisando alternativas aos moldes tradicionais de ensino. Como resultado, elaborou-se o jogo como instrumento que possibilita um ambiente horizontal entre os professores e membros do grupo da Cartilha da Cidade. Intitulado “Agentes Urbanos e a Cidade Participativa”, o jogo estrutura-se na perspectiva de que os diversos agentes urbanos possuem um papel e busca-se uma postura participativa frente à cidade.

Para a elaboração das regras e desenvolvimento, estudou-se o jogo “World Peace Game”, proposto pelo professor John Hunter^[1]. Tal jogo foi uma grande referência e inspiração, pois introduz problemas mundiais que deverão ser resolvidos pelos alunos, divididos em grupos que representam organizações mundiais. No caso do jogo criado pelo grupo Cartilha da Cidade pretende-se aproximar temáticas urbanas ao cotidiano dos estudantes, portanto, adaptou-o para a escala da cidade.

Em sequência, pensou-se em situações-problemas que seriam peças-chaves para a dinâmica do jogo. De certa forma, todas as situações devem colocar em conflito os agentes e seus interesses específicos e, acima de tudo, ativar discussões relevantes para a formação cidadã. Dentre todos os agentes de uma cidade genérica escolheram-se oito: Prefeitura, Câmara, Secretarias (Planejamento, Educação, Saúde, Transporte, Moradia e Meio Ambiente), Ministério Público, Associação de Moradores, Movimentos Sociais, ONG e Empreendedor Imobiliário. Para cada um dos agentes, foi confeccionada uma ficha (Figura 2), com suas descrições. Também foi elaborada uma maquete que pudesse servir de suporte para elucidar a territorialização das situações-problemas de uma cidade genérica. A maquete representa parte de uma cidade com ruas, quadras, edificações e tem a função de um tabuleiro em torno do qual o jogo, através das Situações-problemas, se desenvolve sendo manipulada pelos participantes. A primeira versão da maquete foi elaborada em papel (Figura 3) e uma segunda versão elaborada em MDF e madeira (Figuras 4, 5 e 6).

[1] John Hunter: Teaching with the World Peace Game | TED Talk

Movimentos Sociais

Quem faz parte dos Movimentos Sociais?
Qualquer cidadão que deseje reivindicar direitos ou causas.

O que eu faço na cidade? Tento alterar práticas sociais que estão incoerentes com a ordem social para garantia de direitos.

Com quais grupos da cidade eu estou envolvido? Com toda a sociedade e com os poderes do Legislativo (quem faz as leis), Executivo (quem as coloca em prática), Judiciário (fiscaliza e julga a realização das leis).

Quais são meus recursos? Reunir a população, defender o interesse público; arrecadar recursos e promover doações.



Figura 2: Exemplo de ficha de agente do jogo. Fonte: Acervo Grupo Cartilha da Cidade, 2018.

O jogo começa com a apresentação das situações-problemas e distribuição dos alunos em grupos de agentes. No primeiro momento, a discussão é limitada ao grupo de agente, o debate é estimulado com cartas de conduta/pistas individuais, que ditarão a conduta individual, se agirá de acordo com o seu dever ou baseado em interesses pessoais. Dentro de um grupo de agente poderá haver alunos com diferentes interesses, simulando disputas construídas por interesses não necessariamente éticos.

O próximo passo é o pronunciamento dos agentes, os quais apresentam propostas e soluções. Feito isso, os agentes começam um processo de debate e negociações. O principal objetivo do jogo não é vencer, mas sim abrir uma oportunidade de debate crítico de ideias e diálogo entre os diversos agentes e com um desfecho condizente ao bem comum, caso possível, ou que explicita os interesses divergentes. Dessa forma, durante a oficina, os alunos exercitam o pensar de forma colaborativa, a reflexão crítica sobre a cidade, o que espera-se que contribua para a formação cidadã de cada um.

Ademais, o jogo pode ser um ponto de partida para diversos debates acerca da cidade e seu funcionamento. Em um mundo ideal, todos os agentes buscam o bem comum, porém há outros interesses que regem as relações sociais e que interferem na vida da cidade. Como encontrar um equilíbrio entre econômico, social, ambiental, cultural na sociedade atual? Como evitar que as decisões sejam feitas em benefício de

poucos? Tais questões podem, e devem, ser aprofundadas após a oficina pelo grupo ou em sala pelo professor.

A oficina nesses moldes foi aplicada pela primeira vez no Colégio CAASO, em maio de 2018, com 40 alunos de 15 à 17 anos. Um ponto interessante foi perceber a interdisciplinaridade estimulada pelo jogo, para resolver as situações-problemas os alunos trouxeram assuntos de dentro e de fora de sala de aula, temáticas de biologia, geografia, entre outros. Mesmo sem conhecimentos técnicos de Arquitetura e Urbanismo as propostas demonstraram um olhar atento aos problemas e contradições da cidade. Entretanto, é necessário um esclarecimento para compreender suas complexidades, causas e possíveis soluções e esse é o papel do jogo enquanto ferramenta de alfabetização urbana. O relato dos alunos revelou a possibilidade do jogo, e do debate, de estimular um olhar crítico e uma postura ativa na cidade.



Figura 3: Atividade no Colégio CAASO. Fonte: Acervo do Grupo Cartilha da Cidade, 2018.

Com o intuito de deixar o jogo mais próximo à realidade dos participantes, algumas alterações são feitas a cada oficina de acordo com faixa etária ou contexto no qual a oficina será aplicada, variando a complexidade das situações-problemas. Em 2019, alguns eventos foram essenciais para o desenvolvimento do grupo e sua metodologia, pois foram situações incomuns de aplicação das oficinas.

No início de junho de 2019, o grupo se deslocou para Guarulhos, para aplicar a oficina no CEU (Centro Educação Unificado) Pimentas, localizado em uma área periférica do município, a qual tem sofrido intensas transformações urbanas na última década, dentre as quais cita-se a construção do campus da UNIFESP e de um shopping. As consequências sociais dessas transformações foram discutidas com os alunos de uma turma do 5º ano do Fundamental, assim como se a proposta de integração do CEU com a comunidade do entorno de fato era proporcionada.

Na época, as salas de aula da “EPG Jeanete Beauchamp, Professora”, instaladas no interior do edifício do CEU, estavam sendo transferidas para um local isolado e cercado por grades, dentro do terreno do CEU, o que contrariava a proposta inicial dos Centros Educacionais Unificados, quando concebidos como programa da Prefeitura de São Paulo. A Situação-problema não foi elaborada de modo a explicitar a conexão com a realidade do CEU em questão, porém os alunos logo se identificaram e durante as rodadas de debate foi perceptível o descontentamento com a situação na qual se encontram.

Também foi realizada uma atividade com os professores da escola, a partir da apresentação de uma primeira versão do manual, que explica o funcionamento do jogo. Este manual corresponde a um dos objetivos do grupo, de disponibilizar o jogo online, com suas diversas variações, para diferentes faixas-etárias/níveis de ensino. Pretende-se, com isso, constituir uma rede de debate entre educadores e interessados na temática da educação urbana.



Figura 4: Atividade no CEU Pimentas . Fonte: Acervo do Grupo Cartilha da Cidade, 2019.

Fora do ambiente escolar, houve dois eventos emblemáticos de intenso contato com a população. No dia 15 de maio, durante o “Ato pela Educação”, foi organizada uma exposição composta por diversos grupos de pesquisa e extensão da USP-São Carlos e da UFScar em três praças na região central de São Carlos. Em um momento de expressivos cortes orçamentários para a universidade pública, assim como circulação de notícias e comentários difamatórios, o objetivo era apresentar à cidade as pesquisas desenvolvidas e sua importância para a população local e sociedade como um todo. Para dar continuidade a essa aproximação entre população e comunidade acadêmica, no dia 26 de outubro, ocorreu o “1º Festival de Divulgação Científica, Extensão, Arte e Cultura”, uma realização dos alunos do Centro Acadêmico e da APG (Associação de Pós-Graduandos USP), na Praça dos Voluntários, região central de São Carlos.

Nesses espaços, o grupo teve a oportunidade de dialogar com pessoas de diferentes esferas sociais, idades e opiniões. No primeiro evento foi simulado um jogo, no qual a situação-problema envolvia corte de verbas na educação e a chegada de um grupo de educação privada. A situação do jogo era assim explicitada: “Na melhor das hipóteses, 110 alunos ficarão sem acesso à educação, mas se for levado de fato o critério da renda familiar esse número pode triplicar”. O discurso dessa situação alegava que a educação pública é muito onerosa ao erário público e por isto era necessário privatizar. Com o decorrer da oficina, a indignação com esse discurso crescia entre os participantes, o que levou ao questionamento final: “se essa atitude parece tão absurda em um jogo porque é aceita na realidade?”.

Nos dois eventos as pessoas se aproximavam para conversar, muitos queriam ser ouvidos e para o grupo foi extremamente enriquecedor ouvir as demandas e reclamações dos moradores, sem a pretensão de resolvê-las, apenas para entender que quem vive a cidade conhece seus problemas, reconhecendo também, como a alfabetização urbana é um catalisador essencial para uma sociedade consciente e ativa.



Figuras 5 e 6: Atividade durante o Ato pela Educação. Fonte: Acervo Cartilha da Cidade, 2019.

KITS E SITE

A fim de expandir o alcance do trabalho do grupo de pesquisadores, a Cartilha da Cidade está trabalhando no desenvolvimento de versões de oficinas e jogos com temática urbanística, que serão disponibilizados no site do projeto. Pretende-se construir uma rede de pesquisadores, professores, alunos e cidadãos que se interessem por essa temática e que se apropriem dessa experiência de pesquisa e extensão universitária, para que assim, possam despertar um outro olhar para as cidades.

As versões se adequam a diferentes faixas etárias, sendo divididas em: Versão 1: para alunos a partir de 5 anos da Educação Infantil e alunos do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental; Versão 2: para alunos do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental; Versão 3: para alunos do 5º ao 8º ano do Ensino Fundamental; Versão 4: para alunos do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio e Versão 5: para alunos de Graduação e Pós-Graduação.

O material consiste em manuais de aplicação das oficinas, que são direcionados ao mediador, na maioria dos casos, o professor. Ele será o responsável por conduzir o jogo, no qual os problemas de uma cidade genérica serão discutidos, com cada participante, ou grupos de participantes, interpretando seu papel como um agente da cidade. As versões também contêm um tabuleiro para ser impresso, retratando o território e os componentes físicos deste.

Cada versão contém quatro situações-problemas diferentes, com agentes urbanos diferentes de acordo com cada uma delas. Elas também variam o grau de dificuldade de uma versão para outra, aumentando a complexidade da situação e a quantidade de agentes envolvidos de acordo com a faixa etária dos participantes. A versão 1 foi pensada de uma forma diferente, a fim de melhor se adaptar ao público infantil, ela propõe o uso de música como instrumento introdutório e cartas que representam algumas situações urbanas, como problemas com trânsito, lixo na rua e falta de sombra e vegetação.

Dessa forma, acredita-se na possibilidade de atingir um público cada vez mais amplo, utilizando-se do alcance dos meios digitais para divulgação desse material aos interessados de qualquer região do país. O site da Cartilha da Cidade, no qual as versões estarão disponíveis, também contará com um fórum para receber o retorno e debate das pessoas que utilizarem o material, de modo a contribuir com o desenvolvimento contínuo do trabalho de pesquisa do grupo, que busca sempre essa troca e compartilhamento de experiências.

Também em desenvolvimento há o segundo volume da publicação “Cartilha da Cidade”, que contará com um conteúdo que pretende explorar uma temática mais vinculada à dimensão política das dinâmicas e problemáticas urbanas. Buscará compreender seus agentes e dinâmicas de produção do espaço urbano, ainda com uso de uma linguagem acessível e didática, objetivando a democratização do acesso à informação.

CONCLUSÃO

A Cartilha da Cidade, com esse conjunto de ações, busca contribuir para a democratização dos conteúdos relacionados a educação urbana. A cidade desigual, que é consequência das constantes disputas por lucro, necessita de cidadãos aptos a compreender como esse complexo funcionamento tem impacto direto na qualidade de vida de todos. Questionar os processos urbanos, julgá-los, faz parte da luta pelo direito à cidade, que só é possível a partir do conhecimento a respeito da mesma. Compreender esse conjunto de questões é uma ponte para a cidadania. Não há luta pelo que não se conhece, portanto, compreender esses direitos é o primeiro passo para lutar pelos mesmos.

Considera-se que a abordagem desses temas em abrangência nacional, possa fomentar processos direcionados à formação cidadã. Iniciativas de estudo da educação urbana, apoiadas na educação formal e associadas a outras ações podem incitar o exercício da cidadania e a consequente melhoria de vida nas cidades brasileiras.

Nesse sentido, o projeto de pesquisa e extensão Cartilha da Cidade está em constante processo de desenvolvimento e de trocas de conhecimentos e aprendizados. Através de

oficinas realizadas com alunos de diferentes faixas etárias, busca-se o aprimoramento da atividade do grupo. O retorno obtido, a partir da interação com a população, é um instrumento de aprendizado, que ajuda a enriquecer o conteúdo e material produzidos pelo projeto.

Pretende-se manter esses diálogos e dinâmicas fundamentais, para reforçar a importância dos objetivos da Cartilha da Cidade, assim como a necessidade de que esses exercícios se ampliem, tendo como uma das metas a formação de professores, a fim de que o projeto possa ser utilizado como instrumento de formação urbanística em diversas escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUZZAR, Miguel A. et al. Cartilha da Cidade. São Carlos: IAU/USP, 2018.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 06 de fevereiro de 2020.

FREIRE, Paulo. Educação Como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

HUNTER, John. Jogo da Paz Mundial. TED, 2011. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/john_hunter_teaching_with_the_world_peace_game?language=pt-br>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2020.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.

MARICATO, Ermínia. Cidade é luta de classes! In: Alfabetização Urbana para combater as desigualdades. Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas. 2016. Disponível em: <<http://www.fna.org.br/2016/01/18/alfabetizacao-urbana-para-combater-a-desigualdade/>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2020.

MARICATO, Ermínia. Erradicar o analfabetismo urbanístico. In: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos FAU-USP. 2002. Disponível em: <http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/maricato_analfabetismourbano.pdf>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2020.

ARQUITETURA NA PRODUÇÃO URBANA LATINO-AMERICANA: A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE ARTICULAÇÃO ENTRE ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI

**ARCHITECTURE IN LATIN AMERICAN URBAN
PRODUCTION: THE CONSTRUCTION OF A JOINT
NETWORK BETWEEN ARGENTINA, BRAZIL AND
PARAGUAY**

**ARQUITECTURA EN LA PRODUCCIÓN URBANA
LATINOAMERICANA: LA CONSTRUCCIÓN DE UNA
RED DE ARTICULACIÓN ENTRE ARGENTINA, BRASIL
Y PARAGUAY**

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

CARRASCO, André de Oliveira Torres

Doutor em Arquitetura e Urbanismo; PROGRAU/UFPel

andre.o.t.carrasco@gmail.com

GALBIATTI, Flávia Pagnoncelli

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; PROGRAU/UFPel

flaviagalbiatti@hotmail.com

RIBEIRO, Rodolfo Barbosa

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo; PROGRAU/UFPel

rodolfobarbosaribeiro@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho apresenta e avalia os fundamentos, o desenvolvimento e os resultados das duas edições do Workshop “Arquitetura na produção urbana latino-americana”, organizados a partir de uma rede que envolveu professores e estudantes da Argentina, Brasil e Paraguai. O evento tinha como objetivo aprofundar criticamente a compreensão dos envolvidos em torno do caráter desigual e precário da urbanização latino-americana, reconhecendo o projeto como ferramenta de enfrentamento dos conflitos decorrentes desta situação. O artigo busca explorar o processo de construção conjunta desta experiência e as particularidades de sua realização nas cidades de Assunção, no Paraguai, e Pelotas, no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: América latina. urbanização. desigualdade. precariedade. projeto.

ABSTRACT

This work presents and evaluates the foundations, development and results of the two editions of the Workshop “Architecture in Latin American urban production”, organized based on a network that involved teachers and students from Argentina, Brazil and Paraguay. The event aimed to deepen the understanding of those involved around the uneven and precarious character of Latin American urbanization, recognizing the project as a tool for coping with conflicts arising from this situation. The paper seeks to explore the process of joint construction of this experience and the particularities of its realization in the cities of Asunción, in Paraguay, and Pelotas, in Brazil.

KEYWORDS: Latin America. urbanization. inequality. precariousness. project

RESUMEN

Este trabajo presenta y evalúa los fundamentos, el desarrollo y los resultados de las dos ediciones del Taller “Arquitectura en la producción urbana latinoamericana”, organizado en base a una red que involucró a docentes y estudiantes de Argentina, Brasil y Paraguay. El evento tuvo como objetivo profundizar críticamente la comprensión de los involucrados en el carácter desigual y precario de la urbanización latinoamericana, reconociendo el proyecto como una herramienta para hacer frente a los conflictos derivados de esta situación. El artículo busca explorar el proceso de construcción conjunta de esta experiencia y las particularidades de su realización en las ciudades de Asunción, en Paraguay, y Pelotas, en Brasil.

PALABRAS-CLAVE: América Latina. Urbanización. desigualdad. precariedad. proyecto.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma atividade que articulou ações de pesquisa, ensino e extensão organizada a partir do contato, e da convergência de princípios, entre professores, pesquisadores e estudantes de Arquitetura e Urbanismo de três países latino-americanos: Argentina (Universidad de Buenos Aires/ Coletivo Proyecto Habitar), Brasil (Universidade Federal de Pelotas / Laboratório de Urbanismo) e Paraguai (Universidad Nacional de Asunción / Materia Optativa Libre Vivienda Cooperativa).

A ideia de se organizar um evento no qual fosse possível desenvolver, de forma coletiva, reflexões críticas e hipóteses projetuais de múltiplas escalas teve como ponto de partida o desejo de se explorar as possibilidades de reflexão e intervenção, a partir da arquitetura e do urbanismo, em contextos marcados pela precariedade e desigualdade urbana. Nesse sentido, Pelotas (RS/Brasil), Assunção (Paraguai) e Buenos Aires (Argentina) se conectavam a partir de um aspecto comum: a relações conflituosas entre suas urbanizações precárias e as questões ambientais, destacando-se, nos três casos, a presença da água como componente da paisagem. No caso de Pelotas, tais relações estariam presentes no contato da cidade com o Canal São Gonçalo e a Lagoa dos Patos; em Assunção, na relação das zonas de Banhados com o rio Paraguai e em Buenos Aires, na pressão exercida por uma urbanização de alta densidade sobre o rio Riachuelo, na periferia sul da cidade.

Em outubro de 2018 foi realizado o I Workshop “A arquitetura na produção urbana latino-americana” na cidade de Assunção, Paraguai. O evento contou com participantes das três Universidades envolvidas e se consolidou como uma importante experiência no processo de formação dos estudantes envolvidos, na medida em que puderam ter contato com uma nova realidade urbana, novos métodos de análise e intervenção, além de possibilitar o contato frequente e aprofundado com colegas de outras instituições latino-americanas.

Em setembro de 2019, na cidade de Pelotas-RS, foi realizado a segunda edição do evento. O contexto sócio espacial de Pelotas exigiu outro posicionamento diante dos problemas urbanos e arquitetônicos a serem enfrentados, diferentes daqueles vivenciados, no ano anterior, no caso de Assunção. Uma importante característica do novo cenário era o papel da Universidade Federal de Pelotas enquanto agente da produção do espaço urbano pelotense e como instituição que vem assumindo há alguns anos certo protagonismo na formulação e efetivação de ações voltadas à ampliação e qualificação do acesso à serviços públicos básicos. Desse modo, o II Workshop “A arquitetura na produção urbana latino-americana” teve como mote “O papel da Universidade na construção do direito à cidade”.

A seguir, serão apresentados relatos a respeito das duas edições do evento, nos quais serão apresentados seus pressupostos, metodologias, processo de desenvolvimento, resultados e limites. As atividades desenvolvidas durante o evento em Assunção - Paraguai serão apresentadas de uma forma mais resumida. O II Workshop Arquitetura na Produção Urbana Latino- americana, realizado em 2019 em Pelotas-RS, será apresentado com mais detalhes.

ASSUNÇÃO, BUENOS AIRES E PELOTAS: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

É possível afirmar que entre os participantes havia um relativo consenso em torno de uma interpretação crítica a respeito dos fundamentos socioeconômicos que determinaram o processo de urbanização latino americano, do caráter desigual e precário do processo de produção do espaço urbano nesse contexto e do papel do Projeto enquanto ferramenta a ser incorporada no enfrentamento destas contradições (FERNANDEZ CASTRO, 2007). No entanto, para possibilitar que as atividades de leitura do território, elaboração dos diagnósticos e desenvolvimento das propostas fossem realizadas a partir de referências teóricas e metodológicas comuns, foi necessário construir, em conjunto, certa formalização destas referências, de modo que em campo e no atelier os distintos grupos de trabalho pudessem produzir questionamentos e processos de projeto complementares.

Inicialmente foram delineados quais seriam os objetivos gerais que norteariam os trabalhos, dos quais se destacam compreender os processos de urbanização na América Latina e os modos de produção e apropriação de espaço habitado em contextos marcados por relações de desigualdade; interpretar crítica e projetualmente a complexidade do processo de produção do espaço urbano em situações de fragilidade social, ambiental e histórica e desenvolver a compreensão e o manejo de ferramentas e metodologias para o projeto de arquitetura e urbanismo considerando os contextos analisados.

A partir desse ponto os debates avançaram sobre alguns questionamentos em torno de como os participantes compreendiam e interpretavam a ideia de cidade latino-americana. O termo estava presente no título do evento; no entanto, sua aparente obviedade escondia, de certo modo, sua imensa complexidade e a impossibilidade de se estabelecer uma definição precisa. Desse modo, houve uma aproximação com os argumentos de Gorelik (2005), quando o autor, diante da impossibilidade de se definir conceitualmente a cidade latino-americana, afirma que “a “cidade latino-americana” não pode ser tomada, então, como uma realidade natural, como uma categoria explicativa da diversidade de cidades realmente existentes na América Latina” e que apesar disso ela poderia ser definida sim, mas “de outra forma: não como uma ontologia, mas como uma construção cultural” (GORELIK, 2005, p.112). No recorte proposto pelo evento, as três

idades teriam algumas particularidades compartilhadas, que possibilitariam reuni-las sob uma mesma categoria de cidade latino-americana, a saber: o passado colonial, o processo de desenvolvimento desigual e combinado e a urbanização precária dele resultante e a situação geográfica que determinou as relações entre esta urbanização e o meio ambiente.

A partir destas reflexões foi possível perceber que na macro escala, quando se comparava a forma urbana destes assentamentos precários e sua relação com o restante da cidade, era possível identificar uma homogeneidade transversal aos contextos estudados que de certo modo corroborava a categorização desenvolvida previamente. As heterogeneidades ficavam mais evidentes na medida em que se reduzia a escala do espaço habitado; na medida em que se aproximava da escala dos moradores.

Torna-se possível identificar o problema de Projeto que seria compartilhado entre todos: como o processo de projeto poderia lidar com as tensões entre as distintas escalas de produção e apropriação do espaço habitado, considerando o que se assemelhava e o que distinguia — material e socialmente - entre cada lugar? Se a estrutura social e produtiva vigente determinou a homogeneidade da forma da pobreza urbana latino-americana, é possível afirmar que na produção de heterogeneidade estava a subversão à essa lógica geral. Tratava-se, portanto, de qualificar, através do projeto, a produção dessa heterogeneidade.

I WORKSHOP: ASSUNÇÃO, PARAGUAI

O I Workshop “Arquitectura en la Producción Urbana Latinoamericana” ocorreu durante quatro dias do mês de outubro de 2018, nas dependências da Facultad de Arquitectura, Diseño y Arte (FADA) da Universidad Nacional de Asunción (UNA), na cidade de Assunção, Paraguai.

Participaram das atividades estudantes, professores e pesquisadores das três Universidades envolvidas. Também estiveram presentes, integrados às dinâmicas propostas, representantes de 5 comunidades que habitam as regiões do Bañado Sur e Bañado Norte da cidade de Assunção.

Os Bañados de Assunção abrigam uma série de bairros localizados às margens do Rio Paraguai, em uma extensa área de terras baixas situadas entre a cidade e o rio. Ao longo da segunda metade do séc. XX esta região foi urbanizada precariamente a partir de um processo no qual ao empobrecimento generalizado da população urbana somou-se a migração de camponeses e indígenas de diferentes regiões do interior do país. Além da

falta de infraestrutura urbana básica, há um aterro sanitário a céu aberto e o problema constante das enchentes, devido ao aumento do nível do rio por causa das chuvas.

Em 2012, a partir de uma parceria entre o poder executivo nacional, a administração municipal de Assunção e investidores internacionais, foram lançados os projetos para ampliação das Avenidas Costaneras Norte e Sul e reurbanização da região, que afetariam diretamente os assentamentos e a população residente nos Bañados. Estas propostas vem se materializando como uma ameaça de expulsão definitiva dos moradores dos Bañados, em um movimento no qual o local de moradias dessa população passariam a ser destinados aos setores de alta renda e à empresas, além de causar um alto impacto ambiental e alterar o ecossistema de forma permanente.



Figura 1: Bañados de Assunção. Fonte: Proyecto Habitar (2018).

O primeiro dia do evento foi reservado para o III Foro Social del Bañado Norte, no qual os representantes das comunidades afetadas pelo projeto da Autopista Costanera expuseram a situação dos moradores diante da pressão exercida pelos termos nos quais a intervenção vem se desenvolvendo. No segundo dia foi realizada uma visita às áreas das comunidades afetadas, ao trecho já concluído da Autopista e às obras de aterro que seguem em andamento (figura 1). O terceiro dia foi reservado para as oficinas de projeto, nas quais os estudantes, orientados pelos professores, elaboraram alternativas projetuais, em diversas escalas, que contemplassem, em alguma medida, as necessidades, desejos e possibilidades dos moradores da região. No último dia, inicialmente os projetos foram

apresentados aos representantes das comunidades, para em seguida o Workshop ser encerrado após uma plenária final (figura2).



Figura 2: Atelier de projetos e processos. Fonte: Autores 2018.

Dos projetos desenvolvidos três podem ser destacados: Posto de saúde no Bañado Norte (espaço de assistência médica, de reuniões, oficinas e formação); Centro Comunitário São Caetano, no Bañado Sul (espaço de encontro, formação, produção e lazer); e Habitação para a comunidade indígena Cerro Poty no Bañado Sul (moradia para as 21 famílias, urbanização, centro comunitário, escola e campo de futebol). Depois do evento, os integrantes da Vivienda Cooperativa deram continuidade ao trabalho juntamente com os representantes das comunidades.

II WORKSHOP: PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Caracterização geral do contexto

As tratativas para a implantação do núcleo urbano da cidade de Pelotas datam de 1810. Em julho de 1812, concretizou-se a criação da Freguesia de São Francisco de Paula, nome original do município. Em 1815 é feita a demarcação dos lotes, das áreas públicas e do sistema viário.

O núcleo urbano original da cidade de Pelotas foi ampliado nos anos de 1834, 1858 e 1870. A partir de 1888, com a abolição da escravidão, a produção do espaço urbano baseada na escravização da terra substituiu a produção do charque baseada na escravização do homem enquanto atividade econômica dominante.

Já no século XX, entre os anos de 1922 e 1938, foram implantados pelo menos 18 novos loteamentos na periferia de Pelotas, fora da área atendida por redes de água e esgoto. Em 1951, o perímetro urbano de pelotas compreendia uma área de 2.844 hectares, enquanto em 1966 esta área havia sido ampliada para 3.300 hectares. A oferta de infraestrutura, por sua vez, não acompanhou tal expansão, evidenciando a precarização do processo de urbanização e o acirramento da desigualdade entre centro e periferia. No ano de 2013, segundo dados da Prefeitura Municipal de Pelotas, aproximadamente 30% da população da cidade vivia em 156 áreas de urbanização precária (CARRASCO, 2017).

A convivência, na periferia de Pelotas, entre especulação imobiliária e urbanização precária passou a fazer parte do cotidiano da cidade, explicitando os termos a partir dos quais foram definidas as relações entre a cidade oficial e a cidade periférica ao longo da história da formação e consolidação destes territórios.

O contexto sócio espacial de Pelotas exigiu um outro posicionamento diante dos problemas urbanos e arquitetônicos a serem enfrentados, diferente do experimentado no caso de Assunção. Nesse universo, não é possível desprezar o papel da Universidade enquanto participante da produção do espaço urbano pelotense e como instituição que vem assumindo há alguns anos certo protagonismo na formulação e efetivação de ações voltadas à ampliação e qualificação de serviços públicos básicos. Dessa forma, os debates no evento também incorporaram uma perspectiva crítica em relação a este protagonismo assumido pela Universidade. A instituição, ao se colocar como promotora de um processo de desenvolvimento urbano recente na região do Porto, também se vê envolvida em movimentos especulativos que determinam um processo desigual de produção do espaço urbano.

Em relação ao contato com as comunidades, o papel das escolas públicas deve ser destacado, na medida em que se caracterizam como espaços nos quais se observa, em um contexto de mobilização fragilizada, formas de organização comunitária direta e indireta, podendo se afirmar como centros de referência em áreas de urbanização precária e de relação dessas comunidades com equipamentos e serviços públicos.

O processo de projeto

O ponto de partida para a definição dos objetos de estudo/projeto foi um recorte temático e geográfico. O recorte temático se fundamenta, inicialmente, na caracterização da Universidade enquanto instituição que promove e articula uma série de ações voltadas à ampliação do acesso à serviços públicos, que por sua vez tem o espaço urbano (macro escala) como cenário para seu desenvolvimento. Em seguida, correspondendo a uma escala intermediária, na compreensão das escolas públicas como espaços de organização comunitária direta e indireta e como centros de referência em áreas de urbanização precária. Os projetos, portanto, teriam como objetivo potencializar e fortalecer estas relações na disputa pela ampliação do direito à cidade.

O recorte geográfico se fundamenta no reconhecimento de uma característica marcante na geografia de Pelotas: sua relação com a água, que incorpora formas particulares de produção do espaço urbano e determina a relação da Universidade com a cidade em sua história recente.

A apropriação crítica destas dimensões se daria a partir de três escalas principais: a macro, a média e a micro. O objetivo dessa abordagem seria, por um lado, possibilitar inicialmente a construção de uma perspectiva não fragmentada do espaço urbano e seus conflitos; e por outro, disponibilizar as mediações necessárias para que as propostas alcancem as comunidades que habitam as áreas de urbanização precária. Desse modo teríamos as seguintes escalas de reflexão/intervenção e seus respectivos objetivos:

Macro: Relações entre a cidade, a água e a Universidade. A cidade de Pelotas, caracterizada por sua relação intrínseca com a água, baixa densidade populacional, frágil mobilização de comunidades em áreas de urbanização precária, ceticismo dessas comunidades em relação ao Projeto, contexto no qual a Universidade assume certo protagonismo no processo de produção do espaço urbano. Nessa escala o objetivo foi potencializar e fortalecer estas relações.

Média: As escolas públicas como aproximação às comunidades. AS escolas como espaço de interlocução com comunidades, gerando possibilidades de construção de projetos de melhoria e ampliação dos espaços e atividades das escolas, assim como propostas de melhorias para os bairros. O objetivo, nesse caso, foi articular a construção de uma perspectiva não fragmentada do espaço urbano e seus conflitos

Micro: Projetos específicos. A partir do debate, das visitas, entrevistas, e troca de conhecimento, entre estudantes, professores e comunidades, desenvolver projetos em diferentes escalas, específicos para cada contexto, com o objetivo de que as propostas alcancem as demandas levantadas e construídas junto às comunidades.

Metodologia

Inicialmente, foi realizada uma discussão geral envolvendo todos os participantes, na qual foram apresentados aspectos relevantes da situação sócio-espacial da cidade de Pelotas. Este foi o momento no qual os participantes estrangeiros puderam iniciar o processo de familiarização com o contexto urbano pelotense.

No segundo dia iniciaram-se os trabalhos de campo, quando foi possível fazer o reconhecimento in loco das problemáticas urbanas vigentes selecionadas, enfatizando suas relações com questões sociais e ambientais. No caso, haviam sido previamente selecionadas três áreas a serem trabalhadas: o bairro Navegantes, o bairro do Laranjal e a Colônia de Pescadores Z3 (figura 3).

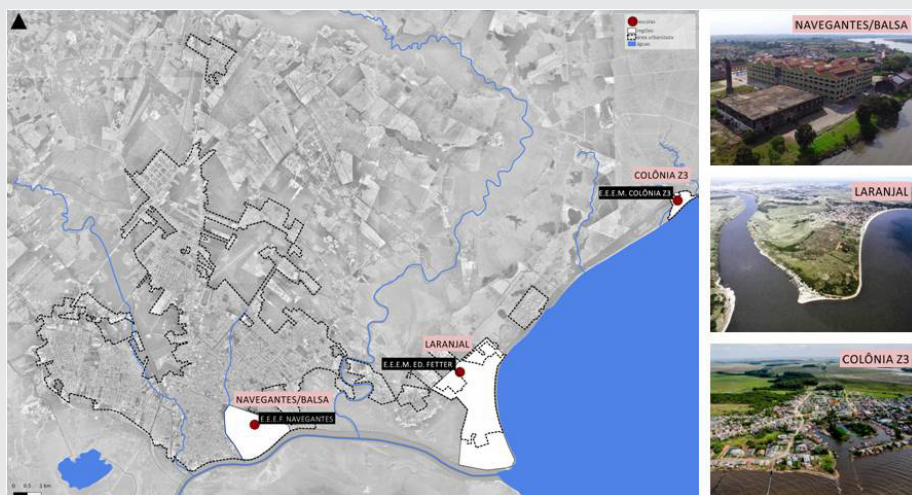


Figura 3: Pelotas: áreas a serem trabalhadas. Fonte: Autores 2019.

As três localidades apresentam diferentes níveis de precariedade urbana e formas distintas de contato com a água. O bairro Navegantes, um loteamento popular produzido pelo poder público entre o final dos anos 70 e início dos anos 80 do séc. XX, pode ser caracterizado como um assentamento irregular (não possui infraestrutura urbana qualificada e seus moradores não possuem segurança de posse de suas moradias), com elevada densidade populacional predominantemente de baixa renda. O bairro está próximo ao centro da cidade, condição que possibilita que seus moradores estejam integrados ao circuito de serviços, consumo e trabalho. Também está próximo do Canal São Gonçalo, fato que, resulta em frequentes inundações. Nesta comunidade, o local adotado como base para as atividades de campo e ponto de partida para o contato

entre os participantes do evento e bairro e seus moradores foi a Escola Estadual Nossa Senhora dos Navegantes.

O bairro do Laranjal caracteriza-se como um bairro ocupado por uma população de classe média, originalmente produzido como uma zona de balneário junto à Lagoa dos Patos, que também apresenta problemas de infraestrutura urbana. A Escola Estadual Edmar Fetter foi escolhida como base pelo fato de receber alunos de outros bairros, situados em zonas periféricas e com perfil de renda inferior ao observado no Laranjal. Buscava-se, nesse caso, trabalhar em uma perspectiva mais ampla em relação à cidade, reconhecendo as tensões entre as dinâmicas vivenciadas pelos moradores do bairro e pelos estudantes que o frequentavam de forma intermitente, incorporando-as no processo de projeto.

A Colônia de Pescadores Z3 é uma comunidade localizada às margens da lagoa dos Patos, fora do perímetro urbano da cidade de Pelotas, a uma distância aproximada de 30km em relação ao centro da cidade. É um bairro que também apresenta problemas de infraestrutura, destacando-se, nesse caso, a precariedade da rede de drenagem (inundações também são frequentes) e sérios problemas de transporte e mobilidade. Seus moradores possuem uma estreita relação cultural e produtiva com a Lagoa; a grande maioria está envolvida, direta ou indiretamente, com a pesca artesanal. Na Colônia Z3 a Escola Municipal de Ensino Fundamental Raphael Brusque foi o local de reunião entre a comunidade e os participantes.



Figura 4: Pelotas: atividades de campo. Fonte: Autores 2019.

O trabalho de campo foi realizado em dois dias. No primeiro dia, todos os participantes visitaram os três bairros. O objetivo era possibilitar que os estudantes estrangeiros pudessem reconhecer o território de suas relações de uma forma mais ampla, ainda que

superficial. No segundo dia, após serem divididos em três grupos de trabalho, cada grupo deslocou-se para uma das localidades (figura 4). Em cada uma das escolas, devido a um contato prévio estabelecido pela organização do evento, havia um grupo de moradores, lideranças locais, professores e estudantes que recepcionaram os participantes do evento, com os quais conversaram a respeito dos problemas urbanos de seu bairro e fizeram um recorrido pelos pontos mais críticos, ou de interesse, de cada um deles. Após o trabalho de campo, os grupos passaram a desenvolver os diagnósticos para as áreas de intervenção, sempre tendo como referência as três escalas pré definidas. Os diagnósticos subsidiaram a construção do Programa Social de Intervenção, que aqui deve ser entendido como uma síntese entre o saber popular e o saber técnico, que tem como objeto a consolidação das hipóteses a respeito de temas e projetos potencialmente relevantes para o enfrentamento dos conflitos observados nos contextos estudados (MANSUETO, 2015).



Figura 5: Discussão do Programa Social de Intervenção e atelier de projeto. Fonte: Autores 2019.

Em seguida, os estudantes divididos em grupos (compostos por participantes dos três países) e orientados por professores passaram a desenvolver os projetos de arquitetura e urbanismo de acordo com as hipóteses construídas na etapa anterior. Foi organizado um grande atelier no saguão central da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, ambiente no qual os grupos puderam intercalar momentos de reflexão e ação projetual com discussões a respeito do desenvolvimento geral dos trabalhos (figura 5).

O encerramento das atividades se deu a partir de um grande espaço de apresentação e discussão sobre os resultados alcançados, onde se pode avaliar o processo e os projetos dos diferentes grupos e do evento como um todo.

Resultados

As reflexões e produção projetual alcançaram as três escalas propostas nas três regiões trabalhadas, fortalecendo as relações entre cidade, a água e a universidade, a partir de projetos que materializam o programa de intervenção social construído ao longo dos dias de trabalho.

Navegantes

No bairro Navegantes, o projeto teve como ponto de referência a Escola Estadual de Ensino Fundamental N.S. dos Navegantes. Além de sua importância enquanto elemento de coesão social, a escola localiza-se em uma quadra de reúne uma série de equipamentos públicos vinculados à saúde e à educação: uma escola infantil, uma Unidade Básica de Saúde, um Centro Referência da Assistência Social e um ginásio de esportes público.

Nas conversas com a comunidade foram destacadas algumas demandas relacionadas à escola e a seu entorno próximo: falta de infraestrutura básica, ocorrência de alagamentos, necessária integração entre serviços públicos e a qualificação dos pátios da escola e das áreas livres localizadas entre os equipamentos públicos. Nas atividades realizadas durante o evento, além dos problemas já citados, também foram destacados a fragmentação físico social, a desarticulação dos agentes sociais, a insegurança, a fragilidade dos vínculos entre escola e comunidade e a existência de lugares fechados e sem uso. Diante deste contexto social e urbano, a construção do Programa Social da Intervenção buscou orientar o processo de projeto no sentido de se produzir relações espaciais e sociais que pudessem contribuir para o fortalecimento da identidade do bairro a partir de estratégias coletivas de ação, participação e gestão. Ainda que inicialmente estas estratégias e soluções fossem aplicadas na quadra em questão, elas deveriam poder ser replicadas em outros setores do bairro (figura 6).

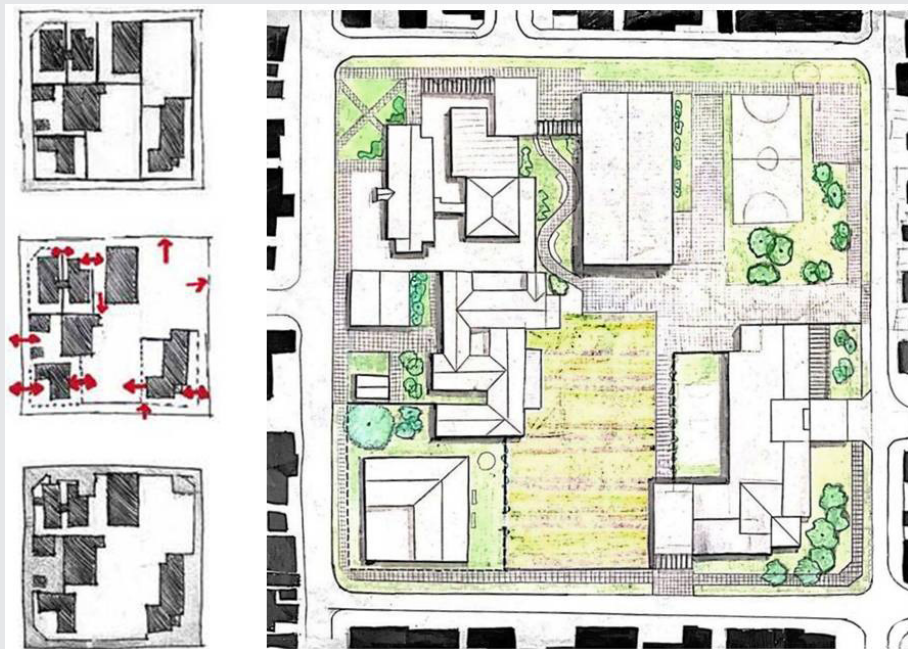


Figura 6: Navegantes: diagramas do processo e projeto da quadra de serviços. Fonte: Autores 2019.

No caso do bairro Navegantes, os projetos concentraram-se na média e micro-escala. Na escala micro, foi proposta a qualificação das áreas livres localizadas entre os equipamentos públicos que constituem a quadra na qual está implantada a escola. O projeto contemplou a retirada dos muros para garantir uma maior permeabilidade funcional e visual, a expansão das calçadas com incorporação de áreas verdes e a demarcação e qualificação dos acessos aos edifícios públicos através de um sistema de coberturas conectado às calçadas (figura 7).



Figura 7: Navegantes: perspectivas de soluções para quadra de serviços. Fonte: Autores 2019.

Na escala média, foi proposto um sistema integrando áreas verdes e canais de drenagem, com o zoneamento para as atividades de lazer. Além disso, esta escala do projeto também tomava como pressuposto que as relações desenvolvidas na pequena escala seriam incorporadas em outros lugares do bairro.

Laranjal

A partir de conversas prévias realizadas junto à comunidade, foram identificadas algumas demandas relacionadas à qualificação do entorno imediato da Escola Estadual Edmar Fetter e sua relação com o restante do bairro, como por exemplo: melhoria da infraestrutura de saneamento e acessibilidade; estruturação de espaços para apresentações aulas em áreas abertas; e horta comunitária, utilizando para isso um terreno vazio em frente à escola; melhoria na conexão entre a escola e os bairros vizinhos e também entre a escola e a praia. Nas atividades de campo realizadas durante o evento estas questões foram retomadas e trabalhadas a partir de dinâmicas próprias, possibilitando a construção do Programa Social de Intervenção, que deveria ser atendido e materializado a partir do processo de projeto.

Foi acordado entre os envolvidos - participantes do evento e comunidade - que os projetos deveriam promover um espaço de encontro, recreação, refúgio, chegadas e jogos, através de uma gestão que proponha atividades de ensino e aprendizagem entre a escola, a Universidade e a comunidade, considerando a possibilidade de que os espaços (ambientais, físicos e sociais) sejam replicados, fortalecendo as atividades que atualmente acontecem no bairro. Estes projetos estariam atravessados por perspectivas de classe, raça, gênero e multi etária, promovendo a construção multiautoral e autogestionada do direito à cidade, articulando escola, comunidade e Universidade e operando em três escalas, tendo a escola como ponto de origem dos projetos (figura 8 e 9).

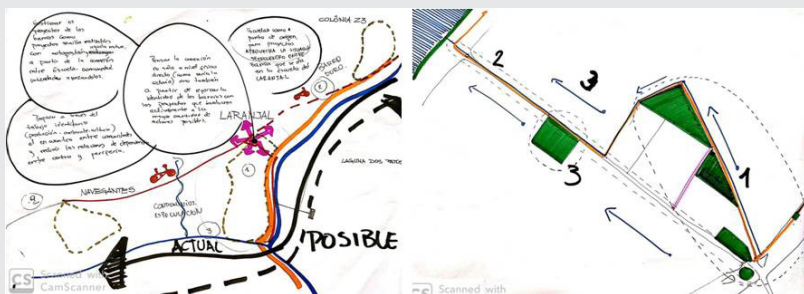


Figura 8 Laranjal: diagramas das propostas macro e média escala. Fonte: Autores 2019.

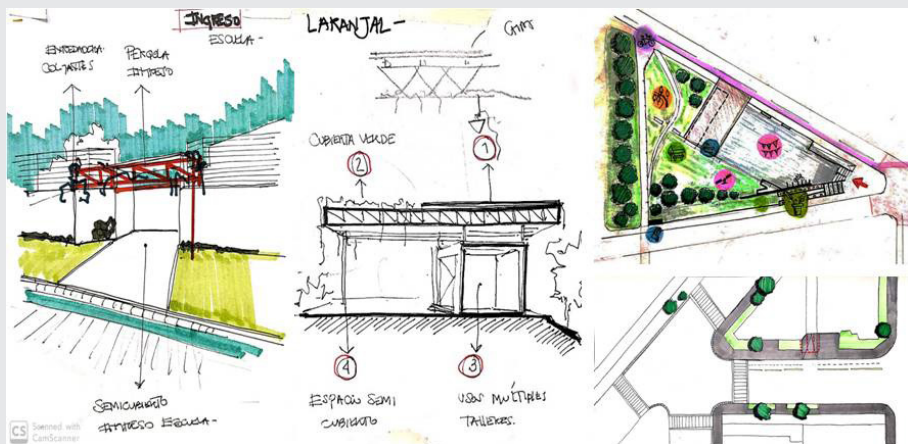


Figura 9: Laranjal: propostas de intervenção na micro escala. Fonte: Autores 2019.

Colônia Z3

Na Colônia de Pescadores Z3 os encontros entre os participantes do evento e representantes da comunidade ocorreram em três lugares distintos: na Escola Municipal de Ensino Fundamental Raphael Brusque, no Sindicato dos Pescadores e na igreja católica local.

A partir destes encontros foi possível identificar alguns pontos críticos relacionados com as possibilidades de produção e apropriação do espaço habitado daquela comunidade, dos quais destacaram-se a distância em relação ao centro de Pelotas e a precariedade do transporte disponível, a falta de espaços de lazer, cultura e reunião, as frequentes inundações que afetam principalmente as casas localizadas às margens da lagoa e a precariedade dos espaços destinados às atividades produtivas (pesca e artesanato).

Desse modo, tomando esta leitura do contexto como referência, foram levantadas as demandas que deveriam converter-se em elementos norteadores do Programa Social de Intervenção e, conseqüentemente, dos projetos a serem desenvolvidos. Segundo o que foi acordado entre todos, este Programa deveria incorporar as dimensões produtiva (qualificando os espaços da pesca artesanal), ambiental (considerando soluções para drenagem, esgotos e manejo de resíduos), sócio-institucional (prevendo espaços de cultura, educação e lazer) e física (mapeamento das áreas com risco de inundação e qualificação das construções existentes).

Tomando como pressuposto estas dimensões, os projetos deveriam promover a identidade e as raízes da vizinhança, antecipar a temporalidade das inundações como

um processo de equilíbrio entre o ambiente natural e o ambiente construído, tornar visível o conhecimento popular e o enorme esforço humano organizado pelos habitantes nos processos reprodutivos e produtivos, latentes nos espaços ligados à habitação e fortalecer os espaços existentes e as novas atividades de cultura e lazer apropriadas pelos habitantes (figura 10).

Este Programa converteu-se em dois projetos específicos principais, que interferem essencialmente nas escalas médias do bairro.

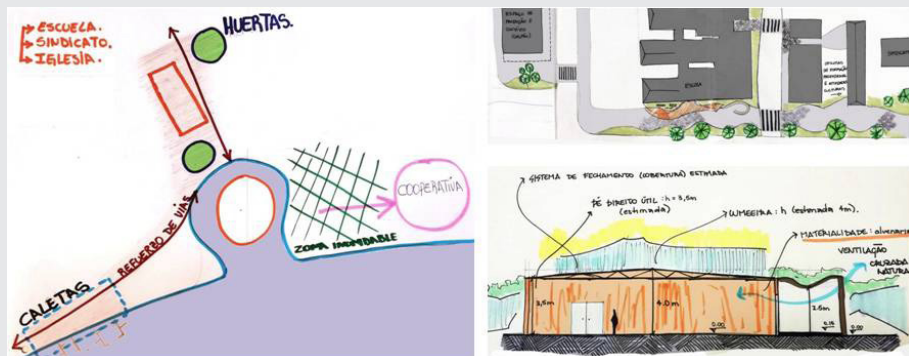


Figura 10: Colônia Z3: propostas de intervenção na macro escala, para a escola e cooperativa.
Fonte: Autores 2019.

No primeiro, uma proposta de desenho urbano seria o suporte para a implantação de novos edifícios e novos usos em edifícios existentes, buscando, dessa forma, atender à demanda de cultura, lazer e formação. O projeto definiu a requalificação da rua, o alargamento das calçadas e a arborização da via que conecta a sede do sindicato, a Escola e o antigo galpão da cooperativa de artesanato. Junto à sede do sindicato foi projetado um pavilhão anexo que teria como função servir de espaço de formação. Foi prevista a expansão do pátio da escola a partir de uma cobertura que possibilite diferentes atividades, assim como um contato qualificado com a rua. E o antigo galpão foi remodelado para receber eventos e atividades culturais.

O segundo projeto trabalhou a relação entre o bairro e a água, consolidando propostas nas quais articulavam-se as moradias, espaços livres e espaços de produção. Foi projetado unidades habitacionais elevadas, atendendo diferentes demandas a partir de várias tipologias, e a conexão entre elas, propondo a circulação também como área de convivência. Pensou-se também na relação com a praia, com os barcos de pesca e atracadouros (figura 11).



Figura 11: Colônia Z3: propostas de projeto para habitação. Fonte: Autores 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos destacar, tanto na organização das atividades do evento quanto no processo projetual proposto, a construção de um consenso metodológico a partir de uma leitura crítica da experiência anterior, e o diálogo entre diferentes perspectivas e experiências de atuação, resultando na qualificação das propostas projetuais e contribuições ao debate no campo da arquitetura e do urbanismo.

A hipótese proposta para o desenvolvimento dos trabalhos na cidade de Pelotas foi construída a partir da sobreposição de camadas de reflexão temática e geográfica. Assim, localizando sobre bases do território — áreas ambientalmente frágeis e de urbanização desigual e precária —, as relações de ampliação do acesso a serviços públicos através da Universidade, com recorte às políticas de educação, aproximando-se às escolas públicas como possibilidade de atuação e centro de referência nessas áreas, para a formulação de projetos com objetivo de qualificar, ampliar e problematizar essas relações.

Resultando na definição de 03 regiões de trabalho, o bairro, o bairro Laranjal e a Colônia de Pescadores Z3. Todas regiões foram confrontadas por 03 escalas de intervenção: macro, relações entre ambiente natural, cidade e universidade; média, articulação dessas relações na região a partir de centros de referência; e micro, no projeto de intervenções. Propiciando, assim, uma construção não fragmentada sobre os contextos e a integração qualificada de perspectivas externas.

Na escala macro, no caso da Colônia de pescadores Z3, destacam-se as propostas urbanas de viabilização do atendimento de demandas por cultura, ócio e trabalho e

renda, a partir da qualificação da integração ao ambiente natural. No bairro Laranjal, por sua vez, a proposta de incorporação de espaços urbanos subutilizados como suporte para a ampliação das relações Universidade e bairro, na área da escola pública e entorno, consolidando-a como ponto de articulação qualificado entre os bairros atendidos.

Na escala intermediária, as propostas pautaram-se na construção de uma perspectiva não fragmentada do espaço urbano e os conflitos nas regiões trabalhadas. Na Colônia de Pescadores Z3 o projeto estruturou uma proposta de qualificação do percurso entre instituições de referência para o bairro, integrando o Sindicato de Pescadores, o posto de saúde, a escola pública e a associação Comunidade em Rede. Da mesma forma, foram desenvolvidas propostas de integração de áreas livres e verdes, relacionada à qualificação, replicação de soluções e articulação e soluções de infraestrutura e saneamento, nas regiões do Laranjal e Navegantes.

Na micro escala, destacam-se na contextualização e atendimento das demandas levantadas e construídas no diálogo com a comunidade. No bairro Laranjal, as propostas organizaram-se em torno da apropriação e qualificação do espaço público subutilizado como expansão de atividades da escola e da comunidade, incorporando-o a partir de alternativas coletivas de soluções e técnicas construtivas, assim como usos e atividades integradoras. No bairro Navegantes, a proposta contemplava a integração espacial e entre atividades do quarteirão de serviços públicos, a partir da proposta de uma praça de equipamentos, viabilizada através de etapas de execução, com experimentação crítica de soluções e técnicas alternativas, que potencializariam o processo de apropriação e ampliação das relações entre Universidade, serviços públicos e o bairro, tendo a escola como espaço de interlocução.

É possível observar, de forma geral, elementos possíveis para a leitura de heterogeneidades na produção urbana e formas de qualificá-las. A hipótese de trabalho a partir das escolas públicas como forma de inserção nos territórios e espaços de suporte para articulação das comunidades aparece como instrumento para o levantamento de demandas e contextos e a construção coletiva de alternativas em comunidades de organização fragilizada. Enquanto qualificação e elaboração de propostas, a diversidade de perspectivas mobiliza o debate, a partir das diferentes relações com o território e o contexto, tendo o projeto como suporte para experimentação e validação desses consensos. Destaca-se, também, o processo de projeto, desde o contato com o território - do todo ao particular -, a produção coletiva de propostas - de grandes grupos por regiões de trabalho a grupos menores na elaboração de projetos complementares em diferentes escalas para uma mesma região -, e a constante revisão dos trabalhos produzidos, possibilitando críticas e articulação de soluções entre regiões e escalas. Desse modo,

formulam-se alternativas possíveis para a superação da produção do espaço urbano desigual e precário nos contextos trabalhados.

REFERÊNCIAS

CARRASCO, André de Oliveira Torres. “O processo de produção do espaço urbano na cidade de Pelotas: subsídios para uma reflexão sobre o desenvolvimento das relações de desigualdade entre centro e periferia”. **Oculum Ensaios**. Campinas: Puccamp, Vol. 14, N. 3, 2017, pp. 595-611

FERNANDEZ CASTRO, Javier. Metro>Intra>Meta. Categorías para leer y proyectar la ciudad latinoamericana. In: [UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA/FACULTAD DE ARQUITECTURA]. **Jornadas de Investigación en Arquitectura**. Montevideo. Universidad de La Republica, 2007. sp.

GORELIK, Adrián. “A produção da cidade latino-americana”. Tempo social. São Paulo: Universidade de São Paulo, V.17, N.1, 2005, pp. 111-133

MANSUETO, Clara. **Proyectar desde la experiencia del habitar**: lecturas participativas en los talleres en el Barrio Los Pinos. In: JAIME, Eugenia; SALVARREDY, Julian; BUSTI, Loreno (org.). **Lecturas territoriales en contextos de desigualdade**. . Buenos Aires: Proyecto Habitar, 2015. pp. 63-73.

CONJUNTURAS TRANSNACIONAIS: A IGREJA MATRIZ SÃO PAULO APÓSTOLO, BLUMENAU, SANTA CATARINA

**TRANSNATIONAL CIRCUMSTANCES: SÃO PAULO
APÓSTOLO MOTHER CHURCH, BLUMENAU, SANTA
CATARINA**

**CIRCUNSTANCIAS TRANSNACIONALES: IGLESIA
MATRIZ SÃO PAULO APÓSTOLO, BLUMENAU,
SANTA CATARINA**

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

COVATTI, Leodi Antônio

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo;
Universidade Federal de Santa Catarina
leodi.covatti@gmail.com

DAUFENBACH, Karine

Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo;
Universidade Federal de Santa Catarina o
kdaufenbach@yahoo.com.br

RESUMO

As conjunturas que envolvem a execução da Igreja Matriz São Paulo Apóstolo (1953-1963) contribuem para a compreensão de um cenário amplo no qual estão inseridos o Brasil e a Alemanha. Obra dos arquitetos Dominikus e Gottfried Böhm, grandes nomes da arquitetura alemã, é ainda hoje um símbolo da cidade de Blumenau, em Santa Catarina. Seu desenho é detentor de camadas simbólicas que navegam pela tradição cristã e pela modernidade galopante de uma região que se via em forte expansão populacional e econômica na época da sua concepção. As transferências culturais que perpassam o objeto arquitetônico servirão de guia para uma narrativa calcada nas conexões entre os atores e os contextos que possibilitaram a edificação do templo e sua relação na urbe.

PALAVRAS-CHAVE: Dominikus Böhm. Gottfried Böhm. Igreja Matriz São Paulo Apóstolo. Blumenau. Arquitetura Religiosa. Modernidade.

ABSTRACT

The circumstances surrounding the construction of São Paulo Apóstolo Mother Church (1953-1963) contribute to the understanding of a broad scenario inside of which are Brazil and Germany. The project is due to the efforts of architects Dominikus and Gottfried Böhm, two great names of German church architecture, and it remains until today a symbol of Blumenau city, one of the largest cities in Santa Catarina State. Its design has symbolic layers that navigate through Christian tradition and through the rampant modernity of a region that was experiencing a strong population and economic expansion during the period of its conception. The cultural transfers that cross the architectural object will serve as a guide to a narrative based on the connections between the actors and contexts that made it possible both the construction of the temple and its strong relationship with the town.

KEYWORDS: Dominikus Böhm. Gottfried Böhm. São Paulo Apóstolo Mother Church. Blumenau. Religious Architecture. Modernity.

RESUMEN

Las circunstancias que rodearon la construcción de la Iglesia Matriz São Paulo Apóstolo (1953-1963), en Blumenau, Santa Catarina, contribuyen a la comprensión de un amplio escenario que en el cual se encuentran Brasil y Alemania. Obra de los arquitectos Dominikus y Gottfried Böhm, grandes nombres de la arquitectura religiosa alemana, todavía hoy es un símbolo de la ciudad de Blumenau. Su diseño tiene capas simbólicas que navegan por la tradición cristiana

y la modernidad desenfundada de una región que estaba experimentando una fuerte población y expansión económica. Las transferencias culturales presentes en el objeto arquitectónico servirán como guía para una narración basada en las conexiones entre los actores y los contextos que permitieron la construcción del templo y su relación con la ciudad.

PALABRAS-CLAVE: Dominikus Böhm. Gottfried Böhm. Iglesia Matriz São Paulo Apóstolo. Blumenau. Arquitectura religiosa. Modernidad.

INTRODUÇÃO

Entre todos os povos, a arquitetura religiosa é a primeira a se desenvolver. [...] o monumento religioso responde à mais poderosa necessidade moral, [...] lugar de asilo, de refúgio; proteção [...] é sob a sua sombra que as grandes assembleias religiosas ou civis são realizadas, porque, em circunstâncias sérias, as sociedades formadas precisam se aproximar de um poder sobre-humano para sancionar suas deliberações (VIOLETT-LE-DUC, 1854, p.166, tradução nossa).

O edifício religioso, com seu caráter de exceção e permanência na malha urbana, é capaz de revelar parte dos processos endógenos e exógenos que têm lugar nas cidades. Sua função, posição e arquitetura exteriorizam valores que transcendem o objeto construído, mas que este tem o poder de narrar. Nos anos 1950, o arrojado projeto para a nova Igreja Matriz São Paulo Apóstolo^[1] (1953-1963), em Blumenau, Santa Catarina, assinala um importante episódio para a cidade, tornando-se um símbolo urbano de forte carga identitária para a comunidade. O desenho, até então incomum se comparado aos padrões historicistas executados na região, mas de fácil apreensão e forte apelo estético, veste insígnias da modernidade, ainda que não rechace a tradição arquitetônica. Incumbência destinada a um dos maiores nomes da arquitetura religiosa do século XX, Dominikus Böhm (1880-1955), e concretizada pelo filho, Gottfried Böhm (1920), distingue-se pela ressemantização de elementos da arquitetura cristã, ora fruto de uma estética que recupera modelos milenares; ora das noções advindas da tecnologia construtiva e da economia, transitando entre tradição e modernidade. Deve sua singularidade à contínua atividade dos Böhm em solo alemão, ao Movimento Litúrgico e também às grandes mudanças sociais que impactaram o modo de projetar igrejas, e que seriam levadas em consideração no Concílio do Vaticano II (1962-1964). Assim, o projeto encapsula duas realidades

[1] A Igreja Matriz foi elevada ao status de Catedral nos anos 2000, com a criação da Diocese de Blumenau. No entanto, no artigo será utilizada a denominação anterior, em referência ao projeto original.

distintas: uma local, em solo brasileiro, numa cidade que mantinha (e ainda mantém) fortes laços com a Alemanha e crescia através das indústrias, querendo-se “moderna”; e outra, estrangeira, no velho continente, de onde foram transferidos conceitos e formas, os quais foram ressemantizados nesse percurso transatlântico.

A concretização do objeto arquitetônico e seu valor identitário na paisagem envolve uma miríade de fatores ligados ao interesse humano. Para entendê-los, como afirma Bruno Zevi, é preciso examinar diversas *conjecturas*: sociais, intelectuais, técnicas e do mundo figurativo e estético, as quais revelam nas suas relações o substrato no qual surge a arquitetura, possibilitando a partir daí uma crítica articulada (ZEVI, 1978, p. 45-47). Tendo-se em mente a complexidade de tal tarefa, é proposta uma análise que parta do objeto e evidencie as trocas e ressemantizações que perpassam a história, o espaço-tempo, e o papel que desempenham em território brasileiro, nem sempre o mesmo da matriz geradora, explorando de que maneira os significados, subordinados ao contexto, mudam (ESPAIGNE, 1999, p. 28). Desta forma, a matriz metodológica baseia-se na construção de uma micronarrativa que busca apreender a singularidade de um edifício de grande impacto urbano: uma igreja católica, construída em solo brasileiro, mais especificamente em uma região de imigração alemã, constituída por um núcleo inicialmente luterano, pelas mãos de importantes nomes da arquitetura religiosa alemã (a qual possui uma tradição construtiva e simbólica própria).

CONTEXTO

Blumenau, cidade localizada no Vale do Itajaí, é fundada como Colônia particular pelo Dr. Hermann Blumenau (1819-1899) no ano de 1850, às margens do Rio Itajaí-Açu, tornando-se muito cedo um núcleo promissor pelo seu crescimento econômico e industrial. Seu desenvolvimento urbano deve muito ao contato permanente com a matriz alemã, da qual eram provenientes equipamentos, mão de obra e bens de consumo (MAMIGONIAN, 1966, p. 481), conectando o núcleo com a ação modernizadora que se processava na Europa (PIAZZA, 1974, p. 46). Menos de meio século depois de sua fundação, é instalada sua primeira indústria têxtil, *Trikotwaren Fabrik Gerbruder Hering* (hoje Companhia Hering) em 1880, setor que viu sua expansão no entre-Guerras, durante o governo de Getúlio Vargas, junto à diversificação da atividade industrial (MATTEDI, 2009, p. 50). Nesta fase também se observa a política de nacionalização levada a efeito pelo governo federal, que vai de encontro à manutenção de costumes identitários de comunidades de colonização mais recente, notadamente a alemã e a italiana no sul do país (SEYFERTH, 1997, p. 97). À sucessão das fases econômicas, junta-se a veloz renovação arquitetônica que se verificou nas principais vias da cidade que, até os anos 1950, eram ladeadas por edifícios de poucos

pavimentos, e que logo cederiam espaço a projetos-ícones, como a nova Igreja Católica e o Grande Hotel, do arquiteto teuto-brasileiro Hans Broos, finalizado em 1964, prenúncios de uma Blumenau que se manifestava moderna (SIEBERT, 1999, p. 78).

O aumento populacional, naquele que fora inicialmente um núcleo colonial de maioria luterana^[2], trazia novas demandas por espaços de culto para o crescente contingente católico. Primordialmente, ambas igrejas partilhavam de projetos alinhados ao revivalismo gótico - estilo recorrente na arquitetura religiosa no século XIX e parte do XX -, assinados pelo engenheiro alemão Heinrich Krohberger (1836-1914), embora a luterana não dispusesse de torre. Presumivelmente, porque não era possível aos templos de qualquer outra religião roubar a feição aos templos católicos (MARX, 1989, p. 164), religião oficial do Brasil até a constituição de 1891. Não obstante, os dois desfrutaram de uma posição elevada, ligeiramente deslocados dos eixos carroçáveis que os circundam, produzindo um efeito cênico na leitura da paisagem, pela presença de templos nas perspectivas das ruas. Entre os possíveis motivos para a escolha dos lotes estão condicionantes físicas do vale, as conhecidas cheias do Itajaí-Açu, a disponibilidade fundiária e proximidade às linhas de acesso e escoamento e ao núcleo de irradiação da administração colonial, ainda que os lotes se encontrem em extremos opostos. Os edifícios, tanto luterano quanto católico, não possuem, por assim dizer, influência no traçado urbano, diferentemente dos núcleos de cultura lusitana no litoral do estado, onde a igreja católica é parte substancial da centralidade e concentra ao redor de si importantes equipamentos urbanos (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 375-396). Parte disso, no caso de Blumenau, pode ser justificado por questões relativas à região de proveniência dos colonos, a saber, Alemanha setentrional e oriental, onde o surgimento dos centros urbanos não decorreu da influência romana, o que orientaria substancialmente a posição e importância dos edifícios religiosos na malha urbana (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 391).

Na colônia blumenauense, a formação do povoamento teve como elemento direcionador o comércio, e o destaque, aqui, dá-se justamente pelo contínuo ganho de importância do eixo da Rua XV de Novembro - eixo de ligação entre as fozes dos Ribeirões da Velha e Garcia, por muito tempo os limites da ocupação (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 369-371), e onde se encontra o terreno da Igreja Católica (Figura 1).

[2] Em 1854, quatro anos após a fundação de Blumenau, a povoação contava com 248 luteranos e 5 católicos (CENTENÁRIO DE BLUMENAU, 1950, p. 277). Já em 1950, a cidade contava com 48.108 habitantes, com mais da metade deles, 24.529, luteranos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1955, p.5).

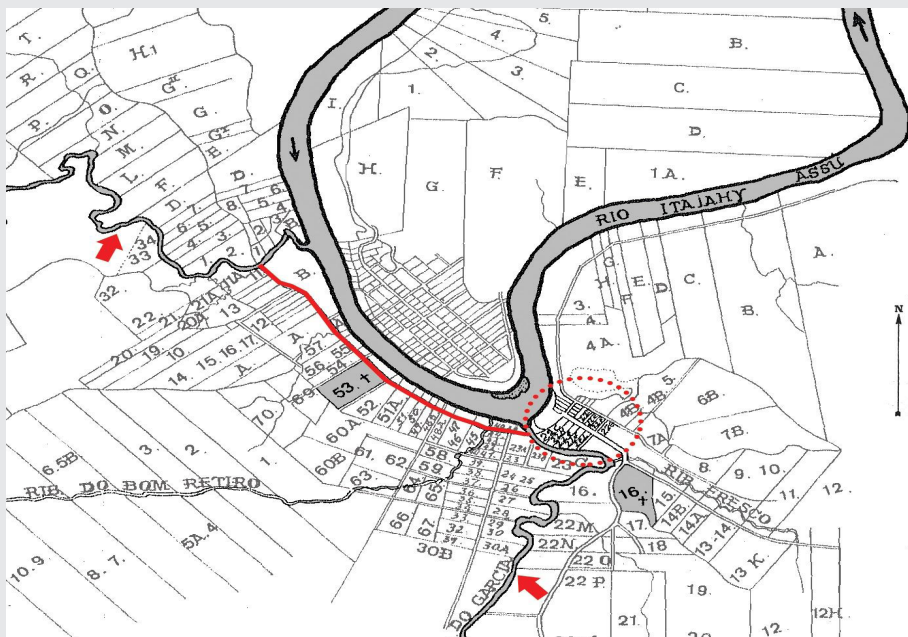


Figura 1: Edição sobre recorte do mapa de Blumenau (1898). Os números 16 e 53 indicam os terrenos das igrejas luterana e católica, respectivamente. Em vermelho estão indicados os Rib. Garcia e Rib. da Velha, a Rua XV de Novembro e local dos edifícios de administração colonial. Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (planta). Edição: L.A. Covatti (2019).

Em direção à elevação topográfica Itajaí acima, a sinuosidade viária da Rua XV conduzia os passantes em direção à antiga Igreja Católica, acessível por uma importante escadaria (Figura 2), que perderia parte de sua força devido a alterações viárias nos arredores, assim como o próprio templo que, com vistas à ampliação da torre e do espaço interno, sofreria sucessivas intervenções de cunho estético e funcional. De certo modo, o projeto da nova Matriz recuperaria a força e o poder de captação originais por meio do gesto certo representado pelo imponente campanário, concluído em 1963, constituindo um importante símbolo para a cidade, de grande impacto visual e identitário (Figuras 3 e 4).

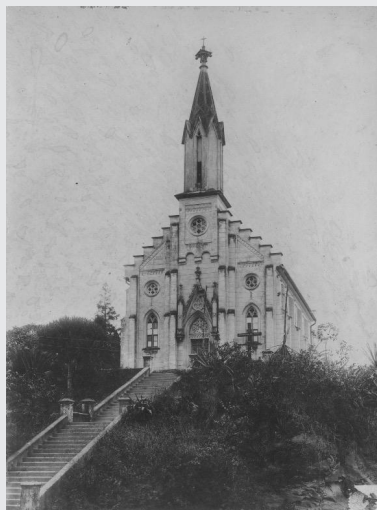


Figura 2: A Igreja católica, dedicada a São Paulo Apóstolo, conforme projeto de Krohberger.
Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.



Figuras 3 e 4: Igreja Matriz São Paulo Apóstolo. A primeira foto, tirada durante a construção do edifício, com a torre da antiga igreja; e a segunda, durante a finalização do campanário nos anos 1960. Fontes: Bohn (2001, p. 81) e Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

O NOVO PROJETO

O projeto da nova Igreja Matriz católica herda valores milenares da arquitetura cristã, porém influenciados pela espacialidade, clareza e simplicidade estrutural que caracterizam o contexto arquitetônico alemão da época. Estas características, em processo de revisão, já estavam sendo apropriadas por ritos eclesiais divergentes, preconizados no âmbito do Movimento Litúrgico, o qual tinha na figura do arquiteto Dominikus Böhm um dos seus porta-vozes. Este projeto é testemunha das mudanças da arquitetura religiosa do século XX, que se nutre também da ruptura estética com os modelos precedentes no bojo dos novos paradigmas da Arquitetura Moderna, bem como posteriormente na confiança atribuída ao “novo” pela Igreja Católica nos seus esforços de *aggiornamento* (atualização) de formas e ritos (AGÜEIRA, 2011, p. 119). A agitação arquitetônica da Europa pós Segunda Guerra lega ao projeto um diálogo com a modernidade^[3], ressemantizado

[3] “[...] de acordo com as análises do processo de ‘modernização’ poderemos enquadrá-la, quer dentro de modelos teóricos, quer utilizando parâmetros tais, como a *economia* (sociedade de mercado, onde predomina a industrialização, onde domina o trabalho industrial sobre o rural), a *urbanização* [...], a *demografia* [...] a *estratificação social* [...], a *família* (baixo grau de integração familiar, a família pequena), a *religião* (pequena influência na família moderna), a *educação* [...], e os *meios de comunicação* (grande influência sobre a massa populacional, com a explosão do conhecimento e refletindo, diretamente, na ampliação da tecnologia, e daí nos meios de comunicações). [...] resultou, inquestionavelmente, um impacto de mudanças sobre as instituições e valores sociais. [...] os ritmos de “modernização” são variáveis e ela se reflete, historicamente, numa visão analítica, causal e inventiva, na multiplicação dos implementos e

em solo brasileiro, capaz de conectar preceitos supra locais, valores que transpassam geografia e tempo e que transbordam os limites do objeto, mas necessariamente o perpassam. Trata-se portanto, da análise de uma realidade complexa, que nem sempre encontrará valores e preceitos certos e estáveis, tão cômodos quanto a alcunha “moderna”.

Em Blumenau, na intenção de suprir as expectativas dos dirigentes responsáveis, que esperavam por seu pai, Gottfried Böhm transita entre os valores tradicionais das igrejas paternas sem deixar os seus próprios. Os frutos da relação com o Brasil contempõem pequenos templos, como o de Presidente Getúlio, bem como a imponente Igrejas Matriz de Blumenau, e a Igreja Matriz São Luís Gonzaga de Brusque, permanecendo no papel as Catedrais para Joinville e Tubarão^[4], todos em Santa Catarina. A importância dos projetos, Igrejas-Matriz e Catedrais, revela a forte ligação identitária das comunidades com as raízes alemãs e a sua manutenção através da arquitetura. Em São Paulo Apóstolo, contudo, o resultado é *sui generis* e aponta para uma nova fase tanto no seio da Igreja Católica quanto na cidade, convertendo-se, em solo brasileiro, numa arquitetura não necessariamente “alemã”, mas “moderna”, refletindo o crescimento urbano e o progresso econômico num contexto de questionamentos e inovações do segundo pós-guerra. Posteriormente, em Blumenau, terá lugar um discutível processo de germanização arquitetônica, propagandeado através de linguagens que simulavam a técnica enxaimel e os chalés alpinos, mormente nas fachadas, com vistas à consolidação de uma imagética alemã de forte apelo turístico.

das técnicas, na flexibilização das estruturas sociais e na permanência da identidade cultural”.
PIAZZA, Walter F. A “modernização” e as elites emergentes: a contribuição alemã. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1974. p.3.

[4] Na compilação de obras do arquiteto, além da Catedral, Gottfried Böhm projetou capelas e igrejas para Tubarão e uma casa em Itajaí (VOIGT, 2006, p. 251-255).

O complexo da nova Igreja Matriz é composto por um conjunto de três volumes distintos, estes, em ordem de percepção a partir da Rua XV de Novembro, são: o campanário junto à escadaria, o edifício principal e o batistério (Figura 4). Ao subir os degraus, já a meio caminho - uma vez rompida a barreira que separa o terreno santo do secular, simbolicamente representada pelo portal do campanário -, avista-se o volume da igreja, percebido em sua totalidade, em perspectiva, no hall do qual está incrustado o singular batistério octogonal - o batismo precedendo o ato de adentrar o espaço sagrado. Na leitura externa do edifício (Figura 5), é inevitável a lembrança de um templo greco-romano, amplificada pelas colunatas, aos moldes de um pseudoperíptero, com colunas livres na seção frontal porticada, e embutidas nas laterais. Aos fundos, uma grande rosácea solitária junta-se aos elementos reconhecíveis da tradição cristã, perfurando a massiva parede em pedra, um forte contraste entre a delicadeza dos vitrais e o granito lavrado que os sustém. A planta é percebida retangular^[5], tripartida simbolicamente pelos pilares (Figura 6), com elevação típica às Hallenkirchen^[6]. O espaço é unificado, sem capelas laterais ou barreiras físicas à circulação e alude discretamente à obra Perretiana, em Notre-Dame du Raincy, pela racionalidade e exposição dos elementos estruturais e o caráter verticalizante, manifesto aqui pelo renque de pilares que escapam à escala humana.

[5] Na realidade, coro e órgão, na lateral direita do batistério, adentram no volume do anexo paroquial, conforme plantas do conjunto de 1953.

[6] O termo, creditado a Wilhelm Lübke (SCHENKLUHN, 1989, p. 194), é traduzido em português como Igrejas-salão, tendo seus próprios representantes brasileiros durante o período da arquitetura colonial (ALBERNAZ, 1998, p. 309). Lübke, em seu estudo sobre a arte medieval na Vestfália (atualmente Alemanha), introduz, a partir da arquitetura românica, no capítulo sobre a florescência e transição para estilo gótico, o termo Hallenkirchen para se referir a uma forma edilícia particular, em que as naves laterais têm a mesma altura da nave principal. Exemplares desse grupo estão amplamente presentes na área da diocese de Münster, e alguns na área que se estende entre os rios Lippe e o Ruhr (LÜBKE, 1853, p.145).



Figura 4: A nova Igreja Matriz São Paulo Apóstolo. Perspectiva do conjunto. Fonte: IBGE - Catálogo Digital do IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=446680&view=detalhes>. Acesso em: 20 mar. 2020.

A engenhosidade do volume externo, com os diferentes edifícios, reporta a majestosos exemplares da tradição religiosa católica, sendo visível, por exemplo, nos Domos de Florença, Parma ou Pisa. A organização espacial reitera os moldes tradicionais: três acessos frontais nos levam a um caminho processional aos moldes basilicais, terminando no presbitério elevado, ao fundo, junto à rosácea. A presença reduzida de elementos no interior é contrabalanceada pelo caráter ornamental tanto dos equipamentos de culto, em materiais nobres e formas desembaraçadas de qualquer subterfúgio decorativo, quanto dos elementos estruturais, que emolduram os fechamentos em pedra e conformam os vitrais. Ainda, as abóbadas, mais têxteis que tectônicas, concorrem para a leveza do todo junto aos delgados suportes. A iluminação é abundante, notadamente aos fundos, na área do altar e, pelo efeito perspectivo causado pelo renque de pilares e elevação do presbitério, banha a área dramaticamente (Figura 7). Assim como nas Igrejas Góticas, a iluminação provém da utilização dos vitrais dentro da modulação estrutural, com a diferença que não há o efeito matizador devido à majoritária presença de vidro incolor. Percebe-se também que, mesmo retirando da arquitetura religiosa grande parte

da ornamentação - que serviu por milênios à transmissão da cultura dentro destes espaços, e mesmo da identidade simbólica do objeto “igreja” como tipo - característica em si moderna (SÁ, 2005, p. 108), o cerne da tradição é mantido, despido de algumas camadas que já não carregavam os valores, dentro de um contexto de revisão arquitetônica e de mudanças sociais.



Figura 5: Perspectiva da margem oposta do Rio Itajaí-Açu. Ao centro, o templo católico, antes da finalização do campanário. Final dos anos 1950. Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

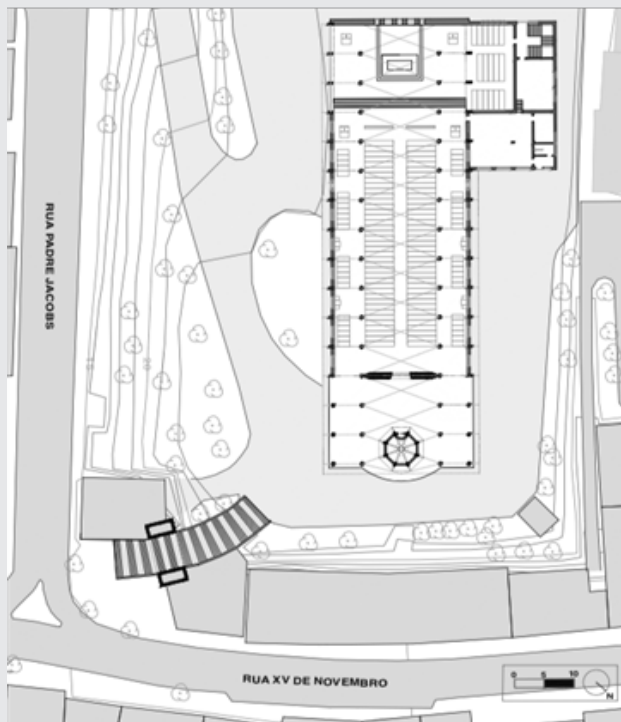


Figura 6: Implantação da Igreja Matriz São Paulo Apóstolo. Planta-baixa da igreja baseada no original de 1953. A posição e formato da escadaria, assim como da torre é uma aproximação baseada no Levantamento Planialtimétrico do município. Fonte: Museu Museu de Hábitos e Costumes de Blumenau (planta). Prefeitura Municipal de Blumenau (Planialtimétrico). Desenho: Leodi Antônio Covatti (2019).

O projeto ocupa um lugar de transição na trajetória dos Böhm, esta que, no Brasil, começa já em 1937, em Timbó^[7]. O contato com a América Latina, depois da Segunda Guerra, foi mediado pelo arquiteto franciscano Cajetan Baumann, de Nova York, na firma do qual Gottfried trabalhou quando da sua estada nos Estados Unidos (JAMES-CHAKRABORTY, 2005, p. 100). Em Blumenau, um dos principais incentivadores do projeto foi o então Vigário da cidade, Frei Brás Reuter (1909-1990), O.F.M.^[8], que iniciou seus estudos no Mosteiro Franciscano de Garnstock, Bélgica, emitindo os votos simples 1933, já no Brasil (CRUZ, 1963, p.61). O projeto de conversão e extensão, de 1934, para o complexo do

[7] Dominikus Böhm projeta uma igreja para a comunidade “Heimat” em Timbó, Santa Catarina.

[8] Ordem dos Frades Menores ou também Ordem dos Franciscanos.

mosteiro de Garnstock é de Dominikus Böhm^[9]. Na região há projetos do arquiteto, que tinha escritório em Colônia, bem como de nomes como Martin Weber e Rudolf Schwarz, arquitetos também inseridos no Movimento de Reforma Litúrgica e que trabalharam em parcerias com Dominikus. De modo geral, o apelo deste não era pela ruptura com a tradição, pois, embora claramente renovador, reconhecia os limites da modernidade, valendo-se da moderação e fornecendo uma experiência emocional rica calcada em valores espirituais e arquitetônicos perenes, levando em conta, ainda, a executabilidade financeira (JAMES-CHAKRABORTY, 2005. p. 100)^[10].



Figura 7: Interior da Igreja Matriz São Paulo Apóstolo. Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

[9] Como também apontado por Barbara Borgässer (2020), que gentilmente nos forneceu acesso ao seu artigo. BORNGÄSSER, Barbara. Neugotik und Moderne im Süden Brasiliens: Die Kirchenbauten Gottfried Böhms. In: BORNGÄSSER, Barbara; KLEIN, Bruno (ed.). **Neugotik global - kolonial - postkolonial: gotisierende Sakralarchitektur auf der iberischen Halbinsel und in Lateinamerika vom 19. bis zum 21. Jahrhundert** (Ars Iberica et Americana, Bd. 21). Madrid / Frankfurt a. M.: Iberoamericana/Vervuert, 2020. p. 251-262.

[10] No Caso de Blumenau, o custo do projeto dos Böhm era 3 vezes menor que o do primeiro projeto posto em apreciação, do arquiteto alemão Simão Gramlich (Matriz, 1963, p. 88).

Os elementos volumétricos que tornam a Igreja Matriz São Paulo Apóstolo distintiva, o campanário, o batistério e a igreja, apartados uns dos outros, têm grande peso na obra dos Böhm e tomam pra si, muitas vezes, o protagonismo do projeto. A análise e descrição das formas arquetípicas na cultura cristã é um dos temas explorados por Corrado Ricci no seu livro *Romanische Baukunst in Italien*[11] de 1925. Segundo Rudolf Schwarz^[12] (2005, p. 119) este livro serviu como inspiração a Dominikus Böhm, o qual teve a oportunidade de conferir *in loco* diversas obras da arquitetura românica, especialmente no norte da Itália (VOIGT, 2005, p.173).

O românico primevo foi sua entrada no mundo das formas arquitetônicas arquetípicas, das grandes superfícies retangulares, os cubos, os cilindros e sua relação de equilíbrio, e estes arquétipos não eram mera estereometria, mas formas consistentes de esplendor terreno e sagrada existência (SCHWARZ, 2005, p. 119, tradução nossa).

Dominikus empresta ao românico inúmeras simbologias, a robustez e magnificência, incorporadas magnificamente na Igreja St. Josef (1928-32), em Zabrze, obra de que teve grande impacto na arquitetura religiosa, inclusive nas Américas. Arcadas sobrepostas ladeadas por imponentes empenas que se projetam do edifício recebem os fiéis através de um hall que ostenta uma magnífica rosácea; elaborando uma composição que, embora indiscutivelmente calcada na tradição, insufla ares das modificações que ocorriam no seio da igreja e no mundo:

As igrejas mais admiradas de Böhm nos Estados Unidos, [notadamente St. Engelbert e St. Josef] desenvolvidas ao longo de três décadas, tinham várias características em comum. Formas não decoradas, porém dramáticas, encerravam plantas baixas abertas e por meio de materiais nobres, enfatizados por um manuseio admirável da luz natural. Criadas para aumentar o senso de comunidade entre os crentes, que em grande parte vinham da classe trabalhadora e da classe média baixa, essas estruturas foram percebidas como profundamente democráticas após a [primeira] guerra. (JAMES-CHAKRABORTY, 2005, p. 92, tradução nossa)

A moderação e apropriação de formas precedentes da cultura construtiva cristã ainda é percebida em São Paulo Apóstolo, que já se insinua, contudo, numa transição

[11] Arquitetura Românica na Itália.

[12] Na compilação de ensaios sobre Dominikus Böhm, editada em 2005 por Wolfgang Voigt e Ingeborg Flagge, foi reimpresso pela primeira vez o texto de Rudolf Schwarz de 1955, por ocasião da morte de Dominikus Böhm, na revista *Baukunst und Werkform* n. 8, 1955, p. 72-86.

entre pai e filho, de modo que Gottfried começaria a “criação de espaços arquitetônicos que, em sua expressão, são diametralmente opostos aos prédios pesados e terrenos do pai, e que, apesar disso, parecem comunicar a solenidade, e de fato criam uma nova forma de sacralidade alegre.” (SPEIDEL, 2006, p. 90, tradução nossa). Junte-se a isso a redução e abstração dos elementos arquitetônicos - retábulos, arquibancadas, capelas, e de rito, como a mesa do altar, os confessionários, a pia batismal, castiçais, sacrários, um conjunto de objetos que retiram da simplicidade projetual a nobreza e a noção de dignidade, opondo-se à ostentação ou reincidência de formas históricas. Essa depuração (ou purificação estética), leveza e clareza espacial advinda da transparência e desierarquização espacial, surpreendem o observador, inclusive, por vezes, confundindo-o - como retratado no filme “Férias no Sul”, de 1967, sob direção de Reynaldo Paes de Barros, em que o protagonista questiona se o templo é protestante - possivelmente pela forma edílica, volume simples e sem ornamentação, típico dos edifícios luteranos. A reduzida ornamentação conta com releituras - inclusive por meio de abstrações, como no vitral da rosácea - da simbologia sagrada, ficando o culto à imagem retido à uma estátua da Virgem Maria à esquerda do altar, remanescente do antigo templo^[13].

A depuração e transparência do projeto está em consonância com que era interessante à época da entrada de Gottfried no escritório paterno, nos anos 1950, período em que estruturas leves e transparentes dominavam todos os arquitetos alemães “progressistas” e que queriam acompanhar o desenvolvimento da engenharia estrutural (SPEIDEL, 2006, p. 84). A delicadeza oriunda da possibilidade construtiva do concreto e dos panos de vidro reproduz-se em suas lajes, conchas e na profusão escultórica de abóbadas e elementos tensionados em sua obra/ em seus projetos, acompanhados de linhas de pilares esbeltos, elementos presentes também em São Paulo Apóstolo. Segundo Wolfgang Voigt, Gottfried deu ao projeto brasileiro uma dupla fileira de suportes redondos que se misturam a um saguão aberto, em memória ao famoso perfil do projeto de Heinrich Tessenow para um resort à beira mar, em Rügen, de 1936 (VOIGT, 2006, p. 14). O perfil de pilares obtidos reitera não somente a leveza resultante, mas também a técnica construtiva em franca expansão que naquele momento despontava em edifícios

[13] Os elementos remanescentes da antiga Matriz, como imagens e órgão, contrastam com o desenho simples do edifício e dos equipamentos, que primam pela simplificação geométrica sem grande apelo ao figurativo. A arquitetura tem um papel fundamental, pois seria o próprio ornamento (SÁ, 2005, p. 100). Esse suposto despojamento coloca o foco no conteúdo imaterial do espaço, que é o rito em si, a troca que acontece no espaço sagrado, mais que o êxtase artístico provocado pelas imagens, pinturas e ornamentação. Cria um espaço de exceção e silêncio meditativo.

profanos, até mesmo em Blumenau, não sendo necessário, àquela altura, evitá-los ou escondê-los. A estrutura, simples e racional, junto aos extensivos panos de vidro, são o *moto* de São Paulo Apóstolo e o seu sopro da modernidade, acerca dos quais se poderia dizer com Manfred Speidel, quando descreve a Igreja St. Conrad em Neuss, de 1953: o que “de fora poderia parecer uma mera fábrica, vem a ser internamente uma emocionante área festiva” (SPEIDEL, 2006, p.98, tradução nossa).

O campanário, grande protagonista da obra, popularmente chamado de torre da Matriz (Figura 7), é um imponente portal de quarenta e cinco metros que separa o grande movimento comercial da Rua XV de Novembro e o terreno destinado ao edifício, dá acesso à escadaria e virtualmente recupera a continuidade e imponência da antiga Igreja Matriz. Elemento arquitetônico de grande visibilidade, carrega simbolicamente o anseio de progresso moral e físico da cidade que cresce, impondo-se como um cartão de visitas que aponta para a futuro. Extrapolando os significados estritamente religiosos vêm creditada, em 2005, a símbolo da cidade de Blumenau, reforçando ainda hoje a ligação do elemento ao processo de modernização (MATTEDI, 2009, p. 160). A composição dos elementos é cerimonial, representado o caminho ascendente em direção ao bloco do templo. A sucessão de elementos até o acesso à igreja, as membranas, paredes ou portais, que parecem “bloquear” os acessos, é um tema bastante explorado pelos Böhm (SPEIDEL, 2006, p. 100).



Figura 7: Perspectiva da Rua XV de Novembro, em torno de 1960, com o campanário da “nova” Igreja Matriz, virtualmente recuperando a posição da antiga torre. Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Em São Paulo Apóstolo (Figura 8) foi possível reunir valores da cultura cristã à arquitetura de seu tempo, respeitando as condicionantes locais e também aquelas que eram colocadas em solo europeu nos espaços de culto. As tentativas de atualização da Igreja no século XX culminaram, em última análise, no Concílio Vaticano II e sua ênfase na participação ativa dos fiéis, desierarquização do espaço de culto e simplificação de ritos, reformas que impactariam a arquitetura. Na Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* de 1963 consta que na construção de edifícios sagrados se leve em conta a participação ativa dos fiéis, que o estilo dos edifícios, desde que reverentes e honrados ao uso sagrado, não era imóvel, e que “A igreja nunca considerou um estilo como próprio seu [...]”, frisando no artigo 128, a “construção funcional e digna dos edifícios sagrados, ereção e forma dos altares, nobreza, [...] dignidade e funcionalidade do batistério, conveniente disposição das imagens, decoração e ornamentos” (Concílio Vaticano II, 1963), deixando evidente seu parecer em relação à modernidade eminente.

A recuperação de tipos e arquétipos da tradição resultou, junto às novas técnicas construtivas e à observância dos movimentos de renovação, num modelo tão transformado que já não cabe em definições arquitetônicas fixas. Lembrando ainda que os processos de ressemantização e transferências culturais que permeiam a arquitetura são complexos “enquanto [os] próprios espaços culturais são atravessados por correntes anteriores que os constituem” (ESPAGNE; FONTAINE, 2018). A narrativa então, como sugere Cardoso (2016), tem como foco destacar os processos de circulação e metamorfoses, mais que a sucessão de estilos arquitetônicos ou movimentos.

É na mudança do paradigma da edificação religiosa que reside a modernidade de São Paulo Apóstolo, obra que, mesmo tributária de fontes externas à realidade local, se traduz como novidade, progresso moral, e espelha o crescimento econômico e populacional dando forma e concretude às mudanças urbanas. Ainda que recorra à lembrança das catedrais góticas, tal sentimento é varrido pela atmosfera leve e jovial do conjunto, solar e ventilada. As arcadas, que em Dominikus remetiam aos grandes aquedutos romanos, e faziam interface com grande volumetrias massivas, aqui são como filigranas, uma suave transição ritmada e simétrica, com ordem, clareza e leveza. A separação das funções (campanário, batistério e igreja), composição manifesta na obra dos Böhm, retoma tradições milenares, o que inclusive parece ter acudido a um plano de obras onde era necessário a manutenção da igreja antiga até a construção da nova, aliando à composição tradicional, ainda que espaço-temporalmente distante da realidade local, o frescor das composições de Gottfried Böhm.

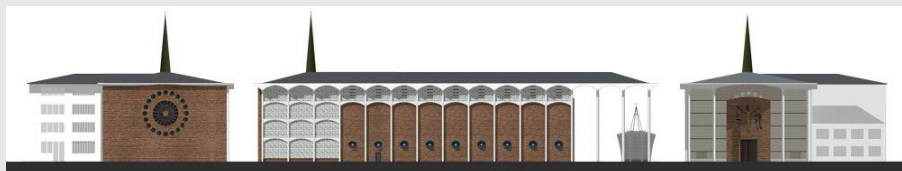


Figura 8: Esquemas compositivos das fachadas posterior, lateral e frontal (batistério omitido para melhor visualização) baseados no original de 1953. Fonte: Museu de Hábitos e Costumes de Blumenau (planta).

Desenho: Leodi Antônio Covatti (2019).

O edifício sacro nesse momento ganha novos contornos e, se por um lado, perde a imagética à qual era até então associado, como suporte de uma continuidade da tradição, por outro lado ganha em se colocar perante uma sociedade que se via em plena mudança, inserindo a igreja temporalmente num quadro de releituras que irão atualizá-la, notabilizando-a em novos contextos. Dessa forma, o projeto da Igreja Matriz São Paulo Apóstolo é um termômetro das mudanças que terão lugar na cidade, e, na sua dianteira, permanece um gesto poderoso, que ainda hoje representa o ímpeto renovador da cidade. Retirada a gravidade do espaço sacro, a sua leveza e depuração apelam aos sentidos e dialogam com uma nova realidade, resultando em um conjunto arquitetônico que consegue, pelas suas particularidades, afastar-se de pré-concepções e permanecer um exemplar religioso relevante. São Paulo Apóstolo promove a atualização do espaços de culto e sinaliza os processos que teriam lugar na arquitetura de seu tempo como um todo, refletindo a liberdade estética de que novos templos desfrutariam tanto em solo europeu quanto fora dele. Não era só a arquitetura religiosa que estava em movimento neste período do breve século XX, no qual arquitetos, teólogos e estudiosos foram chamados a pensar a igreja frente aos desafios com que se deparava, cientes, como os Böhm, dos desafios e tensões entre tradição e modernidade, transgredindo suas fronteiras sem estereotipá-las.

REFERÊNCIAS

AGÜEIRA, Silvia Blanco. La arquitectura religiosa europea en el marco de la modernidad. **BAC Boletín Académico**. Revista de investigación y arquitectura contemporánea, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 18–26, 2011.

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. São Paulo: Proeditores, 1998.

Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau.

BOHN, Antônio Francisco. **Diocese de Blumenau diocese do amor**. Blumenau: Três de Maio, 2001.

BORNGÄSSER, Barbara. Neugotik und Moderne im Süden Brasiliens: Die Kirchenbauten Gottfried Böhms. In: BORNGÄSSER, Barbara; KLEIN, Bruno (ed.). **Neugotik global - kolonial - postkolonial: gotisierende Sakralarchitektur auf der iberischen Halbinsel und in Lateinamerika vom 19. bis zum 21. Jahrhundert** (Ars Iberica et Americana, Bd. 21). Madrid/Frankfurt a. M: Iberoamericana/Vervuert, 2020. p. 251-262.

CARDOSO, Marianna Gomes Pimentel. Os “transferts culturels” e a Historiografia da Arquitetura: Usos e Perspectivas no Brasil. In: ENANPARQ, 4., 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Propar/ufrgs, 2016. p. 1-17. Disponível em: <https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/s42-02-cardoso-m.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

CENTENÁRIO DE BLUMENAU: 1850-1950. Blumenau: ed. da Comissão de Festejos/ Liv. e Tip. Blumenauense, 1950.

Concílio Vaticano II. **Constituição Sacrosanctum Concilium**. Vaticano. 1963. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html. Acesso em 25 nov. 2019.

CRUZ, Sebastião. Padre Frei Brás Reuter OFM. In: Matriz de São Paulo Apóstolo. Blumenau: Liv. e Tip. Blumenauense, 1963.

ESPAGNE, Michel. **Les transferts culturels franco-allemands**. 1. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

ESPAGNE, Michel; FONTAINE, Alexandre. Viajando com o conceito de transferências culturais: entrevista com Michel Espagne. **Cadernos CIMEAC**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 6, 2018.

FÉRIAS no Sul. Direção de Reynaldo Paes de Barros. Rio de Janeiro: Rpb Filmes, 1967. (105 min.), son.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Coleção de monografias**: Blumenau. Rio de Janeiro, n. 60, 1955. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n60_blumenau.pdf Acesso em 10 abr. 2020.

JAMES-CHAKRABORTY, Kathleen. Dominikus Böhm in Amerika. In: VOIGT, Wolfgang; FLAGGE, Ingeborg (Eds.). **Dominikus Böhm 1880-1955**. Tübingen/Berlim: Ernst Wasmuth Verlag, 2005. p. 89-101.

LÜBKE, W. **Die mittelalterliche Kunst in Westfalen**: nach den vorhandenen Denkmälern dargestellt. Leipzig : Weigel, 1853. Disponível em: <https://reader.digitale-sammlungen.de/resolve/display/bsb10258499.html>. Acesso em 10 abr. 2020.

MAMIGONIAN, Armen. **Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: Separata, 1966.

MATTEDI, Paulo Roberto. **Uma leitura da construção da paisagem da Rua 15 de Novembro - Blumenau - SC**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MARX, Murillo. **Nosso chão**: do sagrado ao profano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

Matriz de São Paulo Apóstolo. Blumenau: Liv. e Tip. Blumenauense, 1963.

Museu de Hábitos e Costumes de Blumenau.

PELUSO JÚNIOR, Víctor Antonio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

PIAZZA, Walter F. **A “modernização” e as elites emergentes**: a contribuição alemã. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1974.

Prefeitura Municipal de Blumenau.

SÁ, Marcos Moraes de. **Ornamento e Modernismo: A Construção de imagens na arquitetura**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

SCHENKLUHN, Wolfgang. Die Erfindung der Hallenkirche in der Kunstgeschichte. **Marburger Jahrbuch für Kunstwissenschaft**, [s. l.], v. 22, p. 193-202, 1989.

Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1348637>. Acesso em 10 abr. 2020

SCHWARZ, Rudolf. Dominikus Böhm. In: VOIGT, Wolfgang; FLAGGE, Ingeborg (Ed.). **Dominikus Böhm 1880-1955**. Tübingen/Berlim: Ernst Wasmuth Verlag, 2005. p. 119-120.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 10 jan. 2020.

SIEBERT, Claudia. **A evolução urbana de Blumenau: O (des)controle urbanístico e a exclusão sócio-espacial**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

SPEIDEL, Manfred. Gottfried Böhm's Churches: A Typological Study. In: VOIGT, Wolfgang (Ed.). **Gottfried Böhm**. Berlim: Jovis Verlag, 2006. p. 80-127.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel (1814-1879). Tome premier: AB - ARO. In: **Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIème au XVIème siècle**. Paris: B. Bance, 1854, p. 166. Disponível em: <https://bibliotheque-numerique.inha.fr/idurl/1/15484>. Acesso em 10 abr. 2020.

VOIGT, Wolfgang (Ed.). **Gottfried Böhm**. Berlim: Jovis Verlag, 2006.

VOIGT, Wolfgang; FLAGGE, Ingeborg (Ed.). **Dominikus Böhm 1880-1955**. Tübingen/Berlim: Ernst Wasmuth Verlag, 2005.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

CONSTRUINDO ECOLOGIAS URBANAS

BUILDING URBAN ECOLOGIES

CREANDO ECOLOGÍAS URBANAS

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

ARRUDA, Marcella

Arquiteta; Escola da Cidade/ Plataforma habita-cidade
marcella_arruda@hotmail.com

SILVA, Luis Octavio P. L. de Faria e

Doutor; PPG USJT; Escola da Cidade/ Plataforma habita-cidade
lifariaesilva@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, estão entrelaçados conceitos de Ecologia Urbana com a perspectiva de Culturas Regenerativas, a propósito do relato de vivências no âmbito do curso, realizado na Escola da Cidade Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, chamado de Ecologias Urbanas: do Corpo ao Território, em espaços que abrigam experiências na chave da busca por uma nova relação sócio ambiental na região de Perus-Jaraguá, no norte do município de São Paulo, além de reflexões a partir de falas dos educadores envolvidos. Aquelas experiências são percebidas e apresentadas como Ecologias Urbanas em construção. Defende-se que uma estrutura urbana será ecológica e que se poderá falar de Ecologia Urbana na medida em que aponta para relações em harmonia dinâmica, nas quais Corpo, Ecosistema, Cultura e Território estão em simbiose em seus ciclos, permitindo que se conquiste diversidade e desenvolvimento humano integral.

PALAVRAS-CHAVE: Ecologia Urbana. Cultura Regenerativa. Dinâmicas Urbanas Ecológicas. Vivências pedagógicas.

ABSTRACT

In this article, concepts of Urban Ecology are intertwined with the perspective of Regenerative Cultures, regarding the report of experiences within the course, held at Escola da Cidade Faculty of Architecture and Urbanism, called Urban Ecologies: from Body to Territory, in spaces that harbor experiences in the search for a new socio-environmental relationship in the region of Perus-Jaraguá, in the north of the municipality of São Paulo, in addition to reflections from the statements of the educators involved. Those experiences are perceived and presented as Urban Ecologies under construction. It is argued that an urban structure will be ecological and that it will be possible to speak of Urban Ecology as it points to relationships in dynamic harmony, in which Body, Ecosystem, Culture and Territory are in symbiosis in their cycles, allowing diversity to be achieved and integral human development.

KEYWORDS: Urban Ecology. Regenerative Culture. Ecological Urban Dynamics. Pedagogical experiences.

RESUMEN

En este artículo, los conceptos de Ecología Urbana se entrelazan con la perspectiva de las Culturas Regenerativas, con respecto al informe de experiencias dentro del curso, realizado en la Escola da Cidade Facultad de Arquitectura y Urbanismo, llamado Ecologías urbanas: del cuerpo al territorio, en espacios que albergan experiencias en la búsqueda de una nueva

relación socioambiental en la región de Perus-Jaraguá, en el norte del municipio de São Paulo, además de reflexiones desde los discursos de los educadores involucrados. Esas experiencias se perciben y presentan como ecologías urbanas en construcción. Se argumenta que una estructura urbana será ecológica y que será posible hablar de Ecología Urbana, ya que apunta a relaciones en armonía dinámica, en las cuales el Cuerpo, el Ecosistema, la Cultura y el Territorio están en simbiosis en sus ciclos, permitiendo que se logre la diversidad. y desarrollo humano integral.

PALABRAS-CLAVE: Ecología Urbana. Cultura regenerativa. Dinámica Urbana Ecológica. Experiencias pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Como recompor de forma ecológica as dinâmicas existentes nas estruturas urbanas? É possível rearranjar áreas urbanas para que se tornem ecológicas? Ou elas estão condenadas ao desmanche para que dinâmicas efetivamente ecológicas sejam viabilizadas? Como lidar com bordas precarizadas das regiões urbanizadas? É possível ressignificá-las a partir de paradigma alternativo ao que se pratica, com seu imenso impacto socioambiental?

Para entender conjuntos específicos de interações entre seres humanos e processos ecológicos que ocorrem em regiões urbanizadas, propomos examinar as cidades como fenômenos emergentes (...). As cidades são entidades ecológicas complexas, que têm suas próprias regras internas de comportamento, crescimento, evolução e importantes funções reorganizadoras ecológicas globais (ALBERTI, 2016, p.1170, tradução do autor)

O presente artigo compõe o conceito de Ecologia Urbana com experiências na chave da busca por uma nova relação sócio ambiental no âmbito da realidade paulistana, que serão aqui tratadas como Ecologias Urbanas em construção.

(...) a ecologia urbana se esforça para analisar as relações entre populações de plantas e animais e suas comunidades, bem como suas relações com fatores ambientais, incluindo influências humanas. (...) ecologia urbana é [também] entendida como uma abordagem multidisciplinar para melhorar as condições de vida da população humana nas cidades, levando em consideração funções ecológicas (ENDLICHER, 2019, p.1, tradução do autor)

Há algum tempo o estudo de possibilidades para o meio ambiente tem incluído parte intrínseca áreas urbanizadas que podem vir a ter um papel regenerador, distante do seu modo de operação habitual, através do qual se tornaram agentes destruidores, com grande impacto nos ecossistemas e no planeta.

As cidades evoluem como resultado de inúmeras interações entre as escolhas e ações individuais de muitos agentes humanos (...) e agentes biofísicos, como geomorfologia local, clima e regimes de distúrbios naturais. Essas escolhas produzem diferentes padrões de desenvolvimento, uso da terra e densidade de infraestrutura. Eles afetam os processos do ecossistema diretamente (dentro e perto da cidade) e remotamente através da conversão da terra, uso de recursos e geração de emissões e resíduos. (ALBERTI, 2016, p.1170, tradução do autor)

Vemo-nos tateando atualmente frestas na condição contemporânea que fazem antever outras formas de se viver e interagir com o lugar, com os outros, com os ecossistemas e conosco. É possível aprender com ações de baixo impacto e com forte viés regenerador que observamos aqui e acolá, difusas e por vezes intermitentes, mas presentes, abafadas ainda por engrenagem que segue na inércia de um projeto anacrônico que se defende através de estruturas estabelecidas sob sua égide que, apesar insustentáveis, têm mecanismos de auto preservação.

A perspectiva de Ecologias Urbanas que possam garantir diversidade, água limpa, alimento saudável como algo inerente (não como moeda de troca), relações solidárias e a utilização dos saberes no sentido de produzir abrigo criativo e ecológico se coloca como desafio. Cidades poderão ser salubres, regenerativas dos ecossistemas e serem plataformas para o fomento de um ser humano que realize todo seu potencial?

EM BUSCA DE OUTRAS FORMAS DE HABITAR A PAISAGEM

Aglutinados em áreas urbanizadas, perguntamo-nos em que medida podemos promover outras formas de habitar o planeta, socialmente justas e ecologicamente regenerativas, em um sistema que compõe ciclos naturais e ações humanas, na chave de uma Ecologia Urbana em que cidades ajudem ecossistemas a atingir grande biodiversidade.

(...) como participantes de um sistema ecopsicossocial complexo e dinâmico, sujeito a certos limites biofísicos, nosso objetivo deve ser participação apropriada (...) [e, assim,] prestar mais atenção às interações e aos relacionamentos sistêmicos, [além de,] visando apoiar a resiliência

e a saúde de todo o sistema, promover diversidade e redundâncias em múltiplas escalas (...). (WAHL, 2019, p.56)

Quando buscamos entender uma forma de transformar nossas comunidades no sentido de conectá-las com ciclos naturais, fica claro que nossos corpos foram esquecidos. Todas as relações com o mundo partem do corpo. Há, assim, que se recuperar dimensões do habitar em nós mesmos, conexões de nossos corpos com os outros e com o espaço onde vivemos.

Precisamos entender o corpo e a cultura humana como integrantes dos ecossistemas e situados no território habitado. Nesse sentido, há que se entender os fluxos energéticos no corpo, na paisagem, na interação com a floresta e os rios, na relação entre indivíduo e coletivo.

Paisagens são experiências partilhadas (conflitivas ou não) de construção social, uma realidade relacional em todos os sentidos: não são sistemas de objetos, embora frequentemente sejam representadas nessa perspectiva (SANDEVILLE, 2012, p. 209). São construção social porque não foram feitas por nós: são resultado de uma partilha, de gerações, do meio natural existente, das formas de convívio e de produção de espaço (SANDEVILLE, 2012, p. 210). Para reconhecer a paisagem, necessário compreender estruturas e dinâmicas ambientais e sociais nas suas escalas regionais e locais, bem como as memórias, os valores, o modo de vida de seus moradores. A paisagem é processo de aprendizagem.

Defende-se aqui que, para que seja constituída uma condição humana urbana efetivamente ecológica, a partir de Ecologias Urbanas que embasem outro projeto de cidade, imprescindível relembrar os corpos esquecidos, a adoção de uma pedagogia engajada (HOOKS, 2013) para compartilhamento e prática solidária da sabedoria para composição de fluxos energéticos, novo paradigma de desenvolvimento e gestão para superar crises da condição contemporânea.

VIVÊNCIAS PROSPECTIVAS DE ECOLOGIAS URBANAS

Ecologia urbana é o estudo de ecossistemas que inclui seres humanos que vivem em cidades e paisagens urbanizadas. (...) A ecologia urbana é um campo interdisciplinar que apoia as tentativas das sociedades de se tornarem mais sustentáveis. Tem raízes profundas em muitas disciplinas, incluindo geografia, sociologia, planejamento urbano, arquitetura paisagística, engenharia, economia, antropologia, climatologia, saúde pública e ecologia. (ENDLICHER, 2019, p.1, tradução do autor)

Em 2019, a partir de um curso oferecido na Escola da Cidade Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, configurou-se um grupo para observar e vivenciar experiências em Perus-Jaraguá, periferia norte de São Paulo, região definida pelo Plano Diretor Estratégico daquele município como um Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP). A intenção era, ao compreender aquelas experiências, avançar na investigação sobre a proposição de Ecologias Urbanas.

O nome do curso já traz em si a trajetória a ser percorrida através de suas dinâmicas: "Ecologia Urbana: do corpo ao território", com quatro ciclos, a saber: *corpo, ecossistema, cultura e território* - com vivências na aldeia guarani Tekoa Itakupe, junto ao Pico do Jaraguá, no Assentamento Irmã Alberta, do Movimento Sem Terra, no Centro de Cultura Popular Quilombo Sambaqui, centro de prática e difusão do Jongo, e interações com as Ocupações Culturais Canhoba, Casa do Hip Hop e Quilombaque - todas no âmbito do TICP Perus-Jaraguá, que também foi objeto de reflexão na medida em que se configura como instrumento fomentador de relações ecológicas e regenerativas (Figura 1).

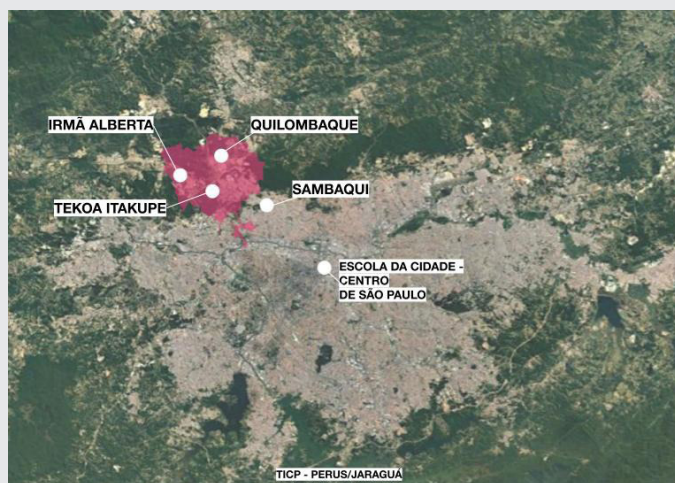


Figura 1: Localização TICP na mancha urbana da Grande São Paulo com lugares vivenciados.
Fonte: Produzido por Paula Ramos Correa - acervo do autor (2019).

Além dos autores deste artigo, foram educadores do curso: Andressa Capriglione, Fernanda Ravanholi, Milton Scarlati, Cleyton Ferreira de Souza (Fofão), Valmir Sant'anna, Dona Maria Alves, Tomaz Lotufo, Marko Brajovic, Rosângela Macedo, David Karai Popygua, Cristina Maseda, Adriano Sampaio, Euler Sandevile e José Soró, que participou da elaboração do curso mas faleceu antes de sua efetiva contribuição.

Dentre os educadores, Fofão, ativista e um dos gestores da Comunidade Cultural Quilombaque, e Euler Sandeville, então professor na FAUUSP, estão na origem da conceituação do TICP, que surgiu a partir do processo de desenvolvimento, por uma equipe da FUPAM, de um parque linear em Perus, projetado sem diálogo com a comunidade e que removia o espaço ocupado pelo coletivo Quilombaque. Elaborou-se, então, contraposta em sintonia com a luta por um projeto inclusivo.

A partir daí, na perspectiva do que Sandeville coloca como Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento, no âmbito da Plataforma biosphera21^[1], por ele encabeçada, junto com coletivos locais, começou a operar a Universidade Livre e Colaborativa (parceria entre comunidade e academia), com disciplina organizada pelo coletivo Quilombaque, até quando da conceituação da região de Perus-Jaraguá como TICP, tendo sido contribuição fundamental o debate promovido a partir da articulação aqui descrita.

Em uma situação urbana, a homogeneidade e a previsibilidade são relativas. Existe sim um sistema que tende a ser aberto, heterodoxo e instável. As partes, em tese, interagentes e interdependentes, manifestam-se agora com uma “autonomia” de cunho quase rizomático, diante da diversidade de variáveis que compõem as equações urbanas. A introdução das questões humanas (e suas influências) neste âmbito recriou uma estrutura de significados, formando a base da ecologia urbana. (MIYAMOTO; KÓS, 2016, p.6)

Com a construção do Rodoanel, o território de Perus-Jaraguá passou a ser visado pelo Mercado Imobiliário, algo intensificado pelo projeto do novo entreposto do CEAGESP, maior que o atual na Vila Leopoldina, a partir do qual foi mudado o zoneamento existente para reduzir a zona de preservação e permitir a instalação daquele empreendimento, cuja escala macro metropolitana tem provocado, em Perus, pressão por contrapartidas.

Ali, também, áreas de preservação da Serra da Cantareira, o Parque Estadual do Jaraguá e o Parque Municipal Anhanguera formam uma faixa verde na região, com trechos do Peabiru, feixe de caminhos antigos pré-cabralinos de ligação com o interior do continente. Embalado pelo movimento que resultou no TICP, foi instituído o Museu a céu aberto *Tekoa Jopo*^[2], no qual existem trilhas temáticas para conhecer o território, dentre elas uma próxima ao Pico do Jaraguá, em um dos primeiros lugares no Brasil onde foi

[1] <http://biosphera21.net.br/index.html>

[2] informações disponíveis em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2018/12/19/museu-territorial-transforma-bairro-perus-em-um-territorio-educativo/>

descoberto ouro - a fazenda de Afonso Sardinha, cuja casa e senzala estão preservadas e onde há vestígios de antigas cavas.

Aquele território se transformou profundamente com a Ferrovia Santos-Jundiaí, da qual Perus era parada de abastecimento. Região de pedreiras, lá se instalou, em 1926, a primeira fábrica de cimento do Brasil, que forneceu material no processo de verticalização de São Paulo, para a construção de Brasília etc.

Na década de 1950, acabou a concessão da empresa canadense, que foi comprada pela família Abdalla, que investiu para atualizá-la tecnologicamente. Em 1962 teve início uma greve dos seus funcionários, conhecida como *greve dos queixadas* (queixada, apelido dos grevistas, é um porco do mato que anda em bando), que durou 7 anos, inspirada na não violência ativa de Gandhi, com o lema "Firmeza Permanente" (ZWETSCH, 2010, p.4). O processo da greve promoveu grande cisão entre queixadas e pelegos, que ainda hoje persiste.

A fábrica fechou em 1986, obsoleta e sem capacidade de competir com novas fábricas como a Votorantim. Atualmente a PM usa as instalações vazias da fábrica para treinamento, o que gerou denúncias quanto à utilização indevida de um lugar de interesse histórico, em meio a disputa pelo direito de seu uso pela comunidade e sua recomposição como Centro de Memória através do Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus.

Durante a Ditadura Militar, houve na região aquela que se refere como a Vala comum de Perus, utilizada na década de 1970 para enterramento de adversários do regime, oficialmente desaparecidos. A Vala serviu também em tempos recentes para esconder vítimas de assassinatos policiais.

Trata-se, como se percebe, de um território com muitas camadas, com disputas e memórias em várias escalas. Recentemente, relacionados com o processo de constituição do TICP, áreas urbanizadas da região viveram processos de ressignificação de bairros, com grafites, com o Memorial dos Queixadas na Biblioteca de Perus, com Ocupações como a Canhoba, em um telecentro desativado.

CORPO

Na medida em que o corpo é nossa primeira casa, necessário o entendimento de suas dinâmicas e do espaço compartilhado por diferentes corpos, com cosmologias, sistemas de crenças, dinâmicas de consciência próprios.

Sabemos que movimentos adequados em nosso corpo podem desbloquear tensões oriundas de emoções reprimidas que o danificam. Como esse entendimento de nossa primeira casa (corpo) está presente na construção da nossa forma de habitar o planeta?

A criação de sistemas regenerativos não é uma mudança simplesmente técnica, econômica, ecológica ou social: tem que andar de mãos dadas com uma mudança subjacente na forma como pensamos sobre nós mesmos, nossos relacionamentos uns com os outros e com a vida como um todo. (WAHL, 2019, p.58-9)

No curso Ecologia Urbana, dimensões relacionais do corpo foram estudadas a partir de dinâmicas de consciência e expressão corporal e em vivências na comunidade Tekoa Itakupe, para observação e aprendizagem do modo de vida guarani, chamado *nhandereko*, através da cosmologia e manejo reverente dos ciclos naturais, e nas Ocupações Culturais com a prática do Jongo, roda de dança ritual tradicional no sudeste brasileiro.

A formação humana se dá através da troca e do movimento corporal, apreendido no cotidiano e em rituais em que formas de encontro e relação com o lugar são apresentados e defendidos. Há, no TICP Perus- Jaraguá, diversas formações culturais do corpo, relacionadas com visões de mundo que comunidades reverberam: o Xondaro, dos Mbyá-guarani e o Jongo, de matriz africana, presentificam naquele território propostas de interação corpo-coletivo-paisagem, e são indicadores e base do que aqui chamamos de Ecologia Urbana.

Os guarani se vêem como parte integrante do território onde vivem. As águas têm sido cuidadas por eles, assim como outros seres que as habitam. Formam, assim, uma comunidade que tem consciência de sua conexão com todos os seres. Através da observação de suas dinâmicas, lembramos que somos compostos por milhões de seres. Somos individualmente compostos por trilhões de células e bilhões de microrganismos: somos nós mesmos comunidades que caminham.



Figura 2: Xondaro na Aldeia Mbya-guarani Tekoa Itakupe Fonte: Autor (2019).

Na dança guarani - o *Xondaro*, que também é luta e brincadeira (Figura 2), a postura daquela etnia diante do mundo como comunidade se desvela. O mesmo se pode dizer do Jongo, sobre o qual discorre Valmir Sant'anna, outro integrante, além de Fofão, do coletivo Quilombaque, que surgiu em Perus em 2006, na garagem de um grupo de percussão, a partir de jovens que se juntaram para compartilhar conhecimentos e, através de encontros, fortalecer ações e coletivos nas comunidades do entorno.

Segundo Valmir, territórios são construídos a partir de encontros e também o corpo é, em si, um território. Nesse sentido, ressalta a importância do encontro, que é quando o corpo emerge como lugar do habitar.

Prática do encontro, o Jongo do coreto de Perus foi criado em 2015 com rodas semanais. Ali não havia um discurso político: o que unia era a vontade de encontrar as pessoas, com os tambores guiando. O encontro alterava também aquele lugar e aprofundava a identidade das pessoas, sua relação com a paisagem, e a compreensão, através dos encontros, do coletivo e das potencialidades de cada um dentro do coletivo, da responsabilidade do indivíduo.

Algumas questões parecem ecoar na prática do Xondaro e do Jonggo: Qual é o meu corpo-território, qual é a minha singularidade e qual a minha participação no comum, no coletivo? Qual a relação do coletivo com o lugar?

ECOSSISTEMA

Assim como o corpo, um ecossistema é um conjunto de movimentos energéticos, em um complexo sistema de relações. Nele, há múltiplas formas de energia, que interagem em uma harmonia dinâmica.

Uma Ecologia urbana aponta para um modo de operação de um ecossistema harmônico, experiência de conquista de diversidade e relacionamento solidário, a partir de procedimentos ecológicos.

Os estudos de ecologia urbana reintroduziram o significado das áreas urbanizadas como ecologicamente relevantes. Nesse contexto, a conceitualização do espaço urbano como entidade ecológica (...) representa uma mudança de paradigma na pesquisa ambiental. (ENDLICHER, 2019, p.11, tradução do autor)

Perceber como a vida flui nas diferentes dimensões do habitar é a forma de reconhecer aquele complexo sistema de relações, permanentemente em estado auto regulatório: de contração e expansão, fechamento e abertura, de ciclos interdependentes. Quando o corpo humano interrompe tais ciclos, há desarmonia no sistema. Para agir em um contexto, devemos desenhar os fluxos energéticos que regulam a vida, possibilitando um ecossistema com energia sintetizada em múltiplas formas, conquistando diversidade - algo que se vê, por exemplo, nos princípios da Permacultura, nos quais se defende que quanto mais resiliente e regenerativo é o sistema, mais permanente será.

O Assentamento Irmã Alberta, do MST, observado e vivenciado durante o curso Ecologia Urbana (Figura 3), é um espaço de integração campo-cidade, um território agregador que faz pensar na construção e consolidação de uma comunidade, entendida como ecossistema, com complexidades, consórcios e colaborações. Iniciou como acampamento de lonas pretas e é atualmente uma fissura de resiliência e esperança no território paulistano, com dinâmicas de mediação de processos humanos e ambientais.



Figura 3: Plantio como Vivência no Assentamento Irmã Alberta. Fonte: Autor (2019).

A ocupação abriga 50 famílias, que produzem alimento agroecológico em pequena escala. Ao longo dos anos, a terra antes abandonada, nas bordas entre a cidade e o campo, foi ocupada, fertilizada, tornada base de relações comunitárias, espaço de possibilidades de futuro para pessoas que antes estavam desempregadas ou sem teto. Organizadas em cooperativas, agora defendem direitos individuais e coletivos. Ali, técnicas são praticadas para apoiar uma forma coerente e autônoma de habitar o ecossistema: tratamento biológico das águas, produção de alimento em diversidade e sem agrotóxicos, renaturalização das nascentes, captação de águas pluviais, espaços comunitários, construções através de mutirão.

No manejo do Assentamento há a contribuição daqueles que praticam a Permacultura: uma ecologia prática, sistema de leitura da paisagem e ação no sentido de direcionar energias de maneira que um componente ajude o outro.

A Permacultura educa o olhar para a compreensão de sistemas, onde a energia está em fluxo constante. Precisamos ver os sistemas, a vida, com um olhar processual - não enxergar as coisas como estanques, mas como parte de um complexo. A perspectiva é

estimular meios para que a energia se manifeste. Como procedimento: sentir, pensar e agir, combinando afeto e observação no design.

Na Natureza, tudo está em comunicação, em simbiose. Há uma interação de sistemas metabólicos, dentre eles o ser humano que, por exemplo, quando não se relaciona com os rios, que têm relação direta com fluxos energéticos, não se relaciona com seu corpo.

CULTURA

Através da ótica da Ecologia Urbana, a cultura é viva e participativa, pratica-se uma visão integrada corpo-espírito-ambiente natural.

As comunidades autóctones que vivem em territórios ricos em biodiversidade são suas guardiãs e, como tal, são parte da sua preservação e regeneração. Sua identidade é integrada física, simbólica, e espiritualmente ao território: “nosso corpo nosso espírito” (lema da manifestação das mulheres indígenas em Brasília, em 2019). Relação também praticada em algumas comunidades urbanas e assentamentos informais, testemunhas de uma relação com o território que parece esquecida no contexto altamente urbanizado.

Em comunidades presentes no TICP Perus-Jaraguá, hábitos cotidianos e linguagem resgatam o passado e apontam para um outro futuro, oferecendo relações baseadas no respeito e aprendizagem com todos os seres, humanos e não humanos. Nessa região onde Perus-Jaraguá é epicentro, em algumas situações é tangível a ideia de cultura a partir de sua ancestralidade, que é atualizada continuamente. Exemplar nesse sentido, no curso Ecologia Urbana foi visitado o Centro de Cultura popular Quilombo Sambaqui, dedicado à investigação e prática de experiências da cultura tradicional afro paulista, como o Jonggo, Samba de Bumbo e Batuque de Umbigada. O coletivo tem um importante papel na atualização e valorização dos rituais, que nos recordam de uma relação diferente com a terra e os recursos naturais (Figura 4).

O Jonggo, também conhecido como Caxambu, é uma forma de expressão que integra percussão de tambores, canto e dança. Característico da região sudeste do país, era praticado pelos trabalhadores escravizados de origem bantu, nas lavouras de café e de cana-de-açúcar, como forma de lazer e resistência à dominação colonial. (informações a partir do sítio <http://www.pontaojongo.uff.br/o-ponto> acesso em 04/2020)

Rosângela Macedo, iniciadora do coletivo, quando começou a descobrir o Jonggo, se perguntava: “Porque nunca vi isso, se está tão vivo?”. O Jonggo a trouxe para uma identificação com sua ancestralidade. Em suas palavras “A gente crê na nossa ancestralidade. Ela é viva, não morre. Quando ela é relembrada, ganha vitalidade, existe”.



Figura 4: Jongo durante Vivência na Comunidade Cultural Sambaqui. Fonte: foto de Andressa Violeta - acervo do autor (2019).

Na roda de Jongo, tudo aparece como conversa. A proposta é que muitos participem. Há uma pessoa que puxa o tema, e a ideia é que as outras se sintam à vontade para participar. Quando se puxa o mote, as pessoas despertam. Na dinâmica do Jongo, faz-se a louvação para abrir e agradecer sua ancestralidade. A cultura, assim, se manifesta no respeito, reconhecimento e valorização do comum, das relações e das múltiplas existências que nos circundam.

TERRITÓRIO

No território, onde há práticas cotidianas e corpos que suportam e cuidam do ecossistema habitado, surge o desejo de encontro das pessoas, cuja existência relaciona-se com sua consciência e identidade. “O território ferve” dizia José Soró, pedagogo popular e participante do coletivo Quilombaque.

O território é composto por diversas escalas relacionadas: a cultura que é cultivada cotidianamente, o ecossistema, com suas qualidades e especificidades do habitar, e os corpos afetados por essas relações. É definido principalmente pelo contexto político que permite sua existência legal, institucional e simbólica. Para se defender um território, é preciso conhecer e proteger sua identidade. Para tanto, compreender o potencial de cada um e sua responsabilidade no território habitado, sua dimensão pessoal biopolítica e, além da camada subjetiva, o aspecto institucional que reconhece e legitima a existência.

O TICP possibilita um espaço de participação cidadã para reconhecer e valorizar patrimônio natural e imaterial, práticas cotidianas e corpos que suportam e cuidam do ecossistema habitado. Sua mobilização social deverá ser contínua e contar com estratégias econômicas para gerar renda e desenvolvimento local. Dinâmicas nessa chave podem ser vistas no território de Perus e no movimento social ao redor de espaços culturais como as ocupações Canhoba (Figura 5), Casa do Hip Hop e Quilombaque. Maior desafio que se coloca para o TICP, um instrumento potencializador, é que as pessoas se apropriem das ideias de transformação da cidade detentora de um valor humanista e experiência afetiva: cidade solidária e ética, fundada no conhecimento e desenvolvimento social, qualificação educativa, cultural e ambiental.



Figura 5: Montagem com fotos da Visita à Ocupação Canhoba. Fonte: Fotos Cassia Yebra (2019) - acervo do autor

Experiência que trouxe insumos, através de uma observação comparada com a instituição do TICP Perus-Jaraguá, foi o processo que levou à declaração, em 2019, de Paraty como Patrimônio Mundial pela UNESCO, na categoria de Sítio Misto, em função de compor Cultura e Biodiversidade, embasado em ações por parte do Poder Público daquele município, que reconheceu outras escalas de sua condição em um notável processo de construção de conhecimento. Cristina Maseda, secretária da Cultura quando da candidatura para Patrimônio pela UNESCO, apresentou no curso Ecologia urbana a construção conceitual da proposta, que associa Unidades de Conservação com natureza exuberante (Parque Nacional da Serra da Bocaina, APA Cairuçu, Parque Estadual da Ilha Grande e Reserva Biológica) e sua coexistência com uma cultura viva ancestral, em um território de quase 149 mil hectares, no qual está inserido o Centro Histórico de Paraty e o Morro da Vila Velha. Refletiu-se, então, sobre a interação humana e a coexistência da cultura viva e ancestral com o ambiente natural nas comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas de Paraty, na sua recriação diária nos saberes e fazeres das pessoas dali - na música, na dança, nas artes, na culinária, na agricultura. Houve, como parte da construção da candidatura, a participação da população, estímulo ao Turismo de Base Comunitária, implementação no município do Centro de Formação e Economia Criativa (CEFEC), recomposição do edifício antigo da Santa Casa para abrigar o Centro de Interpretação do Patrimônio Mundial - marcos que selaram o processo de titulação e abriram espaços para se legitimar e perpetuar tal construção simbólica e social.

CONCLUSÃO

Uma Ecologia urbana é conquistada a partir de observação constante da paisagem e do sentimento de pertencimento à mesma. Traz um modelo de participação baseado em uma visão de mundo que defende nossa permanência e vida no planeta, em que se trabalha com princípios como ciclos rápidos, pequenas intervenções, caracterização dos recursos, conexões entre elementos locais, com menos energia incorporada, soluções lentas e processuais, cientes de sua função eco-social. Foram defendidas através do curso, como Ecologias Urbanas, perspectivas com valores éticos, influência social positiva e mínimo impacto ambiental.

[Temos que] (...) responder ao fato de (...) a atividade humana, nos últimos séculos e milênios, ter causado dano ao funcionamento saudável de ecossistemas. (...) Se o desafio de diminuir demanda e consumo for enfrentado, temos uma chance (ou possibilidade) (...) pequena (...) de criar uma cultura regenerativa. (...) de recursos fósseis para recursos

biológicos renováveis e regenerados, juntamente com um aumento radical na produtividade e reciclagem de recursos. (WAHL, 2019, p.58)

No curso também foi criada uma comunidade de aprendizagem a partir da experiência, um espaço de troca, mesmo que pequeno, para uma cultura regenerativa. Buscou-se estabelecer um sentimento de pertencimento à cidade como um todo, ao planeta, mas também provocar nos participantes a compreensão de seus próprios territórios, utilizando os procedimentos aprendidos. No convívio durante o curso, percebeu-se um significado compartilhado a partir de memórias afetivas dos participantes, o que reforça a importância de uma pedagogia engajada que envolve histórias pessoais, suas trajetórias, emoções, limitações e potenciais.

Uma prática ecológica requer, portanto, a incorporação de diversas escalas, oscilando do micro ao macro, entre ecologia mental, social e ambiental (GUATTARI, 1999, p.23), repensando os métodos presentes na relação com elementos ao nosso redor para que sejam baseados em modelos mentais e relacionais sistêmicos e complexos. O curso, ao mesmo tempo que desvelou dinâmicas socioambientais defendidas como Ecologias Urbanas, se estabeleceu como uma bússola para guiar indivíduos a construir práticas territorializadas para um mundo socialmente distributivo e ambientalmente regenerativo. Para isso, é preciso que o indivíduo construa um entendimento de seus limites - entre o corpo e o território que habita - como uma membrana móvel, um diafragma em movimento constante.

Ao nos tornarmos uma ameaça à saúde planetária, aprendemos a redescobrir nosso íntimo relacionamento com toda a vida. (WAHL, p.60)

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Marina et al. **Integrating humans into ecology: Opportunities and challenges for studying urban ecosystems**. BioScience, v. 53, n. 12, p. 1.169-1.179, 2016. Disponível em: <<http://bioscience.oxfordjournals.org/content/53/12/1169.abstract>>. Acesso em: 5 out. 2016.

CÂMARA, Dom Hélder. **A firmeza-permanente: a força da não violência**. São Paulo: Loyola/Vega, 1977. p. 114-115.

ENDLICHER, Wilfried et al. **Urban ecology – Definitions and concepts, shrinking cities: Effects on urban ecology and challenges for urban development**, [s.l.], [s.n.], 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/232906753_Urban_Ecology_-_Definitions_and_Concepts>. Acesso em: Abril 2019.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013

MIYAMOTO, James; KÓS, José R. **Ecologia Urbana: um Debate**. artigo para Sessão Temática: Ecologia Urbana: O Custo Das Decisões Ambientais Anais IV Enanparq, 2016.

SANDEVILLE Jr, Euler. **Paisagens Partilhadas** São Paulo: Paisagem ambiente: ensaios n. 30, 2012

WAHL, Daniel Christian. **Design de Culturas Regenerativas** Rio de Janeiro: Bambual Editora, 2019

ZWETSCH, Roberto. **Da Não-Violência Ativa ou Firmeza-Permanente à Educação para a Paz** São Leopoldo: Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo da Escola Superior de Teologia – EST maio-ago, 2010 Disponível em: <http://biosphera21.net.br/ARQUIVOS/TICP-JP/1-PERUS-ANHANGUERA/ACADEMICOS/ARTIGOS/Da%20n%C3%A3o%20viol%C3%A2ncia%20ativa%20ou%20firmeza%20permanente%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20para%20a%20paz.pdf> Acesso em Abril 2020

O DIAGNÓSTICO RÁPIDO URBANO PARTICIPATIVO NA COHAB LINDÓIA EM PELOTAS/RS: UMA INVESTIGAÇÃO PARA REQUALIFICAÇÕES URBANAS PARTICIPATIVAS

**THE PARTICIPATORY RAPID URBAN DIAGNOSIS
IN COHAB LINDÓIA IN PELOTAS/RS: AN
INVESTIGATION FOR PARTICIPATIVE URBAN
REQUALIFICATIONS**

**EL DIAGNOSTICO URBANO RAPIDO
PARTICIPATIVO EN COHAB LINDÓIA EN
PELOTAS/RS: UNA INVESTIGACIÓN PARA LAS
RECALIFICACIONES URBANAS PARTICIPATIVAS**

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

BARBOSA, Matheus

Pós-Graduando em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal de Pelotas
matheusbarbosa.engenharia@gmail.com

BENEDETTI, Gustavo

Graduando em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal de Pelotas
gustavobenedetti97@gmail.com

MEDEVEDOVSKI, Nirce

Professora de Titular de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal de Pelotas
nirce.sul@gmail.com

RESUMO

O Conjunto Habitacional Lindóia, promovido pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS), em Pelotas no início da década de 80, e financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), apresenta enormes falhas de concepção da rede e da gestão de infraestrutura, bem como falta de participação comunitária, que dificultam os processos de manutenção e requalificação urbana. Neste sentido, se faz oportuno, após trinta e cinco anos de sua implementação, pesquisar os aspectos positivos e negativos do Conjunto. Este trabalho tem como objetivo entender as fortalezas e debilidades do Conjunto Habitacional Lindóia (COHAB Lindóia), construído no período do BNH, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, por intermédio de processos participativos que possibilitem melhorias urbanas. A metodologia utilizada foi a do Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP), o qual contou com o auxílio de vinte e quatro aplicadores. A amostra foi dividida de acordo com os seis quarteirões do Conjunto e aos moradores foram perguntados os aspectos positivos e negativos do Conjunto, bem como seria possível melhorá-los. Os resultados revelaram que os pontos positivos foram: vizinhança, tranquilidade, comércio e transporte público. Os aspectos negativos com maior incidência são: pavimentação, segurança, esgoto, drenagem e iluminação. De modo geral, a metodologia mostrou-se eficaz e este trabalho poderá ser utilizado em ações extensionistas no Bairro, possibilitando serviços urbanos de qualidade e consequentemente fornecendo recomendações para a requalificação do espaço público do Bairro.

PALAVRAS-CHAVE: COHAB Lindóia. requalificação urbana. diagnóstico rápido urbano participativo.

ABSTRACT

The Lindóia Housing Complex, promoted by the Housing Company of the State of Rio Grande do Sul (COHAB-RS), in Pelotas at the beginning of the 1980s, and financed by the National Housing Bank (BNH), have enormous flaws in the design concept, infrastructure management and lack of community participation, which hinder urban maintenance and requalification processes. In this sense, it is opportune, after thirty-five years of its implementation, to research the positive and negative aspects of the housing complex. This work aims to understand the strengths and weaknesses of the Lindóia Housing Complex (COHAB Lindóia), built during the BNH period, in the city of Pelotas, Rio Grande do Sul, through participatory processes that enable urban improvements. The methodology used was the Participatory Rapid Urban Diagnosis (DRUP), which had the help of twenty-four appliers. The sample was divided according to the six blocks of the complex and the residents were asked about the positive and negative aspects of the Complex, as well as how it could be improved. The results revealed that the positive points

were: neighborhood, tranquility, commerce and public transport. The negative aspects with the highest incidence are: paving, security, sewage, drainage and lighting. In general, the methodology proved to be effective and this work can be used in extension actions in the neighborhood, in decision making by the government, enabling better living conditions for residents, quality urban services and, consequently, providing recommendations for the requalification of the public space of the neighborhood.

KEYWORDS: COHAB Lindóia. urban requalification. rapid urban participatory diagnosis.

RESUMEN

El Complejo de Viviendas Lindóia, promovido por la Empresa de Viviendas del Estado de Rio Grande do Sul (COHAB-RS), en Pelotas a principios de la década de 1980, y financiado por el Banco Nacional de la Vivienda (BNH), tiene enormes fallas en el concepto de diseño, gestión de infraestructura y falta de participación comunitaria, lo que dificulta el mantenimiento urbano y los procesos de recalificación. En este sentido, es oportuno, después de treinta y cinco años de su implementación, investigar los aspectos positivos y negativos del conjunto. Este trabajo tiene como objetivo comprender las fortalezas y debilidades del Complejo de Viviendas Lindóia (COHAB Lindóia), construido durante el período BNH, en la ciudad de Pelotas, Rio Grande do Sul, a través de procesos participativos que permiten mejoras urbanas. La metodología utilizada fue la del Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP), que contó con la ayuda de veinticuatro aplicadores. La muestra se dividió de acuerdo con los seis bloques del Complejo y se les preguntó a los residentes sobre los aspectos positivos y negativos del complejo, así como sobre cómo podría mejorarse. Los resultados revelaron que los puntos positivos fueron: vecindario, tranquilidad, comercio y transporte público. Los aspectos negativos con mayor incidencia son: pavimentación, seguridad, alcantarillado, drenaje e iluminación. En general, la metodología demostró ser efectiva y este trabajo puede utilizarse en acciones de extensión en el vecindario, en la toma de decisiones por parte del gobierno, permitiendo mejores condiciones de vida para los residentes, servicios urbanos de calidad y, en consecuencia, proporcionando recomendaciones para recalificación del espacio público del barrio.

PALABRAS-CLAVE: COHAB Lindóia. recalificación urbana. diagnóstico participativo urbano rápido.

INTRODUÇÃO

A cidade de Pelotas, município da região sul do Rio Grande do Sul, teve o seu processo de urbanização, intensificado na década de 50, através da expansão horizontal. Esta expansão urbana, paralela ao crescimento habitacional, ocorreu através do acréscimo de novos loteamentos e de diferentes políticas habitacionais, fomentadas pelo estado, como a do Banco Nacional da Habitação (BNH). A produção do BNH, por meio da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS), ofereceu à Pelotas uma mercadoria similar à de conjuntos habitacionais já produzidos em diferentes cidades brasileiras, repassando ao usuário casas assentadas em lotes individuais ou edificações coletivas na periferia urbana, intensificando o uso da figura do conjunto habitacional.

Os Conjuntos Habitacionais de Interesse Social da última fase da COHAB-RS foram entregues em meados da década de 80 e destinados à população de baixa renda, cujo caráter projetual modernista de moradia social era diferenciado para a época no município. Segundo Medvedovski (1998) e Chiarelli (2014), sua última fase delegou as decisões de localização e projeto à iniciativa privada, mediante licitação pública, originando mais de 6000 unidades em Pelotas. Destas, 1.778 unidades foram construídas no Conjunto Habitacional Lindóia.

O Conjunto da COHAB Lindóia, localizado na Zona Norte da cidade de Pelotas, foi projetado por um arquiteto uruguaio e teve base no modernismo e no cooperativismo de seu país de origem, sendo produzido entre 1980 e 1984. Na época de sua produção, a COHAB Lindóia foi construída em um vazio urbano há uma distância de cerca de 8km do centro da cidade e distante da malha urbana. O Conjunto é composto por uma grande praça central e seis superquadras residenciais (quarteirões), cada qual contando com uma pequena praça e vias internas de acesso exclusivo aos pedestres (Figura 1). A conectividade ao Conjunto se dá por uma via central, que distribui os acessos a cada superquadra através de vias secundárias e estacionamento aberto em cada núcleo.

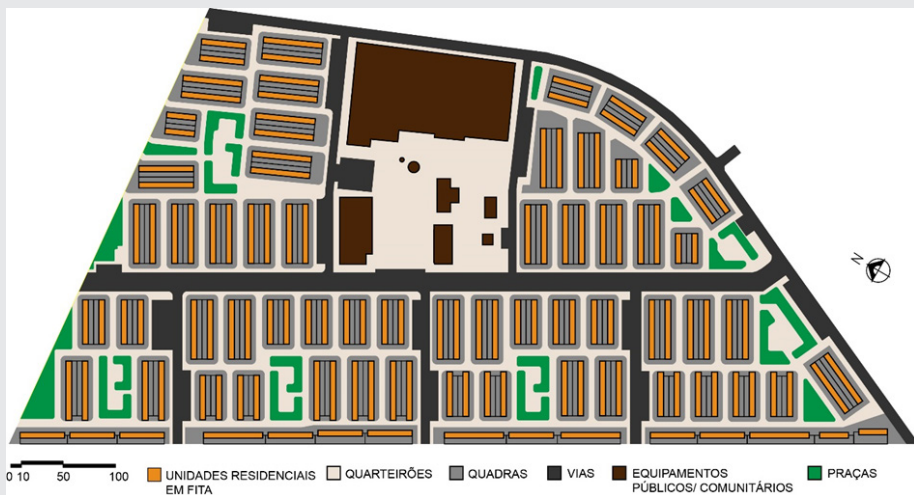


Figura 1: Os quarteirões da COHAB Lindoia, Pelotas/ RS. Fonte: Autores, 2018.

Cada um destes quarteirões é composto por blocos contendo uma ou duas fitas residenciais aversas, totalizando 128 fitas no Conjunto (Figura 1). Todas as fitas são configuradas em dois pavimentos que agrupam de 16 a 32 unidades. Cada uma das unidades habitacionais possui entre 30 a 40 m², de acordo com o número de dormitórios (dois, três, ou quinqüete, e recuos frontal e posterior em torno de 5 metros) (Figura 2).

Esquema das Fitas e Tipologias das Casas

Esquema 3-1/1-3/1-1



Esquema 3-1/1-3/3-1/1-1



Esquema 3-1/1-3

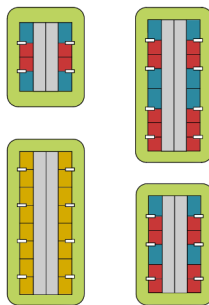


Esquema 2-2/2-2/2/2/2-2



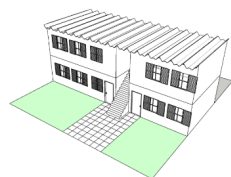
0 5 10 20m

Modelos de disposição das unidades nas fitas



0 5 10 20m

Exemplo de Unidade 3-1



Unidade de 1 Dormitório	■
Unidade de 2 Dormitórios	■
Unidade de 3 Dormitórios	■
Caixa de Escada	□
Pátio Frontal	■
Pátio de Fundos	■

Figura 2: Esquemas das fitas e tipologias das casas do Conjunto. Fonte: Autores, 2019.

Este estudo se apoia, basicamente, na investigação da COHAB Lindóia, e se faz necessária uma breve caracterização da população e dos domicílios do conjunto a ser pesquisado. Isso permitirá identificar características homogêneas e/ou heterogêneas da população, de suas moradias e de seu cotidiano, trinta e cinco anos após sua implementação, fornecendo, assim, uma primeira caracterização do objeto de estudo deste artigo.

Caracterização da população da COHAB Lindóia

Segundo os dados do Censo do IBGE (2010), a população total do município de Pelotas é de 328.235 habitantes e o Conjunto Habitacional Lindóia representa cerca 1,28% da população do município. Observou-se que o número de habitantes da cidade cresceu ao longo dos anos e o número de habitantes do Conjunto sofreu o fenômeno contrário, diminuindo em torno 1.000 habitantes ao longo de vinte anos. De modo geral, a área da COHAB Lindóia representa 0,74% do total da área urbana do distrito-sede Pelotas.

No que se refere aos domicílios, o número de edificações originais de 1.782 unidades foi acrescido em quatro residências (construções irregulares em área condominial) e houve a diminuição do número de moradores, ocasionando uma menor taxa de pessoas/domicílio, resultando em um índice de 2,35. De acordo com esse dado, houve uma diminuição de 18,98% no número de pessoas ao longo de 20 anos, já que em 1990 o número de moradores do Conjunto era de 5.180 passando para 4.197 em 2010.

Em relação ao gênero, os dados revelam a presença de 57,04% de mulheres e maior relevância da mulher enquanto chefe de família. Nos arranjos familiares, 23,54% de moradores estão na faixa de 0 a 20 anos; 66,88% entre 20 a 65 anos, onde há maior número de adultos na faixa de 50 a 54 anos; e 9,58% de moradores representam idade maior de 65 anos. Os arranjos familiares da COHAB Lindóia comprovam o enfraquecimento da família tradicional. O perfil familiar é composto por: 30,42% casais com filhos; 23,32% pessoas sós; 19,79% casais sem filhos; e por fim, 8,8% são equivalentes a diferentes arranjos familiares (SANTIAGO, et al., p. 2). Considerando-se a renda, há o predomínio de 49% dos domicílios particulares com rendimentos de até um salário mínimo. Logo após, observa-se que 39% possuem entre 1 e 2 salários mínimos e apenas 12% possuem renda superior a 2 salários mínimos.

A obtenção destes breves dados históricos e secundários permite uma análise de quem são as pessoas que ocupam o empreendimento, qual sua renda, qual a faixa etária e o perfil da população. Poderá, também, permitir uma análise mais aprofundada sobre o Bairro, conectando-a aos resultados encontrados, para que estes auxiliem nas tomadas de decisões por parte do poder público, pesquisadores e extensionistas.

Problema de pesquisa

Diversos autores enfatizam problemas relacionados à falta de infraestrutura, precariedade da gestão condominial e manutenção dos espaços, bem como a falta de interesse dos órgãos públicos em melhorias urbanas nos conjuntos habitacionais produzidos pelo BNH. Dentre estes autores, destacam-se Vêras e Bonduki (1986); Medvedovski (1998), que relatam a padronização de conjuntos habitacionais sem a participação efetiva da comunidade, cuja produção foi realizada por empreiteiras em localizações afastadas da malha urbana com implantação de padrões mercadológicos sem urbanidade e sustentabilidade.

Aliado a este fato, observou-se em pesquisas anteriores que o Conjunto Habitacional Lindóia foi registrado na forma de condomínio. Esta aprovação no modo condominial, e não sob a forma de loteamento, perante os órgãos públicos, trouxe diversos benefícios para as construtoras e para o poder público, dentre eles: a rapidez na aprovação do projeto; diminuição da exigência de qualidade no sistema de infraestrutura por parte da prefeitura; e eximção da gestão pública dos espaços do Conjunto, pois a lei considerava todas as vias e áreas comuns como pertencentes aos moradores do Conjunto e de sua responsabilidade na manutenção. Entretanto, o Conjunto nunca conseguiu estabelecer uma gestão condominial em pleno funcionamento, resultando, assim, na falta de um organismo que de fato se responsabilize pela operação, manutenção e requalificação do Conjunto, frente aos problemas que surgiram ao longo dos trinta e cinco anos de vida do empreendimento (MEDVEDOVSKI, 1998).

A referida autora destacou em sua tese que a aprovação sob a forma condominial repassa aos moradores os custos de manutenção e gestão dos espaços coletivos e vias, o que na Lei de Loteamento seria responsabilidade da Prefeitura Municipal de Pelotas. Ao não se estabelecer o condomínio, não há uma gestão que se responsabilize pela manutenção e melhorias urbanas. Os moradores, assim como o poder público, não se veem como agentes promotores de mudanças, resultando em problemas que acabam por se agravar e por gerar uma enorme ameaça ao bem-estar da população.

Neste sentido, após 35 anos da produção do Conjunto Habitacional Lindóia, pode-se perguntar: quais os aspectos positivos da COHAB Lindóia? Quais os aspectos negativos? Atualmente, quais são as demandas do Conjunto?

Justificativa

Esta pesquisa justifica-se pela lacuna de conhecimento acadêmico relacionada às demandas, aspectos positivos e negativos do Conjunto Habitacional Lindóia, bem como suas fraquezas, fortalezas e como melhorá-las. Também se justifica pela necessidade de que os conjuntos habitacionais ofereçam condições mínimas de moradia, infraestrutura, dentre outros serviços adequados, que proporcionem o bem-estar dos moradores e frequentadores do Bairro. Complementar a esta lacuna, e não menos importante, há uma relevância social para os moradores do Conjunto, visto que esta pesquisa se propõe a investigar as necessidades, peculiaridades e anseios da população. Neste sentido, este trabalho pretende contribuir com diretrizes para requalificação do Conjunto Habitacional Lindóia, além de revelar os pontos positivos do Conjunto.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo entender as fortalezas e debilidades do Conjunto Habitacional Lindóia (COHAB Lindóia), construído no período do BNH, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, por intermédio de processos participativos que possibilitem melhorias urbanas.

O presente artigo tem por objetivos específicos: (a) investigar os aspectos positivos e negativos do Conjunto; (b) contribuir com o registro das demandas e necessidades para requalificações e melhorias urbanas; (c) potencializar as ferramentas de processos participativos no âmbito condominial da COHAB Lindóia.

METODOLOGIA

A presente pesquisa define-se como um estudo de caso. Inicialmente, a pesquisa caracteriza-se como pesquisa exploratória, pois possui o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca dos problemas relativos ao Lindóia, constituindo, assim, uma primeira etapa de uma investigação mais ampla (YIN, 2005). A presente pesquisa classifica-se também como descritiva, pois expõe características da população da COHAB Lindóia através dos dados censitários e registra os apontamentos oriundos das percepções dos usuários.

Para atingir ao objetivo proposto, foi utilizado o Diagnostico Rápido Urbano Participativo (DRUP), como método inicial de trabalho, para fomentar processos participativos de melhorias urbanas, segundo a percepção do usuário, além de viabilizar à comunidade o acesso ao conhecimento da Universidade, com vistas a melhorar a qualidade de vida daqueles que residem no Bairro. Nesse sentido, dentro da Avaliação Pós-Ocupação (APO),

o DRUP torna-se uma técnica que permite a realimentação do objeto de estudo, neste caso a comunidade da COHAB Lindóia. A APO, para Ono, Ornstein, Vila e França (2018), consiste em uma abordagem multimétodos para avaliar o ambiente construído, na qual utiliza fontes multidisciplinares e trabalha principalmente com o comportamento humano e suas relações.

Drup

O Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP) consiste em um grupo de técnicas para coleta de informações que visam descobrir as principais demandas, características, problemas e potencialidades que afetam a população, além dos possíveis encaminhamentos para solucionar, ou potencializar, as fraquezas e fortalezas da comunidade. A principal característica deste instrumento metodológico é que o agente de desenvolvimento vai aprender com a comunidade local, ou seja, o diagnóstico é baseado em “quem vive o problema”. Com isto, há o diálogo entre a comunidade acadêmica e a população, que necessita deste diagnóstico que poderá tentar minimizar os problemas recorrentes.

A ferramenta DRUP teve sua origem a partir do Diagnóstico Rápido Rural (DRR) e do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) realizados nas comunidades de baixa renda da África. Verificou-se que, apesar de ser uma iniciativa para meios rurais, as mesmas tinham potencial para serem adaptadas às características urbanas, principalmente, nas áreas de periferias. (MEDVEDOVSKI *et al.*, 2015, p.115). A técnica, segundo BROSE (2010) e MEDVEDOVSKI *et al.* (2015), se apoia nos seguintes princípios: (a) flexibilidade; (b) inovação; (c) interação; (d) informalidade; (e) participação. Esse método evita o uso de pesquisas longas, de alto custo, coleta de dados em excesso e tardia produção de resultados. Utilizando-se de entrevistas, mapas temáticos e levantamentos, é possível hierarquizar as informações obtidas (SANTIAGO, MEDVEDOVSKI, 2019, p. 2).

A primeira etapa do trabalho foi a elaboração de um roteiro para aplicação do DRUP, bem como definir as datas de aplicação e produção do material gráfico para divulgação; a segunda etapa consistiu em convidar a comunidade acadêmica para aplicação da técnica e, posteriormente ao convite, foi feita a realização de um treinamento para familiarizar os voluntários com o Conjunto, explicar a técnica, os meios e como a ação iria ocorrer; a terceira etapa consistiu na divulgação da ação para a comunidade e na aplicação do instrumento.

A ação contou com o apoio da Escola localizada no Conjunto, lugar que também serviu de base e ponto de encontro para os 24 aplicadores voluntários, alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, que realizaram o diagnóstico. Para essa identificação foi de

extrema importância contar com a comunidade acadêmica para aplicação do método, pois este abrangeu uma amostra 60 pessoas representativas de suas famílias que responderam aos questionamentos propostos, dados obtidos em um único dia.

Inicialmente, o Conjunto foi separado em seis grupos de acordo com a hierarquia viária (Figura 3), e cada grupo ficou encarregado de efetuar o levantamento em dez residências. Cada grupo foi constituído de duas duplas. A amostra foi dividida de acordo com os quarteirões do Conjunto, o que possibilitou uma grande abrangência e rapidez na aplicação dos questionamentos.

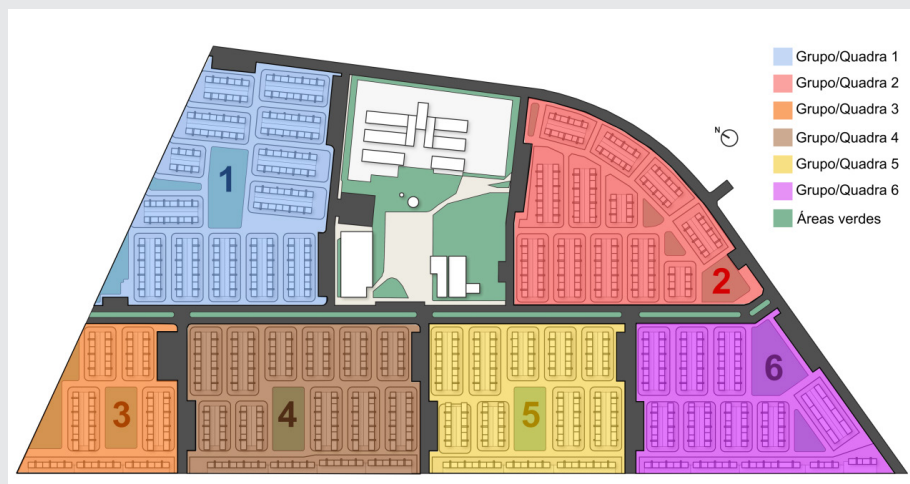


Figura 3: A divisão das amostras da COHAB Lindoia, Pelotas/ RS. Fonte: Autores, 2018.

Durante as entrevistas, os moradores foram questionados sobre quais seriam os aspectos positivos e negativos do Conjunto, bem como o que poderia ser feito para a melhoria do local (Figura 4). Além destas perguntas, consideradas padrão na metodologia do DRUP, foram feitas perguntas acerca do grupo familiar da pessoa; dos grupos e entrosamentos sociais no Bairro, como igrejas, times de futebol ou grupos de lideranças, para um maior conhecimento das atividades interpessoais do Conjunto; e outras perguntas sobre aspectos técnicos da COHAB Lindoia, como o Sistema Condominial de Esgoto.



Figura 4: Aplicação do DRUP. Fonte: Autor, 2020.

Após a coleta de material, os entrevistados foram convidados a se dirigirem para a Escola do Bairro, local do ponto de encontro, para a divulgação e discussão dos resultados. Por fim, foi realizado o agrupamento dos aspectos positivos e negativos, formando assim nuvens de palavras que expusessem a opinião dos habitantes do Bairro, produzidas na Escola em conjunto com os pesquisadores e moradores. Este momento foi de exposição das palavras chave obtidas e da criação de categorias mais abrangentes. Os moradores, juntamente com os alunos, elegeram as categorias que melhor englobavam os diversos aspectos enunciados. Esse método auxilia na visualização e racionalização das informações pelos moradores e o material produzido durante o DRUP foi doado a Escola para que fosse utilizado pela comunidade escolar.

Após isto, utilizando como referência os registros fotográficos e os questionários, foram elaborados nuvens de palavras, por intermédio do software online WordArt.com, de acordo com os resultados de cada quarteirão e, por último, nuvens com os resultados do Conjunto como um todo.

RESULTADOS

Mesmo com os convites previamente feitos à comunidade, foi pouco expressivo o número de participantes desta, na apresentação e discussão dos resultados. Esta escassez pode ter diversas causas, como o desinteresse da comunidade por suas próprias demandas e potencialidades; falta de comunicação entre os moradores; receio em comparecer à Escola, já que durante as entrevistas foi evidenciado que é frequente a criminalidade e uso de drogas nesses arredores; ou até mesmo desesperança de algo possa definitivamente ser feito para mudar a realidade local. Há um histórico de esvaziamento da associação de Bairro e de falta de lideranças comunitárias no Conjunto.

Os resultados dos aspectos negativos, separados de acordo com cada quarteirão, e apresentados do quarteirão 1 ao 6, respectivamente, formaram as nuvens de palavras, feitas digitalmente, mostradas na Figura 6. Nesta, observa-se que as reivindicações são similares.

É possível perceber que, apesar de a incidência ser levemente alterada em cada um dos quarteirões, as mesmas palavras costumam aparecer entre os principais pontos negativos: “segurança, esgoto, drenagem e pavimentação”. Entretanto, é possível perceber algumas incidências mais expressivas que outras, revelando peculiaridades de cada quarteirão. A palavra “tráfego”, por exemplo, apesar de aparecer em 5 dos 6 quarteirões, é muito mais notória no 1, no 4 e no 5. Um dos motivos pode ser a existência de pontos de venda de drogas próximos ao perímetro destes quarteirões, tornando mais recorrente a lembrança deste ponto negativo para estes moradores. O “barulho” aparece com mais frequência no quarteirão 5, dada a proximidade deste ao ponto de maior movimentação do Conjunto e da existência de bares neste quarteirão. De acordo com as nuvens de palavras por grupos, problemas maiores de iluminação são percebidos nos quarteirões 1 e 6, enquanto o lixo mostra-se como problema nos quarteirões 2, 3 e 4.



Figura 6: Aspectos negativos dos quarteirões da COHAB Lindoia, Pelotas/ RS. Fonte: Autor, 2020.

Agrupando todas as palavras coletadas no diagnóstico (Figura 7), percebe-se a grande demanda por alguns conjuntos de problemas no Bairro. Por exemplo, se faz necessária a requalificação dos passeios, bem como a sua pavimentação. Os passeios encontram-se bastante deteriorados, pois, no projeto original, as vias internas foram feitas para o trânsito exclusivo de pedestres. Porém, dada a ausência do condomínio e de fiscalização, as vias internas começaram a ser transitadas por veículos, danificando a base e o subleito da via, tornando propenso o surgimento de valas e buracos. É necessária, também, a implementação de um sistema de segurança que minimize a sensação de insegurança, já que foi um ponto citado com grande frequência. Outro aspecto fortemente citado é o escoamento pluvial, já que ocorre o transbordamento e entupimento das valas, principalmente em dias de chuva, aumentando o risco de transmissão de inúmeras doenças e prejudicando a qualidade de vida da população.



Figura 7: Aspectos negativos gerais da COHAB Lindoia, Pelotas/ RS. Fonte: Autor, 2020.

Por fim, destaca-se o esgoto sanitário como um dos maiores problemas do Conjunto Habitacional. Localizado no pátio dos fundos, com fossas coletivas, o sistema condominial não foi concebido com a participação dos moradores e nem foi estabelecido nenhum sistema de gestão coletiva. Ao longo dos anos, as residências foram modificadas e expandidas nos pátios de frente e fundos (Figura 8), acarretando no encobrimento de fossas sépticas e da canalização que as alimenta. Isso dificulta a limpeza dos dutos, ocasionando diversos problemas de entupimento, transbordamento, afundamento de pisos e desmoronamento, necessitando uma requalificação de todo o Sistema Condominial de Esgoto e de uma remodelação de sua gestão e operação.



Figura 8: Unidades do Conjunto em 1998 e atualmente. Fonte: acervo dos autores, 1998, e acervo dos autores, 2017.

Nos aspectos positivos observa-se que as reivindicações são similares também. É possível perceber que, há menor quantidade de pontos negativos do que positivos (Figura 6 e Figura 9). Apesar de a incidência ser levemente alterada em cada um dos quarteirões, as mesmas palavras costumam aparecer entre os principais pontos positivos: “vizinhança, comércio e tranquilidade”. A palavra “escola”, por exemplo, surge com maior frequência nos quarteirões próximos a instituição de ensino. Observou-se que no quarteirão dois, além das palavras já mencionadas como: “comércio, tranquilidade e vizinhança”, destaca-se a “iluminação”, aspecto que também surgiu como ponto negativo na Figura 6. De modo geral, há uma equidade entre as respostas positivas coletadas, e os aspectos positivos possuem maior conformidade entre os mesmos, se comparado com a variabilidade das respostas dos aspectos negativos.



Figura 9: Aspectos positivos dos bairros da COHAB Lindoia, Pelotas/ RS. Fonte: Equipe Autores, 2020.

A vizinhança destaca-se na relação de amizade construída no Conjunto, já que muitos dos moradores ali habitam desde sua inauguração, há mais de 30 anos. Assim, além da forte relação interpessoal construída durante esses anos e observou-se o relato de familiares que vieram morar no Conjunto para ficarem mais próximos de seus parentes. Agrupando as palavras positivas coletadas no diagnóstico percebeu-se as fortalezas do Conjunto (Figura 10).



Figura 10: Aspectos positivos gerais da COHAB Lindoia, Pelotas/ RS. Fonte: Autores, 2020.

Já o fator “tranquilidade” aparece como contrapartida do ponto negativo “segurança”. Isso retrata que, apesar de os moradores terem forte reclamação da segurança, estes encontram-se, de certa forma, resignados com este ponto negativo no Bairro. Os entrevistados dizem sentirem-se tranquilos no Bairro, mesmo com as portas das residências e dos comércios trancadas por grades, mesmo durante o dia, demonstrando exatamente o contrário. Por último, nota-se a grande presença do “comércio” como um ponto positivo. A flexibilidade nas adições de novas áreas às unidades habitacionais pôde proporcionar o uso misto nas residências, onde muitos dos moradores fizeram expansões em seus pátios frontais para a adição de comércio e serviços, gerando uma nova fonte de renda para os mesmos e auxiliando no abastecimento do Conjunto, já que este se encontra distante do Centro da cidade. Outros pontos positivos que também apareceram, porém em menos frequência, foram “transporte público, a limpeza do Conjunto, a saúde e as praças”.

Após o levantamento do DRUP, além das hierarquias das nuvens de palavras, será dada a continuidade de contato com a população local, onde os pesquisadores poderão perceber as urgências do Bairro e registrar essas demandas, podendo resultar, assim, em projetos futuros, como projetos de extensão ou como um registro para o poder público local agir perante as necessidades do Conjunto. O DRUP, entendido aqui como um instrumento inicial de um processo participativo mais amplo, torna-se um primeiro passo para os moradores se familiarizarem com a comunidade acadêmica, bem como traz à tona o senso de pertencimento do Bairro e revela a percepção dos moradores perante o

ambiente em que residem. Este contato torna-se importante, de tal maneira que a Universidade possa contribuir com a sociedade de uma forma comprometida e consistente.

CONCLUSÕES

De modo geral, a metodologia mostrou-se eficaz e este trabalho poderá ser utilizado em ações extensionistas no Bairro e na tomada de decisões por parte do poder público para requalificação do espaço público do Bairro, possibilitando serviços urbanos de qualidade e melhores condições de vida aos moradores. A Universidade tem o dever de contribuir com a sociedade. Portanto, a metodologia foi eficiente para o diálogo entre a teoria, prática e o cotidiano, sendo possível a união e consolidação das relações da Universidade como dia a dia da COHAB Lindóia.

Espera-se que este diagnóstico possibilite formalizar as demandas que os moradores julgam necessárias e coloque a universidade como instrumento para estas requalificações, na medida em que também, poderá servir de conhecimento prévio para projetos a serem encaminhados para a prefeitura.

As ações de pesquisa já demonstraram, ao longo dos anos, os ganhos da população com a realização de diagnósticos urbanos. O presente trabalho terá continuidade ao longo do ano e, assim, utilizará esse conhecimento para projetos de extensão, bem como os resultados da pesquisa de mestrado que está em curso, sobre o Sistema Sanitário Condominial. Sua utilização, será devolvida à comunidade e ao poder público. Espera-se que as atividades de requalificação de fato aconteçam, beneficiando a sociedade e o meio acadêmico, agregando conhecimento aos alunos pesquisadores e proporcionando moradia digna e bem-estar aos residentes do Conjunto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Censo 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia, 2010. Disponível em: [https://censo2010.ibge.gov.br/painel/? nivel=st](https://censo2010.ibge.gov.br/painel/?nivel=st)>. Acessado em: 16 ago. 2018.

BRASIL. **Tendências demográficas no período de 1950/2000**. Instituto Brasileiro de Geografia, 2000. Disponível em https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf. Acessado em: 23 set. 2018.

BROSE, Markus (org). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. **Habitação social em Pelotas (1987 – 2010):** Influências das políticas públicas na promoção de Conjuntos Habitacionais. Tese (Doutorado em História)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Faculdade de filosofia e ciências humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5786html> . Acessado em: 10 fev. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDVEDOVSKI, Nirce. **A vida sem condomínio: configuração e serviços públicos urbanos em conjuntos habitacionais de interesse social**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MEDVEDOVSKI, Nirce. et al. “Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP): Um Relato sobre a Ferramenta como Instrumento para Processos Participativos em Habitação de Interesse Social – Uma Ação Extensionista”. **Revista Expressa Extensão**. Pelotas: v.20, n.2, p. 99-116, 2015.

ONO, Rosaria. et al. **Avaliação Pós-Ocupação: da teoria a prática**. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.

SANTIAGO, Gustavo Benedetti . et al. Envelhecimento, flexibilidade habitacional e mudanças familiares em conjuntos habitacionais: O caso da COHAB Lindóia. In: **IAPS (International Association of People-Environment Studies)**, 2019, Pelotas.

Anais [...] Pelotas: IAPS, 2019, Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/placeage/iaps/>. Acessado em: 29 jan. 2020.

SANTIAGO, Gustavo Benedetti; MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. O DRUP Como Ferramenta de Requalificação Urbana Participativa. In: **Anais 37º SEURS - Direitos Humanos e Justiça**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199261>. Acessado em 06 fev. 2020.

VERAS, Maura Pardini Bicudo; BONDUKI, Nabil Georges. Política habitacional e a luta pelo direito à habitação. In: COVRE, Maria de Lourdes M. (org.). **A cidadania que não temos**. 1.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 40-72.

DIÁLOGOS PERTINENTES EM CIDADES LATINOAMERICANAS: O IDEAL MODERNIZADOR NOS CASOS DE BELÉM E SANTA FÉ

**RELEVANT DIALOGUES IN LATIN AMERICAN
CITIES: THE MODERNIZING IDEAL IN THE CASES
OF BELEM AND SANTA FE**

**DIÁLOGOS PERTINENTES EN CIUDADES
LATINOAMERICANAS: EL IDEAL MODERNIZADOR
EN LOS CASOS DE BELÉN Y SANTA FE**

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS, INTERLOCUÇÕES

CHAVES, Celma

Doutora em Arquitetura; Universidade Federal do Pará/Programa de Pós Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Belém, Pará
email: celma_chaves@hotmail.com

MULLER, LUIS

Doutor em Arquitetura; Universidad Nacional del Litoral/Facultad de Arquitectura
Diseño y Urbanismo, Santa Fe, Argentina
email: luismuller.arq@gmail.com

RESUMO

O artigo tem como objetivo traçar um paralelo entre propostas de modernização em duas cidades latino americanas, Belém e Santa Fé. Aborda-se o período que se inicia na década de 1930 e se estende à década de 1960, e que foi caracterizado por aproximações de políticas de Estado à modernização urbana e arquitetônica. Compreende-se esses processos, tão importantes quanto repletos de contradições, de ações progressistas, porém impulsionadas por setores conservadores da política e da sociedade local. Constata-se que em geografias tão distintas como a Amazônia brasileira e a região dos pampas na Argentina, o discurso modernizador foi crucial para consubstanciar ações políticas e fomentar um campo profissional. Destacam-se em cada caso as diferenças, conformando histórias singulares e ao mesmo tempo aproximadas, quanto às questões mais gerais do que se define como modernização em cidades da América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Belém. Santa Fé. modernização. arquitetura moderna.

ABSTRACT

The article aims to draw a parallel between modernization proposals in two Latin American cities, Belém and Santa Fe. It addresses the period that began in the 1930s and extends to the 1960s, and that was characterized by approaches of state policies to urban and architectural modernization. It is understood that these processes, as important as they are full of contradictions, progressive actions, but propagated by conservative sectors of politics and local society. It is noted that in geographies as distinct as the Brazilian Amazon and the pampas region in Argentina, the modernizing discourse was crucial to substantiate political actions and former a professional field. Differences stand out in each case, forming singular stories and at the same time as regards the more general issues of what is defined as modernization in Latin American cities.

KEYWORDS: Belém. Santa Fé. modernization. modern architecture.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo trazar un paralelo entre propuestas de modernización en dos ciudades latinoamericanas, Belém y Santa Fe. Se aborda el período que se inicia en la década de 1930 y se extiende a la década de 1960, décadas que fueron caracterizadas por aproximaciones de políticas de Estado a la modernización urbana y arquitectónica. Se enuncia que esos procesos fueron tan importantes como cargados de contradicciones, de acciones progresistas promovidas por sectores conservadores de la política y de la sociedad local. Se constata que en geografías

tan distintas como la Amazonia brasileña y la región de la pampa en Argentina, el discurso modernizador fue crucial para legitimar acciones políticas y fomentar un campo profesional. Se destacan en cada caso las diferencias, conformando historias singulares y al mismo tiempo cercanas, en cuanto a las cuestiones más generales de lo que se define como modernización en ciudades de América Latina.

PALABRAS-CLAVE: Belém. Santa Fé. modernización. arquitectura moderna.

INTRODUÇÃO

Uma simples revisão da historiografia recente sobre a arquitetura na América Latina permite afirmar que o período que se inicia na década de 1930 e se estende à década de 1960, foi caracterizados por aproximações de políticas de Estado à modernização urbana e arquitetônica. As obras públicas levadas a cabo em muitos países da região (fundamentalmente na Argentina, Brasil e México) registraram um giro modernizador que adotou expressões de modernidade, do mesmo modo como coexistiram estados que formularam suas próprias produções com expressões que seguiam alguma vertente de modernidade arquitetônica.

Na Argentina, corresponde também à criação de numerosos escritórios técnicos nos organismos do Estado, com a incorporação ascendente dos arquitetos profissionais, engenheiros e outras disciplinas que conformam quadros técnicos especializados. Na Amazônia brasileira, e especificamente na cidade de Belém, esse período caracteriza-se inicialmente por uma série de ações pontuais, ainda derivados das políticas de modernização dos primeiros governos após a instauração da “Era Vargas”. Os governos municipal e estadual permaneciam agindo diariamente na conformação e manutenção de infraestruturas, serviços de transporte e sistema viário da capital. Durante a Segunda Guerra Mundial, investimentos nacionais e americanos alteram pontualmente a paisagem da cidade.

Os processos, tão importantes quanto repletos de contradições, e que na Argentina é apontado por Gorelik (2011, 114), como “a produção simbólica com que o Estado argentino formula seu programa modernizador nesta década de trinta é tão paradoxal como a própria vinculação entre esta modernização e o conservadorismo dos sectores que a levam adiante”, também corresponde em certa medida com o que ocorre nesta parte da Amazônia. Esta encruzilhada que não é exclusiva do Estado Nacional Argentino, supõe a

possibilidade de estabelecer uma pergunta: a que interesses servia essa modernização e de que modo? Essa questão levará a situar em primeiro plano a análise das configurações que podem mostrar as relações entre técnica, políticas e sociedade no aparato estatal.

No caso de Santa Fé não se pode dizer que as inúmeras realizações responderam a um certo programa da elaboração de planos coerentes e sistemáticos. Supunham ações articuladas a um ao outro, não tanto para uma classificação prévia da administração, mas para o somatório de impulsos pragmáticos que tornaram possíveis resultados concretos as faltas aparentes na ordem política, e também assegurar um grau alto de visibilidade do trabalho construído. O mesmo pode-se apontar no caso de Belém, embora em escala bastante mais reduzida de intervenções, sejam arquitetônicas ou urbanas, pelo abalo que a economia local experimenta após a crise da borracha depois de 1912. A arquitetura da modernidade e as obras de modernização urbana, em um e outro caso foram chamadas à cobrir as necessidades de representação e legitimação da obra de governos em uma relação contingente em que tanto a política como a arquitetura e a cidade obtiveram mútuo benefício.

O artigo percorre esta seara, na intenção de estabelecer, a modo de aproximações comparadas, diálogos entre os dois casos de estudo, entendendo os diversos matizes que compõem as cidades e arquiteturas latino-americanas do sul, bem como a heterogeneidade das cidades e arquiteturas da Amazônia brasileira, o que faz deste trabalho, um caminho indispensável para o conhecimento das experiências ensejadas pelo ideal modernizador em regiões tão díspares do continente sul americano.

A MODERNIZAÇÃO EM UMA CAPITAL DA AMAZÔNIA: BELÉM E A ARQUITETURA PÚBLICA

A partir da década de 1930, observa-se atuações na esfera do Estado e em iniciativas privadas que articulam ações urbanas e arquitetônicas na cidade de Belém, no norte do Brasil. A gestão do presidente Getúlio Vargas (1930-1945) estabelece prioridades que alcançam capitais de norte a sul do país. É nesse período, inicialmente sob a interventoria de Magalhães Barata (1930-1935 e 1942-1945), e de seus intendentes como José Gama Malcher (1935-1943), Abelardo Condurú (1932-1933 e 1936-1943), e Alberto Engelhard (1943-1945), que a capital do Pará apresenta transformações mais significativas em direção à modernização, com a construção de novos edifícios, e ações que incidem na infra estrutura básica da cidade.

No entanto, será de 1930 até início da década de 70 quando observam-se momentos dispare de desenvolvimento e quase paralisação dos serviços públicos e privados que transcorrem nos distintos governos da província e da municipalidade. Identificam-se também tempos de decadência e estagnação que alcança a década de 40 e um período de recuperação que se inicia nos anos 50 e 60 com o desenvolvimentismo posto em operação, local e nacionalmente. Sem entrar na questão do que efetivamente significou essa decadência, já tratada por Chaves e Lima (2018), constata-se que existia um contraste entre uma cidade rica e modernizada e seus “subúrbios” pobres, anunciando que ainda se fazia urgente novas medidas para realinhar essa assimetria.

Consultas a jornais da época e documentos oficiais da província e da intendência municipal, são reveladores das agruras identificadas na cidade, principalmente a partir da década de 1940: crise nos transportes públicos, no sistema de abastecimento alimentício, na falta de infraestrutura básica como sanitária, elétrica e de água. Assim, as novas administrações constituídas nessa e nas décadas seguintes tinham como *leitmotiv* não apenas reconstruir uma cidade “perdida” após a crise da borracha e o endividamento advindo, mas resgatar o ideal de cidade modernizada legado nesse período.

Os governadores da província e os intendentes locais adotaram o discurso da modernização em suas agendas administrativas e ações políticas, preocupando-se em impulsionar principalmente os setores da infraestrutura pública nos espaços centrais da cidade. Arregimenta-se um discurso no qual a modernização e os ainda limitados recursos financeiros suscitam a indagação: como modernizar sem recursos para tal?

A modernização passa então a ser um discurso constante, adotado em todas as instâncias de poder, enquanto as realizações se fazem de forma fragmentarias, mas não menos propagandeadas que os discursos que se faziam delas. Embora em um cenário de pouco dinamismo econômico e de frágil institucionalidade (na década de 1940 Belém foi administrada por mais de dez prefeitos), renova-se essa vontade ideológica de uma cultura para produzir um determinado tipo de transformação estrutural, assim, a cidade acolhe essa ideia de modernidade (Vicentini, 2004; Gorelik, 1999).

Do ponto de vista político, a modernização que impulsionava o Estado brasileiro buscava adaptar o conjunto das instituições a um determinado modelo de desenvolvimento. Esse modelo estava apoiado na eficácia e na racionalidade das ações estatais em função do desenvolvimento e da consolidação do processo industrial no país. Nesse sentido, a modernização não se confunde com a ampliação dos serviços coletivos para usufruto dos cidadãos, mas amplia o espaço de atuação das instituições, em uma modernização seletiva, voltada aos bairros centrais, principalmente em infraestruturas.

Dentre essas ações, os edifícios escolares têm uma importante função para alcançar o objetivo modernizador. Porém, em sentido contrário a esse ideal, que contemplava principalmente as áreas centrais da capital, a maioria dessas escolas se localizava em bairros afastados do centro, e contavam com um programa arquitetônico mais simplificado. Além disso, em muitos casos predominava uma tendência para um tradicionalismo colonial. A experiência que se observa em Belém é que os primeiros edifícios escolares construídos na gestão do “governo revolucionário” eram construções realizadas pelos engenheiros do Departamento de Obras Públicas, mas ainda sem uma orientação clara de um programa pedagógico definido, o que seria adotado posteriormente em vários edifícios escolares em outras capitais brasileiras.

A adoção de construções racionalizadas e funcionais que o governo central potencializa através da Divisão do Departamento de Edifícios e Aparelhos Escolar da prefeitura da então capital federal, Rio de Janeiro, amplia-se para outras cidades do país. Os principais projetos estavam marcados pela influência do arquiteto recém saído da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) Enéas Silva, em obras realizadas quando funcionário dessa prefeitura. Estas arquiteturas estavam em perfeita consonância com uma parte expressiva das manifestações arquitetônicas que ainda ressoavam no interior da Escola Nacional de Belas Artes, e que seriam compartilhadas com as administrações municipais do Estado Novo, principalmente em edificações escolares. No entanto, no final da década de 1930, mais precisamente em 1938, um projeto do escritório J. Gama Malcher, a escola Vilhena Alves, inaugura uma moderna arquitetura de caráter *art déco*, com aspirações modernizantes, característica de outro edifício a sede dos Correios e Telégrafos, projeto de 1930 do arquiteto cearense Archimedes Memória (Figura 1).



CORREIOS E TELÉGRAFOS

Figura 1: Sede dos Correios e Telégrafos (1930). Fonte: [http:// www.conradoleioeiro.com.br/catalogo](http://www.conradoleioeiro.com.br/catalogo)

Na década de 1940, em decorrência da grave crise iniciada depois da queda da economia borracha, se traduziria no decréscimo dos investimentos públicos na cidade: falta de manutenção e deterioração de infraestruturas, crises de abastecimento alimentício, do sistema de transportes público, elétrico e de água. Por outro lado, enquanto as iniciativas de caráter pontual em vários bairros de Belém desde a década de 1930 pretendiam mascarar a séria crise dos serviços públicos, em 1942, a atividade comercial surgida com a Segunda Guerra Mundial e a presença de militares norte-americanos na cidade, fomentariam alguns avanços: construção do porto, da base aérea de Val de Cans, incremento da população, fatores que impulsionaram um repensar a cidade e seu desenvolvimento (CHAVES, 2017; CHAVES e LIMA, 2018). Originaram-se novas ideias de modernização vinculadas, agora a um ideal planificador no Plano de Urbanização do engenheiro Jerônimo Cavalcante, que assume o posto de intendente municipal a convite do governador Magalhães Barata. Os Acordos de Washington oportunizaram o incremento de recursos e o plano de Cavalcanti buscaria, na perspectiva de modernizar

e melhorar a cidade, uma transformação radical do traçado urbano em toda a Primeira Léguas Patrimonial^[1].

Em 1947 o governo do Estado finaliza a estatização da companhia de eletricidade que servia a capital, a inglesa *Pará Elétric*. No geral, os serviços públicos continuavam funcionando precariamente, exigindo mudanças como a substituição do sistema de transporte com bondes por ônibus de empresas terceirizadas. Outros serviços como o abastecimento de água e alimentício merecem a atenção dos administradores. Neste final de década, entre 1946 e 1948 são construídos pelo menos quatro mercados de bairro, com vistas a superar a carência de abastecimento alimentar (CHAVES, 2016).

Nas periferias, ações de modernização centravam-se em intervenções para superar a deficiência em saneamento, limpeza e urbanização, enquanto o centro da cidade começa a ser a sede dos novos e modernos edifícios, principalmente na Avenida 15 de Agosto. Contudo, os subúrbios ainda continuavam cada vez mais distantes, física e socialmente, dessa cidade moderna. Para essas áreas, durante a década de 50, dirigiam-se iniciativas na construção de obras públicas que estendiam o poder de influência do Estado nacional e do governos estadual com os que tinham relações mais próximas com o poder político. Profissionais como Camilo Porto de Oliveira, naquele momento titulado apenas como engenheiro, autor do projeto do edifício-sede do Departamento de Estradas e Rodagem inaugurado em 1959 (Figura 2).



Figura 2. Sede do Departamento de Estradas e Rodagens (1957-1959). Fonte: Celma Chaves

[1] Porção de um léguas de terras (4.110ha) doada pela Coroa portuguesa à municipalidade em 1627.

Nesse cenário, uma cidade com serviços públicos em decadência confronta-se com a vontade de modernização: edifícios públicos com linhas modernas se erguiam ao mesmo tempo em que se estendia o sucateamento dos serviços públicos como os transportes públicos, serviços de energia elétrica deficiente, problemas de abastecimento de alimentos, destruição dos trilhos da Estrada de Ferro de Bragança, enquanto os governos que se sucederiam após o golpe de 1964 agiam alinhados a objetivos que parece determinar o fim de uma etapa: destruição e abandono do que se havia erguido nas décadas anteriores. Equipamentos públicos como os *clippers* (construção com função de parada de ônibus e pequena mercearia), praças, hotéis, e comércios passam a fazer parte dessa destruição em nome da modernização da cidade. Destruição dos trilhos da Estrada de Ferro de Bragança, cuja desapareição foi decretada em 04 de agosto de 1966, por meio do decreto 58.992, e suas atividades foram paralisadas no dia 31 de dezembro de 1965 (Pantoja, 2014, pp. 71-72). A demolição paulatina dos *clippers*, que continuariam a ser construídos até o início da década de 1940, foram se sucedendo por ordem das várias administradores municipais. O último deles seguiu em funcionamento até pelo menos 1972 (Chaves, 2016).

No ano de início da ditadura militar, 1964, inaugura-se o curso de graduação em Arquitetura na cidade, tendo papel fundamental nas proposições de uma arquitetura modernizada, e os novos profissionais que ali se formaram, juntamente com os pioneiros engenheiros e arquitetos oriundos de fora e alguns já atuantes na cidade, foram responsáveis por uma certa renovação da arquitetura, nas décadas de 60 e 70.

Os anos dos governos militares foram marcados pela intensificação dos macro projetos econômicos para a Amazônia brasileira. Em Belém, após a abertura da Belém-Brasília (1960) e da rodovia Transamazônica (1972) as transformações se aceleraram. A imprensa dos anos 60 e 70 registrou a dinâmica de construção de edifícios em Belém: entre o ano de 1964 e 1970, anuncia cerca de 27 novos prédios. Nesse período, com a economia nacional e local recupera lastros de desenvolvimentos, enquanto as vias de acesso ao “Brasil desenvolvido” se abriram para a Amazônia - a partir de 1960 - as inovações levaram à adoção de técnicas, modelos e modos de vida que substituíram os antigos hábitos ecléticos, aliados a uma movimento que incorporava em algumas obras privadas, elementos que buscavam respeitar certos condicionantes da ambiência local. A construção da sede do Banco do Brasil em Belém, projeto do 1957 e inauguração em 1966, e ao que tudo indica de autoria do arquiteto carioca Paulo Antunes Ribeiro será um marco na já renovada avenida Presidente Vargas (Figura 3).



Figura 3. Sede do Banco do Brasil (1950). Fonte: Jose Maria Abreu Júnior

SANTA FE: ARQUITECTURAS MODERNAS PARA UMA CAPITAL PROVINCIAL

A cidade de Santa Fe é a capital da província de mesmo nome, está localizada na região central da Argentina, caracteriza-se por território geograficamente planície generalizada e uma condição que ele compartilha com Belém: o rio da paisagem da natureza. Na imagem Santa Fe a presença de água na forma de rios, lagos e pântanos é uma constante definida pelos sistemas hidrográficos que ladeiam (Rio Paraná no leste e Salado no oeste), e a percepção de que oferecer suas bordas são as de uma situação sempre em mutante em sua relação com o nível das massas aquáticas.

Os processos de modernização técnica, social e urbana nesta cidade começaram a ocorrer no final do século XIX, com a entrada da rede ferroviária e uma imensa recepção de imigração (principalmente de origem europeia) que desenvolveu a agricultura, indústria e comércio, inserindo a economia provincial no esquema de agro-exportação desenvolvido pelo país. No início do século XX, grandes obras de infraestrutura como a construção do porto ultramarino (inaugurado em 1910) e, na década de 1920, a instalação de uma ponte suspensa de ferro (ao mesmo tempo um aqueduto), pré-fabricada e impor-

tada da França, dotaram a paisagem urbana com a representação de uma modernidade tecnológica que a arquitetura ainda não havia assumido.

O ensino de arquitetura ainda passou por modelos acadêmicos, embora alguns professores incentivassem seus jovens estudantes a explorar novas formas. A maioria dos arquitetos que operam na cidade (aproximadamente uma dúzia) veio da Escola de Arquitetura da Universidad Nacional del Litoral (UNL) que vieram de sua sede na cidade de Rosario, embora houvesse uma parte de Buenos Aires e também alguns estrangeiros que se formaram em universidades francesas ou alemãs; as obras públicas produzidas pelo Estado Nacional, em geral, foram resolvidas a partir dos escritórios técnicos dos ministérios centrais correspondentes, isto é, em Buenos Aires.

Em nível nacional a década de 1930 acabou por ser um período convulsivo já no primeiro ano. A dupla crise afetou tanto o sistema econômico (também atraídos pelo *crack* financeiro internacional) como o político institucional com um golpe que destituiu o presidente da nação e envolveu a quebra de um sistema republicano frágil causando, assim, um cenário que teve fortes consequências para os estados provinciais. Na província de Santa Fe, em 1932, havia assumido o cargo de governador Luciano Molinas (1932-1935) pertencente à democracia progressista, gerando um cenário de expectativas positivas ao tentar implementar um programa de governo focado na descentralização e redefinição das estruturas estatais.

Assim, nesse ordenamento, uma estrutura orgânica e funcional foi dada ao Escritório de Construção de Escolas, com o qual começou uma etapa transcendental de arquitetura pública. Foi criado o “Instituto Experimental de Pesquisa Agropecuária e Desenvolvimento da Pecuária” e o fato de potenciar os escritórios técnicos com corpos especializados e profissionais para desenvolvimento de projeto indica uma vontade para modernizar o aparelho de estado que tende à eficiência e racionalidade na gestão e produção das infraestruturas, equipamentos e edifícios públicos.

A decisão política de dar corpo ao Departamento de Construção Escolar (DCE), no âmbito do Departamento de Obras Públicas da Província (DOPP), chamando jovens profissionais, aponta para um momento chave para entender a virada que ocorreria logo depois na arquitetura público em Santa Fe e por extensão em toda a sua área urbana. O plano planejado de obras procurou estender-se por todo o território provincial, como forma de afirmar as intenções desse governo com uma presença física que o representasse. E a capital operou como uma cabeça. Os edifícios escolares, funcionais para as reformas políticas implementadas, estavam na vanguarda desta operação.



Figura 4: Escuela Vicente López y Planes (1935). Fonte: Luis Müller

Os primeiros edifícios projetados no DCE são duas escolas que, devido à sua resolução, critérios de projeto e implementação, têm um forte impacto no cenário cidadão. Estes dois projetos desenvolvidos quase simultaneamente, escolas Christopher Columbus e Vicente López y Planes (Figura 4), num momento em que a cidade mal espreitava apenas um par de casas particulares incorporando novas tendências arquitetônicas.

A gestão de Molinas foi interrompida em 1935 por uma intervenção que, mediante eleições com suspeitas de fraude, dois anos depois foi substituída pelo conservador Manuel M. de Iriondo, que governou entre 1937 e 1941, sucedido por Joaquín Argonz (1941-1943) pertencente à mesma fração política, alinhada com o governo nacional.

Nesse período, a renovação da cidade em suas praças e avenidas é acompanhada por obras rodoviárias, infraestrutura, tornando as escolas, centros de saúde e outras instalações especialmente significativos destas intervenções na capital (Figura 5). Ambos trabalhos na área central, de alta visibilidade como nas realizações particularmente notáveis nos setores suburbanos, concentradores de uma massa populacional que aspirava conquistar.



Figura 5: Cuartel de Bomberos Zapadores (1935). Fonte: Arquivo Eng. Stamatti

Consequentemente, a cidade de Santa Fe foi beneficiada por receber uma extensa lista de obras e melhorias, e em poucos anos conseguiu mudar sua aparência, passando a ter a imagem de uma cidade em franco processo de modernização. A gestão de Iriondo a través de seu trabalho, procurou uma legitimidade que tinha falhado nas urnas e cobriu o mecanismo de fraude usados para acessar o governo com milhares de metros quadrados de novos edifícios, muitos dos quais foram localizados na cidade capital, dada a sua elevada condição simbólica e grande capacidade de representação, concentrando os poderes políticos e institucionais.

Nas áreas de saúde, habitação ou educação, as realizações foram significativas e ligadas a um conceito “administrativo” com forte publicidade. O Departamento de Construção de Escolas desempenhou um papel importante, porque durante esse “ciclo conservador” foi construído um número verdadeiramente significativo de edifícios para esse fim, bem como na área da saúde uma série de edifícios foi integrado a partir de obras públicas a uma concepção de ação política do governo e gestão de recursos,

ou seja, mais do que ter uma política de saúde, se tratava de utilizar eficientemente os fundos disponíveis, neste caso, receber um forte apoio financeiro do governo nacional.

Uma intensa e permanente campanha através dos diferentes meios de difusão se retroalimenta: o que se produz é refletido pelos outros, com o qual se alcança um efeito multiplicador. Essa ampla difusão mereceu o prêmio ganho pelos arquitetos dos escritórios técnicos da Direção das Obras Públicas no Vº Congresso Pan Americano de Arquitetos, realizado em Montevidéu em 1940, em que as escolas planejadas pelo Departamento de Construção de Escolas são distinguidas com medalha de ouro e diploma na categoria “Edifícios Públicos”.

É notável, por outro lado, que ainda que no mesmo período tenha se produzido um quantidade importante de edifícios de caráter moderno a partir do setor privado (moradias particulares, edifícios de renda verticalizados, comércios, hospitais privados, entre outros exemplos) que, em conjunto, contribuíram para modificar a imagem de grandes áreas da cidade instalando a representação de uma modernização arquitetônica firme e precisa, que dificilmente tivesse ocorrido com tanta presença sem a mediação do Estado nesse sentido, legitimando com isso a nova tendência. (Figura 6)



Figura 6: “Construção de avanço em Santa Fe”. Fonte: Jornal El Litoral, 01-01-1942

Se algo chama a atenção, além da implantação incomum de obras públicas na década, é que praticamente não havia variação entre as expressões arquitetônicas usadas nos dois estágios do governo. A arquitetura moderna introduzida na cidade pelas escolas construídas por Luciano Molinas (1932-1935) veio então ao encontro das necessidades de representação e legitimação do ciclo conservador liderado por Manuel de Iriondo (1937-1943). Agora, a questão é: deveria ter sido de outra forma?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquitetura moderna, de acordo com a construção mítica de suas origens, estabelecida pela historiografia que a constitui como “movimento moderno” nasceu em uma atmosfera de renovação cultural, ligada a ideologias progressistas de forte interesse em questões sociais. Seguindo esse raciocínio, temos sérias dificuldades em associá-lo aos diferentes contextos políticos que dominaram essa década da história de Santa Fé, bem como da Argentina, assim como no caso da Amazônia brasileira e da capital do Pará, Belém.

Em Santa Fé, não apenas a maioria dos edifícios públicos foram construídos dentro da tendência moderna, mas também foram usados como veículo para a instalação de certos valores no imaginário social. Enquanto os governos conservadores em geral tornaram o eixo principal de sua gestão, a importância de obras públicas é um problema que atravessa o país durante as décadas de 1930 e 1940 e leva o Estado-nação, bem como governos provinciais, independentemente da afinidade política. No caso de Belém, apesar da divulgação de discursos veementes em prol de uma cidade moderna, foram esparsos os episódios de uma arquitetura moderna pública vinculada aos interesses sociais, tendo o conjunto de habitação social do IAPI (década de 50), empreendido pelo governo central em várias capitais brasileiras, como .

Segundo Backzco, uma das funções dos imaginários sociais é “alcançar a organização e o domínio do tempo coletivo no plano simbólico” (Backzco, 1991). É evidente, então, que a manipulação desses aspectos e seu monopólio se tornam importantes fatores estratégicos na consolidação e perpetuação dos poderes. Os edifícios contribuem a conformar uma imagem do público e, nos dois casos, o diferencial foi que estabeleceram associações diretas com as ideias de modernização e progresso, valores que deveriam ser associados à gestão governamental, exibindo a arquitetura como uma representação de mudanças no presente e promessas de melhorar o futuro.

Assim, a ligação entre a arquitetura moderna e o Estado em Santa Fé apresentou um extenso programa implantado em todo o país e, conseqüentemente, veio ao encontro de algumas necessidades de representação que o governo colocou a seu favor, independen-

temente de outras associações que não fossem aquelas que vinculavam esta arquitetura com as ideias de modernização e progresso, através de técnica e eficiência.

Nesta cidade, embora não de forma exclusiva (já que alguns prédios públicos do período, dependendo de seu programa, foram feitos em variantes neocoloniais), a imagem limpa, luminosa, austera e racional transmitida pela arquitetura moderna foi o veículo escolhido para instalar um imaginário ligado a uma administração eficiente e transparente.

Por sua vez, a lista de profissionais de cargos públicos encontrou um terreno fértil para aumentar suas expectativas. Embora tudo indique que na liderança política não havia o conhecimento necessário nem uma vontade explícita de orientar as expressões arquitetônicas do governo a partir de uma plataforma consciente (e, portanto, deve-se supor que a adoção dessa linguagem se deu por motivos de ordem utilitarista e pragmática, despojado de idealizações), não é inadequado formular a hipótese de que os princípios da arquitetura moderna foram interpretados, pelos arquitetos envolvidos, a partir de uma convicção profissional.

Consequentemente, e tendo em vista a quantidade e a qualidade do trabalho construído, é possível afirmar que o desenvolvimento alcançado na capital da província, tem, pelo menos, uma dupla base de apoio: um pequeno mas compacto grupo de novos profissionais, com uma boa formação na disciplina e impulsionado pelo ímpeto das gerações mais jovens, sempre bem preparado para novas tendências, e uma situação favorável à medida que se deparam com uma sucessão de governos dispostos a aceitar essas propostas por causa da imagem. Assim, a representação do moderno é assumida linearmente como uma representação do “progresso”, algo que nenhum governante estaria disposto a renunciar.

É notável se observar em Santa Fé, que em discursos e comunicações emitidas por vários funcionários do governo, o termo «progresso» aparece reiteradamente e constitui forte argumento para validar as obras do governo, reiterando insistentemente ao passo que outros como «modernização» ou «moderno» são empregados como uma fórmula vazia de conteúdo. Em Belém, adota-se de forma constante o termo “moderno” que também não deixa de ser empregado de forma generalista para indicar os mais diferentes ocorrências construtivas, nas atividades comerciais ou nas ações governamentais

Assim, coexistem dois planos que se realimentam: o interno à disciplina, no qual prevalece a experimentação, e uma vontade renovadora, entendida como motor de mudança na arquitetura a partir da própria prática, e um teto político que aceita e tem precedência este produção desconsiderando questões disciplinares e que ao mesmo

tempo lhe dá um forte impulso, apropriando-se de uma série de valores associados, ligados ao progresso técnico, racionalidade e eficiência.

As chaves para interpretar a interação entre ambas as esferas, a da política e a do campo profissional da arquitetura, não devem estar vinculadas a posições preestabelecidas a partir de uma historiografia canônica, mas devem abordar as relações de contingência que poderiam estabelecer um cenário de mutualidades. conveniências, útil para os atores de ambos os lados.

Através de sua capacidade de gerar e emitir um novo programa simbólica, associada com as transformações que foram lidas pelo governo provincial como representações de progresso, estes edifícios, que são inseridos como sinais de aceleração em uma sociedade de baixo perfil dinâmico não pode ser explicado por si mesmos, enquanto, por sua vez, em um processo de contaminação mútua, contribuem para interpretar alguns aspectos complexos da história desta capital provincial.

Em Belém, uma das faces dessa modernização será a construção verticalizada. Inicia-se com os discursos do governo interventor de Magalhães Barata, renova-se com mais força em seu segundo mandato (1943-1945), ainda que de forma paulatina. Foi na década de 40 que marcos regulamentadores passaram a ser adotados no processo de construção da avenida Presidente Vargas, e um dos principais foi o decreto-lei nº166 de 03 de novembro de 1943 de autoria do engenheiro Jerônimo Cavalcanti - designado prefeito de Belém em 1943 por Magalhães Barata — que estabelecia um gabarito mínimo para as construções em Belém, com padrões especiais para a Avenida 15 de Agosto, evidência de que verticalização, cidade desenvolvida e modernidade passariam a ser sinônimos (Revista PDF, 1943). O principal incentivo dado à verticalização dessa avenida foi, no entanto, a promulgação da lei 3450 de 6 de outubro de 1956 cujo teor obrigava a que todas as construções localizadas nesta avenida deveriam possuir no mínimo 12 pavimentos e suas adjacentes no mínimo 10 (CHAVES, 2008).

Tal modernização apresenta uma orientação conduzida por uma conjuntura fragilizada e instável econômica e politicamente. Se existiram ações que pretendiam estabelecer uma imagem moderna da cidade através da construção, isto se devia em grande parte ao setor privado, enquanto o poder público centrava suas ações em restritas medidas de organização do espaço urbano. Nos dois casos, as ações converteram-se em oportunidades de atualizar a arquitetura aos novos paradigmas técnicos. Neste âmbito, em Belém observam-se as limitações causadas pela ausência de um ensino de arquitetura e a atuação de engenheiros, projetistas ou construtores, que realizam um conjunto de edificações que, embora se diferenciem em alguns aspectos, se sustentam na obrigatoriedade de superar as pautas estilísticas anteriores.

Seja em discursos ou nas medidas que o governo estadual lança, identifica-se na capital do Pará um governo estadual e municipal para o qual modernização, progresso e desenvolvimento estão ligadas tanto aos grupos de profissionais que desenvolviam suas atividades, como aos novos grupos sociais e suas atividades econômicas que se constituíam em substituição aos senhores da borracha de outrora.

Constata-se que em ambos casos de estudo, em geografias tão distintas como a Amazônia brasileira e na região dos pampas na Argentina, o discurso modernizador foi crucial para consubstanciar ações políticas e fomentar um campo profissional. Contudo, destacam-se em cada caso as diferenças em que essas ações se estabeleceram por razões econômicas, ideológicas, de disponibilidade de recursos materiais, mão-de-obra e de formação profissional, o que derivou também diferenças no conjunto das obras estatais produzidas, relacionadas ao volume de edifícios construídos e sua expansão além dos muros das capitais, conformando histórias singulares e ao mesmo tempo aproximadas, quanto às questões mais gerais do que se define como modernização em cidades da América Latina.

REFERÊNCIAS

- BRITO, Daniel Chaves de. **A modernização da superfície. Estado e desenvolvimento na Amazônia.** Belém, UFPA/NAEA/PDTU, 266 p., 2001.
- CHAVES, Celma. Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 094.06, **Arquitextos**, mar. 2008 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.094/161>>.
- FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados.** São Paulo, vol 6, n. 14 Jan/Apr. 1992.
- GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra Amazonia in the U.S. war time imaginary. **Revista Brasileira de Historia.** São Paulo, v. 29, nº 57, p. 19-65, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n57/a02v2957.pdf>
- GORELIK, Adrián. El Estado como vanguardia. En: **Correspondencias. Arquitectura, ciudad, cultura.** Buenos Aires, Sociedad Central de Arquitectos: Nobuko, 2011.
- GORELIK, Adrián. A produção da cidade latino americana. **Tempo Social.** Revista de Sociologia da USP, Volumen 17, Nº 1, São Paulo, jun. 2005, pp.111-133.
- GORELIK, Adrián. Prefácio. In: MÜLLER, L. **Modernidades de provincia: Estado y arquitectura en la ciudad de Santa Fe: 1935-1943.** Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2011.
- LIERNUR, Jorge Francisco. Un nuevo mundo para el espíritu nuevo: los descubrimientos de América Latina por la cultura arquitectónica del siglo XX. In: **Trazas de futuro. Episodios de la cultura arquitectónica de la modernidad en América Latina.** Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2008, pp. 3363.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI. Novas formas de desenvolvimento.** Empório do Livro, São Paulo, 2009.
- MÜLLER, Luis. **Modernidades de provincia: Estado y Arquitectura en la ciudad de Santa Fe: 1935-1943.** Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 2011.
- PARÁ. **Governo do Estado do Pará.** Mensagem apresentada à assembleia legislativa em sua reunião ordinária de 1954 pelo general de divisão Alexandre Zacarias de Assumpção, governador do estado. Belém: [s.n.], 1955.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém. Estudos de geografia urbana**. Belém: Ed. UFPA, v. 2, 1968.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização**. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: UFPR, 2004.

WEINSTEIN, Bárbara. Modernidade tropical: visões norte-americanas da Amazônia nas vésperas da Guerra Fria. **Revista IEB**, n. 45 pp. 153-176. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34587>, set. 2007.

EDIFÍCIOS DE SÃO PAULO: VIVÊNCIA E ARQUITETURA

SÃO PAULO BUILDINGS: EXPERIENCE AND ARCHITECTURE

EDIFÍCIOS DE SÃO PAULO: EXPERIENCIA Y ARQUITECTURA

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

GURGEL, Ana Paula Campos

Professora Dr^a do Departamento de Teoria e História em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Universidade de Brasília
prof.anapaulagurgel@gmail.com

TENÓRIO, Gabriela de Souza

Professora Dr^a do Departamento de Projeto, Expressão e Representação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Universidade de Brasília
gabrielastenorio@gmail.com

SILVA, Juliana Albuquerque Campos da

Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo; Universidade de Brasília
albu Campos@gmail.com

RESUMO

A proposta é abordar os aprendizados obtidos durante uma viagem acadêmica à São Paulo por alunos e professoras da FAU-UnB em agosto de 2018. Tal vivência foi organizada pelo projeto de extensão Pé na Estrada, que desenvolve dentro da faculdade diversas atividades que expandem às práticas de ensino-aprendizagem para além da sala de aula. Dentro de tais documentações de viagem optou-se por explorar o potencial de aprendizagem obtido pelo registro gráfico das obras arquitetônicas visitadas de modo a trazer à tona resultados na forma de manual de vivências que corroborem a prerrogativa de que a arquitetura vivenciada, aquela que é obtida pelo percorrer o espaço, papel relevante no ensino da arquitetura podendo ser ponto de partida para uma nova concepção projetual do viajante. Em São Paulo (polo difusor cultural, cidade pulsante, com múltiplos estilos e experiências arquitetônicas) encontrou-se ambiente propício para se presenciar a arquitetura como instrumento de difusão cultural.

PALAVRAS-CHAVE: desenho. viagem. São Paulo. Modernismo.

ABSTRACT

The proposition at hand is to address the learnings obtained during an academic trip to São Paulo among students and teachers from FAU-UnB in August 2018. Such experience was organised by the extension project "Pé na Estrada", which plans within the University several activities that expand the practices of teaching-learning beyond the classroom environment. It was decided, in this traveling documentation, that everyone would explore the learning potential obtained by the graphic record of the architectural works. That was thought in order to bring to light results in the form of experiences that would corroborate the prerogative that the experienced architecture, the one which is obtained by traversing space, has a relevant role in the teaching of architecture and can also be a starting point for a new projectual concept for the traveler. In São Paulo (a cultural diffuser and pulsating city with multiple styles and architectural experiences), a favourable environment was found to witness architecture as an instrument of cultural diffusion.

KEYWORDS: design. trip. Sao Paulo. Modernism.

RESUMEN

La propuesta en cuestión es abordar los aprendizajes obtenidos durante un viaje académico a São Paulo entre estudiantes y docentes de la FAU-UnB en agosto de 2018. Dicha experiencia fue organizada por el proyecto de extensión "Pé na Estrada", que propone y realiza, juntamente a la

Universidad varias actividades que amplían las prácticas de enseñanza-aprendizaje más allá del ambiente del aula. Se decidió, en esta documentación de viaje, que todos explorarían el potencial de aprendizaje obtenido por el registro gráfico de las obras arquitectónicas. Eso se pensó para sacar a la luz resultados en forma de experiencias que corroborarían la prerrogativa de que la arquitectura experimentada, la que se obtiene al atravesar el espacio, tiene un papel relevante en la enseñanza de la arquitectura y también puede ser un punto de partida para un nuevo concepto proyectual para el viajero. En São Paulo (un difusor cultural y una ciudad vibrante con múltiples estilos y experiencias arquitectónicas), se encontró un ambiente favorable para presenciar la arquitectura como un instrumento de difusión cultural.

PALABRAS-CLAVE: diseño. viaje. São Paulo. Modernismo.

INTRODUÇÃO

Na arquitetura, destaca-se o processo de formação acadêmica multidisciplinar como subsídio ao estudante para percorrer diversas áreas e com isso adquirir visão de mundo. No contato com o aprimoramento de suas capacidades artísticas relativas ao desenho, o sujeito pode potencializar sua capacidade de entender escalas, proporções, efeitos luminosos e sua própria forma de experimentar o espaço edificado. Através da vivência dos relatos orais, escritos e esboçados em croquis, de modo que a identidade do protagonista fica materializada e rebatida no que se desenha (FERNANDEZ, 2016). Na interferência de cada sujeito, destaca-se a apreensão de que se é “materialmente impossível deslocar montanhas e árvores, ou modificar cúpulas e torres, de acordo com meu gosto pessoal...” (KAHN, Louis, s/d apud FERNANDEZ, 2016, p. 3)

Aliado a tal aprimoramento, ressalta-se que a capacidade de se vivenciar os espaços é modificada e maximizada com a descoberta da poética dos espaços “há um sentido em tomar a casa como um instrumento de análise para a alma humana” (BACHELARD, 1993, p. 197). De tal modo, o sujeito que entra em contato com os mais diversos espaços edifícios além de pertencer à nova paisagem que é configurada durante o percorrer também já não é mais o mesmo pois se modifica no constante devir.

Nisto, evidencia-se que diversos arquitetos empenharam viagens arquitetônicas, documentando tudo em croquis, que gerou de certa forma repertório para suas obras. São exemplos icônicos as viagens de Le Corbusier à Itália e ao Oriente (LE CORBUSIER, 2007) que mostram seus aperfeiçoamentos como estudante e projetista (LANCHA, 2006) e Louis Kahn (ALMEIDA, 2012). No Brasil, essas viagens de estudo passam a ser incentivadas a partir de inícios do século XX pela Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Dentre estes aspectos, dentro da realidade da prática curricular no ensino do curso de Arquitetura e Urbanismo o projeto Pé na Estrada^[1] tem o objetivo de trazer vivências para além da sala de aula para os futuros arquitetos e atividades direcionadas à comunidade geral. O principal foco são visitas que proporcionem experiências geradoras de novas percepções arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas à diversas cidades brasileiras. Tais viagens organizadas pelo projeto geram tuma série de atividades executadas pelos estudantes que são posteriormente organizados em exposições abertas à comunidade geral.

Este trabalho visa analisar a viagem realizada em agosto de 2018 para a cidade de São Paulo, em termos dos pontos visitados e da apreensão dos alunos sob os mesmos. Tal jornada contou com a presença de 40 alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, as professoras Ana Paula Gurgel, Cynthia Nojimoto e Gabriela Tenório da FAU UnB e a professora Camila Sant'Anna da Universidade Federal de Goiás - UFG.

METODOLOGIA

Pode-se falar de dois momentos metodológicos: o primeiro, relacionado à organização da viagem em termos de roteiro e exercícios a serem desenvolvidos pelos alunos; e, num segundo momento, a metodologia de revisão bibliográfica e documental que dá o arcabouço teórico de desenvolvimento dessa pesquisa e uma questionário complementar que foi aplicado aos alunos participantes para melhor compreender suas vivências na cidade. Os meios utilizados para organização do roteiro constituíram-se a partir do recorte temporal do período Modernista até a contemporaneidade (séc. XX até atualmente) com reuniões entre os alunos integrantes do Pé na Estrada e as professoras responsáveis pela viagem. Anteriormente à viagem, os alunos tiveram um ciclo de palestras, abertas à comunidade, que abordaram temas relevantes para as visitas que seriam executadas *in loco* (Figura 1).

[1] Projeto formado em 2011 por alunos em busca de novas vivências arquitetônicas com o apoio dos professores Elane Peixoto e Ricardo Trevisan após uma viagem acadêmica para Goiânia/GO. Após a criação do projeto, a Equipe com o apoio da Universidade levou alunos para Curitiba (agosto/2014), Belo Horizonte, Ouro Preto, Mariana (março/2015), Rio de Janeiro (outubro/2015), Salvador (agosto/2016), Belém (agosto/2017), São Paulo (agosto/2018) e Recife e Olinda (agosto/2019). Desde de início de 2020, o projeto é oficializado como uma atividade de extensão.



Figura 1: Ciclo de palestras da viagem do Pé na Estrada de São Paulo realizadas no dia 08 de agosto de 2018 no auditório da FAU-UNB. Fonte: elaborado pelo projeto Pé na Estrada (2018).

Para auxiliar a vivência arquitetônica foram propostos *Momentos*, ou seja, atividades a serem executadas durante e após a viagem, trabalhos que gerassem discussão relevante para a apreensão por parte do estudante e que fossem material importante para a exposição subsequente. Dentre estes momentos, evidencia-se o caráter introspectivo que fica documentado através destes e como o desenho serve como forma de eternização das percepções obtidas durante a viagem. De modo a gerar discussões relevantes acerca da aprendizagem obtida através de tal atividade.

Após a viagem, a aplicação do questionário^[2] se deu virtualmente através da plataforma *Google Forms* de modo a garantir o anonimato e maior privacidade para os alunos responderem às questões propostas. Durante o processo, procurou-se sintetizar as informações referentes aos pontos do roteiro de forma a trazer fatos relevantes sobre a história, concepção e contexto a que essas obras se inserem. Através destas análises, fica evidente o importante papel da análise de referências através do desenho e de uma análise mais aprofundada já que está se fez posterior à viagem.

De modo a embasar este estudo, foram feitas revisões bibliográficas para subsidiar a compreensão e análise das obras abordadas neste recorte espaço temporal. Para tal, elegeu-se três categorias que englobassem os edifícios aqui abordados: as residências modernistas, o caso da Avenida Paulista e os centros culturais e instituições. Para sintetizar as informações levantadas, esse artigo aprofundar-se-á em um representante de cada categoria.

Acompanhado a tal fundamentação teórica, ocorreu a produção gráfica de croquis de análise de vivência, redesenho de planta arquitetônica e confecção de mapa georre-

[2] Perguntas presentes no questionário aplicado aos alunos. Disponível em < <https://bit.ly/2xnKl8x>>.

ferenciado da cidade de São Paulo com foco no roteiro escolhido de modo a colaborar com a melhor assimilação dos edifícios aqui discutidos. Os esquemas gráficos foram aqui explorados por possuírem grande poder de síntese de conteúdo, dinamização de leitura e ilustração de sensações e experiências a serem retratadas. Deste modo, foi possível traduzir com mais clareza o conteúdo a ser abordado.

RESULTADOS

A respeito dos pontos do roteiro estudado (Figura 2) ficou clara a riqueza arquitetônica exposta nas ruas de São Paulo, sempre regada de muitas vivências multissensoriais. Nas compartilhadas sobre a “Escola Paulista”, destaca-se características relativas à forte temática estrutural e à ênfase na descoberta de novas técnicas para o concreto armado. Edificações marcadas por forte presença do brutalismo, uso aparente do concreto armado, racionalização e economia (BRUAND, 1981).

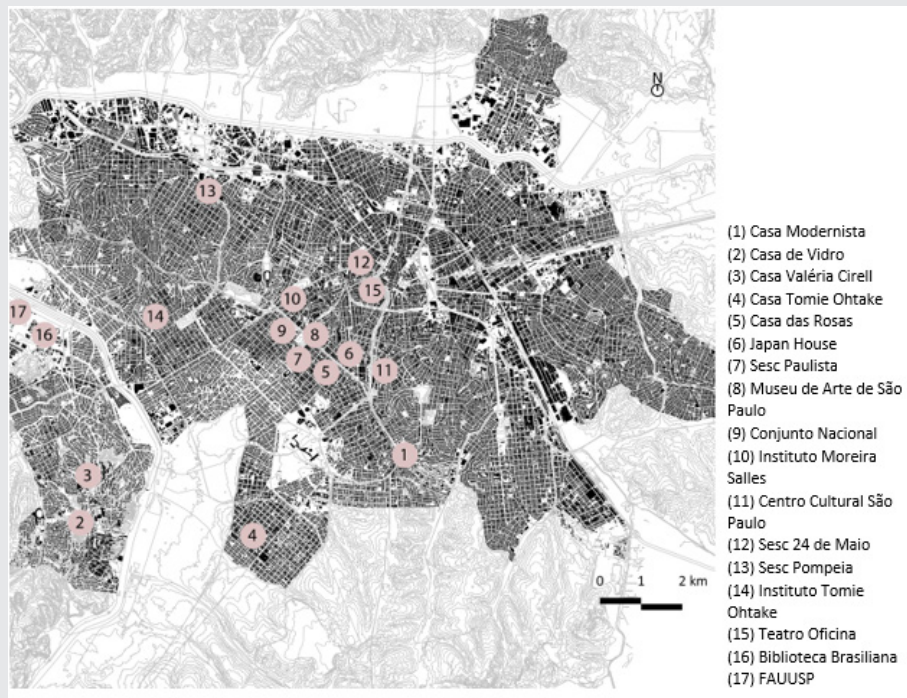


Figura 2: Mapa com os pontos do roteiro. Fonte: autoria própria, produzido com o software Qgis com shapefiles do portal Geosampa (2019).

Residências Modernistas

Dentre as residências deste recorte temático visitou-se a Casa da Rua Santa Cruz (Gregori Warchavchik, 1928) (Figura 3), Casa de Vidro e Casa Valéria Cirell (Lina Bo Bardi 1951 e 1958, respectivamente) e Casa Tomie Ohtake (Ruy Ohtake, 1966 e ampliações em 1985 e 1997) (Figura 4). Dentro desta categoria, selecionou-se a Casa da Rua Santa Cruz como obra a ser analisada. Por meio dos questionários pode-se levantar as impressões dos alunos viajantes:

Pelos livros não se percebe de maneira real, toda a leveza, a gentileza e aconchego da casa.^[3]

Ter a oportunidade de ouvir o Ruy falar sobre a casa Tomie Ohtake estando no local foi uma oportunidade ímpar. A experiência de visitar a casa com o arquiteto que a projetou foi o grande diferencial dessa viagem.^[4]

Casa de Vidro. [...] Nesta casa, o transeunte se sente como protagonista na vivência do espaço.³

Foi singelo, pausado e grande em riqueza de apreensão visual pelo desenho e de passagem de concepção arquitetônica projetual.⁴

A Casa Modernista ou da Rua Santa Cruz (1927-1928) foi projetada por Gregori Warchavchik (1896-1972), um ucraniano naturalizado brasileiro formado pelo *Regio Istituto Superiore di Belle Arti* de Roma. A obra constitui-se como uma casa manifesto, como sintetiza Bruand (1981). Dois anos antes, em 1925, ele publica o artigo que divulga e inaugura os ideais modernos que presenciados por ele na Europa (FIORE, 2002).

O arquiteto apresenta como confirmação de sua inteligência profissional ao que pôde aprender com Marcello Piacentini (1881-1960), arquiteto moderno classicizante e de certa forma alheio às inovações espaciais e de linguagem expostas pelas vanguardas europeias. Essa referêncica fica de certa forma anotada no projeto da Casa de 1927, já que o modernismo fica exposto na simetria da fachada que esconde uma composição espacial do espaço interno nem tão moderna assim (LIRA, José, s/d apud. SILVA, 2011, p. 286). É de fato um conjunto de provocações dispostas em elementos e espaços arquitetônicos por

[3] Resposta de um aluno à pergunta “Qual a casa do roteiro que mais chamou sua atenção? Por quê?”

[4] Respostas de um aluno à pergunta “Compare a experiência de visitar a Casa de Vidro (sob o acompanhamento do guia do Instituto Lina Bo e P. M. Bardi) e visitar a Casa Tomie Ohtake (sob a notória presença do arquiteto da obra)”

vezes ilusionistas, caracterizada de modo que “[...] a ausência de elementos decorativos constituía uma provocação” (BRUAND, 1981, p. 67).



Figura 3: Estudo de referência sobre a Casa Modernista de Gregori Warchavchick. Fonte: autoria própria (2018).

Quem passa hoje pela Rua Santa Cruz da Vila Mariana e se depara com a rígida fachada branca da Residência não imagina quanto invencionismo Warchavchik utilizou para projetar a primeira casa modernista brasileira em pleno começo do século XX. Assim como indica Bruand (1981, p.66) em sua obra:

[...] Warchavchik deparava-se com um grande dilema: ou utilizava o que podia encontrar, sacrificando sua concepção estética, ou desenhava e mandava fabricar as esquadrias e os caixilhos metálicos, ou desenhava e mandava fabricar as janelas, as grades, as lanternas e outros acessórios, inclusive o mobiliário, a fim de que sua linguagem correspondesse à sua arquitetura, sacrificando nesse caso o princípio da economia, um dos fundamentos da doutrina exposta.

Em defesa de seus ideais de indústria em uma sociedade que ainda não possuía tais avanços fez com que grande parte das inovações estéticas almejadas pelo arquiteto fossem conquistadas através de alto empenho financeiro. Dentre todo o processo de composição da casa, destaca-se a presença do paisagismo de Mina Klabin, esposa do arquiteto e a primeira paisagista modernista brasileira, a responsável pelo projeto do jardim dessa casa e de outras residências.

Em 1984, o Condephaat tombou o conjunto, seguido pelo Iphan e, posteriormente, pelo Conpresp. Seu processo de deterioração, se deve ao abandono consequência de processos judiciais. Em 2000 foram realizadas obras para recuperação e oito anos mais tarde, em 2008, a Prefeitura do Município de São Paulo passou a ser a permissionária do imóvel.

Durante a visita, algo chamou a atenção do grupo. Dentre todas as residências do roteiro selecionado, esta é aquela que estava em piores condições de manutenção, a sensação foi de visitar uma casa em mudança. Sem de fato já ser museu: “a Casa Modernista (Rua Santa Cruz) é muito interessante, mas por estar tão mal conservada e vazia fica difícil entender a dinâmica do lugar e se interessar mais por ele”³.

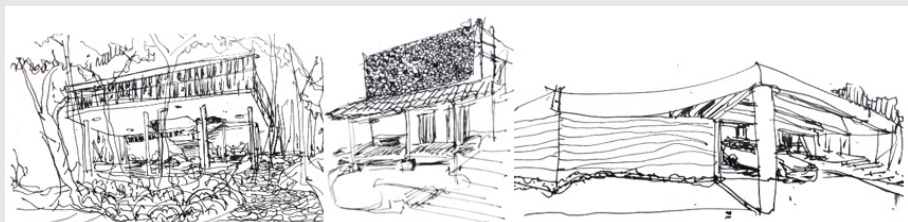


Figura 4: Croquis elaborados durante visita a Casa de Vidro e Casa Valéria Cirell de Lina Bo Bardi e da Casa Tomie Ohtake de Ruy Ohtake. Fonte: autoria própria (2018).

A respeito das outras residências do roteiro aborda-se brevemente cada uma delas, tipo edifício extremamente relevante e que foi o diferencial no roteiro arquitetônico empenhado para São Paulo e por isso esta categoria se encontra descrita com mais afinco. A Casa de Vidro (1951), destaca-se como um marco na arquitetura moderna (PEREIRA, 2014). Foi projetada por Lina Bo Bardi (1914-1992), arquiteta ítalo-brasileira, e foi contextualizada por uma sociedade paulista que construía casas em estilo histórico. Surge como o espaço da mulher moderna, a arquitetura feita para o indivíduo. Nisto, Lina colocou no desenho a possibilidade de extrair do lugar o máximo: implantou a edificação no ponto mais alto do terreno, de modo a ter vista privilegiada, grande mirante suspenso por pilotis de aço (PEREIRA, 2014). Tendo a paisagem como uma extensão da casa. Riquíssima em detalhamentos, mostra o caráter artesanal da obra com esquadrias sob medida. Fato destacado por Bruand (1981, p. 267) “a casa (...) chama atenção pela concepção audaciosa, que resulta de uma sutil mistura entre gosto artesanal muito seguro e o emprego de uma técnica industrial avançada”.

A Casa Valéria Cirell (1957-1958), também projetada por Lina, foi implantada em terreno pequeno e fechado. E totalmente diferente da Casa do Morumbi resulta em uma edificação pesada, opaca, presa no chão, de superfície rugosa, tomada de vegetação. Reflete sensorialmente um apego às origens, às raízes e à terra (PEREIRA, 2014). Na análise dos registros de concepção da residência, é relevante destacar que a arquiteta fez uso de diversas formas de representação gráfica: observa-se o uso de técnicas diferenciais como aquarela, marcadores e grafite. Fato que pode ser creditado à busca por uma representação que exprima a riqueza das soluções propostas.

O acesso da casa se dá por terraço e a parte interna de maior relevância é a sala que é um espaço amplo com pé direito duplo e uma lareira no centro, relembrando um certo jeito Mies Van Der Rohe de concepção de casa. Uma forte característica nesta obra é a escolha para o revestimento externo da casa: paredes incrustadas com conchas, pedras e pedaços de azulejos. Lina buscou, no universo do construtor popular diversas referências: cobertura com palha na varanda, assoalho de madeira do mezanino e a janela guilhotina com treliça (PEREIRA, 2014). Dentre todos esses aspectos levantados, pode-se ainda relacionar a casa com a obra de Gaudí que Lina conheceu um ano antes de conceber tal projeto:

E hoje você pergunta: qual era o movimento moderno lá? É do Gaudí, justamente! Eu acho que isso tudo vai impactando na visão da Lina, e ela faz a casa da Valéria de palha, o telhadinho de barro, posterior, original... E faz uma casa super simples, despojada, usando aquilo que tem que ser: usa a janela, aquela comprada na periferia, A dimensão do habitat na obra de Lina As casas de Lina Bo Bardi e os sentidos de habitat 236 numa casa de material de construção, e assenta deitada mesmo, sem estar em pé, janela de guilhotina, aproveitável. (...). Ela pega uma janelinha daquela de guilhotina e assenta deitado. E ela falou: eu posso fazer coisas interessantes, espaços interessantes, com poucos meios. (FERRAZ, 2010 apud PEREIRA, 2014, p. 235)

A respeito da Casa Tomie Ohtake (1966) projetada por Ruy Ohtake (1938-), evidencia-se que a residência era originalmente composta por uma edificação em terreno estreito e longilíneo anexo a um terreno lateral que formava um grande pátio posterior, na forma de um "L". Nisto a composição resultou em dois pequenos volumes dispostos neste espaço. A estrutura presente é de laje nervurada apoiada nas paredes laterais com concreto e bloco de concreto (MELO, 2013), sua modulação é revelada com jogos de luzes e sombras. A edificação apresenta no seu interior mobiliários de concreto, que dialogam com toda a materialidade construtiva.

Ao se analisar a tipologia tradicional de uma residência japonesa, observa-se muitas referências utilizadas por Ruy Ohtake principalmente no processo de evolução do espaço interno através da adição de um ou mais espaços. No caso desta residência as adições dos volumes se dão de forma totalmente submissa à forma inicial. Dentre estas relações, na compreensão da concepção o "espaço flui de estar para o estúdio. O bloco de dormitórios faz o contraponto" (OHTAKE, 1971). O questionamento cultural se torna muito significativo na arquitetura de Ruy, isso fica claro na preponderância da estrutura e da cobertura sobre as vedações, no apego à natureza do material, na integração

entre os espaços, na modulação e na pré-fabricação. Na aproximação desse exemplar arquitetônico com o modernismo da Escola Paulista destaca-se intersecções presentes na ausência de ornamentos da volumetria proposta e na independência da estrutura. Na fachada, os elementos estruturais se soltam das vedações e marcam as margens da edificação. Vale ressaltar que a notável presença do arquiteto Ruy Ohtake durante a visita foi de suma importância para agregar valor à vivência e ao aprendizado:

Ter a oportunidade de ouvir o Ruy falar sobre a casa Tomie Ohtake estando no local foi uma oportunidade ímpar. A experiência de visitar a casa com o arquiteto que a projetou foi o grande diferencial dessa viagem.⁴

De acordo com os questionários aplicados essa foi a casa preferida. A conservação e manutenção também foi destacada: “A casa T.O. por sua vez é quase que um museu, e por ainda estar toda mobiliada e intocada você realmente a entende como uma casa.”³



Figura 5: Documentação dos registros feitos durante as visitas às casas mencionadas. Fonte: autoria própria, autoria própria, lara Lemos, autoria própria e autoria própria (2018).



Figura 6: Imagens do grupo nas visitas às casas mencionadas. Fonte: Fábio Queiroz, acervo Pé na Estrada e Ana Paula Gurgel (2018).

O caso da Avenida Paulista

Na Avenida Paulista observa-se uma grande variedade de estilos arquitetônicos. Fruto de uma série de ocorrências históricas de queda e ressurgimento desta importante via urbana, as ocupações são as mais distintas. Permeiam por todas as tipologias edilícias. Dentro desta categoria, selecionou-se o Museu de Arte de São Paulo (1957-1968)

como principal obra a ser analisada. Podemos destacar que este edifício projetado por Lina Bo Bardi é símbolo e cartão postal de São Paulo. Marco tecnológico (maior vão livre na época) e figuração do peso cultural que a cidade ganha no contexto nacional, de polo difusor cultural. Como apresenta Miyoshi (2007, s/p):

Quando pensamos no Masp, o Museu de Arte de São Paulo, é provável que imaginemos em primeiro lugar seu edifício: dois robustos pórticos vermelhos sustentando uma laje de concreto aparente, envolta por panos de vidro, sob a qual uma extensa esplanada se abre, espaço excepcional na paisagem urbana. Um edifício austero, estampado em folders turísticos e publicações mundo afora, ratificando, entre tantos outros, o símbolo de uma instituição museal e da cidade que o abriga.

O projeto está implantado aonde antes existia o Belvedere Trianon, demolido para esta obra. Um dos pedidos é que se conservasse a concepção de uma espécie de mirante, item concretizado pela proposta de Lina. O terreno é de fato um dos determinantes para o sucesso do projeto primeiro porque se encontra no cruzamento da Av. Paulista e da Av. 9 de julho, dois eixos viários importantes para a cidade, e segundo pela sua forte relação com a vegetação presente, fatos aproveitados por Lina. Outro aspecto relevante é que a pintura do vermelho marcante das vigas e pilares dos dois pórticos do Museu foi executada sob o concreto ainda aparente no final da década de 1980 em decorrência de problemas de infiltração sob o material altamente poroso. Tal reforma que resgatou a cor presente nos croquis iniciais de Lina serviu para reerguer o legado deste edifício que se apresentava até então como uma ruína precoce (MIYOSHI, 2007).

Os viajantes descreveram algumas impressões como “vão do MASP surge como oásis no contexto urbano”^[5], “no MASP a efervescência da cidade”⁵, “O MASP em si é atração. Seu vão é uma moldura, e um recado para o cidadão que percorre a avenida, em contraponto a todos os demais prédios: aqui pode, aqui é seu.”⁵, “É um espaço de fuga ao dinamismo e grande fluxo da Av. Paulista. O Vão contrasta de forma positiva com o entorno, que entre carros e prédios, tem-se ali um espaço de permanência”⁵.

A respeito dos outros edifícios visitados na Av. Paulista, aborda-se brevemente cada um deles. A Casa das Rosas (1928) foi projetada pelo escritório do arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851 — 1928). Este é um edifício eclético que se contrapõe ao prédio contemporâneo implantado posteriormente ao casarão, o Ed. Toyota Tsusho. O

[5] Resposta do questionário de avaliação à pergunta “Compare sua vivência de atravessar o vão do MASP com a de percorrer a Marquise do Ibirapuera. Quais foram suas sensações em cada um dos espaços?”

Arranha-céu possui em sua fachada um tratamento envidraçado, que revela um interessante olhar: a superfície envidraçada reflete a imagem da Casa das Rosas. Nesse caso, o novo reflete o antigo.

A Japan House (2017) projetada pelo arquiteto Kengo Kuma (1954-) em parceria com o escritório FGMF Arquitetos foi referência para a reflexão dos alunos. Demonstra seu caráter mais emblemático no painel de madeira constituinte da fachada. Com base na vivência cenográfica local, os alunos descreveram São Paulo como “cheira a vida urbana e tem sabor sinestésico”^[6], “cheiro de gente junta [...] cheiro de lugar vivo”⁶, “cheiro de asfalto molhado e gosto de Itubaína”^[7]⁶.

O Sesc Paulista^[8] (2007-2018) foi projetado pelo escritório Konisberger Vannucchi Arquitetos Associados tendo como conceito a extensão da própria Avenida. Nos seus materiais construtivos, multiplicidade de usos e criação de mirante se mostra inovador. Foi classificado dentre os três Sescs do roteiro em 3º lugar de acordo com a preferência dos viajantes.^[9]

O Conjunto Nacional (1953-1956) projetado pelo arquiteto David Libeskind (1928-2014) foi descrito como um edifício que “não oferece barreiras nos acessos às fachadas, seu piso térreo acompanha o caimento natural do terreno. E a continuidade do desenho do piso amplia a percepção da articulação entre os espaços externo e interno”^[10] e “espaço bom para se ter acesso a outros pontos da região, pela possibilidade de se poder cortar caminho por dentro do conjunto nacional”¹⁰.

O Instituto Moreira Salles (2017) que foi projetado pelo escritório Andrade Morettin gerou diversas impressões aos alunos que puderam vivenciar a escada rolante que faz

[6] Resposta de um questionário de avaliação da viagem à pergunta “Tomando como referência a vivência cenográfica da exposição “Aromas e Sabores” da Japan House, pra você, quais são o cheiro e o gosto de SP?”

[7] Refrigerante distribuído pela primeira vez no interior de São Paulo. Comercializado pela marca Schincariol, atual Brasil Kirin. Nome em homenagem à cidade de Itu.

[8] “Um prédio da década de 1970, inicialmente ocupado pela administração do Sesc, foi reconfigurado e transformou-se em conjunto que abriga desde atividades culturais até práticas esportivas ligadas ao bem estar.” Revista Projeto Design, nº 444, p. 101.

[9] Resposta do questionário de avaliação da viagem à pergunta “Faça um ranking, de 1º a 3º, definindo quais Sescs você mais gostou.”

[10] Resposta do questionário de avaliação à pergunta “Você acha que a articulação do Conjunto Nacional com a Av. Paulista facilita o acesso? E por quê?”

alusão ao elemento de circulação vertical das estações do metrô paulistano e a escultura de Richard Serra. Descrito como edifício favorito por viajantes “IMS. Integração.”^[11] E ao se perguntar “Onde você encontrou sua textura favorita de SP?” no questionário boa parte dos alunos respondeu IMS.

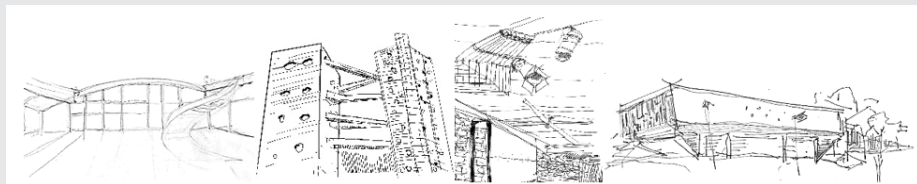


Figura 7: Croquis feitos durante as visitas ao Centro Cultural São Paulo, Sesc Pompeia, Teatro Oficina e a FAU USP. Fonte: autoria própria (2018).

Centros Culturais e Instituições

A abordagem sobre as edificações aqui categorizadas desta forma teve início com o Centro Cultural São Paulo (1979) obra principal analisada nesta categoria. O edifício foi concebido por Eurico Prado Lopes (1940-1985) e Luiz Telles (1943-2014). A concepção projetual do CCSP resultou em um prédio longitudinal (Figura 7), com quatro pavimentos que pousam sobre o talude da região. Modulado em vigas de 6,25 m de comprimento. Consolidou-se cinco acessos à edificação, todos voltados para a rua Vergueiro indicando um trajeto para Avenida Paulista através da Avenida 24 de Maio. Eurico Prado Lopes descreve que as grandes utilizações de aço no projeto se referem ao estilo paulista de estações de trem *art nouveau* e do viaduto Santa Ifigênia, que “[...] de acordo com a construtora, foram confeccionados cerca de 1500 tipos de vigas diferentes, 100 tipos de pilares, 12 tipos de escadas metálicas (helicoidais e retas) e 2 tipos de rampas (em forma de X e Y)” (CENNI, 1991, p. 31).

O edifício é transpassado nos seus trezentos metros de extensão por uma via interna que distribui fluxos para vários ambientes: plateias dos teatros, cinema e auditório. O prédio apresentou problemas após uma forte chuva no oitavo dia após a inauguração. Opiniões se dividiam entre as causas do insucesso, uma era recorrente: correria na etapa final da obra. Entre desavenças e críticas, o CCSP constituiu-se como uma edificação que é símbolo de urbanidade, diversidade e convergência de fluxos. Idas e vindas de toda gente. Um espaço democrático, um edifício gentil, convite para a entrada de pedestres.

[11] Resposta de um questionário de avaliação à pergunta “Qual o edifício do roteiro que você mais gostou? Descreva em uma palavra essa edificação.”

A respeito dos outros edifícios desta categoria, aborda-se brevemente cada um deles. O Sesc 24 de Maio (2017) projetado pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha e MMBB Arquitetos que se localiza nas proximidades com locais atrativos em São Paulo como Theatro Municipal, Praça dos Artes e Galeria do Rock se constituiu como uma intervenção no antigo prédio da Mesbla. Na constituição do projeto, destaca-se 13 pavimentos com uma diversa gama de usos e disposições interligadas com rampas. Nisto, muitos alunos ficaram impactados com a visita à este exemplar arquitetônico, o 24 de Maio foi classificado como: “inesperado”, “imprevisível”¹¹. Foi classificado dentre os três Sescs do roteiro em 2º lugar de acordo com a preferência dos viajantes.⁹

Durante o trajeto para se chegar no Instituto Tomie Ohtake (2001) já se percebe como a paisagem é marcada por este edifício projetado por Ruy. A edificação está situada no bairro de Pinheiros, “em local bastante estratégico onde recebe gente de diversos locais da cidade e dos mais diversos estratos sociais”¹². No espaço interno, destaca-se em seu acesso térreo um grande hall com a presença de uma abertura zenital para onde convergem todos os espaços onde se desenvolvem as atividades culturais. Na cobertura, destaca-se a interessante solução estrutural com tesouras metálicas invertidas e alternadas atirantando o mezanino. Apresenta 2300m² em áreas expositivas. Um complexo empresarial com dois volumes: duas torres que destoam do conjunto urbano. O verbo destoar aqui se aplica em dois sentidos: contraste pela massa edílicia e pelos tons das colorações empregadas nas fachadas do complexo. A torre, volume hermético, se destaca na paisagem e possui 22 pavimentos tipo e 3 tonalidades de vidro com dimensões diferentes, segundo Ohtake, para evitar monotonia do tom único e pela economia de material. Como curiosidade, possui um heliponto deslocado dos eixos centrais do prédio, segundo Ruy, um certo desequilíbrio equilibrado.

O Sesc Pompeia (1986), projetado por Lina Bo Bardi, é implantado na Vila Pompeia e inserido em zona industrial. Se trata de uma intervenção em uma antiga fábrica de tambores que na volumetria constituiu-se como dois volumes pesados que pousam na antiga fábrica, interligados por rampas em formas de passarelas. Tanto na plástica adotada como no tratamento das fachadas identifica-se características brutalistas: uso do concreto aparente, sólidos prismáticos na composição em contraponto a um contexto de baixo gabarito que favorece o destaque da intervenção. Foi o Sesc preferido pelos viajantes⁹. Descrito como “brutalismo”, “aconchegante”, “sonho”, “memória”, “artístico”, “imponente”, “história”¹¹. No teatro presente destaca-se a utilização de uma nova arquitetura que compartilhava os espaços de cena e sala. Deste modo espectador e ator

[12] Ricardo Ohtake para o vídeo “Conheça o Instituto Tomie Ohtake”. Disponível em <<https://youtu.be/mFWyOI9mLPY>>

ficavam frente a frente. Fato também encontrado no Teatro Oficina (1984-1994) que teve sua intervenção feita por Lina Bo Bardi e Edson Elito. “Pode-se considerar o teatro como um espaço ecológico. Uma grande caixa cênica, onde atores, plateia e técnicos estão em contato direto” (LIMA, 2008). Retrato das influências e atuações de Lina artista, cenógrafa como destaca Lima (2008, s/p):

Ao estender sua prática profissional, direcionava o olhar às expressões cênicas capazes de instigar o indivíduo, tornando possível vincular os diversos recursos de organização espacial de uma maneira que incitasse o espectador a sair do lugar comum e a atribuir outros enquadramentos às diversas representações espaciais.

Regado de resistência política e inspiração, teve muros impostos e incêndios em sua história:

Segundo José Celso, em 1989, exatamente nos dias de queda do Muro de Berlim, “quando os atores viajavam, o Grupo Silvio Santos levantou um enorme Muro, fechando as paredes já levantadas, com aberturas de janelas-Portas e a pequena janela já tombada” (CORRÊA, José Celso s/d apud LIMA, 2008)

Constituiu-se um dos edifícios favoritos dos viajantes. Descrito como “incrível”¹¹. No contexto:

O Teatro é um marco, principalmente para o Bexiga. Ele é resistência, ele é cultural, ele é história contanto história. O Teatro é vida, é social, é crítico. Aquele Teatro faz e é parte daquela comunidade. Escondido, quase passa despercebido. Ai, você entra nele. Ai, você entra em outro mundo.^[13]

Na FAUUSP (1966), projeto de João Batista Villanova Artigas (1915-1985) e Carlos Cascaldi (1918-2010), o grupo foi guiado pelo professor Antonio Carlos Barossi. Tal visita trouxe para a viagem um certo cunho de reflexão sobre a formação do arquiteto e urbanista: infraestrutura e projeto político pedagógico. Com base nisso os alunos opinaram sobre “Em termos de espaço arquitetônico, qual ambiente da FAU-UnB você trocaria por um correlato na FAU-USP?”. As respostas foram brados por mais infraestrutura para ancorar a aprendizagem: “canteiro experimental”, “O átrio no térreo como espaço de

[13] Resposta do questionário de avaliação da viagem à pergunta “Antes da visita ao Teatro de Oficina, você sabia sobre a disputa com o grupo Silvio Santos no local? Por que você acha que o Teatro de Oficina é importante no contexto urbano em que se encontra?”

convivência com maiores dimensões, melhor iluminação e ventilação” e “CA. Lá tem-se uma noção de espaço estudantil com respeito às necessidades e quantidade de pessoas”.

A destarte, a viagem se configurou regada de vivências tendo os alunos como protagonistas essenciais para a documentação dessas impressões. Através dos questionários, registros em croquis e anotações pode-se trazer à tona toda a riqueza de apreensões arquitetônicas hospedadas no espaço além da sala da aula.

CONCLUSÃO

A formação arquitetônica é essencialmente multidisciplinar. Na Universidade, o futuro arquiteto entra em contato com arte, história, raciocínio espacial e tantas outras áreas correlatas ao fazer arquitetônico. A vivência extraclasse contribui também para um novo olhar sobre o espaço, seus agentes e suas nuances temporais. Através do desenho, eternização daquilo que se vê, o sujeito exprime suas impressões e começa a lançar mão de entender as proporções, linhas de perspectiva, efeitos de luz e enquadramento. Grandes lições para projetar.

Por meio da viagem acadêmica, pode-se entrar em contato com diversas obras notáveis vivenciando-as pessoalmente. As experiências sensoriais não são possíveis de outro modo. E ao documentar tudo isso, demonstra-se o potencial de aprendizagem presente nesse processo. Assim, o desenho que é uma poderosa ferramenta de estudo e documentação tem papel importante na formação arquitetônica. E o desenho de observação, neste caso o desenho de rua, traz progressos no olhar atento que capta proporções e resume em poucos traços a informação daquele espaço edificado. Dentro disso, destaca-se que a viagem proporciona esses momentos de percepção e registro gráfico evidentes nos registros dos viajantes, que no constante devir ao retratar o que viam já se transformavam.

Tratando-se do contexto de São Paulo, a riqueza da viagem esteve presente também na grande variedade de estilos arquitetônicos presentes na composição da paisagem edificada. Embora visitássemos principalmente edifícios dos séculos XX e XIX, as marcas de tempos anteriores estavam em constante diálogo. Soma-se a isso a percepção dos diferentes usos do espaço e suas referidas ocupações: grande quantidade de pessoas que utilizavam os espaços e a forma com que eram utilizados. Deste modo, encontrou-se na cidade espaços culturais amplamente utilizados pelos cidadãos locais, mostrando de certa forma que o potencial cultural da cidade é reforçado por pelos equipamentos edificados, oásis arquitetônicos. Deste modo, acredita-se que a viagem acadêmica rea-

lizada através do projeto de extensão Pé na Estrada trouxe vivências que contribuíram positivamente para a formação dos futuros arquitetos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. B. **Poética em arquitetura. O arquiteto e as tendências: a obra de Louis Kahn no século XX.** 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1981
- CENNI, R. **Três Centros Culturais na Cidade de São Paulo.** 1991. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CORBUSIER, L. **A viagem do Oriente.** São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- FERNANDEZ, S. **Távora: desenho de viagem, desenho objeto.** Porto, 2016. Disponível em: <https://issuu.com/fundacaomarquesdasilva/docs/texto_um_objecto_e...>. Acesso em: 04 mai 2018.
- IORE, R. H. Warchavchik e o manifesto de 1925. **Arqtexto 2**, 2002.
- LANCHA, J. J. O olho e a mão, o desenho na primeira viagem de Le Corbusier. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, São Carlos, n. 4, p. 51-66, julho 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44673>>. Acesso em: 04 mai 2018.
- LIMA, E. F. W. Por uma revolução da arquitetura teatral: O Oficina e o SESC da Pompéia. **Arquitextos**, São Paulo, ano 09, n. 101.01, Vitruvius, out. 2008 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.101/100>>.
- MELLENDEZ, A. Königsberger Vannucchi Arquitetos Associados. **Revista Projeto Design**, nº 444, p. 92-113, ago 2018.
- MELO, D. J. de. **Janelas da Vila Mariana: Ecos do modernismo.** 2013. Dissertação (Mestrado em Habitação: Planejamento e Tecnologia), Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, São Paulo.
- MIYOSHI, A. O edifício do Masp como sujeito de estudo. **Arquitextos**, São Paulo, ano 07, n. 084.02, Vitruvius, maio 2007 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.084/245>>.
- OHTAKE, R. Residência 2. **Acrópole**, n. 386, São Paulo, jul. 1971, p. 16-20.

PEREIRA, M. T. **As casas de Lina Bo Bardi e os sentidos de habitat**. 2014. [649] f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1900**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, F. F. da. Gregory Warchavchik, um viajante na história. **Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 18, n. 30, p. 284-288, dez. 2011.

ELEMENTOS DA ARQUITETURA: ARQUITETURA MODERNA E FOTOGRAFIA MODERNISTA

**ELEMENTS OF ARCHITECTURE: MORDERN
ARCHITECTURE AND MODERNIST PHOTOGRAPHY**

**ELEMENTOS DE LA ARQUITECTURA:
ARQUITECTURA MODERNA Y FOROTOGRAFÍA
MODERNISTA**

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

FECCHIO, Luisa Magni

Mestranda; FAUUSP

luisa.fecchio@usp.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar aproximações entre a arquitetura moderna e a fotografia modernista. Para isso, analisamos a produção habitacional moderna presente nos bairros centrais da cidade de São Paulo registrada pelas lentes de três fotógrafos pertencentes ao Foto Cine Clube Bandeirante, importante foto clube na formação e no desenvolvimento desse campo disciplinar no país: Thomaz Farkas, German Lorca e Geraldo de Barros. Procuramos entender, a partir da linguagem arquitetônica e da sua fotografia, captada no trabalho destes fotógrafos entre as décadas de 1940 e 1960, como essas disciplinas se relacionavam, influenciavam-se e posicionavam-se frente ao processo de modernização pelo qual passava a cidade.

PALAVRAS-CHAVE: *arquitetura moderna. fotografia modernista. São Paulo. décadas de 1940-1960. Foto Cine Club Bandeirante.*

ABSTRACT

The aim of this paper is to explore the correlations between modern architecture and modernist photography. We analyze the modernist housing characteristic of the central area of São Paulo, in parallel with the work of three photographers from the Foto Cine Clube Bandeirante, a photographic society that was pivotal to the establishment and development of the field in Brazil: Thomaz Farkas, German Lorca e Geraldo de Barros. We investigate the relationship between architecture and photography through the 1940s until late-1960s, how they would influence each other, and their role in the modernization process of São Paulo.

KEYWORDS: *modern architecture. modernist photography. São Paulo. 1940-1940. Foto Cine Club Bandeirante.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo establecer relaciones entre la arquitectura moderna y la fotografía modernista. Para ello, analizamos la producción de viviendas modernas presente en los barrios centrales de la ciudad de San Pablo registrada por las lentes de tres fotógrafos pertenecientes al Foto Cine Clube Bandeirante, importante asociación de fotógrafos que actuó en la formación y en el desarrollo de esta disciplina en el país: Thomaz Farkas, German Lorca y Geraldo de Barros. Buscamos comprender, a partir del lenguaje arquitectónico y de su fotografía, captada en los trabajos de estos fotógrafos entre las décadas de 1940 y 1960, cómo estas disciplinas se relacionaban, se influenciaban y se posicionaban frente al proceso de modernización por el que atravesaba el país.

PALABRAS-CLAVE: arquitetura moderna. fotografia modernista. São Paulo. décadas de 1940-1960. Foto Cine Club Bandeirante.

ARQUITETURA E ARTE NAS DÉCADAS DE 1940-1960

Entender o momento histórico da cidade de São Paulo nas décadas de 1940 até o final dos anos 1960 é fundamental para a compreensão da produção tanto da arquitetura quanto da fotografia no período.

No pós Segunda Guerra Mundial, o país passou por um grande desenvolvimento. Com o programa de substituição de importações, as indústrias cresceram significativamente, entre elas, as ligadas à construção civil, como a do cimento e do elevador, as quais foram de grande importância para que a verticalização da cidade pudesse se expandir. Somados ao desenvolvimento das tecnologias e da indústria, o crescimento populacional e o desejo e necessidade dos habitantes de se instalarem próximos ao centro econômico, fizeram com que os bairros ao redor do centro da cidade começassem a se verticalizar para atender à demanda habitacional.

No mesmo período, a cidade de São Paulo passou também por um grande desenvolvimento cultural, com a criação de museus como o MASP e o MAM, em 1947 e 1948 respectivamente, e a criação das faculdades de arquitetura da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Universidade de São Paulo, também nos anos de 1947 e 1948. Além do surgimento dessas instituições, o avanço da modernidade na vida cotidiana da população se intensificava com o crescimento do comércio e lazer nas ruas da cidade.

“A partir das novas relações urbanas, mercantis e industriais, a cidade iniciou a formação de um conjunto cultural com a criação de cinemas, teatros, museus e das Bienais de Arte, não por acaso, já que estas instituições eram consideradas promotoras da nova tendência. Com um trabalho voltado à formação de um público através de exposições e outras atividades didáticas, ajudaram a promover a introdução da nova linguagem no ambiente cultural.” (SANTIAGO, 2009, p.20)

As instituições possuíam papel importante na formação da cultura da população e principalmente dos artistas. Conforme aborda Santiago, os museus, através de suas exposições internacionais, possibilitavam um contato maior com a produção de artistas de outros países, além de funcionarem como centro de discussões e de formação ao abrigarem grupos e exposições de artistas, escolas e cursos.

Na arquitetura moderna, a forte relação entre arquitetura e arte esteve bastante presente na discussão da síntese das artes a qual, segundo Pedrosa, representava a junção

das atividades criativas do homem para a formação de uma totalidade não só artística, mas também social e cultural, fazendo parte da vida moderna na forma de uma obra de arte coletiva (SANTIAGO, 2009, p.79). Escolas como a Bauhaus, procuravam unir a criação artística e a produção industrial em grande escala. Dessa maneira, para pensar a produção moderna de habitação é preciso perceber a influência do desenvolvimento das artes como um todo na linguagem da arquitetura.

Podemos então pensar e analisar as obras de arquitetura e fotografias produzidas nesse momento partindo do entendimento de uma expressão coletiva de modernidade que se mostrava como uma resposta frente às transformações da cidade moderna, ao contexto do país nas décadas de 1950 e 1960.

ARQUITETURA COTIDIANA DOS EDIFÍCIOS HABITACIONAIS MODERNOS

Esse momento de crescimento e verticalização da cidade de São Paulo e da ampliação do debate cultural e artístico, foi também o momento de desenvolvimento da arquitetura moderna e de sua aceitação pela população. O edifício habitacional vertical era uma novidade que acompanhava e incentivava a nova maneira de morar moderna.

Conforme aponta Joana Mello de Carvalho e Silva em sua tese de doutorado^[1], a discussão da habitação mínima, ocorrida na Europa no início do século XX, nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), foi fundamental para a arquitetura moderna e esteve fortemente presente na formação de um grande número de arquitetos que, no pós-guerra, imigraram para o Brasil e aqui fizeram parte desse processo de verticalização da cidade, através da atuação como arquitetos, construtores e investidores.

É possível observar na produção desse período, como a racionalização e a funcionalidade estão presentes nos projetos de habitação coletiva. Neles se buscava a racionalização não só da distribuição dos programas, centralizando as áreas molhadas, infraestruturas e circulações, mas também dos elementos construtivos, como caixilhos e fachadas, chegando a usar elementos padronizados e industrializados. Nesta arquitetura, procurava-se destacar os elementos geométricos e lineares, principalmente nos desenhos das fachadas sem elementos decorativos rebuscados.

Características que permitiam o maior aproveitamento dos terrenos valorizados dos bairros centrais, com o maior número de unidades, economia nas infraestruturas e acabamentos, o que ia ao encontro dos ideais dos incorporadores, conforme discorre

[1] SILVA, Joana Mello de Carvalho. **O arquiteto e a produção da cidade: a experiência de Jacques Pilon em perspectiva (1930-1960)**. Tese de doutorado – FAU-USP. São Paulo, 2010.

Rossella Rossetto em sua tese de doutorado^[2]. Dessa forma, através do mercado imobiliário a arquitetura moderna foi difundida, não só nos exemplares de arquitetos reconhecidos pela crítica, mas em uma produção coletiva responsável pela construção e verticalização de diversos bairros da cidade nesse período.

Edifícios que não são exemplares excepcionais, mas em que se percebe uma qualidade arquitetônica e que fazem parte da paisagem cotidiana da cidade. Sendo assim, uma arquitetura presente na experiência do homem, mas que passou em certa medida despercebida no âmbito da crítica e da academia. Luis Espallargas Gimenez, em dois artigos e no livro sobre a obra do arquiteto João Kon, trata da importância e da relevância de se olhar também para essa produção^[3]. Segundo Gimenez, há no campo acadêmico uma resistência para tratar dessa “arquitetura comum” feita para o mercado imobiliário, por estar fora da seleção de projetos prestigiados e por ser uma produção sem engajamento, o que fez com que fosse muitas vezes vista negativamente.

No entanto, nos últimos anos o campo da pesquisa tem dado cada vez mais atenção a essa produção que é relevante para pensar a arquitetura e entender a produção da cidade. Temos teses de doutorado focadas na obra de arquitetos ativos na produção para o mercado imobiliário como a de Joana Mello Silva sobre Jaques Pillon e o próprio livro sobre o arquiteto João Kon, além de pesquisas sobre a atuação dos arquitetos estrangeiros em teses como a de Anat Falbel sobre o arquiteto Lucjan Kornogold. Temos também recentemente dissertações sobre o processo de verticalização que olham para projetos de menor destaque como a de André Luiz Turra Nunes sobre a verticalização da Avenida Paulista.

Os exemplares corriqueiros, bons exemplos dessa arquitetura moderna, formam grande parte dos bairros centrais e permanecem como edifícios vivos e funcionais, possivelmente por sua relação com a cidade ser mais rica do que nas produções habitacionais realizadas posteriormente. Conforme trata Gimenez, é possível destacar na análise desses projetos que, apesar da crítica feita ao modernismo no que diz respeito à falta de relação entre obra e seu lugar de implantação, esses edifícios apresentam “a

[2] ROSSETTO, Rossella. **Produção imobiliária e tipologias residenciais modernas**. São Paulo-1945/1964. Tese de doutorado – FAU-USP. São Paulo, 2002.

[3] GIMENEZ, Luis Espallargas. “A propósito do juízo da arquitetura paulistana”. **Vitruvius**. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09:105/73>. Acesso em 02 de novembro de 2019. GIMENEZ, Luis Espallargas. “Arquitetura pequena: quando simplicidade e correção substituem a genialidade”. **Óculum**, Campinas: FAU PUC-Campinas. V. 3, p. 72-80, mar. 1993.

construção formal segundo o reconhecimento da estrutura da cidade e constituem experiências coletivas e visuais de ajuste, correção e construção dos espaços definidos entre objetos”(GIMENEZ, 2019).

Podemos dizer que o conjunto dos edifícios habitacionais construídos entre as décadas de 1940 e 1970 pode ser visto dentro de um processo coletivo com uma produção bastante diversa, conforme aponta Rossetto. Por ser, nesse período, um novo produto com a demanda pouco conhecida, os arquitetos tiveram abertura para uma grande experimentação. Um grupo de arquitetos, muitos deles estrangeiros, foi responsável pelos projetos habitacionais do período. Arquitetos de boa formação, responsáveis por essa arquitetura moderna mas que não se tornaram conhecidos por atuarem, com certa frequência, como equipes dentro de escritórios e construtoras, não assinando os projetos. Foi uma combinação entre arquitetura moderna e mercado imobiliário que funcionou muito bem, chegando em uma produção de relevância coletiva e profissional.

Dentre a grande produção habitacional do período de enfoque, foram selecionados três exemplares de edifícios habitacionais do bairro da Consolação, um dos primeiros bairros a se verticalizar no sentido de sudoeste da expansão da cidade de São Paulo. Buscamos entendê-los como “exemplos que condensam processos estruturais e culturais mais amplos que o campo disciplinar”^[4], no sentido em que Joana Mello trata algumas obras de Franz Heep, arquiteto bastante atuante no mercado imobiliário no período.

A partir dos edifícios elencados, foram feitas uma série de fotografias enfocando alguns elementos de sua arquitetura. Partindo do exercício realizado por Koolhaas para a bienal de Veneza de 2014, de olhar para a arquitetura a partir de sua linguagem, dos elementos que as constituem, foram destacados elementos de fachada como caixilhos, frisos, grelhas, requadros e balcões, além de suas escadas, através de fotografias em que se procura evidenciar a forte relação entre arte e arquitetura. Partindo de uma maneira de olhar que se aproxima dos fotógrafos do Foto Cine Clube Bandeirante, se buscou evidenciar características dessa produção arquitetônica coletiva: as linhas geométricas, a verticalidade, as formas presentes na linguagem de seus elementos, evidenciadas pelo enquadramento e pelos realces e contrastes de claros e escuros.

Nos três edifícios, J. B. Ferreira Lopes (1953), Maria Eulália (1957) e Cisne Azul (1970), se percebe uma estética anti-monumental, anti-decorativa e a busca de uma racionalidade na composição das fachadas inseridas na paisagem cotidiana. Nos três casos ficam visíveis a geometria e ritmo ressaltados seja pela estrutura destacada da fachada, pelo

[4] SILVA, Joana Mello de Carvalho. “Habitar a metrópole: os apartamentos quitinetes de Adolf Franz Heep”. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.21. n.1. p. 141-157. jan.- jun. de 2013.

jogo de composição do deslocamento entre elementos como janelas e cobogós, ou do uso de frisos, simetrias e geometrias que saltam do plano da fachada. No outro elemento destacado, a escada, também fica evidente como a atenção na elaboração da forma está muito presente em sua concepção. Nestes exemplos isso se evidencia nas curvas ou na geometria dos degraus que vão além de uma simples escada funcional.



Figuras 1, 2: Edifício Cisne Azul. Construído em 1970 pela Construtora Almeida Prado. Fotos da autora, 2019.



Figuras 3 e 4: Edifício Cisne Azul. Construído em 1970 pela Construtora Almeida Prado. Fotos da autora, 2019.

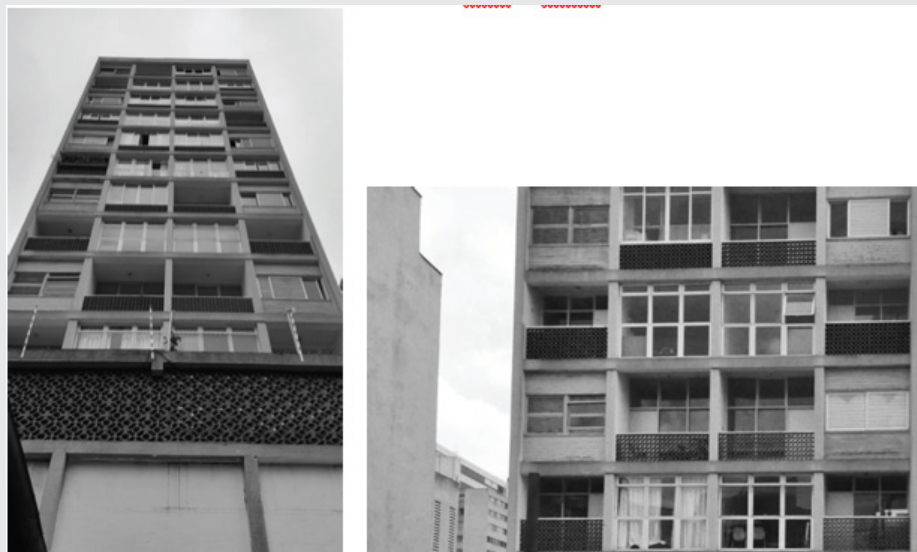


Figura 5: Edifício J. B. Ferreira Lopes. Construído em 1953 pela Construtora Miro, Arq. Miroslaw Szabuniewicz. Fotos da autora, 2019.



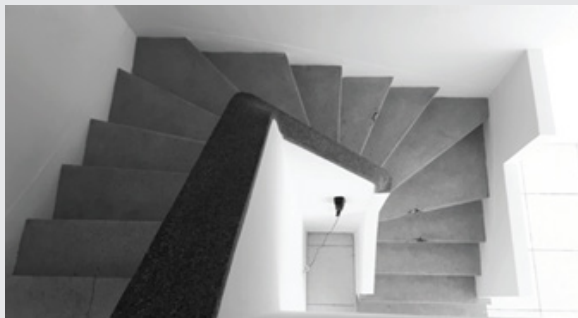
Figura 6, 7 e 8 : Edifício J. B. Ferreira Lopes. Construído em 1953 pela Construtora Miro, Arq. Mirosław Szabuniewicz.

Fotos da autora, 2019.



Figuras 9 e 10 : Edifício Maria Eulália. Construído em 1957. Eng. Responsável Caio G. Martins.

Fotos da autora, 2019.



Figuras 11: Edifício Maria Eulália. Construído em 1957. Eng. Responsável Caio G. Martins. Fotos da autora, 2019.

A FOTOGRAFIA MODERNISTA E A ARQUITETURA MODERNA[5]

No início do século XX a fotografia passou por transformações, se alinhando aos movimentos de vanguarda. Artistas como László Moholy-Nagy, Man Ray e Kazimir Malevich foram importantes por renovar a linguagem fotográfica, através de especulações e colagens, abrindo a perspectiva de possibilidades.

Segundo Rosângela Rennó^[6], os fotoclubes funcionavam como uma rede de intercâmbio que começou a surgir no final do século XIX em resposta à necessidade de esta-

[5] Foi utilizado o termo arquitetura moderna tendo como referência a produção arquitetônica que teve início nos anos 1920 e 1930 na Europa, no período entre guerras, tendo como questões da modernidade a racionalidade, a necessidade de transformações sociais e políticas, a vida na cidade e uma nova forma de morar para as massas de trabalhadores da indústria e escritórios, conforme Anatole Kopp explicita no início de seu livro “Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa”. Mais especificamente, este trabalho enfoca a produção da arquitetura moderna no Brasil, os edifícios habitacionais construídos a partir da década de 1940. Por outro lado, no que se refere à produção fotográfica de renovação e pesquisa iniciada no Foto Cine Clube Bandeirante a partir da década de 1940, foi escolhido utilizar a denominação de fotografia modernista com base definição de Tadeu Chiarelli: “Estou certo que caberia propor aqui a denominação da produção fotográfica em questão como ‘fotografia modernista’. A meu ver, tal expressão contemplaria, de forma talvez mais generosa e fiel, a abundância de vertentes que, a partir do início de século XX (de maneira mais decisiva), passo a constituir o Modernismo na fotografia, sendo esta, por definição e, desde sempre, moderna.” (CHIARELLI, Tadeu. “Sombras: problematizando a obra de Geraldo de Barros”. In: ESPADA, Heloisa. (org.) Geraldo de Barros e a fotografia. São Paulo: IMS: Edições Sesc São Paulo, 2014. P. 205.

[6] RENNÓ, Rosângela. “Do arquivo à rede”. In: PEDROSA, Adriano (org.). **MASP PCCB**: Coleção

belecer um campo para discussão e prática da fotografia. No Brasil, no pós guerra, com o bom momento da economia, industrialização e democratização, os fotoclubes e o desenvolvimento da fotografia ganharam força, atuando como espaços de pesquisa e compartilhamento. No mesmo momento em que ocorria a expansão de verticalização da cidade de São Paulo, se formava na cidade o Foto Clube Bandeirante, que posteriormente se chamaria Foto Cine Clube Bandeirante, constituído em seu início por um grupo de amadores que se reunia no centro da cidade em lojas de materiais fotográficos. Rennó destaca como característica da fotografia do grupo, o caráter indicial, que ao coloca-la próxima à ciência e ao cotidiano, acabava por criar um certo atrito com o campo das artes.

Helouise Costa aponta como o ambiente do fotoclube recebeu muitos dos ideais modernistas e como esses fotógrafos, vivendo e observando esse momento de grandes mudanças da cidade e da vida cotidiana, na década de 40, transformaram completamente a fotografia até então feita no Brasil. Eles foram responsáveis por trabalhos que buscavam a autonomia da forma e a negação do referente, mas como ressalta Costa, por possuir um vínculo direto com a realidade, a fotografia acabava por não entrar completamente no abstracionismo. E assim, ao transformar a percepção do mundo, transformou também o cotidiano (COSTA, 2004, p.30).

Assim como estamos olhando para uma produção coletiva da cidade nos casos arquitetônicos tratados anteriormente, vamos olhar para a produção fotográfica do Foto Cine Clube Bandeirante, mais especificamente de três fotógrafos que pertenceram ao fotoclube, buscando um entendimento também coletivo dessas obras. Assim como Costa elucida, com a “intenção de entendermos o movimento modernista brasileiro em um campo mais alargado que o circuito da arte, como prática social” (COSTA, 2004, p.36).

O Foto Cine Clube Bandeirante foi o centro desse movimento não só no Estado de São Paulo, mas em todo país. Eles romperam com a tradição da fotografia pictórica e ao se distanciarem da fotografia como uma expressão essencialmente técnica, trouxeram uma nova sensibilidade através de empirismo e experimentalismo.

“Os fotógrafos bandeirantes lançaram-se a uma espécie de reinvenção da fotografia de vanguarda norte-americana e europeia, cujas estratégias de desconstrução do código fotográfico foram usadas para lançar um olhar renovado sobre a cena urbana paulistana, de acordo com as questões próprias do nosso ambiente cultural. Eles eram empresários, industriais e profissionais em ascensão que praticavam a fotografia como atividade paralela a sua atuação profissional e se posicionavam

como protagonistas da construção de um país em desenvolvimento. Tratava-se de uma elite econômica que atuava em prol de um certo ideal de progresso e encontrou na fotografia um veículo, não só para dar vazão à construção simbólica desse ideal como também para afirmar sua própria identidade cultural.”(COSTA, 2016, p.24)

Através do uso do filme branco e preto as fotografias acabam por destacar as linhas e formas geométricas das composições, como é possível observar em uma grande quantidade de fotografias do fotoclube. Ao se utilizarem de elementos arquitetônicos como objeto para suas fotos, tiravam o foco do objeto em si e o colocavam nos planos, linhas e geometrias, enfatizados também pelo jogo de contraluz (COSTA, 2004, p.41).

Interessante ressaltar que, assim como a construção da cidade em si teve grande participação de imigrantes, a representação dessa cidade por parte de artistas também teve grande contribuição deles e de seus filhos, como era o caso de muitos dos participantes do Foto Cine Clube Bandeirante.

Entre seus participantes, trataremos de algumas fotografias de três deles, Thomaz Farkas, German Lorca e Geraldo de Barros, selecionando obras que apresentam essas questões do olhar para a vida cotidiana e para os elementos arquitetônicos da cidade. Os três são enquadrados por Costa como os pioneiros da primeira fase da fotografia modernista, os quais deram início à busca de uma nova visão e linguagem. As inovações e transformações iniciadas por esse grupo se consolidaram e avançaram nos anos seguintes na Escola Paulista, nome dado pelas revistas especializadas para a produção do Foto Cine Clube Bandeirante (COSTA, 2004, p.49).

Analisando essa produção podemos reconhecer características recorrentes ao enfatizar a vivência do cotidiano da cidade de São Paulo em plena modernização, trazendo o olhar desses fotógrafos sobre os elementos do cotidiano e da arquitetura moderna, a qual, como já tratamos anteriormente, estava se difundindo amplamente nesse momento. Em suas fotografias pode-se destacar o enquadramento preciso, a composição rigorosa, a ênfase na geometria e para realçá-la o contraste de luz e sombra. Vale destacar que essa investigação geométrica não se restringia à questão da forma: “pois se baseava primordialmente na aceitação generosa e indiscriminada da vida em seus aspectos cotidianos” (COSTA, 2004, p.45-46).

Thomaz Farkas

Thomaz Farkas, nascido em Budapeste em 1924, imigrou para São Paulo em 1930. Se interessou pela fotografia desde muito cedo e ingressou no Foto Cine Clube Bandeirante em 1942. Farkas desenvolveu um olhar instigante que, conforme foi observado por curadores como Rosely Nakagawa e Rubens Fernandes Junior, a partir do cotidiano e de cenas banais trouxe novas formas de olhar e enquadrar, mantendo um posicionamento questionador que contribuiu para que a fotografia fosse levada ao âmbito da arte.

Além de trabalhar com as formas, destacando linhas, planos, claros e escuros, o uso de enquadramentos e ângulos inusitados foram marcantes em seu trabalho (COSTA, 2004, p.42). A sua investigação em torno da linguagem da fotografia faz com que seus trabalhos apresentassem características que mais tarde seriam amplamente exploradas pela arte concreta, justamente por trabalhar com o limite entre a abstração e o figurativismo, ao destacar tanto a geometria, ficamos no limite de perder o referente da imagem.

Olhando para a produção selecionada, aquela em que se trabalhou mais com os elementos da arquitetura moderna, vemos que não importa se o edifício em questão era um edifício excepcional ou “corriqueiro”, fica evidente que eles recebem o mesmo tratamento.

Nas fotografias de Farkas temos como objeto desde de um edifício de apartamentos simples e cotidiano (Figura 22), até edifícios renomados pela crítica como o MESP (Ministério da Educação e Saúde — figura 13), ambos aparecendo com o mesmo nível de importância.

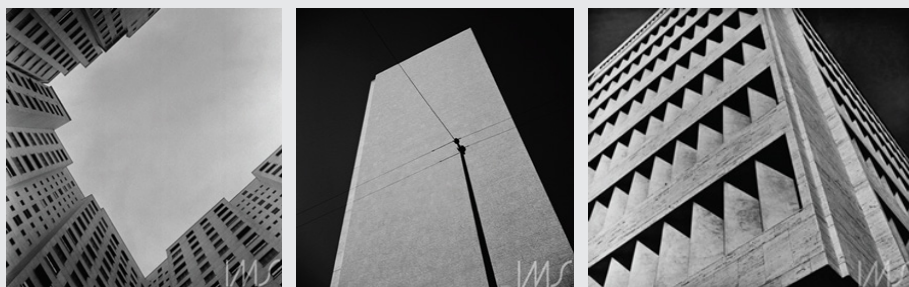


Figura 12: Fachada interior do edifício São Borja. 1945 (esquerda superior);

Figura 13: Fachada lateral do Ministério da Educação e Saúde | 1945 (direita superior);

Figura 14: Detalhe de fachada da Associação Brasileira de Imprensa | 1945 (esquerda inferior).

Fonte: Thomaz Farkas. Fonte: <https://ims.com.br/titular-colecao/thomaz-farkas/>

German Lorca

Nascido em 1922, em São Paulo, German Lorca, filho de imigrantes espanhóis, entrou para o Foto Cine Clube Bandeirante em 1947. Assim com seus colegas de fotoclube, Lorca estava atento ao crescimento e às rápidas transformações de São Paulo. Conforme aponta Tereza Siza: “Lorca com a sua câmera, assiste a uma diária transformação da cidade. Registra-a em por menor, associa-se ao acontecimento que o atrai ou que descobre — a cidade é, quase involuntariamente, o seu percurso de caça.”^[7]

Em seu trabalho percebemos seu olhar atento à vivência cotidiana da cidade, saindo da fotografia tradicional, com a influencia das vanguardas europeias, como o surrealismo, Lorca captava seu estranhamento dos objetos e cenas do cotidiano. Destacava a geometria, os elementos construtivos, as vezes até mesmo isolando-os de forma a afastar o significado do próprio objeto como é o caso da Janela Mondrian (Figura 16). Nas fotografias a seguir vemos os destaques dados aos planos, pelos claros e escuros, sombras, em edifícios banais da cidade, com pessoas vivendo seu cotidiano.



Figura 15: Apartamentos. German Lorca, 1951 (esquerda-
Fonte: <https://masp.org.br/acervo/obra/apartamentos>;
Figura 16: Janela Mondrian. German Lorca. 1951 Fonte: <http://www.iconica.com.br/site/travessias/>;
Figura 17: Apartamentos. German Lorca 1960 (centro) Fonte: <https://www.infoartsp.com.br/agenda/travessias/>.

[7] SIZA, Tereza. “O cotidiano inventivo de German Lorca e a saída nervosa do século XX”. In: CHIODETTO, Eder [org]. **German Lorca**. São Paulo : Cosac Naify, 2013, p.17.

Geraldo de Barros

Geraldo de Barros, nascido em 1923, em Chavantes no Estado de São Paulo, entrou para o Foto Cine Clube Bandeirante em 1949 e foi uma figura polêmica no ambiente da fotografia modernista ao transitar entre as fronteiras da fotografia e das artes plásticas, conforme apontou Costa. Em suas fotografias ele foi além da pesquisa dos elementos construtivos desenvolvendo o abstracionismo. Ele manipulava e intervia no processo técnico fotográfico através de sobreposições, fragmentações e intervenções no próprio negativo, na foto ampliada e também nas situações fotografadas e assim transformava a realidade da fotografia.

Em sua exposição Fotoforma no Masp em 1950, Barros apresentou fotografias em que o caráter construtivo era fundamental, trazendo a abstração para a sua produção, antevendo questões que apenas mais afrente com o movimento concreto seriam tratadas amplamente pelos artistas (COSTA, 2004, p.44). Sendo de grande importância para o desenvolvimento da fotografia abstrata, conforme já foi trazido anteriormente, a fotografia modernista realizou a ponte entre o figurativismo e o abstracionismo.

De acordo com Heloisa Espada e como podemos perceber ao observar as fotografias selecionadas, Geraldo de Barros trabalhava bastante a relação figura e fundo. Assim como os fotógrafos já tratados, encontrava no cotidiano formas geométricas que eram trazidas em suas fotografias, como por exemplos janelas, telhados e estruturas em composições em contraluz.

“As obras expostas exibiam um olhar para as estruturas, formas e superfícies do cotidiano. Valendo-se de montagens fotográficas, dupla exposição, pinturas e gravações feitas diretamente no negativo, Barros as transforma em invenções abstratas e geométricas. Suas composições, porém, muitas vezes não são apenas abstratas ou gráficas. O fato de o objeto fotografado permanecer reconhecível empresta-lhes ao mesmo tempo um elemento narrativo, componente descritivo de caráter subjetivo.” (ESPADA, 2014, p.52)

Geraldo de Barros desenvolveu sua pesquisa na procura de novas formas e geometrias inicialmente com a fotografia, posteriormente ampliando sua pesquisa com a pintura, com a arte concreta e desenho de móveis, usando seu trabalho como forma de difundir a arte (ESPADA, 2014, p.33).

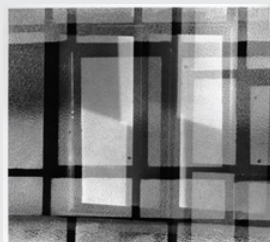
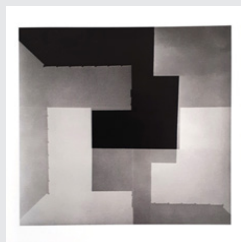


Figura 18: Fotoforma. Geraldo de Barros, 1949. Fonte: ESPADA, Heloisa. (org.) Geraldo de Barros e a fotografia. São Paulo: IMS: Edições Sesc São Paulo, 2014.

Figura 19: Fotoforma. Geraldo de Barros, 1949. Fonte: ESPADA, Heloisa. (org.) Geraldo de Barros e a fotografia. São Paulo: IMS: Edições Sesc São Paulo, 2014.

Figura 20: Abstração II. Geraldo de Barros, 1950. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/sesc-csp/3748790137/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se escolheu tratar de duas produções fruto de um mesmo período na busca de entender como em São Paulo, nas décadas de 1940 até o início de 1970, a atuação arquitetônica e artística se relacionavam fortemente, se refletindo e se referenciando mutuamente. Entendendo a produção coletiva composta por artistas e arquitetos que expressavam e ecoavam seu tempo.

Ambas produções foram respostas a um momento de transformação da cidade, de grande crescimento populacional, econômico e cultural. A arquitetura moderna, através da construção física da casa e da paisagem da metrópole, e a fotografia modernista contribuindo para a representação, absorção e formação da ideia de modernidade, atuando diretamente na ressignificação da cultura burguesa, conforme aponta Costa. Deve-se pensar esse momento de forma mais global e não individual dentro de cada disciplina.

O ambiente em São Paulo era bastante propício à troca, principalmente pela convivência entre arquitetos, pintores, escultores, músicos e fotógrafos. Costa deixa claro que a participação nos fotoclubes exigia recursos e assim se restringia à integrantes de classes mais altas, as quais participavam economicamente do desenvolvimento da cidade e do país. Apesar de terem iniciado suas atuações de fotógrafos como um hobby, muitos acabaram adotando com o passar do tempo a fotografia e a arte como profissão.

A proximidade, a convivência e influência entre artistas, arquitetos e fotógrafos fica ainda mais evidente com o depoimento de Farkas: “O mundo era pequeno, e eu fui

conhecendo os pintores, gravadores, escultores e músicos da época, era fácil se conhecer e se dar com todos. São Paulo era muito pequena.”^[8]

A relação tão próxima se dava não somente por pertencerem ao mesmo restrito círculo social, mas também por participarem dos mesmo eventos culturais no MAM e no MASP, nas Bienais Internacionais de Arte e nos Salões de Fotografia, onde a arte moderna era discutida. O museu desempenhava um papel importante na sociabilidade das experiências modernas. O MASP, por exemplo, teve papel fundamental para a consolidação da arte abstrata. O Foto Cine Clube Bandeirante teve grande participação nessas instituições, seja através das exposições ou de aulas e cursos, como foi o caso de Thomaz Farkas, que lecionou fotografia no MASP (ESPADA, 2014, p.24-25).

Assim como a produção de arquitetura habitacional para o mercado, as fotografias do Foto Cine Clube Bandeirante estavam em sintonia com as questões estéticas e construtivas do modernismo, mesmo que não necessariamente engajadas e com intensão revolucionária. No entanto, se mostram relevantes por suas qualidades, seja na arquitetura por sua transformação na maneira física e estética de morar, ou na fotografia bandeirante, como reflexão sobre a temática urbana, com suas especulações em cima dos elementos cotidianos e da arquitetura moderna, contribuindo então para a formação de um imaginário. Arquitetura e fotografia podem ser vistas assim, como dois lados da produção coletiva de um tempo.

Farkas, Thomaz. Entrevista feita durante entrevista com Rosely Nakagawa – 23/03/1997, no livro Thomaz

BIBLIOGRAFIA

CHIODETTO, Eder [org]. **German Lorca**. São Paulo : Cosac Naify, 2013.

COSTA, Helouise; SILVA, Renato Rodrigues da. **A fotografia moderna no Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ESPADA, Heloisa. (org.) **Geraldo de Barros e a fotografia**. São Paulo: IMS: Edições Sesc São Paulo, 2014.

FALBEL, Anat. **Lucjan Korngold**: A trajetória de um arquiteto imigrante. Tese de doutorado – FAU-USP. São Paulo, 2003.

FARKAS, Thomaz. **Memórias e descobertas**. São Paulo: Galeria Luciana Brito, 2014.

FARKAS, Thomaz. **Thomaz Farkas**. São Paulo: Editora Univerdade de São Paulo, 2002.

GIMENEZ, Luis Espallargas. “A propósito do juízo da arquitetura paulistana”. **Vitruvius**. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.105/73>. Acesso em 02 de novembro de 2019.

GIMENEZ, Luis Espallargas. “Arquitetura pequena: quando simplicidade e correção substituem a genialidade”. **Óculum**. Campinas: FAU PUC-Campinas, V. 3, p. 72-80, mar. 1993.

GUERRA, Abilio; GIMENEZ, Luis Espallargas; SERAPIÃO, Fernando. **João Kon, Arquiteto**. São Paulo: Romano Guerra editora, 2016.

KOOLHAAS, Rem. **Elements of achitecture**. Colonia: Taschen, 2018.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1990.

NUNES, André Luiz Turra. **O edifício vertical e o desenho da cidade**. A arquitetura moderna e o processo de verticalização da Avenida Paulista entre 1937 e 1972. Dissertação de Mestrado – FAU-USP. São Paulo, 2019.

PEDROSA, Adriano (org.). **MASP FCCB**: Coleção Museu de Arte de São Paulo Foto Cine Clube Bandeirante. São Paulo : Masp, 2016.

ROSSETTO, Rossella. **Produção imobiliária e tipologias residenciais modernas**. São Paulo-1945/1964. Tese de doutorado – FAU-USP. São Paulo, 2002.

SANTIAGO, Stella. **Antonio Maluf: arte concreta na arquitetura moderna paulista (1960/1970)**. Dissertação de mestrado – FAU-USP. São Paulo, 2009.

SILVA, Joana Mello de Carvalho. **O arquiteto e a produção da cidade: a experiência de Jacques Pilon em perspectiva (1930-1960)**. Tese de doutorado – FAU-USP. São Paulo, 2010.

SILVA, Joana Mello de Carvalho. “Habitar a metrópole: os apartamentos quitinetes de Adolf Franz Heep”. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: N. Sér. v.21. n.1. p. 141-157. jan.- jun. de 2013.

UM EQUIPAMENTO LGBTQ EM REDE: A CASA 1 E AS ALIANÇAS NO BIXIGA, SÃO PAULO

**AN LGBTQ STRUCTURE IN NETWORK: CASA 1 AND
THE ALLIANCES IN BIXIGA NEIGHBOURHOOD, SÃO
PAULO**

**UN EQUIPO LGBTQ EN RED: LA CASA 1 Y LAS
ALIANZAS EN EL BARRIO DE BIXIGA,
SÃO PAULO**

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

DUARTE, Artur de Souza

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo; FAUUSP

Bolsista CNPq

artur.arq@live.com

CYMBALISTA, Renato

Professor Livre-docente; FAUUSP

Professor do Programa de Mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis; UNINOVE

rcymbalista@usp.br

RESUMO

Apesar de fundada sobre a pauta de moradia para jovens LGBTQ vulneráveis, a ONG Casa 1 agregou outras demandas em seus espaços e se expandiu para um conjunto de equipamentos que alia moradia, assistência social, cultura, educação, saúde e saúde mental. Localizada no bairro do Bixiga, em São Paulo, a estrutura assumiu um papel de referencial urbano para diversos grupos: a ONG opera em rede com vizinhos, outros grupos da sociedade civil, empresas privadas, equipamentos públicos, personalidades públicas e políticas. Este artigo parte de uma extensa pesquisa de campo e do material institucional para analisar a Casa 1 como um tripé que alia moradia, cultura/educação e saúde/saúde mental. Conclui-se que a rede de atuação da Casa 1 supre serviços apontados pela literatura como essenciais, mas tem como alicerce as relações interpessoais entre os colaboradores e outros atores sociais. Se, por um lado, essa característica ajuda a estabelecer a Casa como um referencial urbano comunitário de cuidado humanizado, por outro, necessita-se alianças de esfera institucional, principalmente com equipamentos públicos, se a ONG pretende estabelecer diálogo com políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: organizações da sociedade civil. moradia. LGBTQ. alianças. territorialidade.

ABSTRACT

Despite being founded on the housing agenda for vulnerable LGBTQ youths, the NGO Casa 1 has added other services to its spaces and expanded into a set of facilities that combine housing, social assistance, culture, education, health and mental health. Located in the Bixiga district, São Paulo, the infrastructure quickly became an urban reference point for several groups: the NGO is networked with neighbours, other civil society groups, private companies, public facilities, famous or political personalities. This article is based on extensive fieldwork and analysis of institutional material to analyse Casa 1 as a tripod combining housing, culture/education and mental health/health. It concludes that Casa 1 network supplies essential services identified by the literature, but is based on interpersonal relationships between collaborators and other social actors. This feature helps to establish Casa 1 as a community urban reference of humanised care but, on the other hand, alliances on institutional sphere are needed, mainly with public facilities, if the NGO intends to establish dialogue with public policies.

KEYWORDS: NGOs. housing. LGBTQ. alliances. territoriality.

RESUMEN

A pesar de que se fundó en la agenda de vivienda para jóvenes LGBTQ vulnerables, la ONG Casa 1

ha incorporado otras demandas a sus espacios y se ha ampliado en un conjunto de equipos que combinan la vivienda, la asistencia social, la cultura, la educación, la salud y la salud mental. Ubicada en el distrito de Bixiga, en São Paulo, la estructura ha asumido un papel de referencia urbana para varios grupos: la ONG opera en una red con vecinos, otros grupos de la sociedad civil, empresas privadas, equipos públicos, personalidades públicas y políticas. Este artículo es parte de una extensa investigación de campo y de material institucional para analizar la Casa 1 como un trípode que combina vivienda, cultura/educación y salud/salud mental. Concluye que la red Casa 1 provee servicios identificados por la literatura como esenciales, pero se basa en las relaciones interpersonales entre los colaboradores y otros actores sociales. Si, por un lado, esta característica ayuda a establecer la Casa como un referente comunitario urbano de cuidado humanizado, por otro lado, son necesarias alianzas de ámbito institucional, principalmente con equipamientos públicos, si la ONG pretende establecer un diálogo con las políticas públicas.

PALABRAS-CLAVE: organizaciones de la sociedad civil. acogida. LGBTQ. alianzas. territorialidad.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as dinâmicas nos arredores da rua Condessa de São Joaquim estão diferentes. Moradores, trabalhadores e quem mais passa pela região no final do Bixiga - o tradicional bairro paulistano de confluência negra, italiana e nordestina — têm testemunhado e eventualmente participado de uma nova estrutura em constante transformação: a Casa 1. Trata-se de um conjunto de equipamentos originados de uma demanda de moradia para LGBTQ^[1] que se expandiram para oferecer outros tipos de espaços e serviços para o atendimento da população em geral, sobretudo a mais vulnerável. Inaugurada em janeiro de 2017 após um financiamento coletivo pela *internet (crowdfunding)*, a Casa 1 se expandiu para três equipamentos na mesma vizinhança: o sobrado/república de acolhida, o centro cultural Galpão Casa 1 e a Clínica Social.

Este artigo analisa como a expansão da Casa 1 refletiu demandas sociais para além da acolhida LGBTQ e como a ONG mobilizou espacialmente essas demandas. Consta-se que a estrutura opera uma rede composta por diferentes movimentos sociais, serviços públicos e privados, empresas e, sobretudo, atores individuais. O estudo é parte de uma

[1] Apesar de LGBT -que designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais- ser a sigla mais usual no Brasil, neste trabalho será usada a sigla LGBTQ devido sua maior presença na literatura internacional. A letra Q engloba pessoas *Queer* e pode ser considerada um termo “guarda-chuva” para minorias sexuais e de gênero.

pesquisa de mestrado em andamento e de um conjunto de textos que visam suprir a necessidade descritiva e o dinamismo do processo observado. Duarte e Cymbalista (2018) abordaram a criação da ONG, o diálogo promovido entre espaço público e privado, o formato flexível adotado, e previram que, sem receber subsídios públicos, o projeto não conseguiria se manter a longo prazo. Duarte (2018) analisou, de forma preliminar, a Casa 1 como um potencial agente “antigentrificador” ao estabelecer no espaço um diálogo com diversas populações vulneráveis e, por consequência, fortalecer seus vínculos com o território. Duarte e Cymbalista (2019) aprofundaram a análise das relações da ONG com o território, a adesão da vizinhança, a expansão dos serviços e o conforto dos moradores e ex-moradores que residem na região, concluindo a necessidade de investigar que tipos de referenciais urbanos são criados pela Casa. Recentemente, Duarte e Cymbalista (2020) demonstraram a expansão dos equipamentos como uma “infraestrutura de cuidado” associada a uma política de alianças de corpos e interseccionalidades, ou seja, atenção aos diferentes graus de vulnerabilidade social.

O presente estudo apresenta um direcionamento mais intimista. Através da vivência de um dos autores como voluntário na ONG desde abril de 2018, serão analisados detalhes na operação da ONG que são cruciais para seu sucesso e que perpassam pela formação de redes. Inicialmente voluntário de atendimento, o autor passou a prestar consultorias voluntárias em arquitetura para a ONG. Diversos materiais foram produzidos no período: um diário de campo, entrevistas, detalhamento arquitetônico, material para o *blog* da Casa 1 (DUARTE, 2020). A aproximação permitiu conhecer a rotina da gestão, dos colaboradores, dos moradores, ex-moradores e vizinhos. Este artigo usa como fontes primárias o diário de campo e a análise dos materiais institucionais produzidos pela Casa 1 e por seus organizadores. O referencial teórico quanto à moradia para LGBTQs foi captado por métodos de análise bibliométrica e revisão integrativa^[2]. Apresentaremos a Casa 1 como um tripé que associa moradia, cultura/educação e saúde - elementos apontados pela literatura como essenciais para a produção de soluções efetivas. Depois, como uma estrutura opera em rede para prover cuidado, diferentes serviços e uma estrutura física para as necessidades de diferentes grupos sociais.

[2] Detalhes da execução dos métodos de análise bibliométrica e revisão integrativa na pesquisa sobre a Casa 1 são apresentados em Duarte et al. (2020).

UMA ESTRUTURA EM TRIPÉ: MORADIA, CULTURA/ EDUCAÇÃO E SAÚDE MENTAL

A criação da Casa 1 teve dois momentos: planejamento e engajamento virtual em 2016 e sua implantação em 2017. Apesar de não ser a primeira casa de acolhida LGBTQ, esse processo fez da Casa 1 a solução de maior visibilidade, apoio financeiro e estrutura. Desde então, a organização agregou outros serviços, inicialmente de apoio à moradia, apontados pela literatura como essenciais. Com o tempo, muitos desses serviços se expandiram para toda a população.

A Moradia

A Casa 1 foi implantada em um antigo sobrado recém desocupado na fronteira entre os bairros da Bela Vista e Liberdade. No pavimento superior, o núcleo de moradia já possuía na inauguração cinco moradores e um total de doze vagas. Após alguns meses, ampliou-se o número de vagas para dezesseis e, em 2018, para vinte moradores. O perfil dos acolhidos é específico: jovens LGBTQ de 18 a 25 anos. A opção da ONG por focar nessa faixa etária específica se justifica: a revelação de suas identidades durante a adolescência torna os jovens LGBTQ particularmente vulneráveis quando rejeitados pela família (QUINTANA; ROSENTHAL; KREHELY, 2010). Mesmo quando não são expulsos de imediato, esses jovens precisam negociar as práticas relativas a gênero e sexualidade dentro do ambiente familiar, o que pode desencadear diversos conflitos. Outros fatores, contextos e Intersecções como cor, etnia, gênero, identidade de gênero e classe social podem aprofundar processos de desintegração familiar em um momento em que os jovens ainda estão tentando entender sua orientação sexual ou/e identidade de gênero (CASTELLANOS, 2016; ROBINSON, 2018).

A literatura internacional apresenta vastos estudos sobre as especificidades e os serviços de acolhida para jovens LGBTQ. No geral, observa-se três vertentes de análise: a. as vulnerabilidades e necessidades específicas dos jovens sem-teto, chamados *Homeless Youths* (QUINTANA; ROSENTHAL; KREHELY, 2010; YU, 2010; STABLEIN, 2017); b. a necessidade de serviços que atendam de forma interseccional, ou seja, com atenção aos marcadores sociais como classe, raça, etnia e gêneros (CASTELLANOS, 2016; SHELTON et al., 2018); c. os serviços existentes e seus resultados, mediante análises qualitativas que apontam lacunas, recomendações e casos de sucesso (DURSO; GATES, 2012; MACCIO; FERGUSON, 2016; PROCK; KENNEDY, 2017). A necessidade de serviços integrados é uma recomendação recorrente.

No Brasil, pesquisas e censos realizados sobretudo na cidade de São Paulo demonstram resultados similares. A burocracia da rede socioassistencial, o excesso de regras

impostas, dificuldades durante a rotina, metas de funcionamento e a falta de vagas fixas impedem que muitos equipamentos potencializem uma mudança real na vida dos acolhidos (SALGADO, 2011). Como solução, estudos apontam o estímulo ao caráter comunitário desses locais, o envolvimento com rede local e a criação de equipamentos destinados a um menor número de pessoas de forma a realizar um trabalho qualitativo (ROSA; BRÊTAS, 2015). A criação de soluções alternativas deriva das dificuldades do poder público em incorporar em suas políticas as especificidades dos LGBTQs. O cenário não difere ao contexto internacional, onde observa-se diversos projetos: na França foi inaugurada em 2003 a associação *Le Refuge*, para acolhida de jovens LGBTQs de 18 a 25 anos. Outros países europeus como Alemanha, Itália e Portugal criaram iniciativas parecidas. Nos Estados Unidos, país que produz grande quantidade de estudos para o tema, diversas organizações oferecem soluções de moradia. As iniciativas, em sua maioria, apresentam unidades habitacionais destinadas a um número menor de pessoas.

Na Casa 1, o número restrito de acolhidos e o estabelecimento de uma faixa etária permitem realizar um trabalho mais focado nas demandas da juventude sem deixar de lado soluções mais individuais. Porém, considerando a moradia temporária (o tempo de estadia máximo de quatro meses) e as necessidades dos jovens de uma rede de apoio maior para alcançar a autonomia financeira, a ONG agregou demandas, refletidas de forma espacial em sua expansão física.

A primeira expansão: Cultura, Educação e Capacitação

Estudos sobre serviços de moradia para jovens LGBTQ demonstram a necessidade de integração a outros serviços como de saúde, educação, empregabilidade e jurídico (CRAIG; DENTATO; IACOVINO, 2015; POWELL et al., 2016). Maccio e Ferguson (2016, p. 51) destacam ainda os “serviços para depois-da-acolhida”, essenciais para auxiliar os jovens para “uma transição de sucesso para a vida adulta incluindo tanto a autossuficiência econômica quanto a vida independente”. Sem eles, há o “maior risco de falta de moradia crônica quando adultos”. Muitas organizações se associam em rede ou fornecem os serviços *in loco*, mas a espacialidade desses processos é pouco explorada na literatura. A Casa 1 agregou praticamente todas essas demandas de forma empírica conforme observou as necessidades. Porém, a ONG adotou uma estratégia de atuação universalizante: primeiro decidiu pela gratuidade total da programação para atender assim tanto aos moradores quanto à população do bairro. Diversificou também o perfil de público: enquanto a moradia acolhe jovens LGBTQ vulneráveis, a estrutura cultural está aberta ao público geral e não apenas LGBTQ. Ademais, absorveu pautas de outros movimentos sociais organizados. Destaca-se ainda na rotina da Casa a atuação assistencial à popu-

lação em situação de rua. Outra camada de público é proveniente do engajamento nas redes sociais: em geral, pessoas LGBTQ de classe média que comparecem em eventos específicos como festas (Figura 1), apresentações de música ou teatro e cursos pontuais.

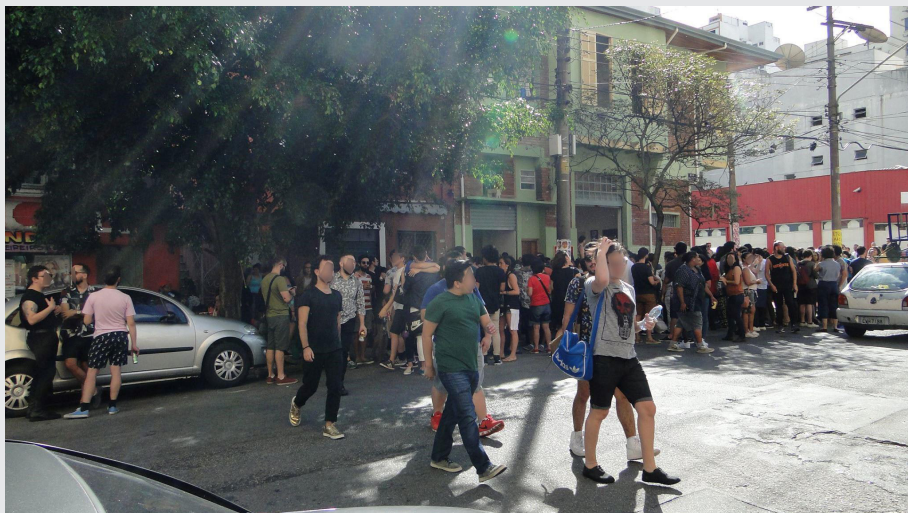


Figura 1: inauguração da Casa 1 em 25 de janeiro de 2017. Muitos eventos promovidos pela ONG levam a uma ocupação de seu entorno por um público LGBTQ em que se observa uma dualidade: o público captado majoritariamente do engajamento via redes sociais tem um perfil de classe média, diferente do público atendido na rotina do projeto, em geral LGBTQs vulneráveis e pessoas sem-teto ou com moradia precária. Fonte: Casa 1 (2017).

A programação cultural, inicialmente no térreo do sobrado, logo precisou de outra sede. Implantou-se em outubro de 2017 o Centro Cultural Galpão Casa 1, em imóvel alugado na mesma vizinhança, a 300 metros do sobrado. O térreo do sobrado manteve espaços de assistência e cultura: a Biblioteca comunitária recebe doações e realiza empréstimos para um público variado, desde vizinhos e estudantes até pessoas em situação de rua. Já a Sala de Atendimento (chamado “Paliativo”) entrega itens de higiene pessoal, roupas e cobertores para a pessoas em situação de rua e também atende muitos vizinhos, em especial moradores dos muitos cortiços e ocupações da região, com doações variadas como roupas e cestas básicas.

No final de 2017, o Galpão contava com salas de aula, salão de atividade, ateliê e salas de atendimento psicossocial. A nova estrutura passou a sediar os atendimentos pelos profissionais de saúde mental, exposições, eventos (Figura 2) e os diversos cursos oferecidos pela ONG. Uma das primeiras parcerias da Casa foi com o coletivo *English to Trans-Form*: o projeto já existia e oferecia ensino de inglês gratuito para população Trans

em Osasco. Com a perda do espaço anterior, em 2017 o projeto foi integrado à Casa 1 e, alinhando-se à estratégia da ONG, passou a oferecer aulas para todos os públicos, com prioridade na inscrição de pessoas trans, negras ou em situação de vulnerabilidade social. Inicialmente as aulas eram ministradas na biblioteca, depois movidas para o Galpão. O novo espaço permitiu também a ampliação do escopo, com inserção de aulas de espanhol e português para estrangeiros, a pedido da organização da Casa 1. Em 2019, as aulas de inglês, espanhol e português pra estrangeiros receberam cerca de 172 alunos em 16 turmas e 32 professores e professoras voluntárias (CASA 1, 2019d, 2019c).



Figura 2: Pátio do Galpão durante a “oficina de lugares”, produzida em março de 2019 pelo Grupo de Trabalho (GT) de Arquitetura e Urbanismo da ONG. Por vezes, a fachada ganha intervenções políticas. Nesse momento, estava coberta com os dizeres “ele não” (referentes às manifestações contrárias ao então candidato à presidência Jair Bolsonaro) e com fotos de algumas pessoas assassinadas em 2018, dentre eles a vereadora Marielle Franco. Fonte: autores, 2019.

Até 2019, a tarefa de manter a Casa 1 funcionando era realizada por voluntários. Quatro organizadores recebiam uma ajuda de custo de R\$ 800 para coordenar diversos grupos de trabalho (GTs) na ONG. Em março de 2019, após anunciar o fechamento do projeto, uma mobilização social impulsionou os valores arrecadados pelo financiamento coletivo e pela primeira vez a arrecadação fixa da ONG passou a cobrir o custo de manutenção mensal do projeto. Esse momento determinou a maior mudança estrutural e física que a Casa passou: a locação de outro imóvel para sediar o trabalho os profis-

sionais de saúde mental, a contratação de *staff* para atuar nas três frentes de trabalho e a adequação dos equipamentos às normas de segurança e vigilância sanitária. A saída GT de saúde mental do Galpão abriu espaço para outra aliança: o Galpão tornou-se sede do Acervo Bajubá^[3], um importante passo para a salvaguarda, divulgação e acesso à memória LGBTQ brasileira.

A segunda expansão: Saúde e Saúde Mental

Diversos estudos observam as particularidades dos jovens LGBTQ e correlações entre a rejeição familiar, falta de moradia, questões de saúde mental e tendência ao suicídio (RHOADES et al., 2018). Eles indicam que serviços específicos incorporem o tratamento para saúde mental com expertise em lidar com trauma, além de tratamentos de abuso de substâncias, serviços médicos e programas de apoio educacionais e vocacionais (YU, 2010). Outras pesquisas expõem as particularidades de pessoas trans e recomendam o cuidado em saúde física e mental, como a ampliação para o tratamento de transição, impedindo que tomem hormônios por conta própria evitando, além de problemas individuais, riscos para a saúde pública (SILVA; DUARTE, 2018). Realçam também a necessidade de um trabalho de educação sexual entre a população LGBTQ em vulnerabilidade, bem como terapia em grupo com pares (MACCIO; FERGUSON, 2016).

Na Casa 1, o GT de Saúde Mental composto inicialmente por profissionais voluntários sempre foi fundamental nas dinâmicas dos moradores. É uma forma de assistência para os acolhidos se organizarem em busca do que será mais confortável para si após a saída da Casa. Em 2017, houve necessidade de se ajustar questões sensíveis quanto ao trauma e ao pós-acolhida: no primeiro grupo de moradores, o momento da saída se mostrou traumático. Mesmo sabendo do tempo de estadia temporário, os jovens se sentiram “expulsos”. A solução, no momento, foi prorrogar o tempo de estadia desse grupo e fazer um atendimento reforçado da equipe de psicólogos para trabalhar a questão^[4]. O time desenvolveu estratégias para o acompanhar os moradores e prepará-los para o pós-acolhida. Em geral, realiza-se um acompanhamento psicossocial, em que semanalmente uma equipe multidisciplinar discute os processos dos moradores. A liberdade

[3] Iniciado em 2010, o Acervo Bajubá busca a “preservação, salvaguarda e instigação historiográfica da arte, memória e cultura LGBT brasileiras” e possui mais de 3.000 itens produzidos por LGBTQs brasileiros ou com temática relativa à diversidade sexual e expressões de gênero no Brasil (ACERVO BAJUBÁ, 2019).

[4] Segundo relatos do criador do projeto durante evento realizado na Casa em 1º de julho de 2017.

pauta o atendimento: se o morador sente necessidade e quer fazer acompanhamento psicoterápico ou psiquiátrico, ele é encaminhado a um dos profissionais voluntários que não atue diretamente na triagem. Além da saúde mental, os serviços de saúde aos moradores são oferecidos por voluntários e também por meio de parcerias e contatos com funcionários de equipamentos públicos como Unidades Básicas de Saúde (UBS) e o Centro de Referência e Treinamento em IST/Aids (CRT). Na maior parte das vezes, esses serviços atendem os moradores da Casa com a indicação dos profissionais.

Com a ampliação do GT, criou-se a Clínica Social no mezanino do Galpão: os atendimentos - até então restritos a moradores, voluntários e alguns ex-moradores - foram ampliados à comunidade desde março de 2018 (CASA 1, 2019b). Em 2019, a nova sede eleva o status da Clínica e do cuidado à saúde como uma parte fundamental no atendimento à comunidade. Além de consultas marcadas e um de plantão de escuta aberto ao público^[5], a Clínica oferece consultas com nutricionista e terapias complementares (*Reiki*, *Massagem Shiatsu*, *Massoterapia*, *Acupuntura* e *Aromaterapia*). Desde 2018, o local funciona como um ponto de testagem rápida e gratuita e aconselhamento para HIV, sífilis e hepatites. O serviço faz parte da pesquisa PrEP 15-19, financiada pela UNITAID e pelo Ministério da Saúde, voltada para prevenção de HIV em adolescentes LGBTQ de 15 a 19 anos. Anteriormente no Galpão, o atendimento migrou para a Clínica em 2020. Ademais, a Casa 1 promove aulas, mesas educativas e *workshops* para sensibilização em saúde.

BAIRRO DE DISPUTAS: O BIXIGA

Os equipamentos da Casa 1 estão inseridos em uma região central que mantém características peculiares. O Bixiga sofre, historicamente, tentativas de gentrificação e fortes resistências a elas, além de um constante jogo de forças entre a população que o constitui. O criador da Casa 1 já vivia no bairro e justifica a escolha de implantar os equipamentos nesse território pelas características conflituosas da região: a Casa seria um ponto de apoio na região àqueles que sofrem violência, sobretudo de motivação LGBTQfóbica. Com o tempo, a Casa absorveu um atendimento forte à população em situação de rua que já vivia no entorno. Com uma população heterogênea e suas necessidades, o bairro tem sido palco de projetos de intervenções urbanas públicas e comunitárias nos últimos anos.

[5] Em agosto de 2019 cerca de 30 profissionais se revezavam para realizar uma média de 100 atendimentos mensais (CASA 1, 2019b). No início de 2020, antes da pandemia, os serviços da Clínica somavam cerca de 250 atendimentos por mês (CASA 1, 2020a).

A escassez de áreas abertas evidencia propostas de ocupação “produtiva” dos baixos dos viadutos, que costumam abrigar pessoas em situação de rua (Figura 3). Em 2015, uma polêmica mobilizou o bairro em torno de uma licitação lançada pela prefeitura para ocupação onerosa dos baixos do viaduto Júlio Mesquita Filho. A licitação não ocorreu e, em 2018 a área recebeu a Arena Bela Vista, uma iniciativa comunitária para a prática de atividades físicas, com quadras e equipamentos (Figura 4). Implantada por iniciativa dos moradores para sediar uma escolinha de futebol, o projeto cresceu rapidamente. Ainda em 2018, a Prefeitura subsidiou as reformas necessárias no local. Em outra área sob o mesmo viaduto, inaugurou também — através de um termo de cooperação com a Associação *Gibi Competition Sports* — um centro esportivo de artes marciais que previa também a “revitalização” da área adjacente.

Uma polêmica nas proximidades da Casa 1 envolve um terreno vizinho ao tombado Teatro Oficina. Enquanto o Grupo empresarial Silvio Santos deseja criar grandes torres no local, os movimentos sociais tentam aprovar a criação do Parque do Bixiga no referido terreno. A Casa 1 constantemente se associa ao Teatro Oficina no ativismo pela inauguração do parque. Esses e outros casos recentes mostram uma forte atuação de organizações da sociedade civil no bairro, como o Museu Memória do Bixiga, a Associação Teat(r)o Oficina Uzyna Uzona, a Arena Bela Vista, a Casa 1 e diversos coletivos e organizações. A Casa ainda está próxima de equipamentos importantes como escolas e Unidades Básicas de Saúde (Figura 5).



Figuras 3 e 4: Baixos do Viaduto Julio Mesquita Filho em dois momentos em 2018: em fevereiro ocupado por pessoas em situação de rua e em dezembro, com parte da estrutura da Arena Bela Vista. Após um acordo com os sem-teto para que se alocassem em outros trechos do viaduto, instalou-se o projeto com doações da própria vizinhança. Fonte: Autores, 2018.

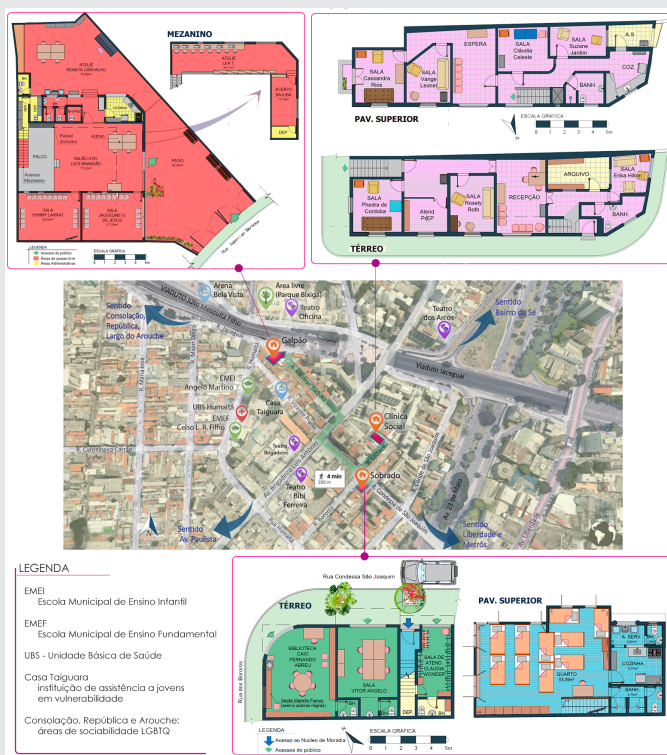


Figura 5: Mapa de localização e croquis da Casa 1. Os equipamentos possuem diferentes estratégias de atuação e diálogo com a cidade. A proximidade de outros espaços sociais, culturais e de saúde também amplia a rede da Casa. Fonte: Autores, 2020.

A PROPOSTA FUNCIONA? A LIBERDADE DE ATUAÇÃO E A REDE DE APOIO

A constituição do Centro Cultural independente da moradia, além de proporcionar o aumento da capacidade de atividades e público recebido, amplia o diálogo com o território e torna a vizinhança mais “tolerável” aos LGBTQ e consequentemente mais segura (DUARTE; CYMBALISTA, 2018). Na pesquisa de campo, observou-se em diversas ocasiões em que vizinhos e usuários não-LGBTQ dos serviços assumem um papel de oposição à LGBTQfobia. Esse discurso é visto em idosos da vizinhança, profissionais da UBS que realizam eventos no Galpão, crianças que utilizam os espaços e pessoas sem-teto que buscam doações ou participam de atividades.

Ademais, a Casa 1 se apresenta como um espaço de apoio e atendimento continuado aos ex-moradores: dezenas deles continuam vivendo no entorno da Casa — em geral em cortiços e repúblicas. Apesar de a maioria não frequentar o Galpão, muitos continuam em contato com os organizadores através das redes sociais e aplicativo de mensagens e procuram a organização pedindo ajudas pontuais ou para contar como estão vivendo. Ex-moradores são presença constante na sala de atendimento paliativo (Claudia Wonder) para pegar itens como roupas e utensílios domésticos ou conversar com os voluntários.

A programação do Centro Cultural, no discurso dos organizadores, apresenta um potencial aos próprios moradores: com um tempo de acolhida reduzido, o centro abre espaço para capacitação e sociabilidade. A organização promove algumas oficinas, aulas abertas e rodas de conversa de acordo com a demanda de moradores. Entretanto, o que se observa é que os moradores têm liberdade e podem escolher não participar das atividades. Essa atuação difere da realizada em muitos serviços públicos.

Impossível falar sobre o núcleo de moradia e a rede de apoio da Casa na vizinhança sem destacar o papel de Alvina. Vizinha do Sobrado, a pedagoga já trabalhou em serviços da rede socioassistencial. Após a implantação da ONG, se interessou pelo projeto e se voluntariou. Logo passou a gerenciar o núcleo de moradia e a manutenção. Alvina cuida da rotina dos moradores, desde a compra de insumos até consultas médicas. Figura conhecida na vizinhança, onde mora há décadas, assumiu um papel importante também na articulação entre a Casa, vizinhos, fornecedores e outros equipamentos da região.

A liberdade de atuação da Casa ajuda em sua articulação no território: sem necessidade de licitações ou burocracia, a Casa 1 aciona diversos comércios vizinhos como lojas de materiais, padaria, açougue e sacolão, com acordos para que funcionários e voluntários retirem produtos necessários e a ONG pague ao final da semana ou do mês. A Casa também dá preferência à contratação de prestadores de serviços locais como

pedreiros, chaveiros e serralheiros. Assim como grande parte dos ex-moradores, a maioria dos funcionários fixos também reside na região.

Outra rede se forma pela participação de empresas: campanhas vinculadas à Responsabilidade Social são uma forte fonte de subsídios para a Casa. Entretanto, essas campanhas se concentram no mês de junho, em que é comemorado o Orgulho LGBT. O GT de Empregabilidade da ONG também busca constantemente parcerias com empresas, tanto para a contratação de moradores e ex-moradores quanto para eventos da Casa 1 como plantões de confecção de currículos e a anual Feira de Empregabilidade Trans.

Os voluntários são fundamentais para a capilaridade do trabalho da Casa: além dos profissionais voluntários da clínica social que atendem no local ou em seus consultórios, médicos e dentistas de instituições públicas inserem moradores da Casa 1 no atendimento; voluntários fazem campanhas de arrecadação em suas empresas e enviam à Casa; profissionais prestam assessorias. Outros voluntários são mais pontuais: fotógrafos, professores, e até um time de Rúgbi que se voluntariou para realizar e pintura na recém inaugurada clínica social em 2019.

O trabalho educativo é um ponto de destaque. O Galpão atua como um ponto de apoio para as crianças da região, antes ou após voltarem das aulas. Além de atividades, as crianças almoçam e lancham no local. No período de férias escolares, há um aumento na demanda de programação infantil. O trabalho com crianças, aliás, é uma estratégia dentro da ONG. Além de suprir a deficiência de espaços de lazer no bairro, as atividades funcionam como um “trabalho de base”, que acaba gerando empatia nessas crianças ao conviverem no Galpão com pessoas LGBTQs^[6]. A equipe de educadores e voluntários constrói a programação de acordo com as demandas dos pais e das crianças do bairro: desde aulas de línguas, música, canto, teatro, até a produção de eventos como festa junina, bailinho de carnaval e uma peça de teatro criada e apresentada pelas crianças no Teatro dos Arcos. Mesmo eventos que não são diretamente direcionados ao público infantil muitas vezes contam com a presença de educadores, tanto para receber crianças como para permitir que os pais participem dos eventos (Figura 6).

[6] Entrevista com o responsável pelo GT Educativo, que coordena a atuação com o público infantil.



Figura 6: Crianças participam da “Oficina de lugares”. Animadas por uma banda de fanfarras voluntária, as crianças se fantasiaram no Galpão e seguiram o percurso por lugares emblemáticos da história do carnaval no Bixiga como o Museu Memória do Bixiga, a sede da escola de samba Vai-Vai e o Teatro Oficina. Segundo o GT de Arquitetura, o objetivo é manter um diálogo da Casa 1 com a vizinhança e a memória do bairro. Durante o percurso, pessoas paravam para interagir, tirar fotos e acompanhar. Fonte: autores, 2019.

Outro destaque é a interação entre a Casa 1 e equipamentos ou serviços públicos: o Galpão até cede espaço semanalmente para serviços da UBS Humaitá como reuniões da equipe com pessoas da terceira idade, consultas com nutricionistas e com fonoaudiólogos. Professores das escolas públicas da região também interagem com os equipamentos e participam de aulas oferecidas. Em 2019 o Galpão promoveu a Clínica de Educadores, uma série de encontros entre educadores para troca de vivências. Em certo momento, alunos da Escola Municipal de Ensino Infantil vizinha tinham atividades no Galpão. O contato entre Alvina e funcionários da escola também proporciona uma troca de doações: a Casa 1 muitas vezes doa materiais de escritório para a direção da escola, que eventualmente indica alguns pais de alunos necessitados para recebimento de cestas básicas pela ONG.

Observa-se que a relação com os serviços públicos se dá quase totalmente de forma pessoal, e não institucional: funcionários e voluntários da Casa 1 estabelecem pontes com funcionários públicos. Esse relacionamento interpessoal é fundamental no processo observado e também na humanização dos atendimentos aos grupos vulneráveis. A

relação com outros equipamentos da cidade também é uma via de mão dupla: se a Casa encaminha pessoas para atendimento, alguns moradores chegam à Casa encaminhados por profissionais de serviços como CRAS (Centros de Referência de Assistência Social, a porta de entrada para a rede socioassistencial em São Paulo), CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), CRD (Centro de Referência da Diversidade) e CRT (Centro de Referência e Treinamento-IST/AIDS).

A rede formada pela Casa 1 atinge outros atores dentro e fora do Bixiga. Os teatros da região, em especial o Teatro Oficina, constantemente firmam parcerias com a ONG para realização de atividades como apresentação de peças e shows. Figuras públicas e políticas, LGBTQ ou não, também divulgam as pautas: cantores como Pablio Vittar, Alice Caymmi, Glória Groove, Linn da Quebrada já participaram de campanhas de arrecadação para a Casa 1 ou fizeram apresentações no local. A ONG também obteve reconhecimento de políticos como a co-vereadora Erika Hilton^[7], que aprovou em 2020 uma ementa parlamentar destinando recursos à Casa 1, e o vereador Eduardo Suplicy, que indicou a ONG em 2019 para recebimento do Prêmio Chico Xavier de Reconhecimento Humanitário, honraria da Câmara Municipal de São Paulo.

No entanto, o rompimento da separação com o espaço público promovido nos eventos e na rotina dos equipamentos e a tentativa de promover o convívio não é livre de conflitos, principalmente relativos à Sala de Atendimento Paliativo: apesar de muitos vizinhos frequentarem e levarem doações ao local, as constantes filas de moradores de rua esperando atendimento (Figuras 7 e 8) muitas vezes causam reclamações. Até mesmo os moradores da própria Casa 1 criam relações conflituosas com a população em situação de rua: as filas, que começam de manhã cedo, acabam os acordando antes do horário.

[7] Erika Hilton é ativista trans e co-vereadora pela Bancada Ativista, um mandato coletivo da Câmara Municipal de São Paulo. Erika participa de diversos eventos da Casa 1.



Figuras 7 e 8: Pessoas em vulnerabilidade esperando para pegar itens na Sala de Atendimento Paliativo em dois momentos: outubro de 2018 e janeiro de 2020. A cena é recorrente na rotina do local e se intensificou a partir de 2019, com filas cada vez maiores. Um dos autores deste artigo trabalha como voluntário no atendimento paliativo. Fonte: autores, 2018 e 2020.

Em março de 2020, um novo conflito: durante a pandemia mundial da Covid-19, a Casa 1 acirrou sua militância em prol da população em situação de rua. Diante de decretos dos governos municipal e estadual em fechar centros culturais para prevenir a propagação do vírus, a ONG optou pelo fechamento apenas parcial: continuou as atividades na Sala de Atendimento Paliativo e realizou uma série de comunicados pelas redes sociais denunciando a desarticulação do atendimento à população de rua pelos órgãos da prefeitura, as notícias de doentes nos centros de acolhida, falta de protocolos da secretaria, e uma tentativa sem sucesso de conseguir vaga para uma pessoa. A Casa 1 (2020b) concluiu que "... a partir disso nos resta a certeza de que manter as nossas portas abertas se faz urgente e necessário..." O posicionamento causou um desgaste com um grupo vizinhos, que ameaçou denunciar "o acúmulo de pessoas na calçada" à vigilância sanitária (CASA 1, 2020c). Assim, a Casa decidiu interromper o serviço até que, após algumas semanas, se reestruturou como um ponto de recebimento de doações de diversos setores da sociedade e distribuição de cestas básicas e roupas na região.

O sucesso da Casa 1 é notório, se considerarmos sua ampliação desde 2017 e seu reconhecimento pela vizinhança e por setores da sociedade. No entanto, é preciso considerar a proposta original da ONG: suprir demandas não atendidas pelas políticas públicas. Nesse sentido, é necessário que os processos organizacionais e as redes constituídas

estabeleçam vínculos institucionais com o poder público, seja para a produção de dados e indicadores para subsídio de políticas públicas ou para a oferta de serviços entre os equipamentos. A estruturação desses vínculos é fundamental para que a infraestrutura da Casa deixe de atuar de forma paliativa para atuar de forma propositiva.

Esse ponto não desqualifica o impacto espacial e territorial da Casa 1. Poucas organizações da sociedade conseguem se articular de forma tão efetiva. Além de um novo referencial urbano para o público LGBTQ e para outros grupos vulneráveis, a Casa usa de sua estrutura de forma social, como um referencial de espaço comunitário, seja ao abrigar a equipe da UBS, coletivos de outras militâncias, um acervo ou mesmo ao prover banheiro, água, *internet* e até mesmo refeições. A estrutura da Casa 1 concretiza o tipo de militância levantado pela ONG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de muitos estudos sobre o tema apontarem para as dimensões de segregação dos LGBTQ, o que se observa na Casa 1 é um caráter de resistência política dessa população vulnerável e uma operação uma rede. Apesar de fundada sobre a pauta da moradia, a ONG se inseriu como uma estrutura que supre outras demandas necessárias no bairro e desperta interesse da vizinhança: um local aberto ao público em geral, com atividades para capacitação, cultura, lazer e atendimento de saúde. Esse tipo de atuação assume características militantes e antissegregadoras e, apesar de sua rotina não ser livre de conflitos, é notória a capilaridade alcançada pela ONG.

Destaca-se a atuação de indivíduos como verdadeiras pontes entre a Casa 1 e a vizinhança, os equipamentos públicos, os fornecedores privados e com o público em geral. Se a Casa se constituiu de forma comunitária, continua com essa característica em sua atuação. Entretanto, mantida totalmente pela sociedade civil, a ONG carece de criar vínculos institucionais com o poder público. As redes de atuação formadas com equipamentos de saúde, educação e assistência social dependem de relações interpessoais entre colaboradores da ONG e funcionários dos serviços. Se, por um lado, a relação pessoal traz um atendimento humanizado essencial ao contexto de vulnerabilidade do público alvo, a vinculação institucionalizada poderia agregar ainda mais serviços à rede e proporcionar programas mais amplos de sensibilização de funcionários e de usuários. Ademais, a interação com o poder público é fundamental para o sucesso da atividade fim da Casa 1: suprir demanda de acolhida LGBTQ. Sem estabelecer processos para esse diálogo, a ONG atua de forma paliativa enquanto as políticas públicas continuam ineficientes no atendimento— de forma humanizada e qualitativa — de pessoas LGBTQ mais vulneráveis. Independente do alcance da ONG no poder público, a estrutura

da Casa 1 conseguiu se tornar um referencial tanto urbano quanto comunitário, em sua existência como espaço aberto e desburocratizado, algo que muitos equipamentos públicos falham em fazer.

REFERÊNCIAS

ACERVO BAJUBÁ. **Institucional**. 2019. Disponível em: <<http://acervobajuba.com.br/institucional/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CASA 1. Inauguração da Casa 1 por Lucas Genovez. **Facebook**, 25 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/casaum/photos/a.1790624067855961/1790624681189233>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

CASA 1. Convite para a abertura do forno popular da Jaceguai. **Facebook**, 31 jul. 2019a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/casaum/posts/2288020584782971>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

CASA 1. “Desde março de 2018, a Casa 1 oferece atendimentos de forma social à comunidade...” **Facebook**, 20 ago. 2019b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/casaum/photos/a.1739772976274404/2301443420107354>>. Acesso em: 3 jan. 2020.

CASA 1. “Em novembro a gente lançou nossa primeira newsletter...” **Facebook**, 11 dez. 2019c. Disponível em: <<https://www.facebook.com/casaum/photos/a.1739772976274404/2396538283931200>>. Acesso em: 3 jan. 2020.

CASA 1. “Nosso muito obrigado aos professores...” **Facebook**, 16 dez. 2019d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/casaum/photos/a.1739772976274404/2400897220161973>>. Acesso em: 3 jan. 2020.

CASA 1. “Há exato um ano o Iran Giusti...” **Facebook**, 13 mar. 2020a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/casaum/posts/2476427262608968>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

CASA 1. Desarticulação da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. **Facebook**, 16 mar. 2020b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/casaum/photos/a.1739772976274404/2479428478975513>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

CASA 1. Suspensão temporária do atendimento de população de rua. **Facebook**, 19 mar. 2020c. Disponível em: <<https://www.facebook.com/casaum/photos/a.1739772976274404/2481793772072317>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

CASA BRENDA LEE. Seção “Sobre”. **Facebook**, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/casabrendalee/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 16 jan. 2020.

CASTELLANOS, H. Daniel. The Role of Institutional Placement, Family Conflict, and Homosexuality in Homelessness Pathways Among Latino LGBT Youth in New York City. **Journal of Homosexuality**, v. 63, n. 5, p. 601–632, 2016.

CRAIG, Shelley L.; DENTATO, Michael P.; IACOVINO, Genevieve E. Patching Holes and Integrating Community: A Strengths-Based Continuum of Care for Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Questioning Youth. **Journal of Gay and Lesbian Social Services**, v. 27, n. 1, p. 100–115, 2015.

DUARTE, A. S.; OLIVEIRA, I. G.; DOMIGOS, M. L. C.; CYMBALISTA, R. A análise bibliométrica aplicada a estudos de temática LGBT. **VIRUS**, n. 20, jul. 2020. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=5&item=108&lang=pt>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

DUARTE, Artur S. A Casa 1 e a resistência à gentrificação em São Paulo. (R. Cymbalista, G. Silva, Eds.) In: Seminário Internacional Gentrificação: medir, prevenir, enfrentar, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2018. Disponível em: <<http://outrosurbanismos.fau.usp.br/seminario-internacional-gentrificacao-medir-prevenir-enfrentar-anais/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

DUARTE, Artur S. Como projetar uma Casa de Acolhida LGBT? **Blog da Casa 1**, 8 set. 2020. Disponível em: <<https://www.casaum.org/artigo-como-projetar-uma-casa-de-acolhida-lgbt/>>. Acesso em: 12 set. 2020.

DUARTE, Artur S.; CYMBALISTA, Renato. A CASA 1: habitação e Diálogo entre público e privado na acolhida de jovens LGBT. In: V ENANPARQ - Arquitetura e Urbanismo no Brasil atual: crises, impasses e desafios, Salvador. **Anais...** Salvador: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2018.

DUARTE, Artur S.; CYMBALISTA, Renato. Não só moradia: a Casa 1, suas estratégias espaciais, e o fortalecimento da vizinhança em diálogo com a militância LGBT. In: VIII ENANPUR (Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), Natal. **Anais...** Natal: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019.

DUARTE, Artur S.; CYMBALISTA, Renato. Casa 1 and LGBTQ+ resistance in São Paulo, Brazil. **ARQ (Santiago)**, n. 105, p. 128–139, ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-69962020000200128>

DURSO, Laura E.; GATES, Gary J. Serving Our Youth: Findings from a National Survey of Service Providers Working with Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Youth who are Homeless or At Risk of Becoming Homeless. **The Williams Institute with True Colors Fund and The Palette Fund**, 2012. Disponível em: <<https://www.homelesshub.ca/resource/serving-our-youth-findings-national-survey-service-providers-working-lesbian-gay-bisexual>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

EL PAÍS. Brenda Lee, o anjo da guarda das travestis na luta contra a AIDS. **El País**, 21 jan. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/29/politica/1548757758_845387.html>. Acesso em: 16 jan. 2020.

MACCIO, Elaine M.; FERGUSON, Kristin M. Services to LGBTQ runaway and homeless youth: Gaps and recommendations. **Children and Youth Services Review**, v. 63, p. 47–57, 2016.

POWELL, Claudia; Ellasante, Ian; Korchmaros, Josephine D.; Haverly, Katie; Stevens, Sally. iTEAM: Outcomes of an affirming system of care serving lgbtq youth experiencing homelessness. **Families in Society**, v. 97, n. 3, p. 181–190, 2016.

PROCK, Kristen A.; KENNEDY, Angie C. Federally-funded transitional living programs and services for LGBTQ-identified homeless youth: A profile in unmet need. **Children and Youth Services Review**, v. 83, n. August, p. 17–24, 2017.

QUINTANA, Nico S.; ROSENTHAL, Josh; KREHELY, Jeff. **On the Streets: The Federal Response to Gay and Transgender Homeless Youth**. Washington: Center for American Progress, 2010. Disponível em: <<http://www.americanprogress.org/wp-content/uploads/issues/2010/06/pdf/lgbtyouthhomelessness.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2019.

RHOADES, Harmony et al. Homelessness, Mental Health and Suicidality Among LGBTQ Youth Accessing Crisis Services. **Child Psychiatry and Human Development**, v. 49, n. 4, p. 643–651, 2018.

ROBINSON, Brandon Andrew. Conditional Families and Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer Youth Homelessness: Gender, Sexuality, Family Instability, and Rejection. **Journal of Marriage and Family**, v. 80, n. 2, p. 383–396, 2018.

ROSA, Anderson da S.; BRÊTAS, Ana C. P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, n. 53, p. 275–285, jun. 2015.

SALGADO, Fernanda M. M. **Os sentidos do sofrimento ético-político na população LGBT em situação de rua em um centro de acolhida da cidade de São Paulo.**

2011. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

SHELTON, Jama et al. Homelessness and Housing Experiences among LGBTQ Young Adults in Seven U.S. Cities. **Cityscape**, v. 20, n. 3, p. 9–34, 2018.

SILVA, Cristiane; DUARTE, Artur S. Humanização e Ambiência nos ambulatórios especializados para transexuais. (C. Q. Miguez, Ed.) In: VIII CBDEH, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Associação Brasileira Para o Desenvolvimento de Edifício Hospitalar, 2018.

STABLEIN, Timothy. Estimating the status and needs of homeless LGBT adolescents: Advocacy, identity, and the dialectics of support. **Sociological Studies of Children and Youth**, v. 23, p. 23–41, 2017.

VIANA, Fabrício. Casa de Apoio Brenda Lee reabre serviço de acolhimento a travestis e transexuais. **Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. ParadaSP**, 27 jun. 2016. Disponível em: <<http://paradasp.org.br/casa-de-apoio-brenda-lee-reabre-servico-de-acolhimento-a-travestis-e-transexuais/>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

YU, Van. Shelter and transitional housing for transgender youth. **Journal of Gay and Lesbian Mental Health**, v. 14, n. 4, p. 340–345, 2010.

GRAFITE: TRANSFORMANDO PAISAGENS, CRIANDO LUGARES E CONTAGIANDO PESSOAS

**GRAFFITI: TRANSFORMING SCENERIES,
CREATING PLACES AND AFFECTING PEOPLE**

**GRAFFITI: TRANSFORMANDO PAISAGENS,
CRIANDO LUGARES Y CONTAGIANDO PESSOAS**

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

RIBEIRO, Rayana Gama

Mestre; Programa de Pós-graduação em Arquitetura/UFRJ
Gamarayana@gmail.com

DUARTE, Cristiane Rose Siqueira

Profa. Dra.; Programa de Pós-graduação em Arquitetura/UFRJ
crsduarte@gmail.com

RESUMO

Grafitos e pichações coabitam e compõem o cenário urbano das cidades contemporâneas. O termo grafite refere-se principalmente a figuras coloridas com noções de volume, perspectiva, movimento e contraste. Neste contexto, o presente trabalho se interessa por exemplos de muros e fachadas que, deixaram de ser apenas paredes e ganharam identidade, personificaram o lugar e modificaram a ambiência urbana e provocando reações em seus usuários como consequência dessa interação. Assim, esta pesquisa tem o objetivo de compreender como a experiência estética proporcionada pelo grafite pode trazer uma resignificação da ambiência do lugar, possibilitando um contágio afetivo que interfere no cotidiano das pessoas. Para atingir o objetivo proposto, este artigo apresenta parte da metodologia aplicada na dissertação recém-defendida, analisando algumas questões do Questionário Online. Os resultados evidenciam que o sentimento desencadeado pelo grafite acontece como consequência da experiência estética.

PALAVRAS-CHAVE: *grafite. experiência estética. contágio afetivo. ambiência urbana. empatia espacial.*

ABSTRACT

Graffiti and tags coexist and make up the urban scene of contemporary cities. The term graffiti refers mainly to colored figures with notions of volume, perspective, movement and contrast. In this context, the present work is interested in examples of walls and facades that, stopped being just walls and gained identity, personified the place and modified the urban ambience and causing reactions in its users as a result of this interaction. Thus, this research aims to understand how the aesthetic experience provided by graffiti can bring a new meaning to the ambience of the place, enabling an emotional contagion that interferes in people's daily lives. To achieve the proposed objective, this article presents part of the methodology applied in the newly defended dissertation, analyzing some questions from the Online Questionnaire. The results show that the feeling triggered by the graffiti happens as a consequence of the aesthetic experience.

KEYWORDS: *graphite. aesthetic experience. affective contagion. urban ambience. spatial empathy.*

RESUMEN

El graffiti y las pintadas coexisten y conforman la escena urbana de las ciudades contemporáneas. El término graffiti se refiere principalmente a figuras coloreadas con nociones de volumen, perspectiva, movimiento y contraste. En este contexto, el presente trabajo está interesado en

ejemplos de paredes y fachadas que, al dejar de ser solo paredes y ganar identidad, personificaron el lugar y modificaron el ambiente urbano y causaron reacciones en sus usuarios como resultado de esta interacción. Por lo tanto, esta investigación tiene como objetivo comprender cómo la experiencia estética proporcionada por el graffiti puede aportar un nuevo significado al ambiente del lugar, permitiendo un contagio emocional que interfiere en la vida cotidiana de las personas. Para lograr el objetivo propuesto, este artículo presenta parte de la metodología aplicada en la tesis recién defendida, analizando algunas preguntas del Cuestionario en línea. Los resultados muestran que la sensación provocada por el graffiti ocurre como consecuencia de la experiencia estética.

PALABRAS CLAVE: graffiti. experiencia estética. contagio afectivo. ambiente urbano. empatía espacial.

INTRODUÇÃO

Este trabalho advém de uma dissertação de mestrado, recém-defendida, que resultou da inquietação das pesquisadoras em relação aos grafites e pichações espalhados, de forma tão acentuada, na cidade do Rio de Janeiro, além de diversos questionamentos quanto a sua influência nos habitantes. Existe, de fato, um arcabouço de trabalhos acerca do grafite e da pichação do ponto de vista do interventor, que atua na cidade. Entretanto, poucas pesquisas foram encontradas a respeito de quem experiencia essas intervenções no seu cotidiano urbano. Com isso, ao aprofundarmos acerca das expressões gráficas urbanas (RAMOS, 1994; GITAHY, 2012; RINK, 2013; LASSALA, 2014, 2017; KUSCHNIR E AZEVEDO, 2015) e da sua relação com as pessoas, percebemos a possibilidade do grafite em desencadear uma afetividade em seu meio e em seus usuários.

Partindo deste princípio, estabelecemos o seguinte objetivo: averiguar que experiência estética proporcionada pelo grafite desencadeia processos de ressignificação da ambiência do lugar através do contágio afetivo. Com isso, começamos a procurar por indícios que explicassem esse tipo de contágio, entre objeto - considerado por uns como artístico - e a pessoa.

De início, nos deparamos com o conceito de Empatia, utilizado tradicionalmente na relação interpessoal, de sentir o que a outra pessoa sente (ELIE, 2012; CAZAL, 2014; DUARTE, 2015; NASCIMENTO, 2018). Sendo, este, primordialmente, uma comunicação e um compartilhamento emocional entre sujeitos. Dentro deste, nos deparamos com a Empatia Espacial, conceito cunhado pelo Laboratório de Pesquisa Arquitetura, Subjetividade e Cultura (LASC / PROARQ - UFRJ), representando um meio-termo entre a pessoa e o lugar, no qual apesar do corpo do observador ser o centro da percepção, o sentimento

é especializado e apresenta características externas a ele (CAZAL, 2014; DUARTE, 2015; NASCIMENTO, 2018).

Ao mesmo tempo em que fomos apresentados à Empatia, tomamos conhecimento da origem deste conceito, *Einführung*, o qual, em seu desdobramento inicial, tentava explicar a emoção despertada em pessoas que experienciavam objetos artísticos ou obras de arte (ELIE, 2012; CAZAL, 2014; DUARTE, 2015; NASCIMENTO, 2018). Esse viés, então, se desviava da atenção exclusiva na relação entre pessoas, e passava a destacar o sentimento que o objeto transmitia ao sujeito. Entretanto, este termo alemão não só originou Empatia como também foi o embasamento teórico para outro conceito, que intensificava esse compartilhamento emocional entre a pessoa e o objeto estético, compreendendo um modo de contágio afetivo causado entre eles: a Experiência Estética (DEWEY, 1980; ELIE, 2012; DUARTE, 2015; DUFRENNE, 2015; BÖHME, 2016).

Acerca deste termo, Mikel Dufrenne (ELIE, 2012), relaciona-o com a Empatia ao explicar que o segundo termo se refere a vivenciar as formas e movimentos dos objetos, e que isto se transforma no primeiro conceito quando estes objetos são considerados estéticos. Dufrenne utiliza-se da música para exemplificar e afirma que a Experiência Estética vai além de sentir, significando também se identificar com esse sentimento e participar dele (ELIE, 2012).

Assim, a Experiência Estética foi o caminho que encontramos para explicar o contágio afetivo que acontecia com a pessoa que experienciava um lugar grafitado. Este, baseado no “contágio emocional” de Gordon (1995), que provoca uma reação corporal visível no sujeito “contagiado”, e na “empatia afetiva” de Eisenberg e Strayer (1987 apud NASCIMENTO, 2018), que é a capacidade de sentir a emoção do outro e se conectar com esse sentimento, busca exprimir o sentimento desencadeado pelo grafite e as ações / reações manifestadas em relação a ele como consequência dessa afetividade.

Para resolvermos o problema proposto na dissertação e a fim de complementar o entendimento do usuário com o lugar grafitado, uma das metodologias que optamos foi a realização de um Questionário Online.

O QUESTIONÁRIO ONLINE

Alinhado ao caráter de pesquisa qualitativa com dados de ordem subjetiva como delimitado pelo LASC (Laboratório de Pesquisa Arquitetura, Subjetividade e Cultura / PROARQ), propomos associar diferentes métodos de análise, a fim de, em conjunto, complementar o entendimento sensível do que é experienciar a cidade. A metodologia, assim, passou por diversos caminhos metodológicos, sendo um deles o Questionário Online.

No decorrer deste trabalho, manifestou-se a necessidade de esclarecer certos assuntos, em relação ao grafite e o contágio afetivo com seus usuários, que só poderiam ser tocados ao questionar diretamente esse Outro. Pois, segundo Günther (2008), existem três caminhos principais para estudar e compreender o comportamento das pessoas, sendo um destes o *Survey*. Este implica perguntar diretamente a elas, sobre “o que fazem (fizeram) e pensam (pensaram)” (GÜNTHER, 2008, p.105). Este autor afirma ser um método efetivo de coletar conhecimento dos respondentes sobre suas idéias, sentimentos, pensamentos, crenças, etc. E, pelo fato da internet, hoje, ser de fácil acesso à grande maioria, questionários online se tornaram uma forma acelerada e eficiente de se obter dados. Com isto, assegura-se um levantamento de dados mais representativo e generalizado da população.

Não houve nenhum recorte espacial ou demográfico, sendo somente limitante o acesso ao questionário online, ou seja, o acesso à internet; e a disposição em respondê-lo por completo. Desta forma, as respostas deste, em conjunto com a etnografia dos grafites selecionados, com o mapa das manifestações e com a pesquisa empírica, contribuíram com análises interessantes para esta pesquisa.

Em sua versão final, o questionário foi finalmente publicado, através da ferramenta gratuita Jotform (s.d.), de 10 de dezembro de 2019 a 13 de janeiro de 2020. A divulgação deste foi realizada através de mídias sociais (Facebook e Instagram) e de grupos do Whatsapp. E com isto, foi possível conseguir um público respondente bem diversificado. Em cerca de um mês, foram obtidas 62 submissões, das quais 1 foi descartada por conter erros de preenchimento. Neste trabalho apresentaremos algumas questões e suas respectivas análises e descobertas.

ANÁLISES E DESCOBERTAS

O ato de movimentar-se pela cidade integra todo cotidiano de seus habitantes. As vias, calçadas e cruzamentos conformam o cenário de uma melodia repetitiva e cíclica que se compõe nesse deslocamento da vida urbana. Nessas cenas, os grafites, pouco a pouco, perturbam o ritmo monótono, com tons de surpresa e diversidade. Com eles, muros e fachadas transformam-se em algo além, ganham vida e cor, atraem a atenção das pessoas, alteram a característica do lugar e o caráter de sua ambiência.

Thibaud (2012) explica que as ambiências estão em constante alteração pois resultam de estímulos mútuos do espaço e das ações nele exercidas. Assim, ao modificar o lugar, remodela-se o equilíbrio, reconfigurando tudo que os corpos dos habitantes passam a perceber e absorver - e também a emitir. Pallasmaa (2018) diz que as imagens são capa-

zes de provocar emoção através de lembranças e associações, e com isso, desencadear sentimentos e empatias nas pessoas. Nesta pesquisa sustentamos que, se eles alteram as percepções nas ambiências e participam do cenário ambiental, os grafites não deixam as pessoas indiferentes e são capazes de modificar os sentimentos e emoções que emanam no lugar urbano.

Isto, neste trabalho nos referimos ao termo “contágio afetivo”, por estimular reações e impressões em quem experiencia o lugar grafitado, modificando a percepção e o afeto por ele. Além disso, esta pesquisa procura entender se estes grafites não só produzem a transmissão de sentimento, mas a sua união. Uma vez que, segundo Duarte (2015), ao observar o comportamento das pessoas no espaço, percebe-se que o lugar é personificado como se irradiasse o mesmo humor que o seu observador contagiado.

Quando mencionamos a cenografia urbana, tentamos explicar em poucas palavras o que é essa multiplicidade e dinamismo que integra a cidade. Essa ambiência urbana por ser, muitas vezes, comparada a um jogo teatral que engloba: as luzes, os sons, o cenário, o mobiliário e todos os personagens da vida urbana cotidiana. Ao analisarmos um trecho da cidade, queremos apreender tudo o que percebemos, como se estivéssemos assistindo a uma peça cênica, e ao mesmo tempo, integrando-a. No entanto, muito mais do que um cenário, o grafite torna-se ator.

Em consequência disso, esta pesquisa seguiu em busca de melhor respondermos o seguinte dilema: a experiência estética proporcionada pelo grafite pode trazer uma resignificação da ambiência do lugar, possibilitando um contágio emocional que interfere no cotidiano das pessoas? Qual seria a relação entre esse processo de experiência e a resignificação do lugar? Quais as suas consequências para a cidade? Direcionamo-nos, assim, para a análise dos dados obtidos.

No questionário apresentamos algumas questões na tentativa de compreendermos o que seria o grafite na visão desse sujeito, entrevistado, que o experiencia em seu cotidiano. E assim, poderemos relacionar isso com os dados obtidos em trabalho de campo.

A relação do Grafite com o lugar que ele está

A primeira pergunta a ser apresentada neste artigo, era de múltipla escolha e indagava - Pense em um lugar com grafite que você conheça bem: qual a importância / relação deste grafite com o lugar que ele está? - com o intuito de estabelecer um parâmetro de rejeição (opções A e B), indiferença (opção C), aceitação (opção D e E) ou outro, deste respondente em relação ao lugar grafitado conhecido. Aqui, se disponibilizou a opção “Outro” caso o respondente sentisse necessidade de adicionar um vínculo distinto dos

propostos - o que gerou o Gráfico 1. Neste, 49 dos 61 entrevistados, o equivalente a 80%, marcaram "Isso é um ato de expressão artística" exaltando a importância do grafite como arte acessível a todos. Em segundo lugar, com 46 dos 61 respondentes, e representando 75%, assinalaram "Isso faz o lugar mais interessante", fortalecendo um dos papéis do grafite em cativar o público e tornar o local mais atrativo.

Em relação ao parâmetro de indiferença, 2 assinalaram, afirmando "Acho indiferente a presença do grafite", o que representa 3% do total. E somente 1 afirmou que "Isso faz o lugar parecer sujo e deveria ser removido" - o que equivale a 1,6%. E ninguém assinalou que "Isso deveria ser considerado crime / ato de vandalismo" reafirmando a receptividade pública em relação ao grafite em geral.

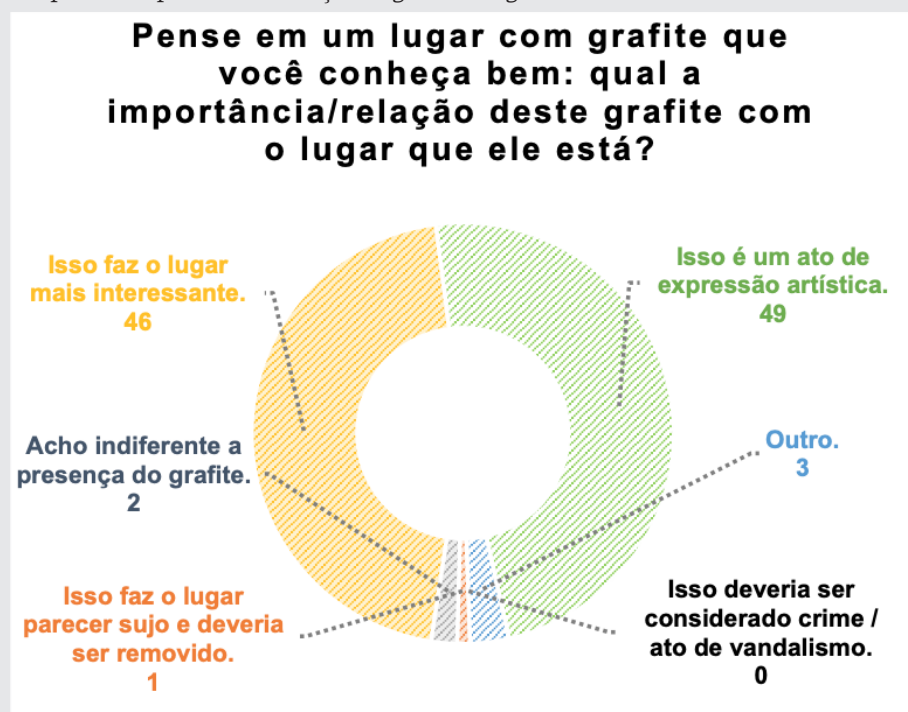


Gráfico 1 - Pense em um lugar com grafite que você conheça bem: qual a importância/relação deste grafite com o lugar que ele está? Fonte: Elaborado pela autora, jan. 2020.

Na categoria "Outro" foram adicionadas 3 respostas diferentes das apresentadas. A primeira foi "Isso traz ao local identidade própria e torna o lugar um ponto de referência", o que pode ser considerada uma ramificação da categoria "Isso faz o lugar mais interessante". A segunda, "Acho bonito mas tudo em excesso vira exagero", na qual admite-se

uma tolerância, mas em excesso, se encaixaria na categoria “Isso faz o lugar parecer sujo e deveria ser removido”, sendo uma forma de poluição visual. E por último, é “Ótima solução estética para renovação ou revitalização de regiões urbanas”, que se encaixa na mesma categoria que a primeira, e propõe uma função contextualizada e atual ao grafite.

Além disso, a pergunta, é discursiva e questionamos - Pode me contar um pouco o que você pensa sobre grafite? Esta teve como objetivo ambientar o entrevistado ao tema do questionário de forma geral e, assim, deixá-lo confortável para expressar seus sentimentos antes de prosseguir para a parte mais sensível. Além disso, foram apresentadas brevemente as definições de grafite e pichação a fim de evitar dúvidas na hora da resposta. Isto foi exposto por Günther (2008) como uma das ações do pesquisador para diminuir o esforço para responder e, com isso, maximizar a qualidade e a quantidade das respostas.

Baseado nas categorias apresentadas nesta questão, organizamos as respostas na Tabela 1, segundo as ideias-síntese de cada bloco temático (à esquerda), e aos trechos retirados das afirmações (à direita). As respostas completas podem ser visualizadas no Apêndice A desta dissertação e estas contêm as marcações com as cores nos fragmentos, similares às categorias marcadas nesta tabela. Este foi o modo que encontramos para agrupar em blocos as ideias expostas, devido à sua complexidade e volume.

IDEIA-SÍNTESE O grafite...	Exemplos de trechos do Questionário Online relacionado à ideia-síntese
1 é uma forma de expressão artística cultural que se apropria do espaço urbano	movimento de arte; modos de expressão; obras são respeitadas e se mantém por bastante tempo; inclui meios de arte na paisagem urbana; apropriação do espaço urbano através da arte; arte urbana; uma nova forma de arte; uma arte criada nas ruas; proporciona um contato trivial do sujeito com a arte; expressão cultural urbana; é referência de arte; expressão artística e cultural contemporânea muito poderosa/forte; um quadro pintado no qual a tela é o muro; expressão dos conflitos e paixões da civilização e suas rupturas sociais e culturais; arte mal compreendida; tem que ter dom e talento para fazer; forma de arte válida; algo mais comum em tempos recentes e que vem tendo cada vez mais espaço e visibilidade; traz arte ao caos;
2 faz o lugar ficar mais interessante (agregando: identidade, significado, vida, cor, beleza, atratividade, surpresa, a diferença, etc.)	é um amenizador ambiental; agrega na imagem visual da cidade, a deixa mais moderna, colorida, divertida e interessante de estar; áreas antes degradadas, abandonadas (ou apenas pouco atrativas, apáticas, "sem graça", sem cor) passam a receber/a ser preenchido com novos significados e dar uma nova experiência da cidade de maneira rápida e sem muito investimento; enfoque plástico/estético; faz o lugar falar; muda/melhora/embeleza o ambiente, traz cor, descontração e turismo; transformar a ambiência do lugar de forma positiva; contribui para a formação de identidade dos lugares; atrai mais olhares; uma forma de renovar a cidade, de trazer leveza ao local; se torna um ponto turístico a ser visitado; tornam menos sombrios e inóspitos certos fragmentos da cidade; tornam o lugar/caminho "inusitado"; são pinturas alegres que mudam o aspecto dos lugares; se torna um marco/ponto de referência em um bairro; auxilia na visibilidade de um local; diferencia dos espaços padronizados através da memória da imagem; deixa a cidade mais bela; ressignifica espaços públicos; dão um ar mais alegre às paisagens; incrivelmente positivo; promove a cultura local; torna visível outras existências que por meio da arte reivindicam um lugar; dá vida (cor de beleza) a lugares cinzas e sem graça; ambienta o espaço público; reduz a poluição visual urbana habitual; tira a monotonia; permeia criatividade e cor na cidade;
3 é indiferente para mim	não me interessa muito esse tipo de arte.
4 faz o lugar parecer sujo	não acho tão agradável; polui os ambientes externos, ele ficam mais bonito em ambientes específicos e voltados a exposição de artes.
5 é um ato de vandalismo	-
6 pertence à cidade	a cidade é o próprio suporte; da/a/para a/já fazem parte da/na/espalhados pela/ cidade; manifestação da cultura de cidades metropolitanas; faz parte da vivência cotidiana da cidade; faz parte da construção do cenário urbano; poderia ter mais pela cidade; traduz a essência da cidade; não deve ser dissociado da cidade.

7	é uma forma de arte de todos e para todos	arte de todos e para todos; atinge um grande número de pessoas; é democrático; expressa realidades e dá voz a sociedade; tem grande valor popular; está próximo a população em geral; traduz a essência das pessoas que ali habitam.
8	está sujeito a "politicagem" de quem os contrata	atualmente vemos a privatização da arte urbana, com murais encomendados, pré-definidos e pré-aprovados; que me agrada é a nível profissional.
9	envolve o sujeito (a refletir, a fotografar, a distrair, a apreciar, a sentir, a se identificar, a pertencer, etc.)	as pessoas são atraídas a fotografá-lo; apreciação atenta; contemplação; observar os detalhes; faz pensar; provoca apreciação estética; reflexão social; distração na rotina do dia-a-dia (no trânsito, no sinal, no ônibus); contribui para a interação da população com o lugar e com as outras pessoas; podem causar sentimento de identificação e pertencimento; influência no modo de ver a cidade; contribui para o bem-estar do cidadão; são uma surpresa no caminho; encanta com a sua capacidade de interromper a rotina dos que passam; tem grande poder de contar histórias; atravessa poeticamente os passantes; gosto de reconhecer alguns personagens; possibilita uma troca de informações e sentimentos; conscientização.
10	é melhor do que a pichação	é muito mais bonito do que a pichação; melhor ter a cidade colorida do que pichada; em geral é autorizado, ao contrário da pichação que é uma violação patrimonial; uns são arte, outros são pura pichação; deve-se tomar cuidado em não confundir grafite com pichações depredativas; num lugar que poderia estar pichado, o grafite dá cor e beleza.
11	levanta opiniões relação ao gosto	bem legal; gosto de encontrá-lo; me encanta; em geral eu gosto; amo; acho agradável; gosto principalmente das suas cores e formas; feio e bonito; maravilhoso; lindo; bonito; interessante; incrível.

Tabela 1 - Pode me contar um pouco o que você pensa sobre grafite? Fonte: Elaborado pela autora, jan. 2020.

Na primeira ideia-síntese "o grafite é uma forma de expressão artística cultural que se apropria do espaço urbano" e seus respectivos trechos estão de acordo e praticamente resumem o que expomos sobre grafite no capítulo de fundamentação teórica. Zuin (2018) afirma que o grafite é uma forma da propagação da cultura popular, de massa e de discursos marginalizados. Beguoci (2005) elenca que um dos princípios das intervenções urbanas é estar na rua, e Nelson Brissac complementa ao dizer que é essencial que o grafite instigue as pessoas a viverem e a explorarem a cidade (BEGUOCI, 2005). Ramos (1998), Gitahy (2012) e Lassala (2017) afirmam que o grafite é um modo de expressão artística urbano que extrapolam o muro e atuam em diversas superfícies na cidade.

Em relação à segunda ideia-síntese, "o grafite faz o lugar ficar mais interessante (agregando: identidade, significado, vida, cor, beleza, atratividade, surpresa, a diferença, etc.)", podemos afirmar que sem o engajamento ativo e consciente deste observador com o seu entorno, nada disso seria válido e/ou percebido. E que o grafite, além de desencadear

uma transformação de significado, não apenas o transformando em lugar (em oposição ao não lugar), passou também a ser um cenário afetivo, ao contagiar os seus observadores.

A afirmação “o grafite pertence à cidade” se relaciona intrinsecamente na característica do grafite em ser urbano e em “estar na rua”. E que quando este se localiza em ambientes externos, passa a ser referenciado como arte em que o artista utilizou a “técnica do grafite”. Isto também se referencia à cenografia urbana que mencionamos em nosso trabalho. Cenografia da cidade, na cidade, e para a cidade, pois o grafite não pode ser desvinculado desta.

No capítulo de fundamentação da dissertação, apresentamos informações interessantes que concordam com o exposto na tabela. Na categoria 9 “o grafite envolve o sujeito (a refletir, a fotografar, a distrair, a apreciar, a sentir, a se identificar, a pertencer, etc.)”, por exemplo, ao afirmar que o impacto do contato da pessoa com o grafite pode provocar emoções neste, de maneira que não se trata de uma questão de cognição mas sim do despertar das emoções humanas. Sendo, este encontro, um jogo de mútua interferência que resulta em um sentimento. Neste trabalho chamamos isto de experiência estética.

Em relação ao tópico “grafite é melhor do que pichação”, este será tratado no subitem a seguir.

Grafite é melhor do que pichação

Esta preferência do grafite em relação a pichação surgiu nas respostas do questionário online, no qual algumas pessoas explicitaram ser “melhor grafite do que pichação”. Ou, ainda, que o lugar antes da intervenção do grafite parecia estar abandonado, devido a dificuldade de manutenção (remoção das pichações), e que depois da pintura, o lugar ganhou vida e apresentou um aspecto de zelo.

A utilização do grafite como medida preventiva de recorrentes pichações também surgiu em dois estudos de caso expressivos analisados na dissertação: nos muros do Colégio Aplicação da UFRJ (estudo de caso número 4) e da Sociedade Hípica Brasileira (estudo de caso número 6). Observamos, além disso, um certo entusiasmo com a renovação dos grafites da Rua Jardim Botânico, na análise de campo durante a primeira semana. Percebemos, e anotamos, pessoas: apontando, comentando, fotografando e se habituando com o cenário alterado.

A remoção do grafite e suas consequências

A respeito disso indagarmos - Como você acha que seria este lugar sem o grafite? Por quê? - queríamos compreender qual seria o efeito da ausência ou remoção do grafite de um lugar. Esta foi uma pergunta levantada em nossas anotações e pensamentos em campo, de forma recorrente. Assim, propomos para o entrevistado que imaginasse um lugar grafitado, que ele conhecesse bem, sem essa intervenção de grafite: como era antes ou com uma pintura lisa. E em resposta teria que descrever o que pensava do resultado deste local sem o grafite.

No Gráfico 2, podemos observar respostas interessantes a respeito do que essa retirada do grafite causaria no lugar. Percebemos que a maioria das respostas afirmam uma consequência negativa, que seria um lugar: “comum” (no sentido inferior da palavra); “sem atratividade”, “indiferente” (no sentido desinteressante e apático); “uma parede qualquer” (se referindo a ser mais um muro ou uma empena enorme); “inexpressivo”; “despercebido”; “somente uma passagem”, e às vezes, insegura (o que antes era uma distração); “propício ao crime”; “desagradável”; “sem cor”; “sem graça”; “sem vida”; “vazio”; “apagado”; etc. - todos relacionados em como o grafite proporciona vivacidade, alegria, diversidade e, às vezes, uma sensação segurança, a este lugar em questão. Essas respostas demonstram que, de certa forma, as pessoas reconhecem que o grafite confere caráter ao lugar.

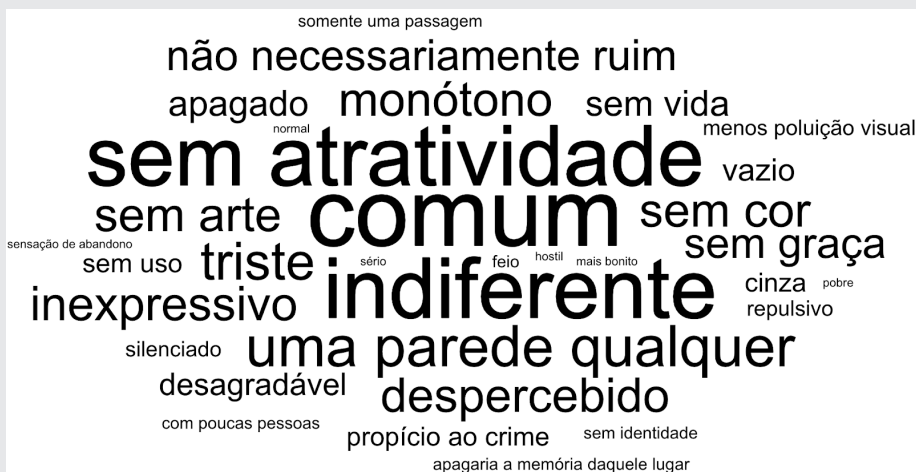


Gráfico 2 - Como você acha que seria este lugar sem o grafite? Por quê? Fonte: Elaborado pela autora, jan. 2020.

CONCLUSÃO

Através do questionário online, pudemos entender melhor o envolvimento das pessoas com o grafite, além de reforçar algumas asseverações observadas em campo, por exemplo: “grafite é melhor do que pichação”, “gostar do grafite porque acha bonito, alegre e colorido”, etc. Um dos itens solicitava que o respondente imaginasse um lugar grafitado, sem o respectivo grafite, e o descrevesse. Neste, conseguimos compreender a influência do contágio afetivo que o grafite tem nas pessoas que o experienciam, pois estas descreveram, na maioria, adjetivos negativos em relação a esta “remoção”, e que isto traria um prejuízo ao lugar.

Em conjunto, todas as nossas análises conseguiram identificar e apresentar que há sim um contágio afetivo em relação ao grafite, e que este, ao modificar o lugar, também altera o envolvimento dos seus usuários em relação a ele: “a passagem deixa de ser apenas uma passagem”; e que o túnel, o muro e a fachada, deixam de ser apenas isso, e ganham outra “função”. Esse aspecto também foi abordado por Ramos (1994) ao afirmar que através do grafite o espaço visual se modifica e ganha outra dimensão. Isto desencadeia um engajamento, deixando de ser indiferente e blasé, se tornando algo memorável.

Por fim, compreendemos que, o que consideramos como contágio afetivo desencadeado pelo grafite, é uma forma de experiência estética, sendo uma consequência do processo de ressignificação da ambiência urbana. Assim, através da presença do grafite, é possível sentir o sentimento que ele transmite, compreendê-lo, ressoná-lo e participar dessa emoção. E, como resultado, essa experiência é guardada na memória, tornando algo efêmero como o grafite, menos fugaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEGUOCI, Leandro Pereira. Entre o museu e o outdoor. Revista Superinteressante. São Paulo: Abril, ed. 216, p.78-82, Ago. 2005.

BOHME, Gernot. The aesthetics of atmospheres. Editado por: Jean-Paul Thibaud. Londres: Routledge, 2017.

CAZAL, Raphaëlle. L'empathie en architecture. Pour une nouvelle compréhension de l'habitation de l'espace. Rencontres Morel: Pointculture TV. 26 Junho 2014. Disponível em: <<http://collection-morel.com/wp-content/uploads/2014/02/Raphae%CC%88lle-Cazal-lempathie-en-architecture-Rencontres-Pointculture-version-de%CC%81nitive.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2019.

DEWEY, John. Art as experience. New York: Perigee Books, 1980.

DUARTE, Cristiane Rose de S. A Empatia Espacial e sua implicação nas ambiências urbanas. Revista Projetar , v. 1, p. 1-12, 2015.

DUFRENNE, MIKEL. Estética e Filosofia. São Paulo: Perspectiva, 3.ed, 270 p. 2015.

ELIE, Maurice. L'empathie, la sympathie, le « sentir » ; phénoménologie, éthique et esthétique. Revue Littéraire e artistique: Temporel, 22 Set. 2012. [n.p.] Disponível em: <<http://temporel.fr/De-l-Einfuhlung-a-l-empathie-par>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

GITAHY, Celso. O que é Graffiti. São Paulo: Brasiliense, (Primeira Edição 1999), 3. Reimpressão, 2012.

GORDON, R. M. Sympathy, simulation, and the impartial spectator. Ethics, v. 105, p. 727-742, Jul 1995.

GÜNTHER, HARTMUT. Como elaborar um questionário. In: PINHEIRO, José Q.; GÜNTHER, Hartmut. Métodos de Pesquisa nos estudos pessoa-ambiente. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

KUSCHNIR, Karina; AZEVEDO, Vinícius M. Caligrafias urbanas: pichação e linguagem visual no Rio de Janeiro. Trama (Universidade Estácio de Sá), v. 1, n. 1, p.110 - 122, Jul. / Nov. 2015.

LASSALA, Gustavo. Em nome do pixo: a experiência social e estética do pixador e artista Djan Ivson. Tese de Doutorado. São Paulo, 2014.

LASSALA, Gustavo. Pichação não é pixação: uma introdução à análise de expressões gráficas urbanas. São Paulo: Altamira Editorial, 2 ed., 2017.

NASCIMENTO, Bárbara T. Da Ressonância ao Engajamento: percursos para a fundação de metodologia sensível de análise da Empatia Espacial; Tese (Doutorado em Arquitetura) - Programa de Pós-Graduação Em Arquitetura, UFRJ. Rio de Janeiro, 2018.

PALLASMAA, Juhani. Essências. São Paulo: Gustavo Gili, 2018.

RAMOS, Célia Maria Antonacci. Grafite, Pichação & Cia. São Paulo: Annalube, 1994.

RINK, Anita. Graffiti: intervenção urbana e arte. Curitiba: Appris, 2013.

THIBAUD, Jean-Paul. Ambiências de passagem: figuras, condutas, medidas. Duarte, Cristiane Rose e Villanova, Roselyne de. Novos olhares sobre o lugar, Contra Capa, p.101-127, 2012.

ZUIN, Maria Aparecida. Semiótica e Arte: Os Grafites da Vila Madalena. uma Abordagem Sociosemiótica. Curitiba: Appris, 2018.

HETEROTOPIAS NA CIDADE: ANÁLISE DO EVENTO “SOFÁ NA RUA” EM PELOTAS - RS

**HETEROTOPIAS IN THE CITY: ANALYSIS OF THE
EVENT “SOFÁ NA RUA” IN PELOTAS - RS**

**HETEROTOPIAS EN LA CIUDAD: ANÁLISIS DEL
EVENTO “SOFÁ NA RUA” EN PELOTAS - RS**

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

SEBALHOS, Carolina Frasson

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Franciscana (UFN); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pelotas na linha de pesquisa Urbanismo Contemporâneo, carolsebalhos@gmail.com

ROCHA, Eduardo

Professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pelotas, amigodudu@yahoo.com.br

RESUMO

A cidade tem como principal função a circulação da população e mercadorias. Sua estrutura normativa se dá pelo cotidiano das circulações, por vezes, controladas pelo Estado. A formação e a finalidade da cidade descritos por Foucault, perpassam por uma análise dos poderes punitivos, controladores e disciplinadores do Estado sobre o indivíduo e a população. Esse controle gera os espaços normatizados, regulamentados. Porém, também gera espaços outros, as heterotopias: lugares reais que contradizem, sobrepõem e, ao mesmo tempo, distanciam-se dos espaços normatizados. Sendo assim, analisa-se o espaço urbano normatizado da cidade de Pelotas em relação ao evento “Sofá na Rua”, através do olhar foucaultiano das heterotopias e da cartografia urbana oriunda das teses da cartografia de Deleuze e Guattari. Dessa forma, é possível compreender de que forma se dão as relações existentes entre o espaço normativo da cidade de Pelotas e o espaço heterotópico do “Sofá na Rua”. Por fim, através da cartografia urbana foi possível fazer emergir a grandeza do pequeno e a riqueza do pormenorizado em um evento de rua. O procedimento metodológico utilizado foi a revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Heterotopia. Cartografia Urbana. Urbanismo Contemporâneo.

ABSTRACT

The city's main function is the circulation of population and products. Its normative structure is given by the daily circulations, sometimes controlled by the State. The formation and the purpose of the city described by Foucault, go through an analysis of the punitive, controlling and disciplinary powers of the State over the individual and the population. This control generates the normatized, regulated spaces. However, it also generates other spaces, the heterotopies: real places that contradict, overlap and, at the same time, distance themselves from the normalized spaces. Thus, the normalized urban space of the city of Pelotas is analyzed in relation to the event “Sofá na Rua”, through the Foucaultian look of heterotopies and the urban cartography oriented by the theses of Deleuze and Guattari. In this way, it is possible to understand how the existing relations between the normative space of the city of Pelotas and the heterotopic space of the “Sofa na Rua” take place. Finally, through urban cartography it was possible to bring out the greatness of the small and the richness of the detailed in a street event. The methodological procedure used was the bibliographic review.

KEYWORDS: Heterotopy. Urban Cartography. Contemporary Urbanism.

RESUMEN

La función principal de la ciudad es la circulación de la población y los bienes. Su estructura normativa se da por las circulaciones diarias, a veces controladas por el Estado. La formación y el propósito de la ciudad descrita por Foucault, atraviesan un análisis de los poderes punitivos, de control y disciplinarios del Estado sobre el individuo y la población. Este control genera los espacios normalizados y regulados. Sin embargo, también genera otros espacios, las heterotopías: lugares reales que se contradicen, se superponen y, al mismo tiempo, se alejan de los espacios normalizados. Así, el espacio urbano normalizado de la ciudad de Pelotas se analiza en relación con el evento “Sofá na Rua”, a través de la mirada foucaultiana de las heterotopías y la cartografía urbana orientada por las tesis de la cartografía de Deleuze y Guattari. De esta manera, es posible comprender cómo se producen las relaciones entre el espacio normativo de la ciudad de Pelotas y el espacio heterotópico del evento “Sofá na Rua”. Finalmente, a través de la cartografía urbana fue posible destacar la grandeza de lo pequeño y la riqueza de lo detallado en un evento callejero. El procedimiento metodológico utilizado fue la revisión bibliográfica.

PALABRAS-CLAVE: Heterotopía. Cartografía Urbana. Urbanismo Contemporáneo.

INTRODUÇÃO

Os estudos foucaultianos permitem enxergar o mundo através de suas singularidades e diferenças. Dispondo de uma “caixa de ferramentas” para analisar a sociedade global contemporânea, Michel Foucault (1984; 2008; 2013; 2014) possibilita a compreensão da cidade sob uma nova perspectiva: as heterotopias. Sendo assim, a pesquisa — ainda em fase inicial — busca, a partir do pensamento pós-estruturalista de Michel Foucault, analisar o espaço urbano normatizado da cidade de Pelotas (RS) em relação ao evento “Sofá na Rua”, sob o olhar das heterotopias.

Parte-se do pressuposto que a cidade tem como principal função a circulação da população e mercadorias. Sua estrutura normativa se dá pelo cotidiano das circulações, por vezes, controladas pelo Estado. Porém, suas relações podem mudar quando, em forma de resistência aos padrões de normalidade, ocorre alguma quebra da conduta esperada, como por exemplo, a ocupação da região do Porto, em Pelotas, pelo evento “Sofá na Rua”.

Dessa forma, analisa-se primeiramente a formação e a finalidade da cidade descritos por Foucault, perpassando por uma análise dos poderes punitivos, controladores e disciplinadores do Estado sobre o indivíduo e a população. Esse controle gera os espaços normatizados, ou seja, inseridos na “norma” civilizatória. Porém, ele também gera espaços

outros, que o autor chama de heterotopias: lugares reais que contradizem, sobrepõem e, ao mesmo tempo, distanciam-se dos espaços normatizados.

Visto isso, pretende-se responder: De que forma podem ser compreendidas as relações existentes entre o espaço normativo da cidade de Pelotas e o espaço heterotópico do “Sofá na Rua”?

Para responder essa questão é necessário analisar, através dos estudos de Foucault, como surgem esses espaços normais e heterotópicos da cidade, como são produzidos e de que forma eles se mantêm. Explorar cartograficamente a zona do porto, na presença e ausência do evento, juntamente com o estudo sobre a cartografia urbana sensível. Isso, com a finalidade de discutir sobre as reações da cidade quanto ao acontecimento do “Sofá na Rua”, conhecer com profundidade a singularidade do evento como uma heterotopia foucaultiana e também para contribuir de uma maneira singular de olhar a cidade e suas relações.

Finalmente, o resultado esperado através da pesquisa não é uma resposta fechada acerca do espaço Porto e sua relação com a cidade de Pelotas e sim, questionar a razão pela qual essas heterotopias constituem o espaço outro. Em suma, a intenção é construir um panorama geral sobre as teses relevantes de Foucault sobre o tema da pesquisa e evidenciar as análises cartográficas urbanas.

A CIDADE CONTEMPORÂNEA PELAS LENTES FOUCAULTIANAS

Para entendermos a cidade contemporânea^[1] seguindo o pensamento pós-estruturalista, é necessário traçar um caminho pelos escritos de Foucault e usá-los como ferramentas de apreciação. O filósofo discorre sobre as formas de controle do Estado sobre a população e, simultaneamente, sobre a cidade. Assim, os dispositivos se atualizam para que o controle seja cada vez mais eficaz.

A governamentalidade exige um recuo histórico, situado na “arte de governar” e na soberania. Seu prenúncio se dá com o poder Pastoral e a tríade: Salvação - relações

[1] Agamben (2009, p.65-70) discorre em seu livro “O que é o contemporâneo? e outros ensaios” sobre esse termo utilizado para caracterizar a sociedade atual mas que carrega consigo diversas conotações. O contemporâneo pode ser anacrônico e dissociado; pode ser o que impede o tempo de compor-se; o olhar fixo no tempo ou o olhar a obscuridade do seu tempo; “ser pontual num compromisso ao qual se pode apenas faltar”, do mesmo jeito que “ser contemporâneo significa [...] voltar a um presente em que jamais estivemos”. Por essa razão o termo aqui utilizado representa a atualidade, porém sem desconhecer as diversas nuances que o caracterizam.

com Deus, Pastor e seu rebanho, mérito e demérito -; Verdade - a verdade oculta na alma, submetida ao rebanho pelo Pastor - e; Lei - obediência individual, exaustiva, total e permanente -. Ou seja, o Pastorado passa a existir para que os homens se deixem conduzir (governar) e assim dá início ao que hoje temos como governamentalidade.

Nos séculos XVII e XVIII, a disciplina molda os corpos submissos e exercitados pela política de coerção, manipulando gestos e comportamentos tornando-os corpos dóceis^[2]. Nas técnicas da disciplina descritas por Foucault (2014), podemos destacar a “arte das distribuições”. A distribuição do indivíduo no espaço é o instrumento primordial da disciplina: o cercamento de locais heterogêneos, como colégios e quartéis; o princípio do quadriculamento que decompõe as implantações coletivas como forma de encontrar os indivíduos no espaço e poder vigiá-los a todo instante; a regra das localizações funcionais, codificando os espaços arquitetônicos livres como forma de vigiar e romper qualquer tipo de comunicação perigosa que possa ocorrer e; a definição do indivíduo pela posição “na fila”, pelo lugar que ocupa na série. As disciplinas organizam em celas, lugares e fileiras espaços arquitetônicos funcionais e hierárquicos.

Para Foucault o planejamento das cidades está ligado com o problema da segurança e a essência dos dispositivos de segurança é a gestão da população e suas normas. Então, o dispositivo permite o controle das circulações, de pessoas, mercadorias, miasmas. Por fim, o poder disciplinar adentra e a arquitetura tem seu papel nas transformações do indivíduo. Isto é, a “arte de punir” não tem por objetivo a repressão, e sim a normalização.

A cidade como pano de fundo

Desde o século XVII, as revoltas urbanas são os grandes anseios dos governantes. Para impedir que ocorressem foi necessário avaliar as causas que poderiam afligir a população, como por exemplo, a falta de alimento. Ademais, o avanço das tecnologias assegurou condições de produção, armazenamento e comércio dos grãos, mas o fato importante a ser destacado aqui foi o poder de conduzir a população a outro olhar, tirar o foco da escassez para o próprio grão e assim se isentar da responsabilidade sobre os tempos difíceis.

Foi na forma de controlar os anseios da população sobre as doenças que surgiram as polícias médicas que evoluíram das aplicações de vacinas para a observação das regularidades e vigilância. Novamente, os dispositivos se mantem em constante atualização

[2] Para Foucault, em Vigiar e Punir, os corpos dóceis são corpos que podem ser submetidos, transformados, aperfeiçoados e utilizados. É o corpo produzido, construído, efeito que se espera do poder disciplinar.

para melhor conduzir e controlar a população, e a cidade é pano de fundo dessa trama: ora cidade-mercadoria, ora cidade-infecciosa, mas sempre como espaço biopolítico que interage com os governantes e a população.

Em outras palavras, foi necessário atualizar os dispositivos para que controlasse não mais o indivíduo, mas a população como um todo. É no Estado de Segurança que os dispositivos estabelecem o que é aceitável socialmente. Para Foucault (2008, p. 11), existe uma “correlação entre os mecanismos jurídicos-legais [soberania], os mecanismos disciplinares [indivíduos] e os mecanismos de segurança [população]”, para assegurar o poder de controle. Nesse modelo de governar, portanto, a polícia é instrumento de crescimento da força do Estado e tem a função de controlar: o número de habitantes; as necessidades da vida; os problemas de saúde; a ociosidade dos cidadãos. Assim, a coexistência entre os indivíduos torna-se objeto da polícia (FOUCAULT, 2008).

Dessa forma, o pensamento foucaultiano possibilita compreender a relação entre a força social e o Estado, no caso, a passagem da governamentalidade de polícia para a de segurança, que é a configuração mais geral de poder na sociedade moderna. Os elementos da governamentalidade são, então, a sociedade, a economia, a população, a segurança e a liberdade (FOUCAULT, 2008). Podemos destacar brevemente, também, a noção de biopolítica (configuração da governamentalidade que transforma a vida em objeto de poder) que pode ser traduzida como a transformação da política para a disciplinação dos indivíduos e assim, da população em aspectos da vida como saúde, alimentação, sexualidade, etc.

Ainda que a “arte de governar” consiga produzir e controlar o espaço urbano e a população através do poder disciplinar, sempre há alguma forma de resistência que em oposição à normalização dos espaços fará emergir os contraespaços.

As heterotopias

No texto denominado “Outros Espaços”, conferência de Estudos Arquitetônicos ministrada por Foucault (1984), o filósofo descreve a evolução dos pensamentos científicos dos saberes e dos lugares. O autor relata sobre as manias da ciência até o século XIX de interessar-se sobre história: ciclos, desenvolvimento e estagnação, espaço de localização. Porém, atualmente, é dada preferência ao quesito espaço, sua simultaneidade, justaposição. Além disso, a localização dá lugar à posição, definida pelas suas relações de vizinhança.

Foucault afirma que “vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irreduzíveis uns aos outros e absolutamente impossíveis de ser sobre-

postos”. Entretanto, existem posicionamentos que estão em relação a todos os outros e, mesmo assim, estão em oposição à eles, contradizendo-os. Esses espaços foram divididos em dois grandes grupos: as utopias e as heterotopias (Foucault, 1984, p. 414).

Os espaços irreais são caracterizados como utopias, projetados para serem modelos de espaços reais, usados como analogia direta ou inversa. Já as heterotopias são os lugares reais que, em contraposição a eles, representam, contestam e invertem os outros posicionamentos reais. São lugares que se diferenciam dos outros e que podem ser definidos como contraespaços (FOUCAULT, 1984). Desse modo, entre as utopias e as heterotopias, haveria então, um espelho:

No espelho, eu me vejo lá onde não estou, em um espaço irreal que se abre virtualmente atrás da superfície, eu estou lá longe, lá onde não estou, uma espécie de sombra que me dá a mim mesmo minha própria visibilidade, que me permite me olhar lá onde estou ausente: utopia de espelho. Mas é igualmente uma heterotopia, na medida em que o espelho existe realmente, e que tem, no lugar que ocupo, uma espécie de efeito retroativo: é a partir do espelho que me descubro ausente no lugar em que estou porque eu me vejo lá longe (FOUCAULT, 1984, p. 415).

A partir dessas considerações, retornando aos espaços absolutamente outros — heterotopias —, Foucault (1984;2013) classifica a análise e descrição sistemáticas como heterotopologia que são descritas em seis princípios. O primeiro princípio é o de que todas as culturas no mundo se constituem de heterotopias, de formas muito variadas e de nenhuma maneira universal. São divididas em dois grandes grupos: heterotopias de crise, onde o indivíduo vive em forma de crise, lugares sagrados ou proibidos, reservados do convívio como as escolas, quartéis, viagens de núpcias, etc. e; substituindo as crises, o segundo grupo consiste nas heterotopias de desvios, onde o indivíduo escapou à norma exigida, bem como clínicas psiquiátricas, prisões e casas de repouso. As casas de repouso são exemplos de heterotopias que são de crise e também de desvio, pois a velhice é uma crise e viver ociosamente escapa à regra do lazer por diversão.

O segundo princípio de descrição das heterotopias é o de que em uma sociedade o mesmo espaço pode ter um funcionamento ou outro. Como a heterotopia do cemitério que outrora eram localizados no centro da cidade e tido como o “vento sagrado e imortal”, hoje está nas periferias, intitulado “outra cidade, onde cada família possui sua morada sombria” (FOUCAULT, 1984, p. 418).

A heterotopia pode também se justapor e representar vários espaços em um só lugar real, como explica Foucault no terceiro princípio. Como exemplos deste princípio são os cinemas, teatros e o jardim, como os jardins tradicionais dos persas, que divididos em

quatro partes representavam as partes do mundo e seu centro — taça com jato d'água — representava o centro do mundo em seu meio (FOUCAULT, 1984).

O quarto princípio faz ligação com as heterotopias e o tempo — eterno — como em bibliotecas e museus e heterotopias crônicas — passageiras — como feiras, cidades de veraneio, etc. O próximo princípio se trata de fechamentos e aberturas das heterotopias, espaços onde só se pode entrar com permissão ou depois de cumprir um determinado ritual. Ou, espaços onde depois de entrar de fato, sente-se isolado, como os motéis americanos onde os usuários estão incluídos e excluídos ao mesmo tempo (FOUCAULT, 1984).

O último princípio descrito por Foucault traz a função das heterotopias em relação ao espaço restante: um espaço de ilusão que tem o papel de denunciar a própria ilusão de espaço real, como os bordéis; ou um espaço de compensação, como as colônias que nada mais são do que um espaço tão perfeito e meticuloso que denuncia o espaço desorganizado que é o real.

A partir desses princípios, é possível analisar o evento “Sofá na Rua” e suas nuances para com a cidade. A fim de responder o problema de pesquisa é necessária uma metodologia adequada aos estudos foucaultianos, de modo que não haja incompatibilidade que resulte na limitação da expressividade dos eventos de rua. Deste modo, optou-se pela cartografia urbana e caminhografia que possibilitam o registro livre do pesquisador sobre o objeto de pesquisa.

CARTOGRAFIA URBANA

A palavra cartografia significa mapa escrito, uma espécie de registro utilizada desde as grandes navegações até os dias atuais. O mapa expressa o caminho, o trajeto, o território ou até mesmo a mudança do território com o tempo. Deleuze e Guattari (1995) desenvolveram uma forma de leitura para sua coletânea de livros “Mil platôs” que se baseia no mapeamento do processo: as sensações do pesquisador e suas subjetividades. Essas sensações são intituladas como afectos e perceptos, que podem ser definidos como situações, objetos ou sujeitos que afetam o pesquisador no sentir e a paisagem ou local em que essa afectação ocorre: o encontro da matéria com matéria e o que isso produz (DELEUZE & GUATTARI, 1995).

Ao utilizar o conceito de cartografia como guia para a pesquisa acadêmica, conseguimos um método heterogêneo e singular de produção de mapas e modos de percepção do processo. Através da subjetividade são produzidos mapas do sensível, o mapa micro, heterogêneo, da diferença. Nesse mapa são trazidos os componentes que usualmente são desprezados ao quantificar e validar uma pesquisa. Ao importar a cartografia deleuze-

-guattariana para a arquitetura e urbanismo, conseguimos produzir um mapa urbanístico da diferença, obtendo uma leitura díspar da cidade contemporânea.

Metodologicamente, os objetivos são estabelecidos antes da pesquisa propriamente dita, embora tenhamos um objetivo estabelecido inicialmente que serve de caminho e orientação geral, na cartografia urbana esses objetivos são flexíveis ao decorrer da pesquisa, uma vez que o pesquisador não sabe o que irá encontrar na caminhada e na produção deste mapa. Nesse sentido, “a diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009, p. 17).

Os mapas produzidos a partir da cartografia urbana podem ser imagéticos ou escritos, com a ajuda de um caderno de campo, por exemplo, é possível registrar os afectos e perceptos do pesquisador no local (ou seu percurso). Sem manuais ou receitas prontas, os mapas cartográficos são definidos através da subjetividade produzida pela experiência no pesquisador. Os eventos do “Sofá na Rua” realizados até então, foram registrados através dessa metodologia, assim como o caminho para chegar ao evento e um dia no bairro sem a sua ocorrência.

SOFÁ NA RUA

A heterotopia do evento “Sofá na Rua” estabelece um espaço outro, local onde as diferenças são valorizadas, seja pelo público ou pelo bairro em que é realizado, as relações de força na sociedade são invertidas. Essa iniciativa possibilita o uso e a ocupação de um espaço que cotidianamente não faz parte da prática social. Sabemos que, tradicionalmente, o espaço urbano é organizado para a circulação de indivíduos, mercadoria, comércio e etc. A proposta desse evento, portanto, pode ser vista como uma transgressão da normalidade, isso porque um espaço de trânsito transforma-se em permanência, ainda que temporal.

O evento é realizado desde 2012, idealizado pela Casa Fora do Eixo que promovia espaços de intercâmbio social que compreende desde moradia, escritório, até casa de show e agências de mídia livre (CASA FORA DO EIXO PELOTAS, 2013). A ideia inicial era fomentar a visibilidade artística cultural e a economia solidária em um evento aberto à comunidade. Como o local onde residia a Casa Fora do Eixo era pequena para tal evento, foram colocados os sofás da casa na rua e assim começou a 1ª edição do evento que contou com cerca de 50 pessoas. Com o fechamento da Casa Fora do Eixo o coletivo cultural do Sofá na Rua realizou uma parceria com o Galpão do Rock, hoje Galpão Satolep,

localizado no bairro Porto, onde é realizado o evento, que atualmente conta com cerca de 2000 pessoas por edição (TAVARES; LEMOS, 2015).



Figura 1: Imagem do evento Sofá na Rua feita por artista local. Fonte: Instagram @cibeleausente (21 de agosto de 2019).

Até o fim do ano de 2019 foram 70 edições do evento realizados em Pelotas, com um público diversificado e participativo. O evento promove a democratização da rua e a indução de manifestações artísticas, trazendo cultura à população como forma de resistência à organização social que não dá acesso livre a cultura e arte. Sobre isso, comenta a produtora executiva Isadora Passeggio em entrevista concedida à Isabelle Domingues para o jornal e-cult mídia ativa de Pelotas, para Passeggio o evento serve para:

movimentar e estimular a criação, produção, divulgação, socialização e acessibilidade às manifestações artísticas e culturais, não como um processo finito, mas como uma ação integrada e articuladora, tanto pelo seu conteúdo cultural quanto pela maneira como se apresenta. [...] O evento é efêmero. O que fica é a memória e a vivência. Existe uma construção simbólica e imaterial que pode ruir a qualquer momento se nos apoiarmos no que ele foi e não no que ele é ou pode vir a ser. O Sofá está em nosso imaginário e na nossa paixão. Não existe estabilidade nesse trabalho, é uma batalha constante para mantê-lo vivo. [...] O

Sofá é resistência, é união, é paixão, é respeito, é diversidade, é transformação. O ator deve ser lúcido e ambicionar mudar a sociedade, percebendo como primeira e urgente a transformação de si mesmo (DOMINGUES, 2019).

O evento promove o uso da rua pelas pessoas, pelos pedestres, pelos artistas e cidadãos. Democraticamente convida todas as classes, faixas etárias e tribos pra uma festa ao ar livre e à celebração da diversidade. Para Passeggio, “a rua é um espaço democrático onde só ali é possível refletir a sociedade conforme ela se organiza e criar novos mecanismos de atuação e transformação”. Isso significa, “oportunizar acesso às artes, produzir cultura, e legitimar um lugar que, por ser estratégico, também converge-se em espaço educativo e político cultural.” (DOMINGUES, 2019).

Pelotas conta com vários eventos de rua espalhados pela cidade, como: Piquenique Cultural, Feira do Galo Verde (feira vegana), evento de música promovido pelo Saint Patrick bar, Feira de Pulgas (antiguidades), carnaval de rua, Festival Internacional SESC de Música, entre outros.

CARTOGRAFIA SOFAENSE

Ao usarmos a cartografia urbana como forma de análise, partimos da ideia do processo. Qual o processo do evento e o que ele subjetivamente nos mostra? A seguir transcrevemos um texto realizado pela autora durante o evento de rua, seus afectos e perceptos, através da narrativa de seus caminhos percorridos no dia.

Sofá na Rua — 15 de Setembro de 2019.

Para chegar ao evento, eu preciso percorrer em quase toda sua totalidade a Rua Almirante Barroso, saio de casa antes do anoitecer e sigo pela rua de forma livre. No caminho já noto as movimentações de diferentes grupos de amigos, duplas e pessoas só, a pé ou de bicicleta, encontro e desencontro os grupos o tempo todo, os caminhos são vários e o destino é um só. Mais perto da rua onde acontece o evento já sinto o cheiro de churrasquinho de rua e já começo a escutar a música, já se enxerga o aglomerado^[3] de pessoas — hoje a música é boa — penso, toca Tim Maia e o clima está ótimo. Ao entrar em meio a multidão, já sinto o cheiro de maconha, pessoas dançando e cantando, mas em

[3] Hoje, 28 de abril de 2020, transcrevendo minha andança, já sinto a estranheza em escrever a palavra “aglomerado”, talvez antes a conotação dessa palavra fosse mais leve, mais alegre, talvez, falasse sobre reuniões e alvoroço, de uma maneira inofensiva. Hoje nos remete a algo mais sério, porém, escolhi não substituir a palavra original, afinal, ela tem uma razão por estar onde está.

sua grande maioria, são apenas grupos de amigos reunidos e conversando. Como um lugar sem preconceitos ou paradigmas, onde cada um pode ser o que quiser de forma muito individual e mesmo assim, coletiva. Noto as pessoas de todos os tipos, nas laterais da rua em cima das calçadas, barraquinhas onde são vendidos dos mais variados artefatos: roupas, comidas doces, salgadas, veganas e carnívoras, plantas, artesanatos... Mais próximo ao fim da rua, onde fica o placó, estão os sofás e a mudança de público é quase que palpável, crianças e idosos, adultos e jovens, todos juntos apreciando o show e esperando as próximas atrações. Atrás do palco, um espaço kids com pequenas cadeiras e mesinhas em escala infantil, onde as almofadas são ainda mais coloridas e as risadas ingênuas e divertidas tomam conta, pequenas carinhas pintadas, brinquedos e brincadeiras. Na rua de trás, um improvisado de rampas e obstáculos para a galera do skate, aqui se vende de tudo, os vendedores são dos mais variados, desde mulheres que sobrevivem dessa venda, até jovens estudantes que veem no Sofá na Rua uma oportunidade para fazer sua “graninha extra”. Conversando com os sofaenses, apelido carinhosamente dado aos participantes do evento, descubro que hoje mais cedo, um casal foi preso no local, eles estavam vendendo os famosos brisadeiros. “Deu ruim” foi o que ouvi o moço que vendia balas dizer, “mas logo mais aparece alguém vendendo de novo”. Penso nesse momento, que é uma ótima deixa pra uma reflexão sobre drogas, consumo, venda, capitalismo, urbanização, tudo isso paira na minha cabeça e passa em dois segundos páginas e mais páginas que isso poderia render um dia. Volto a mim e olho em volta, procurando o que encontrar, forçando os olhos para ser afetada, não encontro nada específico, olho na verdade, a multidão: Adultos, jovens, jovens adultos; Crianças, casais, solteiros; Brancos, pretos, amarelos; Mulheres, homens, gente!; Heteros, gays, lésbicas, bissexuais, assexuais, transsexuais, seres com sexo, com cor, com vida. Gente curtindo a festa, gente no celular, gente falando, gente em silêncio, gente querendo falar, gente querendo ouvir, gente querendo falar, gente não querendo ouvir. Coincidentemente a apresentação agora é sobre humanos, escuto. [...] Confesso que não sei muito o que escrever, sinto que toda vez que eu olho para o caderno, perco algo, agora estamos sentadas no meio-fio, entre a barraca kids e os skatistas, ouvindo o som que de costas pra nós, nos mostra a cara de um evento infinito.

CONCLUSÕES

As heterotopologias de Foucault auxiliam na análise da cidade e da civilização contemporânea, visando os padrões e situações que investigações mecanicistas ou estruturalistas não contemplam. O evento “Sofá na Rua” estabelece um espaço outro, local onde as diferenças são valorizadas e as relações de força na sociedade são inver-

tidas. Essa iniciativa possibilita o uso e a ocupação de um espaço que cotidianamente não faz parte da prática social. Afinal, sabemos que tradicionalmente, o espaço urbano é organizado para a circulação de indivíduos, mercadoria, comércio e etc.

Dessa forma, a ocupação dos espaços para um evento como esse, transgride a normatização e o uso da cidade, onde o próprio espaço valoriza as diferenças e inverte as relações de força na sociedade, o que possibilita o uso do espaço que cotidianamente não é ‘permitido’. Em outras palavras, o evento pode, mesmo que de forma temporária, ressignificar o espaço enquanto heterotopia.

Assim, entendemos que, ainda que o Estado consiga produzir e controlar o espaço urbano e a população através do poder disciplinar, sempre há alguma forma de resistência que, em oposição à normatização da cidade, fará emergir os espaços heterotópicos. O evento ‘Sofá na Rua’ corresponde a um desses espaços, e, portanto, permite ser analisado cartograficamente, como sua relação efêmera com a cidade, enxergando as reações causadas por essa resistência, através do uso de novas ferramentas de análise do espaço urbano.

A intenção da revisão de literatura e experimento cartográfico narrativo aqui exposto é construir um panorama geral sobre as teses relevantes de Foucault para a pesquisa, bem como proporcionar agenciamentos entre esse panorama e a prática cartográfica, a fim de compor um mapa de subjetividades coletivas produzidos através dessa experiência. Por isso, foi necessário deliberar (e delimitar) o levantamento com foco no entendimento geral do objetivo dessa investigação e como ela será desenvolvida ao longo da escrita.

Por fim, através dessa pesquisa não se buscar uma resposta fechada acerca do espaço Porto, sua relação com a cidade de Pelotas e ao evento Sofá na Rua. Mas sim, compor uma visão atenta ao espaço outro — heterotopia — através da cartografia urbana e suas possibilidades de enunciar o pequeno, o não visto, o diferente e também, as riquezas de um evento de rua.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009. Trad.: Vinícius Nicastro Honesko.

CASA FORA DO EIXO PELOTAS. Facebook, 2013. Sobre. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/casaforadoeixopelotas/about/?ref=page_internal. Acesso em: 26 Jul. 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. Vol.1

DOMINGUES, Isabelle. Sofá na Rua chega à sua 61ª edição em Pelotas. E-cult mídia ativa, Pelotas, 24 Jan. 2019. Disponível em: <http://ecult.com.br/geral/sofa-na-rua-chega-a-sua-60a-edicao-em-pelotas>. Acesso em: 22 Jan. 2020.

FOUCAULT. Michel. O corpo utópico, as heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT. Michel. Outros Espaços. In: Conferência no Círculo de Estudos Arquitetônicos, 14 de março de 1967, Architecture, mouvement, continuité, nº5, outubro de 1984, os. 46-49. Tunísia: 1984.

FOUCAULT. Michel. Segurança, território, população. Coleção tópicos. Trad.: Eduardo Brandão. Rev. De Trad.: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT. Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Trad.: Raquel Ramalheite.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs). Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

TAVARES, Aléxia; LEMOS, Caroline. Sofá na Rua reúne pelotenses. Arte no Sul, Pelotas, 18 Out. 2015. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/artenosul/2015/10/18/sofa-na-rua-reune-pelotenses/>. Acesso em: 22 Jan. 2020.

INTERAÇÕES TRANSATLÂNTICAS: A PARTICIPAÇÃO DE ARQUITETOS DO GRUPO DO PARANÁ NOS CONCURSOS DO EURO KURSAAL (1965 E 1972)

**TRANSATLANTIC INTERACTIONS: THE
PARTICIPATION OF PARANÁ GROUP'S
ARCHITECTS IN THE EURO KURSAAL CONTESTS
(1965 AND 1972)**

**INTERACCIONES TRANSATLÁNTICAS: LA
PARTICIPACIÓN DE ARQUITECTOS DEL GRUPO
DEL PARANÁ EN LOS CONCURSOS EURO
KURSAAL (1965 Y 1972)**

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

JANUÁRIO, Isabella Caroline

Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Estadual de Maringá (UEM)

isajanu.arq@gmail.com

GNOATO, Luis Salvador Petrucci

Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PU-CPR)

salvadorgnoato@yahoo.com.br

REGO, Renato Leão

Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Estadual de Maringá (UEM)

rlrego@uem.br

RESUMO

A participação em concursos através de projetos elaborados em equipe foi uma das características da atuação dos arquitetos conhecidos como Grupo do Paraná. Em 1965, a equipe formada por Lubomir Ficinski, Roberto Gandolfi, Luiz Forte Netto, José Maria Gandolfi e Jaime Lerner conquistou o segundo lugar no Concurso para o Complexo Turístico Euro Kursaal em San Sebastián, Espanha. Esta classificação inseriu os arquitetos atuantes em Curitiba no cenário internacional e resultou em um convite para participar de um segundo concurso em 1972, quando houve um desmembramento da equipe e a consequente apresentação de duas propostas. As interações transatlânticas promovidas por esses eventos contribuíram para fomentar mudanças de pensamento que originaram uma resposta projetual bastante distinta da primeira versão de 1965. A partir da revisão de literatura sobre a atuação profissional desses arquitetos, bem como a análise formal dos projetos anteriormente citados, este trabalho evidencia a circulação das ideias promovidas a partir do concurso para o Euro Kursaal e a sua contribuição para a atualização do repertório moderno no trabalho desse grupo sediado em Curitiba nos anos de 1970.

PALAVRAS-CHAVE: interações transatlânticas. circulação de ideias. arquitetura moderna.

ABSTRACT

Co-authored proposals were one important aspect of the architectural production of the architects known as the Group of Paraná. In 1965, the team formed by Lubomir Ficinski, Roberto Gandolfi, Luiz Forte Netto, José Maria Gandolfi, and Jaime Lerner won second place in the Euro Kursaal Tourist Complex contest in San Sebastián, Spain. This award placed the Curitiba-based architects in the international arena and secured an invitation to take part in the 1972 second contest, when the team split and two new proposals were thus presented. The transatlantic interactions promoted by these events contributed to foster changes in architectural approach and led to a design response quite different from the first version of 1965. Based upon literature review on these architects' professional performance, besides the formal analysis of the projects, this paper reveals the circulation of ideas promoted by the Euro Kursaal competition and its contribution to updating the modern repertoire of the Group of Paraná in early 1970s.

KEYWORDS: transatlantic interactions. circulation of ideas. modern architecture.

RESUMEN

La participación en concursos con equipos de múltiples integrantes fue una de las caracterís-

ticas de la actuación de los arquitectos conocidos como Grupo do Paraná. En 1965, el equipo formado por Lubomir Ficinski, Roberto Gandolfi, Luiz Forte Netto, José Maria Gandolfi y Jaime Lerner logró el segundo lugar en el Concurso para el Complejo Turístico Euro Kursaal en San Sebastián, España. Esta clasificación colocó a los arquitectos basados en Curitiba en la escena internacional y resultó en una invitación para participar en un segundo certamen en 1972, cuando hubo un desmembramiento del equipo y la presentación de dos propuestas distintas. Las interacciones transatlánticas promovidas por esos eventos contribuyeran para fomentar cambios en el pensamiento que condujeron a una respuesta proyectual bastante distinta de aquella de 1965. A partir de la revisión de la literatura sobre la actuación profesional de estos arquitectos, así como el análisis formal de los proyectos antes mencionados, este trabajo revela la circulación de ideas promovidas por el concurso Euro Kursaal y su contribución a la actualización del repertorio moderno en el trabajo de este grupo de Curitiba en la década de 1970.

PALABRAS-CLAVE: interacciones transatlánticas. circulación de ideas. arquitectura moderna.

INTRODUÇÃO

A premiação da equipe formada por Lubomir Ficinski, Roberto Gandolfi, Luiz Forte Netto, José Maria Gandolfi e Jaime Lerner no Concurso para o Complexo Turístico *Euro Kursaal* em San Sebastián, em 1965, contribuiu para inserir esses arquitetos no contexto internacional. Mais que isso, a premiação em segundo lugar chamou a atenção para uma das características da atuação destes profissionais que pertenciam ao *Grupo do Paraná*^[1]: o trabalho em rede a partir da participação em concursos nacionais e internacionais (PACHECO, 2010).

Para a competição espanhola de 1965 reuniram-se arquitetos forâneos atuantes na capital paranaense e profissionais locais. Trabalhando também como docentes, eles estavam unidos em torno do novíssimo curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR), criado em 1962. A equipe contou ainda com os então estudantes de arquitetura Manoel Coelho, Carlos Eduardo Ceneviva, Abrão Assad e José Hermeto Palma Sanchotene como colaboradores. Estava então formado um grupo

[1] Essa denominação foi utilizada por Mário Ceniuel (1990) para referenciar os arquitetos que se destacaram nos concursos nacionais para as sedes da Petrobrás (1968) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE (1973), no Rio de Janeiro. Mais tarde foi retomada por Paulo Pacheco (2004 e 2010) para tratar desses profissionais que sediados em Curitiba, venceram uma série de outros concursos nacionais e internacionais entre 1965 e 1985.

que nos anos seguintes iria encabeçar uma série de projetos pertencentes ao acervo da arquitetura moderna da cidade (XAVIER, 1985; DUDEQUE, 2001 e 2010; GNOATO, 2002; PACHECO, 2004 e 2010).

Nos bastidores das competições para o *Euro Kursaal* entre 1965 e 1972, manteve-se trabalho em equipe para concursos, paralelamente aos encargos profissionais individuais destes arquitetos, que atuavam em um contexto urbano novo e em um processo de mudanças na capital paranaense. Tais fatores contribuíram como estímulo à circulação de ideias modernas. Estas interlocuções e produtiva colaboração entre eles fizeram parte de uma reconhecida cultura arquitetônica singular e foram fundamentais para promover novas e criativas respostas projetuais. Com efeito, os cinco arquitetos mencionados foram premiados internacionalmente em 1965 e foram depois convidados para desenvolver outra proposta em 1972, na própria cidade de San Sebastián.

Tomando como pressuposto que as ideias viajam no tempo e no espaço, de uma pessoa a outra, e que, com isso, são reconstruídas em novos contextos e, por vezes, são adaptadas e alteradas (SAID, 1983), vale perguntar: quais as características dos projetos para o Kursaal produzidos pelos arquitetos curitibanos? A partir da revisão de literatura sobre as interrelações dos arquitetos do *Grupo do Paraná*, suas relações com o cenário nacional e internacional dos anos de 1960, bem como a análise comparada dos dois projetos, este artigo entende a participação dos arquitetos sediados em Curitiba no concurso para o Complexo Turístico do *Euro Kursaal* como um evento pontual na história da arquitetura e urbanismo de Curitiba, mas fundamental para fomentar novas ideias arquitetônicas e ampliar o repertório moderno na capital paranaense a partir de meados da década de 1960.

INTERRELAÇÕES ENTRE OS ARQUITETOS DO GRUPO DO PARANÁ

Os paulistas Luiz Forte Netto e José Maria Gandolfi, formados na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, após se transferirem para Curitiba em função da premiação no concurso para a Sede Campestre do Clube Santa Mônica em 1962, deram início ao escritório Forte-Gandolfi (SANTOS, 2011). Mais tarde, com a chegada à capital paranaense de Roberto Gandolfi, Joel Ramalho e de outros colegas oriundos de Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, estes “peregrinos, nômades e migrantes” (SEGAWA, 1998, p. 131) integraram-se a outros profissionais já estabelecidos em Curitiba (cf. MULLER, 2001), como os engenheiros civis Lubomir Ficinski e Jaime Lerner, formados na Universidade Federal do Paraná e egressos do recém criado curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR. Forte Netto e os irmãos Gandolfi também mantiveram estreitas relações com colegas paulistanos no final da década de 1950, particularmente

Alfredo Paesani, Fábio Pentead e Eduardo Knesse de Mello, além do convívio com Carlos Millan, João Batista Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha em torno do Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP).

Lubomir Ficinski foi professor na UFPR, presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e posteriormente consultor do Banco Mundial. Em parceria com Roberto Gandolfi conquistou o 1º lugar no concurso para o Teatro de Campinas, em 1966. Entusiasmado com os resultados obtidos em eventos internacionais, em 1979 Ficinski participou do Concurso para a Biblioteca de Teerã, cujo processo foi interrompido pela revolução islâmica ocorrida naquele país. Roberto Gandolfi, formado na FAU-Mackenzie em 1961, também atuou com professor da UFPR e mais tarde na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR, 1977-1999). Gandolfi teve uma significativa contribuição nas premiações em concursos de arquitetura entre 1960 e 1980 (cf. PACHECO, 2010), cujos projetos foram publicados em uma exposição realizada em Bologna, Montevideo e São Paulo, em 2010 (GNOATO, 2010).

O escritório de Jaime Lerner e Domingos Bongestabs teve também a colaboração do professor e arquiteto mineiro Marcos Prado^[2]. Antes de cursar arquitetura, Lerner havia trabalhado no escritório do arquiteto David Libeskind em São Paulo, quando ganhou uma bolsa de intercâmbio para estudar urbanismo em Paris, tendo a chance de assistir palestras de Yona Friedman, a respeito das suas propostas *megaestruturais* de urbanismo espacial (SILVA, 2018, p.57; COHEN, 2013, p. 386). Interessado na discussão urbanística europeia do início da década de 1960, Lerner trabalhou no escritório de Candilis, Alexis Josic e Shadrac Woods^[3] — vencedor do concurso para o bairro de *Toulouse-Le-Mirail* (1961), e colaborou no projeto para *Fort Lamy*, na capital da República do Chade (BERRIEL & SUZUKI, 2012, p. 110).

Com a contratação de um novo plano diretor para Curitiba, os arquitetos paulistas Jorge Wilhelm e Rosa Kliass passaram a desenvolver o Plano de Curitiba no escritório de Forte Netto com os irmãos Gandolfi, Lubomir Ficinski, Jaime Lerner, Almir Fernandes, Domingos Bongestabs, Rafael Dely, Alfred Willer e Joel Ramalho. Dessa maneira, o grupo voltou a trabalhar em conjunto promovendo debates, seminários e congressos urbanis-

[2] Trata-se do 1.º lugar no concurso de 1967 para a Sede do Departamento Federal de Segurança Pública em Brasília.

[3] Candilis, Josic e Wood estiveram presentes nas discussões do *Team X*, formado em 1954 para questionar as pautas modernistas dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - CIAM's. O *Team X* reavaliou a supremacia do transporte e a estética do modernismo na Europa do pós-guerra (KRUNIC, 2012).

ticos em Curitiba (cf. DEDECCA, 2019, p.186). Entre as discussões sobre o Plano de Curitiba, a criação de um órgão de acompanhamento fazia parte das intenções de Wilhelm. No IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) foi seminal a participação dos profissionais locais com os responsáveis pelo Plano, detectando problemas e propondo soluções ao longo da sua aplicação. Forte Netto e Lerner foram presidentes do instituto e, nesse contexto, as experiências de Lerner no exterior, em contato com a noção de megaestruturas, as ideias do *Team X* e as ruas para pedestres nos centros históricos das cidades europeias, foram fundamentais para consolidar os conceitos desenvolvidos no novo plano da cidade como o calçadão da Rua XV, os Eixos Estruturais e posteriormente a criação do *Bus Rapid Transit* — BRT.

Além disso, a atuação destes arquitetos também contribuiu para a sua notoriedade no meio acadêmico. Em 1968 o mesmo grupo vencedor da competição espanhola foi convidado pelos estudantes do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UNB) para suprir uma demanda de professores que pausaram suas atividades devido uma greve de quase nove meses durante a Ditadura Militar (cf. BERRIEL; SUZUKI, 2012, p. 114). Consequentemente, a equipe passou três meses em Brasília ministrando as aulas em atelier, a fim de recuperar o ano letivo universitário.

É ainda possível perceber a dispersão destes arquitetos a partir do encargo de obras governamentais por todo o Brasil (BASTOS; ZEIN, 2010, p. 142). De fato, em 1969, a mesma equipe do concurso *Euro Kursaal* recebeu um convite do governo para a elaboração de um *megaprojeto* de arquitetura que ligaria o Brasil, Paraguai e Argentina. De acordo com este projeto, os três países estariam conectados por uma ponte, cujo desenho remetia às ideias do urbanismo espacial de Friedman por abrigar, em células espaciais pairando sobre o Rio Iguaçu, um programa multifuncional (SILVA, 2018, p. 164). A proposta foi selecionada para representar o Brasil na Bienal de Artes em Paris do mesmo ano.

Portanto, observa-se nesse cenário a formação destes arquitetos e urbanistas em Curitiba; a atuação deste grupo na docência; a sua participação em concursos de arquitetura e encargos governamentais; e o seu envolvimento no novo Plano para a cidade com encontros, debates e seminários. Este panorama permitiu a ampliação do seu repertório, uma troca de ideias e outros contatos com arquitetos e urbanistas. Com isso, o caso do Concurso para o *Euro Kursaal* e os atores reunidos em torno dele parecem oportunos para o entendimento dos desdobramentos e das mudanças de pensamento em torno da arquitetura moderna.

O PROJETO PREMIADO NO CONCURSO EURO KURSAAL DE 1965

O concurso internacional do Complexo Turístico *Euro Kursaal* para a cidade de San Sebastián, capital da província de Guipúscoa, região do País Basco, na Espanha, previa um conjunto que abrigasse hotel de luxo, restaurante, galeria comercial, piscina coberta e pista de patinação, como resposta ao potencial de uma das cidades mais atrativas do País Basco, devido ao seu caráter industrial e turístico (GUENZI, 1965, p.63). O terreno destinado ao projeto estava localizado junto à foz do rio Urumea, junto ao Centro Histórico de San Sebastián, e abrigava um antigo cassino em desuso (Figura 1). Apesar da existência de um plano urbanístico para a cidade, que considerava rever o uso daquela área, o concurso foi promovido na esfera privada por um grupo particular de empresários da Sociedade Imobiliária e do Grande Kursaal Marítimo de San Sebastián, interessados em potencializar a região. O edital do concurso estimava um projeto que atendesse a essas expectativas, pudesse identificar e exponenciar a cidade, seu potencial econômico, cultural e turístico, mantendo uma certa relação com as características morfológicas e paisagísticas do tecido urbano regular existente.



Figura 1: A área em destaque destinada ao projeto Euro Kursaal, San Sebastián, Espanha.

Fonte: CASABELLA, nº 299 (1965, p. 63), modificada pelos autores.

Dentre as 122 propostas enviadas, o projeto vencedor do concurso foi aquele apresentado pela equipe do arquiteto polonês Jan Lubicz-Nycz, atuante nos Estados Unidos desde 1959, que mesclava as funções e o programa propostos, a partir de uma estrutura orgânica, flexível e modular (PACHECO, 2004, p. 205; 2010, p. 184). Sem limitar o seu crescimento e, portanto, sem se preocupar com um volume formal rígido, o projeto podia se configurar como um monumento para a área (Figura 2). A noção de *megaestrutura* por trás do projeto de Lubicz-Nycz já havia chamado a atenção em outros concursos de arquitetura^[4]. Retomando-a no concurso para o *Euro Kursaal*, os dois grandes blocos

[4] Como no caso do projeto para o *Golden Gateway* em São Francisco de 1960 (ISENBERG, 2017, p. 234) e do Centro Cívico para Tel-Aviv de 1964, presente no livro *Tel-Aviv, the First Century*:

escalonados propostos pelo arquiteto polonês pareciam atender às expectativas de monumentalidade do júri — liderado pelo arquiteto italiano Ernesto Nathan Rogers e pelo arquiteto francês Pierre Vago, um dos fundadores da revista *L'Architecture d'Aujourd'hui*, e da *Union Internationale des Architectes* (UIA), entidade organizadora do concurso (PACHECO, 2004, p. 205).

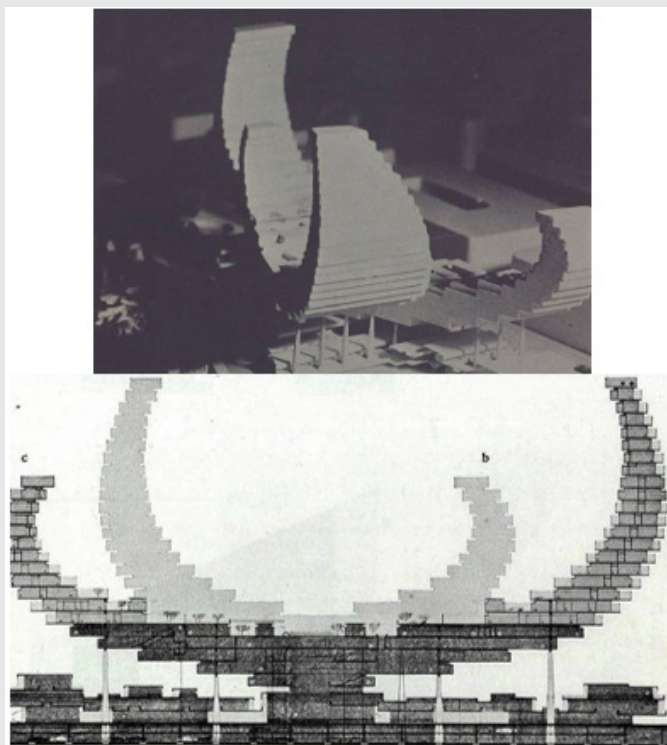


Figura 2: Modelo físico e corte longitudinal, Euro Kursaal 1º lugar, Jan Lubicz-Nycz (1965).
Fonte: Pacheco (2010, p. 186).

A equipe sediada em Curitiba conquistou o 2º lugar *ex-aequo* propondo dois volumes que se contrapõem formalmente. Considerando que o programa do concurso demandava um componente habitacional e outro social, o grupo paranaense projetou um bloco horizontal de dois pavimentos que abrigou a parte destinada ao uso comum público: um térreo responsável por organizar os diferentes acessos e os pavimentos

superiores, que reuniu o hall, a recepção das habitações, o restaurante, o bar e a piscina. Em contraposição, o volume vertical de 33 pavimentos foi destinado às habitações, tanto hoteleira quanto residencial, e salas comerciais (Figura 3).



Figura 3: Modelo físico, Euro Kursaal 2º lugar, Lubomir Ficinski, R. Gandolfi, Forte Netto, J.Gandolfi e Jaime Lerner (1965).

Fonte: acervo de João Guilherme Ficinski Dunin/Organização Isis Casarotto e Vinicius Zanuzo (PIBIC PUCPR).

O pavimento térreo foi desenvolvido como uma praça coberta com vista para o mar, e assim abrigava os acessos em dois diferentes níveis. O térreo elevado na cota de +1,50m a partir da *Avenida Generalíssimo* direcionava o pedestre para a parte habitacional, restaurante, bar e para a área pública, reservada também para abrigar os guichês de informações turísticas e a pista de patinação. O térreo inferior, na cota -1,70/2,70m, direcionava o público para uma espécie de “rua” interna, com galerias comerciais e auditório/cinema (Figuras 4 e 5).

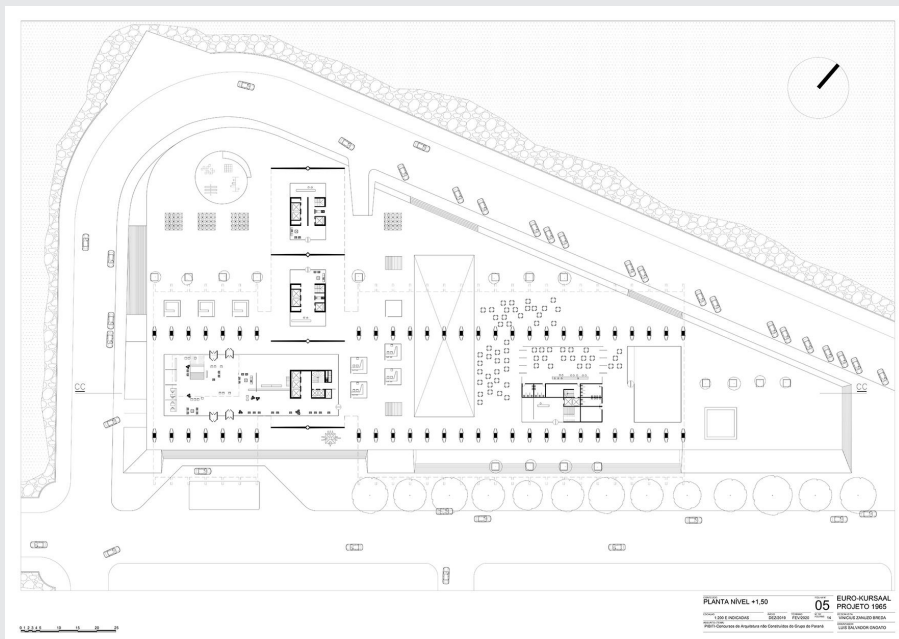


Figura 4: Planta térreo (+1,50), Euro Kursaal 2º lugar, Lubomir Ficinski, R. Gandolfi, Forte Netto, J.Gandolfi e Jaime Lerner (1965). Fonte: redesenho de Vinicius Zanuzo (PIBIC PUCPR), com base no acervo de João Guilherme Ficinski Dunin.

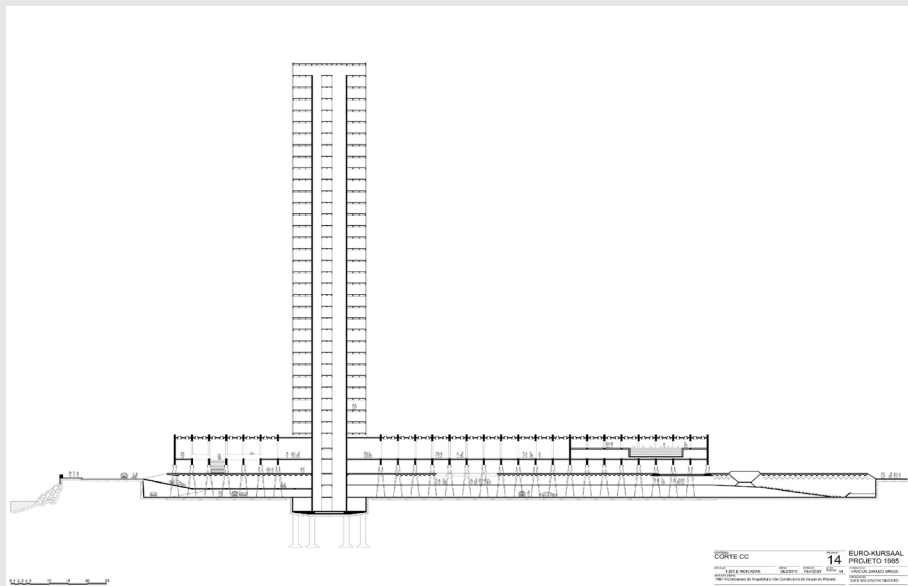


Figura 5: Corte Longitudinal Euro Kursaal 2º lugar, Lubomir Ficinski, R. Gandolfi, Forte Netto, J.Gandolfi e Jaime Lerner (1965). Fonte: redesenho de Vinicius Zanuzo (PIBIC PUCPR), com base no acervo de João Guilherme Ficinski Dunin.

Para o bloco horizontal, os arquitetos propuseram uma estrutura com 27 pórticos em concreto armado de 27 metros de vão. As vigas do pórtico ainda avançam mais de 10 metros em balanço sobre a calçada da *Avenida Generalíssimo*. Diferentemente da proposta premiada com o primeiro lugar, o arrojo da estrutura em concreto aparente desenhada pelos arquitetos sediados em Curitiba, parece bastante factível nas perspectivas enviadas ao concurso (Figura 6).

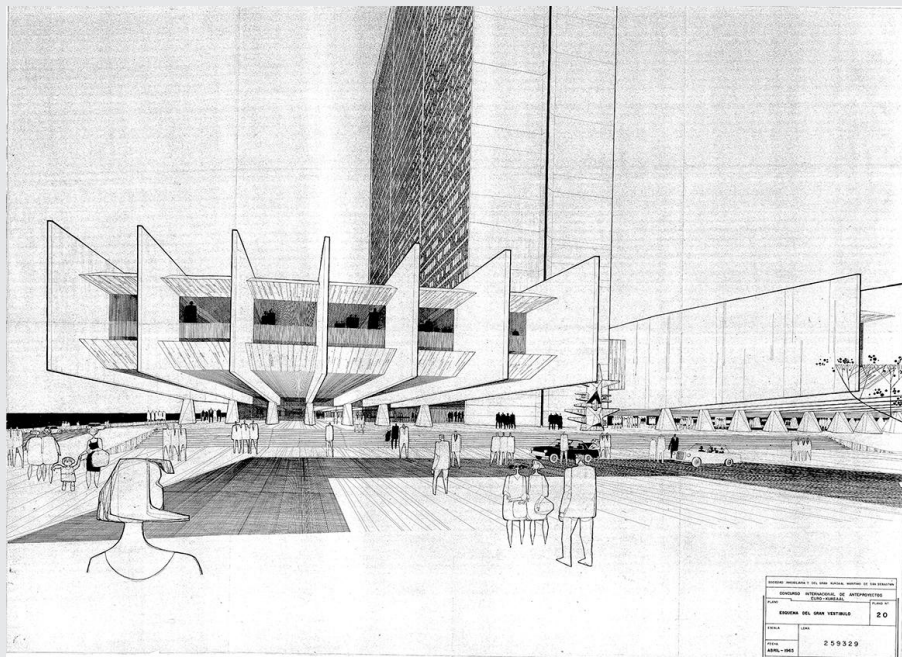


Figura 6: Perspectiva externa Euro Kursaal 2º lugar, Lubomir Ficinski, R. Gandolfi, Forte Netto, J.Gandolfi e Jaime Lerner (1965). Fonte: acervo de João Guilherme Ficinski/Organização Isis Casarotto e Vinicius Zanuzo (PIBIC PUCPR).

O projeto proposto em 1965 foi elogiado pelo júri graças à resposta racional e viável (GUENZI, 1965, p.69). Por certo, a pragmática setorização do programa social no volume horizontal e predominantemente longitudinal, em contraposição ao bloco vertical de habitação e escritórios, se aproximou dos modelos já bastante conhecidos da arquitetura moderna: o esquema de composição torre habitacional em associação com a barra retilínea sobre pilotis (URBAN, 2012).

Mas nessa composição também se reconhece a experimentação estrutural em concreto aparente, em especial, pela criação dos pórticos. Essa ideia encontra solo na cultura arquitetônica do brutalismo paulista, fundamental na formação acadêmica desse grupo. Portanto, do outro lado do atlântico, esses arquitetos do *Grupo do Paraná* celebraram as soluções projetuais de maior representação da arquitetura moderna que estava sendo desenvolvidas no Brasil naquele contexto: as propostas ainda genéricas e funcionais, com um certo vigor plástico na ossatura estrutural em concreto armado.

A PARTICIPAÇÃO NO SEGUNDO CONCURSO DE 1972

Os cinco arquitetos premiados internacionalmente no Complexo *Euro Kursaal* de 1965 foram então convidados em 1972 para desenvolver uma proposta alternativa, na própria cidade de San Sebastián, uma vez que o projeto premiado da equipe de Lubicz-Nycz foi considerado inviável. Lubomir Ficinski e Roberto Gandolfi viajaram para a Espanha, onde trabalharam por três meses na nova proposta (chamada de 'Projeto B') e acompanharam o processo de sua aprovação junto à prefeitura de San Sebastián. Como havia recentemente assumido a prefeitura de Curitiba, Lerner não viajou e então acompanhou o desenvolvimento do "Projeto A", sob responsabilidade de Luiz Forte Netto e José Maria Gandolfi.

Sem dúvidas existem diferenças estéticas entre os dois projetos elaborados em 1972 a partir da divisão das equipes (PACHECO, 2010, p. 323). Por um lado, o "Projeto A" apresentado por Forte Netto e José Maria Gandolfi se aproximou mais claramente da arquitetura paulista, a partir da estratégia da criação do pátio interno, que contribuiu para dar dimensão espacial ao monobloco trapezoidal de dez pavimentos (Figura 7).

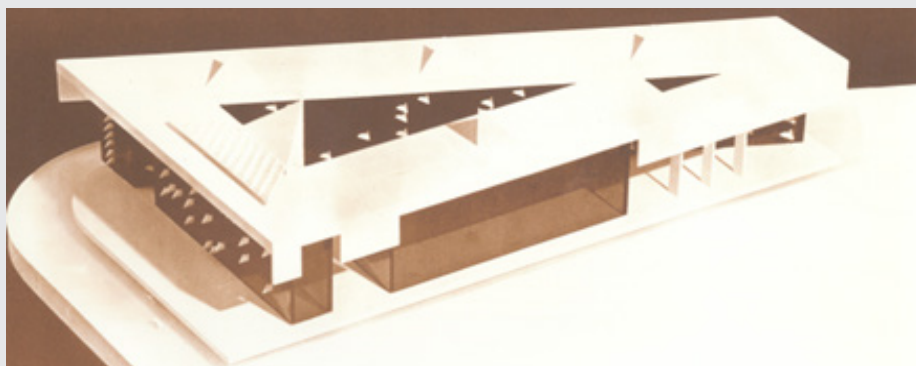


Figura 7: Maquete Euro Kursaal, 'Projeto A', Luiz Forte Netto e José Maria Gandolfi (1972).

Fonte: acervo de João Guilherme Ficinski/Organização Isis Casarotto e Vinicius Zanuzo (PIBIC PUCPR).

Por outro lado, o "Projeto B" desenvolvido por Lubomir Ficinski e Roberto Gandolfi em San Sebastián suscita mais curiosidades por ser menos previsível quanto ao seu resultado projetual, sendo considerado para este trabalho, o mais representativo para a etapa de 1972. Nesta versão permanece a urbanidade da praça coberta no térreo e sua característica de plataforma organizadora dos fluxos, como ideias remanescentes da solução em 1965. Contudo, o programa habitacional e de escritórios divide-se em dois blocos

distintos que repousam sobre esse embasamento: o maior destinado aos escritórios em 18 pavimentos e o menor para o programa habitacional em nove pavimentos. Com essa solução, ganhou-se mais faces voltadas para o contexto urbano existente: mar, morros e cidade tradicional espanhola – superando, de certa forma, a implantação genérica da proposta de 1965 (Figuras 8, 9 e 10).



Figura 8: Maquete Euro Kursaal 'Projeto B', Lubomir Ficinski e Roberto Gandolfi (1972).

Fonte: acervo de João Guilherme Ficinski Dunin / organização Isis Casarotto e Vinicius Zanuzo (PIBIC PUCPR).

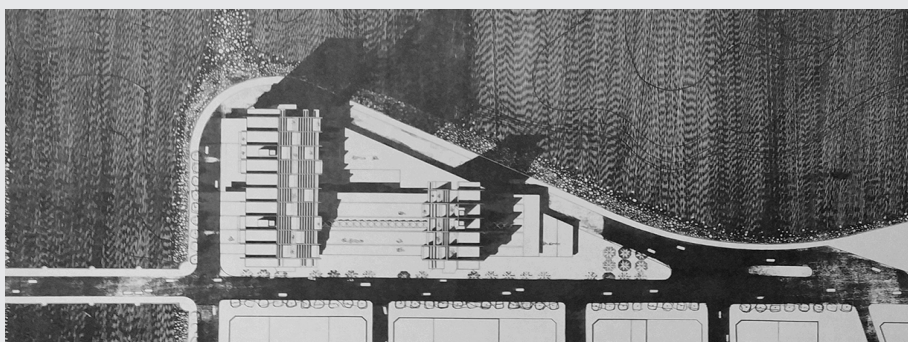


Figura 9: Implantação Euro Kursaal Projeto B', Lubomir Ficinski e Roberto Gandolfi (1972).

Fonte: acervo de João Guilherme Ficinski Dunin / organização Isis Casarotto e Vinicius Zanuzo (PIBIC PUCPR).

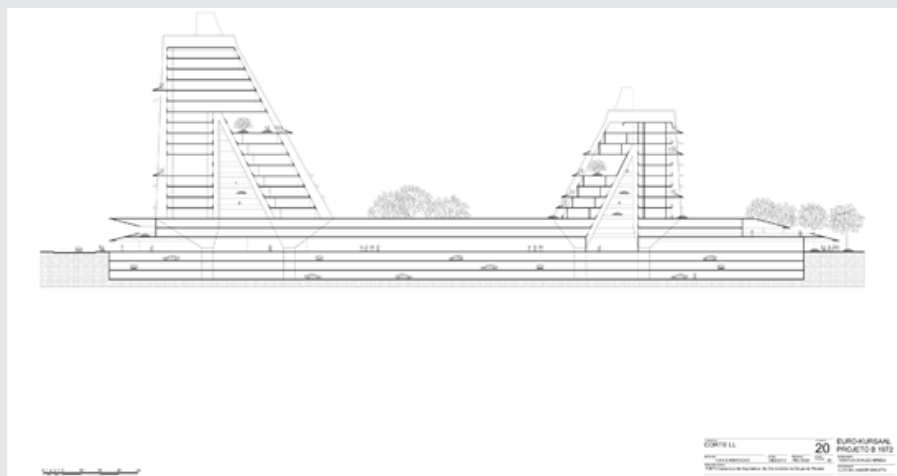


Figura 10: Corte Longitudinal Euro Kursaal Projeto B', Lubomir Ficinski e Roberto Gandolfi (1972).
Fonte: redesenho de Vinicius Zanuzo (PIBIC PUCPR), com base no acervo de João Guilherme Ficinski Dunin.

Na proposta de Lubomir Ficinski e Roberto Gandolfi em 1972 permaneceram as estruturas em pórticos de concretos expostas. Mas, nesta versão, a estrutura assumiu a solução formal do edifício, fazendo referências aos ângulos do terreno por inclinar também uma das suas faces. Essa resposta projetual permitiu que o prédio tivesse um caráter plástico singular, afastando-se da solução do monobloco em concreto aparente da Escola Paulista. Ainda assim, permaneceu o pátio interno, criado a partir do vazio no embasamento. Mas agora essa solução aflora surpreendentemente em cada um dos blocos destinados à habitação e escritórios (Figura 11).

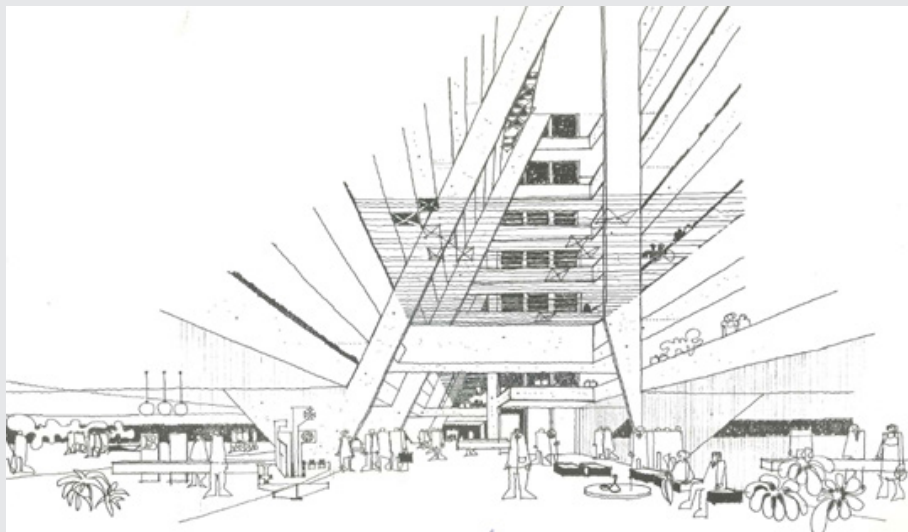


Figura 11: Perspectiva interna Euro Kursaal Projeto B', Lubomir Ficinski e Roberto Gandolfi (1972).
Fonte: acervo de João Guilherme Ficinski Dunin / organização Isis Casarotto e Vinicius Zanuzo (PIBIC PUCPR).

A valorização da existência do entorno a partir da implantação e a solução formal referente à estrutura fundamentaram a proposta de 1972 desenvolvida por Lubomir Ficinski e Roberto Gandolfi, podendo ser interpretadas como consequência da presença e temporada da dupla em San Sebastián. Além disso, nota-se que o resultado do concurso de 1965 também contribuiu para a proposta apresentada no “Projeto B”, uma vez que a “Megaestrutura” de Lubicz-Nycz — vencedor do primeiro lugar — solucionou o programa em dois blocos e rompeu com qualquer ideia de arquitetura estática, a partir do escalonamento dos dois blocos.

DUAS RESPOSTAS PROJETUAIS

A leitura comparada dos projetos de 1965 e 1972 desenvolvidos em contextos diferentes para o Complexo Turístico *Euro Kursaal* de San Sebastián permite identificar um acréscimo nas pautas da arquitetura moderna proposta pelos arquitetos do *Grupo do Paraná*: uma alternativa nos anos 1970 para a solução uma genérica.

Na primeira proposta de 1965 observa-se ainda uma referência à fórmula clássica da arquitetura moderna: a barra em composição com a torre. Ela representa uma solução genérica intensamente utilizada no Brasil, a começar pelo Ministério da Educação do Rio de Janeiro de 1936, seguido de uma sucessão de projetos de Oscar Niemeyer (MAHFUZ, 2010), inclusive para Brasília (MONTANER, 1993, p.36).

Ainda na primeira versão, também chama a atenção a plástica estrutural em concreto aparente presente no bloco horizontal, proposto a partir do desenho do pórtico e o alcance dos seus vãos. Essas soluções foram tipicamente encontradas nos projetos brutalistas paulistas entre as décadas de 1960 e 1970 (BASTOS, 2005), que assumiram um formato mais eloquente do que o seu modelo original, conforme caracterizado por Ruth Zein (2005). No concurso para o *Euro Kursaal*, tal arrojo estrutural foi um dos fatores que contribuíram para diferenciar o projeto dos arquitetos do *Grupo do Paraná* das demais propostas (PACHECO, 2010, p. 189).

Assim, percebe-se que o projeto proposto em 1965 pela equipe parece um tanto previsível frente a tradição moderna brasileira. Os arquitetos atuantes em Curitiba colocaram em prática o arcabouço teórico e prático com os quais tiveram contato a partir de suas formações e experiências profissionais, memorizando, mais uma vez, a arquitetura desenvolvida no Brasil.

Mas a proposta apresentada por Lubomir Ficinski e Roberto Gandolfi em 1972 demonstra transcender tal premissa básica de solução genérica da arquitetura moderna, por exaltar as características do lugar em suas respostas projetuais. Também voltando o olhar para os projetos “vanguardistas” premiados no concurso de 1965, a dupla percebeu a potencialidade de extrapolar certos limites das pautas modernistas, a partir da “deformação” da estrutura racional e do monobloco em concreto aparente. Essas soluções resultaram em um projeto inédito sob o ponto de vista formal, que buscou, assim como as células habitacionais agrupadas de Lubicz-Nycz, ser uma figura em um fundo paisagístico das montanhas e mar da cidade basca.

Dentre as conjunturas que configuraram o intervalo entre as duas propostas de 1965 e 1972, pode-se destacar a atualização de um repertório consolidado pela arquitetura moderna a partir da participação e premiação em uma série de outros concursos

nacionais (cf. JANUÁRIO e REGO, 2019) que possibilitaram, novamente, estabelecer outros trabalhos colaborativos e cotejar novas soluções projetuais com os demais participantes de tais competições. A exemplo do concurso nacional para a Sede da Petrobrás (1967), para o Hotel em Juazeiro (1969) e para o Pavilhão em Osaka (1969), onde a equipe de José Sanchotene foi finalista nos dois últimos concursos. Ainda, ressaltam-se as reuniões desses arquitetos em torno do desenvolvimento e execução das propostas do *Plano de Curitiba*, que já revisavam as pautas modernistas e identificavam os problemas de se aplicar um modelo genérico para a escala urbana. E, sem dúvida, evidenciam-se os novos contatos e a troca de ideias com os alunos dentro e fora da UFPR, bem como as viagens estabelecidas a partir dos concursos e encomendas de obras, que contribuíram para a circulação de ideias na capital paranaense desse período.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a produção arquitetônica do *Grupo do Paraná* não esteve indiferente aos novos debates. Externamente, eles também foram sendo paulatinamente confrontados com o surgimento de novos materiais e técnicas construtivas, como o uso da pré-fabricação e aço, a difusão e fragmentação do modelo brutalista paulista, e a revalorização da memória da cidade a partir das críticas do CIAM para a cidade genérica e modernista. É nesse sentido que as autoras Maria Alice Junqueira Bastos e Ruth Zein (2010) identificam que uma arquitetura moderna brasileira mais híbrida se tornou relativamente evidente a partir da década de 1970 (BASTOS e ZEIN, 2010, p. 142).

No caso do concurso para o *Euro Kursaal*, observa-se que a busca por uma aproximação do projeto com o lugar, bem como a revisão formal revelada na versão de 1972, corroboram para o tensionamento causado pela tectônica do edifício, frente ao cenário hegemônico no campo da arquitetura e urbanismo moderno no Brasil do início da década de 1960. Não se trata mais somente de uma arquitetura moderna brasileira e aplicada em solo espanhol, conforme visto em 1965. No entanto, ao mesmo tempo, essa equipe também não rompeu seus laços hereditários e não ultrapassou o limiar estabelecido pela *pesada herança da arquitetura moderna brasileira*^[5], como se observa na continuidade do uso da barra horizontal no embasamento e a utilização dos pórticos estruturais em concreto aparente.

Com isso, recorre-se à teórica argentina e crítica de arquitetura Marina Waisman que, ao tratar da arquitetura latino-americana e das suas relações centro/periferia/região, observou que divergir também é desenvolver; a partir daquilo que se é, aquilo que se pode

[5] Hugo Segawa (1993) usa esse termo para apresentar a ainda tradição moderna em que consistiu a produção arquitetônica brasileira nas décadas de 1970 e 1980, por se acreditar na forte identidade da Escola Carioca e Paulista.

chegar a ser (WAISMAN, 2013, p. 98). A simples busca por um projeto mais contextualizado para a segunda versão de 1972, demonstra o interesse de seus projetistas em desenvolver certas ideias e atualizar um repertório. Portanto, apesar de se destacarem em inúmeros concursos de arquitetura entre 1965 e 1985, pode-se dizer que esse grupo, situado na capital paranaense, estava fora do circuito dos *arquitetos canônicos da arquitetura moderna brasileira* do eixo Rio-São Paulo. Somado a uma postura vanguardista típica dos anos 1970, esses arquitetos entenderam que tudo poderia ser projeto.

CONCLUSÃO

Na década de 1990, outro concurso foi realizando solicitando uma sala de concertos e um auditório para o mesmo terreno. O projeto premiado do arquiteto espanhol Rafael Moneo se configurou com dois blocos de dimensões diferentes sob uma plataforma. Com isso, este trabalho recuperou dados anteriores ao projeto finalmente construído em San Sebastián, ao mesmo tempo em que apresentou um evento pontual na história da arquitetura e urbanismo do *Grupo do Paraná*. Os projetos revisitados de 1965 e 1972 completam uma lacuna historiográfica entre os primeiros projetos dos arquitetos urbanistas na capital paranaense reunidos para a competição do *Euro Kursaal*, e os seus desdobramentos na segunda metade da década de 1960. Evidenciou, a partir das propostas desenvolvidas para o empreendimento espanhol, o processo de mudança de pensamento vivenciado pelo grupo graças à sua trajetória profissional, a encontros e viagens.

Esses cenários encontram correspondências com a expansão do campo profissional do arquiteto e urbanista na capital paranaense, o que permitiu que eles atuassem em várias frentes na cidade: universidade, prefeitura, escritórios particulares, sempre em equipes ou em interlocução com outros profissionais, e por vezes, fora do contexto local. Tais eventos contribuíram para a circulação de novas ideias e conceitos de arquitetura. As respostas projetuais apresentadas na segunda versão do projeto para o *Euro Kursaal* de 1972 não correspondem dogmaticamente às premissas modernas, questionando verdades já conhecidas — como a solução genérica da arquitetura modernista, rumando assim, nos anos 1970, par as “limiaridades” da crítica a esse pensamento.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Alice Junqueira. A afirmação de uma feição nacional e outros caminhos. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 6, 2005, Niterói. **Anais Eletrônicos...** Niterói: UFF, 2005. pp. 1-20. Disponível em: <<http://docomomo.org.br/course/6-seminario-docomomo-brasil-niteroi/>>.

BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil: arquiteturas após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BERRIEL, Andrea; SUZUKI, Juliana Harumi. **Memória do Arquiteto: Pioneiros da Arquitetura e do Urbanismo no Paraná**. Curitiba: IAB-PR: Editora UFPR, 2012.

CENIQUEL, Mário. **A prática arquitetônica como forma de elaboração de uma crítica arquitetônica**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.

COHEN, Jean Louis. **O futuro da arquitetura desde 1889: uma história mundial**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

DEDECCA, Paula. Operações transnacionais: Jorge Wilhelm na Comissão de Urbanismo da UIA (1963-1967). In: IV Seminário Urbanismo e Urbanistas no Brasil, 2019, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2019. pp. 179-192.

DUDEQUE, Irã Taborda. **Espirais de Madeira, uma história da arquitetura de Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem nenhuma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010.

GNOATO, Salvador. **Arquitetura de Curitiba, transformações do Movimento Moderno**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Curitiba e São Paulo, 2002.

GNOATO, Salvador. Roberto Gandolfi, percorso artistico e professionale di un figlio di immigranti In Architeti e ingegneri emiliano-romai nel mondo. In: **Catalogo Mostra**, Bolonha, 2010, pp.89-94.

GUENZI, C. Concorso per L'Euro Kursaal. In: **Revista CASABELLA**, Milão, v.39, nº299. Novembre, 1965. pp. 62-81.

ISENBERG, Alison. **Designing San Francisco: art, land, and urban renewal in the City by the Bay**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

JANUÁRIO, Isabella Caroline; REGO, Renato Leão. Os projetos premiados de Ramalho, Oba e Zamoner e a atualização da arquitetura brasileira nos anos 1970. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 4, n. 3, p. 08-20, 12 dez. 2019. pp. 8-20.

KRUNIC, Dina. **The groundscraper: Candilis-Josic-Woods' Free University Building, Berlin 1963-1973**. Tese (Doutorado). University of California, Los Angeles, 2012.

MAHFUZ, Edson. Lo clássico, lo poético, lo erótico. In: **Arquitextos**, São Paulo, Ano 11, n. 125.03, Vitruvius, oct. 2010. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.125/3447>>.

MONTANER, Josep Maria. **Después del movimiento moderno: arquitectura de la segunda mitad del siglo XX**. Barcelona: Gustavo Gili, 1993.

MULLER, Silviane Rosi. **Arquitetura e ensino no Paraná: uma trajetória em análise**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba e Porto Alegre, 2001.

PACHECO, Paulo Cesar Braga. **A Arquitetura do Grupo do Paraná (1957-1980)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Rio Grande do Sul. Curitiba e Porto Alegre, 2010.

PACHECO, Paulo Cesar Braga. **O Risco do Paraná e os Concursos Nacionais de Arquitetura 1962-1981**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Rio Grande do Sul. Curitiba e Porto Alegre, 2004.

SAID, Edward. Traveling theory. In: SAID, E. W. **The world, the text, and the critic**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, p. 157-181, 1983.

SANTOS, Michelle Schneider. **A arquitetura do escritório Forte Gandolfi 1962-1973**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2011.

SEGAWA, Hugo. A pesada herança: dilema da arquitetura brasileira. In: **Projeto**, São Paulo, nº 168, out. 1993. pp. 85-87.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Pedro Sunye B. **Jaime Lerner Arquiteto: 1962-1971**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

URBAN, Florian. **Tower and slab: histories of global mass housing**. Routledge: Abingdon, 2012.

WAISMAN, Marina. **O interior da história: historiografia arquitetônica para uso latino-americano**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

XAVIER, Alberto. **Arquitetura Moderna em Curitiba**. São Paulo: Pini – Curitiba: FCC, 1985.

ZEIN, Ruth Verde. **Arquitetura da escola paulista brutalista (1953-1973)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Rio Grande do Sul. São Paulo e Porto Alegre, 2005.

NOS LIMIARES ENTRE A CIDADE E A PRIVA-CIDADE: OS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS VERTICAIS DE LUXO E O URBANICÍDIO NA CIDADE DE PONTA GROSSA-PR

**CITY AND PRIVACY: CONNECTIONS BETWEEN LUXURY
APARTMENTS AND URBAN DEATH IN THE CITY OF PONTA
GROSSA-PR**

**LA CIUDAD Y LA PRIVACIDAD: RELACIONES ENTRE
EDIFICIOS RESIDENCIALES DE LUJO Y LA MUERTE
URBANA EN LA CIUDAD DE PONTA GROSSA-PR**

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

COMIN, Bianca Paola

Doutoranda; PROURB - UFRJ

biancacomin@hotmail.com

RESUMO

A verticalização urbana é um fator que acompanha o crescimento das cidades brasileiras; isso ocorre porque, além de se fixarem como símbolos de modernidade e progresso, os condomínios verticais contribuem para potencializar a financeirização do espaço urbano. No contexto da cidade hipermoderna, essa estratégia torna-se parceira dos agentes produtores e consumidores do espaço como forma de alavancar a imagem e o lucro sobre a cidade. Ademais, além da verticalização global, tem-se verificado a proliferação dos condomínios residenciais verticais de luxo. Estes, normalmente alocados em pontos nobres da urbe, reservam as melhores parcelas do solo urbano a um grupo que prefere confinar-se em suas requintadas fortalezas a viver a multiplicidade da vida urbana. O que se busca analisar aqui é, portanto, a multiplicação desse tipo de construção na cidade média de Ponta Grossa-PR sob a ótica da capitalização do espaço e da depreciação da cidade enquanto lugar de convívio.

PALAVRAS-CHAVE: verticalização. capitalização do espaço. cidade hipermoderna. condomínio residencial.

ABSTRACT

Urban verticalization is a factor that accompanies the growth of Brazilian cities; this happens because, besides establishing themselves as symbols of modernity and progress, vertical condominiums contribute to improve the financialization of the urban space. In the hypermodern city, this strategy becomes a partner for the producing and consuming agents as a mean of leveraging the image and the profit over the city. Furthermore, there has been a multiplication of high-end residential condominiums that are normally located in noble points, withhold the best plots of the urban land for a group that prefers to confine themselves in their luxurious strongholds than living the plurality of urban life. Therefore, we intend to analyze the multiplication of this type of construction in the medium sized city of Ponta Grossa-PR through the perspective of the capitalization of the space and the depreciation of the city as a place of coexistence.

KEYWORDS: verticalization. urban capitalization. hypermodern city. residential condominium.

RESUMEN

La verticalización urbana es un factor que acompaña el crecimiento de las ciudades brasileñas; esto sucede porque, además de establecerse como símbolos de modernidad y progreso, los condominios verticales contribuyen a potencializar la financierización del espacio urbano. En la ciudad hipermoderna, esta estrategia se convierte en un socio de los agentes productores

y consumidores como medio de potenciar la imagen y el beneficio sobre la ciudad. Además, la verticalización ha producido una multiplicación de los condominios residenciales de lujo. Éstos, normalmente situados en puntos nobles, retienen las mejores parcelas del suelo urbano para un grupo que prefiere encerrarse en sus fortalezas que vivir la pluralidad urbana. Lo que pretendemos analizar aquí, por lo tanto, es la multiplicación de este tipo de construcciones en la ciudad mediana de Ponta Grossa-PR a través de la perspectiva de la capitalización del espacio y de la depreciación de la ciudad como lugar de convivencia.

PALABRAS-CLAVE: verticalización. capitalización urbana. ciudad hipermoderna. condominio residencial.

INTRODUÇÃO

Em Paris, não há casas. Em caixas superpostas vivem os habitantes da grande cidade [...]. Da calçada até o teto, os cômodos se acumulam e a tenda de um céu sem horizontes encerra a cidade inteira. (BACHELARD, 1996, p. 214)

No contexto urbano, o vertical e o moderno são dois conceitos que se fundem. Embaladas pelas cantigas do desenvolvimento, edificações tradicionais — ou antigas — vêm cedendo espaço para os arranha-céus da cidade do capital, os quais, pela aplicação imponente da técnica, da racionalização e do lucro, erguem-se ao firmamento para delinear a paisagem da cidade do progresso, aos moldes do capital. Embora esse tipo de construção seja preterido pelo Bachelard (1996) da epígrafe devido à sua falta de conexão com o espaço natural, talvez seja justamente essa uma das interpretações possíveis para a semiótica vertical das cidades contemporâneas: o triunfo do ser humano sobre a natureza chegou ao ponto de artificializar as residências ao desconectá-las do ambiente em que se inserem. Ao desligá-las do meio, os edifícios de apartamentos enclausuram e fornecem aos seus a segurança de que precisam para se manter a parte dos problemas que as aglomerações urbanas encerram.

Além disso, a dimensão simbólica da verticalização ultrapassa a questão do moderno e repousa sobre o horizonte social; morar no alto passou a representar, para além da ascensão física, a elevação em termos sociais — e por que não morais? —, sobretudo a partir dos primeiros anos do século XX no contexto brasileiro (UEDA, 2012). Os condomínios verticais, especialmente aqueles de apartamentos de grande metragem, de fino acabamento, de lazer intramuros e de localização nobre, têm clientela específica e seleta, dados os altos preços de suas unidades. Desse modo, verticalizar o espaço urbano é ação

que compraz tanto a sede dos mercados de vender seu produto-cidade, quanto a ânsia das classes alta e média-alta de se destacar da subalternidade.

Assim, a verticalização coloca-se como instrumento a serviço do ideário da cidade hipermoderna (LIPOVETSKY; SERROY, 2015). Isso porque ela é capaz de satisfazer algumas condições que garantem a reprodução do capital no espaço urbano, quais sejam: i) a potencialização *ictu oculi* da cidade enquanto embalagem; ii) a maximização do potencial construtivo e lucrativo do solo urbano; iii) a sensação de segurança advinda da baixa necessidade de interação com a cidade e iv) o status e o desejo de consumo como forma de pertencer a um determinado grupo social. As reflexões que constam nos próximos itens orbitam ao redor desses quatro pontos, os quais estão contidos nas dimensões simbólica, social e econômica da análise da verticalização, pontuadas por Löwen Sahr (2000). Tais considerações são feitas observando-se o caso da cidade média^[1] de Ponta Grossa-PR.

O desenvolvimento do tema neste artigo vê-se dividido em sete seções para além desta. As duas primeiras promovem uma discussão teórica em torno de temas que envolvem o processo de verticalização e suas vertentes simbólica, social e econômica. A terceira aloca a análise no município de Ponta Grossa-PR, apresentando particularidades e antecedentes locais. A quarta fornece a metodologia utilizada para classificação e análise dos dados trabalhados, enquanto que a quinta os apresenta. Na sexta, busca-se traçar um paralelo entre as discussões teóricas e os dados obtidos, enquanto que a última contém a lista de referências utilizadas. Vale ressaltar que os dados analisados aqui são um excerto de um estudo mais amplo que contempla a pormenorização do processo de verticalização da cidade de Ponta Grossa-PR.

PARA ALÉM DO QUE SE VÊ: AS FORÇAS DO OLHAR E DO LUCRAR

O processo de verticalização da cidade contemporânea consegue dinamizar a reprodução dos capitais econômico, social, cultural e simbólico. A presença de construções altas e inovadoras em termos de engenharia e arquitetura representa que o espaço urbano em questão está atualizado aos moldes do capital global, que vê na virtuosa aplicação da técnica a sua glória. Se na cidade neoliberal os princípios mercadológicos imperam e a reprodução do capital é a força que move os diversos agentes produtores e reguladores do espaço, quanto maior for a capacidade de a cidade multiplicar esses

[1] Na literatura correspondente, diferenciam-se os conceitos de cidade média e cidade de porte médio. Enquanto este se limita a classificar os agrupamentos urbanos com base no número de habitantes, aquele considera também a influência desse centro sobre determinado território (SILVA, 2013).

capitais, maior visibilidade e competitividade ela terá. E, uma vez que na disputa mercantil a competição é condição intrínseca, o objetivo das gestões urbanas é o de tornar a cidade visível e atraente ao capital investidor.

Quando colocada no contexto das médias cidades, a verticalização, além de abarcar os aspectos citados, carrega também um quê de mimese. O cânone de “progresso” representado pelas grandes cidades hipermodernas encanta as médias, que se desdobram para se parecer àquelas na tentativa de também se inserirem no circuito econômico e, mais ainda, de se modernizarem. Assim, para alcançar esse mesmo status de “progresso”, as médias cidades utilizam a verticalização como instrumento, dado a influência que ela exerce sobre a imagem, a paisagem e o imaginário de quem observa seus constructos; é a força que reside naquilo que os olhos veem.

Para isso, a imagem (embalagem) da cidade (produto) é sistematicamente construída e semioticamente trabalhada para satisfazer os desejos do capital (consumidor), em nome do desenvolvimento. O que vale ressaltar neste ponto é que essas ações orquestradas em prol da venda da imagem da cidade muitas vezes acabam por agir apenas sobre o seu aspecto exterior, ou seja, sobre o seu envólucro enquanto produto; é um processo onde a aparência vale mais — porque vende mais — que a qualidade da mercadoria. Para isso, as gestões urbanas fazem uso de um espectro de possibilidades que vai desde a organização das prioridades de intervenção no espaço à aprovação de leis que regulamentam o uso do solo urbano conforme demanda de mercado. Nesse sentido, as constantes modificações e revisões dos Planos Diretores municipais tornam-se instrumento público a favor de estratégias de mercado e, por conseguinte, de interesses privados. Ao permitir a verticalização massiva em regiões específicas da cidade, normalmente densas em urbanidade, os edifícios verticais, além de ocupar lugar de destaque na paisagem urbana, passam a agregar também a vantagem da facilidade de acesso aos serviços oferecidos pela cidade e, por sua vez, o encurtamento dos deslocamentos diários.

No contexto da cidade hipermoderna neoliberal, esta é uma das estratégias mais bem sucedidas em termos de ganhos: ao multiplicar a área construída sobre uma mesma projeção, os agentes da construção civil conseguem atingir lucros significativos, já que o preço da terra ocupada e do investimento na construção são facilmente suplantados pelo preço de venda das unidades. O montante pago pela aquisição de um apartamento geralmente está vinculado à proximidade da estrutura urbana e às vantagens de se viver no alto. No caso dos edifícios verticais de luxo, adicionam-se a estes o fino acabamento de qualidade das unidades, a segurança e a variedade de opções de lazer oferecidas pelo próprio condomínio.

A INLCUSIONE UNIUS AD EXCLUSIONEM ALTERIUS

Conforme explicitado anteriormente, a imagem da cidade é de suma importância para a sua venda enquanto produto. Por isso, as gestões urbanas fazem uso de estratégias que catalisam a promoção de aspectos que reforçam a credibilidade e a qualidade da sua mercadoria — dentre esses figuram, além da aparência “atualizada e moderna”, a segurança. Num primeiro momento, cabe lembrar que modernidade e segurança são duas concepções que estão fortemente relacionadas, pois o individualismo recorrente da modernidade é fator que contribui para o aumento da insegurança social. Bauman (2009) e Castel (1998) concordam no sentido de que há uma ideia moderna de que o perigo está em toda parte, e que proteger-se do desconhecido, do outro, é essencial para a sobrevivência na sociedade atual.

A proliferação dos muros e dos enclausuramentos urbanos^[2] bem como a multiplicação de dispositivos de segurança como cercas elétricas, câmeras e serviços de segurança particular, são exemplos desse tipo de comportamento, que se intitula protetivo para não se revelar excludente. Essa ideia caracteriza uma negação do espaço urbano enquanto lugar de convívio, de contato e de trocas com o diverso. Segundo Bauman (2009, p. 25), as áreas urbanas contemporâneas são constituídas de “casas para proteger seus habitantes, e não para integrá-los nas comunidades às quais pertencem”. A pluralidade é anulada e, ao atribuir o status de inimigo ao outro, o que se busca é o encarceramento do sujeito urbano.

Condomínios residenciais de luxo constituem-se como um exemplo expoente de ações desse gênero. Estes, além de reforçarem a segregação e a privatização do espaço urbano, acabam por criar paisagens hostis e pouco convidativas para quem os observa do exterior. Além do mais, são, grande parte das vezes, portadores de uma arquitetura impositiva e restritiva, pois reforçam o medo por acreditarem guardar no seu interior aquilo que diferencia os que ali estão dos que moram no lado de fora: o poder aquisitivo. Desse modo, habitar uma dessas unidades passa a ser sinônimo de status e diferenciação de classe.

Pontua-se, neste momento, o aspecto social da verticalização, que está atrelado também aos simbólico e econômico anteriormente citados. No Brasil, após o período de sanitização dos cortiços, esforços foram dispendidos no sentido de redesenhar a imagem do edifício de habitação coletiva, transformando-o em edificação de luxo e de família (UEDA, 2012). Isso porque, até então, a vida comunitária cristalizada pelos cor-

[2] Terminologia usada por Bauman (2009). Trata-se aqui dos condomínios fechados, horizontais ou verticais.

tiços era a própria expressão da promiscuidade, da mixórdia e da insalubridade. Ueda (2012) defende que esse foi um dos principais motivos pelos quais os primeiros edifícios brasileiros, localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro, compuseram-se de unidades luxuosas, que buscavam adequar-se ao novo estilo urbano requintado de uma cidade que se erguia espelhando-se em moldes europeus.

O MODERNO CHEGA À CIDADE PRINCESA

O propósito de alocar esta análise em uma cidade de porte médio encontra razão no fato de que estas vêm apresentando significativo crescimento populacional e econômico após a década de 80 (STAMM et al, 2013), e a verticalização mostra-se como modelo habitacional — e de negócio — preponderante para atendimento desse contingente (UEDA, 2012). Ponta Grossa é uma cidade localizada no segundo planalto paranaense, distante cerca de 110 quilômetros da capital, Curitiba. É considerada uma cidade de porte médio, pois conta com uma população estimada de pouco mais de 350 mil habitantes (IBGE, 2019) e, apesar da proximidade com a capital, é classificada como uma cidade média por ter se tornado polo de referência para a região dos Campos Gerais.

No que tange ao crescimento vertical, Ponta Grossa debutou no final dos anos 40, como consequência da expansão do capital agropecuário dos grandes latifundiários da região. Ademais, essa verticalização foi caracterizada, essencialmente, por edifícios de apartamentos residenciais localizados na região central da cidade (LÖWEN SAHR, 2000). Foi apenas na década de 70 que as edificações verticais começaram a ultrapassar o limite das grandes avenidas, além de serem verificadas construções pontuais, mesmo que não muito significativas, nas periferias. A partir dos anos 80, percebeu-se um grande aumento da produção vertical em Ponta Grossa, que passou a atingir também os bairros (LÖWEN SAHR, 2000).

Esse processo acompanhou a tendência de crescimento urbano do estado do Paraná como um todo. O impulso econômico da indústria cafeeira e mesmo a modernização agrícola trouxeram um novo panorama para as cidades paranaenses a partir dos anos 50, as quais buscavam construir uma nova identidade (PONTA GROSSA, s/d). Assim, o aumento do contingente populacional e o bom momento econômico remodelaram os antes polos comerciais ao transformá-los em centros urbanos, dotados de certa infraestrutura e urbanidade; como consequência, o aquecimento da construção civil, auxiliada pelo imaginário modernista, passou a recheiar as paisagens urbanas de novas formas.

Para a cidade de Ponta Grossa, é notável o adensamento da região central e a verticalização como sinônimo de progresso nos anos mencionados. Aos poucos, as edifi-

cações de estilo eclético foram sendo demolidas e substituídas por outras mais altas, ditas modernas. Estas utilizavam, além de outros materiais, também formas distintas daquelas que se constituíram como o principal estilo arquitetônico periférico do século XIX e início do XX. “A verticalização faz parte da luta no espaço urbano entre o antigo e o novo, entre o tradicional e o moderno” (LÖWEN SAHR, 2000, p. 13). Isso ocorre porque edificações antigas são demolidas para dar lugar ao “progresso”, simbolizado pelas construções modernas.

Ademais, o imaginário moderno não apenas compreende as formas arquitetônicas, mas é também impregnado de um valor simbólico particularmente relevante, e que se relaciona com o progresso e com a ascensão social. Os edifícios de apartamentos direcionados às classes altas normalmente diferenciam-se dos populares pelo seu padrão de acabamento e localização; enquanto os prédios de luxo possuem rico acabamento e situam-se em regiões de acesso facilitado ao centro da cidade, aqueles direcionados às classes mais baixas são mais rústicos e afastados do centro (LÖWEN SAHR, 2000). Contudo, Löwen Sahr (2000) atenta para o processo de degradação que os edifícios mais antigos, das zonas centrais, vêm sofrendo na atualidade. Em geral, a baixa qualidade urbana dos centros e a própria deterioração das construções têm levado as classes altas a procurar alternativas de moradia afastadas da cidade, mais verdes, sem deixar a segurança de lado.

Todavia, o que alguns empreendimentos vêm trazendo como opção à redução da qualidade socioambiental das regiões centrais é a construção de prédios residenciais de alto padrão nas franjas imediatas do centro e nos eixos de acesso a ele, com as promessas de segurança, facilidade, sustentabilidade e qualidade de vida semelhantes às dos condomínios horizontais de luxo. Tal processo é facilitado pela legislação urbana, que intenta expandir e direcionar as zonas verticais principais por meio das constantes revisões da lei de zoneamento e uso do solo. Desse modo, a gestão urbana de princípios mercadológicos consegue agir a fim de beneficiar os construtores e incorporadores, ao mesmo tempo em que atua sobre a regulação da densidade e ocupação do solo urbano. É justamente sobre esse horizonte que repousam os dados que intentamos apresentar.

O CAMINHO QUE TRILHAMOS

O foco deste artigo é a análise do recente aumento do número de condomínios verticais residenciais de luxo na cidade de Ponta Grossa. Para isso, além da abordagem teórica anteriormente destacada, foram coletados os alvarás de construção emitidos pela prefeitura do município nos últimos cinco anos, ou seja, de 2015 a 2019, para edifícios com quatro ou mais pavimentos. Este universo compreende um total de 103 unidades,

portanto. A definição geral do processo metodológico adotado pode ser observada no esquema da Figura 1.

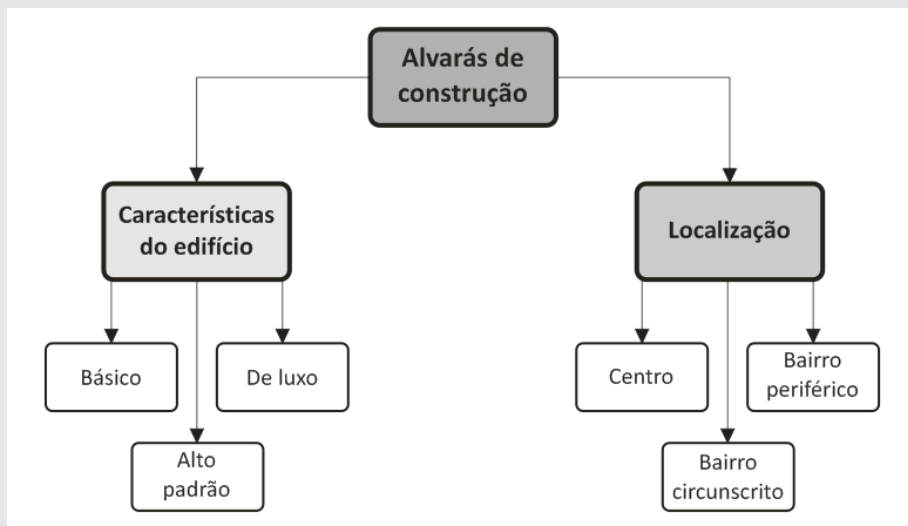


Figura 1: Esquema metodológico de classificação dos dados. Fonte: A autora (2020).

Os dados foram categorizados quanto à localização e às características construtivas dos edifícios. Para a localização, foram utilizadas três classificações: centro, bairro circunscrito e bairro periférico; consideraram-se como bairro circunscrito ao centro aquelas localizações identificadas dentro de um raio de 1,5 km do ponto central da cidade (Praça Barão do Rio Branco), e bairro periférico aqueles localizados a uma distância além desta (Figura 2). Para as características construtivas, três: edifícios básicos, de alto padrão e de luxo. Os critérios utilizados para essa classificação estão descritos na Tabela 1.

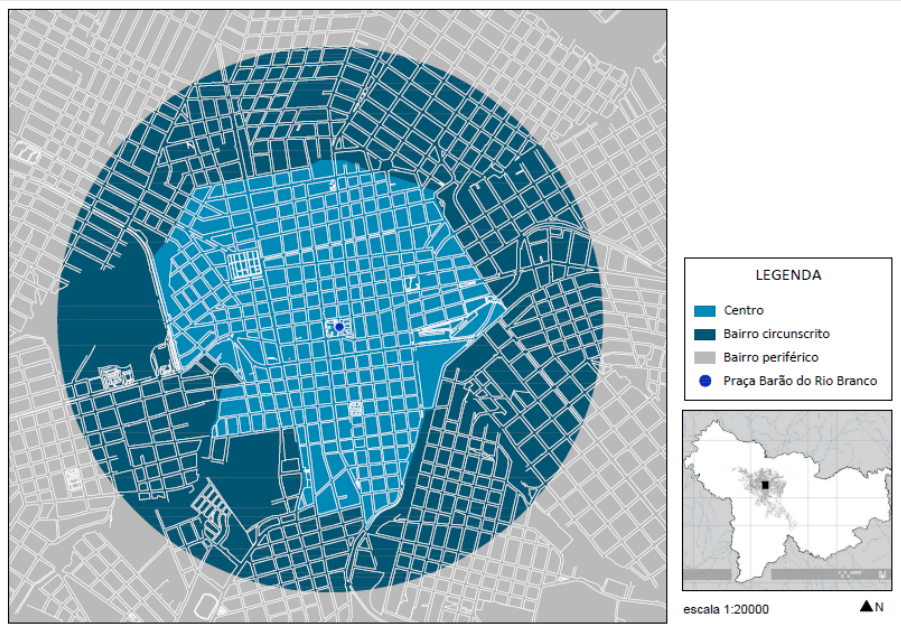


Figura 2: Definição das áreas para localização dos edifícios em estudo. Fonte: adaptado de IPLAN (2018).

Categoria		Critérios
Características do edifício	Básico	- Acabamento rústico, aspecto externo simplório e pouco detalhado; - Poucos espaços sociais e de lazer; - Edifícios com 5 pavimentos ou menos; - Preço de venda das unidades em torno de R\$ 200.000.
	Alto padrão	- Acabamento (externo e interno) refinado e de alto valor agregado; - Espaços sociais e de lazer básicos, como churrasqueira, playground e salão de festas; - Edifícios com até 10 pavimentos; - Preço de venda das unidades de R\$ 200.000 a R\$ 400.000.
	De luxo	- Acabamento (externo e interno) refinado e de alto valor agregado; - Variedade de espaços sociais e de lazer sofisticados e bem ambientados, como academia, salão de festas gourmet, parque infantil, piscina e churrasqueira; - Edifícios com mais de 6 pavimentos; - Preço de venda das unidades acima de R\$ 300.000.
Localização	Centro	Construções inseridas na circunscrição do bairro centro.
	Bairro circunscrito	Construções inseridas para além da circunscrição do bairro centro, num limite de raio de até 1,5 km do ponto central da cidade.
	Bairro periférico	Construções inseridas para além do raio de 1,5 km do ponto central da cidade.

Tabela 1: Critérios de classificação dos dados. Fonte: A autora (2020).

Para a definição da localização das construções, foram utilizadas as informações de endereço constantes nos alvarás, as quais foram pontuadas na base cartográfica do município; a partir disso, foi possível identificar em qual das três categorias de localização o empreendimento se enquadra. Para a definição das características do edifício, além da observação local, foram considerados também os anúncios de venda nas páginas das construtoras e das imobiliárias, donde foi possível extrair dados como os serviços oferecidos pelo condomínio, o preço e a metragem das unidades.

O LUGAR EM QUE CHEGAMOS

Naquilo que tange à classificação segundo as características construtivas dos edifícios residenciais analisados, tem-se a distribuição segundo o que mostra o Gráfico 1. Pode-se perceber que, no decorrer dos anos em questão, o número geral de edificações verticais residenciais no município varia pouco, mas oscila ano a ano, tendo reduzido sensivelmente de 2017 a 2019. Percebe-se também uma redução gradativa do tipo básico, enquanto se assiste a um aumento expressivo do montante de edificações de luxo, especialmente no ano de 2018. Os apartamentos classificados como de alto padrão tiveram seu número aumentado no ano de 2017 com relação aos anos anteriores e posteriores.

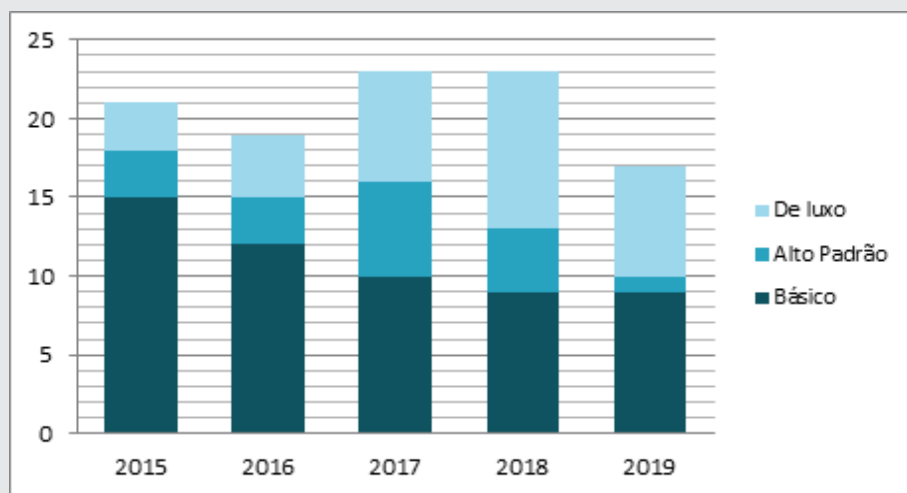


Gráfico 1: Distribuição das edificações verticais residenciais segundo as características arquitetônicas. Fonte: A autora (2020).

Com relação à localização dessas construções, o Gráfico 2 nos fornece informações bastante pertinentes. É possível notar que a esmagadora maioria das edificações em estudo está localizada nos bairros periféricos, ou seja, naqueles que distam mais de 1,5 km do ponto central considerado. As construções verticais residenciais do centro são quase que inexpressivas, podendo ser resultado de uma já possível saturação vertical dessa área ou mesmo da desvalorização da região central em virtude de suas características urbano-comerciais e pouco convidativas para a instalação de novos empreendimentos residenciais. Já a concentração dos edifícios em estudo nos bairros circunscritos ao centro sofre certa oscilação entre 2015 e 2019, embora siga uma tendência de decréscimo.

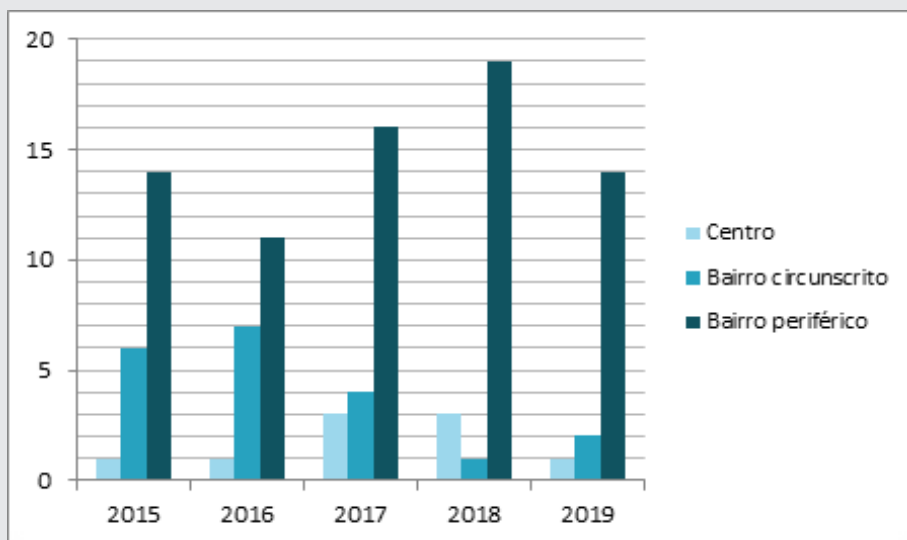


Gráfico 2: Distribuição das edificações verticais residenciais segundo as áreas de estudo definidas. Fonte: A autora (2020).

É interessante notar a expressiva tendência de espalhamento da verticalização para regiões além da área central. A flexibilização dos parâmetros de verticalização na lei de zoneamento e uso do solo é um dado que pode também justificar esse fato; o município de Ponta Grossa deu início à elaboração de um Plano Diretor Participativo no ano de 2018 o qual foi entregue para aprovação no início de 2020. Assim, algumas mudanças na lei urbanística constantes nesse novo projeto — as quais preveem, por exemplo, a verticalização dos eixos de crescimento e a expansão do número máximo de pavimentos em certas regiões da cidade — já vinham sendo antecipadas em emendas ao plano de zoneamento e uso e ocupação do solo datado de 1999 (PONTA GROSSA, 1999).

Ademais, é interessante ressaltar também que, ao comparar o Gráfico 1 e o Gráfico 2, tem-se que o ano de 2018 é aquele em que há maior número de edificações alocadas nos bairros periféricos e é também o ano em que a quantidade de condomínios verticais de luxo atinge o seu pico. O Gráfico 3 revela alguns pontos que podem auxiliar na melhor visualização desse fato.

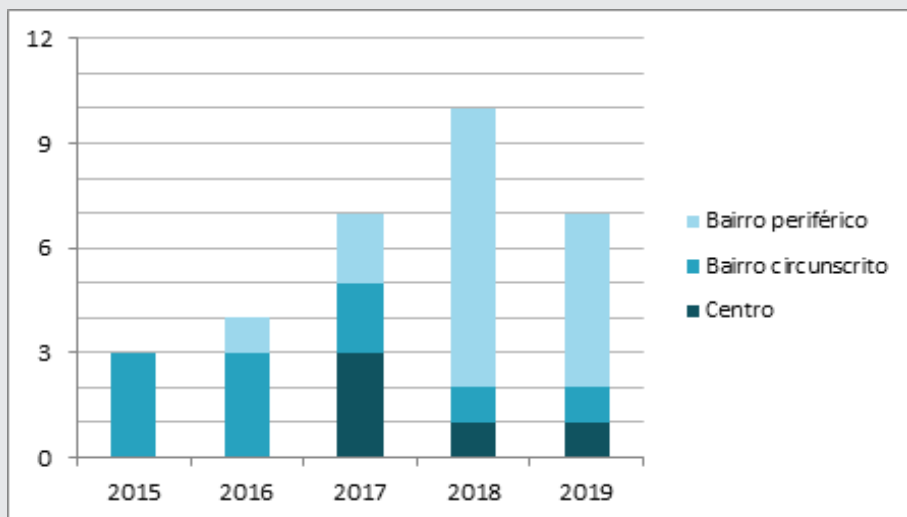


Gráfico 3: Localização das edificações verticais de luxo segundo as áreas consideradas. Fonte: A autora (2020).

Assim, torna-se evidente o que foi exposto anteriormente: os condomínios verticais de luxo estão localizados, majoritariamente, em regiões mais afastadas do centro da cidade; e é o ano de 2018 que deixa essa constatação mais visível. O Gráfico 3 também revela a baixa concentração dessa categoria de edifícios na região central nos anos estudados.

Neste ponto, vale ressaltar também um dado que foi observado quando da distribuição cartográfica dos pontos relativos à localização dos condomínios verticais de luxo e de alto padrão. Embora estes estejam alocados, em sua maioria e dentro da categorização deste trabalho, na área que corresponde aos bairros periféricos, uma parte significativa deles encontra-se muito próximo daquele que definimos como sendo o limite entre as áreas de bairro circunscrito e bairro periférico. Esse fato nos leva a concluir que esses empreendimentos não se encontram significativamente afastados da centralidade urbana, mas sim, apenas retirados a ponto de garantir uma distância confortável da turbulência das zonas centrais, mas ainda com grande facilidade de acesso a elas. Caso tivéssemos adotado um raio de 2 km ao invés de 1,5 km, diversas edificações dessa categoria estariam incluídas naquela região que denominamos como bairro circunscrito,

deixando evidente a sua “proximidade conveniente” com o centro da cidade. Com o objetivo de exemplificar o que foi exposto, a Figura 3 traz um recorte da distribuição cartográfica das construções analisadas, comparativamente à circunferência hipotética de raio 2 km.

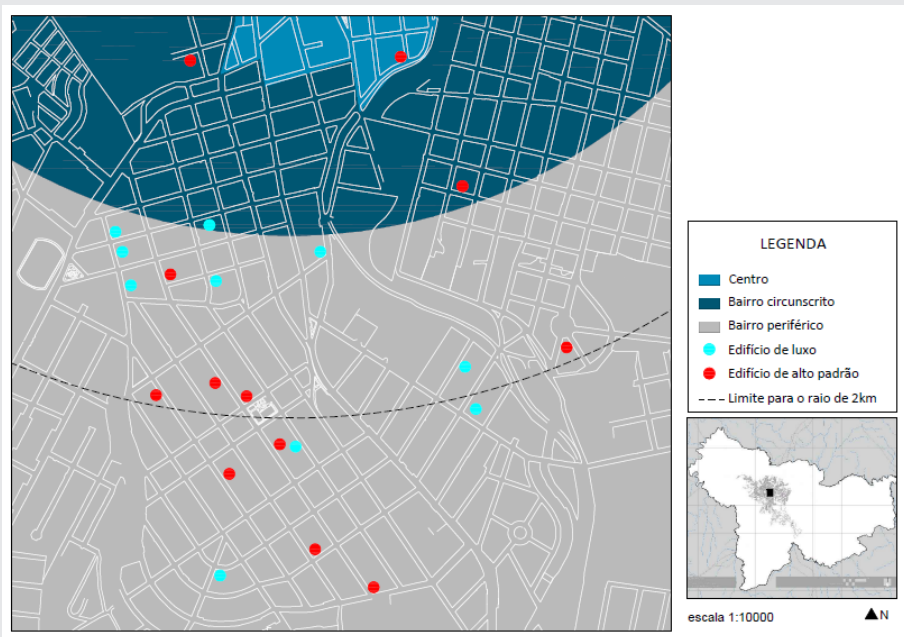


Figura 3: Localização das construções verticais. Fonte: A autora (2020); IPLAN (2018).

Outro dado que se mostrou evidente quando da distribuição cartográfica dos pontos é aquilo que a literatura denomina como sendo a descentralização concentrada (LÖWEN SAHR, 2000). Embora ligeiramente afastadas do centro, as edificações verticais residenciais estudadas — especialmente as de alto padrão e de luxo — são distribuídas de forma que dão origem a certos bolsões em áreas definidas da cidade. De praxe, essas áreas representam centralidades já existentes, e acabam por reforçar — ou mesmo forçar — uma determinada identidade para aquele local. A gestão urbana também é parceira de ações desse gênero quando flexibiliza a legislação urbanística e induz esse tipo de prática por parte das incorporadoras e construtoras. Pela observação da Figura 3, que demonstra um recorte da região ao sul do centro de Ponta Grossa, vê-se a concentração de construções nas bordas do limite definido para o bairro circunscrito. Da mesma forma, é perceptível a formação de certos redutos verticais em zonas específicas da cidade; neste

caso, trata-se de um bairro com características nobres e bastante valorizado em termos imobiliários, demonstrando reforço das centralidades.

Por último, a análise dos alvarás confirmou aquilo que já havia sido observado por Löwen Sahr (2000) em relação aos agentes imobiliários. As construções aqui estudadas são, em sua grande maioria, empreendimentos das mesmas famílias que já dominavam esse ramo quando do estudo da autora, publicado no ano 2000. Esse fato mostra a permanência dos mesmos agentes sobre o desenho do espaço urbano, os quais passam a agir em aliança com o poder público em prol de seus interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, as cidades se verticalizam. Como reflexo da sociedade que a embasa, tal verticalização não deveria ocorrer de outra forma senão desigual. Concorrem para esse fim tanto as incorporadoras que, por meio de projetos de ostentação do luxo e do requinte — que não se acham nos espaços públicos, mas que são facilmente encontrados junto a um grupo específico, tido como alvo para o negócio — quanto a própria gestão urbana, que vê nos projetos modernos uma tentativa de alavancar a imagem da cidade. Desse modo, a própria lógica mercantil aplicada no espaço urbano contemporâneo contribui para a desconstrução da cidade enquanto espaço social. Isso porque a valoração do espaço privado supera a do público, dentro do atual modelo da cidade-negócio. O lucro, a verticalização, a propriedade privada e o enclausuramento tornam-se os substitutos da subsistência, dos lotes extensos, da vizinhança e da convivência, na cidade hipermoderna. Cria-se uma cidade não cidade, fragmentada, formada por peças de um quebra-cabeça que não se encaixa — tem-se a ideia de cidade enquanto grupo de grupos; grupos estes que não convivem e não se misturam.

Como exemplo desse fato, os condomínios verticais residenciais de luxo proliferaram-se na cidade do capital, ocupando os melhores lugares para assistir ao espetáculo urbano. No caso da cidade de Ponta Grossa, é visível o aumento no número desse tipo de edificação nos últimos cinco anos, e suas localizações estratégicas deixam claras as intenções de fugir dos malefícios das zonas centrais, mas beneficiar-se do acesso aos seus serviços. Ademais, percebe-se o casamento entre as intenções do poder público — ao promover modificações nas legislações urbanísticas — e das oligarquias que, há anos, controlam o ramo da construção civil na cidade. Eis um princípio urbanicida em nome da construção da priva-cidade.

Assim, ao isolar-se do convívio com o diferente e alienar-se das riquezas que as trocas com o diverso proporcionam, o isolamento do urbanóide contemporâneo para

junto dos seus pode ser interpretado como o fugere urbem da atualidade. No intuito de evitar os indesejosos infortúnios da cidade, criam-se espaços que restringem a vida urbana a um grupo de pessoas com características — sociais e financeiras — semelhantes, trazendo à cotidianidade a sensação de segurança e o conforto que o contato com o diverso não traz. Dá-se origem a uma cidade do medo pelo medo da cidade.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da população residente**. Data de referência: 1º de julho de 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama>>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

IPLAN – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa. **Base cartográfica**. Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <<https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/base-cartografica/>>. Acesso em 04 de maio de 2020.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LÖWEN SAHR, Cícilian Luiza. Dimensões de análise da verticalização: exemplos da cidade média de Ponta Grossa/PR. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: UEPG, Vol. 5, N. 1, pp. 9-36. 2000.

PONTA GROSSA. Lei nº 6.329, de 16 de dezembro de 1999. Consolida e atualiza a legislação que dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo das áreas urbanas do município de Ponta Grossa. **Diário Oficial do Município de Ponta Grossa**, Ponta Grossa, 18 de dezembro de 1999. N. 1, p. 1.

PONTA GROSSA, Prefeitura Municipal de. **História da Cidade**. Ponta Grossa, s/d. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/historia>>. Acesso em: 07 de abril de 2020.

SILVA, Andresa Lourenço da. Breve discussão sobre o conceito de cidade média. **Geoingá**. Maringá: UEM, Vol. 5, N. 1, pp 58-76. 2013.

STAMM, Cristiano; et al. A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. **Interações**. Campo Grande: UCDB, Vol. 14, N. 2, pp. 251-265. 2013.

UEDA, Guilherme. **Verticalização das cidades brasileiras: uma desconstrução do espaço social.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – UFSCar. São Carlos, 2012.

LIMIARIDADES EM ARQUITETURA E URBANISMO VIA THINK TANKS

MOVEMENTS IN ARCHITECTURE AND URBANISM
VIA THINK TANKS

MOVIMIENTOS EN ARQUITECTURA Y URBANISMO
POR THINK TANKS

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

MORAIS, Livia Zanelli de

Doutoranda; FAU-USP

lpzmorais@usp.br

RESUMO

Este artigo é um estudo sobre a retomada e reelaboração da pesquisa de arquitetura e urbanismo no século XXI. A ausência de um posicionamento crítico, para além de suas questões internas, caracteriza a disciplina a partir dos anos 1990, neste contexto de pragmatismo e esvaziamento teórico, a pesquisa em arquitetura e urbanismo pode ser vista como propositora de cenários para retomada do pensamento crítico das questões sociais. Para tanto, o trabalho investiga a produção dos centros de pesquisa associados à escritórios de arquitetura e universidades, os chamados think tanks, para as aglomerações urbanas da América Latina, África e Ásia. Metodologicamente, buscamos aprofundar discussões por meio de referências primárias — especialmente as publicações destas instituições, evidenciando o significado dos trabalhos via método qualitativo e pesquisa correlacional. Desse modo, observamos iniciativas críticas contra um cenário há tempos hegemônico, mas ainda majoritariamente fechadas na própria disciplina e que devem se complementar com ações que permeiam outros campos do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura e urbanismo contemporâneos. pesquisa. teoria. projetos experimentais. think tanks.

ABSTRACT

This article is a study on the re-elaboration of research on architecture and urbanism in the 21st century. The absence of a critical positioning, in addition to its internal issues, characterizes the discipline from the 1990s, in this context of pragmatism and theoretical emptying, research in architecture and urbanism can be seen as proposer of scenarios to resume critical thinking on social issues. To this end, the work investigates the production of research centers associated with architecture offices and universities, the so-called think tanks, for urban agglomerations in Latin America, Africa and Asia. Methodologically, we seek to deepen discussions through primary references - especially the publications of these institutions, highlighting the meaning of the works via qualitative method and correlational research. In this way, we observe critical initiatives against a scenario that has long been hegemonic, but still mostly closed in the discipline itself and that should be complemented with actions that permeate other fields of knowledge.

KEYWORDS: contemporary architecture and urbanism. research. theory. experimental projects. think tanks.

RESUMEN

Este artículo es un estudio sobre la reelaboración de la investigación sobre arquitectura y urbanismo en el siglo XXI. La ausencia de una posición crítica, además de sus problemas internos, caracterizó la disciplina de la década de 1990, en este contexto de pragmatismo y vaciamiento teórico, la investigación en arquitectura y urbanismo puede verse como proponente de escenarios para reanudar el pensamiento crítico de problemas sociales. Con este fin, el trabajo investiga la producción de centros de investigación asociados con oficinas de arquitectura y universidades, los llamados think tanks, para aglomeraciones urbanas en América Latina, África y Asia. Metodológicamente, buscamos profundizar las discusiones por medio de referencias primarias, especialmente las publicaciones de estas instituciones, destacando el significado de los trabajos a través del método cualitativo y la investigación correlacional. De esta forma, observamos iniciativas críticas contra un escenario que ha sido hegemónico durante mucho tiempo, pero que aún se mantiene cerrado en la disciplina misma y que debería complementarse entre sí con acciones que permean otros campos de conocimiento.

PALABRAS-CLAVE: arquitectura y urbanismo contemporáneos. investigación. teoría. proyectos experimentales. think tanks.

INTRODUÇÃO

A ausência de um posicionamento crítico, para além de questões internas, caracterizou a disciplina a partir dos anos 1990. Considerando este período de esvaziamento teórico, a pesquisa pode ser vista como propositora de cenários para retomada do pensamento crítico das questões sociais. Para tanto, o objetivo deste artigo é avaliar o estado da arquitetura e urbanismo contemporâneos a partir da análise de quatro instituições que se denominam *think tanks* e são associadas à escritórios de arquitetura e universidades - The Now Institute (Morphosis/California University), Urban-Think Tank (ETH Zurich), The Why Factory (MVRDV/Delft University of Technology) e AMO (OMA/GDS Harvard) - a partir de suas pesquisas e projetos experimentais para as grandes aglomerações urbanas da América Latina, África e Ásia.

O estabelecimento dos *think tanks* é observado no pós-segunda guerra como uma espécie de consultoria (TEIXEIRA, 2012, p. 5). De modo geral, são definidos como instituições autônomas produtoras de conhecimento científico para formulação de políticas públicas. Ao longo do tempo, estas instituições foram se especializando e se tornando mais heterogêneas, o que resultou na ampliação do conceito de *think tank* e que torna, ao nosso ver, mais complexa a definição de uma instituição como tal. Como características básicas - que descrevem também os *think tanks* em arquitetura e urbanismo - podemos

citar o incentivo à pesquisa, a orientação para objetivos via estudos específicos, a atuação em nível local ou global incluindo demandas como aquecimento global, migração, direitos humanos, entre outros. Ainda, o trabalho dos *think tanks* pode ser de longo prazo, isto porque ideias levam tempo para serem concretizadas. Os estudos de caso apresentados na sequência são pesquisas desenvolvidas em vários anos e muitas vezes não implantadas por motivos políticos e/ou econômicos. No entanto, é importante destacar que ideias geradas em organizações de pesquisa são fonte importante para mudanças na sociedade.

De modo geral, *think tanks* são instituições sem fins lucrativos e podem ter financiamento público ou privado, têm caráter permanente, estruturadas para produzir conhecimento sobre tempo indeterminado. De acordo com James McGann (2018, p. 10), com a aceleração dos processos de globalização no pós 1990, o número de *think tanks* atuando no mundo aumentou consideravelmente — das mais de 6.500 instituições existentes atualmente, metade foi fundada após os anos 1980, trata-se, portanto, de um fenômeno recente não só na arquitetura e urbanismo — os *think tanks* analisados se estabelecem após os anos 1990 — mas também em outros campos disciplinares.

The Now Institute, Urban-Thin Tank e The Why Factory são afiliados à universidades e alternam entre independentes (autônomos em relação aos financiadores e em sua operação) e 'quasi' independentes (dependentes de financiadores ou agências contratantes, mas autônomos em relação à governos), conforme o trabalho desenvolvido. AMO desenvolve pesquisas junto à Harvard Graduate School of Design e ao mesmo tempo opera de modo mais corporativo (como instituição de pesquisa com fins lucrativos), mas também independente ou 'quasi' independente. São *think tanks* especializados, com modo de operação independente ou contratado, têm pesquisa e consultoria baseadas em estudos empíricos voltadas para um público alvo de acadêmicos e a sociedade em geral.

The Now Institute, The Why Factory e AMO foram fundados como braços de pesquisa dos escritórios Morphosis, MVRDV e OMA, nesta ordem, para que a agenda de pesquisa não se diluísse em meio ao desenvolvimento da construção do objeto arquitetônico. Urban-Thin Tank diferencia-se nesse sentido, se denomina uma universidade sem diploma^[1], realiza pesquisas que podem se desdobrar em construção, é, ao mesmo tempo, escritório de arquitetura e *think tank* ou um *think tank* que faz projetos. The Now Institute e The Why Factory funcionam como centros de pesquisa dentro das universidades e contam, inclusive, com programas de pós-graduação. Urban-Thin Tank e AMO têm ligação com ETH Zurich (antes Columbia University) e Harvard Graduate School of Design,

[1] Alfredo Brillembourg em entrevista à autora em 31 de janeiro de 2020.

respectivamente, por conta de seus fundadores atuarem como professores nestas escolas desenvolvendo trabalhos dentro da academia e com o apoio desta.

O panorama dos *think tanks* no Brasil justifica a escolha de instituições estrangeiras como estudo de caso. On Think Tanks, diretório global aberto sobre *think tanks*^[2], contabiliza 88 *think tanks* brasileiras que, segundo o diretório, atuam nas áreas de educação, energia, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, economia, segurança e justiça social — possivelmente, diante da amplitude e complexidade do conceito, outras instituições poderiam ser registradas nesta base. Segundo Teixeira (2012, p. 9), o maior entrave para operação de *think tanks* no Brasil é o baixo interesse em financiar tais atividades.

METODOLOGIA

Para não limitar o artigo à um recorte definido por um caso apenas, optamos por apresentar brevemente os quatro *think tanks* estabelecendo um nexos sistematizado e discutido entre conceitos e prática analisada. Para isso, buscamos aprofundar conhecimentos e discussões por meio de referências primárias — especialmente as publicações dos escritórios/*think tanks*, evidenciando o significado dos trabalhos via método qualitativo e pesquisa correlacional.

Considerando que o estado de nossa própria disciplina é melhor avaliado quando a situamos dentro de uma estrutura geral do campo de conhecimento com áreas correlatas, retomamos a noção de urbanização generalizada desenvolvida por Henri Lefebvre (1999, p. 13) e revista por Neil Brenner e Christian Schmid (2013, p. 21) para modelos conceituais e metodológicos sobre a condição urbana planetária do século XXI que aproxima arquitetura, urbanismo e geografia e não apenas os sobrepõe. A geografia é tema importante para este trabalho, pois existem avanços teóricos sobre urbanização na disciplina que são essenciais para as proposições no campo da arquitetura e urbanismo, mas que são ainda pouco considerados pela prática arquitetônica. Assim sendo, na análise qualitativa, avaliamos as pesquisas em relação aos processos de urbanização a partir de conceitos chave extraídos de Lefebvre, Brenner e Schmid. A presença destas ideias é quantificada em quartis de porcentagem (0%, 25%, 50% e 100%) para visualização em diagramas de barra. Desse modo, temos os seguintes conceitos qualitativos:

1- Escalas de atuação de cada *think tank*. A geografia é apresentada como tentativa de estudar a relação entre o social e o físico em uma escala territorial maior.

[2] onthinktanks.org. Acesso em 04 de fevereiro de 2020.

2- Postura crítica dos *think tanks*. Mesmo que o processo urbano tenha alterado suas formas no contexto da globalização, ainda prevalece um modelo originalmente capitalista. Essa urbanização é mediada pelo Estado, forças sociais e tendências sistêmicas de crise em várias escalas espaciais, conseqüentemente, para que a teoria urbana permaneça relevante, deve explorar as perspectivas de crítica ao capitalismo que são inerentes às relações sócio-espaciais contemporâneas entre lugares, territórios e escalas.

3- Novos vocabulários e representações da forma sócio-espacial são necessários para nomear e compreender fenômenos urbanos emergentes.

4- Paisagens operacionais e o entendimento sobre os processos de urbanização e degradação da natureza em grandes escalas. Na urbanização estendida, as paisagens operacionais dão suporte às aglomerações urbanas (por exemplo, zonas de exploração industrial e grandes propriedades agrícolas) e sofrem conseqüências ambientais e sociais.

5- Urbanização generalizada e a consciência sobre este e outros processos urbanos elencados por Lefebvre (1999, p. 13).

6- Os estudos de caso são analisados de modo a avaliar o desenvolvimento de novos entendimentos teóricos na relação entre pesquisas/projetos experimentais e teorização e para examinar o surgimento de novas interpretações que informam pesquisa e prática sobre a forma urbana contemporânea.

7- A investigação de processos de urbanização deve substituir o estudo das formas urbanas em todas as escalas espaciais (LEFEBVRE, 1999).

Se na análise qualitativa, as comparações e relações são elaboradas dentro de um *think tank*, com o método correlacional indicamos padrões de relação entre as instituições estudadas. Para tanto, são utilizados diagramas de radar estruturados a partir de uma sequência de raios equi-angulares que representam uma variável, ou seja, um dos sete conceitos apresentados anteriormente. O comprimento de cada raio é determinado pela avaliação em porcentagem adotada nos diagramas de barras. Uma linha é desenhada ligando os valores de cada raio, formando polígonos estrelados que nos permitem observar semelhanças, diferenças e exceções entre os *think tanks*. Como diversas variáveis podem ser plotadas ao mesmo tempo, elaboramos os diagramas individualmente em cada *think tank* para analisar seus pontos fortes e fracos — quanto menor o polígono, menor a presença dos conceitos, quanto maior o polígono e mais próximo do heptágono, maior a aplicação dos setes conceitos nas pesquisas e projetos experimentais. Além disso, também trabalhamos com a sobreposição das manchas, de modo a visualizar semelhanças e diferenças entre os estudos de caso.

ESTUDOS DE CASO

The Now Institute

É um centro de pesquisa urbana da Escola de Arquitetura e Desenho Urbano da Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA). Sob direção do arquiteto Thom Mayne (1944), o *think tank* trabalha como braço de pesquisa do escritório Morphosis. Os primeiros estudos foram iniciados em 2002 e, nos últimos anos, o instituto se associou com organizações privadas, públicas e organizações não governamentais em Los Angeles, Nova Orleans, Madri, Pequim e Porto Príncipe desenvolvendo estudos nas áreas de cultura, mobilidade, revitalização urbana e sustentabilidade ambiental.

Publicado como livro, o estudo Haiti Now (2011-2013) desenvolve uma minuciosa pesquisa sobre o país. Nenhum projeto experimental é proposto em prol da elaboração de um manual visual de 700 páginas, um grande banco de dados que retrata problemas e potencialidades e pode embasar futuros projetos. A pesquisa multidisciplinar questiona a autonomia da arquitetura e engloba assuntos como história moderna, política, infraestrutura, ecologia, questões culturais e sociais por meio de gráficos, fotografias, dados e textos reunidos em uma base comum por meio de planejadores, políticos, organizações humanitárias, artistas e outros pesquisadores. Sobre processos de urbanização, o manual descreve o esvaziamento do centro de Porto Príncipe, a hiperdensidade - 50% da população vive em 2% da área do país, movimentos de migração campo-cidade-campo, multiplicação dos assentamentos precários e vulnerabilidade das construções em uma região sujeita à furacões, danos ambientais e sistema de infraestrutura subdesenvolvido - Haiti Now evidencia a importância da investigação de contextos complexos e desconhecidos.

Quanto à escala de atuação, é um trabalho de geografia coordenado pela arquitetura e urbanismo na escala do país. Inicia um levantamento cartográfico em um território de extremos por meio de uma combinação de análise histórica, economia, geopolítica e visualização de dados, mesmo que ainda não especifique as conexões do Haiti com o emaranhado de fluxos globais. Não há uma postura crítica clara em relação às formas de urbanização regidas pelo capital, mesmo diante das geografias de privação, exploração e marginalização do Haiti. Inúmeros mapas e infográficos são produzidos, mas este material ainda representa o país de modo isolado do mundo. Não são desenvolvidos novos vocabulários e representações da forma sócio-espacial, apesar de reconhecerem alguns processos urbanos - estatísticas e infográficos mostram que o Haiti tem funcionado como paisagem operacional global desde seu período colonial. Assim, entendemos que todo país é urbanizado e serviu de apoio às atividades financeiras mundiais, mas

o conceito de paisagem operacional não é debatido pelo The Now Institute. Além disso, mesmo que Haiti Now revele um processo de urbanização generalizada na escala do país, a exposição do conceito parece realizada de modo inconsciente - a concepção de urbanização permanece atrelada às definições tradicionais de cidade. O livro é uma pesquisa concreta, etapa de trabalho importante para entender as condições específicas do Haiti, mas não elabora novos entendimentos teóricos. Por causa do terremoto de 2010, existem inúmeros fenômenos urbanos emergentes no país. No entanto, são relatados apenas dois casos (fluxos migratórios pós-terremoto de 2010 e crescimento das periferias das cidades), mas sem maiores reflexões sobre as consequências de tais processos ou demais investigações de processos de urbanização (Figura 1).

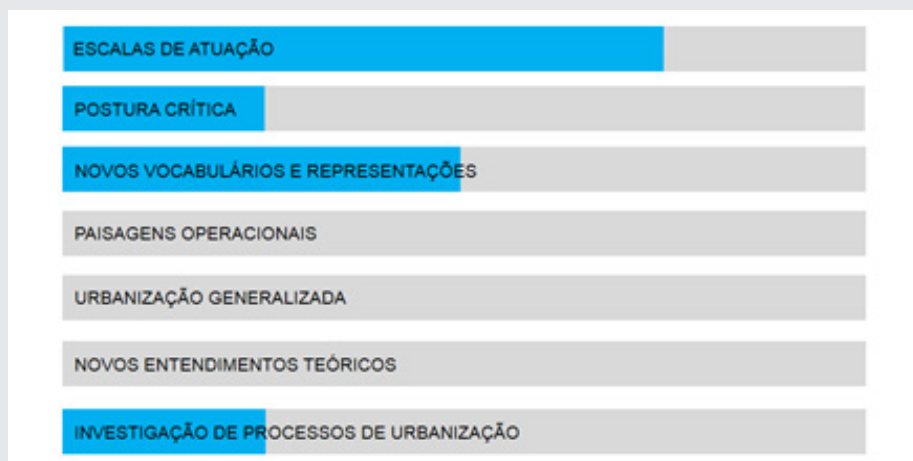


Figura 1: Diagrama de barra The Now Institute. Fonte: autora.

Urban-Think Tank

O *think tank* foi fundado em 1993 por Alfredo Brillembourg em Caracas, Venezuela. Em 1998, Hubert Klumpner juntou-se a equipe como co-diretor. A partir de 2007, Brillembourg e Klumpner começaram a lecionar na Universidade de Columbia, onde fundaram o Laboratório de Modelos Urbanos de Vida Sustentável (SLUM Lab) e, desde julho de 2010, coordenam o Instituto de Arquitetura e Desenho Urbano do Instituto Federal de Tecnologia de Zurique. A intenção do U-TT é aplicar teoria e prática na arquitetura e no planejamento urbano, em contextos globais por meio da criação de pontes entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, atuando principalmente em áreas urbanas informais.

Os primeiros trabalhos englobavam pesquisas nos bairros da capital venezuelana e propostas para a cidade. Depois foram desenvolvidos projetos como Metro Cable, Torre David (pesquisas e propostas para uma torre de escritórios inacabada e ocupada por 750 famílias, iniciadas em 2011), além de propostas para assentamentos informais em São Paulo (2008-2012). Tais projetos ilustram a intenção de melhorar as condições de vida dos bairros carentes e são apresentados para instituições públicas e privadas em busca de apoio para a construção e divulgação em conferências, publicações e projetos protótipos.

Por meio de intervenções em assentamentos informais, U-TT atua na escala da cidade, mas também trabalha em escala global ao mover a cidade latino-americana da margem para o centro da discussão mundial. Demonstrem postura crítica ao enfatizar que assentamentos informais não podem continuar reféns dos mecanismos que espacializam o desenvolvimento desigual. No entanto, suas propostas urbanas não exploram perspectivas de crítica ao capitalismo - enfatizam soluções e não razões. Quanto à produção de novos vocabulários e representações, o U-TT trabalha com dados e mapeamentos que, mesmo não sendo novo, é um método relevante para discussões sobre assentamentos informais. No entanto, o think tank não debate o conceito de paisagem operacional, o que seria importante para o entendimento dos processos de desigualdades sócio-espaciais e da degradação ambiental. O mesmo vale para o conceito de urbanização generalizada - os questionamentos sobre formas de urbanização ficam centrados na concepção tradicional de cidade. Há estreita elaboração de novos entendimentos teóricos, o think tank trabalha uma etapa anterior identificando filosofias preexistentes para ampliá-las nos projetos. Sobre a investigação de processos de urbanização, U-TT tem como foco a cidade informal em constante movimento e expansão, mas carece do contexto histórico da formação urbana da América Latina - a cidade informal ainda é vista de forma isolada dentro de um sistema de fluxos em que tudo está conectado (Figura 2).

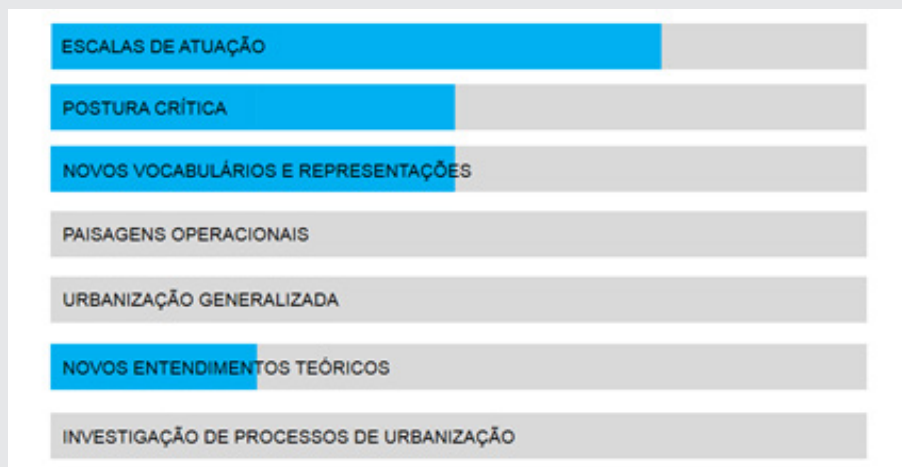


Figura 2: Diagrama de barra Urban-Think Tank. Fonte: autora.

The Why Factory

O *think tank* foi fundado em 2006 com o objetivo de elaborar estudos a partir da pesquisa, educação e engajamento público. Explora as possibilidades para o desenvolvimento urbano, concentrando-se na produção de modelos e visualizações para as cidades do futuro, seu tema central. As pesquisas e projetos são financiados com recursos públicos e por meio de acordos com outras universidades e comunicadas ao público em geral via exposições, publicações, workshops e painéis de discussão. Os temas trabalhados são diversos e permeiam questões como consumo, meio ambiente, densidade, lazer e tecnologia.

A aproximação com a Ásia aparece nas publicações “Hong Kong Fantasies: Challenging World-Class City Standards” (2011) e “The Vertical Village” (2012). Em Hong Kong, o *think tank* revela falhas nas ferramentas que avaliam as cidades e não consideram a qualidade de vida como componente do ambiente construído, a interdependência da arquitetura e do social, densidade, diversidade e conectividade. Coletados dados básicos, são apresentadas propostas bastante visionárias nas áreas de cultura, energia, agricultura, habitação, infraestrutura e meio-ambiente. Já “Vertical Village” busca um novo modelo para o desenvolvimento de cidades asiáticas por meio do resgate da ideia histórica de comunidade, potencializando autonomia pessoal, diversidade, flexibilidade e vida em comunidade. Ao investigar o desenvolvimento de nove cidades asiáticas (Tóquio, Seul, Pequim, Shanghai, Taipei, Hong Kong, Bangkok, Singapura e Jakarta), a pesquisa fornece informações sobre a evolução, situação atual e futuro dessas aldeias urbanas para, em

seguida, apresentar os *software* VillageMaker® e HouseMaker® com abordagens participativas para o processo de projeto destes assentamentos.

Quanto às escalas de atuação, o think tank trabalha a escala da cidade em Hong Kong, mas suas proposições operam em escala regional à medida que propõem a ocupação das baías nos arredores da ilha. Em “Vertical Village”, uma escala transnacional é identificada, mas as soluções têm como foco demandas da Ásia em um contexto que se assemelha às situações do ocidente e é, portanto, global. The Why Factory demonstra postura crítica quando narra cenários de especulação imobiliária, no entanto, na elaboração das propostas, não questionam o entendimento do espaço como dimensão constitutiva do capital. O think tank apresenta alguns ensaios sobre novos vocabulários e representações da forma sócio-espacial, como mapas que registram o histórico dos vilarejos urbanos da Ásia desde o início do século XX até 2010. Em “Hong Kong Fantasies”, os projetos experimentais sugerem a ocupação das baías nos arredores da cidade com fazendas de energia solar, produção agrícola e pontes - paisagens operacionais formadas por fluxos de capital, transporte, comércio e migrações, mas são eventos ainda não mapeados pelo *think tank*. Sobre urbanização generalizada, apesar do foco nas cidades como centros de prosperidade, observamos a ciência de outros processos urbanos para além dos limites da cidade, especialmente por conta da tecnologia. No The Why Factory, a pesquisa concreta se sobrepõe ao desenvolvimento de novos entendimentos teóricos resultando em variações nos trabalhos com investigações e propostas ora mais aprofundadas, ora mais visionárias e desconectadas de teorias urbanas. Ao investigar o desenvolvimento de nove cidades asiáticas, o think tank indica processos de urbanização conhecidos, como o desaparecimento dos vilarejos urbanos, aumento dos preços das habitações e fluxos migratórios para subúrbios — mas como análises que permanecem na escala da cidade (Figura 3).

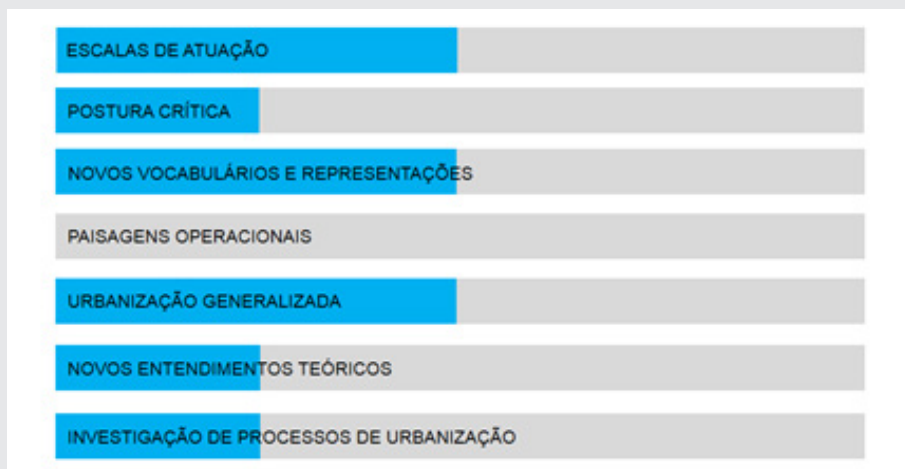


Figura 3: Diagrama de barra The Why Factory. Fonte: autora.

OMA/AMO

Rem Koolhaas, Elias e Zoe Zenghelis e Madelon Vriesendorp fundaram o Office for Metropolitan Architecture (OMA) em 1975. Desde então, o escritório desenvolve projetos de arquitetura e urbanismo enquanto a Fundação Groszstadt foi criada para viabilizar as pesquisas do escritório. Em 1999, a fundação foi transformada na Architecture Media Organization (AMO), que, além das pesquisas, trabalha para diversas marcas de varejo, mas também relaciona a arquitetura com outras disciplinas, como mídia, política, sociologia, tecnologia, moda, curadoria, publicação e design gráfico.

Analisamos os volumes um e três da série “Harvard Project on the City”, pesquisas que surgem como resposta à uma condição da prática arquitetônica na qual arquitetos são chamados a intervir em determinada situação. Nesse sentido, são examinados os efeitos da modernização na condição urbana em regiões específicas em radical transformação para decifrar processos em andamento. Buscam desenvolver, portanto, uma estrutura conceitual e vocabulários para fenômenos que não podem mais ser descritos dentro das tradicionais categorias de arquitetura, paisagem e planejamento urbano. O primeiro volume, “Project on the City I: Great Leap Forward” (2001), focou as novas formas e a velocidade de urbanização do Delta do Rio das Pérolas, no sudeste da China, abordando temas como cronologia, ideologia, arquitetura, economia, paisagem, política, infraestrutura e um glossário que nomeia fenômenos urbanos emergentes. O terceiro volume explorou a condição urbana em Lagos, Nigéria, como um estudo de possibilidades

mais radicais na disciplina de planejamento urbano e uma proposta de novos modos de examinar a cidade moderna^[3].

Quanto às escalas de atuação, são pesquisas de geografia – na perspectiva da arquitetura e urbanismo - que investigam cidades e regiões. A definição da escala se torna mais complexa à medida que evidenciam as relações entre política, economia e outros aspectos relacionados ao urbano. As pesquisas de escopo transdisciplinar têm postura crítica e descrevem que os fenômenos urbanos emergentes são regidos pelo modelo capitalista de resultados socioespaciais desiguais. Great Leap Forward tem como objetivo identificar processos urbanos em andamento e desenvolve novos vocabulários e representações apresentados no glossário do livro - o termo SCAPE®, por exemplo, define a condição pós-urbana como nem cidade nem paisagem, é a presença da metrópole e da agricultura remota como possível imagem do futuro. Em Great Leap Forward, o think tank mostra como Hong Kong explora as cidades vizinhas da província de Guangdong como paisagem operacional industrial. Nesse sentido, AMO não investiga aspectos específicos da urbanização generalizada, mas tem consciência do processo até como desdobramento de seus estudos sobre o rural. Os pesquisadores realizam pesquisa concreta para possibilitar o desenvolvimento de novos entendimentos teóricos - teorizam Lagos como o fim da noção herdada de cidade, Koolhaas entende que a urbanização intensa modificou a própria condição urbana. AMO investiga processos de urbanização em diferentes escalas espaciais situando tais processos no contexto global. Seus desdobramentos podem ser identificados em outros lugares tal como o conceito de CHINESE SUBURBIA®, a urbanização que tem êxito sem a doutrina da cidade (Figura 4).

[3] Parte do estudo foi inserido no livro Mutations (2001) e deu origem ao documentário “Lagos Wide and Close: an interactive journey into an exploding city” (2005), dirigido por Bregtje van der Haak.



Figura 4: Diagrama de barra AMO. Fonte: autora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

The Now Institute, Urban-Think Tank e The Why Factory têm modos de operação parecidos, o que pode ser observado em seus diagramas semelhantes com manchas estreladas pequenas. The Now Institute tem como ponto forte sua escala de atuação, pois além das pesquisas na escala da cidade, como Madrid Now e LA Now, atua na escala de um país em Haiti Now - ponto relevante diante do conceito de urbanização generalizada de Lefebvre que revisitamos. Novos vocabulários e representações aparecem de modo mediano quando o *think tank* aponta alguns fenômenos urbanos. Postura crítica e investigação de novos processos de urbanização são os pontos menos explorados. Paisagens operacionais, urbanização generalizada e novos entendimentos teóricos são conceitos ausentes em Haiti Now (Figura 5). O Urban-Think Tank se assemelha ao The Now Institute quanto à escala de atuação, seu ponto mais forte. Postura crítica e novos vocabulários e representações são medianos enquanto novos entendimentos teóricos são pontos fracos. Como no The Now Institute, paisagens operacionais e urbanização generalizada estão ausentes. A investigação de processos de urbanização também não foi contabilizada (Figura 6). The Why Factory tem mais pontos medianos e fracos: escala de atuação, novos vocabulários e representações e urbanização generalizada aparecem medianamente. Postura crítica, novos entendimentos teóricos e investigação de novos processos de urbanização são pontos fracos. Apenas o conceito de paisagem operacional está ausente no *think tank* (Figura 7).

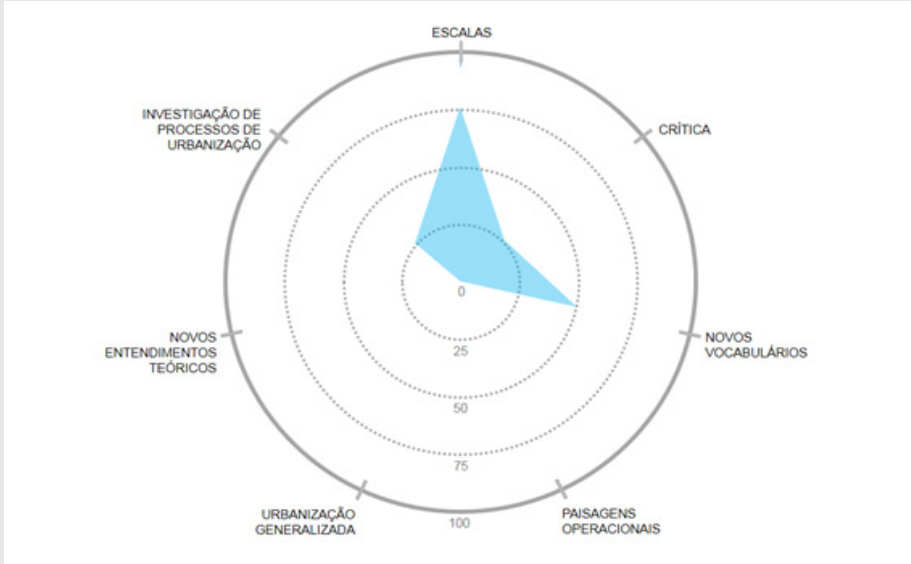


Figura 5: Diagrama de radar The Now Institute. Fonte: autora.

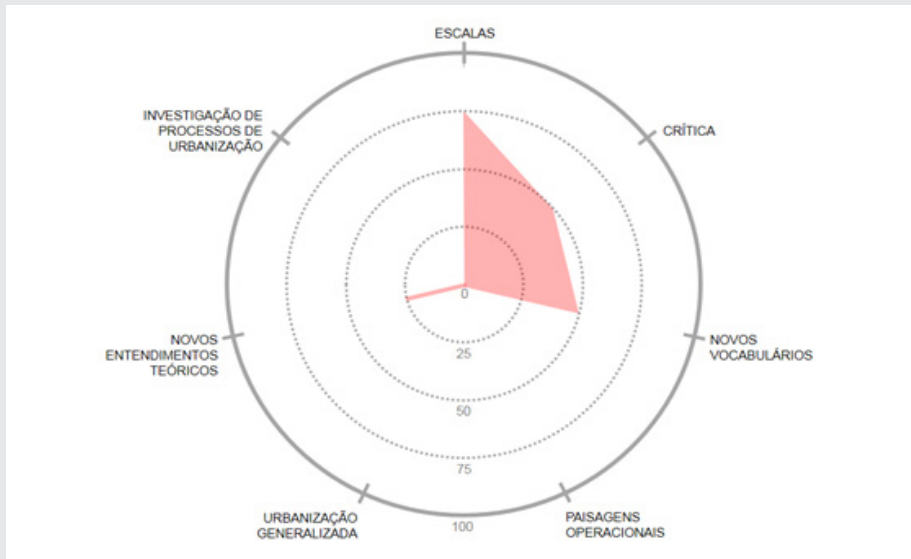


Figura 6: Diagrama de radar Urban-Think Tank. Fonte: autora.

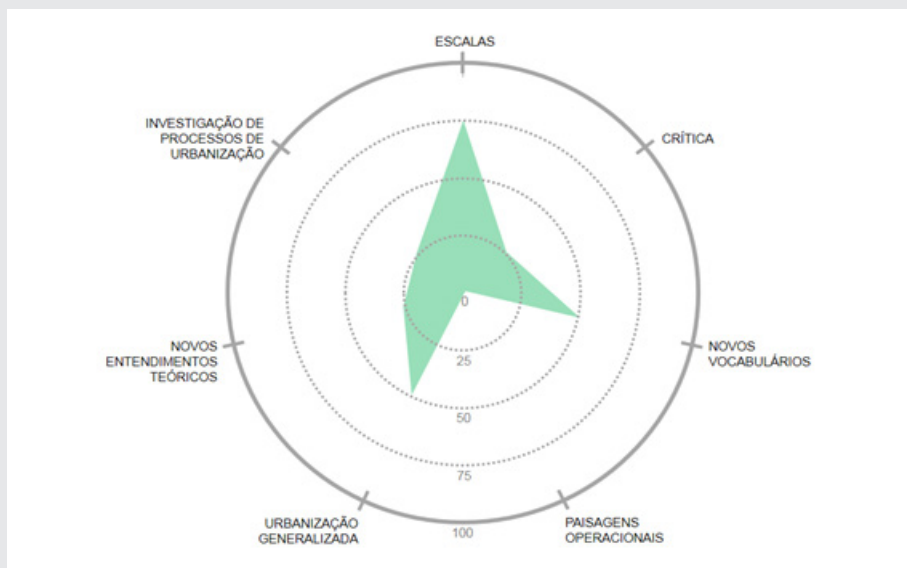


Figura 7: Diagrama de radar The Why Factory. Fonte: autora.

Já o diagrama da AMO quase se assemelha ao heptágono formado pelos sete conceitos. Com exceção da postura crítica, ainda um ponto alto com 75% de presença (nas pesquisas sobre Lagos, a visão crítica não debate diretamente as condições de informalidade dos assentamentos precários), todos os outros conceitos aparecem com 100% (Figura 8).

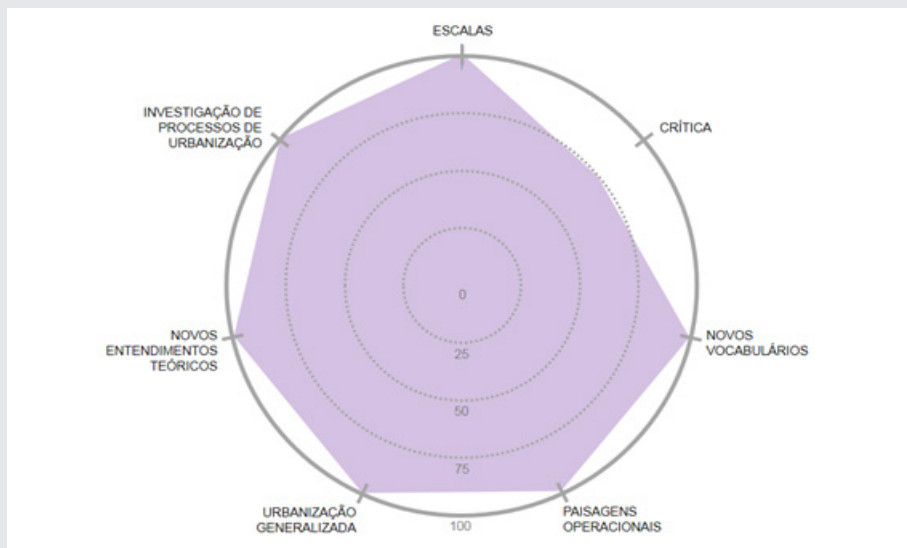


Figura 8: Diagrama de radar AMO. Fonte: autora.

Na sobreposição dos diagramas de radar, fica evidente a grande diferença da AMO para os outros *think tanks*. Além disso, The Now Institute, Urban-Think Tank e The Why Factory se assemelham quanto aos conceitos escala de atuação e novos vocabulários e representações (Figura 9). Para visualização da média geral de cada *think tank*, elaboramos um diagrama de barras que permite comparar as porcentagens médias (Figura 10).

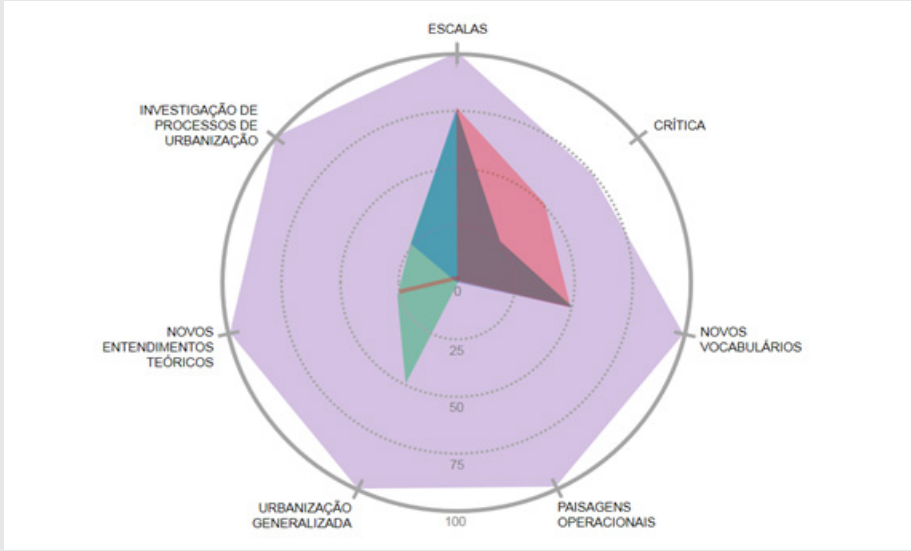


Figura 9: Diagrama de radar, sobreposição dos resultados. Fonte: autora.

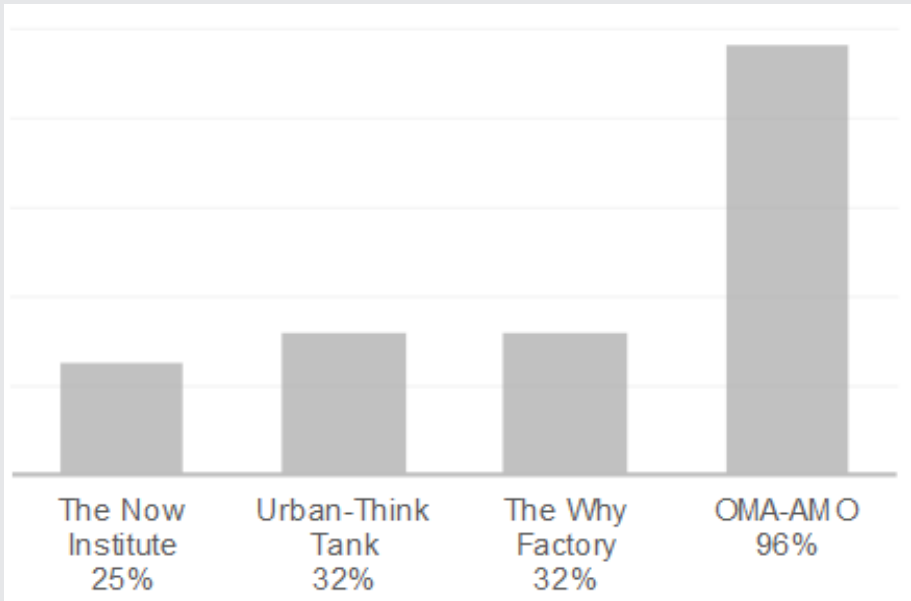


Figura 10: FDiagrama de barras: porcentagem média de cada think tank. Fonte: autora.

Os trabalhos dos *think tanks* fornecem grande quantidade de informação, apresentada em diferentes meios: livros, exposições, documentários, entrevistas, levantamento fotográfico, mapas e propostas projetuais. O que ainda não foi alcançado na totalidade é a desconstrução crítica de certas suposições sobre urbanização, assim o próximo passo das realizações dos *think tanks* deve englobar novos modos de pensar processos urbanos e desenvolvimento de teorias. O não realizado, de certo modo, reflete o estado da disciplina - quase não existe teoria arquitetônica, mesmo com a diversidade de práticas em atuação e apesar de um grande volume de publicações de arquitetura – o período pós-teoria ainda ecoa, mas dentro de um processo em andamento que sinaliza mudanças e necessita de constantes avaliações.

Por fim, pesquisas e projetos experimentais constituem uma metodologia de trabalho que necessita reflexões teóricas periódicas. Observamos iniciativas críticas contra um cenário há tempos hegemônico, mas ainda majoritariamente fechadas na própria disciplina e que devem se complementar com ações que permeiam outros campos do conhecimento. Portanto, revisões críticas destas propostas são importantes para eventuais redirecionamentos da disciplina alinhados às demandas do século XXI, especialmente repertórios voltados para as grandes aglomerações urbanas.

Agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pela concessão de bolsa de pesquisa que originou este artigo (Processo nº 2016/22499-5).

REFERÊNCIAS

BRENNER, Neil; SCHIMD, Christian. "The "urban age" in question". International Journal of Urban and Regional Research. Hoboken: Wiley-Blackwell, Vol.38, N.3, pp 731-755.

BRILLEMBOURG, Alfredo. Entrevista concedida à Lívia Zanelli de Moraes. São Paulo, 31 de janeiro de 2020.

BRILLEMBOURG, Alfredo; KLUMPNER, Hubert; URBAN-THINK TANK; ETH ZURICH. Torre David. Informal vertical communities. Baden: Lars Muller Publishers, 2012.

CHUNG, Chuihua Judy; INABA, Jeffrey; KOOLHAAS, Rem; LEONG, Sze Tsung. Project on the City I: Great Leap Forward. Colônia: Taschen, 2001.

KOOLHAAS, Rem; BOERI, Stefano; KWINTER, Sanford; TAZI, Nadia; OBRIST, Hans Ulrich. Mutations. Barcelona: Actar, 2000.

KOOLHAAS, Rem; VAN DER HAAK, Bregtje. Lagos Wide & Close. Interactive journey into an exploding city. Amsterdam: Submarine, 2006.

LEFEBVRE, Henri. A revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MAAS, Winy; SALIJ, Tihamér; KALMEYER, Bas. Hong Kong Fantasies: challenging world-class city standards. Rotterdam: NAI Publishers, 2011.

MCGANN, James. Think Tanks and the Transnationalization of Foreign Policy. The Quarterly Journal. Garmisch: Connections, Vol. 2, N. 1, pp 85-90.

onthinktanks.org. Acesso em 04 de fevereiro de 2020.

TEIXEIRA, Tatiana. Brazilian Think tanks and their search for identity and recognition. 2012 Congress of the LASA 'Toward a Third Century of Independence in Latin America'. São Francisco: Annals of the 2012 Congress of the Latin American Studies Association.

THE NOW INSTITUTE; MAYNE, Thom; YI, Eui Sung. Haiti Now. Los Angeles: The Now Institute, 2015.

THE WHY FACTORY; MAAS, Winy. The Vertical Village: individual, informal, intense. Rotterdam: NAI Publishers, 2012.

MANUAL DE ARQUITETURA KAMAYURÁ: CONHECIMENTOS TRADICIONAIS SISTEMATIZADOS

*KAMAYURA ARCHITECTURE MANUAL:
SYSTEMATIZED TRADITIONAL KNOWLEDGE*

*MANUAL DE ARQUITECTURA KAMAYURÁ:
CONOCIMIENTOS TRADICIONALES
SISTEMATIZADOS*

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

SILVA, Luis Octavio P. L. de Faria e

Doutor; Plataforma habita-cidade/ Escola da Cidade; PPG Universidade São Judas
Tadeu
lifariaesilva@gmail.com

DIETZSCH, Anna

Harvard University Masters of Architecture in Urban Design; Plataforma habita-cidade/
Escola da Cidade
anna@adietzsch.net

RESUMO

A habitação entre os povos originários no Brasil tem sido objeto de investigação há algum tempo sob pontos de vista antropológico, sociológico e histórico, mas foi pouco explorada pelas disciplinas ligadas à sua construção, como a arquitetura e a engenharia. É apresentado e comentado neste artigo o Manual de Arquitetura Kamayurá, que além de buscar preencher a lacuna acima mencionada, teve a excepcionalidade de ter sido feito a partir de uma demanda interna daquela etnia e resultar em uma publicação de cunho técnico que também traz à tona seu processo de discussão e reflexão, incluindo a perspectiva de autoafirmação coletiva de um conhecimento milenar e importante para a estruturação da vida Kamayurá.

As casas Kamayurá são patrimônio fundamental e, através delas, podemos admirar os saberes da sofisticada Cultura que as vem construindo, sedimentada por séculos de interação com seu habitat, lugares sagrados e reverenciados. O Manual da Arquitetura Kamayurá é uma iniciativa para ajudar a perpetuar a arte de construir essas casas e serve para afirmar a condição de arquitetos de seus construtores tradicionais, que têm uma formação que podemos relacionar àquela, entre nós, quando ainda não existiam Escolas de Arquitetura como temos hoje praticado.

PALAVRAS-CHAVE: *Arquitetura Tradicional. Arquitetura indígena. Manual de Arquitetura. Cultura Kamayurá.*

ABSTRACT

Housing among native people in Brazil has been the subject of investigation from anthropological, sociological and historical points of view, but it has been little explored by the disciplines related to its construction, such as architecture and engineering. The Kamayurá Architecture Manual, presented in this article, tries to fulfill this gap. As an initiative brought by the Kamayura themselves, the Manual resulted in a technical publication, but also brought to light an interesting process of discussion and reflection about the importance of the collective knowledge it tries to systematize.

The Kamayurá houses are an important part of our national heritage and through them we can admire the knowledge of this sophisticated Culture, based on centuries of interaction with their habitat, sacred and revered places. The Kamayurá Manual of Architecture is an initiative to help perpetuate the art of building these houses and affirms the condition of architects of its traditional builders who have been practicing the art of building before the existence of Architecture Schools as we know them today.

KEYWORDS: *Traditional architecture. Indigenous architecture. Architecture Manual. Kamayurá Culture.*

RESUMEN

La vivienda entre los pueblos nativos de Brasil ha sido objeto de investigación durante algún tiempo desde puntos de vista antropológicos, sociológicos e históricos, pero ha sido poco explorada por las disciplinas relacionadas con su construcción, como la arquitectura y la ingeniería. El Manual de Arquitectura de Kamayurá que se presenta y comenta en este artículo, además de tratar de llenar el vacío mencionado anteriormente, tenía la excepcionalidad de haber sido hecho a partir de una demanda interna de ese grupo étnico y dar como resultado una publicación técnica que también plantea su proceso de discusión y reflexión, incluida la perspectiva de autoafirmación colectiva de un conocimiento antiguo e importante para la estructuración de la vida de Kamayurá.

Las casas Kamayurá son patrimonio fundamental y a través de ellas podemos admirar el conocimiento de la sofisticada cultura que las ha estado construyendo, basada en siglos de interacción con su hábitat, lugares sagrados y venerados. El Manual de Arquitectura de Kamayurá es una iniciativa para ayudar a perpetuar el arte de construir estas casas y sirve para afirmar la condición de arquitectos de sus constructores tradicionales que tienen un trasfondo con el que podemos relacionarnos, entre nosotros, cuando aún no había Escuelas de Arquitectura como practicadas hoy.

PALABRAS-CLAVE: *Arquitectura Tradicional. Arquitectura indígena. Manual de arquitectura. Cultura Kamayurá.*

BRASIL, A GRANDE CASA KAMAYURÁ

A partir da intenção de realizar um Manual da Arquitetura Kamayurá, importante etnia que vive na Terra Indígena do Xingu, houve no início de 2019 um primeiro encontro do grupo que se formou para essa empreitada na Escola da Cidade, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na cidade de São Paulo, com alguns representantes Kamayurá. Mayarú, futuro cacique da Aldeia Kamayurá de Ipawu, Kajá, seu irmão, e Marcello, liderança e interlocutor da etnia junto a órgãos de saúde e quanto a inúmeros projetos, foram à cidade de São Paulo para se encontrar com historiadores, antropólogos e visitar coleções para rever material sobre suas práticas culturais que havia sido coletado ao longo de

décadas de visitas ao Xingu. Estavam trabalhando no Arquivo Kamayurá, projeto que ambiciona resgatar registros de suas músicas, danças, e práticas, e organizar um arquivo próprio, para o qual os Kamayurá têm realizado uma difícil costura de materiais e informações de diferentes tempos e espaços, enquanto refletem sobre o presente e buscam delinear um porvir.

Imersos em uma “sociedade envolvente”, como eles e alguns antropólogos se referem ao Brasil, ou à estrutura socioeconômica moderna-industrial que nos rege de maneira geral, precisam o tempo todo nos lembrar que não são *outros*, mas sim mais *um* dentro de um presente não-hegemônico, coabitado por diferenças, apesar do que teimamos em ensinar e aprender em nossas escolas de origem européia.

Foi formalizado, naquele primeiro encontro, o convite dos Kamayurá à Escola da Cidade, para uma visita à Aldeia Ipawu, onde seriam realizadas oficinas para a produção de um Manual da Arquitetura Kamayurá. “Queremos que vocês nos ensinem a fazer um Manual. A Arquitetura Kamayura nós sabemos como fazer” - disseram. No esforço de resgate de suas tradições e autodocumentação, queriam uma relação de troca: mostrariam como constróem e aprenderiam uma maneira de registrar essa construção.

O grupo da Escola da Cidade que foi à aldeia Ipawu era formado por 20 pessoas, na maioria mulheres, jovens entre 18 e 30 anos, que ficaram três semanas imersos no tempo-espaço circular da aldeia, cercados por sons diferentes como da cantoria das mulheres durante o eclipse lunar, banhados por uma luz de sol suave e amarela, entre sorrisos brancos e peles vermelhas adornadas de lãs coloridas, peixes pululando no arrastão da rede dos preparativos do Kwaryp e banhos na lagoa sagrada de Ipawu.

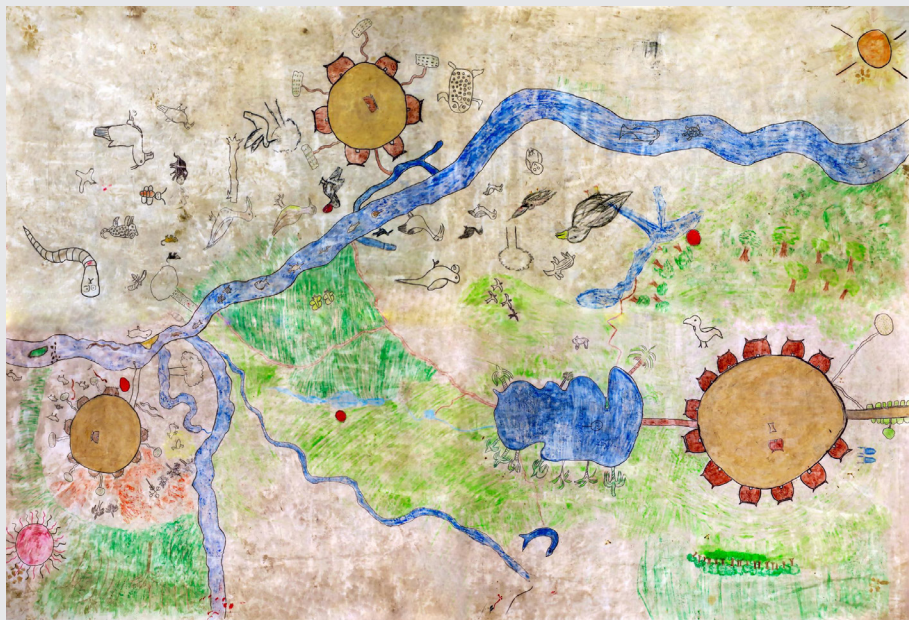


Figura 1. Desenho dos Mestres construtores Kamayurá para representar o seu território (técnica mista, em lonita de 3X5m)

Fonte: Acervo de material produzido durante a oficina Manual de Arquitetura Kamayurá

Ao som da flauta sagrada Aruá e do chocalho ritmado das pisadas na terra daqueles que faziam a circunvolução ritual no espaço central da Aldeia de Ipawu, deu-se em Julho de 2019 o início dos trabalhos do grupo da Escola da Cidade, na sombra de árvores frondosas, com os mestres construtores Kamayurá, para aprenderem como constróem a casa (Figura 3). Os mestres construtores desenharam o território das aldeias Kamayurá (Figura 1), que entendemos como a “Grande Casa Kamayurá”, cortes (Figura 2) e fachadas da Oka Ete ou ‘Ok Eté (Casa arquetípica) e conduziram ativamente a produção dos modelos tridimensionais das suas etapas construtivas (Figuras 8 e 12). A partir do material produzido, foi diagramado, impresso e encadernado o Manual de Arquitetura Kamayurá. Quando foram distribuídos os impressos do Manual, um para cada casa de Ipawu, numa cerimônia no Centro da aldeia, o grupo da Escola da Cidade já não era de estranhos. Visitantes-colaboradores, o grupo saiu de Ipawu transformado, acalentando um outro futuro para os Kamayurá e para si.

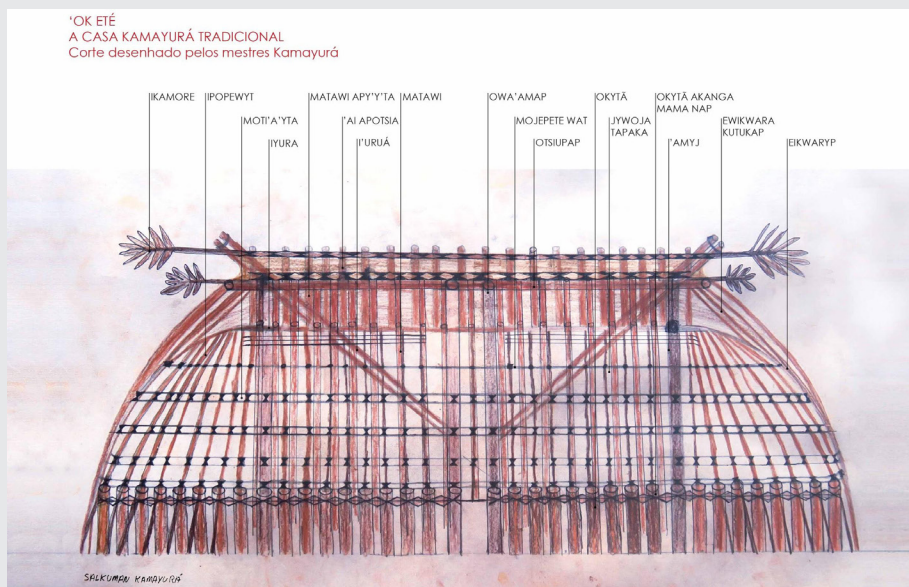


Figura 2. Desenho realizado pelos mestres construtores Kamayurá por ocasião de oficina para produção do Manual de Arquitetura Kamayurá, editado com a indicação de nomes dos componentes.

Fonte: Material produzido pelo grupo de alunos da Escola da Cidade, a partir de desenho dos mestres construtores Kamayurá

ARQUITETOS TRADICIONAIS EM BUSCA DA SISTEMATIZAÇÃO DE SEUS SABERES

Em O pensamento selvagem (1962) Lévi-Strauss defende que saber tradicional e conhecimento científico repousam ambos sobre as mesmas operações lógicas e, mais, respondem ao mesmo apetite de saber. (...)
(CUNHA, 2017 p. 295-6)

A construção da casa entre os povos originários no Brasil tem sido objeto de investigação há algum tempo. Podemos destacar, por exemplo, livros de referência como o organizado pela arquiteta Sylvia Caiuby Novaes ("Habitações Indígenas", São Paulo: Nobel, 1983) e o do arquiteto Johan Van Lengen ("Arquitetura dos índios da Amazônia", São Paulo: B4 editores, 2013), entre outros. Representantes de várias etnias, por outro

lado, interessados na manutenção de suas Culturas, têm realizado, de forma orgânica, levantamentos e reflexões sobre seus próprios saberes e artefatos, em um processo que se percebe também nos protocolos de consulta prévia de povos indígenas, regulamentação da forma de interação internamente definidas por diferentes etnias (MPF, 2019).

Pode-se entender a Cultura arquitetônica de muitos dos povos originários do Brasil como razoavelmente conhecida, mas o trabalho aqui relatado, em função de sua excepcionalidade, coloca a luz sobre nuances que revelam um conhecimento profundo ainda pouco compreendido. A excepcionalidade resulta de o Manual de Arquitetura Kamayurá que aqui se está apresentando ter se iniciado a partir de uma demanda de representantes daquela etnia. Na medida em que a demanda Kamayurá é a razão do Manual referido, também é resultado de uma intensa interação a forma como foi levado a cabo. Representantes da sofisticada etnia Kamayurá, no Alto Xingu tinham algumas coisas em mente quando solicitaram apoio para a execução daquele que começaram a chamar de Manual de Arquitetura Kamayurá, ainda sem ter muito claro como fazê-lo. O grupo que se formou a partir dessa demanda inicial, professores e alunos da Escola da Cidade, iniciou uma reflexão sobre o que seria um Manual de Arquitetura para os povos indígenas de forma geral e para os Kamayurá em especial. A perspectiva de que os povos originários têm uma tradição fundamentalmente oral fez com que o grupo estabelecido para dar apoio à empreitada pensasse que o manual se utilizaria de uma linguagem filmica, audiovisual, na medida em que essa forma de expressão e transmissão seria mais condizente com seus saberes. Ainda assim, a ideia de um manual ao modo ocidental, com apresentação de etapas da construção, classificação de materiais e componentes, tabelas etc se manteve na expectativa do grupo que se viu como apoio e não como proponente da empreitada. Ao final do processo, tanto materiais gráficos como audiovisuais foram coletados e editados.



Figura 3. Mestres construtores Kamayurá produzindo desenhos de representação da casa tradicional

Fonte: Foto do autor

Algumas oficinas foram realizadas para capacitação dos integrantes do grupo da Escola da Cidade, no sentido de dar apoio à captação de imagens e de som para que depoimentos dos construtores Kamayurá pudessem ser registrados, já que vídeos seriam facilitadores da compreensão do processo de construção.

Algumas oficinas também foram realizadas antes da ida à Aldeia de Ipawu para que o grupo pudesse desenvolver um projeto gráfico, editar o material, dentre os quais desenhos a partir das informações que iriam ser obtidas. Além da prática de programas de editoração, também o grupo se iniciou em técnicas de encadernação, na medida em que se determinou que volumes finais poderiam ser realizados e concluídos *in loco*, com um produto físico a ser deixado na Aldeia, o que resultou em algo extremamente positivo.

A excepcionalidade do projeto, assim, está na condição de um Manual de Arquitetura ter sido produzido a partir da demanda dos próprios Kamayurá. Isso fez com que a empreitada fosse preparada de maneira flexível, entendendo que a decisão sobre a

forma do Manual e a expressão do seu conteúdo aconteceria junto aos construtores daquela etnia.

POVOS ORIGINÁRIOS E O BRASIL

O Manual de Arquitetura Kamayurá foi, assim, uma oportunidade importante para renovar o encontro entre uma etnia sofisticadíssima como é o caso dos Kamayurá e a formação e ofício dos arquitetos moldados na dinâmica das cidades de matriz ocidental, comprometidas ou embebidas no que Marshall Berman se refere como sendo a experiência da Modernidade (BERMAN, 1987). Esse encontro reverbera todo o histórico de relação entre o Brasil e os povos originários. Brasil entendido como uma construção de 500 anos, em contínua transformação, onde povos originários da terra têm sido deslocados e vítimas de genocídio, que têm sido inclusive frequentemente impedidos de manter seu modo de viver. A Constituição brasileira de 1988 traz, por outro lado, no seu artigo 231, a declaração de que os povos originários têm direito às suas terras, de maneira que consigam reproduzir sua Cultura. O parágrafo primeiro do artigo citado explicita que as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são aquelas

por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, grifo dos autores).

Emendas constitucionais que têm sido propostas recentemente fragilizam a soberania dos povos originários, no que diz respeito ao seu modo de vida e aos territórios onde este se faz possível.

Na Universidade, por outro lado, vemos um esforço há algum tempo no sentido de compreender a posição do *outro* na condição brasileira - *outro* representado pelos povos indígenas, que têm se afirmado como defensores de condições ambientais fundamentais para o equilíbrio no planeta.

Numa surpreendente mudança de rumo ideológico, as populações tradicionais da Amazônia, que até recentemente eram consideradas como entraves ao “desenvolvimento”, ou na melhor das hipóteses como candi-

datas a ele, foram promovidas à linha de frente da modernidade. Essa mudança ocorreu basicamente pela associação entre essas populações e os conhecimentos tradicionais e a conservação ambiental (CUNHA, ALMEIDA, 2017, p.267)

Assim sendo, populações tradicionais, dentre as quais os chamados povos originários

são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados.” (CUNHA, ALMEIDA, 2017,p. 291-2)

O CONTEXTO DOS KAMAYURÁ NO XINGU

A Amazônia, hoje, está em uma condição de risco imenso. Região de dimensão extraordinária e compartilhada por vários países, é no Brasil onde está a maior parte de suas terras. Ali, incêndios recentes têm alertado para os riscos dessa prática e suas consequências climáticas. Ao se observar que coincidem em grande medida as terras indígenas no Brasil e nos países com território na região amazônica com a floresta que se mantém em pé, fica reforçada a ideia dos povos originários como seus grandes guardiões. Terras indígenas, reservas extrativistas e parques nacionais, lugares importantes quanto à preservação, têm sido atualmente pressionados por uma agroindústria que produz *commodities* em fazendas de grandes dimensões, com equipamentos caros mas que têm como modo de operação o desmate radical das áreas onde vão ser plantados grãos como soja e outros, grande parte para o mercado internacional e resultam em fator de desequilíbrio para os ecossistemas locais. No caso da Bacia do rio Xingu, onde estão as terras Kamayurá, é dramático o limite entre as extensas plantações de grãos e a mata preservada da Terra Indígena - lá se refere a essa borda como o “abraço da morte” (Figura 4), na medida em que, entre vários desdobramentos, a fauna fica confinada, algo que resulta em conflitos e desequilíbrio, e nascentes perdem capacidade, o que traz efeitos evidentes nos regimes de cheias dos rios.

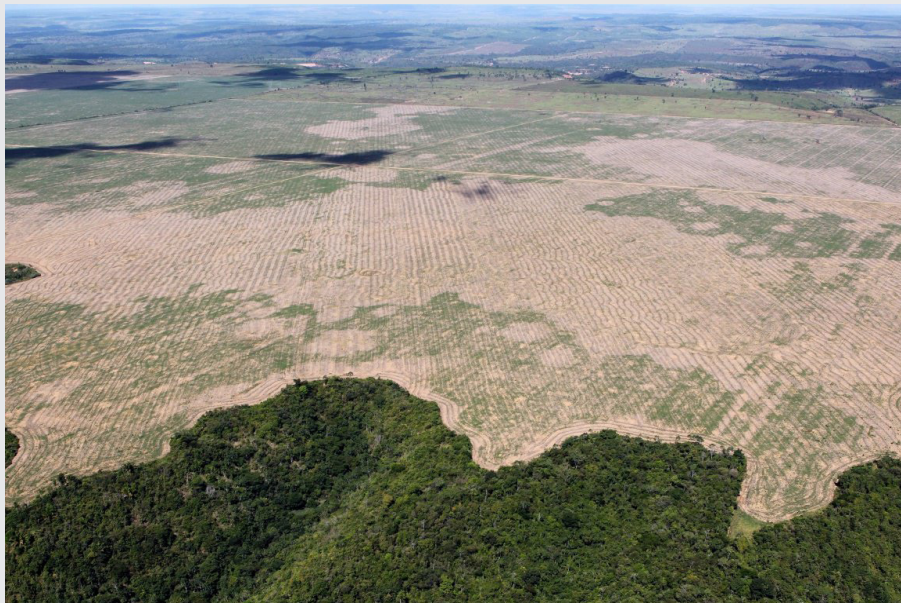


Figura 4. Imagem aérea do limite da Terra Indígena do Xingú (TIX)

Fonte: Foto Felipe Werneck/IBAMA disponível em <https://www.oeco.org.br/noticias/desmata-mento-na-amazonia-aumentou-80-em-setembro-diz-imazon/> acesso Fevereiro 2020

Nove etnias tradicionalmente habitam a Terra Indígena do Xingú (Figura 5) e outras etnias também para ali se transferiram em tempos mais recentes. Trata-se de uma região de grande riqueza cultural e linguística, com uma situação extraordinária já que ali muitas línguas com raízes frequentemente diferentes são faladas próximas territorialmente. Também ali se encontra uma grande diversidade de flora e fauna, sendo aquela região de transição entre a floresta amazônica e o cerrado. É nesse contexto que vivem os Kamayurá, que sofrem pressão há séculos no relacionamento com o Brasil, que resistem com o seu modo de viver e ao mesmo tempo apropriam-se de técnicas, ferramentas e procedimentos, transformando-os em instrumentos para facilitar suas vidas e atualizar sua forma de ser e sua Cultura.

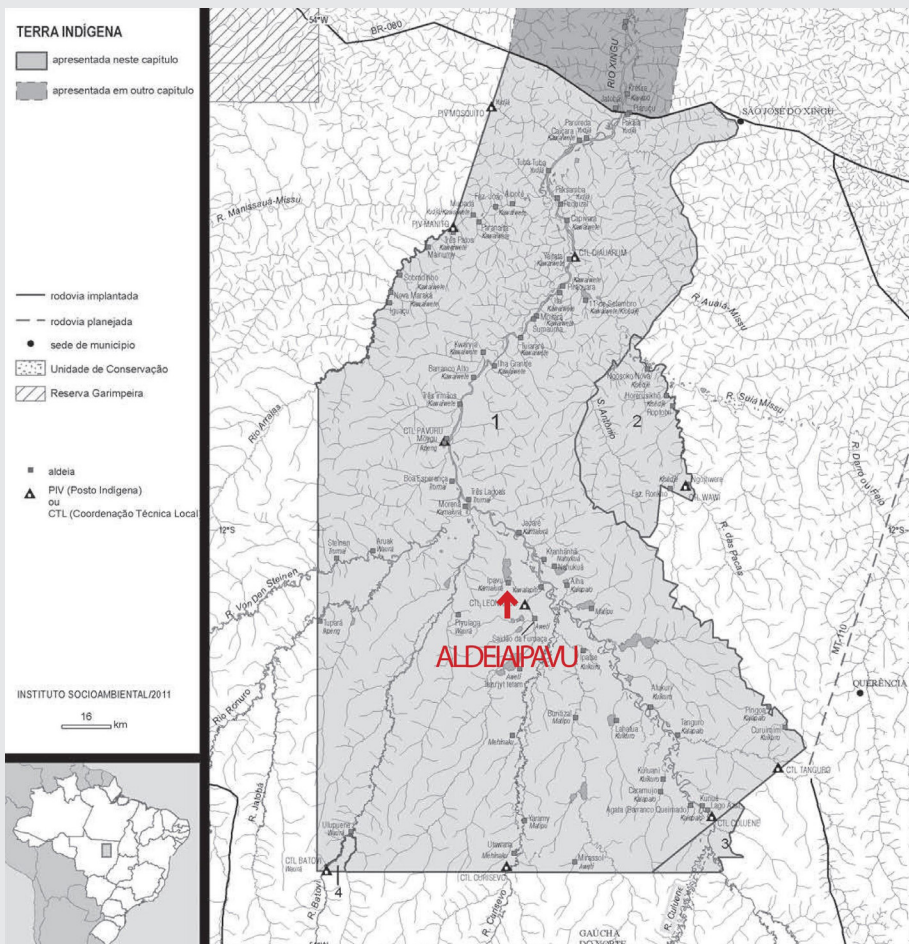


Figura 5. Mapa da Terra Indígena do Xingu (TIX) com destaque para a posição da Aldeia Kamayurá de Ipawu

Fonte: Mapa do Instituto Socioambiental (ISA), editado pelo grupo que produziu o Manual de Arquitetura Kamayurá

O MANUAL DE ARQUITETURA KAMAYURÁ

O grupo que se preparou para ajudar a produzir o Manual de Arquitetura Kamayurá teve uma grande surpresa ao chegar na Aldeia Ipawu, já que a expectativa inicial era integrar com alguns construtores locais e descobriu que todo o chefe de família Kamayurá

é o construtor de sua casa e, portanto, arquiteto. Na medida em que todos os chefes de família são construtores (e arquitetos, no sentido de que coordenam a operação da construção a partir de conceituação prévia) que fazem a própria casa, o Manual de Arquitetura Kamayurá resultaria de uma reunião de todos eles. Esses construtores, cuja formação se deu através do convívio com familiares, frequentemente tios, tinham cada qual lembranças da forma de se construir, mas na medida em que o processo de construção do Manual avançava, percebia-se que o recenseamento dos conhecimentos relativos à construção da casa que se estava empreendendo servia para que todos pudessem lembrar do conjunto dos saberes, que estavam distribuídos, com alguns que lembravam de certas coisas melhor do que outros. O homem Kamayurá tem muito orgulho de se dizer o construtor da própria casa, afirmar que a construção foi feita por ele e que poucos o ajudaram, apenas aprendizes da família. Existe, assim, uma certa dispersão dos conhecimentos entre os construtores. Compreende-se, então, que a ideia do Manual era no sentido de que todos lembrassem de tudo sobre a construção, que não é, entre os Kamayurá tradicionalmente precedida de desenhos, mas a partir de uma casa arquetípica que está na memória do construtor, aprendida na relação com os mestres que foram os tios ou parentes mais velhos junto aos quais os Kamayurá construíram casas quando jovens. Algo dessa casa arquetípica foi desvelada no Manual de Arquitetura Kamayurá (Figura 6).

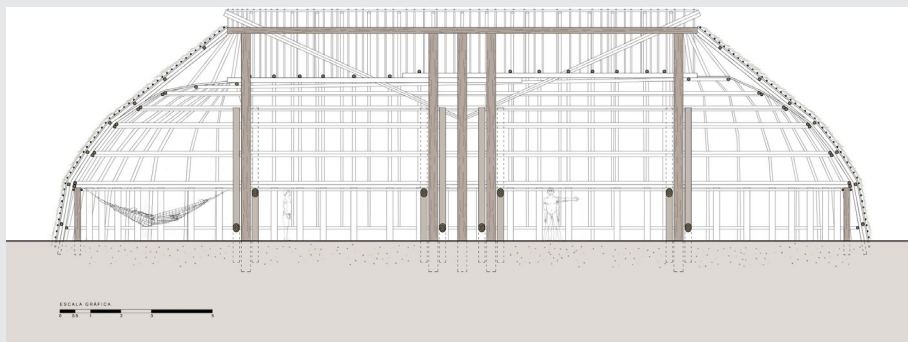


Figura 6. Corte longitudinal da casa tradicional Kamayurá

Fonte: Material produzido para o Manual de Arquitetura Kamayurá

A casa arquetípica Kamayurá tem o chefe da família como referência para dimensões e proporções. A altura do chefe da família é referência para troncos definidores do perímetro da casa, assim como a altura dos mastros centrais resulta de um ângulo de sua visão. Distâncias e proporções de elementos componentes da construção são baseados em suas dimensões: ora a altura do joelho, ora a altura do peito ou distância do centro

do peito à ponta dos dedos, dimensão do braço ou tamanho do pé, em um sistema de medidas e relações antropométricas (Figura 7).



Figura 7. Mestre Kamayurá indicando relações de proporção na construção tradicional.

Fonte: Foto do autor

Existe um faseamento da construção da casa Kamayurá, cujo início se dá com a instalação de mastros centrais e de outros que correspondem ao limite daquela que vai ser a nave central da casa, uma abóbada que se iniciará no chão. Troncos da altura do construtor são instalados no perímetro limite da futura casa. Quando esse perímetro está concluído e traves horizontais no cume dos mastros centrais são instalados, termina a primeira fase da obra (Figura 8). Na sequência, começa a ser colocada a trama de madeiras que vai receber a palha de cobertura, Essa trama resulta em uma cestaria monumental, em que duas cestas se entrelaçam, tendo entre elas um jirau, tradicionalmente utilizado como depósito para armazenamento de alimentos que eram preservados pela fumaça de fogos acesos no interior da casa e também posição estratégica para arqueiros.

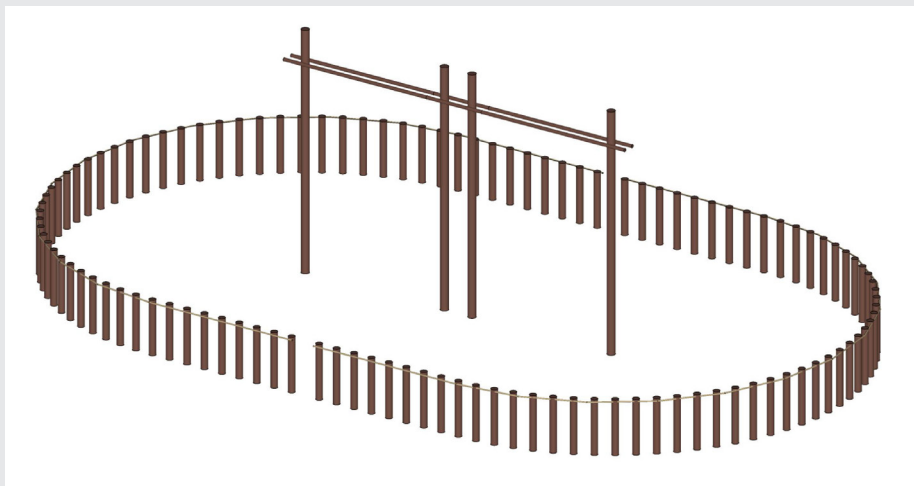


Figura 8. Perspectiva que representa a conclusão da primeira fase da construção da casa tradicional Kamayurá

Fonte: Material produzido para o Manual de Arquitetura Kamayurá

As duas cestas entrelaçadas configuram uma abóbada (Figura 9), ladeada por duas meias cúpulas, cobertas por palhas dobradas, não amarradas, e apoiadas em anéis de madeira concêntricos.

Na estrutura existem elementos diagonais que impedem a cesta de se movimentar já que travam eventual torção do conjunto.

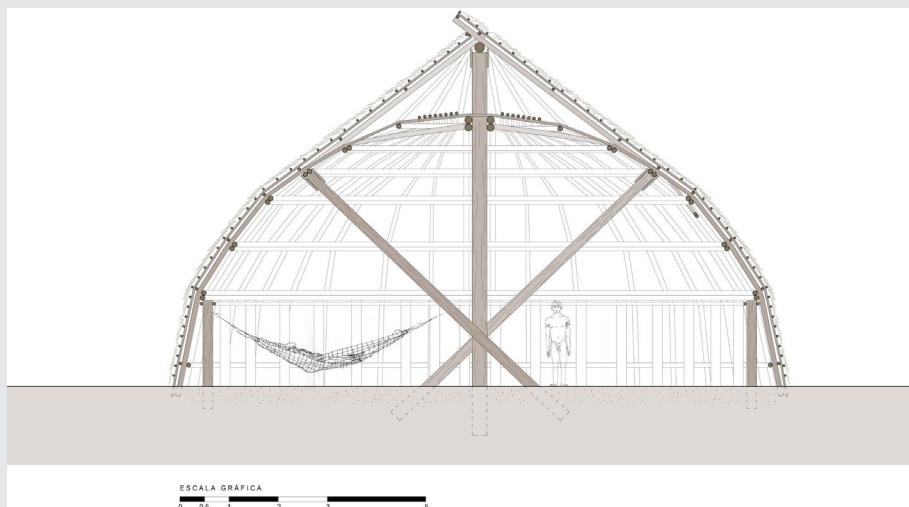


Figura 9. Corte transversal da casa tradicional Kamayurá

Fonte: Material produzido para o Manual de Arquitetura Kamayurá

Existe um escape de fumaça no cume da construção, fenda que permite a entrada de alguma luz no interior da casa, que está sempre na penumbra, com iluminação principalmente pelas duas portas, uma que se volta para Cento da Aldeia e outra para o quintal. A casa representa um limite entre o Centro da Aldeia e o quintal, e é onde se desenrola a vida doméstica, ora tomada por dinâmicas do Centro da Aldeia, como quando durante rituais entram tocadores de uruaí, que fazem com que a casa se confirme como parte do tempo da Aldeia, ora como lugar para onde se dirige a produção das hortas dos quintais manejados pelas mulheres.

Entendeu-se, ao longo do processo de sua execução, que também o Manual tinha o sentido de deixar mais acessível para os jovens Kamayurá a forma tradicional de construir. Assim sendo, não só o Manual é um recenseamento dos saberes para os construtores, como também um facilitador para que o jovem Kamayurá possa no futuro construir a sua casa.

Muitos desafios se colocam para a Cultura da construção Kamayurá: os materiais têm sido encontrado cada vez mais longe, ainda que alguns mestres façam o manejo do entorno, sabendo quando a madeira está nova ou quando já pode ser retirada sem prejuízo para a floresta.

O Manual sobre o qual aqui se reflete tem a excepcionalidade de ter sido feito a partir de uma demanda interna dos mestres construtores Kamayurá, com o apoio daqueles que também produziram alguns desenhos e ajudaram nesse extraordinário recenseamento.

É nesse sentido que se decidiu apresentar algo desse processo neste artigo, garantindo assim a confirmação da condição de arquitetos àqueles construtores tradicionais que têm uma formação que podemos relacionar com àquela, entre nós, quando ainda não existiam Escolas de Arquitetura como temos hoje praticado.

A CASA KAMAYURÁ VISTA POR OLHOS OUTROS

A casa Kamayurá está nas bordas da área circular onde se encontra o Centro da Aldeia (Figura 10) e representa seu limite com o anel concêntrico contíguo a ele, onde estão os quintais e construções satélites. Seus elementos estruturais são combinados com economia e elegância, por componentes esbeltos que se fundem num sistema coeso. Toda construída com materiais retirados da floresta, seu sofisticado sistema construtivo não é apreendido num primeiro olhar.



Figura 10. Vista da Aldeia Ipawu

Fonte: Foto do autor

A casa Kamayurá arquetípica (Ok Ete, a casa verdadeira) também não se encerra em si mesma, fazendo parte de um sistema de significados e práticas que abarcam vários aspectos da vida cotidiana e do conhecimento Kamayurá. Noções da vida comunitária, suas etiquetas e costumes estão todas impressas nessa grande casa.

A partir do modelo arquetípico, a construção da casa se inicia pelo posicionamento dos mastros centrais (owa'amap), com aproximadamente 8 metros de altura. Na seqüência, mourões (okytã) de 20cm a 30 cm de diâmetro definem o perímetro da nova

casa, tendo como referência a altura do chefe da família. Traves horizontais (matawi apy'y'ta) no alto dos mastros centrais completam a fase inicial da construção, quando o limite entre o Centro da Aldeia e a área doméstica dos quintais se revela. Estabelece-se ali o centro articulador entre a vida doméstica e a vida cerimonial coletiva: no Centro os homens se encontram, as decisões quanto ao futuro da comunidade são seladas, as danças rituais realizadas e os mortos enterrados, enquanto nos quintais se dão as atividades do cotidiano, manejadas pelas mulheres, com o cuidado das crianças, a produção de objetos funcionais, adornos e o processamento da mandioca.

As traves no alto dos mastros receberão a trama de elementos estruturais de pindaíba em arcos (matawi) e em anéis concêntricos (motsi'ayta e ywya'ia py'y'ta), onde irão se apoiar as madeiras (ywya'ia atykatap e japea py'y'ta) que recebem o sapé da cobertura, não amarrado, mas em feixes simplesmente encaixados dobrados. As amarrações entre as peças da estrutura são realizadas através de nós específicos, como o “peito de gafanhoto” (tawarerôa poti'a) e o “rosto do macaco” (akyky'arôa), explicitando o aprendizado através da observação dos moradores da floresta (Figura 11).

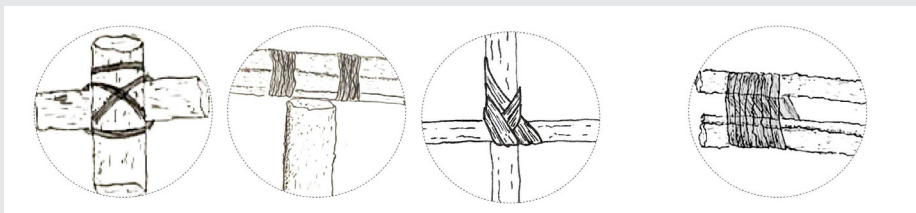


Figura 11. Desenhos representando as formas de amarração dos componentes da construção Kamayurá

Fonte: Material produzido para o Manual de Arquitetura Kamayurá

A estrutura resultante da casa faz pensar em duas cestas, entrelaçadas e emborcadas, de dimensões monumentais, fincadas ao solo por meio dos mastros e amarradas aos troncos do perímetro articulador. No cume da casa, há uma fenda horizontal através da qual entra iluminação sutil e escapam o ar quente e fumos. O volume final é o de uma abóboda ladeada por duas meias cúpulas, todas partindo direto do solo (Figura 12).



Figura 12. Perspectiva da casa tradicional kamayurá

Fonte: Material produzido para o Manual de Arquitetura Kamayurá

As laterais da nave principal da casa têm dimensão apropriada para a instalação de redes entre a linha formada pelos mastros centrais e os troncos do perímetro (Figura 13). As redes, em princípio, são posicionadas sob as meias cúpulas das extremidades da casa, frequentemente separadas da nave central por panos, véus que servem de filtros de intimidade. À noite, nessas áreas de descanso, fogareiros são acesos entre as redes para atenuar o frio.

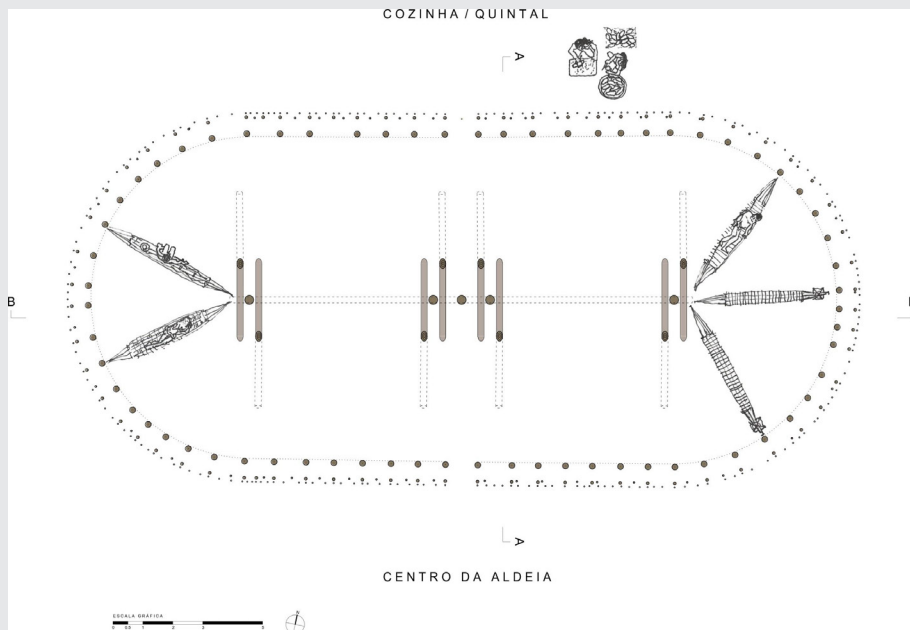


Figura 13. Planta da casa tradicional Kamayurá

Fonte: Material produzido para o Manual de Arquitetura Kamayurá

O fogo, originalmente também usado na preparação dos alimentos dentro da casa, ajudava na preservação das palhas da cobertura e do alimento guardado no jirau. Além deste uso cotidiano, o jirau, que marca o encontro entre as duas grelhas estruturais complementares, também era apoio para defesa quando das invasões inimigas — nele, arqueiros se posicionavam estrategicamente para lançar suas flechas. Hoje, as coberturas de palha têm sido associadas a lonas plásticas, o que limita o uso do fogo no interior da casa.

Na área central da casa voltada para o quintal, atividades relacionadas ao cotidiano predominam, enquanto a parte voltada para o Centro da Aldeia serve de transição e expansão quanto ao uso cerimonial externo, com as contrações e dilatações dos rituais, dentre os quais o da circunvolução dos flautistas que dançam e tocam junto às portas das casas, onde entram e ressacralizam seu pertencimento ao mecanismo aprisionador e ressignificador do tempo representado pela Aldeia como um todo (Figura 14).



Figura 14. Circunvolução ritual de flautistas na Aldeia Ipawu

Fonte: Foto do autor

A casa tradicional aparentemente substituiu uma outra casa antiga, que não se faz mais, e sobre a qual há alguns relatos. Hoje vemos um movimento simplificador da casa tradicional na “casa lagartixa” (Figura 15) e na “casa karaiwapyt”, talvez prenúncio de adaptação às transformações atuais, limite entre sedução, abandono, apropriação e resistência quanto à Cultura Kamayurá e aos movimentos que a circundam e pressionam.



Figura 15. Casa “lagartixa”, em construção no período da oficina realizada para produção do Manual de arquitetura Kamayurá

Fonte: Foto do autor

As casas Kamayurá são patrimônio fundamental e através de sua observação poderemos admirar os saberes da sofisticada Cultura que as vem construindo, sedimentada por séculos de interação com a floresta, campos cerrados e lagoas, lugares sagrados e reverenciados.

REFERÊNCIAS

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, Capítulo VIII *Dos Índios* artigo 231 disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10643688/artigo-231-da-constituicao-federal-de-1988>> acesso em Setembro de 2019

CUNHA, M. C. **Relações e dissenções entre saberes tradicionais e saber científico** in CUNHA, M. C. **Cultura com aspas e outros ensaios** São Paulo: Ubu Editora, 2017 p. 295-6

CUNHA, M.C.; ALMEIDA, M. W. B. **Populações Tradicionais e Conservação Ambiental** in CUNHA, M. C. **Cultura com aspas e outros ensaios** São Paulo: Ubu Editora, 2017 (originalmente publicado em CAPOBIANCO, J. P. **Biodiversidade na Amazônia** São Paulo: Estação Liberdade/ISA, 2001)

MPF (Ministério Público Federal. **Protocolo de Consulta Prévia dos Povos Indígenas** disponível em <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/protocolos-de-consulta-dos-povos-indigenas>> acesso em Setembro de 2019

Sobre o Manual e a Oficina para sua execução:

<http://habitacidade.escoladacidade.org/manual-de-arquitetura-kamayura/>

<https://www.archdaily.com.br/br/923178/manual-de-arquitetura-kamayura>

https://www.youtube.com/watch?v=N_tNuYfbcoA

UMA NARRATIVA- PROCESSO E MÉTODOS DO 'PROGRAMA DE MELHORAMENTO DE VIVENDA' NA VILLA 31-BUENOS AIRES

**A NARRATIVE: PROCESS AND METHODS OF THE 'LIVING-
PLACE IMPROVEMENT PROJECT' IN THE 'VILLA 31'-
BUENOS AIRES**

**UNA NARRATIVA: PROCESO Y MÉTODOS DEL 'PROGRAMA
DE MEJORAMIENTO DE VIVIENDA' EN LA VILLA 31-
BUENOS AIRES**

INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

PROÊZA, Samira S.

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo
ssproeza@gmail.com

RESUMO

Esse artigo tem o objetivo de apresentar e discutir uma experiência prática projetual e territorial no programa Melhoria de Vivenda, pertencente ao processo de urbanização da Villa 31, em Buenos Aires- Argentina, a cargo da Secretaria de 'Integracion Social y Urbana' do 'Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires'. O bairro Padre Mugica, conhecido atualmente pelo nome de Villa 31, está sendo afetado por uma intensa urbanização em seu território. E, além disso, é um dos assentamentos informais mais emblemáticos da Argentina, gerando conflitos políticos e econômicos diversos- a localização privilegiada do bairro, na região central da cidade é um dos principais motivos para o grande interesse especulativo. Nesse contexto, a experiência profissional relatada aqui, acontece especificamente no setor habitacional, a partir do programa de Melhoria de Vivenda Integral. Pretende-se discutir os aspectos relacionados ao programa, a lei de urbanização que conduz a intervenção sob o ponto de vista habitacional, o processo de abordagem, os critérios projetuais, e desdobramentos do programa na vida dos moradores, nas vivendas e no território.

PALAVRAS-CHAVE: *habitação; melhoria de vivendas; territórios informais; urbanização.*

ABSTRACT

This article purpose is to present and discuss mine practical, projectual and territorial experience in the "Living-Place Improvement Project", belonging to the urbanization process of "Villa 31" in Buenos Aires, Argentina, in charge of the "Urban and Social Integration" secretary of the City Government. The "Pepe Mujica" neighborhood, known as "Villa 31" it's being affected by a huge urbanization in its territory. And it's also one of the most emblematic informal settlement in Argentina, generating several political and economics conflicts — the privileged location, in the central area of the city it's one of the main reasons for a big speculative interest. In this context, the professional experience reported here, is specifically about the residential area, from the perspective of "Living-Place Improvement Project". The intention is to discuss aspects related to de program, the urbanization law that lead the intervention from a habitational point of view, the approach process, the project criteria and the unfolding of the project in the neighbor's lifes, the households and the territory.

KEYWORDS: *habitation; Living-Place Improvement; informal territories; urbanization.*

RESUMEN

Este artículo tiene el propósito de presentar y discutir una experiencia práctica, proyectual y

territorial en el programa “Mejoramiento de Vivienda” perteneciente al proceso de urbanización de la “Villa 31”; en Buenos Aires — Argentina, a carga de la “Secretaría de Integración Social y Urbana” de “Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires”. El barrio “Pepe Mujica”, conocido actualmente como “Villa 31”, está siendo afectado por una intensa urbanización en su territorio. Y, además, es uno de los asentamientos informales más emblemáticos de Argentina, generando conflictos políticos y económicos diversos — la localización privilegiada del barrio, en la región central de la ciudad es uno de los principales motivos para un gran interés especulativo. En este contexto, la experiencia profesional relatada aquí, sucede específicamente en el sector habitacional, a partir del programa de “Mejoramiento de Vivienda Integral”. Se pretende discutir aspectos relacionados al programa, la ley de urbanización que conduce la intervención desde el punto de vista habitacional, el proceso de abordaje, los criterios proyectuales, el desdoblamiento del programa en la vida de los vecinos, las viviendas y el territorio.

PALABRAS-CLAVE: vivienda; mejoramiento de vivienda; territorios informales; urbanización.

INTRODUÇÃO

O artigo presente busca discutir a dinâmica metodológica projetual, aplicada às melhorias de vivendas, dentro do processo da urbanização da Villa 31, em Buenos Aires-Argentina, focando principalmente no Programa de Melhoramento de Vivenda Integral da ‘Secretaría de Integración Social y Urbana’ (SISU), do ‘Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires’. A SISU foi criada dentro da estrutura do governo da Cidade de Buenos Aires com o objetivo de intervir, a princípio, exclusivamente na Villa 31. A secretaria se divide em vários setores com objetivos específicos, tais como: infraestrutura urbana, espaços públicos, melhoramento de exteriores, melhoramento de vivendas integral, dentre outros.

A discussão apresentada aqui parte de uma experiência prática, ou seja, representa o período que fui arquiteta territorial e pertencente ao programa de Melhoramento de Vivenda Integral da SISU, com base no território da 31, concluído no final de 2018. Experiência essa que resulta em percepções e atravessamentos corporais, profissionais e pessoais que muitas vezes são impossíveis descolar da escrita.

Desse modo, essa escrita se dá em distintas camadas, ou distintos focos. Primeiro o do registro, em que depois de uma breve contextualização da Villa 31, se discute de modo descritivo, o método/ processo de melhoria habitacional que é aplicado pela Secretaria no bairro, a partir de critérios mínimos de habitabilidade, definidos pelo programa de melhoramento de vivenda. Junto a isso, apresenta-se a camada da discussão e reflexão

desse processo projetual, dos critérios de 'vivenda digna' e do modo como se intervém e se urbaniza nesse bairro. E, por fim, o da reflexão profissional, como trabalhadora territorial dentro de um marco institucional de governo, em que muitas vezes se trabalha sobre territórios sensíveis e multiculturais, de maneira bruta e irresponsável gerando questionamentos em diversos âmbitos. Essa última, a experiência prática profissional cotidiana, é a responsável pela tessitura da escrita, em que todas essas camadas descritas acima se entrelaçam e se completam.

Um dos maiores desafios dos processo de urbanização consiste em intervir em grande escala num território sensível, que foge aos padrões da cidade dita 'formal', já que na construção 'cidade popular' são criadas novas formas de produzir o urbano e o habitat que escapam à lógica que os profissionais que atuam nas decisões projetuais e de planejamento estão preparados. Nas palavras de Pedro Abramo:

La ciudad popular nace y se reproduce como una respuesta a la no-respuesta de las formas estatales y mercantiles de provision de habitat urbano. Los sectores populares, movidos por la lógica de la necesidad, se inventan mecanismos de producción de la ciudad y de reproducción de nuevos hábitats urbanos independientes de los condicionamientos establecidos por los derechos de propiedad, urbanísticos y comerciales que regulan la vida urbana del estado de derecho. (ABRAMO, 2009, p.21)

Dessa forma, mesmo tendo consciência das diversas problemáticas e da complexidade que compõe o processo de urbanização na 31 como um todo, optamos nesse artigo por um recorte nesse grande processo, abordando o método projetual do programa Melhoramento de Vivenda Integral, para que o registro possa ser usado para reflexão e troca de experiência dos modos de urbanização em América Latina e, além disso, possa ser utilizado como base de discussão em outros processos de intervenção. Para tanto, será apresentando aqui um breve contexto histórico e urbano da 31, passando pela lei de urbanização que afeta ao bairro, depois descreve de forma mais detalhada o processo projetual, e termina focando em um dos casos de intervenção do programa para melhor entendimento do método. A maior parte das informações sobre o programa trabalhadas nesse artigo foram discutidas em reuniões da equipe de arquitetos e reuniões com demais equipes da secretaria. Ou seja, são informações-anotações e vivências do processo, durante o período da urbanização, que ainda não possuem um registro publicado.

BREVE HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O bairro Padre Mugica, conhecido atualmente pelo nome de Villa 31 (Figura 1), é um dos assentamentos informais mais emblemáticos da Argentina. O fenômeno se deve, dentre outros fatores, à sua localização central em Retiro, próximo a bairros como Puerto Madero, Barrio Norte e Recoleta. E também à infraestrutura de transporte existente, já que está em uma das principais zonas de conexão em escala metropolitana, com estações importantes de trem, metrô, inúmeras linhas de ônibus e anda, o terminal rodoviário de médias e longas distâncias. Todas essas características espaciais fazem da zona uma das mais valorizadas da cidade, e portanto, uma das que mais gera interesse do mercado imobiliário e do Estado (Figura 2).



Figura 1: Localização da Villa 31. Figura 2: Diferença de traçado da 31 com o bairro vizinho (Recoleta). Fonte: google maps com intervenção própria (2020)

A história do bairro também é bastante especial e tem um grande destaque na luta do direito de habitar em Argentina. Seu processo de ocupação começa na década de 30, durante a crise mundial, com a chegada de trabalhadores imigrantes de países europeus, principalmente Italianos e Polacos; muitos desses imigrantes trabalhavam no porto como diaristas, e usavam vagões desocupados pela região como alojamento. No início da etapa da industrialização das grandes cidades, como resultado da crise das economias regionais e com a decadência do modelo agroexportador, começam a surgir migrações internas (entre países da América do Sul e de estados mais pobres de dentro da Argentina) e, em paralelo começa a baixar o fluxo de europeus. Durante o período da ditadura Argentina, houve uma grande repressão à 31, que neste momento já era um assentamento bastante consolidado. O governo chegou a transladar os moradores em caminhões militares, juntos com as suas coisas para fora dos limites da cidade, derrubando as casas para que não tivessem chances de voltar. Puderam se manter no bairro apenas 43 famílias que resistiram ao processo, e que formaram parte da chamada Comis-

são de Demandantes (CRAVINO,2015). A comissão pressionou ao estado, e conseguiu que o poder judicial ficasse a favor da permanência desas famílias na 31. Na década de 80, já durante o período democrático, o bairro começou a se repovoar e desde então cresce constantemente em número de habitantes, densificando cada vez mais seu território e consolidando sua existência como bairro. De acordo com Cravino (2010), a fins da década de 70 o bairro chegou a ter 25 mil habitantes, voltando a esse número em 2007, e crescendo até os dias atuais.

Os últimos dados demográficos mencionam que moram por volta de 43.1901 habitantes na 3^[1]. Os moradores possuem quatro nacionalidades predominantes (Argentina, Paraguai, Bolívia e Peru). A maioria dos Argentinos são migrados de estados do Norte de Buenos Aires, das regiões mais pobres do país. A diversidade se reflete no território, já que se formou dividido em dez setores diferentes, em que cada um apresenta sua identidade e características próprias, abrigando uma variedade singular de comunidades e culturas.

Em relação a questão habitacional, existe um valor estimado de 10.400 vivendas^[2], em que 28% são alugadas (estima-se que esse número seja muito maior). Os inquilinos possuem as condições mais precárias de habitabilidade e são os menos assistidos pelo Estado. Normalmente são quartos alugados por famílias nos pavimentos superiores dos edifícios, desprotegidos do frio, sem ventilação e iluminação suficiente e sem infraestrutura adequada de esgoto, sanitária e elétrica.

O bairro possui alguns setores mais densificados onde existem edifícios de até 4 ou 5 andares, e outros setores de ocupação mais recente em que os edifícios podem chegar até três pavimentos. Em relação à forma das vivendas existentes no bairro (figura 3), uma das tipologias bastante comum, é a que possui comércio no térreo, com porta ou janela para a rua (no caso de microcomércios), proprietário no fundo dos comércios ou no primeiro pavimento, onde conta com uma varanda estreita na frente que serve como acesso. E segundo pavimento com quartos para alugar para famílias, com cozinha e banheiro como áreas comuns. Todos os pavimentos são conectados por uma escada metálica em caracol, na fachada da edificação. Essas escadas compõem bastante a esté-

[1] e 2 Projeção estimada em função de Estudio de Precatastro de las Villas 31 y 31 Bis, Secretaría de Acceso al Hábitat de la Jefatura de Gabinete de Ministros de la República Argentina. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/141681477910131432/pdf/SFG2586-V2-REVISED-EA-SPANISH-P159843-Box396338B-PUBLIC-Disclosed-12-13-2016.pdf>, julho 2015. Atualmente se supõe que esse número é muito maior.

[2]

tica e identidade do bairro, já que estão presente na maioria das edificações com mais de um pavimento. E além disso, diluem bastante a fronteira entre público e privado.



Figura 3: Ilustrações formas de ocupação e tipologias de vivendas no bairro 31. Autor: Fernando Neyra. Disponível em: <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/889446/gehl-la-paradoja-de-planificar-la-informalidad>. Acesso: 03/20.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO- LEI 3.343/9

A prática da militância é muito forte e presente na vida dos moradores da 31, e foi muito importante para contrapor as várias tentativas de erradicação do bairro por parte do estado. Uma das grandes conquistas dos moradores aconteceu no começo da década de 2000, com a iniciativa de criar o projeto de Bairro 31, com o arquiteto Javier Fernandez Castro e a equipe técnica da 'Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo' (FADU) da 'Universidad de Buenos Aires'. O projeto contemplava abertura de ruas, soluções habitacionais com melhoria das vivendas existentes, acesso a serviços públicos, saúde, educação, urbanização de diversos setores, melhoria de espaços públicos e integração social/urbana da 31 com a cidade de Buenos Aires. A proposta teve uma grande participação dos moradores e foi usado como base para exigir do governo a urbanização do bairro. Em 2009 o projeto se consolida em lei, a 3.343/9^[3], que estabelece a urbanização e regularização com a radicação da Villa 31 do bairro de Retiro. Foi uma grande conquista para o bairro uma legislação que garanta a permanência de seus moradores nessa localização tão emblemática, depois de uma história tão conturbada. *"Lei que nos serviu muito, já que até então, o senhor Macri veio com muita força para desalojar-nos (...). Esse dia eu senti como se tivesse recebido um diploma profissional. Assim, de uma alegria imensa."* (CUENCA, 2015, 29⁴¹)

Esse período corresponde ao governo de Maurício Macri frente à 'Ciudad Autónoma de Buenos Aires', através do partido 'Propuesta Republicana' (PRO), nesse momento Macri

[3] Lei 3.343/9 na íntegra disponibilizada em: <http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley3343.html>. Acesso abril de 2020.

tinha pretensões de voltar a erradicar a Villa, mas o congresso foi a favor da permanência. De acordo com o artigo 5 da dita lei, se cria a mesa de gestão e planejamento multidisciplinar e participativa da Villa 31. A mesa conformada por instituições técnicas e políticas da sociedade civil, em conjunto com representações eleitas por moradores, trabalham para produzir o ditame e conseguir a sua aprovação na legislatura. O ditame se trata de uma ferramenta legal que regulamenta e expressa como deve acontecer em termos operativos e técnicos, a implementação da lei de urbanização na 31.

Em 2015 cria-se, dentro da estrutura do Governo da Cidade de Buenos Aires, a 'Secretaria de Integración Social y Urbana' (SISU), que implica, além de fazer as obras de infraestrutura e viviendas da 31, reunir a mesa técnica para a discussão e edição do texto para aprovação definitiva do ditame, realizando os estudos e modificações necessárias para isso. E, junto a isso, o governo passa a receber um financiamento do Banco Mundial para a urbanização. Porém, sem um planejamento adequado de como seria o processo de urbanização, a SISU passa a intervir intensamente na infraestrutura do bairro, sem critérios claros de intervenção e, muitas vezes, 'atropelando' o processo de diálogo necessário com a população.

MELHORAMENTO DE VIVENDA INTEGRAL

A questão habitacional é uma das problemáticas com mais importância na urbanização da 31. A Lei 3.343/9 enfatiza o melhoramento das viviendas existentes quando possível e, mediante a necessidade de relocação de moradores, é condição primordial que a nova vivienda seja dentro do polígono do bairro. A partir dessas diretrizes, a execução da urbanização na 31 consta com diversos programas: Existe o programa de viviendas novas, para os moradores que estão em áreas destinadas a outros usos e que precisam ser relocados. E, além desse, existem os programas de melhoramento de viviendas (MV's) que se dividem em auto-gestão, de fachada e o integral.

O programa melhoramento de vivienda integral (MVI) é chave no processo da urbanização, e tem como objetivo, melhorar a qualidade espacial-constructiva das viviendas, a partir de critérios de intervenção que resultem em condições mínimas de habitabilidade para os moradores. A intervenção deve tomar as medidas necessárias para conter um déficit quantitativo- quando se necessita mais espaço por conta do excesso de moradores por superfície. E também para conter um déficit qualitativo- quando existe a necessidade de adequar as viviendas devido a sua precariedade espacial-constructiva. Em casos em que é impossível a melhoria, devido a precariedade constructiva, opta-se pela construção de uma nova vivienda no mesmo terreno

O programa é completamente gratuito e de participação voluntária. Inclui todo o processo desde o projeto até a execução da obra na sua totalidade. Além disso, outro ponto importante, é que atua sobre edificações de proprietários, auto titulados como tal. Caso em um mesmo edifício tenha a residência do proprietário e residências alugadas, opera-se somente na parte de uso do proprietário. Na sequência, será apresentada uma síntese do processo projetual do MVI, as principais problemáticas nas vivendas e no tecido urbano e os critérios projetuais utilizados pela secretaria para padronizar os tipos de intervenção frente aos problemas técnicos-construtivos encontrados nas vivendas.

Tipologia de quadras- diagnóstico do tecido urbano

Antes de se atuar sobre as vivendas, é importante verificar o contexto territorial em que estão inseridas e entende-las como parte de um conjunto. Por isso, o primeiro passo do processo do MVI, é trabalhar sobre a escala da quadra, buscado as características principais do tecido dessas, já que as conformações desse tecido influem nos projetos das residências em si, e provoca uma série de problemáticas que se repetem nos levantamentos técnicos individuais das vivendas. Na imagem a seguir (Figura 4), podemos observar alguns tipos de tipologias de quadras existentes no bairro e, a partir disso, podemos associar, agrupar e vincular com esses tecidos urbanos, diversos tipos de vivendas com seus problemas espaciais e técnicos mais recorrentes.



Figura 4: Tipologias de quadra Bairro 31. Fonte: Google Maps com intervenção própria. (2020)

Na tipologia de quadra 1, vemos que existem parcelas que atravessam toda a quadra, gerando edificações com fachadas para as duas ruas paralelas. Essas vivendas são chamadas pelo programa de passantes, e podem ter mais de um uso com acessos totalmente independentes, como residência e comércio. Também existem as parcelas

que possuem somente a fachada de frente, a linha posterior é compartilhada entre parcelas. São chamadas de frentista, possuem acesso direto a rua, o que facilita a ventilação da parte frontal, quando essa parte não é utilizada para comércio. Normalmente essas edificações possuem a parte posterior bastante escura e úmida. Uma das medidas projetuais utilizadas nesse caso, seria um pátio entre as duas parcelas para ventilar a parte posterior das residências. Essa medida nem sempre é possível, muitas vezes pelas relações conflituosas dos moradores, ou pela incapacidade da secretaria de administrar projetos coletivos, por não ter as ferramentas sociais adequadas.

Na tipologia de quadra 2, quase todas as edificações são frentistas, mas também apresentam o tipo de edificação 'pente' ou PH (propriedade horizontal). O PH se trata de uma parcela que admite o uso independente de várias unidades de vivenda, mas com uma única via de acesso entre todas, que se materializa em um corredor conectando todas as vivendas. Na Argentina é uma tipologia bastante conhecida como 'casa chorizo'. Esse corredor quando é aberto, favorece a ventilação, mas muitas vezes, quando é coberto, e com outras vivendas encima, termina ocasionando uma intervenção mais complexa.

Já na tipologia de quadra 3, existem, além da tipologia de residências frentista e PH, várias vivendas internas, e que são bastante intrincadas e dependentes entre si. O acesso só pode ser feito por outra parcela, e as circulações apresentam uma morfologia irregular e descontínua. Esse tipo de conformação possui grandes problemas de iluminação e ventilação, demandando projetos mais complexos. Além disso, apresenta problemas de superlotação, já que não possuem condições de serem ampliadas para poder abrigar toda a família de forma favorável. Além de apresentar problemas de acessibilidade, pelas condições inseguras dos corredores e escadas. Nesses conjuntos de residências, muitas vezes é impossibilitado o projeto das edificações de forma isolada, já que as residências compartilham estrutura, e podem compartilhar infraestrutura de serviços, vedações e cobertura. Por isso, a secretaria trabalha nessas tipologias, através de blocos de vivendas, e a partir de uma gestão mais delicada e complexa com o conjunto dos moradores.

Unidades de trabalho

Além da escala das quadras, o programa trabalha com unidades técnicas que padroniza a forma de intervenção e a linguagem técnica utilizada. Entender essas nomenclaturas, e as escalas de trabalho no território, faz-se importante nesses processos de intervenção em massa. As unidades serão apresentadas aqui como se estivéssemos fazendo um zoom no território.

Como já vimos, se aborda os territórios a partir de quadras específicas, e essas quadras precisam ser divididas em parcelas. Essas parcelas não estão pré-definidas, são identificadas e determinadas a partir de análises no território prévias à intervenção. Na divisão da quadra em parcelas, essa é entendida como a superfície do terreno vinculada a unidade predial. Ou seja, como a fração territorial que tem a função de suporte material para uma edificação, que está definida pela função, forma e contexto urbano. Nesse entendimento, a parcela está completamente vinculada a edificação e é definida a partir desse vínculo.

Depois da divisão da quadra em parcelas, temos a divisão da parcela em unidades funcionais (UF's). Define-se uma UF como uma unidade que possui autonomia funcional. No caso de uma vivenda, a autonomia funcional pode ser dada a partir de sua infraestrutura, como a existência de banheiro e cozinha, ou seja, seria o que torna uma vivenda independente funcionalmente. Assim, dentro de uma parcela podem existir várias unidades funcionais, e essas normalmente possuem continuidade estrutural, já que estão presentes numa mesma parcela, e conformam uma edificação. Além disso, também podem compartilhar infraestrutura de serviços, acessos, espaços comuns, etc. Para o programa, uma vivenda necessariamente se trata de uma UF.

Por fim, dentro de uma unidade funcional podem existir mais de um 'hogar' (lar). O conceito de 'hogar' seria um núcleo familiar, e muitas vezes uma UF pode ser compartilhada por mais de um núcleo familiar. Por exemplo, numa unidade familiar de um casal com filhos, um dos filhos se casa conformando um novo lar, mas esses continuam compartilhando uma mesma UF. Um lar pode ser uma pessoa morando sozinha, uma mãe ou pai com filhos, parentes que vieram morar com o irmão por tempo indeterminado, e etc. Ou seja, depende de cada caso, como cada família se conforma e se vincula. Muitas vezes existe a necessidade de separação dos lares para gerar mais independência espacial e, para isso, busca-se a criação de uma nova Unidade Funcional para esse núcleo familiar, outras vezes esses lares preferem seguir compartilhando uma UF que pode ser ampliada ou não, depende de cada caso. Por isso o trabalho social é muito importante, é necessário para compreender as nuances sociais e familiares da UF e do contexto, com seus conflitos e vínculos que precisam ser refletidos no projeto.

O processo - Abordagem e levantamento

Em relação ao processo projetual, e a partir dos entendimentos das nomenclaturas vistas anteriormente, apresenta-se na sequência, uma síntese do percurso padrão realizado pela equipe de arquitetos da MVI, da primeira abordagem à família até a entrega do projeto a equipe que executa a obra.

Primeiro decide-se sobre qual quadra do bairro se irá atuar, a partir de decisões estratégicas da secretaria. Depois, existem alguns estudos relacionados a quadra, e prévios aos levantamentos individuais, que são importantes para as intervenções, tais como a divisão da quadra em parcelas e a identificação das principais problemáticas desse tecido. Uma das principais ferramentas de estudo é a produção do mapa de cheios e vazios, que determinará a densidade do tecido, a forma de ocupação e a demanda de espaços vazios no território. Junto a isso, a equipe social estuda a aproximação com os moradores desse setor. Normalmente se dá através de reuniões coletivas com os interessados e com convocatórias de porta a porta aclarando sobre o programa. Nesse momento o interessado já pode se inscrever para uma primeira visita em suas casas.

A primeira visita é realizada por dois arquitetos(as) e um trabalhador(a) social. O objetivo, por um lado, é o levantamento técnico da unidade funcional ou da parcela (as vezes não se inscrevem todas as UFs de uma parcela, o que resulta na intervenção de parte da edificação), em que um dos arquitetos será o responsável técnico, enquanto o segundo será responsável por entender a dinâmica e demanda construtiva e espacial da família. Por outro lado, o trabalhador social cuidará de conhecer a dinâmica familiar em termos econômicos, sociais e culturais. O objetivo do levantamento social é conhecer a família para poder pensar a intervenção de maneira mais adequada, e além disso (no plano ideal), se houver necessidade, direcionar a família para outros programas além do melhoramento de vivenda, tais como de violência de gênero, psicólogos, assistência econômica e laboral.

Uma das questões principais do levantamento da UE, é o registro do seu entorno imediato, para que se possa entender o contexto urbano da vivenda, os elementos compartilhados entre as vivendas, além de condições de posse, proprietário-inquilinos, e relações e conflitos entre os moradores. A partir do levantamento técnico-construtivo da edificação, analisa-se se a família continua no programa, se passa a ser direcionada a outro, ou ainda, se já cumpre com os critérios habitacionais mínimos, não apresenta necessidade de ingressar no MV.

O processo- execução do projeto junto a família

Após a primeira visita, e com a confirmação que o morador entra para o programa (o que ocorre na maioria das vezes), inicia-se o processo projetual. Com base no levantamento social e técnico, arquitetos e trabalhador social buscam chegar numa proposta que garanta as condições mínimas de habitabilidade de acordo com os critérios do programa e que atenda as expectativas da família.

O projeto precisa estar enquadrado num valor de orçamento estipulado para cada família. Esse valor é calculado por meio de uma planilha de cálculo baseada em critérios sociais, econômicos e construtivos. A intenção da planilha é promover a justiça sócio espacial, distribuindo os recursos segundo as necessidades reais de cada família. São considerados área de superfície, número de habitantes, vulnerabilidade social e condições espaciais-construtivas. A planilha é elaborada para que se chegue a um resultado, uma cifra, que cumpra com os critérios mínimos de habitabilidade estipulado para cada UF. O problema é que o cálculo, que é padronizado, nem sempre resulta num valor adequado, já que não considera variáveis importantes e que não podem ser computadas e que são particulares a cada vivenda e/ou família.

Depois do levantamento e cálculos orçamentários, o projeto é apresentado a família em forma de croqui para uma primeira discussão. Nessa etapa se lida com as expectativas dos moradores e as necessidades espaciais levantadas pelo arquiteto e busca-se um entendimento sobre o que vai a ser a reforma, os resultados e processos de obra. Uma das questões discutidas nesse momento, é se a obra pode ser executada com um cronograma de etapas permitindo a família continuar na vivenda durante a obra. Ou então, se o grau de intervenção não permitir a permanência, a família precisa ser responsável por conseguir uma vivenda transitória. Contar com essa vivenda é um critério importante para a família continuar ou não no programa, já que o governo não se responsabiliza por oferecer esse espaço.

Concluídas as instancias de croquis e com uma decisão projetual tomada junto aos moradores, conclui-se o anteprojeto. O morador assina o resultado final, autorizando a obra e responsabilizando-se pelas decisões espaciais-construtivas. Depois dessa fase, elabora-se o projeto executivo que é encaminhado a equipe técnica de obra, que cuida do processo construtivo até a entrega da edificação. A equipe de obra da secretaria trabalha monitorando as cooperativas de construção do bairro ou as empresas responsáveis pela reforma.

O processo projetual, apesar de parecer bastante eficiente na teoria, se alastra meses para poder chegar à equipe de obra. Um dos motivos, é que o procedimento exige que o projeto passe por várias equipes dentro do governo, para que se aprove a solução técnica-espacial apresentada, orçamento utilizado e detalhes técnicos construtivos. Esse processo também pode ser prolongado porque os critérios projetuais variam bastante entre equipes, e mudam de definição seguidas vezes, sendo necessário a reformulação do projeto.

1.1 Os critérios habitacionais

Todo esse processo projetual é baseado em soluções técnicas-construtivas padronizadas que tenha como resultado uma 'vivenda digna'. Entende-se como vivenda digna a edificação que garanta uma qualidade espacial-construtiva para seus moradores. Por isso cada vivenda inscrita (que tenha necessidade) é reformulada a partir de critérios que garantam standards mínimos de habitabilidade. O conjunto desses critérios, para a secretaria, conforma o que seria uma vivenda adequada, e as que não cumprem com um ou mais dos critérios, são consideradas vulneráveis. As vivendas que estão sobre ou acima da linha, que cumprem com os critérios, são dispensadas pelo programa.

Um dos grandes questionamentos se trata da definição clara desses critérios, e a replicação justa dos mesmos, sobre todas as vivendas intervindas, já que esses estão em constante discussão e revisão, mudando de acordo com o orçamento disponibilizado, exigências políticas e necessidades do momento. Assim, o que vou apresentar adiante, trata-se do que seriam esses critérios no ano de 2018 e início de 2019 e as discussões ao redor dessas definições.

Os primeiros critérios tratam da segurança da edificação, em que se exige que a estrutura esteja em perfeitas condições de estabilidade e resistência. Faz-se complexa a certificação exata desse item, já que muitas vezes não se tem informação de como foi feita a fundação e estrutura geral da edificação e nem existe disponível um profissional estrutural e equipamentos que façam um estudo adequado. Dessa forma, a estrutura é fortalecida ou substituída de acordo com o que foi identificado a simples vista no levantamento arquitetônico.

Outro ponto importante e relacionado à segurança, seria a adequada provisão de infraestruturas- sanitária, esgoto, pluvial e elétrica. A instalação elétrica é completamente substituída, em todas as vivendas que ingressam ao programa, para assegurar-se que os incêndios, comuns na região, sejam evitados. E as outras instalações são reparadas ou substituídas de acordo com as suas condições e conectadas à nova infraestrutura do bairro.

A plena acessibilidade e circulação também é uma preocupação. Os moradores utilizam de forma recorrente as escadas caracóis, localizadas externamente a edificação, junto a fachada. Para a secretaria, é uma busca constante o ingresso dessas escadas para dentro da edificação (figura 6), como o objetivo de liberar a área urbana. A questão é que muitas vezes a edificação não apresenta superfície suficiente, e a decisão projetual fica de acordo com cada caso e suas particularidades, gerando reflexões sobre a prioridade espacial entre privado e urbano, e entre a funcionalidade e estética do bairro.

A provisão de serviços sanitários saudáveis (banheiro e cozinha) também faz parte dos critérios de segurança. Normalmente, nos projetos, são utilizadas soluções padronizadas, em que é feita a substituição ou melhoria desses itens na vivenda, através de clips desenhados pelo programa no auto cad e replicados em todos os projetos. Existem uma serie de clips para diversas situações, e o problema é que existem muitos casos em que as soluções modelo não conseguem adaptar-se adequadamente a edificação existente (figura 7).

O segundo conjunto de critérios estão relacionados com o conforto ambiental da edificação. Estipula-se que sejam asseguradas condições de ventilação e iluminação em 50% dos ambientes. Um número insuficiente, mas que o programa não consegue aumentar devido à complexidade do estado de densificação do bairro. Sempre que se há possibilidades, são gerados vazios no território para a circulação de ar, mas na maioria das vezes os moradores não estão de acordo com a perda de áreas construídas, mesmo que em algumas vezes, dependendo do projeto, essa área pode ser compensada em altura.

A impermeabilização de toda a envolvente é um ponto indiscutível nos projetos (figura 5), já que existem muitos problemas de saúde relacionados ao excesso de humidade e infiltração no bairro, por isso é realizada a impermeabilização de todas as fachadas. Em relação aos acabamentos interiores, se reflexiona sobre qual é o nível de acabamento que configure uma vivenda digna. No período tratado nesse artigo, se considera como medidas mínimas, a colocação de reboque grosso nas paredes e contra piso. A colocação de piso e pintura ficam reservados somente para casos em que existam familiares com alguma enfermidade, e que necessitam uma vivenda mais asséptica. Em relação a cobertura superior, muitas vezes resulta na alteração do telhado (de chapa), lajes são reservadas somente para casos em que se necessita ampliar verticalmente.

Por fim, os últimos critérios definidos se relacionam com a configuração físico-espacial da vivenda, em que se considera o espaço necessário para todos os moradores, com suas dimensões mínimas dos cômodos garantidos. A problemática nesse caso é que existe uma grande demanda quantitativa no bairro, o que normalmente reflete em vivendas com excesso de moradores por área. Nesses casos são necessárias intervenções que reformulem parte ou toda a configuração espacial da vivenda, e muitas vezes resultam em ampliação de um ou mais pavimentos, mesmo que sejam extremamente evitadas pelo programa pelo custo e demanda espacial.



Figura 5: Imagem de uma fachada com intervenção e uma sem intervenção. Figura 6: Inserção de pátio e escada em plano. Figura 7: Antes e depois de intervenção em cozinha. Fonte: Arquivo SISU (2018).

Para continuar a reflexão sobre o tema e elucidar a dinâmica das intervenções nas vivendas da 31 na prática, será apresentado na sequência um dos casos abordados no programa de melhoramento de vivenda, com seus antecedentes e desdobramentos.

CASO LUNA

O caso da vivenda da Luna^[4] foi meu primeiro projeto como arquiteta territorial e uma primeira aproximação a esse universo diverso e latino presente na 31. Luna divide uma parcela com seu vizinho Daniel que mora no térreo, e Luna mora no primeiro andar, ocupando a metade da parcela de Daniel. Ou seja, são duas unidades funcionais em uma parcela. Daniel alugava essa UF para Luna, mas com o tempo, parcelado em muitas vezes, e facilitado pela amizade criada entre eles, ela pôde comprar a unidade funcional, ainda em processo de construção.

Em relação ao âmbito social, o perfil de Luna é bastante singular, ela veio sozinho do Paraguai, fugindo das poucas condições oferecidas em seu país. É Negra, mulher trans, e vítima diária de preconceito. Quando chegou do Paraguai, começou a vida na Argentina morando na rua, que foi onde conheceu seu companheiro Argentino e anos depois o trouxe para morar na 31. Os dois são portadores de HIV, e além disso, seu companheiro sofre de tuberculose, o que o impossibilita de trabalhar e que o faz necessitar ainda mais de um lugar adequado para morar. As vulnerabilidades sociais-espaciais dessa família caminham em paralelo com as vulnerabilidades espaciais num ciclo insalubre. Para eles, melhorar a vivenda se faz primordial, mas inviável economicamente, da mesma forma que as condições da vivenda afetam a saúde e que impossibilita ainda mais o trabalho e agrava a situação de vulnerabilidade.

[4] Nome fictício para preservar a privacidade do morador.

Luna mantém a família através da costura. Possui sua máquina de costurar no único quarto da casa e faz produtos para um negócio local. A máquina de costura fica misturada com todas as pertinências do casal e compartilha esse espaço junto com todos os outros usos, tais como comer, dormir, descansar, receber visitas, etc. Tanto que a única preocupação de Luna para com o projeto, seria poder costurar tranquilo em algum outro espaço e não atrapalhar o descanso do companheiro.

Em relação a parte construtiva, existiam itens bastante precários, assim como pontos importantes positivos. A estrutura de vigas e pilares estava satisfatória, se nota que Daniel, antes de vender a edificação, se preocupou em concretizar uma edificação segura, fato que gerou uma intervenção para o programa sem grandes complexidades. Também se preocuparam em deixar um espaço vazio no meio da vivenda que servia como pátio, e permitia a ventilação da edificação o que também é um fator muito significativo, considerando a densidade do território em questão. A vedação também era satisfatória, de tijolos vazados em boas condições, mas sem nenhum tipo de revestimento interior, nem exterior, o que deixava a família submetida a humidade e infiltrações. O acesso era preocupante- uma escada metálica tipo caracol estreita, degraus altos, com muitas partes quebradas, atada a grade da varanda por uma corda com possibilidade de derrube a qualquer momento. E as instalações eram inexistentes- não contavam com água encanada, gás e eletricidade. O único cano existente era o que conectava o vaso sanitário, (localizado no pátio, a céu aberto) à caixa de inspeção do vizinho. O teto era de chapa, sem forro, e com buracos e, além disso, algumas aberturas da casa não tinham esquadrias, fato que é impensável num país onde o inverno é rigoroso.

A partir dos critérios do programa, a reforma da UF contou com todas as instalações novas necessárias, a impermeabilização de todo o envoltório do edifício, banheiro e cozinha totalmente novos (antes não existiam na edificação). A vivenda também recebeu acabamento interno (com piso e pintura, o que quase nunca sucede por estar acima da linha do 'digno') devido aos problemas de saúde da família. O pátio recebeu os acabamentos necessários para conter infiltrações e tratamento pluvial.

Em relação a configuração espacial, uma das questões especiais desse projeto foi a execução de uma sala de costura. Os critérios não permitiam a criação de um ambiente para o trabalho, mesmo que fosse extremamente necessário e que houvesse superfície para isso, permitindo uma obra sem grandes gastos. Mas depois de muita negociação interna na secretaria, o projeto completo foi autorizado, o que na maioria das vezes não sucede, já que as questões particulares e conflitos espaciais de cada família não são contemplados no programa.

A vulnerabilidade construtiva-espacial dessa família era uma questão que precisa ser tratada com urgência, e a necessidade de uma vivenda adequada era inegável, já que além de todas as necessidades básicas, existem questões diretas entre a edificação e a saúde dos moradores. Entretanto, a urbanização não fornece suporte com todas as vulnerabilidades sociais-culturais-econômicas que atravessam a família em vários aspectos, como em relação às questões de gênero, que ainda é algo delicado para Luna e o companheiro, em relação as enfermidades, no tratamento da saúde física e psicológica, e aos preconceitos e exclusão que os afetam. E, além disso, também não existe um programa, ou uma contenção em relação a condição econômica, já que o trabalho de Luna não é suficiente para manter a família, fato que foi declarado por ela em entrevista. Todas essas questões podem gerar a não permanência deles nessa edificação e a expulsão do bairro no futuro, já que com a regularização e a urbanização, espera-se um custo de vida maior no bairro. Logo, nesse caso, como em muitos outros, a melhoria habitacional não garante a radicação desse morador no território, condição que é um direito constitucional e que deve ser garantida pela Lei 3.343/9 que rege a intervenção no bairro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste caso da urbanização da 31, como em muitos outros exemplos de urbanizações em assentamentos informais de América Latina, trabalha-se sobre o território ignorando as causas sociais que geram esses espaços. Ou seja, enfrenta-se a parte material-construtiva, tanto de infraestrutura urbana, como de vivenda, de maneira superficial, sem enfrentar questões básicas e estruturais importantes da família, como necessidade de trabalho, violência de gênero, falta de recursos básicos tais como remédios e comida.

É evidente que uma vivenda, e uma infraestrutura de bairro adequada, é extremamente necessário e, além disso, é um direito constitucional dos moradores. Mas também é indispensável um trabalho integral sobre o território, que inclua desde as necessidades básicas como trabalho, saúde e educação à infraestrutura, lazer e espaços públicos. E, além disso, é muito importante que esse trabalho se consolide a partir de uma sólida abordagem social sobre o território, tanto de informação e comunicação, quanto de contenção. Primeiro para que possa estar em constante diálogo com a população, e depois para que possa trabalhar sobre as vulnerabilidades e singularidades de cada família, principalmente quando se trata de um território tão complexo e visibilizado por interesses e conflitos.

Uma das questões chave na 31, é que após muitos anos de luta e mobilização social para a urbanização do bairro, muitos moradores não se sentem identificados com as intervenções, já que essas estão submetidas à outros interesses, nas palavras de Cravino

(2010) as planificações das cidades latino americanas estão submetidas a duas forças: a que impulsiona o ingresso de capitais estrangeiros para o desenvolvimento de grandes projetos e para o qual é preciso flexibilizar normas e leis, e a outra força, a dos movimentos sociais de várias décadas que buscam gerar processos de reforma urbana.

Em relação ao programa em si, além do objetivo principal de melhorar a qualidade de vida dos moradores, o MV é muito importante para conhecer as tipologias das vivendas, a forma de parcelamento e ocupação do solo e estado das edificações para gerar diagnóstico mais real e consciente do território e, conseqüentemente, a uma proposta eficaz e justa para o processo de regularização que vem sendo muito demandado e discutido.

O objetivo da secretaria era contemplar todas as edificações que necessitasse uma intervenção e que sendo assim a regularização pudesse titular propriedades em condições ótimas. Entretanto a atuação do governo no bairro contou com vários desafios, imprevistos e obstáculos, em que grande desses percalços surgem do despreparo para lidar com a realidade desse território, complexo e sensível, a ausência de um diagnóstico eficiente e um planejamento realista da urbanização como um todo e suas especificidades. As decisões foram e são todas tomadas no momento, sem diálogo com a população e sem um conhecimento técnico adequado. Esse despreparo, que podemos considerar como a questão chave nos insucessos da urbanização, contém diversos outros que podemos dividir em quatro faces que se refletem entre si: os problemas intra-secretaria, a falta de ferramentas para trabalhar com as vulnerabilidades[5] dos moradores, o diálogo com o bairro, e as dificuldades projetuais mediante às sensibilidades e especificidades do território.

Em relação aos problemas intra-secretaria, as condições dos trabalhadores da secretaria influem completamente no território e é um empecilho, os trabalhadores são contratados como autônomos, sem nenhuma segurança trabalhista. Também não contam com espaço adequado de trabalho e ficam no 'fogo cruzado' entre as decisões da secretaria e os moradores não satisfeitos. A falta de contenção para os trabalhadores gera pouca produtividade, atrasos nos prazos de entrega estabelecidos com os moradores, maior rotatividade e perda de mão de obra qualificada para agir em território, atrasando e diminuindo o nível projetual das intervenções.

[5] Entende-se como vulnerabilidade (CELADE, 1999) ao estado indefeso, insegurança e exposição aos riscos. E se a definição de pobreza se encontra relacionada aos fluxos de ingresso e de consumo, a vulnerabilidade tem relação com os ativos que possuem as pessoas ou as famílias. A vulnerabilidade pode ser acentuada de acordo com os grupos étnicos, áreas geográficas (rural versus urbano), grupos de idade e de gênero.

Além disso, a SISU contava com uma grande equipe de trabalhadores sociais que tinham o objetivo de trabalhar sobre as vulnerabilidades de todo o território afetado, contendo diversos tipos de problemas dos moradores relacionados ou não a intervenção. Durante o processo, a partir de decisões políticas da secretaria, houve uma demissão em massa de aproximadamente 90% dessa equipe social-territorial, deixando o território sem contenção, sem diálogo e com muitos mais problemas de comunicação com o programa. Muitos moradores não sabem o que está passando em seu próprio bairro, o que abre para diversos tipos de notícias falsas e desinformação gerando muito mais conflito com a secretaria, representada pelos trabalhadores que estão em território e que várias vezes são hostilizados.

Em relação aos desafios de intervenção no tecido urbano, um dos maiores é a relação entre cheios e vazios. O território, principalmente em alguns setores, é bastante denso, e as edificações escuras e com muita umidade. Existe a necessidade de abrir vazios para as edificações poderem ventilar, mas é bastante complicada a autorização e gestão dos moradores, já que além desses serem muito relutantes em perder área construída, e como vimos, não existe uma equipe adequada de gestão social para lidar com esses diálogos.

A ampliação construtiva também é uma questão complexa, já que mesmo que muitas vezes seja extremamente necessária, é muita evitada pelo programa. Por um lado, porque para uma ampliação horizontal é necessário espaço disponível e em poucos casos existe disponibilidade espacial suficiente. E, por outro lado, a ampliação vertical consome espaço aéreo, e no processo de titulação, a intenção do Estado é reter esses espaços e titular somente o espaço construído para os moradores. Desse modo, evita-se ao máximo a ocupação aérea, já que se espera, a médio prazo, gerar um banco de espaço aéreo em propriedade do Estado.

Em relação às vulnerabilidades dos moradores, um dos desafios é a relação entre proprietários e inquilinos. O programa não atua sobre unidades funcionais alugadas, o que gera diversos questionamentos. Por um lado, é uma medida para não gerar a expulsão desses, devido ao aumento no preço do aluguel e, por outro lado, se faz complexo não contemplar essas Unidades Funcionais dentro de um projeto. Primeiro porque o procedimento é fazer 'vista grossa' para as condições insalubres que os inquilinos vivem, sendo que são os mais vulneráveis nesse território, além do fato de que muitas relações de tenências não são muito claras. E depois, porque é muito complexa a elaboração de uma intervenção adequada, quando essas só podem afetar as vivendas do proprietário, sendo que dividem a mesma estrutura edilícia com os inquilinos.

Ademais, outro desafio é que para obras grandes é necessário que o morador conte com uma vivenda transitória e deixe sua casa, a questão é que o governo não disponibiliza

esse espaço e muitos moradores não tem condições de alugar um espaço temporário ou não tem parentes e amigos na cidade, nesses casos a secretaria não executa intervenção, deixando o morador fora do programa, o que uma vez mais termina sendo uma medida excludente com os que possuem mais vulnerabilidades.

E, por fim, é obvio que é muito importante o processo de Melhoramento de Vivenda, e como ex- trabalhadora do programa, pude presenciar a melhoria na qualidade de vida de muitas famílias. Porém, também é importante o questionamento das ferramentas adequadas para trabalhar com esses espaços e essas famílias, sem negar ou ignorar as vulnerabilidades existentes, para que se possa acolher e, além disso, dar a possibilidade de manter essas pessoas nesse bairro em pleno processo de integração com o restante da cidade e valorização do seu território.

REFERÊNCIAS

ABRAMO P. **La producción de las ciudades Latinoamericanas: mercado inmobiliario y estructura urbana.** Ecuador: Olachi, 2009.

CELADE. **Vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe: área de población y desarrollo.** LC/DEM/R.298, Santiago de Chile, 1999

CRAVINO, Maria Cristina e CUENCA, Carlos. Entrevista para o **documentário Barrio Padre Mugica.** Dirección Facundo Di Filippo. Buenos Aires, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=1446&v=-tazC20XqS8. 44 min. Acesso em 02/2020.

CRAVINO, Maria Cristina. Barrio 31 Carlos Mugica - **Posibilidades y límites del proyecto urbano en contextos de pobreza.** Org. Castro, Javier Fernández Buenos Aires: Editorial Instituto de la Espacialidad Humana, UBA, 2010.

PERIFERIAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA PESQUISA SÓCIO-ESPACIAL

**PERIPHERIES OF INTERNATIONALIZATION IN
SOCIO-SPATIAL RESEARCH**

**PERIFERIAS DE LA INTERNACIONALIZACIÓN EN
LA INVESTIGACIÓN SOCIO-ESPACIAL**

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

KAPP, Silke

Profa. Dra.; Escola de Arquitetura da UFMG

kapp.silke@gmail.com

RESUMO

A internacionalização tem sido um critério central de legitimação e financiamento da pesquisa em todas as áreas do conhecimento. No entanto, para pesquisa na (semi) periferia, a participação em redes internacionais muitas vezes se faz com a premissa da subordinação a aparatos conceituais e agendas pautadas pelo centro. Depois de discutir brevemente essa estrutura da divisão internacional do trabalho de pesquisa, da qual dependem o tipo de conhecimento produzido e as respectivas possibilidades de uso social, o presente artigo aponta suas implicações específicas para as pesquisas sócio-espaciais. Dado que nesse caso o território concreto não define apenas condições institucionais, mas o campo empírico, a arena política e o lugar das aplicações reais ou potenciais, a internacionalização produz ou reforça certos vieses cognitivos e distorções operacionais. Isso exige crítica sistemática, não para uma retirada da arena internacional, mas, bem ao contrário, para abrir caminho a interlocuções não subordinadas.

PALAVRAS-CHAVE: internacionalização. pesquisa sócio-espacial. vieses cognitivos. inserção social.

ABSTRACT

Internationalization has been a central criterion for legitimating and funding research in all areas of knowledge. However, for research in the (semi-) periphery, participation in international networks is often done under the premise of subordination to conceptual apparatuses and agendas driven by the center. After briefly discussing that structure of the international division of research labor, on which the type of knowledge produced and the corresponding possibilities of social use depend, this article points out its specific implications for socio-spatial research. Given that in this case the concrete territory not only defines institutional conditions, but constitutes the empirical field, the political arena and the place of actual or potential applications, internationalization produces or reinforces cognitive biases and operational distortions. This requires systematic criticism, not for a withdrawal from the international arena, but, quite the contrary, to pave the way for non-subordinated exchanges.

KEYWORDS: internationalization. social-spatial research. cognitive biases. social insertion.

RESUMEN

La internacionalización ha sido un criterio central para legitimar y financiar la investigación en todas las áreas del conocimiento. Sin embargo, para la investigación en la (semi) periferia, la participación en redes internacionales se hace a menudo bajo la premisa de la subordinación a los aparatos y programas conceptuales guiados por el centro. Después de examinar brevemente

esta estructura de la división internacional del trabajo de investigación, de la que dependen el tipo de conocimiento producido y las respectivas posibilidades de uso social, este artículo señala sus implicaciones específicas para la investigación socio-espacial. Dado que en este caso el territorio concreto no define sólo las condiciones institucionales, sino el campo empírico, la arena política y el lugar de las aplicaciones reales o potenciales, la internacionalización produce o refuerza ciertos sesgos cognitivos y distorsiones operacionales. Esto requiere una crítica sistemática, no para retirarse de la arena internacional, sino para preparar el camino para interlocuciones no subordinadas.

PALABRAS-CLAVE: internacionalización. investigación socio-espacial. sesgos cognitivos. inserción social.

INTRODUÇÃO

Se alguma coisa caracteriza a pesquisa científica da nossa época é que ela é internacional, e não somente internacional, mas também impessoal [...]. Mas o falso patriotismo, que obscurece tudo, encontrou meio de se meter nas questões científicas. Ousou-se até alegar que a ciência seria má educadora para a juventude, porque ela não estabelece diferenças nacionais entre povos diversos, e porque ela impulsiona ao internacionalismo, em vez de nos fechar em torno da bandeira. Essas são objeções infantis. Seria preciso ser terrivelmente cego para não compreender que, pela ciência, o mundo caminha rumo à unidade, que somos estreitamente solidários uns com os outros e que um progresso ecoa imediatamente em toda parte, não importando a língua na qual foi descrito ou a bandeira sob a qual foi conquistado. (Richet, 1900, p. 738.)

A passagem acima provém de um artigo do médico francês Charles Richet, escrito por ocasião da Exposição Mundial de Paris, em 1900, cuja programação incluiu uma verdadeira maratona de mais de 120 congressos internacionais. Richet torna evidente que a ciência instituída pela e para a sociedade burguesa do século XIX tem por marca distintiva a produção de conhecimento com pretensão de validade universal, independente dos sujeitos ou contextos singulares em que surge. Além disso, ele mostra como a pretensão de universalidade da ciência se articula a um internacionalismo pacifista e solidário, aparentemente contraposto tanto ao individualismo quanto às ambições geopolíticas dos Estados nacionais. A ciência moderna, os novos meios de comunicação e transporte possibilitados por ela, o intercâmbio de cientistas e sua influência nos res-

pectivos países de origem — tudo isso acabaria promovendo a colaboração entre pessoas, a paz entre países e a união dos povos. Richet defende até a sociabilidade nos congressos internacionais contra aqueles que a consideram frívola perda de tempo: além da troca de ‘macetes’, o *coffee break* favorece relações transnacionais amistosas.

Sabemos que a humanidade não se uniu depois de 1900. Pelo contrário, cindiu-se em guerras de escala inédita que não teriam sido possíveis sem a tecnologia produzida a partir da ciência moderna. Nos contextos totalitários logo apareceram as pseudo-teorias correspondentes, contrastando, por exemplo, ciência burguesa e ciência soviética, ou uma suposta ‘física alemã’ e a dita ‘física judia’ (a teoria da relatividade de Einstein).^[1] É evidente que, nesse cenário, nenhuma pessoa com intenções minimamente pacíficas e emancipatórias defenderia o nacionalismo contra o internacionalismo ou a pretensa hierarquia de ‘raças’ contra a união dos povos. Portanto, faz todo sentido que as ciências tenham insistido em representar a si mesma como empreendimento *transnacional* ou *a-nacional* provido de autonomia, isto é, da prerrogativa de interditar a validação ou refutação de suas hipóteses por razões não científicas. Para além de fronteiras ou doutrinas, os cientistas adotaram a ideia de uma *comunidade*.

Essa autorrepresentação conota um grupo social de interações diretas, que zela pela própria integridade e por interesses comuns, e que respeita certas normas compartilhadas tacitamente. Em 1942, no contexto dos ataques nazifascistas à ciência moderna, o sociólogo Robert Merton explicitou o que seriam seus imperativos éticos ou o “consenso moral dos cientistas”: universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado. *Grosso modo*, isso significa que a validade científica de um conhecimento é impessoal, anônima, independente de nacionalidade, *status* ou atributos dos cientistas; que as descobertas científicas pertencem a todos; que a ciência se faz como empreendimento comum, não em favor de determinado indivíduos ou instituições; e que toda proposição está sujeita a exame crítico, desde que a crítica siga as regras da ciência (Merton, [1942] 1973, pp. 267–278).

Não que Merton seja ingênuo. Ele sabe que as oportunidades concretas de um cientista dependem de sua origem, assim como sabe que “o comunismo do *ethos* científico é incompatível com a definição de tecnologia como ‘propriedade privada’ numa economia capitalista” (Merton, [1942] 1973, p. 275). De modo geral, Merton constata que o desenvolvimento da ciência depende de determinadas condições sociais, incluindo o

[1] Laureado com o prêmio Nobel em 1905, o físico Philipp Lenard foi o principal ideólogo desse movimento. Em 1936 publicou um livro intitulado *Deutsche Physik* (Física alemã).

que Max Weber chamou de “fé no valor das verdades científicas”, que precisa ser abraçada pela sociedade, não apenas pelos cientistas (Weber, [1904] 1922, p. 213). Mas Merton vê essas condições sociais como a estrutura que sustenta os espaços onde a “fraternidade científica” pode agir livre de coerção econômica, direcionamento utilitarista ou interdição ideológica (Merton, [1938] 1973, pp. 255–266). Ele não considera que as verdades científicas sejam *em si mesmas* socialmente condicionadas.

Se o *ethos* científico formulado por Merton correspondesse à realidade, não haveria absolutamente nada a questionar na internacionalização de quaisquer pesquisas. O empreendimento científico seria, em sua própria estrutura, antinacionalista, assim como seria anticapitalista. Mas não é bem assim. Há uma geografia da ciência internacionalizada que define posições centrais e periféricas e determina em grande medida o tipo e a aplicação do conhecimento produzido. As perguntas que quero examinar em seguida derivam dessa constatação e são, fundamentalmente, duas. A primeira é pelas características da geografia da ciência internacionalizada, em particular na periferia ou semiperiferia. No delineamento de uma resposta recorro sobretudo ao trabalho do sociólogo da ciência Pablo Kreimer. A segunda pergunta é pelas implicações específicas da internacionalização para as pesquisas sócio-espaciais, isto é, para pesquisas que lidam com relações sociais, relações espaciais e a dialética entre elas (e para as quais, por isso, mantenho a grafia com hífen). Sua resposta é o que proponho colocar em discussão. O dilema advém do fato de que, à diferença das áreas ditas ‘duras’ e até de outras ciências humanas, as pesquisas sócio-espaciais feitas a partir de diferentes pontos do planeta têm, necessariamente e por razões óbvias, sujeitos e objetos empíricos diversos.

DIFUSÃO INTERNACIONAL

O historiador George Basalla, num artigo publicado na revista *Science* em 1967, intitulado “A difusão da ciência ocidental”, talvez tenha sido o primeiro a formular o que ele próprio define como um “modelo” que “descreve a introdução da ciência moderna em qualquer nação não europeia” (Basalla, 1967, p. 611). Cabe explicitar brevemente esse modelo de três estágios, porque, embora tenha muitas características típicas do período de Guerra Fria, Estado de bem estar social e desenvolvimentismo, ele parece persistir como pressuposto tácito nas mais diversas instâncias de decisão e fomento até hoje.

No primeiro dos três estágios do modelo de Basalla, as chamadas sociedades não científicas representam apenas uma fonte de dados empíricos para cientistas europeus, que exploram novos territórios, observando, classificando e comparando sistematicamente. No segundo estágio, surge uma ciência que Basalla chama de *colonial* ou *dependente*, isto é, uma ciência cujos agentes provêm da sociedade não científica, mas em tudo

dependem da cultura científica europeia e de suas instituições. O cientista colonial é educado na Europa ou, quando não tem educação formal, lê autores europeus. Ele “almeja afiliação e honras de sociedades científicas europeias e publica suas pesquisas em periódicos científicos europeus”, porque o número de pessoas envolvidas em ciência no seu país “ainda não atingiu o tamanho crítico necessário a uma estimulação intelectual recíproca e a um crescimento autossustentado” (Basalla, 1967, p. 614). No entanto, cientistas coloniais participam apenas fragmentariamente da “cultura científica” europeia, pois “não podem compartilhar as organizações científicas informais dessa cultura [...] ser parte das ‘faculdades invisíveis’ [*Invisible Colleges*] nas quais as mais recentes ideias e novidades das fronteiras avançadas da ciência são partilhadas, nem podem se beneficiar da ‘contínua educação mútua’ oferecida por esses grupos informais de cientistas” (*ibidem*). Para usar a linguagem de Pierre Bourdieu, o capital cultural do cientista colonial tende a ser *adquirido*, não *naturalizado*; ele faz um enorme esforço para chegar aonde seus colegas europeus estão confortavelmente instalados desde o início. Basalla considera que indivíduos talentosos podem alcançar alguma celebridade nesse contexto — como seria o caso de Benjamin Franklin —, mas em geral a ciência colonial é tímida e está sempre atrasada.

No terceiro estágio do modelo difusionista, a sociedade não científica se esforça para alcançar uma cultura científica própria. Os cientistas coloniais fundam simulacros locais das instituições do velho mundo, em torno dos quais se cria certa ilusão de consistência, mas cuja consolidação é difícil. Ainda não oferecem aos cientistas formação, emprego, estímulo intelectual, meios de comunicação, reconhecimento, prêmios e oportunidades de abrir novas frentes de investigação. Enquanto o cientista do segundo estágio podia viver num contexto estrangeiro, o terceiro estágio implica uma mudança nas condições sociais que abrange desde as resistências da religião até os preconceitos das elites contra experimentos materiais e trabalhos de campo.^[2] Além disso, o terceiro

[2] Nesse sentido, Basalla (1967, p. 617) comenta uma observação curiosa: “Quando Louis Agassiz visitou o Brasil em 1865, se surpreendeu ao constatar que as classes sociais mais altas mantinham um preconceito forte contra o trabalho manual. Esse preconceito tinha efeitos sobre o desenvolvimento da ciência no Brasil. Agassiz apontou que, enquanto o ‘estudante brasileiro da natureza pensar que é inadequado a um cavalheiro manusear os próprios espécimes, carregar o próprio martelo geológico, fazer os próprios preparos científicos, ele continuará sendo um mero diletante na pesquisa’. Os naturalistas brasileiros estavam completamente familiarizados com ‘a bibliografia da ciência estrangeira’, mas seus hábitos sociais os separavam da ‘maravilhosa fauna e flora que os cercava’. Preconceitos tão profundamente arraigados na estrutura social não se removem facilmente, e a ciência é retardada por eles.” A expedição do geólogo e biólogo suíço-americano Louis Agassiz (1807–1873) ao Brasil está registrada no seu

estágio exige estabelecer relações claras entre ciência e Estado, promover uma educação científica vasta (com escolas e bibliotecas, professores, traduções de livros), treinar técnicos ou “soldados rasos do exército científico”, criar associações, conselhos e periódicos (Basalla, 1967, p. 619). Esses últimos são particularmente problemáticos, diz Basalla, porque “o cientista colonial, que está acostumado a escrever para periódicos científicos europeus consolidados, pode não querer comprometer sua reputação por mandar seu trabalho para um periódico nativo desconhecido” (Basalla, 1967, p. 618). Soma-se ainda a dificuldade linguística — o novo periódico será escrito na língua local ou na língua que os cientistas dos países centrais lerão? Ainda assim, Basalla supõe que, depois de um moroso processo de institucionalização, a ciência em países não europeus se desenvolveria num crescimento exponencial e se emanciparia das dependências estrangeiras.

Basalla parte da colonização como um dado, não como um processo a criticar. Nesse sentido, seria preciso questionar as premissas — não apenas as conclusões — do modelo difusionista, pois nada permite supor que povos não europeus, se não tivessem sido ocupados e dominados, algum dia validariam o modo de conhecer que corresponde ao paradigma científico europeu e, inversamente, nada permite supor que um paradigma com pretensão de validade universal teria se estabelecido sem o contexto e a motivação de um processo de colonização.

No entanto, o argumento em que quero insistir aqui não diz respeito a essa reflexão ampla e fundamental, e sim a aspectos mais imediatos das práticas atuais de pesquisa no sul global. Basalla, embora se refira genericamente a contextos não europeus, de fato tem em mente a institucionalização das ciências nos Estados Unidos. Na mesma lógica da teoria econômica desenvolvimentista, ele supõe uma espécie de teleologia: mais cedo ou mais tarde, todas as sociedades e países percorreriam um caminho semelhante.

INTEGRAÇÃO SUBORDINADA

Assim como na economia global, a desigualdade geográfica é uma característica estrutural da ciência globalizada, não simplesmente uma questão de atraso, no sentido da dessincronia. O sociólogo da ciência Pablo Kreimer, nascido e radicado na Argentina, contrapõe ao modelo difusionista a noção de “integração subordinada” (Kreimer, 2009). Para evidenciar do que se trata, ele narra — não sem ironia — uma situação típica de um bem sucedido pesquisador da semiperiferia. Ela provém de outra área, mas a estrutura

da divisão internacional do trabalho científico ela que ilustra se aplica de maneira geral. Permito-me, por isso, a apropriação do “*cuentito*” de Kreimer numa paráfrase resumida.^[3]

O jovem pesquisador Juan, um químico argentino, tem a sorte de conseguir um pós-doutorado numa prestigiada universidade da costa oeste dos Estados Unidos. Seu projeto, a investigação da proteína *juanina*, foi sugerido por seu orientador de doutorado, há tempos em contato com o laboratório do renomado professor John. Juan é muito bem recebido, convive com outros pós-doutorandos de várias partes do mundo, tem a chance de usar equipamentos moderníssimos, conta com a ajuda de pesquisadores experientes e, assim, progride rapidamente e acaba encontrando uma curiosa anomalia na *juanina*. John se entusiasma com a descoberta. Juntos, escrevem dois ou três *papers* sobre o assunto. Quando termina o pós-doutorado, Juan decide voltar à Argentina apesar de John lhe oferecer uma bolsa. Em Buenos Aires tem a perspectiva de instalar um laboratório próprio e rever a namorada. Os primeiros tempos são decepcionantes, porque o prometido laboratório não é mais do que uma salinha, e os equipamentos ficam presos na alfândega por seis meses. Mas Juan supera as dificuldades e começa a trabalhar com um colega e alguns orientandos, mantendo sempre o intercâmbio estreito com a equipe de John. A certa altura, essa rede de pesquisa internacional se depara com uma analogia entre a *juanina* e uma proteína pesquisada pelo brasileiro João, que também havia estagiado no laboratório de John e usa os mesmos métodos. É uma novidade tão importante que John, Juan e João conseguem publicar juntos um *paper* na revista *Science*. Daí em diante, Juan se torna cada vez mais respeitado como especialista em *juanina*, com dezenas de artigos internacionais, congressos e projetos em rede. Enquanto isso, a equipe de John se concentra nos problemas conceituais, reunindo os dados que recebe regularmente de Juan, João e vários outros. O laboratório de John por fim consegue uma parceria com uma empresa farmacêutica que aplicará as descobertas numa nova geração de medicamentos. Isso possibilita a aquisição de um incrível equipamento de análise molecular, que faz num dia o trabalho que antes levava um ano. Não que o laboratório de Juan não cresça também, sobretudo graças às colaborações internacionais, mas está longe da eficiência do laboratório de John e jamais consegue interessar empresas locais ou programas públicos pela *juanina*. Juan se consola com o fato de que, pelo menos, está formando pesquisadores competentes — pena que muitos não voltem dos intercâmbios...

A concepção de integração subordinada que Kreimer ilustra com essa história se contrapõe tanto à noção de desenvolvimento paulatino do modelo de Basalla quanto às noções de marginalidade, isolamento ou irrelevância das atividades de pesquisa nos países (semi)periféricos. Essas atividades tem, sim, um papel imprescindível: justamente

[3] Para íntegra desse “*cuentito*”, ver KREIMER, 2009, pp. 113–118.

o do subordinado, que põe em prática o que outros conceberam, executa trabalhos que exigem alta qualificação mas são rotineiros, e obtém ganhos econômicos e simbólicos muito menores do que a instância dominante. Que essa subordinação não se expresse nas relações pessoais — Juan, João e John se tornaram amigos —, não altera o fato de que o centro faz a pauta e desenvolve conceitos, teorias, métodos e estratégias, enquanto a periferia preenche esse marco com dados empíricos.

Assim, também a aplicabilidade dos resultados é muito mais plausível nos contextos sociais e econômicos do centro do que na periferia. Nessa predomina, como diz Kreimer (2009, p. 126), a produção de “conhecimento aplicável não aplicado”, isto é, conhecimento que em tese visa a beneficiar a respectiva sociedade, mas cuja aplicação nunca passa da escala de estudos prototípicos e experiências piloto, porque as premissas sociais, culturais e econômicas nas quais a pretendida aplicação se pauta não correspondem ao seu contexto real. Ao mesmo tempo, “os grupos localizados nos países periféricos geralmente têm uma margem de negociação limitada na orientação e nos conteúdos das pesquisas que são objeto das colaborações internacionais” (Kreimer, 2009, p. 135). Embora não falem declarações de paridade dos integrantes, é altamente improvável que uma rede internacional modifique sua agenda e seus métodos de pesquisa para torná-los mais adequados ao contexto periférico. A língua é um exemplo: se o cientista colonial de Basalla ainda tinha dúvidas sobre o idioma do novo periódico local, a integração subordinada tem por pressuposto que um pesquisador bem sucedido fale inglês.

Nessa estrutura, a legitimação da pesquisa científica se concentra em dois canais: a aplicação econômica direta ou indireta (direta significa patentes e produtos, indireta significa controle social em favor das condições gerais de produção); e o reconhecimento no próprio campo científico (que vale tanto mais quanto maior a atenção que uma pesquisa consegue angariar nas instituições centrais). Em comparação com a legitimação pelo capital ou pelos especialistas, os interesses do público leigo — que nos países periféricos coincide com o público pobre — contam pouco, ainda que sempre sejam evocados nas justificativas dos projetos de pesquisa.

PECULIARIDADES DA PESQUISA SÓCIO-ESPACIAL

Conceitos são os instrumentos com que as ciências operam para construir, a partir de determinado campo empírico, seus objetos de pesquisa e para produzir conhecimento a respeito desses objetos. Há ciências, como filosofia, matemática, química ou astronomia, que não têm propriamente um campo empírico ou cujo campo empírico pode ser compartilhado em qualquer lugar, de modo que os objetos de pesquisa não dependem da localização dos pesquisadores e das respectivas instituições (a *'juanina'* é a mesma

no laboratório de Juan e no de John). Ainda que um aparato conceitual provenha de uma instância geograficamente externa, pode-se fazer uso dele sem o risco de que seja disparatado em relação ao objeto.

Isso não vale para pesquisas sócio-espaciais, como nas áreas de Arquitetura, Urbanismo e Planejamento, cuja localização concreta define também, em larga medida, seus campos empíricos, seus objetos de pesquisa, sua arena política e seus lugares de aplicação real ou potencial. Suponhamos que John, Juan e João fossem arquitetos, urbanistas ou planejadores. O aparato conceitual e metodológico de John teria sido formulado com o imaginário espacial advindo da cidade de Los Angeles e talvez de algumas outras (do norte global) em que viveu por certo tempo e realizou pesquisas de campo pessoalmente. Por mais que John pretendesse universalidade, essas cidades seriam a ‘matéria-prima’ do círculo de deduções e induções, teoria e empiria, sedimentado nos seus conceitos. Já o papel de Juan na rede internacional não seria o do especialista em *juanina*, mas o do especialista em Buenos Aires, assim como João seria o especialista em Rio de Janeiro. Toda vez que discutissem algum fenômeno ou processo, cada um deles teria em mente um campo empírico inteiramente diferente.

Assim, a estrutura de integração subordinada da pesquisa na periferia, que ocorre em todas as áreas do conhecimento, se torna duplamente perniciosa para as pesquisas sócio-espaciais. Duplica-se, por exemplo, a distorção cognitiva pelo chamado *viés da confirmação*, isto é, pela tendência a observar e procurar casos empíricos (dados) que confirmam convicções estabelecidas e a ignorar ou esquecer dados que as contradizem. Se, como dito acima, conceitos são os instrumentos com que as ciências constroem seus objetos — nenhuma pesquisa parte apenas e diretamente da empiria —, os aparatos conceituais adotados afetam o que se vê e o que se ignora em determinado campo empírico. Em outras palavras, eles afetam não apenas os resultados de uma pesquisa, mas a própria construção do objeto de pesquisa. Essa afetação é inevitável, haja ou não consciência dela. A questão, portanto, está na disposição para a reflexão crítica permanente do aparato teórico-conceitual. Uma teoria ou um modelo sócio-espaciais podem ser aplicados num lugar diferente do seu contexto de origem, mas só ampliarão o conhecimento acerca desse lugar se houver *condições subjetivas e objetivas* para examinar criticamente sua relevância concreta ali (inclusive para as populações locais, os sujeitos das pesquisas sócio-espaciais) e para refletir, questionar e, se for o caso, transformar aquela teoria.

As situações acadêmicas típicas da divisão internacional do trabalho de pesquisa não favorecem tais condições subjetivas e objetivas. Sobretudo na relação centro-periferia, soma-se ao viés da confirmação o chamado *viés da autoridade*, isto é, a tendência a dar crédito aos que estão em posições mais altas na hierarquia de um campo, pela crença

de que essas posições se alcançam por mérito. Digamos que um grupo de professores de uma renomada universidade do norte global proponha uma linha de pesquisa a partir de uma questão que parece premente dentro do seu contexto sócio-espacial e — importante — do seu contexto de disputas acadêmicas. Aos orientandos estrangeiros que recebem, sugerem investigações nessa linha, com a respectiva metodologia e, de preferência, em seus países ou cidades de origem. São instruídos a procurar determinados fenômenos ali, observar, entrevistar, reunir dados e escrever a partir do aparato teórico dado. A integração internacional exige que encontrem, nos respectivos espaços empíricos, elementos que interessarão a quem não se interessa especificamente por tais espaços. Não se trata mais de elucidar processos sócio-espaciais a partir de sua gênese histórica e geográfica peculiar, mas de filtrar aquilo que corresponde a métodos e teorias postos de antemão. A tendência, então, é de que esse aparato seja confirmado e que se torne uma chave de leitura do mundo real, cada vez mais recheada de exemplos e casos, e aparentemente apto a explicar uma diversidade cada vez maior de processos.

A *gentrificação* é um exemplo nesse sentido. O conceito foi criado pela antropóloga Ruth Glass numa pesquisa sobre a transformação do centro de Londres na década de 1960, quando parte das classes médias e altas, que antes haviam migrado para os subúrbios, retornaram às áreas centrais e forçaram a saída dos mais pobres. Nesse contexto de pesquisa, o conceito de *gentrificação* funcionou como elemento de uma teoria — uma pequena porção de explicação —, cuja adoção acrítica em outros lugares a própria Ruth Glass questionou com veemência (ver Glass, 1964). No entanto, a *gentrificação* entrou na moda acadêmica e deu a volta ao mundo, não mais como conceito (teórico), mas como rótulo, que apenas indica genericamente a substituição de ‘usuários’ menos abastados por outros, mais abastados.

A diferença entre um rótulo e um conceito está no potencial explicativo. A existência de alguma vaga analogia entre a palavra usada para designar um conceito (o rótulo) e um caso concreto não implica que a proposição teórica que esse conceito sintetiza sirva para explicar aquele caso concreto. É fácil encontrar em cidades brasileiras fenômenos que podem ser postos em analogia, por exemplo, com o conceito de *suburbanização* cunhado pela Escola de Chicago para a migração da classe média nas cidades dos Estados Unidos, mas a teoria que esse conceito sintetiza não explica os processos de ‘suburbanização’ (periferização da pobreza) nas cidades brasileiras.

Antecipando a objeção de que tudo isso valeria apenas para pesquisadores pouco refletidos, amplo um pouco mais os exemplos acima. Suponhamos uma jovem doutora latino-americana que fez uma pesquisa empírica cuidadosa, analisou e sistematizou dados, chegou a algumas explicações novas de fenômenos observados na sua cidade

e desenvolveu uma 'teoria da periferização' para descrever processos de expulsão dos mais pobres por operações especulativas que deixam a maioria dos edifícios centrais vazios. Ela decide participar de um congresso internacional sobre gentrificação porque, além de um incremento no currículo, ele promete uma oportunidade de discutir sua teoria num fórum mais amplo. Como ela tem condições subjetivas (confia na própria pesquisa e está disposta ao debates crítico) e objetivas (é financeira e institucionalmente independente) para a reflexão crítica, envia um *paper* que, além de apresentar o material empírico e suas conclusões a respeito, põe em questão a universalidade da noção de gentrificação. Ela é aceita no congresso (afinal, a crítica faz parte da ciência). No entanto, na apresentação propriamente dita, ninguém presta atenção a suas críticas teóricas, enquanto o seu material empírico é recebido com interesse — como uma curiosa variação local da gentrificação.

Marcos teóricos e metodológicos como esse não definem apenas o diálogo entre centro e resto do mundo, mas também os das diversas (semi) periferias entre si. É fácil imaginar que naquele mesmo congresso sobre gentrificação se encontrem, digamos, um pesquisador colombiano e um libanês, que se ocupam, respectivamente, das regiões metropolitanas de Medellín e Beirute. A epígrafe comum da gentrificação favorece seu diálogo, mas também induz a que cada um deles enfatize, no seu campo empírico, os aspectos que melhor se enquadram nessa epígrafe, enquanto ficam em segundo plano aspectos decisivos nos respectivos lugares (como o fato de que a reconstrução de toda a área central de Beirute, depois da guerra civil, foi incumbência de uma única empresa privada cujo maior acionista era o magnata e primeiro ministro Rafik Hariri). Processos na periferia global são lidos a partir de categorias e conceitos formulados no centro, e as peculiaridades desses processos tendem a ser interpretadas como variações locais. Aliás, na geopolítica do conhecimento, o adjetivo 'local' se tornou sinônimo de 'não central', independentemente da abrangência do fenômeno adjetivado.

INSERÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Para concluir, quero reforçar o argumento do início: ninguém com intenções minimamente emancipatórias defenderia uma ciência ou pesquisa 'nacional' em contraposição à internacional, ou a retirada de um debate amplo e diverso em prol de uma visão supostamente local. Os processos econômico-políticos determinantes para as cidades, a construção e o próprio campo disciplinar e profissional de arquitetura e urbanismo são em boa parte globais, e não se elucidam sem uma perspectiva abrangente, tanto de abstração conceitual quanto de comparações concretas. Ademais, a colaboração internacional tem sido crucial para defender a pesquisa científica contra os ataques que ela

vem sofrendo no Brasil. A questão, portanto, não está em acatar ou recusar o caráter a-nacional e decididamente antinacionalista das ciências, mas em refletir e modificar as estruturas de subordinação nesse campo.

Pesquisas sócio-espaciais que pretendem alguma utilidade para transformações emancipatórias da sociedade e do espaço em que são feitas exigem também que esse espaço e essa sociedade sejam *pontos de partida* e *atores* da produção de conhecimento, não meros lugares de chegada ou 'aplicação'. Isso pressupõe relações estreitas da pesquisa sócio-espacial com seus *sujeitos*: as pessoas e instituições que constituem determinado contexto empírico. Talvez pesquisas de física nuclear com envolvimento de não especialistas façam pouco sentido, mas pesquisas sócio-espaciais sem envolvimento da população não fazem nenhum. Podem servir a Estados autoritários e operações capitalistas, mas não a transformações fundamentais num quadro de crescente heteronomia política, desigualdade social e destruição ambiental. É verdade que já existem diversas articulações de universidades e grupos de pesquisa com instâncias extra-acadêmicas. Mas sobretudo quando essas não são empresas ou órgãos do Estado, isto é, quando se trata de movimentos sociais ou grupos sócio-espaciais, as pautas de pesquisa costumam ser definidas de antemão, numa relação de subordinação análoga à relação centro-periferia descrita acima, quando poderiam ser, justamente, o contraponto lógico à tendência de trabalharmos com perguntas de pesquisa importadas. Interloquções igualitárias no plano internacional começam por interloquções igualitárias no plano local.

Nesse sentido, é inadmissível que áreas como arquitetura, urbanismo e planejamento se submetam a critérios definidos por áreas que não compartilham as especificidades da pesquisa sócio-espacial. Ainda que suas práticas científicas sejam mais antigas e consolidadas, elas não nos servem como modelo. Particularmente o que ali se chama inserção social — e que, no nosso caso, talvez devesse se chamar *inserção sócio-espacial* — não pode ser reduzido a uma espécie de bônus nos mecanismos de avaliação acadêmica, enquanto a internacionalização conta como critério central de legitimação e financiamento.

Mantendo-se a estrutura de subordinação da internacionalização da pesquisa, mais inserção internacional tende a significar menos inserção sócio-espacial na periferia, porque as agendas numa e noutra instância divergem. Mas se, pelo contrário, essas estruturas de subordinação forem refletidas e criticadas, a orientação das pesquisas para questões e ações advindas dos seus respectivos contextos periféricos podem se tornar parte de colaborações internacionais não hierárquicas, capazes até de fazer oposição à geopolítica dominante.

REFERÊNCIAS

BASALLA, George. „The spread of Western Science“. **Science**. Washington: Science, Vol. 156, N. 3775, 1967, pp. 611–622.

GLASS, Ruth. **London: Aspects of Change**. London: MacGibbon and Kee, 1964.

KREIMER, Pablo. Ciencia y periferia. In: **El científico también es un ser humano: la ciencia bajo la lupa**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, pp. 113–141.

MERTON, Robert. The normative structure of science [1942]. In: **The Sociology of Science: theoretical and empirical investigations**. Chicago: University of Chicago Press, 1973, pp. 267–278.

RICHET, Charles. “Les Congrès Internationaux de 1900“. **Revue Scientifique**. Paris: Chamerot et Renouard, Vol. 37, N. 24, 1900, pp. 737–738.

WEBER, Max. Die ‘Objektivität’ sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis [1904]. In: **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen: Mohr, 1922, pp. 146–214.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

As pesquisas que deram origem ao presente trabalho tiveram apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP — Rede Morar TS).

RETRATOS FALADOS: (RE) CONTAR A HISTÓRIA E (RE) TOMAR A ARQUITETURA DA CIDADE DE PAU DOS FERROS ATRAVÉS DO SEU POVO

**PICTURED PORTRAITS: (RE)COUNT THE STORY
AND (RE)TAKE THE ARCHITECTURE OF THE CITY
OF PAU DOS FERROS THROUGH ITS PEOPLE**

**RETRATOS HABLADOS: (RE)CONTAR LA HISTORIA Y
RETOMAR LA ARQUITECTURA DE LA CIUDAD DE PAU DOS
FERROS A TRAVÉS DE SU PUEBLO**

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

ANGELO, Lucas L. S.

Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

lucasleninsa@gmail.com

BRITO, Artur S.

Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) artursouto13@gmail.com

ROCHA, Carla A. T.

Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

ariadna.carla6@hotmail.co

RESUMO

A fim de estreitar os laços entre a memória, a cidade e a arquitetura, o presente artigo firma-se na busca pelo resgate à identidade histórica do município de Pau dos Ferros, interior do estado do Rio Grande do Norte, Brasil, em busca de relatos que atuam como fontes históricas a partir da interlocução cultural. A pesquisa faz parte do projeto de extensão Alpendre.doc - Retratos Falados, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e se utiliza do método de história oral, realizando entrevistas a partir de ferramentas de documentação textual e audiovisual em todo o seu processo. Até o momento, o projeto realizou dois registros, sendo enfatizado aqui os fragmentos de memória de Dona Aldanir e Seu Dudu, que vivem na zona rural adjunta ao município de Pau dos Ferros - RN. As narrativas coletadas genuinamente relacionam as lembranças, conhecimento e espaço de maneira natural e autêntica, expondo saberes construtivo e desvendando fatos relevantes ao redescobrimento da identidade urbana do município em questão. O grupo segue com os trabalhos para que ao fim seja realizada uma exposição com todos os personagens presentes nas crônicas paufferrense.

PALAVRAS-CHAVE: memória. resgate. interlocução. pau dos ferros. arquitetura.

ABSTRACT

In order to narrow the ties between memory, city and architecture, this article establishes itself in the search for the rescue of the historical identity of Pau dos Ferros city, interior of the state of Rio Grande do Norte, Brazil, in search of narratives that act as historical sources from the cultural dialogue. The study is part of the project Alpendre.doc - Retratos Falados, from the Federal Rural University of the Semi-Arid Region (UFERSA) and uses the oral history, conducting interviews from textual and audiovisual documentation tools throughout your process. So far, the project has carried out two recordings, emphasizing here the fragments of memory of "Dona Aldenir" and "Seu Dudu", who live in the rural area adjacent to the city of Pau dos Ferros - RN. The narratives collected genuinely relate the memories, cognition and space in a natural and authentic way, exposing building knowledge and unveiling facts relevant to the rediscovery of the urban identity of the municipality in question. The group intends to continue with the work so that, at the end, an exhibition will be held with all the characters present in the Paufferrense chronicles.

KEYWORDS: memory. remember. interlocution. pau dos ferros. architecture.

RESUMEN

Con el fin de fortalecer los lazos entre la memoria, la ciudad y la arquitectura, este artículo se establece en la búsqueda del rescate de la identidad histórica del municipio de Pau dos Ferros, interior del estado de Rio Grande do Norte, Brasil, en busca de informes. que actúan como fuentes históricas del diálogo cultural. La investigación es parte del proyecto Alpendre.doc - Retratos Falados, de la Universidad Federal Rural del Semiárido (UFERSA) y utiliza el método de historia oral, realizando entrevistas a partir de herramientas de documentación textual y audiovisual. Hasta ahora, el proyecto ha llevado a cabo dos registros, destacando aquí los fragmentos de memoria de “Dona Aldanir” y “Seu Dudu”, que viven en el área rural adyacente al municipio de Pau dos Ferros - RN. Las narraciones recopiladas relatan genuinamente los recuerdos, el conocimiento y el espacio de una manera natural y auténtica, exponiendo el conocimiento constructivo y revelando hechos relevantes para el redescubrimiento de la identidad urbana del municipio en cuestión. El grupo continuará con el trabajo para que al final haya una exposición con todos los personajes presentes en las crónicas de “Pauferrense”.

PALABRAS-CLAVE: recuerdos. rescate. interlocución. pau dos ferros. arquitectura.

INTRODUÇÃO

Para o entendimento da cidade quanto a sua história é necessário buscar na literatura elementos que servem de fundamentação dessa cultura. Quando os dados não são suficientes, a memória coletiva oferece o respaldo necessário para compreensão daquela determinada sociedade, uma vez que o imaginário popular reforça o sentimento de identidade social (POLAK, 1992). De acordo com Medeiros e Medeiros (2002): “o imaginário é uma memória coletiva que permite ao ser humano, enquanto um ser social, elaborar os seus próprios pensamentos a respeito de si mesmo e da realidade que o cerca.” Sabendo disso, a fragmentação das memórias contidas no imaginário popular gera rastros, que juntos possibilitam contar a história de um povo, enfatizando, dando voz e valorizando suas lembranças.

A documentação desempenha um papel importante nessa reconstituição de rastros de memórias populares, uma vez que tem a função de registrar, salvaguardar e, além disso, trazer à ideia de testemunho, fazendo alusão à verdade de acordo com o senso comum associado à terminologia da palavra documento (ABREU, 2010). Além da documentação escrita, a fotografia é um componente importante nesse meio, visto que a experiência fotográfica possibilitou “um intrigante documento visual” à medida que se fundamenta

no diálogo de elementos contidos no processo fotográfico, que são a dimensão poética, a abstração do autor, e o ambiente do outro lado da câmera (Kossoy, 2001).

Nesse meio, a exploração dos rastros do tempo se desdobra em variadas direções, que partem do sentimento de identidade social atrelado ao imaginário popular, enfatizando a percepção individual do outro em relação ao seu entorno. É possível reconstruir esses retalhos para se compreender a história de um povo, sobretudo no âmbito arquitetônico, tratando-se da noção espacial e suas mudanças com o decorrer do tempo.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo realizar um resgate, através de relatos de pessoas ligadas às origens históricas da cidade de Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, Brasil, buscando histórias e “estórias” que apresentem pequenas memórias que ajudem a entender a formação da cidade e a reconstrução da identidade do seu povo. Como também, a noção de percepção de lugar, analisando vivências individuais que contam a respeito de sua vida e sua ligação com a cidade. A pesquisa faz parte do projeto de pesquisa e extensão Alpendre.doc - Retratos Falados e utiliza das ferramentas de documentação textual e audiovisual durante todo o processo de atividade, estreitando os laços dos estudantes envolvidos a linguagem fotográfica como meio de expressão.

O grupo, até o presente momento, já realizou duas ações, sendo enfatizada aqui a entrevista de Dona Aldanir com seu esposo, Seu Dudu que moram num sítio próximo a cidade de estudo. Na ação foram aplicadas técnicas de registro audiovisual, a documentação escrita e a transcrição dos fatos através das narrativas. No decorrer do artigo, será apresentado detalhadamente as entrevistas e a maneira como as percepções e memórias individuais dos personagens possuem relação com o espaço, a cidade e a arquitetura.

METODOLOGIA

A atividade foi desenvolvida na cidade de Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil (Figura 1). A pesquisa foi iniciada no levantamento do povo que compõem a crônica da região, com o objetivo de resgatar, conservar e explorar a percepção do entorno desses personagens, a fim de recontar a história da cidade sob suas perspectivas, além da possibilidade de identificar — dentro da narrativa deles, aspectos morfológicos, urbanísticos e arquitetônicos que foram presentes durante história de Pau dos Ferros.

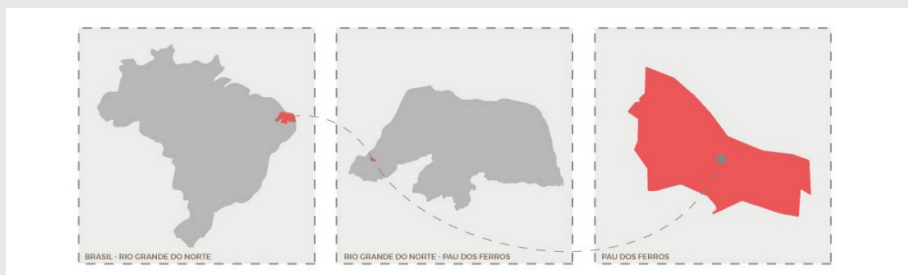


Figura 1: Localização de Pau dos Ferros, Fonte: Autor, Adaptado do Google Maps. (2020)

Após a identificação dos possíveis personagens, foi iniciada a coleta de dados em visitas de campo, que se deram por meio da interlocução, através de relatos de experiências vividas dos participantes — amparada de recursos tecnológicos, sendo eles a captação sonora, técnicas de fotografia e filmagens. A fotografia é um elemento de destaque no projeto, visto que ela possui a capacidade de reproduzir de maneira plástica a forma de expressão visual, tornando a imagem uma realidade material (KOSSOY, 2002). No que se refere ao relato, foi realizada uma transcrição dos registros orais — efetuada através do tratamento de texto simples, preservando todas as variáveis regionais da linguagem. Após o empenho na transcrição oral, a equipe analisou e a fundamentou de acordo com o objetivo supracitado do artigo. Não obstante, o trabalho seguiu utilizando embasamentos teóricos, como o livro de Boris Kossoy, *Fotografia & História* de 2002, a revista *Resgate* com o tema de *Fotografia e Memória*, de 2010 e entre outros autores, com aporte suficiente para contemplar a abordagem do objeto de estudo.

A PERCEÇÃO DE LUGAR E OS PEQUENOS SABERES ESQUECIDOS

Minha terra tem palmeiras,

Onde canta o Sabiá;

As aves, que aqui gorjeiam,

Não gorjeiam como lá."

DIAS, [1998], p.2)

A estrofe de Gonçalves Dias (1998), referente ao poema *Canção de Exílio*, do livro 'Primeiros Cantos', retrata a relação dele com a sua terra natal e transforma as lembranças de si em um poema a respeito das saudades da época do romantismo no Brasil. Foi escrito

no período que ele estudou Direito, na cidade de Coimbra, em Portugal, local onde viveu por cerca de oito anos (CANILHA, 2018). O Brasil encontrava-se em uma época em que o nacionalismo estava em alta, após o rompimento do Brasil colônia de Portugal. Os versos tratam de exaltar as belezas do seu país, a qual sentia falta. Isso revela a forte ligação que as pessoas podem ter de um lugar, podendo ter uma interação que vai além do racional.

De acordo com Duron (2013), percepção “é a maneira como nós vemos, julgamos, conceituamos, qualificamos as coisas no mundo e em nós mesmos”. Esse é um processo complexo que nos permite conectar com o mundo que nos rodeia. É possível associar esse aspecto ao diálogo que a cidade tem com as pessoas e como as pessoas podem se reconhecer diante desse ambiente. Para entender a conexão entre o lugar e o seu povo, é necessário analisar a capacidade das pessoas assimilarem o espaço e paisagem com o lado afetivo de suas emoções, estímulos sensoriais e lembranças. Como fala Yi-Fu Tuan (2012) que denominou de ‘topofilia’ o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Isso pode ser atrelado a percepção pessoal que é formada a partir de sua relação com o entorno em que está inserida. É através das experiências do cognitivismo, afinidades socioculturais e a própria personalidade de cada um, que esta percepção é formada de maneira gradual, aonde de acordo com a vivência no local, o elo vai se fortalecendo positivamente ou negativamente. Como bem ressaltou Tuan (2012, p. 338), “todos os homens compartilham atitudes e perspectivas comuns, contudo, a visão que cada pessoa tem do mundo é única e de nenhuma maneira fútil”, isso consiste em um processo identitário de cada um.

Com finalidade de entender o sistema de auto reconhecimento do indivíduo, Castelles (2008) fala que “a construção da Identidade está interligada com o contexto”, isto é, a história de cada pessoa vem carregada de conflitos internos e externos e as necessidades reais do sujeito (SANTINELLO, 2011), mostrando que o espaço interfere diretamente nas pessoas, e as pessoas tem o poder de alterar esse espaço, sendo esta, uma relação simultânea e paralela. No entanto, os indivíduos também buscam, constroem e mantêm as referências comuns da mobilidade identitária que se encontra em movimento, mas também se conciliam com as junções das relações grupais em um delimitado espaço temporal (Bauman, 2005). Essa inter-relação com o espaço e povos, colabora na disseminação de saberes culturais, sociais e políticos perante a vivência de comunidade, na qual cada pessoa possui um papel importante no contexto integrado.

Entretanto, “o sujeito como ser social, está inserido em um contexto de relações comunicacionais, que age de várias maneiras, conforme o seu envolvimento ao que está preestabelecido.” (SANTINELLO, 2011), em outras palavras, a comunicação entre os povos ressalta a construção da identidade social. Além disso, os processos que configu-

ram e determinam a identidade social dos indivíduos e grupos partem, entre outros elementos, do entorno físico onde estes se localizam (VALERA; POL. 1994:6), ou seja, as características do próprio lugar contribuem para a composição da identidade social. De acordo com Mourão; Bomfim (2011, pag. 223) “Alguns espaços urbanos são simbólicos e prototípicos de um lugar, como elementos geográficos [...] ou elementos arquitetônicos e urbanísticos. [...] são capazes de simbolizar a identidade social urbana de um grupo. Ou seja, esses aspectos fazem parte imaginário referente a memória e seus fragmentos no que se refere as origens da população daquela determinada região

A construção da identidade de um lugar, segundo Mourão e Cavalcanti (2011), abrange um complexo e mutável processo que envolve vivências, comportamentos e interações emocionais próprios entre os indivíduos e o entorno físico e social o qual se encontram. Esse conceito gera o que Mourão e Bomfim (2011) chamam de Identidade Social Urbana, referente às características psicossociais de interações entre as pessoas onde posteriormente são relacionadas a memórias de lugares, familiares e entre outros.

Neste ínterim, considera-se que a identidade social e cultural de uma cidade se constrói através dos indivíduos que lá habitam e concebem suas memórias, e não por um olhar individual, técnico e sistemático apresentados em livros, por exemplo. Abreu (2010), ao analisar a obra *Monumments (de 1985)*, do fotógrafo francês Christian Boltanski, destaca a crítica do artista ao aniquilamento das “pequenas memórias” ao longo da história, e diz: “interesse-me pelo que chamei de *A pequena memória*, uma memória afetiva, um saber cotidiano, o contrário da grande memória preservada nos livros” (BOLTANSKI, 1998 apud ABREU, 2010, pg. 18). A partir disto, Abreu opina:

Monumments, ao iluminar esses rastros “pequenos de memória”, entretanto, apontam para a ausência de recordação das ruínas deixadas no curso linear histórico, ou seja, os pequenos saberes esquecidos. [...] Quem garante que o nosso passado foi tal e qual narram os livros? De outro lado, onde estão os testemunhos das “pequenas memórias”? [...] Se as “pequenas memórias” permanecem alheias a muitos de nós, isso é fruto de uma intencionalidade que vem sendo transmitida de geração a geração: a intencionalidade dos vencedores (ABREU, 2010, pg. 18).

Os “rastros pequenos de memória” tratados por Boltanski e reforçados por Abreu despertam o imaginário popular, como vestígios de acontecimentos que só pertencem ao indivíduo que o vivenciou e que se perdem com a morte. Às singelas lembranças de vida, os saberes culturais e empíricos que, de forma fidedigna, poderiam representar

uma identidade social urbana, estes são deixadas de lado em documentos que oferecem superficialmente a história da cidade, de um povo.

Com base nestes resquícios reminiscentes vividos, como é possível recuperar a memória de uma cidade? De que forma pode-se reconhecer a identidade urbana por meio destes rastros que até então estão presos na memória singular de cada indivíduo? Abreu (2010, pg. 20) diz que “Lutar contra o esquecimento e a mentira é escavar as camadas desse passado, não deixando de ‘despertar os mortos’ no presente”. A expressão “despertar os mortos”, colocada por Abreu, está ligada ao “rebobinar” da memória, ou seja, a evocação das lembranças, para que as mesmas não se percam da mente.

Partindo disso, a melhor maneira de manterem vivas as recordações é pondo-as para fora, relatando-as e registrando-as genuinamente. Santos (2013, pg. 8), ao tratar do livro *A memória, a história, o esquecimento* do filósofo francês Paul Ricoeur, relata que “o arquivo como local que testemunha através do rastro documental se configura como rica e segura fonte de informação para historiadores e pesquisadores afins” e justifica sua fala ao colocar que “são esses rastros que viabilizarão o desvelamento das lembranças e, conseqüentemente, à cristalização da memória”.

Nesse contexto, sabendo que os fragmentos de memória podem ser restaurados a partir da fala, a entrevista tem papel fundamental para este registro, uma vez que leva a uma melhor compreensão do passado (Portelli, 1997 apud Freitas, 2006). A história oral, atrelada ao sistema de entrevista, ajuda a entender o vínculo do entrevistado através dos aspectos morfológicos, urbanísticos e arquitetônicos dos lugares por onde passou ao decorrer de sua vida.

O RESGATE HISTÓRICO ATRAVÉS DOS RELATOS EM PAU DOS FERROS – RN

A cidade de Pau dos Ferros surgiu nos arredores ribeiras do Rio Apodi por volta do século XVII, geograficamente localizada no “Alto Oeste” do estado do Rio Grande do Norte, a oeste da capital do estado. Nos contos, de acordo com Cavalcante (2013) a região surgiu sob as copas de oiticicas, as quais os vaqueiros que peregrinavam da rota do Rio São Francisco descaçavam em suas sombras. Marcavam com ferro quente suas letras iniciais nos gados e em uma frondosa oiticica que existia próxima a um lago. Foi então que o lugar ficou conhecido como “Pau dos Ferros”. Para dar lugar ao fato memorável foi edificado um obelisco no centro da cidade, que pode ser vista na Figura 2. O povoado se desenvolveu até se tornar uma cidade, a cerne do desenvolvimento foi, sobretudo através do comércio, fazendo com que o município se tornasse um núcleo de confluência populacional da região (DANTAS, 2014).



Figura 2: Praça da Matriz de Pau dos Ferros, em 1956. Fonte: Acervo da Casa de Cultura Joaquim Correia, (1956).

Os entrevistados possuem ligação direta com Pau dos Ferros - RN, uma vez que moraram sua vida inteira nela ou em regiões próximas e são cidadãos que plantaram e colheram riquezas nos pomares da cidade. Seus relatos servem para complementar as origens ligadas a história da localidade, de maneira detalha e com vivência pessoal de cada um, bem como conhecer e valorizar o povo que ali vive, tomando como base a fundamentação supracitada acerca da percepção individual e os fragmentos de memória. Desse modo, a entrevista foi realizada no dia 08 de fevereiro de 2020 com Seu Manoel Rocha Barreto — também conhecido como Seu Dudu, que possui 69 anos de idade e sua esposa Dona Aldanir Viana Fernandes com 68 anos de idade. O casal, que pode ser vistos na Figura 3, mora em um sítio próximo a vila Perímetro Irrigado, do município Pau dos Ferros no Rio Grande do Norte.



Figura 3: Seu Dudu e Dona Aldanir no alpendre de sua casa. Fonte: Autores (2020)

Dona Aldanir nasceu no Sítio Pau-d'arco, mas passou sua infância no Sítio Arapuá, localizada no município de São Francisco do Oeste, a antiga Salamandra. Seu Dudu por sua vez, relata que nasceu e se criou no Sítio Tigre, o qual tinha esse nome devido as onças que vinham das serras e passavam por lá. Ao relembrar do lugar de nascença e criação, Seu Dudu nos rastros de sua memória, fala da relação que seu pai tinha com a casa que morava quando casou e referênciava a casa que construiu antes de ter seus filhos, *"Minha infância eu passei no Tigre, lá no sítio Tigre. Numa casona alta... Porque papai quando casou-se foi morar numa casinha de taipa, sabe? Ai [...] ele vinha pela a porta da cozinha, batia a cabeça. Ai era um homem um pouco ignorante, ficou com raiva e disse: 'ah eu vou fazer uma casa pra mim'. Do piso pra cumeeira ele botou uns 25 palmo de altura, casarão medonho. Fez com sótão, com tudo."* Em sua fala, consegue-se notar a ideia supracitada de Santinello (2011) no que se diz respeito aos conflitos internos e externos do indivíduo associados a suas necessidades, que se referem às mudanças na moradia de seu pai, quando decidiu edificar uma casa mais alta em decorrência das suas características físicas para tornar sua vivência confortável.

Além disso, é possível notar as características e tipologias construtivas da época, a exemplo da técnica para mensurar as dimensões básicas da residência, que era através de partes do corpo e para explicar isso Seu Manoel fala *"Naquele tempo era palmo, a gente não falava em metro, né? 25 palmos dá o que? Dá uns 5 metros. Era alto."* Na imagem abaixo (Figura 4), o casal comenta sobre suas residências antes da atual moradia.



Figura 4: O casal relatando suas vivências. Fonte: Autores (2020)

Já a entrevistada, Dona Aldanir (Figura 5), comenta que a construção da sua casa foi sendo realizada periodicamente, aonde ia aumentando de acordo com as necessidades da família: *“Construiu uma casinha e foi aumentando a casa, e aumentando. Ai fez um casarão que é um monstro, uma casona. Me criei lá no sítio Arapuá, [...] trabalhando na agricultura, ajudando a meu pai. Uma casona grande com um sôte [...] de guardar rapadura, farinha... Casa antiga né.”* Dona Aldanir, empolgada ao relembrar da casa onde nasceu ainda relata todo o processo construtivo de sua antiga casa, *“Fazia o tijolo, queimava o tijolo, tudo feito na mão. Papai fazia uma grade com quatro repartimentozim, ali amassava o barro fora e vinha jogando dentro. Passava a paieta em cima, quando levantava a grade, ficava o tijolo direitim. Nós tudo pequeneninha com as faquinha de pau [...] ai serrando o tijolo bem serradim, fazia tirando as barrinha e botando em pézinho o tijolo né. Depois papai fazia a caiera, queimava o tijolo, botava lenha dentro, tocava fogo e nós ia de noite pra lá assistir o fogo dos tijolos queimando, amanhecia bem encarnadinho os tijolos.”* É notório que o processo de construção do lar para ela e sua família, não é só físico, pois em cada etapa falada, ela usa termos de muito cuidado e carinho, e além disso, no final ela termina proferindo que existia um ritual de assistir à queima dos tijolos todos juntos. Construir a própria casa manualmente amplificava a sensação de pertencimento ao lugar.



Figura 5: Dona Aldanir relatando sobre suas moradias. Fonte: Autores (2020)

No desenrolar da narrativa, Seu Dudu — ilustrado na Figura 6, comenta: “*Os quartos das moças, ninguém via as moças, porque era recuados depois de um corredor e ficava por detrás do sortão, os quartos delas. Ai não tinha janela pra fora, era todo embutido, fechado, e sem janela. Pra ninguém ver e nem querer fugir*”. Os quartos mais reclusos, chamados também de ‘alcovas’, eram uma das características recorrentes na casa rural brasileira do período colonial. Esses aspectos arquitetônicos dizem respeito ao modo como as pessoas utilizavam da arquitetura para suprir as necessidades dos apelos sociais da época.



Figura 6: Seu Dudu narrando suas memórias. Fonte: Autores (2020).

Em outro momento da entrevista, o casal comenta que para comprar os alimentos necessários para eles e seus filhos, era preciso fazer carvão, que seria posteriormente levado por eles até a cidade e vendido no Mercado Público de Pau dos Ferros. Com o dinheiro do produto feito por eles, compravam os itens necessários no mesmo local. Na Figura 7, podemos observar Dona Aldanir segurando lenhas que seriam utilizadas em seguida para acender o fogão, atividade que ainda está ligado a essas lembranças relatadas acima. Quando perguntados sobre a estrutura do ambiente, Seu Dudu relembra: *“era do mesmo jeito... vendia roupa, ferramenta, sandália, comida... mesmo jeito de hoje [...] no salão era os forró, dia de sábado, as festas era tudo ali.”* E complementa *“quando eu vim morar na maternidade foi feito um clube, que hoje é a praça do ‘N’, ali tinha um clube... construíram um clube ali e as festas era lá.”* Seu Dudu se referia ao antigo Clube Centenário Pauferrense (CCP), ficava localizado ao fim da Avenida Getúlio Vargas. De acordo com Vianney (2014), o local foi palco para uma época festiva e carnavalesca da cidade entre as décadas de 1960 e 1970 e seu fechamento atrelado a demolição culminou no desânimo da população perante as festividades.



Figura 7: Dona Aldanir segurando as lenhas que serão usadas para acender o fogão. Fonte: Autores (2020).

Ainda se tratando do centro da cidade, o casal relata acerca do antigo cinema, representado na Figura 8 (Fotografia A) que funcionava na rua 7 de Setembro durante a década de 1970, conhecido como Cine Lourimar. Dona Aldanir relembra: *“Já assisti lá, [...] eu estudava em Pau dos Ferros e a gente ia pra esse cinema. Tudo sentado nas bancadas antigas*

[...] ascendia aquele negócio aculá lá na frente... lotava de gente... era a diversão que tinha." O estabelecimento funcionou por 16 anos e hoje a edificação dá lugar a um supermercado, que pode ser vista na Figura 8 (Fotografia B). É possível analisar em suas palavras a importância lúdica e cultural que o cinema trouxe para a cidade.



Figura 8: Cine São João. Fonte: Acervo do fotógrafo Toinho Dutra, 1970 (A); Acervo dos autores, 2019 (B).

Além disso, Seu Dudu relembra onde era a árvore que fundou o nome da cidade de Pau dos Ferros, e relata que o símbolo de representação atual desse marco, o obelisco, não está exatamente no lugar onde existia a oiticica, em seu relato diz *"Era ali em frente onde tem o Queiroz [supermercado da cidade] hoje em dia, o Pau dos Ferros era ali, e a lagoa era ali também"*. O local indicado por Seu Dudu hoje se encontra pavimentado, pode ser visualizado na Figura 9, e quanto ao obelisco (Figura 10), foi edificado no meio da Praça Monsenhor Caminha, ao lado da igreja. Quando questionado sobre o porquê disso, ele responde *"escolheram ali porque em frente à igreja era o palco dela"* se referindo ao espaço utilizado para festividades religiosas campais.



Figura 9: Espaço em frente a igreja. Fonte: Autores, 2020

Figura 10: Obelisco. Fonte: Autores, 2019

Com tom de encerramento, a equipe perguntou acerca da relação que os dois tinham sobre a cidade Pau dos Ferros, Seu Dudu sem demora afirmou “*É bom demais, é a cidade que a gente quer bem... e outra, é a cidade que a gente aprendeu a viver!*” enaltecendo a ideia de apego ao lugar, que permanece íntegro no casal. A última fala da entrevista foi de Dona Aldanir, que aparece na Figura 11: “*A gente se sente feliz! Me sinto orgulhosa de ter vocês aqui fazendo essa entrevista, aqui junto com a gente.*”, encerra Dona Aldanir para o Retratos Falados.



Figura 11: Dona Aldanir na porta dos fundos de sua residência. Fonte: Autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imaginário popular possui característica de carregar consigo as histórias e estórias de um povo. A iniciativa em recolher esses fragmentos de memórias coletivas e recontá-las faz com que as crônicas da cidade sejam preservadas, tornando-as cada vez mais vastas e profundas. A busca por essas origens se mostra importante à medida que valoriza a cultura do local e seus habitantes. Com os relatos aqui apresentados através de narrativas - com auxílio de tecnologias audiovisuais e técnicas de transcrição oral, apresentam as características intrínsecas do povo sertanejo, sobretudo os pauperenses. Além disso, elenca-se em três princípios: a perspectiva individual, a identificação temporal diante dos fatos ocorridos e percepção do sujeito perante o espaço, que se atrela a arquitetura e urbanismo.

Desse modo, o artigo se fundamenta nesses princípios para enfatizar a importância cultural que os relatos pessoais possuem para recontar a história de um povo, de maneira que seja possível construir, através de todas as narrativas, um acervo íntegro e social. O trabalho se trata de uma ação do projeto de extensão “Alpendre.DOC – Retratos Falados”, conta com o financiamento e apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) para a realização de suas atividades. As atividades estão em andamento no presente momento, contando com duas entrevistas já realizadas. Os dados aqui obtidos serão utilizados na realização de uma exposição fotográfica/audiovisual aberta para toda a população de Pau dos Ferros e região. Além disto, se almeja enquanto resultados o estreitamento de laços da comunidade diante das ações universitárias aqui realizadas.

REFERÊNCIAS

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Londrina, PR: Eduel, 2012.

ABREU, Elane. **Monumento/esquecimento: as duplas faces da imagem.** In: RESGATE - Revista interdisciplinar de cultura - Vol. XVIII, No. 19 - jan./jul. 2010.

BAUMAN, Z. **Identidade.** Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

CANILHA, Samla Borges. **Um Poeta Nacional: Rastreado Gonçalves Dias em textos de historiografia da literatura brasileira.** Rio Grande do Sul, p. 1-10, 11 nov. 2018.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. Publicado originalmente em 1942.

DIAS, Gonçalves. **Primeiros Cantos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1998. 159 p. ISBN 978-8531900655.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos.** São Paulo. Humanitas / FFLCH / USP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GOMES DA SILVA, Sílvia Heleny; ÁUREA CRUZ BOMFIM, Zulmira.; LEMOS COSTA, Otávio José. **Paisagem, fotografia e mapas afetivos: um diálogo entre a geografia cultural e a psicologia ambiental.** Geosaberes, Fortaleza, v. 10, p. 1-22, 1 abr. 2019.

MEDEIROS, A.; MEDEIROS, C. **Os raios no imaginário popular.** Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 2, n. 3, 27 nov. 2011.

MONOGRAFIAS. **Comunicação, percepção e diferenças individuais.** Disponível em: <https://www.monografias.com/pt/docs/comunica%C3%A7%C3%A3o-percep%C3%A7%C3%A3o-e-diferen%C3%A7as-individuais-FKUF6M65H5>. Acesso em: 1 mar. 2020.

MOURÃO, A. R. T.; BOMFIM, Z. **Identidade Social Urbana.** In: ELALI, G. A.; CAVALCANTE, S. (orgs) Temas Básicos em Psicologia Ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. **Identidade de Lugar.** In: ELALI, G. A.; CAVALCANTE, S. (orgs) Temas Básicos em Psicologia Ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 217-226.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/108>>. Acesso em: 30 Jan. 2020.

SANTINELLO, Jamile. A identidade do indivíduo e sua construção nas relações sociais: pressupostos teóricos: não tem. **Revista Estudos da Comunicação**. Curitiba, n. 28, p. 153-159, maio/agosto 2011.

SANTOS, Thais. **A MEMÓRIA, A HISTÓRIA, O ESQUICIMENTO**. Resenha do livro A memória, a história, o esquecimento de Paul Ricoeur. RACIn, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 1-8, Jan.-Jun. 2013

SOUZA NETO, Manoel Cavalcante de (2013). **Pau dos Ferros à sombra da oiticica**. [S.l.]: Offset Editora. 142 páginas

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013

VALERA, S.; POL, E. **El concepto de identidad social urbana: una aproximación entre la Psicología Social y la Psicología Ambiental**. Revista de Psicología, 62, p.5-24. 1994.

VIANNEY, I. **CARNAVAL EM PAU DOS FERROS**. 13 jan. 2014. Disponível em: <<https://culturapauferrense.blogspot.com/2014/01/carnaval-em-pau-dos-ferros.html>>. Acesso em: 28 ago. 2019. Acesso em: 18 fev 2020.

REVITALIZAÇÃO URBANA NA MARGEM ESQUERDA DO RIO SENA NOS ANOS 2000: INTERCÂMBIO, INTERLOCUÇÕES, GESTÃO

**URBAN REVITALIZATION ON THE LEFT BANK
OF RIO SEINE IN THE 2000S: EXCHANGE,
INTERLOCUTIONS, MANAGEMENT**

**REVITALIZACION URBANA EN EL BANCO
IZQUIERDO DE RIO SEINE EN EL 2000: CAMBIO,
INTERLOCUCIONES, GESTION**

EIXO TEMÁTICO: Intercâmbios Culturais, Interloquções e Redes

COSTA, Maria de Lourdes Pinto Machado

Dra. em Arquitetura e Urbanismo – Pofa. do PPGAU

Universidade Federal Fluminense - UFF

Email: mariadelourdespmcosta@gmail.com

RESUMO

A experiência traduz estágio profissional em intercâmbio internacional sobre projeto de revitalização urbana, via recuperação de antiga estação ferroviária - Gare d'Austerlitz e proposta para área adjacente ocupada por antigos terrenos industriais, do 13ème Arrondissement parisiense. Traz reflexões, conceitos, metodologia e ações relativas ao Projeto Paris Rive Gauche, complexo às margens do Rio Sena, para 2000-2012. O contexto se deu em época de debates sobre as grandes intervenções urbanas, envolveu instituições e agentes, sob coordenação do Ministério da Cultura e da Comunicação da França. Pressupôs discussões, acesso às coordenações dos projetos setoriais, visitas de campo e à atuação de serviços departamentais de urbanismo locais e regionais. Revelou-se: a concertação do Estado, o planejamento e mecanismos para a participação da população esperada. O retorno à área em 2012 propiciou constatação sobre a produção deste espaço e a avaliação entre o proposto e o efetivado.

PALAVRAS-CHAVE: *intervenção urbanística. revitalização urbana. gestão urbana. Paris.*

ABSTRACT

The experience translates professional internship into international about urban revitalization project, via recovery of an old railway station - Gare d'Austerlitz and purpose to adjacent area occupied by old industrial land, 13ème Arrondissement parisian. It brings reflections, concepts, methodology and actions related to the Paris Rive Gauche Project, banking complexes of the River Seine, for 2000-2012. The context took place in times of discussions on major urban interventions, concerned institutions and agents, under the coordination of the Ministry of Culture and Communication of France. He assumed discussions, access to the coordination of sectoral projects, field visits and the performance of departmental services of local and regional urbanism disclosed: the coordination of the State, the planning and mechanisms for the participation of the expected population. The return to the area in 2012 provided the verification of the production of this space and the evaluation between the proposal and the effective one.

KEYWORDS: *urban intervention. urban revitalization. urban management. Paris.*

RESUMEN

La experiencia traduce estadio profesional en el intercambio internacional en el proyecto de revitalización urbana, a través de la recuperación de la antigua estación de tren - Gare d'Austerlitz y la propuesta para área adyacente ocupada por tierras industriales antiguas, 13me Arrondissement parisino. Aporta reflexiones, conceptos, metodología y acciones relacionadas con

el Proyecto Paris Rive Gauche, complejo a orillas del río Sena, para 2000-2012. El contexto tuvo lugar en tiempos de debates sobre grandes intervenciones urbanas, instituciones y agentes en los que participaron instituciones y agentes, bajo la coordinación del Ministerio de Cultura y Comunicación de Francia. Asumió debates, acceso a la coordinación de proyectos sectoriales, visitas sobre el terreno y la realización de servicios departamentales de urbanismo local y regional. Se reveló: la coordinación del Estado, la planificación y los mecanismos para la participación de la población esperada. El regreso a la zona en 2012 proporcionó una conclusión sobre la producción de este espacio y la evaluación entre la propuesta y la efectiva.

PALABRAS-CLAVE: intervenciones urbanas. revitalización urbana. Gestión urbana. Paris.

INTRODUÇÃO

A temática que abrange as grandes intervenções urbanas requer a retomada de debates, que vêm assumindo vulto frente aos diferentes níveis de transformações que ocorrem nos espaços das cidades, segundo avanços que implicam pensamentos, propostas e experiências vivenciadas. Os casos mais difundidos destacam cidades dos Estados Unidos, desde meados do século XX e na Europa a partir dos anos 1970-1980. Na América Latina, grandes projetos se deram a partir dos anos 1990, incluindo o Brasil e, já no presente século com implantações, a exemplo da realização dos jogos olímpicos e, mais recentemente, o projeto Porto Maravilha, que contempla tanto propostas materializadas, quanto interrompidas ou não concretizadas.

No curso das discussões aparecem conteúdos teóricos sobre as intervenções modernistas, considerações sobre um novo urbanismo, o aumento e complexificação das transformações dos espaços que convivem com a desigualdade quando da ocupação de seus estratos sociais, no que contempla de áreas centrais até periferias. No conjunto, dá-se ênfase ao protagonismo crescente dos grandes projetos urbanos como símbolo de novos tempos. Reestruturações e configurações territoriais ficaram sujeitas ao processo de globalização. E, no rastro das ideias, o *marketing* urbano vem suscitando uma releitura de conceitos e de mecanismos de intervenção, em que se constata a ascensão da iniciativa privada ocupando espaços de decisão e de gestão, na grande maioria das parcerias público-privadas.

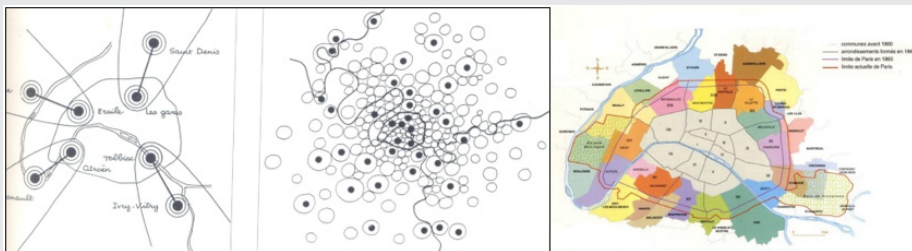
É neste sentido que a observação sobre as respostas dadas às intervenções na cidade em Paris na ocupação de seu solo (Figura 1) e nos projetos de revitalização das estações ferroviárias (Figura 2), nos anos 2000, suscitam um outro olhar. Nestas destacam-se o planejamento e esquemas de articulação entre centros e periferias (Figuras 3 e 4) e no âmbito de seus *Arrondissements* (Figura 5). As experiências dentro dessa mesma linha

foram precedidas pelas requalificações dos Quartiers Chevaleret, Jeanne d'Arc (1986-1994), Gandon-Masséna (1987-1994) e Château des Rentiers. No pós 2000, as vivências desse gênero encontravam-se em curso nos projetos de Paris Rive Gauche - escolhido como exemplo - Gare d'Austerlitz, no 13º Arrondissement, mais Les Olympiades, La Gare de Rungis e Bédier - Porte d'Ivry.



Figura 1: Modes d'Occupation du Sol (MOS)-Paris: Fonte: Wikipedia Eric Gaba, 2012.

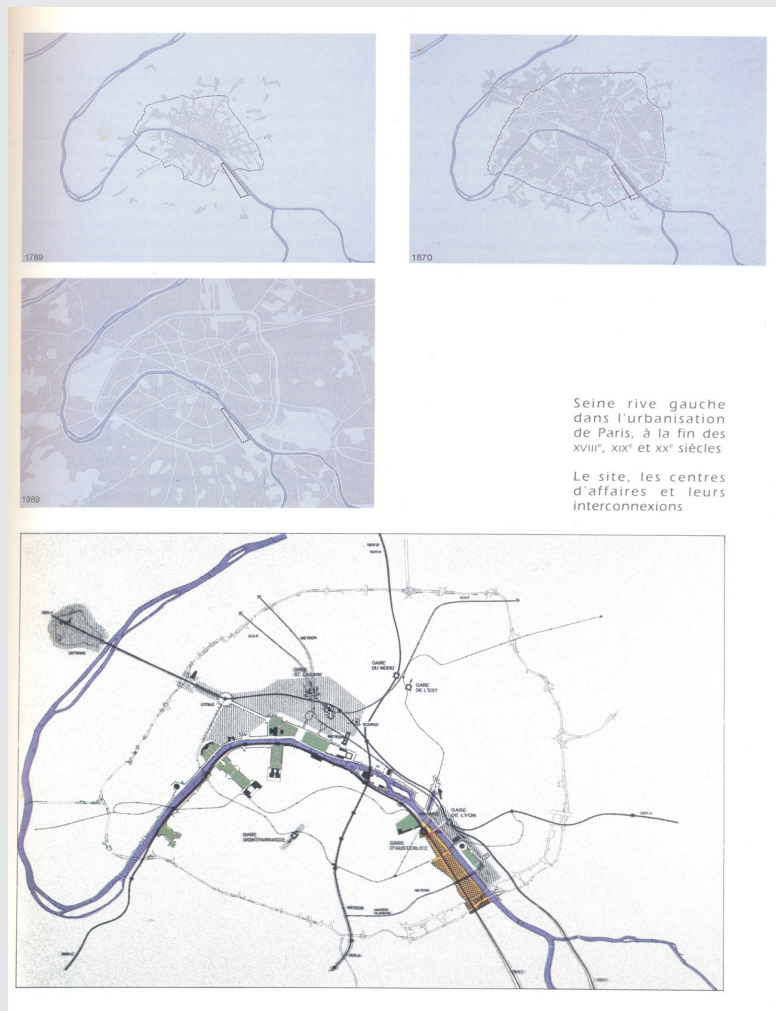
Figura 2: L'Aménagement des berges de Seine. Fonte: Paris – APU, 2009.



Figuras 3 e 4: Desenvolvimentos multipolares atuais e futuros ligando Paris e sua periferia e Dialética entre a cidade e os centros urbanos da periferia. Fonte: Paris Project. Une Ville du XXI Siècle. Paris: Atelier Parisien d'Urbanisme (2000, p 121).

Figura 5: Plano de anexação dos 20 bairros de Paris no curso do tempo. Fonte: Centre de Documentation d'Histoire des Techniques, 1976.

A seguir, a evolução da ocupação de Paris (Figuras 6, 7 e 8) e a área de estudo (Figura 9):



Figuras 6, 7 e 8: Interpretação de um sítio. Processo histórico: A urbanização de Paris nos séculos 18, 19 e 20.

Figura 9: O Rio Sena, os centros de negócios e interconexões. Fonte: Paris Project No. 29, p 19 e Área da Intervenção entre a Estrada de Ferro e o Rio Sena. Fonte: Paris Project. Paris: APU (2000, p. 17)

O plano geral original que precedeu o estudo concernia a vários projetos de intervenções em antigas estações de ferro parisienses. No conjunto, chamou atenção a procura de **soluções** recorrentes, para evitar o que se tornou tendência - o isolamento de pessoas que habitavam as periferias, tal qual cidades-dormitórios. O destaque na mudança de conceito e de propósitos se deu pelo fato de a intervenção estar baseada em **década de reflexões** e experiência no campo do planejamento. Ao seguir um plano maior, que comportaram várias alternativas, a finalidade comum foi de respaldar a escolha daquelas que permitiriam resolver sérios entraves, nas **áreas** ocupadas pelas estações de ferro na cidade de Paris, desde o início do século XX.

Cabe registrar que o projeto e a implantação em análise contaram com a participação decisiva da *Société d'Économie Mixte d'Aménagement de Paris* - SEMAPA, devido à necessidade de se basear na coordenação dos projetos envolvidos, em seu agenciamento e, ainda, na supervisão dos grandes projetos. Isto se dava à ocupação do solo (Figura 10), em boa parte de propriedade da *Société Nationale des Chemins de Fer Français* - SNCF, e também por requerer a efetivação de negociações, que iam dos encargos próprios das articulações entre agentes e instituições públicas e privadas, até no empenho de aproximação entre estes, passando pelo tratamento da informação e entrosamento extensivo das populações antiga e nova, destinadas a ocupar o espaço correspondente ao projeto então em curso.



Figura 11: Área de Estudo. Interligações com a Gare d'Austerlitz (No. 10 no mapa), à margem do Rio Sena. Fonte: Grand Plan de Paris. Paris: RAPT- Agence Cartographique, 1998.

A retomada de conceitos

Face ao quadro apresentado, uma ampla atualização de conceitos fez-se necessária, para permitir o entendimento e a sintonia com o tipo de produção teórica envolvida em face da prática anunciada. Esta revisão orientou a observação das etapas e realidades da intervenção, ajudou a situar o conteúdo das propostas, além de permitir o entendimento e as ponderações sobre a atualidade da visão francesa. Neste sentido, para compreender a proposta do Projeto *Paris Rive Gauche* e, simultaneamente à **ação da SEMAPA** — *Société d'Économie Mixte d'Aménagement de Paris* (2000-2012), destacamos, entre tantos, os conceitos de espaço, projeto urbano e requalificação urbana.

No plano conceitual, Henri Lefebvre (1974) vê o espaço como um dado, sobre o qual se inscreve a história da sociedade, que o tomou por objeto, depois de muito parcelado e vendido aos pedaços, integrando-se ao processo de valorização. Ana CARLOS (1974) supera a noção de *locus* ou cenário ou de movimentos sociais urbanos, em que as relações sociais que produzem o espaço se projetam muito além da produção de mercadorias. Roberto

Lobato CORRÊA (1989) há tempos destaca o espaço como o conjunto de diferentes usos da terra, justapostos entre si, sendo a um só tempo fragmentado e articulado e Otilia ARANTES (1995), ao analisar o espaço e a nova era cultural, foca seu traço mais visível: a presença avassaladora da mídia, com seu “efeito televisão”. Lefebvre (1976, p. 25) consegue expressar que o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva em relação à estruturação de uma certa totalidade, de uma lógica, de um sistema. E Milton Santos (2005) considerou o espaço enquanto fator social, além de constituir-se também um reflexo social. Também pensadores como o filósofo francês Jean Lojkin e o sociólogo espanhol Manuel Castells promoveram uma renovação teórica a partir da década de 1960 nas análises acerca do espaço urbano, ao discutirem a atuação da lógica do capital sobre os processos de segregação socioespacial. Castells em sua “A questão urbana” (1983) refere-se ao espaço urbano como suporte das relações sociais essenciais do modo de produção, de acordo com as condições que variam historicamente.

O conceito de requalificação urbana se insere no contexto do urbanismo como revitalização e reabilitação, tendendo a um mesmo significado. Ele envolve processos de reconversão de espaços urbanos desativados, abandonados, subutilizados ou degradados, que passam por recuperação e/ou incremento de novos usos, na cidade.

Quanto ao conceito de grandes projetos urbanos destaca-se, inicialmente, o pensamento de Lungo (2004) que, ao estudá-los para as experiências na América Latina, teve como eixo central o componente terra, ou seja, processos associados à gestão da terra urbana e aos mecanismos de captação da valorização e mobilização dos incrementos no valor do solo, que são gerados em benefício da coletividade (Lungo, p. 13). O autor identificou três gerações que distinguem seu aparecimento no tempo, a partir da 2ª metade do século passado. Destaca que na Europa, foi a partir dos anos 1990 que se revela o entendimento de que cada projeto deveria resolver vários problemas em diferentes escalas. Para ele, na América Latina as intervenções têm diferentes objetivos, tais como recuperação de centros históricos e construção de sistemas de transporte público de massa. Nos anos 2000 nota a diminuição do nível de investimento governamental e a mudança no tipo de projeto. Para o autor, o conceito se apresentava tanto sob forma de programas de intervenção, envolvendo um conjunto de ações urbanas impactantes em relação ao desenvolvimento das cidade, quanto se baseava em recuperação de centros históricos, construção de sistemas de transporte de massa, reutilização de antigas zonas industriais, militares, ferroviárias, portuárias, aeroportuárias, além da reabilitação de grandes áreas degradadas de moradia, construção de novas zonas turísticas ou recreativas (LUNGO, 2004, p.17 e 18). O autor afirma que embora grandes projetos e operações

tenham ocorrido na América Latina há muito tempo, somente há alguns anos tem-se efetivamente estudado o tema, embora com uma literatura incipiente.^[1]

Objetivos e etapas metodológicas

O objetivo principal deste estudo foi acompanhar proposta inicial e etapas desenvolvidas, o que pressupôs a revisão de experiências anteriores, fugindo do recurso equivocado que usualmente se produz, em escala mundial, de reprodução, mesmo que parcial, de modelos e desenhos urbanos implantados em diferentes cidades e realidades. O objetivo final foi cumprido posteriormente, em 2012, com a nossa volta ao local da intervenção, para verificação do que foi concretizado em relação ao planejado e implantado. As etapas metodológicas atinentes ao projeto permitiu um acompanhamento pleno em relação aos produtos em curso e acesso à empresa gestora e coordenadora das implantações, a participação de encontros com os profissionais de diversas formações, seja pelo entendimento sobre as ações governamentais tocantes às intervenções locais do poder público no espaço da cidade, seja relativo aos da região em foco. E na sequência, facilitação do conhecimento sobre os instrumentos e mecanismos de regulação correspondentes. Consolidou-se, complementarmente, a compreensão desse quadro, o acesso direto às obras e locais submetidos à intervenção, no âmbito da cidade de Paris e região. Do mesmo modo, compuseram essas etapas: estabelecer contato com profissionais dos organismos que participaram dos projetos concernentes à intervenção *Paris Rive Gauche*, incluindo aqueles que foram encarregados do planejamento anterior, compreender as políticas urbanas vigentes, programas e gestões adotados no tocante à intervenção, além da familiarização com a legislação urbanística concernente, junto aos órgãos envolvidos, inclusive o de preservação do patrimônio construído e natural, junto a diversos órgãos.

[1] Com base nas discussões sobre o tema, o autor relacionou projetos já formulados e executados, como: Eurolille (França); Barcelona (Espanha); Transmilenio de Bogotá (Colômbia); Faria Lima e Água Espraiada em São Paulo (Brasil); saneamento urbano no Chiado, em Lisboa (Portugal) e Stuttgart (Alemanha). Considerou as instalações culturais na margem esquerda do rio Sena em Paris (França) e no bairro do Raval de Barcelona (Espanha); Tamandatehy em Santo André (Brasil); Centro histórico, Santa Fé, Polanco e Chalco (México); Manhattan em Nova Iorque (EUA); Guarapiranga em São Paulo (Brasil); Favela Bairro no Rio de Janeiro (Brasil); resgate do Centro Histórico de Lima (Peru); reabilitação do Centro Histórico de Quito (Peru) e o Programa de Repovoamento do Centro de Santiago (Chile).

As mudanças: espaços, valores, gestões

O contexto de mudanças das sociedades e de suas formas de produção do espaço, de valores, de papéis de governos, a participação de agentes, os modos de vida e a multiplicidade das comunicações têm levado a discussões sobre inovações em gestão, empreendimentos. em razão da evolução de novos parâmetros e paradigmas manifestados pelo urbano. Também, confrontos na convivência entre o antigo e o novo, entre tradição e modernidade, não raro sob crescimento célere da população, na vigência de políticas públicas, sociais e urbanas, muitas vezes distantes das reivindicações dos segmentos envolvidos. Isto ocorrendo em razão da morosidade nas ações, atuações equivocadas e ineficazes, seja por precariedade e/ou ineficiência, por conta da implantação de programas e projetos de desenvolvimento que não atendem à totalidade social. Neste rastro, espaços, paisagens, ambientes e patrimônio construído vão sendo alterados, ao modificar, muitas vezes, formações originais das urbes, subtrair identidades construídas e a sensação de pertencimento de muitas gerações.

Também, vem sendo incorporada pela sociedade a visão de desenvolvimento durável, sob aceitação geral das sociedades, com o objetivo de satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer condições ambientais dos espaços de uso das futuras gerações. No domínio do ordenamento do território, sua tradução se dá pela certificação de *Haute Qualité Environnementale* (HQE), abordagem global que compreende esta natureza de desenvolvimento, qual seja: de preservação dos recursos naturais, proteção dos equilíbrios existentes, mais a qualidade arquitetural, o conforto ambiental e o controle do consumo de energia. No caso da SEMAPA, esta compõe o quadro das *Sociétés d'Economies Mixtes de la Ville de Paris*, em favor do desenvolvimento durável e dos princípios da Agenda 21. Desde novembro de 2006, a Certificação ISO 14001, obtida em 2000, é referendada à operação *Paris Rive Gauche*[2].

O Projeto e a intervenção revisitada

A área sujeita à implantação passou a contemplar, de forma integrada e planejada: habitação, escritórios, atividades de comércio, ensino, atividades artísticas, culturais e de lazer, entre outras. Visou, com isto, acolher adequadamente equipamentos coletivos, a exemplo da Biblioteca Nacional da França (Figura 7), favorecendo a renovação urbana, e adequar à salvaguarda e valorização dos patrimônios construídos, como os antigos moinhos

[2] A distinção foi prorrogada, tornando-se válida para todas as operações sob sua responsabilidade, a exemplo da estação de Rungis. A *Ville de Paris* anunciou que esta operação foi exemplar em matéria de desenvolvimento durável

existentes na região (Figuras 8 e 9), mais os espaços não construídos e as áreas públicas concernentes. Tornou-se um estudo de caso que propiciou a apreciação de alternativas e soluções adotadas, longe da inspiração baseada na simples reprodução de modelos, comumente copiados de ambientes alheios ou externos, em propostas concretizadas para diferentes países e contextos.



Figura 7: Biblioteca Nacional da França no Cais do 13º Arrondissement. Fonte: SEMAPA: Projet Paris-Rive-Gauche,2012

Figuras 8 e 9: Moinhos preservados, destinados às Universidades. Fonte:Le Magazine de la SEMAPA TreizeUrban, 11, 2012,p.15.

A abordagem enfatizou a importância da passagem de atualização das atividades concernentes à área da antiga estação ferroviária Gare d'Austerlitz, bem como aproximar a população do rio Sena, contrapondo ao que se tornara cada vez mais restrito, sobretudo para os moradores que ocupava a área que lhe era lindeira, somado à necessidade de responder ao crescimento natural dos serviços, nesta maior operação de urbanização ocorrida nessa capital, desde as obras de Haussmann, no século XIX.^[3]

O projeto viabilizou o assentamento de plataforma artificial criada em andar acima da malha ferroviária existente (Figura 10), então reformulada para atender às demandas locais e extra-locais, com concepção e princípios do Plano e projetos concernentes à vizinhança (Figuras 11 e 12). Ele pressupôs equilíbrio entre moradias, escritórios, lojas, escolas, atividades artísticas e culturais, com atendimento e serviços, que responderam à implementação das devidas atividades, *pari passo* à chegada dos moradores. Estava subentendido, além do compromisso de respeito ao ambiente urbano, *histórias e confi-*

[3] Nossa participação foi viabilizada em função de aprovação da candidatura ao estágio profissional destinado ao acompanhamento da implantação do projeto, com a chancela e suporte financeiro do Ministério da Cultura e da Comunicação da França, sob acolhimento da *Maison des Cultures du Monde – Courants – Séjours Culture 2000*, para o período compreendido entre outubro e novembro deste ano. Foram selecionados profissionais de várias áreas do conhecimento – sobretudo dos campos de cultura e comunicação, vindos de diferentes países. A autora era professora titular, Chefe do Departamento de Urbanismo e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa do CAA/USU.

gurações precedentes, do mesmo modo suas condições de obediência às regras do sistema de gestão ambiental ISO 140001.

Estudos e projetos eram garantidos pela exposição de temas, discussões em grupos, passando por entrosamento entre arquitetos, urbanistas, paisagista, e demais técnicos responsáveis diretos pelo planejamento e projetos setoriais em execução. Contou com a participação da população, em especial daquela que vinha a se instalar no setor pertencente ao 13ème parisiense, previsto para acolher 900 mil habitantes em área de 6101 km².

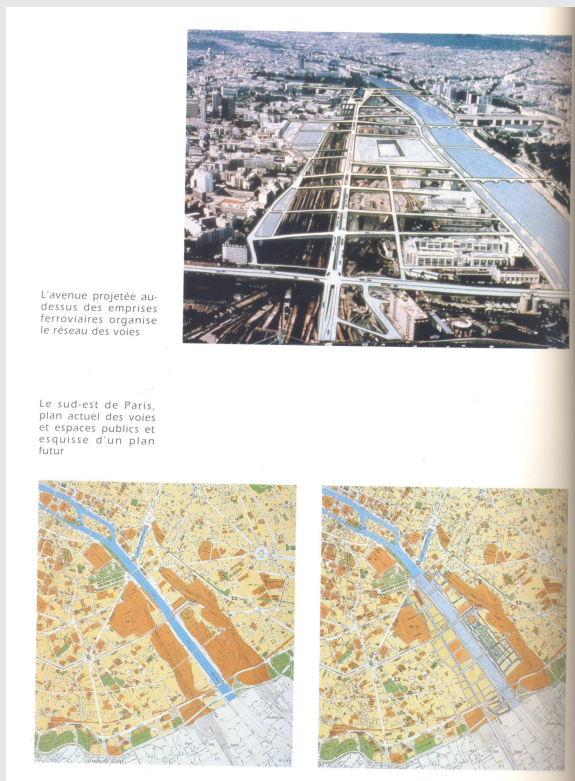


Figura 10 – Rede de linhas da antiga estação. Enclave entre a via férrea e o rio. E Plano da rede de vias em superposição ao existente Fonte: Plano de vias ZAC Paris Rive Gauche, 2000.

Figuras 11 e 12: O sudeste de Paris e o plano atual de vias e espaços públicos. Esquema de futuro plano.

Fonte: Grand Plan de Paris. Paris: RAPT, 1998. APU, 2000. p 66 e Revista Paris Projet No. 29,1990, p. 17.

O esquema preparado deu margem à averiguação sobre a produção do espaço urbano, no tempo em que grandes intervenções se deram em escala planetária, no curso do desenvolvimento capitalista. A nossa aversão à reprodução automática de modelos encontra respaldo em MARICATO (2000), ao falar das ideias fora do lugar e dos lugares fora das ideias. Assim, a experiência se orientou para a constatação da importância do planejamento e a averiguação sobre os diversos tipos de gestão adotados, no caso, ao longo da década investigada, com vistas a sua implantação e concretização.

Desse modo, o Projeto *Paris Rive Gauche* — Gare d'Austerlitz significou uma nova experiência, ao revisar e consolidar experiências vividas em projetos semelhantes, acompanhadas pela atualização focando as atividades concernentes à área dessa antiga estação ferroviária. A área, que vinha impedindo até a continuidade de sua ocupação, hoje contém uma estruturante articulação da rede de transporte ferroviário de passageiros, valorizando uma nova centralidade, em área adjacente aos antigos terrenos industriais.

No projeto escolhido, foi mantido de forma permanente um escritório onde que trazia a exposição de maquetes, fotos e documentos sobre a implantação então em curso.

A participação da SEMAPA, com sua expertise, no agenciamento e supervisão do projeto de requalificação se deu no nível da coordenação dos projetos e na articulação entre instituições públicas e privadas, entre os escritórios dos arquitetos urbanistas: Boffill, Chemetov, Foster, Lion, Michelin, Nouvel, Portzamparc, Ricciotti, Roger e Wilmotte. Os programas contemplavam: habitação, lugar de trabalho (Figuras 13 e 14), comércio, ensino, atividades artísticas, culturais e de lazer, além de grandes equipamentos.



Figura 13: Visão interna de área já implantada do Projeto. Fonte: APO, 2012

Figura 14: Setor comercial e empresarial. Av. de France, entre a área implantada e a linha férrea. Fonte: APO, 2012.

Estavam na base dessa composição: a consolidação dos papéis da cidade como capital, polo regional e o estímulo à manutenção de um certo grau de centralidade, tendo como referência o amadurecimento das fases de estudos efetivados desde a década de 1980, organizados pela Prefeitura de Paris e a SNCF, tendo por princípio acatar histórias

locais e configurações precedentes, visando melhor convivência entre seus habitantes. O desenvolvimento do projeto se estendeu ao longo de 2.5 km na margem do Rio Sena. A conexão com as intervenções realizadas em Bercy, em frente e na margem direita do rio (no lado oposto à área dessas realizações), permitiu a continuidade da ocupação para além dos limites da cidade. Desde o projeto maior, evita-se a existência de áreas inabitadas dentro do perímetro urbano, incentivo à proximidade e a diversidade social e de usos, suprimento do transporte coletivo, criação de parques e áreas verdes conectadas por ciclovias e vias de pedestres, avançando sobre o lugar perdido para o automóvel, entre outros.

É essencial que se compreenda o papel e as atribuições da SEMAPA: ela funciona como uma autarquia, que se responsabiliza pelas operações entre o poder público e a iniciativa privada, estabelece conexões e o diálogo com a população concernente ao empreendimento, informa e viabiliza a participação e os negócios entre as partes, conceber e planificar os Projetos Urbanos.

Paris Rive Gauche tornou-se o 1º bairro novo, criado na plataforma em cima da malha ferroviária da Gare d'Austerlitz. Após os 10 anos, a previsão era de contabilizar 15.000 moradores vivendo no bairro, 30.000 estudantes e professores cruzando com 60.000 funcionários assalariados e 10.000 usuários da *Bibliothèque Nationale de France*, sendo que 10 ha de espaços verdes seriam criados e 2.850 árvores plantadas (Figura 15).



Figura 15: Perfil do Cais do 13º Arrondissement. Fonte: Atelier Parisien d'Urbanisme - APUR - Le Nouveau Paris. Paris, 2012

A SEMAPA subtendia ação junto a todos os tipos de atividades ligadas à revitalização urbana e contava com cerca de sessenta colaboradores: engenheiros, arquitetos, urbanistas, paisagistas, entre outros, que elaboraram os projetos setoriais, e se mantiveram sob sua coordenação. Estes se desdobravam pela construção das quadras, tendo de assimilar em suas reflexões os desejos das associações e dos conselhos do bairro, além da organização, implantação dos serviços públicos e construções privadas, a partir da prática adquirida com as novas operações.

No curso da operação, promoveu a utilização, de imediato, dos serviços e os equipamentos de que necessitavam seus moradores, como creche, estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, transportes coletivos, jardins, lojas, estacionamentos públicos, piscina flutuante no Rio Sena e passarela de pedestres. As figuras 16, 17, 18 e 19 a seguir ilustram o exposto.



Figura 16: Quadra que se avizinha em frente a espaço verde projetado (em construção). Fonte: APUR, 2000.



Figura 17: Tipos de implantações de quadras e miolos de quadras. Fonte: APUR, 2012

O ordenamento do território ficou definido pelo artigo L.300-1 do Código de Urbanismo. Suas ações ou operações de *aménagement* tiveram como objetivos: fazer acontecer o Projeto urbano, a política local de habitação, a organização e manutenção, extensão ou acolhimento das atividades econômicas, favorecer o desenvolvimento do lazer e do turismo, implantar os equipamentos coletivos, lutar contra a insalubridade e permitir a renovação urbana, de salvaguardar ou de valorizar o patrimônio construído ou não construído e os espaços públicos (Figuras 20 e 21).

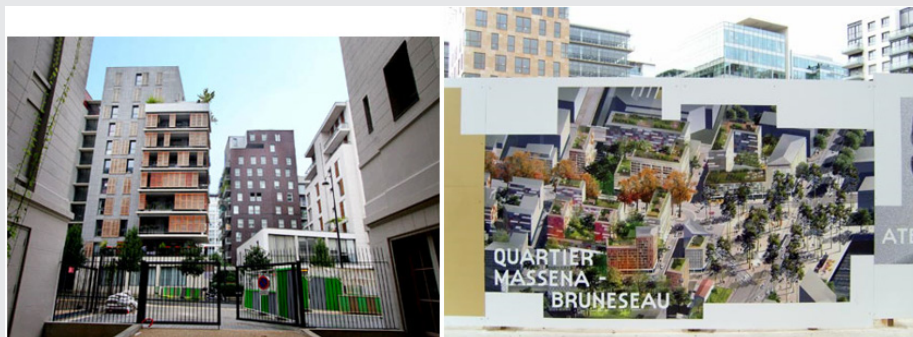


Figura 18: Composição interna de uma das quadras. Fonte: Paris – APUR, 2012.

Figura 19: Exemplo de proposta de projeto de quadra. Fonte: Paris – APUR, 2000

A SEMAPA gera igualmente a aquisição dos terrenos conforme a *Zone d'Aménagement Concerté - ZAC de Paris Rive Gauche* junto a seus proprietários, tendo sido o principal entre eles a SNCF, com a qual um acordo foi firmado. Assim, logo que um promotor era identificado, a SEMAPA comprava os terrenos da SNCF de acordo com um preço indexado sobre os preços médios da cessão. Então, o promotor, depois de pagar os encargos fundiários, confiava ao arquiteto de sua escolha a concepção do projeto, de acordo com o caderno de encargos estabelecidos em colaboração com a SEMAPA e o arquiteto urbanista coordenador da quadra correspondente.



Figura 20: Jardins da Passerela do Quai des Grandes Moulins. Fonte: Paris – APUR, 2012

Figura 21: Passerelle Simone de Beauvoir. Ao fundo a Biblioteca Nacional da França. Fonte: Paris – SEMAPA, 2012

Conclusões

A organização do projeto implicou em dez anos de planejamento, requereu concertação da parte do estado em parceria com a SEMAPA, recuperando análise crítica dos projetos de revitalização urbana, que encerram os grandes projetos urbanos. Garantiu interconexão entre profissionais e afastou a consideração de modelos de espaços eminentemente voltados para o capital. Conseguiu a aproximação da população com o rio e adotou o direcionamento de suas vias em sua direção, via desenho urbano, meta alcançada devido à presença de profissionais preocupados com o bom acolhimento das atividades cotidianas dos moradores, na proposta de geração de vitalidade urbana. Contou com contratação de técnicos e forma de interlocução com os coordenadores dos projetos urbanos, que responderam à convocação internacional.

Durante o estágio, destacou-se a evidência de instrumentos e mecanismos adotados nos projetos urbanos em curso de implantação, em meio a reuniões preparatórias de apresentação e discussão de ideias, antes das visitas às áreas que passavam pelas intervenções. Dentre os inúmeros profissionais de diferentes formações encontravam-se, também, representantes eleitos pela população, assim como atores que participaram de múltiplas ações, contextos e escalas: local, de aglomeração urbana, departamental ou regional no país e exterior.

Um ponto privilegiado das exposições se situava no nível das concertações exercidas sobre os projetos e, sobretudo, em função dos esforços para se ver mais claramente o papel desempenhado pelos políticos, profissionais com suas especializações, associações e moradores em geral. Isto traduziu a visão e o peso dado a suas respectivas reivindicações ao longo das gestões, desde a elaboração do projeto, passando por levantamentos e entrevistas, até a proposição das intervenções feitas, com o nível de complexidade que lhe era implícita.

Quanto às minhas expectativas no domínio da pesquisa, o estágio respondeu de forma positiva, naturalmente tendo sempre presentes as devidas particularidades concernentes ao país. As sessões permitiram um claro conhecimento da política cultural praticada na França, assim como referente ao trato dado às diferentes parcerias, de ação pública e privada. Pode-se sentir uma versão nítida da evolução histórica das políticas em relação ao espaço estudado e transformado na atualidade. E, sobretudo, o indispensável planejamento e a aplicação de recursos financeiros face às gestões empreendidas. Em adendo, cabe ressaltar o produtivo entrosamento havido entre os participantes do estágio profissional, com intercâmbios subsequentes, inclusive em relação a variadas experiências vivenciadas por cada membro, em seus países de origem, no âmbito do mesmo grupo temático.

Bibliografia

Atelier Parisien d'Urbanisme - APUR - **Le Nouveau Paris**. Paris: Île de France, 2012

_____. **Paris Project**. Une Ville du XXI Siècle. Paris: APUR, 2000

BRUNESSEAU. **Projet pour Paris Rive Gauche**. Paris, 2000.

BURGEL, Guy. **La Ville Aujourd' hui**. Paris: Hachette, 1993.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1974.

CASTRO, E. de; GOMES, P. C da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas** (16ª. Ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CHOAY, F. "O reino do urbano e a morte da cidade". **Projeto História, São Paulo**, 18, mai/1999 ,p. 67-89.

COSTA, Maria de Lourdes P. M. Evaluation générale et individualisée du Séjour Culture 2000. Paris, 30/10 – 25/11/2000.

_____. "Gestão Urbana e Patrimônio Construído". **Relatório de Pesquisa**. Niterói: UFF/FAPERJ, 2005.

DOMINGUES, A. "Urbanização difusa em Portugal". In REIS, Nestor G.; PORTAS, N. e TANAKA, M. Soban (coords.). **Dispersão Urbana. Diálogos sobre pesquisas Brasil – Europa**. S. P.: FAUUSP, 2007,p.215-243.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Editions Anthropos, 1974.

LUNGO, Mario (Org.). **Grandes Projectos Urbanos: uma visão geral**. El Salvador: UCA Editores, 2004.

MARICATO, Ermínia. "*As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias Planejamento Urbano no Brasil*". In **A cidade do pensamento único**. WEINER, MARICATO E ARANTES (ORG.). Editora Vozes, 2000.

PEYREL, Benjamin. "Paris XIIIe. Dans 10 ans". **Dossier l'Express**, Numéro Spécial, jan./2011.

PORTAS, Nuno. “Das estratégias de cidade ao projeto urbano”. **Seminário do Curso de Mestrado em Urbanismo**. PROURB/FAUUFJR, 1999.

RAPT. **Grand Plan de Paris**. Paris: RAPT/Agence Cartographique, 1998

REIS, N. G. **Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano**. São Paulo: Via das Artes 2006.

SANTOS, Milton e al. **Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DPAA, 2005 (2ª ed.). p. 43-70.

SASSEN, Saskia. “As cidades na economia global”. **Cadernos de Urbanismo**, ano 1 v. 1 – Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/Secretaria de Urbanismo, Rio de Janeiro, 1999.

SOLÀ-MORALES, Manuel de. “Espaços Públicos e Espaços Coletivos”. In **Reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. Editora Terceiro Nome, 2001, p 101-107.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intraurbano no Brasil**. SP: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 1998.

TERCEIRO MUNDO NA REVISTA ITALIANA SPAZIO E SOCIETÀ: O LUGAR DA AMÉRICA LATINA

**THIRD WORLD IN THE ITALIAN MAGAZINE SPAZIO
E SOCIETÀ: THE LATIN AMERICA'S PLACE**

**TERCER MUNDO EN LA REVISTA ITALIANA SPAZIO
E SOCIETÀ: EL LUGAR DEL AMÉRICA LATINA**

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

SAVINO, Fabiane R.

Mestranda; FAU-USP

fabiane.savino@usp.br

RESUMO

A revista italiana Spazio e Società, dirigida e editada pelo arquiteto Giancarlo de Carlo entre 1978 e 2000, é um periódico que se propôs a olhar para as transformações do ambiente físico partindo da arquitetura e do urbanismo numa perspectiva mais ampla e multidisciplinar. Dentre os tópicos explorados apresentados pelo arquiteto nos primeiros editais, encontram-se a relação da arquitetura com a história e as questões do ambiente construído no Terceiro Mundo. O presente artigo tem como objetivo central analisar essas publicações e suas temáticas, no intuito de identificar em que medida a revista contribui na construção do conceito de Terceiro Mundo em oposição ao Primeiro Mundo, e de que maneira esse debate refletiu no campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo, com especial atenção para as representações da América Latina. No tocante às publicações que tratam de países latino-americanos, parte é classificada como terceiro mundista e parte aparece com destaque na seção de dossiês. O estudo busca analisar tais artigos e encontrar possíveis hierarquias nas suas temáticas.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina. Terceiro Mundo. Revista Spazio e Società

ABSTRACT

The Italian magazine Spazio e Società, directed and edited by the architect Giancarlo de Carlo between 1978 and 2000, is a periodical which pursued to look at the changes in the physical environment starting at the architecture and urbanism under a broaden and multidisciplinary perspective. Among the explored topics presented by the architect on the first publications, there is the connection between architecture and history, as well as the matters regarding the environment built in the Third World. This article is mainly aimed to analyze such publications and their themes in order to identify the extent to which the magazine contributes to build the concept of Third World opposed to the First World, and in which way said discussion reflected in the disciplinary field of architecture and urbanism, with special attention to the Latin American representations. Regarding the publications related to the Latin American countries, part of them is classified as third-worldism and the other part appears in a highlighted position in the dossiers session. The study intends to analyze such articles and find possible hierarchies on their themes.

KEYWORDS: Latin America. Third World. Spazio e Società Magazine.

RESUMEN

La revista italiana Spazio e Società, dirigida y editada por el arquitecto Giancarlo de Carlo

entre 1978 y 2000, es una publicación periódica que propuso analizar las transformaciones del entorno físico a partir de la arquitectura y el urbanismo desde una perspectiva más amplia y multidisciplinaria. Entre los temas explorados por el arquitecto en los primeros avisos, está la relación entre la arquitectura y la historia, y los problemas del entorno construido en el Tercer Mundo. El objetivo principal de este artículo es analizar estas publicaciones y sus temas, con el fin de identificar en qué medida la revista contribuye a la construcción del concepto del Tercer Mundo en oposición al Primer Mundo, y cómo este debate se reflejó en el campo disciplinario de la arquitectura y urbanismo, con especial atención a las representaciones de América Latina. Entre las publicaciones que tratan sobre países latinoamericanos, parte está clasificada como tercer mundo y parte aparece prominentemente en la sección del dossier. El estudio busca analizar dichos artículos y encontrar posibles jerarquías en sus temas.

PALABRAS-CLAVE: América Latina. Tercer mundo Revista Spazio y Società.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um desdobramento da pesquisa de mestrado que realizei cujo objetivo é pesquisar as interfaces do campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo com outros campos das ciências humanas, naquilo que diz respeito às percepções, às práticas e às teorias, relativas à produção cultural do conceito de Terceiro Mundo. Parte-se da noção de Terceiro Mundo como um conceito construído e disputado ao longo de um período histórico por inúmeros agentes, incluídos arquitetos, urbanistas e instituições. A investigação tem como recorte a trajetória da publicação *Spazio e Società*, editada pelo arquiteto italiano Giancarlo De Carlo entre os anos 1978 e 2000. Mais especificamente, o objeto de estudo engloba os artigos que tratam da arquitetura do Terceiro Mundo no periódico, que se destaca pela abrangência de seus conteúdos: por se afirmar uma revista de arquitetura e urbanismo universais, aborda assuntos diversos ligados à disciplina e apresenta projetos dos mais variados contextos.

A questão central da pesquisa, portanto, é a identificação da dimensão ideológica das abordagens teóricas que incidiram na interpretação dos objetos arquitetônicos relacionados ao conceito de Terceiro Mundo no âmbito europeu do segundo pós-guerra. Percebendo tal processo como parte da criação e da leitura de um “outro” que contribuiu para a negação da homogeneização que a modernização ocidental promoveu, pretende-se investigar em que medida a construção cultural do Terceiro Mundo operou como ponto de disputa no interior do campo disciplinar à medida que os cânones do movimento moderno foram sendo questionados. Parece fundamental investigar a participação dos arquitetos do Hemisfério Sul nesse processo, com destaque para os latino-americanos,

identificando sua posição nessas disputas e sua contribuição para a própria construção cultural do conceito.

Sendo assim, o artigo divide-se em três partes. A primeira trata sucintamente do surgimento do conceito de Terceiro Mundo e os múltiplos significados a ele atribuídos ao longo da segunda metade do século XX. A aproximação desse termo complexo que esteve em disputa nas várias áreas das humanidades — economia, política, geografia, etc. — se faz necessária para iluminar a discussão que será feita na revista *Spazio e Società* ao tratar da arquitetura do Terceiro Mundo. A segunda parte refere-se à revista em questão, expondo suas divisões internas, os assuntos abordados e a figura do editor chefe, o arquiteto Giancarlo de Carlo. Por fim, o foco recai nos artigos sobre países da América Latina, ora apresentados como Terceiro Mundo, ora apresentados em dossiês, em busca de entender hierarquias e classificações feitas pelo próprio corpo editorial, seguidas pelas considerações finais.

O CONCEITO DE TERCEIRO MUNDO

Refletir sobre o Terceiro Mundo é encarar uma multiplicidade de significados em vários campos do saber. O termo foi teorizado em diversas esferas, dentre elas o da economia, cultura, política, sociologia e também arquitetura. Embora o foco principal desse artigo seja especificamente os artigos da revista *Spazio e Società* que tratam da arquitetura e o urbanismo da América Latina, alguns deles classificados como artigos sobre o Terceiro Mundo, faz-se necessário percorrer, ainda que de forma sintética, seus significados históricos que servirão de base para a análise da construção cultural do termo na revista.

O termo Terceiro Mundo foi utilizado pela primeira vez pelo demógrafo francês Alfred Sauvy em um artigo escrito em 1952 para o jornal *L'Observateur*. O momento histórico era marcado por conflitos indiretos e disputas estratégicas de ordem política, militar, econômica, social e ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética e suas zonas de influência, que caracterizaram a Guerra Fria. O fim da Segunda Guerra Mundial acentuou as diferenças entre os sistemas socialista e capitalista, formando esses dois grandes blocos ideológicos que disputavam a hegemonia política do mundo. Sauvy então escreve que estes dois blocos estavam “lutando pela posse do Terceiro Mundo, que é o coletivo daqueles que eram chamados pelos membros das Nações Unidas de ‘subdesenvolvidos’” (SAUVY, 1952, p.5). Ele ainda, no final do artigo, compara o Terceiro

Mundo ao Terceiro Estado (*Tiersétat*) da Revolução Francesa^[1], fazendo alusão a ideias de exploração e potencial revolucionário (LOVE *apud* WOLF-PHILLIPS, 1987).

Deste momento em diante, o termo foi usado por muito tempo, adquirindo novos significados, mas de certa forma sempre atrelado à ideia de pobreza e subdesenvolvimento. O englobamento de tantos países sob a mesma denominação Terceiro Mundo ameniza enormes diferenças entre eles, mas Eric Hobsbawm, renomado historiador britânico, ressalta algumas características comuns, ao inserir o conceito no contexto social e econômico mundial do segundo pós-guerra em sua obra “Era dos extremos: o breve século XX”. Suas primeiras considerações acerca do Terceiro Mundo dizem respeito à sua demografia. Para ele, a explosão demográfica é um fato central, ocorrido pelo aumento das taxas de natalidade e queda da taxa de mortalidade graças aos avanços das tecnologias modernas, com destaque para inovações farmacêuticas e melhoria dos transportes. Embora esse fenômeno tivesse ocorrido no mundo todo no pós-Segunda Guerra Mundial, ainda seria um dos motivos pelos quais tais países continuavam pobres, uma vez que “a população disparava para cima, embora nem a economia, nem suas instituições houvessem necessariamente mudado muito” (HOBBSAWM, 1995, p. 338). Uma consequência incidental teria sido o alargamento do fosso entre ricos e pobres, países avançados e atrasados, “mesmo quando as economias das duas regiões cresciam à mesma taxa” (ibidem).

Em se tratando de política, algo que unia Estados do Terceiro Mundo de diversas filiações constitucionais e políticas segundo o autor seria a predominância de regimes militares, ou a tendência de tê-los no poder. Sem contar os regimes comunistas da Coreia do Norte, China, as repúblicas indochinesas e Cuba, e o regime há muito estabelecido por meio da Revolução Mexicana, “é difícil pensar em quaisquer repúblicas que não tenham conhecido pelo menos episódicos regimes militares depois de 1945” (ibidem, p. 341). Essa tendência se daria pelo fato de que muitos dos quase duzentos Estados existentes na segunda metade do século XX eram relativamente novos, logo, não tinham grande legitimidade tradicional, facilitando golpes políticos no lugar de governos efetivos. Muitas vezes nesses casos as Forças Armadas se apresentavam quase como os únicos corpos capazes de ação política em base estatal ampla. Segundo Hobsbawm, praticamente todos os países que anteriormente eram colônias dependentes se achavam agora empenhados em políticas que exigiam deles Estados eficientes e estáveis, comprometidos com a independência econômica e o desenvolvimento. Alguns Estados buscavam simplesmente políticas menos dependentes dos velhos impérios, outros, mais ambiciosos, buscavam

[1] Faziam parte do Terceiro Estado todos aqueles que não faziam parte do clero (Primeiro Estado), nem da nobreza (Segundo Estado).

o fim do atraso agrário por meio da industrialização, fosse ela inspirada no modelo de planejamento centralizado soviético, fosse pela substituição de importações. Ambos em certa medida dependiam da ação, planejamento e controle do Estado. A partir da década de 1970, países que ficaram conhecidos como NICS (Newly Industrializing Countries — Países de Industrialização Recente) baseavam-se todos, com exceção da cidade-Estado Hong Kong, nessas políticas. Dois ótimos exemplos de rápido crescimento industrial e desenvolvimento econômico planejado e patrocinado pelo Estado na América Latina seriam o caso do México e do Brasil:

“Como atestar a qualquer um com o mínimo conhecimento de Brasil ou México, elas produziram burocracia, espetacular corrupção e muito desperdício- mas também uma taxa de crescimento anual de 7% nos dois países durante décadas: em suma, os dois conseguiram a desejada transição para economias industriais modernas.” (HOBSBAWM, 1995)

Estes são apenas alguns dos diferentes significados atribuídos ao Terceiro Mundo. Com a explosão demográfica, o esforço de industrialização e o avanço das tecnologias agrárias, as cidades dos países periféricos tornaram-se um grande atrativo para a população, apresentando um crescimento exacerbado que trouxe consigo problemas de moradia, infraestrutura urbana e assentamentos precários e configurando um fenômeno de metropolização nos países de Terceiro Mundo (LEMOS, 1999). Nesse processo, políticas de financiamento às melhorias sociais teriam servido como paliativo, ajudando a manter o equilíbrio do sistema sem transformar a estrutura geopolítica das desigualdades. Práticas e políticas públicas foram embaladas pela ideia de Terceiro Mundo, que também foi incorporada pelos debates do campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo. A revista *Spazio e Società*, então, surge como lócus da discussão dos problemas da arquitetura e urbanismo do Terceiro Mundo, os quais figuram entre seus assuntos principais. Sendo uma revista italiana — publicada e pensada pelo Primeiro Mundo —, produzida sob a direção do arquiteto Giancarlo de Carlo e artigos escritos por arquitetos de diversas partes do globo, parece interessante entender essas redes de interlocução e a construção do que seria essa arquitetura do Terceiro Mundo com enfoque na América Latina.

A REVISTA SPAZIO E SOCIETÀ

A revista de arquitetura, urbanismo e design *Spazio e Società* nasce em 1975 como uma edição italiana da revista francesa *Espaces et Sociétés*, fundada em 1970 pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre e pelo arquiteto e urbanista Anatole Koop. Este periódico internacional buscava diversas aproximações disciplinares na relação entre as sociedades e seus espaços e territórios, dando voz a uma discussão que já vinha sendo

feita de revisão das propostas - práticas e teóricas - da arquitetura moderna. Em 1975 há um projeto de tradução dessa revista na Itália, que recebe o nome de Spazio e Società, até que em 1978 Giancarlo de Carlo assume definitivamente a direção, dando início a uma nova série e recomeçando do número um (DAIDONE, 2012, pp. 25-36).

A Spazio e Società foi então estruturada em duas partes: um núcleo principal, com ensaios críticos e projetos, e um apêndice com a participação de colunistas. Os ensaios tratam de teoria e método, confrontam propostas de contextos similares e diversos, abrem discussões sobre problemas já abertos ou ainda latentes na cena internacional da arquitetura. São textos relativamente maiores e mais densos.

Os projetos eram escolhidos buscando abarcar a produção contemporânea do máximo de países do mundo e eram ilustrados de modo a mostrar seu desenvolvimento inteiro; também eram considerados projetos não tão contemporâneos, no intuito de verificar como seus programas originais resistiram ao uso e ao passar do tempo. A escolha dos projetos, e também dos ensaios, não era guiada pelo fato de serem mais ou menos inéditos; o material publicado não necessariamente precisava ser inédito também, porque o interesse maior era na circulação da informação e, sobretudo, da crítica.

A coluna editorial presente no apêndice é dividida em três partes: Hipóteses (*Congetture*), Argumentos e Eventos (*Argomenti e Avvenimenti*) e Documentos (*Documenti*).

Nas Hipóteses eram coletadas contribuições tardias em relação às edições da revista, porém significativas por abrirem novos problemas ou abordarem problemas já tratados, direcionando-os para saídas ainda não vislumbradas. Nos “Argumentos e Eventos”, grupos de livros eram comentados, bem como fatos contemporâneos que se encaixassem nos assuntos da revista. Nos “Documentos” eram reunidas provas, testemunhos e documentos, que serviam como materiais de apoio à pesquisa realizada na área de Projetos ou de Ensaio.

Ainda, a partir da revista de número 33, começam a ser publicados dossiês sobre o estado da arquitetura em alguns países estrangeiros como Argentina (n.33), China (n.34), Uruguai (n.35), Índia (n.38), Venezuela (n.39), além de dossiês sobre cidades italianas como Gênova (n.37), Palermo (n.41), Turim (n.42), Siena (n.47-48), Catânia (n.52), Nápoles (n.62), e cidades estrangeiras, Paris (n.44), Johannesburgo (n.77) e Hong Kong (n.79).

As temáticas da revista de De Carlo eram variadas e ainda que não seguissem uma linha rigorosamente pré-estabelecida, referiam-se à forma do espaço e às transformações do ambiente físico, investigadas partir de diferentes pontos de vista. Os tópicos mais explorados dizem respeito à forma do espaço, às várias soluções de design – com ênfase no processo, desde as motivações iniciais até a reação e usabilidade dos usuários -, o uso

de tecnologias, a relação da arquitetura com a história, as correspondências entre artes figurativas e pesquisa arquitetônica, a evolução dos tipos de habitações, a crise da cidade contemporânea, o ensino da arquitetura e as transformações do ambiente físico ligado à urbanização em países do Terceiro Mundo, tema este julgado por De Carlo no editorial da publicação de número 2 imprescindível.

No ano de 2000, após o fechamento da revista, foi publicado um índice geral dos mais de vinte anos de publicações da Spazio e Società, dividido em seis partes: um índice estendido com todos os títulos dos artigos e seus autores por ordem de publicação, índice por autor, por projetistas, lugar, local de projeto e palavras-chave. Dentro da seção das palavras-chave, encontram-se indexados 59 artigos sobre a arquitetura do Terceiro Mundo, sendo estes 22 sobre países no continente Asiático, 20 no continente Africano e apenas 8 latino-americanos.

O termo "*Terzo Mondo*" aparece pela primeira vez logo no segundo ensaio do primeiro número da revista, intitulado "Architettura e neocolonialismo". O artigo é uma síntese do trabalho final de graduação de seus autores, de 1975, e leva o mesmo nome. Apesar de se tratar de um tema muito vasto, os autores acreditam que somente uma aproximação o menos parcial possível seria capaz de integrar as múltiplas relações que ligam o Ocidente ao Terceiro Mundo. Segundo eles, o que impulsionou esse estudo foi a desigualdade de exportações dos países mais industrializados (tecnologia, técnicas e produtos) para os países menos industrializados, trazendo grandes vantagens para uns e dificultando o desenvolvimento dos outros. No que tange à arquitetura, os autores denunciam que existem arquitetos "disponíveis a tomar a causa dos mais fortes para si e a colaborar com aqueles que desfrutem" (BARBERO; SAVVIDU, 1978, p. 27), sem muito pensar nos efeitos sociais das suas obras.

Tal artigo, bem como alguns outros desse grupo, esboça um panorama das relações entre o Primeiro e Terceiro Mundos, deflagrando as desigualdades econômicas e políticas antes de tratar mais especificamente de algum território em questão. Barbero e Savvidu ainda tratam de temas como o neocolonialismo e a crise capitalista nos países desenvolvidos:

"Todo esse interesse por mercados externos não nasce [...] somente do atual estado de 'crise' (planejada?) do setor italiano da construção, mas retorna à estratégia dos países capitalistas ocidentais de atuar internacionalmente a fim de superar a crise estrutural em que se encontram (em diferentes escalas) internamente: vale dizer, de um lado procuram recuperar o 'poder' que a crescente socialização das forças produtivas internas afetou; por outro, assegurar uma 'zona de influência' externa,

onde se possam reverter as dificuldades deste momento de transição. Esperando que as 'condições de maior lucro' se restabeleçam internamente, busca-se a saída externa que é altamente rentável. [...] Deve-se, portanto, entender a transição como um processo em que a burguesia busca (nesta fase) superar as próprias contradições internas (ainda assim irresolúveis) aumentando o espaço da própria intervenção. O controle de países periféricos coloca-a em condições de agir com maior eficácia até mesmo em seus próprios territórios metropolitanos" (BARBERO; SAVVIDU, 1978, p. 28-9) [2].

A arquitetura aparece na maioria dos casos como símbolo dessa relação. Muitos artigos da revista tratam de cooperações econômicas de entes como o Banco Mundial^[3], ou cooperações universitárias para pesquisas de materiais e tecnologias em países subdesenvolvidos^[4]. Ainda na esteira da colaboração, outros artigos tratam de questões como a importação (ou, por vezes, imposição) de modelos arquitetônicos e - sobretudo - urbanísticos estrangeiros, que freqüentemente demandam alta tecnologia e mão de obra especializada, reproduzidos em ambientes desprovidos de recursos.

Após a leitura dos 59 artigos, é possível assimilar alguns tópicos recorrentes: habitação, autoconstrução, políticas públicas, tradição, tecnologia, materiais locais, o meio rural, trânsito de arquitetos, *slum*, *bidonvilles*, identidade, desenvolvimento nacional,

[2] No original: "Tutto questo interesse per i mercati esteri non nasce [...] sollo dall'attuale stato di 'crisi' (pianificata?) del settore edilizio italiano, ma rientra nella strategia che i paesi capitalistici occidentali tentano di mettere in atto a livello internazionale per cercare di superare la crisi strutturale in cui si trovano (in misura variabile) al proprio interno: vale a dire, da un lato, cercare di recuperare il 'potere' che l'aumentata socializzazione delle forze produttive interne ha intaccato; e dall'altro assicurarsi una 'zona di influenza' esterna, su cui rovesciare le difficoltà di questo momento di transizione. In attesa che le 'condizioni di maggior profitto' vengano ristabilite all'interno, ci si interessa allo sbocco esterno, che è altamente redditizio. [...] Per transizione pensiamo si debba quindi intendere il processo con il quale la borghesia capitalistica (in questa fase) di superare le proprie contraddizioni interne (peraltro irrisolvibili) dilatando lo spazio del proprio intervento. Il controllo sui paesi Terzi la mettono nelle condizioni di agire più efficacemente anche sui propri territori metropolitani."

[3] PINI, Daniele. "Abaji, Nígeria di Vernon Gracie". N. 20, 1982; PETRILLI, Amedeo. "Una città di villaggi: una comunità per 40000 abitanti a Indore". N. 25, 1984; EDITORIAL. "Marocco, India, Indonesia, Egitto: quattro quartieri pubblici". N. 37, 1987.

[4] COSTA, Roberto. "Sul neo-colonialismo". N. 17, 1982; CECCARONI, Marco. "Architetti senza frontiere". N. 68, 1994.

cooperação dos países desenvolvidos, planejamento urbano, cidades-satélite. Entre outros assuntos interessantes, porém menos corriqueiros nos textos publicados, destacam-se a arquitetura islâmica e arquitetura experimental, estes últimos ligados aos artigos de maior número sobre Ásia e África.

A AMÉRICA LATINA NA REVISTA

Já as matérias referentes à América Latina enquanto Terceiro Mundo tratam frequentemente de casos de luta por moradia, autogestão, habitação e planos urbanísticos em pequena escala. O caso mais emblemático relatado é o de Nueva Habana, no Chile (CATALANO, 1979). O foco recai sobre a organização autônoma da população com o respaldo de uma esquerda coesa (UP e MIR), com participação de toda uma comunidade de pessoas de baixa renda desde o planejamento das ações até a construção das habitações. Este, por exemplo, é um tema que não se repete em artigos referentes a outros continentes sendo, de certa forma, representativo dos países do Terceiro Mundo situados no continente americano.

Além desses 8 artigos sobre a América Latina classificados como Terceiro Mundo, há outros 52 textos publicados na Spazio e Società que tratam também de países latino-americanos. Parte deles encontra-se nos dossiês, e são apresentados com temáticas diferentes e outras abordagens se comparados aos assuntos já indicados anteriormente.

O primeiro país da América Latina a ser retratado na seção de dossiês da revista é a Argentina, no ano de 1985. São oito artigos no total, organizados pelo arquiteto e urbanista argentino Rubén Pesci a pedido de Giancarlo de Carlo. Pesci em seu texto introdutório exprime o desafio e as inúmeras dificuldades de tentar representar a Argentina, um país tão “heterogêneo e dinâmico”, enquadrado em um modelo fechado, logo, declara que os textos que se seguem buscam representar “uma diversidade indubitável, uma série de inegáveis talentos, uma gama de gerações e campos de trabalho que cobrem uma parte considerável da nossa complexa realidade” (PESCI, 1985, p. 58)^[5].

Os artigos que seguem tratam da história político-social, especialmente a partir do segundo pós-guerra em que a Argentina passou por diversos regimes políticos, da cultura, da base geográfica e ambiental da região, passando pelos padrões de assentamentos - ‘patterns’ -, chegando até a história das mudanças urbanísticas e arquitetônicas e nas questões que envolvem a habitação, como as políticas públicas de moradia até o momento em que foi publicado esse número 33 da revista.

[5] Do original: “una diversità indubbia, una serie di talenti inegabili, una gamma di generazioni e campi di lavoro Che copre una parte considerevole della nostra complessa realtà”.

O dossiê sobre o Uruguai, publicado no ano seguinte na revista de número 35, é menor em número de textos se comparado ao dossiê da Argentina, pois consiste em três artigos. O primeiro, escrito pela escritora e professora de literatura Alicia Migdal e intitulado “Il paradosso uruguaiano”, traça um panorama geral histórico e político do Uruguai, apresentando-o como o “único país ibero-americano sem população nativa”, resultado da “confluência de espanhóis, italianos negros e hebreus” (MIDGAL, 1986, p. 84). O panorama se estende para a produção artística principalmente na pintura, música e literatura no Uruguai desde o século XIX, mostrando constantemente as influências européias que atravessavam essa produção na medida em que os artistas uruguaios consagrados pela historiografia frequentemente estudavam em países europeus.

Os outros dois artigos, escritos pelos arquitetos uruguaios Mariano Arana e Lorenzo Garabelli, fazem uma reflexão sobre a história da arquitetura no Uruguai segundo três diretrizes apresentadas no início do artigo “Avanguardia e pragmatismo nell’architettura uruguaiana”: o recorte temporal tratado é o da arquitetura produzida entre 1915 e 1940; a análise é feita sobre um número parcial e limitado de autores e obras, selecionados segundo a coerência entre suas propostas práticas e definições teóricas; por fim, pretende-se, ao confrontar a arquitetura com a ideia por trás dela, expor a pluralidade de ideias que condicionaram e enquadraram a arquitetura do período em exame (ARANA; GARABELLI, 1986). A hipótese anunciada é a de que não havia naquele período no Uruguai uma nova arquitetura verdadeiramente nacional, mas sim elementos arquitetônicos externos que possibilitavam soluções apropriadas a problemas locais, logo foram ‘nacionalizados’. O último artigo concentra-se no movimento de renovação da arquitetura iniciado no fim dos anos 1920 e concluído em torno da figura do arquiteto Julio Vilamajó (1894 –1948).

Já o dossiê sobre a Venezuela, publicado na revista de número 39 em 1987, constitui-se por artigos que tratam essencialmente das transformações pelas quais passou o país em decorrência da descoberta e exploração do petróleo a partir dos anos 1920. No artigo que abre o dossiê, a arquiteta e urbanista Margarita Iglesia introduz os caminhos que a série vai percorrer, que passam por temas que vão desde o traçado da quadrícula nas cidades latino americanas de colonização espanhola e as especificidades históricas da Venezuela para então se concentrarem nas questões urbanas e sociais de Caracas, capital e cidade mais populosa do país.

Os temas abordados nos artigos sobre Caracas começam com a questão da habitação no texto do arquiteto e urbanista venezuelano Folco Riccio, no qual ele trata dos problemas do déficit de moradia e do aumento de assentamentos precários, frequentes em muitas cidades latino americanas, e mostra ações do poder público frente a esses problemas. Na sequência, o texto do José Miguel Roig trata do modernismo na Venezuela,

abrindo suas reflexões com a afirmação de que a chegada do modernismo (que, segundo o autor foi um movimento importado da Europa), coincidiu com o desenvolvimento da indústria petrolífera e o início de ser boom econômico (ROIG, 1987). Um artigo inteiro é dedicado à obra de Carlos Raul Villanueva e a síntese das artes, escrito pelo professor, artista e curador Miguel Arroyo Castillo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de Terceiro Mundo possui múltiplos significados, mas algumas ideias ligadas a ele se destacaram por sua força e persistência na História: pobreza, carência, marginalidade, dependência. Os artigos indexados pelo corpo editorial da revista *Spazio e Società* sob a palavra chave 'Terceiro Mundo' parecem privilegiar as questões do ambiente físico dos países da África que vão se descolonizando em maior número na segunda metade do século XX, e de países de tradição milenar da Ásia Omo a Índia e o Irã, em detrimento da América Latina, que também, em tese, faria parte do bloco terceiro mundista. Em termos numéricos, os artigos sobre a América Latina enquanto Terceiro Mundo são muito menores que os referidos continentes, e seus assuntos, em geral, giram em torno de temas como luta por moradia e invasões, *bidonvilles*, habitação social e recuperação de assentamentos degradados.

Contudo, outros artigos sobre países da América Latina não constam nesse índice especificamente, mas ganham destaque na seção dos dossiês por países. Ali, nações como Argentina, Uruguai e Venezuela aparecem com uma importância equivalente a dos países europeus pelo conteúdo das suas temáticas. Os dossiês comumente reuniam diversos artigos que tentavam, de certa forma, dar um panorama geral histórico e político dos países para partir para questões específicas da disciplina da arquitetura e do urbanismo, passando pelas artes, e por figuras consagradas pela historiografia da arquitetura locais. Existe um reconhecimento dessa arquitetura e da história desses países pelo campo disciplinar que ganha destaque e é valorizada também dentro da revista.

REFERÊNCIAS

ARANA, Mariano; GARABELLI, Lorenzo. “Avanguardia e pragmatismo nell’architettura uruguaiana”. **Spazio e Società**. Milão: Sansoni, N. 35, 1986, pp. 92-107.

BARBERO, Luciano; SAVVIDU, Athinà. “Architettura e neocolonialismo”. **Spazio e Società**. Milão: Mazzotta, N. 1, 1978, pp. 27-66.

CATALANO, Fernando. “La storia di Nueva Habana, Cile”. **Spazio e Società**. Milão: Sansoni, N. 7, 1979, pp. 55-72.

DAIDONE, Isabella. **Spazio e Società**: Giancarlo de Carlo e il tema della base sociale dell’architettura. Tese (Doutorado de Pesquisa em Projeto Arquitetônico) – Facoltà di Architettura, Università degli Studi di Palermo. Palermo, 2012.

HOBBSAWM, Eric. A Era de Ouro. In: _____. **Era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995, pp. 223-363.

LEMOS, Amália Inés G. “A metropolização nos países do Terceiro Mundo”. **Revista do departamento de geografia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Vol. 13, 1999, pp.7-36.

MIDGAL, Alicia. “Il paradosso uruguaiano”. **Spazio e Società**. Milão: Sansoni, N. 35, 1986, pp. 84-91.

PESCI, Rubén. “Argentina: l’utopia possibile”. **Spazio e Società**. Milão: Sansoni, N. 33, 1985, p. 58.

ROIG, José Miguel. “Il modernismo in Venezuela”. **Spazio e Società**. Gênova: SAGEP, N. 39, 1987, pp. 108-111.

SAUVY, Alfred. “Trois mondes, une planète”. **L’observateur**. Paris, N. 118, 1952, p. 5.

WOLF-PHILLIPS, Leslie. “Why ‘Third World’?: origin, definition and usage”. **Third World Quarterly**. Oxfordshire: Taylor & Francis Ltd., Vol. 9, N. 4, 1987, pp. 1311-1327.

TOM & OSCAR: DIÁLOGO ENTRE DUAS LINGUAGENS BRASILEIRÍSSIMAS

***TOM & OSCAR: A DIALOGUE BETWEEN TWO
"BRASILEIRISSIMAS" LANGUAGES***

***TOM & OSCAR: UN DIALOGO ENTRE DOS
LINGUAJES "BRASILEIRISSIMAS"***

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

ARSKY, Bruno Simões

Graduado em Arquitetura e Urbanismo; Universidade de Brasília
bruno.arsky@gmail.com

GARCIA, Claudia da Conceição

Doutora, Universidade de Brasília
garcia.unb@gmail.com

RESUMO

O estudo tem como objetivo investigar a formação de uma Linguagem Estética nascida no Rio de Janeiro durante a década de 1950, ao dialogar a Arquitetura Moderna Carioca e a Bossa Nova. Após a contextualização histórica (investigando embriões ideários das vontades artísticas dos objetos tratados), desdobram-se similaridades entre arquitetura e música no âmbito teórico e estético. Parte-se, então, para a Análise Estética e Diálogo entre os Estudos de Caso: O Palácio da Alvorada (Oscar Niemeyer, 1956) e Se Todos Fossem Iguais a Você (Tom Jobim e Vinícius de Moraes, 1956).

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura. bossa nova. estética. kunstwollen. modernismo. Jobim. Niemeyer. Riegl.

ABSTRACT

The study aims to investigate the formation of an aesthetic language, originated in Rio de Janeiro during the 1950s, by engaging the Arquitetura Moderna Carioca (the modern architecture school of Rio de Janeiro) and the Bossa nova musical genre. The essay puts across a historical contextualization, after deploying similarities between architecture and music in the theoretical and aesthetic field. It proceeds to the aesthetic analysis and establishes a dialogue between the case studies: “O Palácio da Alvorada” (Alvorada Palace by Oscar Niemeyer, 1956) and “Se Todos Fossem Iguais a Você” (if everyone was like you by Tom Jobim and Vinicius de Moraes, 1956).

KEYWORDS: architecture. bossa nova. aesthetics. kunstwollen. modernism. Jobim. Niemeyer. Riegl

RESUMEN

El estudio tiene como objetivo investigar la formación de un lenguaje estética nacido en Rio de Janeiro durante la década de 1950, al dialogar sobre la arquitectura moderna em Rio de Janeiro y la Bossa Nova. Después de la contextualización histórica (investigando embriones ideales de la voluntad artística de los objetos tratados), las similitudes entre arquitectura y música se desarrollan en el ámbito teórico y estético. Luego, vamos al Análisis Estético y al Diálogo entre los Estudios de Caso: “O Palácio da Alvorada” (El Palacio de la Alvorada -Oscar Niemeyer, 1956) y “Se Todos Fossem Iguais a Você” (Si todos fueran iguales a usted- Tom Jobim y Vinícius de Moraes, 1956).

PALABRAS-CLAVE: arquitectura. bossa nova. estética. kunstwollen. modernismo. Jobim. Niemeyer. Riegl.

INTRODUÇÃO

O estudo investiga a formação de uma Linguagem Estética nascida no Rio de Janeiro durante a década de 1950, ao analisar duas vertentes artísticas — arquitetura e música — com suas próprias feições daquele retrato histórico: a Arquitetura Moderna Carioca e a Bossa Nova.

O contexto urbano, as novas construções modernistas e o estilo de vida do Rio de Janeiro permitiram que a Bossa Nova se moldasse sem manifestos redigidos, com caráter espontâneo pela juventude artística da década de 1950. A crise de identidade, alimentada ainda pelo Samba-Canção, além de aspirações políticas vindas do fim do Estado Novo, criou o cenário perfeito para a rebeldia da Bossa.

A Arquitetura Carioca no contexto do Movimento Moderno, cenário destes encontros musicais, pretendia levar o sistema construtivo do concreto armado às últimas conseqüências. As possibilidades trazidas pelo material permitiram uma riqueza plástica excepcional, e ainda promoveram uma construção veloz de edificações em altura. Unidos aos ideais corbusianos, os arquitetos cariocas então repensam a paisagem do Rio de Janeiro. A modernização é iminente quando o Ministério da Saúde e Educação é erguido em 1942 (projeto de 1936).

Importando-se das técnicas mais avançadas na época, tanto a música quanto a arquitetura carioca criaram dentro do que o mundo buscava alcançar de qualidade e inovação. Aplicando este conhecimento na farta bagagem de cultura popular brasileira (e apoiando-se nas pregações doutrinárias da Semana de Arte Moderna de 1922) criou-se, assim, uma linguagem tipicamente nossa.

A pesquisa demonstra similaridades de dois expoentes da cultura carioca, no contexto do movimento moderno: Antônio Carlos Jobim — o Tom — e Oscar Niemeyer — o Oscar. A partir da análise estética das Obras desses artistas — Palácio da Alvorada (1956) e Se Todos Fossem Iguais a Você (1956), com letra de Vinícius de Moraes — pretende-se desvelar um ideário comum presente na elite cultural do Rio de Janeiro (comprovando a essência de um *Kunstwollen* de Alois Riegl, ao tratar paralelos linguísticos e de ideais artísticos entre as duas expressões).

Nesses termos, a pesquisa enfatiza a palavra Identidade, aquela que se remete ao Indivíduo como algo único no Universo e, assim, possui traços próprios; que compreende sua individualidade e se torna singular e reconhecido.

Nesse sentido, os estudos de casos remetem, pela natureza estética de suas composições, ao caráter identitário da Cultura Brasileira: rica e colorida nas Artes, nas Tradições, no Folclore, no Povo. A produção artística nacional é extensa, assim como a definição de

Brasil. Quem nasce aqui é acolhido como brasileiro; quem nasce aqui com o propósito de ser único e desta Nação será denominado, neste trabalho, Brasileiríssimo. Não por ser o Indivíduo — a Cultura Brasileira — personificado fielmente, mas por ser um traço único que difere este Indivíduo de todo o resto do mundo.

À luz desse entendimento, este ensaio aborda a Arquitetura e Música como identidades Brasileiríssimas. Oscar Niemeyer e Tom Jobim são Brasileiríssimos. Eles nasceram aqui com um único propósito: serem únicos aos olhos do mundo.

Texto completo disponível em https://issuu.com/bruno.arsky/docs/arsky__bruno_ensaio_te__rico_web.

PARTE 1: CONTEXTUALIZAÇÃO

Partido, Diretriz e Conceito

O pensamento revolucionário dos Modernistas que promoveram a Semana de Arte Moderna de 1922, no centenário da nossa Independência, relembra que não éramos mais uma colônia europeia, que nosso vínculo se romperia para a eternidade. Tudo começou quando Anitta Malfatti voltou de sua viagem à Europa e EUA, depois de ser apresentada ao Modernismo, e fez sua exposição de quadros em 1917^[1]. Este começo minimamente irônico — que *nossa futura identidade* não fora concebida aqui, mas mesmo assim era *nossa* — demonstra a maior característica da Primeira Geração Modernista Brasileira: a ingenuidade.

Talvez a ingenuidade e falta de lucidez exibida no evento sejam consequências dos passos apressados dos artistas, famintos por um marco inicial do Modernismo no Brasil. Todavia, a Semana foi palco para a introdução de um grande ideal: faltava Brasil na arte brasileira. Da busca pela Arte Brasileira vinda do povo, nascem os Manifestos e Arte verdadeiramente pátria.

Dos manifestos, dois redigidos por Oswald de Andrade merecem destaque: Manifesto da Poesia Pau-Brasil (1924) e Manifesto Antropofágico (1928). O primeiro traduz a vontade de exportar a Arte brasileira com qualidade como se fez com o ilustre pau-bra-

[1] AJZENBERG, Elza. A Semana de Arte Moderna de 1922. Revista Cultura e Extensão USP, São Paulo, 2012.

sil^[2]; o segundo, propor um canibalismo artístico, digerindo a força dos europeus como os índios faziam, para vigorar nossa própria cultura^[3].

O Desejo Artístico de um Período: O Sonho Brasileiro

Aposta-se, neste ensaio, que a ingenuidade dos artistas da Primeira Geração Modernista foi um ingrediente imprescindível para a convivência de duas necessidades artísticas opostas, que unidas marcam a Cultura Brasileira no século XX. Carlos Diegues conclui:

Os melhores momentos da Cultura Brasileira do século XX estão sempre divididos nessas duas obsessões aparentemente paradoxais e que se conflitam; mas é no diálogo dessas duas [obsessões] que surge a grandeza do que a gente faz. Uma vontade de estar na ponta de tudo que está acontecendo no mundo e, ao mesmo tempo, um desejo obsessivo e neurótico de procurar a sua identidade.

(DIEGUES, 2005, 1h55'08")

Denomina-se aqui *Dicotomia Brasileira* esta busca pela própria Identidade Nacional unida à vontade de emparelhar-se tecnicamente ao resto do mundo. Alimentada no Inconsciente Nacional por artistas e políticos, a *Dicotomia* alinha-se a um Espírito caloroso, uma entidade chamada *Sonho Brasileiro*.

O alinhamento de diversas expressões artísticas e culturais, onde se divide a mesma essência estética, foi constatado pelo historiador de Arte austriaco Alois Riegl (1858 - 1905). Em seu livro *Culto Moderno aos Monumentos* (1903), termo *Kunstwollen* é introduzido significando, literalmente, “a vontade da Arte”^[4]. Segundo Carla Mary Oliveira, o termo pode ser entendido como “a existência de uma unidade estética básica, que se manifestava historicamente em uma ampla variedade de formas, muitas vezes ligadas à vida cotidiana.”^[5] Dentro de um momento histórico e de uma região^[6], nasce esta unidade estética

[2] ANDRADE, Oswald de. Manifesto da Poesia Pau-Brasil. Correio do Amanhã. Rio de Janeiro. 18 mar. 1924.

[3] ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropofágico. Revista de Antropofagia, Rio de Janeiro, maio 1928.

[4] Tradução do termo em alemão: Kunst = Arte; Wollen = Vontade.

[5] OLIVEIRA, Carla Mary. Alois Riegl, O Conceito de Kunstwollen e o Barroco: Algumas Considerações em História da Arte. Universidade Federal de Ouro Preto em Mariana, 2013. Página 14.

[6] IDEM, 14.

observada por Riegl. No contexto carioca, o Sonho Brasileiro aglutina as diferentes mídias artísticas, e sobrepõe o mesmo conceito de Esperança num futuro belo para a pátria.

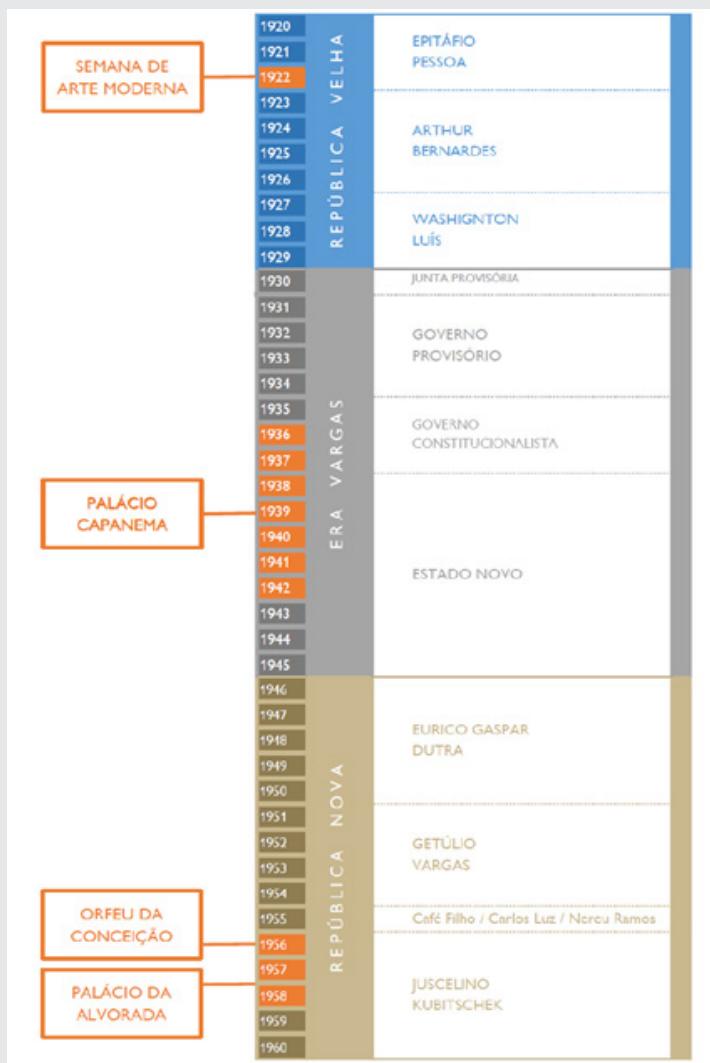


Figura 1: Linha do tempo com períodos políticos brasileiros e marcos artísticos (AUTORAL).

Na década de 1930, há um grande turbilhão político no Brasil, que resultou no fim da República Velha^[7]. Com a Revolução de 1930 e, em seguida, a Constitucionalista de 1932, inicia-se a Era Vargas. Um cenário internacional comum: o mundo chocado e aterrorizado com a 2ª Guerra Mundial (1939-1945). “É um período de muita conturbação ideológica na Europa, na América Latina, e o Brasil não ficou imune a isso”^[8]. Neste período nasce a antagonica figura do Samba-Canção, desafortunado e abatido, derivado do Bolero. Termina-se este período com uma ausência total de ideais democráticos a se espelhar: “parecia que a Democracia estava morrendo”^[9].

E neste contexto, introduz-se a figura de JK. Capaz de desviar das críticas incisivas da oposição, o presidente Juscelino Kubitschek (1955-1961) conseguiu implantar diversos planos que pareciam utópicos, mas tornaram-se realidade, com o Plano de Metas, prometendo 50 anos em 5. Neste período, o Sonho Brasileiro ressurgiu com estupenda medida nas Artes, onde a Essência das mensagens transmitidas pode ser definida em uma palavra: Esperança.

A Arte que será analisada neste Ensaio, de ambas as linguagens, encaixa-se neste momento da História Brasileira. Uma simplificação exacerbada da realidade (e até do próprio Brasil), com um toque de Heroísmo e, conseqüentemente, coragem misturada com orgulho; uma esperança do Ideal do Sonho encarnado em cada brasileiro. Conscientização social sem entender a gravidade do problema a nível nacional. A Ingenuidade de crer que era possível fazer 50 anos em cinco.

O Samba de Apartamento

Xavier descreve as conseqüências vindas do declínio do investimento público na cidade do Rio de Janeiro, enxugado com a construção de Brasília:

A transferência da capital reflete na economia do Rio de Janeiro, provocando retração dos investimentos locais e redução na produção arquitetônica. Gradualmente os recursos vão se concentrando, sobretudo nos investimentos imobiliários e em grandes cirurgias viárias. As leis de ocupação do solo são constantemente renovadas para permitir maior

[7] PRESIDENTES do Brasil. Brasília: TV Senado, 1999. Son., color. Série 3. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/TV/Video.asp?v=138526&m=145007>>. Acesso em: 15 nov. 2016

[8] OSCAR Niemeyer - O arquiteto do século. Direção de Marc-henri Wajnberg e Marcelo Gomes. Rio de Janeiro: Polo de Imagem, 2000. Son., color. Entrevista com Antônio José Barbosa.

[9] IDEM. Entrevista com Pedro Simon.

concentração e retorno mais rápido dos investimentos financeiros em lotes urbanos. (XAVIER, 1991, p. 25)

A paisagem urbana carioca é, assim, repensada com habitações em altura, com grande uso do concreto armado. Este novo contexto urbano, em meados da década de 1950, permitiu a criação do mais novo Estilo Musical Carioca: a Bossa Nova. Na verdade, a Bossa Nova é, em grande parte, consequência dos novos apartamentos.

A Bossa Nova foi amadurecida pelos jovens que se reuniam, numa parcela considerável, em apartamentos no bairro de Copacabana^[10]. Os saraus, encontros musicais comuns na História da Música Brasileira, agora aconteciam em apartamentos, não mais em casa. O piano de armário — comum nas casas da República Velha^[11] — perde sua função no novo espaço mínimo, e assim os violões ganharam popularidade^[12]. A adaptação do instrumento a espaços integrados, com a possibilidade de ser guardado no armário ou até debaixo da cama quando não utilizado, não foi a única vantagem do violão: podia-se, agora, haver encontros musicais ao ar livre, à beira do mar, próximo da natureza carioca que tanto inspirou os compositores desta geração pioneira.

Os encontros na areia da praia entre jovens foram frutíferos,^[13] mas o estilo encontrou sua forma característica nos saraus de apartamento. Roberto Menescal relata o que transformou o Samba em Bossa:

Um dia me perguntaram: “por que a Bossa Nova tem esse caráter tão manso, tão íntimo, tão baixinho?” Então pensei sobre isso, e descobri depois de anos, que isso veio dos apartamentos de Copacabana, daqueles prédios que começaram a chegar em Copacabana, com dezoito, vinte [habitantes] por andar, com aquelas paredezinhas de 5 centímetros. [...] E a gente trabalha de dia [...] e de noite ia um para a casa do outro. Come-

[10] COISA Mais Linda, 2005. Entrevista com Roberto Menescal. 52'30".

[11] A cidade do Rio de Janeiro era conhecida como “Cidade dos Pianos”, devido a grande quantidade de importações do instrumento desde a virada do século XIX. Fonte: SAMPAIO, Luiz Paulo. O papel do piano para a vida musical e cultural do Rio de Janeiro desde o final do século XIX. Revista Eletrônica de Musicologia, Rio de Janeiro, Vol. XIII jan 2010. Disponível em: <http://novo.more.ufsc.br/artigo_revista/insere_artigo_revista>. Acesso em: 16 nov. 2016.

[12] Na década de 1950, Carlos Lyra e Roberto Menescal fundam a primeira Academia de Violão da Bossa Nova, onde ensinava-se a harmonia complexa e a batida do novo estilo musical. Fonte: COISA Mais Linda, 2005. Entrevista com Carlos Lyra e Roberto Menescal. 31'58".

[13] IDEM. Entrevista com Roberto Menescal. 51'30".

*çávamos a tocar dez horas da noite! E os vizinhos catucavam debaixo:
“Olháí o barulho! Quero dormir!”*

(MENESCAL, 2005, 46’21”)

Naturalmente, os jovens recolhiam o volume da voz e do violão, para seguir com a produção musical noite adentro. O que podia ser um impedimento na construção do estilo foi acolhido com bom humor, e permitiu que o Samba, uma música dançante e impregnante, pudesse se tornar apreciável com um decoro semelhante à música erudita: com um palco separando o artista do público.

A Bossa é uma revolução no pensamento pessimista que ocupava as letras dos sambas-canções, dos boleros melancólicos^[14] e de um país sem aspirações democráticas. A Bossa vinha de uma juventude que não se enquadrava num mundo traumatizado por guerras, e tinha Esperança em um Brasil melhor.

PARTE 2: ANÁLISE ESTÉTICA

A Guisa de uma Leitura Estética de Obras de Arte

A Leitura Estética consiste na coleta em camadas de informações retiradas da Obra, e foi baseada na metodologia de Matheus Gorovitz. Segundo o autor há um confronto inicial, puro e ingênuo, que permite conclusões individuais de cada leitor; Matheus denomina este momento de “Objeto-em-si” (1996). O Reconhecimento (“Objeto-para-si” para Gorovitz) das informações trazidas na Obra é a segunda etapa, ao passo que relaciona, na mente do leitor, a Obra com elementos externos.

Em seguida, chega-se a Conclusões únicas e individuais, resultantes da Leitura e do Reconhecimento da obra enquanto categoria artística. Procura-se uma leitura subjetiva que exprime a dialética entre a Obra e o Público. Esta discussão estética inicial traz um questionamento tanto da essência da Obra, quanto daquela de quem a observa, pois a Obra é uma janela para o interior do artista.

“Sujeito e objeto, associados dialeticamente nesse processo, emergem transformados numa realidade nova - numa totalidade, qualificando o objeto que a engendrou como obra de arte”^[15]; Gorovitz descreve esta etapa como “objeto-em-si-e-para-si” (1996). Cabe a

[14] IDEM. Entrevista com Carlos Lyra. 39’00”.

[15] GOROVITZ, Matheus. 3º Texto - Sugestão de roteiro de reconhecimento, análise e descri-

Pesquisa, posterior, sanar qualquer inconsistência na leitura individual, ainda — muitas vezes — reforçando aspectos descritos no Confronto e no Reconhecimento.

O PALÁCIO DA ALVORADA

“Eu fiz o Palácio da Alvorada com umas colunas assim”^[16], clama Oscar Niemeyer, armado com uma caneta, momentos antes de reproduzir a célebre coluna em um croqui rápido. Niemeyer explica sua preocupação em gerar Unidade entre os palácios de Brasília. Logo, a gênese conceitual da Identidade do Palácio da Alvorada — e seus irmãos — é a volumetria da Coluna^[17]. A Coluna demonstra-se a essência compositiva do Palácio, como um elemento regulador do equilíbrio total do espaço.

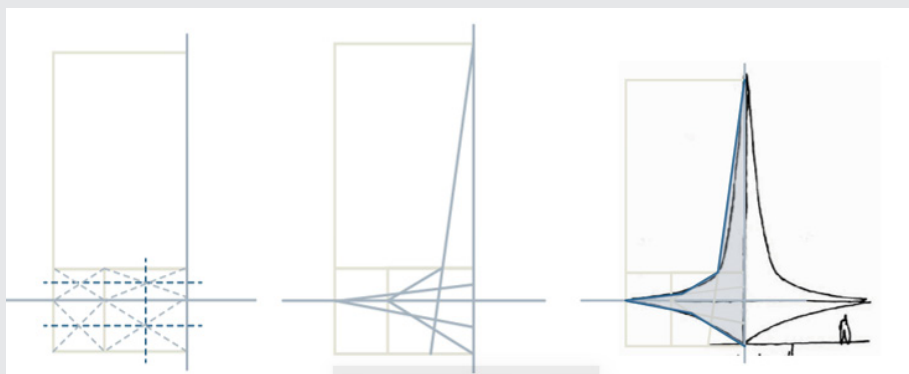


Figura 2: Representação gráfica do autor com uso de croqui de Niemeyer ao fundo (NIEMEYER, Oscar Apud PONTES, 2004. Página 69).

O imediato cruzamento de eixos remete ao traçado urbano do Plano Piloto, à Brasília de Lúcio Costa, cujo desenho — e o discurso — inicia-se com a imponente declaração: “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz”^[18].

ção de obra de arte: Textos de apoio didático. In: GOROVITZ, Matheus. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. Página 06.

[16] OSCAR Niemeyer - O arquiteto do século, 2000. Entrevista com Oscar Niemeyer, 35'05”.

[17] NIEMEYER, Oscar apud PONTES, Ana Paula Gonçalves. A Monumentalidade Flutuante de Oscar Niemeyer. In Diálogos Silenciosos, arquitetura moderna brasileira e tradição clássica. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ. 2004 (tese abertas PUC). Página 68.

[18] COSTA, Lúcio apud RELATÓRIO do Plano Piloto de Brasília/elaborado pelo ArPDF, CODE-

O vazio entre a Capela e o Palácio, assim como o vazio entre as sequências de Colunas, reafirma o caráter etéreo da composição mesclando o construído com o plano de fundo. Ainda, ao elevar o centro de gravidade da composição, o desenho da Coluna faz com que o Palácio repouse com graça no terreno:

O palácio da Alvorada exemplifica o desejo do arquiteto de fazer flutuar seus edifícios, usando das técnicas mais avançadas sem revelar em suas formas as tensões inerentes à sua sustentação.

(PONTES, 2004, p. 73)

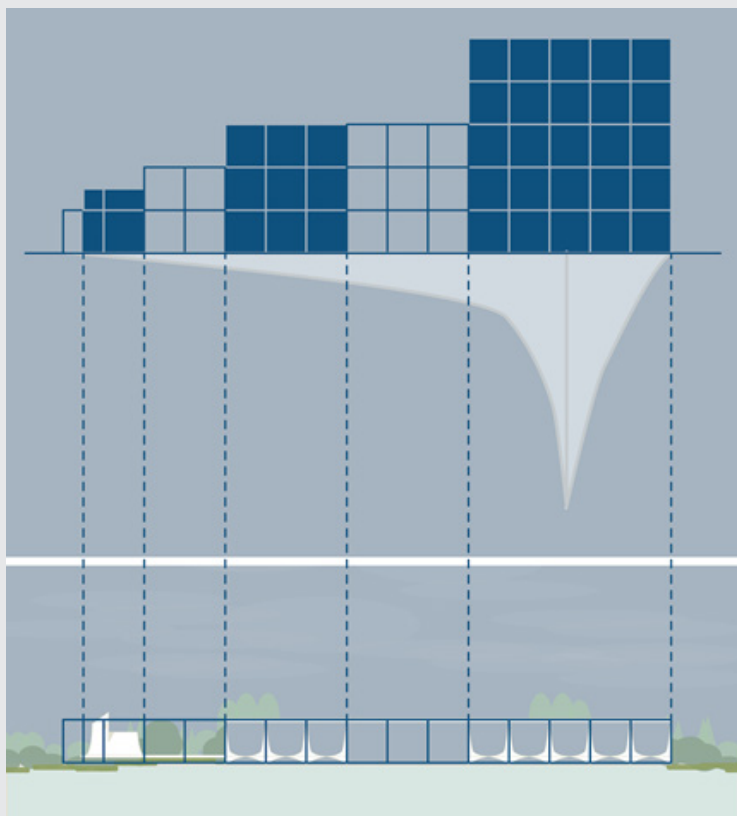


Figura 3: Representação gráfica da relação de equilíbrio da elevação e coluna (AUTORAL).

A relação tipológica do Palácio da Alvorada com as casas de Fazenda do período Colonial Brasileiro é delicada e poética. A estruturação do espaço, quanto ao volume principal e a Capela, assemelha-se muito ao Sítio Santo Antônio, datado do século XVII, tombado em 1941 e restaurado por Lucio Costa e Luís Saia entre 1940 e 1947^[19].

O vazio que demarca a entrada principal do Palácio deriva do alpendre da Casa Grande. Luís Saia afirma que o alpendre é o elemento mais importante da Arquitetura Colonial de Sítio^[20]. Buscar introduzir a releitura do alpendre amarra a Obra de Niemeyer no tecido histórico brasileiro, demonstrando interesse em exaltar o que é patrimônio nacional.

Dentro dos diversos croquis relacionados ao Palácio da Alvorada, não podemos nos esquecer da sequência abaixo: uma narrativa estética da Arquitetura através da Coluna.

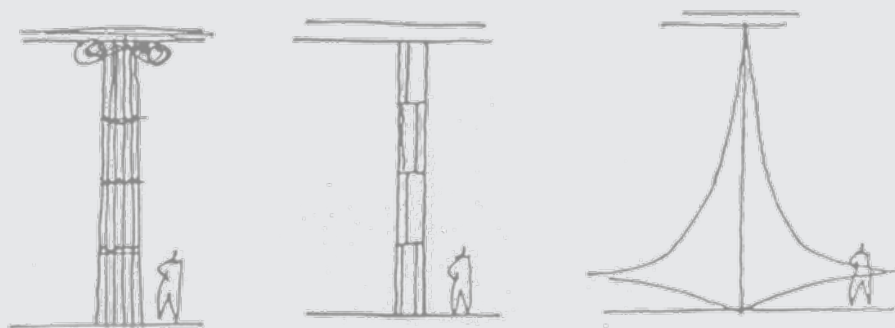


Figura 04. Croqui de Niemeyer de uma coluna clássica, uma modernista, e a coluna do Palácio da Alvorada. 1956 (NIEMEYER, Oscar Apud PONTES, 2004. Página 69).

Na primeira figura, uma Coluna de Ordem Jônica caracteriza o período da Arquitetura em que havia elementos com apenas a finalidade de decoração.

No segundo, aparece um pilar Modernista, desnudo de elementos decorativos, deixando apenas os elementos estruturais.

[19] SOMBRA, Fausto. Luís Saia e Lúcio Costa – A parceria no Sítio Santo Antônio. *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 161.03, Vitruvius, out. 2013 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.161/4915>>. Acesso em: 15 nov 2016.

[20] TRINDADE, Jaelson Bitran. Luís Saia, arquiteto (1911-1975): a descoberta, estudo e restauro das “moradas paulistas”. *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo: instituto de arquitetura e urbanismo - IAU-USP, São Paulo*, v. 18-19, n. 2013-2014, p.123-169. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/viewFile/117005/114574>>. Acesso em: 19 nov. 2016. Página 139.

No terceiro, a Coluna do Palácio da Alvorada demonstra a síntese de elementos estruturais e decorativos. Só houve espaço para esta nova forma de projetar após despir a arquitetura de elementos não utilitários, onde a própria estrutura e a própria função puderam conversar e, assim, tornam-se belas. Não há necessidade de revesti-la com ornamentos, pois a Coluna da Alvorada é bela por si só.

A figura humana aparece nas três representações do Pilar, implica assim uma relação de subordinação da Arquitetura ao homem, não só funcionalmente, mas também estética e existencialmente. A Arquitetura é concebida pelo Homem e para o Homem, como reflexo da sua própria imagem e da sua percepção do Mundo.

SE TODOS FOSSEM IGUAIS A VOCÊ

A Canção que Nasce da Letra

Riegl reconhece o Valor Histórico vinculado à Arte quando afirma que há uma linearidade narrativa — denominada “noção de evolução”^[21]. Dentro do contexto da Bossa Nova, *Se Todos Fossem Iguais a Você* torna-se um Elo extremamente significativo: a obra é o primeiro encontro da letra de Vinicius de Moraes com a música e orquestração de Tom Jobim; e não se pode afirmar a existência de uma parte senão pela outra.

A Literatura de Vinicius

À primeira vista, Vinicius de Moraes parece preocupado em declamar sentimentos amorosos, ao chamar a amada de única; uma análise mais profunda demonstra que, por trás do sentimentalismo, há um grande ideal.

O tópico racial está muito presente na Obra, e percebe-se que ao escrever “Se Todos Fossem Iguais a Você”, Vinicius levanta um tema na canção: desigualdade racial. A palavra “Se” (assim como “Fossem”) traz uma expectativa esperançosa, uma alternativa; as palavras “Todos” e “Iguais” concluem a coerência da mensagem, com escolhas de um vocabulário que — de forma enxuta — é capaz de permitir essa dupla leitura, de uma declaração de amor ou de um sonho de uma sociedade mais igualitária. Ao reler a letra com este olhar, percebe-se esta mensagem, sutilmente presente em cada linha da poesia.

[21] RIEGL, Alois. O Culto dos monumentos: sua essência sua gênese. Tradução do francês de Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006. Páginas 10 e 11.

A Música de Tom

A naturalidade buscada na linguagem estilística da Bossa Nova reformula o canto brasileiro, e assim a melodia torna-se cúmplice da letra. A canção é introduzida com um recitativo, onde a liberdade melódica permite que a letra seja quase falada. O clímax deste início é alcançado na nota que encontra a palavra “esperança”, o termo mais representativo da letra de Vinícius de Moraes. Logo após o clímax, a melodia repousa delicadamente na palavra “paz”.

Na canção inteira, Tom Jobim trabalha apenas com dois motivos musicais. Walter Pistol afirma que o uso de poucos motivos “indica uma preferência do compositor em buscar coerência e unidade no material composicional, ou concentração, invés de uma grande variedade de ideias musicais numa única frase.”^[22] Esta verdade alinha-se à estética da Bossa Nova de caráter econômico e sensato, sem exageros, contrastante à produção artística da década anterior.

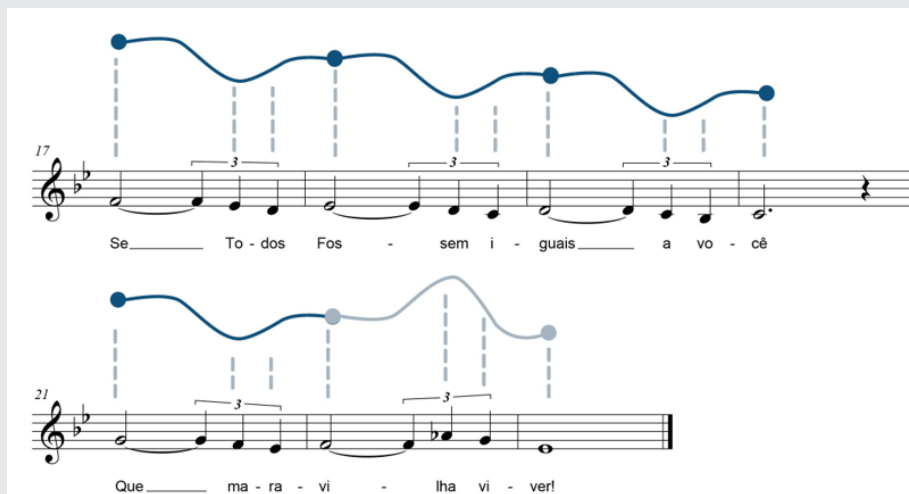


Figura 04. Representação gráfica da autor das células modulares dentro da melodia de “Se Todos Fossem Iguais a Você”, de Vinícius de Moraes e Tom Jobim.

[22] PISTOL, Walter. Counterpoint. Nova Iorque: W. W. Norton & Company Inc, 1947. Inglês. Página 101, Tradução nossa.

O cromatismo está presente na harmonia de Tom Jobim, extremamente moderna, síntese de das diversas influências do autor: Jazz, Impressionismo francês, serialismo e atonalismo^[23]. Em contraste, a batida percussiva gera movimento e unidade à composição, além de ser o elo mais forte com o Samba de raiz. A relação de equilíbrio da Obra está na troca de focos: para que um elemento se evidencie, os demais se emudecem. Assim, o plano de fundo interage com a melodia numa dialética de interesses, buscando uma ordem que a cada instante se reformula.

CONCLUSÃO

Tom claramente defende que sua música é uma síntese de Eras, uma releitura do tradicional com ferramentas de ponta. Num panorama maior, Tom acredita que a Música Brasileira é a miscigenação de povos e períodos Históricos^[24]. Este espírito de modernização, que rompe com o conservadorismo sambista, é mais um relato da existência do Sonho Brasileiro, de um *Kunstwollen* carioca.

O samba possui grande valor simbólico por representar traços da cultura africana acolhidos pelo Brasil. O samba torna-se um Arquétipo da Cultura Popular Brasileira, fonte de inspiração para diversos artistas que viam ali um ponto de partida para a construção estética de novas linguagens nacionais. A Bossa Nova é apenas um entre vários resultados desse casamento do Antigo com o Novo.

Discípulo de Lúcio, Oscar Niemeyer encontra nas Tipologias Históricas (como a Casa Grande, a reinterpretação do Alpendre), além das temáticas populares, um grande convívio entre a tecnologia importada do Concreto Armado e as raízes brasileiras de seus projetos.

Aqui encontra-se o cerne da Dicotomia Brasileira, onde a Arquitetura e a Música — cada expressão da sua forma singular — adaptam esta necessidade. Resgatar a tradição brasileira a uma Obra Moderna, que espelhe na Identidade da Nação dentro de um Mundo Novo, de um país vistas ao Futuro. Na música, o encontro do ritmo samba com uma harmonia moderna (além do casamento de uma melodia naturalmente concebida para a nossa linguagem com uma letra que apela ao Concretismo). Na arquitetura, arquétipos coloniais absorvidos em teorias corbusianas, com produções em concreto armado e vidro.

Outros paralelos encontrados nas estéticas da Arquitetura Modernista Carioca e da Bossa Nova comprovam um mesmo ideal. A busca pela Leveza, uma elegância desprovida

[23] COISA Mais Linda, 2005. Entrevista com Paulo Jobim. 1h16'00".

[24] JOBIM, Tom e MORAES, Vinícius de, 1956, apud CABRAL, Sérgio, 1997, apud IDEM. Página 76.

de ornamentos, onde a Obra é bela pela sua essência estrutural. A leveza é alcançada por Oscar Niemeyer nos encontros delicados entre os elementos estruturais e o chão, além do grande uso de vazios na concepção arquitetural; a leveza de Tom está associada ao canto natural, ao uso muito econômico — porém pertinente — da orquestração, onde o plano de fundo equilibra-se com a melodia numa dialética de interesses, ao permitir que um elemento se engrandeça neutralizando os demais.

O uso de poucos módulos (de caráter puro) infinitamente repetidos é encontrado em ambos os autores: a Coluna de Oscar e os dois motivos melódicos contrastantes de Tom. A vontade artística aqui é permitir um diálogo com a plástica de suas Obras ao limitar o repertório composicional destas, gerando uma Unidade plena e, acima de tudo, uma Identidade própria muito distinta.

Enfim, o Sonho Brasileiro conseguiu o que os Modernistas da Semana de 1922 almejavam. Uma certa “Antropofagia Tardia” foi o método implantado para a produção artística de Oscar Niemeyer, Tom Jobim e aqueles alinhados aos seus ideais estéticos: o encontro de Eras (não só de povos), de elementos tipicamente brasileiros com teorias e técnicas das mais avançadas. De forma tão natural, estes artistas conseguiram englobar a própria historicidade sem perder a tradição.

Ao perceber a explosão de nossa produção artística como uma pandemia, fica mais do que claro que as metas do Manifesto Pau-Brasil forma alcançadas. Há obras de Niemeyer construídas por todo o globo, assim como há músicas de Tom Jobim sendo reproduzidas em qualquer canto do mundo, inspirando outros estilos e outras culturas. A qualidade desta produção torna-se inquestionável quando Frank Sinatra convida Tom Jobim para produzir um disco em conjunto com ele em 1964^[25] e Niemeyer recebe o Prêmio Pritzker em 1988^[26].

[25] Com um intuito de usar a Bossa Nova como inovação para combater o Rock, que estava tomando palco do cenário musical global. FONTE: KAPLAN, James, 015, apud CASARIN, Rodrigo, 2015.

[26] THE HYATT FOUNDATION (Org.). Laureate Vives by Years | The Pritzker Architecture Prize. 2016. Disponível em: <<http://www.pritzkerprize.com/laureates/year>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

REFERÊNCIAS

AJZENBERG, Elza. “A Semana de Arte Moderna de 1922”. **Revista Cultura e Extensão USP**. São Paulo, 2012.

ANDRADE, Mário de. **A Evolução Social da Música no Brasil**. Rio de Janeiro: Vila Rica, 1939.

ANDRADE, Oswald de. “Manifesto Antropofágico”. **Revista de Antropofagia**, Rio de Janeiro, maio 1928.

ANDRADE, Oswald de. “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”. **Correio do Amanhã**. Rio de Janeiro. 18 mar. 1924.

BARROSO NETO, Bernardo. **50 anos de Bossa Nova**. 2007. Dividido em 3 capítulos.

CABRAL, Sérgio. **Antonio Carlos Jobim: Uma Biografia**. Rio de Janeiro: Lazul Editora, 2008.

CALDERA, Marne Serrano; Lícia Lucas. **A Genealogia do Piano**. Niterói: Muiraquitã, 2010.

COISA Mais Linda - Histórias e Casos da Bossa Nova. Direção de Paulo Thiago. Rio de Janeiro: Ancine, 2005. Son., color.

FREDERICO, Jorge. **A bossa nova vai ao Carnegie Hall**. 2008. Agência Senado.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Vinícius de. **Orfeu da Conceição – Tragédia Carioca em três atos**. Rio de Janeiro, 1956.

MOTTA, Nelson. **Noites Tropicais**. Rio de Janeiro: Ponto de Leitura, 2000.

OLIVEIRA, Carla Mary. **Alois Riegl, O Conceito de Kunstwollen e o Barroco: Algumas Considerações em História da Arte**. Universidade Federal de Ouro Preto em Mariana, 2013.

OSCAR Niemeyer - O arquiteto do século. Direção de Marc-henri Wajnberg e Marcelo Gomes. Rio de Janeiro: Polo de Imagem, 2000. Son., color.

PISTOL, Walter. **Counterpoint**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company Inc, 1947. Inglês.

POLETTO, Fábio Guilherme. **Tom Jobim e a Modernidade Musical Brasileira 1953-1958**. 2014. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

PONTES, Ana Paula Gonçalves. **A Monumentalidade Flutuante de Oscar Niemeyer**. In Diálogos Silenciosos, arquitetura moderna brasileira e tradição clássica. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ. 2004(tese abertas PUC).

GOROVITZ, Matheus. **3º Texto - Sugestão de roteiro de reconhecimento, análise e descrição de obra de arte: Textos de apoio didático**. In: GOROVITZ, Matheus. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. p. 29.

RELATÓRIO do Plano Piloto de Brasília/elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA. Brasília: GDF, 1991. 76 p.

RIEGL, Alois. **O Culto dos monumentos: sua essência sua gênese**. Tradução do francês de Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006.

SAMPAIO, Luiz Paulo. **O papel do piano para a vida musical e cultural do Rio de Janeiro desde o final do século XIX**. Revista Eletrônica de Musicologia, Rio de Janeiro, Vol. XIII jan 2010.

SILVA, Beatriz Coelho. **A Semana de Arte Moderna**. FGV, 2009.

SOMBRA, Fausto. **Luís Saia e Lúcio Costa – A parceria no Sítio Santo Antônio**. Arqutextos, São Paulo, ano 14, n. 161.03, Vitruvius, out. 2013.

SUZIGAN, Maria Lucia Cruz. **Tom Jobim e a Moderna Música Popular Brasileira: (Versão Corrigida)**. 2011. 175 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

THE HYATT FOUNDATION (Org.). **Laureate Vives by Years | The Pritzker Architecture Prize**. 2016.

TRINDADE, Jaelson Bitran. **Luís Saia, arquiteto (1911-1975): a descoberta, estudo e restauro das “moradas paulistas”**. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo: instituto de arquitetura e urbanismo - IAU-USP, São Paulo, v. 18-19, n. 2013-2014, p.123-169. XAVIER, Alberto; BRITTO, Alfredo; NOBRE, Ana Luiza. **Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Rioarte, 1991.

UNIVERSIDADES GLOBAIS, ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO E COLABORAÇÕES ACADÊMICAS NO CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

**GLOBAL UNIVERSITIES, INTERNATIONALIZATION
STRATEGIES AND ACADEMIC COLLABORATIONS
IN THE FIELD OF ARCHITECTURE AND URBANISM
IN BRAZIL**

**UNIVERSIDADES GLOBALES, ESTRATEGIAS DE
INTERNACIONALIZACIÓN Y COLABORACIONES
ACADÉMICAS EN EL ÁMBITO DE LA
ARQUITECTURA Y EL URBANISMO EN BRASIL**

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

CRUZ, Leandro de Sousa

Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da FAU-UnB
leandro.cruz@unb.br

PEIXOTO, Elane Ribeiro

Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAU-UnB
elanerib@hotmail.com

RESUMO

Este artigo busca discorrer sobre o contexto mais amplo da internacionalização da educação superior em que estão inseridas experiências de colaboração internacional no campo da Arquitetura e Urbanismo no Brasil, realizados via intercâmbios e outras atividades que implicam em mobilidade acadêmica. Não se desconfia de certa natureza intrinsecamente “internacional” das universidades desde sua origem, nem será o caso de reconstruir esse histórico, consolidado em trabalhos de referência. Interessa, antes, perceber a novidade no fenômeno das últimas décadas em que as universidades, antes entendidas por sua relevância pública e orientadas para o social e para o ethos científico, tornam-se “um vasto campo de valorização do capitalismo educacional”.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior; Formação em Arquitetura e Urbanismo; Internacionalização.

ABSTRACT

This article aims to discuss the broader context of the internationalization of higher education in which experiences of international collaboration in the field of Architecture and Urbanism in Brazil are inserted, carried out via exchanges and other activities that imply academic mobility. There is no suspicion of a certain intrinsically “international” nature of universities since their origin, nor will it be the case to reconstruct this history, consolidated in reference works. Rather, it is interesting to perceive the novelty in the phenomenon of the last decades in which universities, previously understood by their public relevance and oriented towards the social and scientific ethos, become “a vast field of valorisation of educational capitalism”

KEYWORDS: Higher Education; Architecture and Urbanism Training; Internationalisation.x

RESUMEN

Este artículo busca discutir el contexto más amplio de la internacionalización de la educación superior en el que se insertan experiencias de colaboración internacional en el campo de la Arquitectura y el Urbanismo en Brasil, llevadas a cabo a través de intercambios y otras actividades que implican movilidad académica. No se sospecha una cierta naturaleza intrínsecamente “internacional” de las universidades desde su origen, ni será el caso para reconstruir esta historia, consolidada en obras de referencia. Más bien, es interesante percibir la novedad en el fenómeno de las últimas décadas en el que las universidades, previamente entendidas por su relevancia pública y orientadas hacia el ethos social y científico, se convierten en “un vasto

campo de valorización del capitalismo educativo”.

PALABRAS-CLAVE: Educación Universitaria; Formación en Arquitectura y Urbanismo; Internacionalización

INTRODUÇÃO

Em declaração à revista Forbes, em 1997, Peter Drucker acreditava estar perto o fim dos grandes *campi* universitários como instalações físicas que concentram as atividades de ensino, palestras e cursos acadêmicos regulares. Eles sobreviveriam como “reliquias” no prazo de trinta anos, considerando que os avanços nas telecomunicações diminuiriam, sensivelmente, a necessidade da mobilidade física para quem desejasse fazer parte do mundo acadêmico. (DRUCKER, LESNER e JOHNSON, 1997) O prazo da prescrição apontada por Drucker ainda não expirou, mas, até o momento imediatamente anterior à pandemia do COVID-19, nada poderia estar mais distante da realidade, dada a importância que os estabelecimentos universitários continuam tendo como lugar de formação, pesquisa e de participação na vida pública, autorizados a conferir diplomas, *status* e legitimidade institucional.

A entrada da educação superior como serviço passível de ser oferecido em escala global, a partir de 1990, foi acompanhada de outro sentido de valorização — a do investimento pessoal —, numa lógica competitiva em busca de distinção e de melhores posições no mercado de trabalho. Trata-se de um grande mercado, que, desde o começo dos anos 2000, conta com investimentos e despesas da ordem dos trilhões de dólares, envolvendo desde empresas de capital aberto às seculares e prestigiadas universidades europeias e norte-americanas. (SOUSA SANTOS, 2010) Este artigo discute o contexto mais amplo da internacionalização da educação superior em que estão inseridas experiências de colaboração internacional no campo da Arquitetura e Urbanismo no Brasil, realizados via intercâmbios e outras atividades que implicam em mobilidade acadêmica. Não se desconfia de certa natureza intrinsecamente “internacional” das universidades desde sua origem, nem será o caso de reconstruir esse histórico, consolidado em trabalhos de referência (KERR, 2005). Interessa, antes, perceber a novidade no fenômeno das últimas décadas em que as universidades, antes entendidas por sua relevância pública e orientadas para o social e para o *ethos* científico (MERTON, 1973), tornam-se “um vasto campo de valorização do capitalismo educacional” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 21).

Ao contrário do que previu Drucker, vê-se que, nos campos da Arquitetura e Urbanismo e do Planejamento, a universidade enquanto instituição e o *campus* como sua lógica moderna de implantação no território vêm adquirindo centralidade. (MELHUIS,

2015; MARCUSE e POTTER, 2005) Seja pela sua importância estratégica, localizada em áreas nobres do tecido urbano, seja como potencial catalizador de novos investimentos para áreas de expansão do mercado imobiliário, a Universidade vem sendo apresentada como modelo de intervenção urbana capaz de representar aspirações cívicas e impulsionar o desenvolvimento urbano.

Como interesse deste artigo, soma-se a esta valorização outra tendência, iniciada nos anos que se seguiram à crise financeira de 2008-2009, de certa “redescoberta” da dimensão “social” da Arquitetura e do Urbanismo, (McGUIRK, 2014) criticada por ter contribuído pouco além de elevar, para o *status* de celebridade, arquitetos e escritórios que souberam aproveitar certo oportunismo e de uma dose de demagogia para ganhar visibilidade (MASSAD, 2018) e por não contribuir significativamente para a construção de novas formas de lidar com a urbanização em situações de precariedade. (ARANTES, 2019) Independentemente disso, o que se viu no processo foi um aumento das atividades de pesquisa dedicadas a entender os processos de urbanização no Sul Global e buscar estratégias para seu enfrentamento. Outra transformação significativa, sobretudo no contexto norte-americano, se fez sentir na intensificação do uso do termo “Urbanismo” (*Urbanism*) para reunir duas construções disciplinares — as do Planejamento Urbano e do Projeto (ou Desenho) Urbano — que, até por volta de 1990, eram mantidas separadas tanto na prática profissional quanto na estrutura dos sistemas de educação.

Estas transformações se somam, ainda, em problemas compartilhados no que se refere aos desafios na formação em Arquitetura, Urbanismo e Planejamento: a escala de operação que se altera significativamente e passa para o global, incorporada como uma preocupação na formação de novos profissionais; a emergência de novos atores, especialmente as multinacionais; e a recuperação do tema das cidades novas em processos de urbanização no Sul Global e no Oriente Médio. (ALLEN, 2012; BLAU, 2014) Não podem ser completamente dissociadas, portanto, do fenômeno mais amplo da globalização e de seus rebatimentos sobre a educação superior.

GLOBALIZAÇÃO E IMPERATIVOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

Desde as últimas décadas do século XX, as universidades se mostraram tão mais importantes quando consideradas indissociáveis da “Sociedade de Informação” ou da “Sociedade em Rede”, para usar os termos de Manuel Castells, porque se espera, desde então, que atuem como máquinas ou engrenagens do desenvolvimento econômico. (CASTELLS, 1994; 2011) Uma vez incluídas no projeto maior de globalização neoliberal, elas figuram como agentes relevantes para a construção ideológica de organizações,

como o Banco Mundial ou a OMC, e de suas propostas para a reforma do ensino, como impulsionadoras do “capital humano” e de consequentes melhorias econômicas gerais para as nações. A retórica em torno da internacionalização das universidades acompanha este processo de abertura para os mercados mundiais, sobretudo desde os anos de 1980. Bastante persuasiva, estabelece certos “imperativos” (ALTBACH, 2013) que promoverem uma exortação quanto à busca da internacionalização, direcionada a instituições universitárias e a sistemas nacionais de educação superior.

Um primeiro conjunto de discursos vem da própria constituição desse campo de pesquisa e, sobretudo, das disputas conceituais. Embora já tenham passado por inúmeras ampliações e revisões nos últimos quarenta anos, pode-se afirmar que os termos “internacionalização” e, mais tarde, “transnacionalização” foram criados, inicialmente, para substituir noções anteriores como “educação internacional” e “colaboração internacional”, (DE WIT, 2013; KNIGHT, 2014; LARSEN, 2016) sem ir muito além de descrever os fenômenos em curso. Outros autores, como Mário Luiz Azevedo, traçam uma linha mais evidente entre os fenômenos de internacionalização e transnacionalização, sendo o primeiro carregado de sentido humanista, enquanto a transnacionalização estaria intimamente relacionada à globalização, em que predominam os interesses das empresas transnacionais e em que o termo adquire o sentido de expansão capitalista de transformação da educação superior em mercadoria, promovendo a disputa acirrada que amplia as desigualdades e forma, assim, um mercado. (AZEVEDO e CATANI, 2013; AZEVEDO, 2015) Lima e Contel, por sua vez, criticam a prevalência de “abordagens apologéticas” e a escassa produção de textos mais críticos no histórico desta construção intelectual. (LIMA e CONTEL, 2011, p. 12-13). A avaliação de Carlos Martins se mostra oportuna, pois observa a formação de um “sistema transnacional” de educação superior, deslocando o debate estritamente conceitual, que gira em torno de termos neutros que despolitizam o debate, para então relacioná-lo de forma mais crítica às estruturas de poder. (MARTINS, 2015)

Um segundo imperativo veio da formulação de políticas e recomendações em organizações internacionais multilaterais, como UNESCO, Banco Mundial, OCDE e OMC, que costumam ser apontadas como agentes influentes nas definições dos debates sobre a internacionalização, merecendo estudos integrativos e específicos sobre as formas de atuação de cada uma delas. (PEREIRA e PRONKO, 2015; MAUÉS, 2019; MAUÉS e SOUSA, 2018; RIBEIRO, 2006; BORGES, 2009) É evidente que não se trata de uma atuação isolada, dado que as tomadas de decisão sempre passam pela aprovação das instituições nacionais, além de serem mediadas pelas condições de cada país e dos interesses em jogo na construção de uma política de educação superior. Contribuíram, no entanto, e de forma decisiva, no processo de privatização da universidade e na definição de uma agenda de reforma global

da educação superior, servindo de veículo para a disseminação da lógica empreendedora e competitiva no cerne das redefinições institucionais da universidade. (LAVAL, 2019)

Um último conjunto de imperativos da internacionalização pode ser apontado na construção de modelos de universidade e de internacionalização. Embora não tenha sido criado como modelo a ser replicado, o *Processo de Bolonha* contituiu-se como marco importante pela institucionalização de um espaço supranacional para a educação superior, bem como instrumento de suma relevância para a criação e consolidação do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES). Sua implantação levava em conta o cenário indicado pelos organismos internacionais e eram, também, uma forma de reação dos sistemas nacionais de educação superior europeus, com suas seculares universidades, ao avanço das universidades estadunidenses, australianas e chinesas no mercado internacional. (MELLO, 2011; MELLO e DIAS, 2011) Outros exemplos consistem, mais claramente, da formulação de “modelos” a serem reproduzidos e que estabelecem critérios de diferenciação das universidades em escala global. Este é o caso das “*World-Class Universities*”, (SALMI, 2009; ALTBACH e SALMI, 2011) uma categoria que implica na seleção das melhores universidades numa escala global e que assimila, portanto, o contexto de disputa global e a emergência dos ranqueamentos. Por um lado, a introdução dos ranqueamentos expande a “geografia” do universo conhecido de instituições, desperta o interesse pela disputa nos níveis institucional, setorial e pode mesmo interferir positivamente nas políticas nacionais de educação superior. Por outro, reforça ainda mais o estabelecido, pois os critérios de análise estão em acordo com o que as mesmas universidades de elite já tinham como capital adquirido.

Acompanha-se a formação de um novo *locus*, ou paisagem, do ensino superior, (MARGINSON, 2007; MARTINS, 2015) onde as universidades estão submetidas a diferentes forças, não somente às mais tradicionais, internas ao campo acadêmico e aos sistemas nacionais, como também às injunções de um competitivo e dinâmico mercado global. A necessidade de atestar reiteradamente seu “impacto global” altera a tradicional autonomia das universidades, fazendo com que elas precisem atender também aos interesses do grande capital e submeter-se às flutuações do mercado de estudantes internacionais. (MARTINS, 2015, p. 305) Associado à emergência dos ranqueamentos, nota-se a construção, ainda que difusa, do chamado “Modelo Global Emergente”. (MOHRMAN, MA, e BAKER, 2008; MARTINS, 2015) Ele não deixa de ter caráter normativo, ainda que não seja alicerçado por documentos de organismos internacionais, e reúne os atributos das universidades que afirmam ter um “impacto global” com suas atividades, especialmente as de pesquisa. As campanhas de arrecadação de fundos para as grandes universidades, de cifras bilionárias, cada vez mais são orientadas em função disso. Inseridos numa dinâmica econômica

de grandes cifras, a criação de estratégias de internacionalização e a manutenção de um fluxo de estudantes para manter a folha de pagamentos em dia alteram a paisagem da educação superior.

ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO EM TRÊS UNIVERSIDADES GLOBAIS

Em estudo sobre universidades nos Estados Unidos, Childress (2016) aponta para o fato de que há uma distância entre a elaboração e a execução dos planos de internacionalização. Com relação às estratégias de internacionalização, estas se mostram variadas, mas tendem a constituir um Plano Institucional, algo que será mais corrente em universidades de médio porte, que disputam inserção no mercado global. Instituições mais consolidadas e com maior capital simbólico operam diferentemente, como é o caso de três Universidades Globais que tiveram, nos últimos dez anos, algum nível de atuação no campo da Arquitetura e Urbanismo no Brasil, através de colaborações acadêmicas com outras instituições, universitárias ou não.

A Universidade de Harvard não dispõe de um documento sistematizado como um Plano Estratégico de atuação global, tendo suas ações de internacionalização uma representação institucional através de uma vice-reitoria. No panfleto “One Harvard One World”, (HARVARD UNIVERSITY, 2019) a instituição ilustra seu alcance mundial, com grandes projetos de referência em todos os continentes, e apresenta-se como a maior universidade deste porte, em termos de número de estudantes e professores estrangeiros. Suas atividades se dão em centros de pesquisa localizados nos Estados Unidos com alcance internacional, em escritórios regionais, centros internacionais (a exemplo do DRCLAS, com sede no Brasil), através de *Summer Schools* e da plataforma HarvardX, de ensino à distância, além da atuação de cada departamento ou unidade acadêmica, autônomos para estabelecerem vínculos com países e instituições estrangeiras. Os interesses na internacionalização também passam, evidentemente, pela possibilidade de obter financiamento para a Harvard University, onde as fontes internacionais representam parte significativa da receita, girando em torno de 150 milhões de dólares ou mais desde 2012. (HARVARD UNIVERSITY, 2019)

Com relação à América Latina, nas últimas décadas, a atuação mais direta de Harvard se deu através das unidades do *David Rockefeller Center for Latin American Studies* (DRCLAS) e nos centros de pesquisa da *Harvard Business School* (HBS) em São Paulo e em Buenos Aires. O DRCLAS foi criado em 1994, em Cambridge, onde ainda hoje se encontra sua sede principal, tendo como objetivo principal viabilizar a realização de atividades de ensino e pesquisa de Harvard que tratam de assuntos da América Latina, além de

integrar a Universidade a instituições no continente. Ao longo de sua história, promoveu grande número de atividades culturais e acadêmicas, com eventos, publicações, projetos de pesquisa e de atuação junto ao poder público. Sua capacidade de atuação se expandiu consideravelmente com o tempo, o que se percebe a partir da criação dos três ou centros na América Latina — em Santiago do Chile, São Paulo e na Cidade do México — e do aumento significativo de sua receita, passando da casa dos 2 milhões no começo dos anos 2000 para 10 milhões de dólares nas últimas declarações registradas nos relatórios anuais. Ainda em 1997, criou-se, no DRCLAS, o *Corporate Center Program*, com vistas a contribuir com as relações entre corporações dos Estados Unidos e de países latino-americanas do setor de negócios. O Programa passou por mudanças entre 2007-2008, sendo renomeado como *Friends of the Center Program*, congregando não apenas as corporações como também doações individuais e de Fundações.

As atividades da Harvard University no Brasil ganharam impulso desde a criação do *DRCLAS Brazil Office* em São Paulo, em 2006, destacando-se, desde o início de suas atividades, a participação dos empresários Jorge Lemann e Claudio Haddad, cujas doações — individuais ou através da criação de programas de bolsas — constam como relevante fonte de recursos para o Centro. A participação de suas respectivas fundações foi de suma importância para o desenvolvimento de projetos como o *South America Project* (SAP), do programa de conferências *Landscape as Urbanism in the Americas* (LAUA). Ambos, projetos que contribuíram para maior visibilidade da *Harvard Graduate School of Design* (GSD) na América Latina e que sinalizaram para certa virada em direção ao Urbanismo dentro da própria Escola, dando oportunidade para aprofundar os debates em torno do *Urbanismo de Extração de Recursos*, (CORREA, 2011; 2016) do *Landscape Urbanism*, (WALDHEIM, 2016) bem como do *Urbanismo Ecológico* e suas aproximações entre os estudos urbanos, Ecologia, agendas ambientais e teoria crítica. (MOSTAFAVAI e DOHERTY, 2014). A GSD se faz valer de seu histórico institucional para se apresentar como uma liderança mundial na pesquisa em projeto, com forte apelo para a inovação e para a formação de profissionais com perfil de atuação global. O posicionamento de seus membros com relação a este mesmo universo de atuação, ao menos no que foi publicado a partir das experiências recentes de colaboração com a América Latina, evidenciam a falta de uma perspectiva mais crítica com relação às supostas virtudes do projeto. Muito apoiadas na abordagem da autonomia disciplinar, as propostas são feitas a partir de uma visão distanciada, de interação limitada com o território, seus praticantes e mesmo com populações a serem afetadas por grandes projetos de infraestrutura. Esboça-se um avanço com a publicação de “Urbanismo Ecológico na América Latina”, ao dar mais particularidade à produção local e à crítica desenvolvida por profissionais e intelectuais latino-americanos. (MOS- TAFVAI, DOHERTY, CORREIA, CALISTO e VALENZUELA, 2019)

Semelhante ao que se dá com Harvard, a *Columbia University* também não segue um documento único de política de internacionalização ou um Plano Estratégico, ainda que o tema seja acompanhado de perto não somente pela presidência da instituição como também do *Senate*, órgão de caráter consultivo sobre as políticas da Universidade. As unidades, departamentos e centros de pesquisa da instituição contam com considerável reconhecimento internacional, especialmente em questões de relações internacionais e diplomacia. Deve-se destacar, no entanto, que a instituição montou uma estratégia mais efetiva de atuação frente à internacionalização desde o início dos anos 2000, a partir da gestão do presidente Lee Bollinger, com a missão de fazer da Columbia uma “Universidade Global”. As ações para obter este resultado apoiaram-se na criação dos *Columbia Global Centers* (CGC), escritórios de representação da universidade fora dos Estados Unidos. Isto se deu num momento em que havia considerável pressão para saber se ela seguiria ou não os rumos de outras instituições universitárias, criando novos *campi* fora do país, a exemplo do que fez a *New York University* em Abu Dhabi. (RESMOVITS e SCHNEIDER, 2010) Até o momento, os CGC vem sendo comemorados como uma boa estratégia de integração de ações dispersas da Columbia, servindo de apoio à realização de atividades de pesquisa, independentemente de sua fonte de financiamento, (LEVI, 2009; RESMOVITS e SCHNEIDER, 2010) além de terem se mostrado uma ótima relação custo-benefício.

As sedes dos CGCs foram instaladas a partir de 2009 e contam-se, atualmente, nove unidades. No primeiro ano, foram estabelecidas as unidades em Amã e Beijing, seguidas por Mumbai e Paris (em 2010), Istambul e Nairóbi (entre 2011-2012), Santiago do Chile (em 2012), Rio de Janeiro (em 2013) e, mais recentemente, na Tunísia (em 2018). A decisão pela criação dos Centros costuma partir da existência de relações anteriores entre a Columbia University e o país em questão (LEVI, 2009). A instalação de um CGC no Rio de Janeiro, por exemplo, aparece anunciada por volta de 2010, para a qual servia de estímulo o fato de que já estavam em andamento as atividades do *Studio-X Rio*, um misto de centro cultural e *think tank* no centro da cidade, criado a partir de uma parceria entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a *Columbia Graduate School of Architecture, Planning, and Preservation* (GSAPP).

A criação dos centros *Studio-X*, em grandes cidades do globo, foi uma das ações mais importantes de Mark Wigley enquanto diretor da GSAPP. Caminhou muito próximo da política da universidade como um todo, durante a gestão de Bollinger, o que facilitou a rápida e consistente instalação de ambos os centros no Rio de Janeiro. Dando atenção ao caso do *Studio-X Rio*, qualquer leitura mais geral encontra dificuldades em tentar sistematizar o que foi realizado ao longo de sete anos de funcionamento do centro, com algumas centenas de atividades distintas, predominando aquelas ligadas ao circuito

de eventos com exposições, palestras, debates, mesas-redondas, lançamentos de livros e outras mídias, além de ter sediado oficinas de projeto. O *Studio-X Rio* seguiu de perto a estratégia ambiciosa e bem articulada dada por Wigley na GSAPP. Com coordenação geral de Pedro Rivera, a sede do Rio estabeleceu parcerias tanto com o poder público quanto com investidores privados, movimentos sociais e o terceiro setor, numa estratégia de fazer do centro um lugar aberto a “novas formas de diálogo”, que incluíram, entre palestrantes e expositores, representantes dos movimentos de luta por moradia, ONGs, estudantes, pesquisadores e professores de outras universidades. Se, por um lado, serviu como lugar de apresentação de obras e projetos do poder público para a cidade do Rio de Janeiro em meio a dois grandes eventos esportivos e mediante a hipervalorização do mercado imobiliário, também foi, eventualmente, espaço de reflexão crítica e plataforma aberta à voz das populações diretamente afetadas pelas mesmas grandes obras. Representou, assim, um pouco da conhecida pretensão “diplomática” da GSAPP.

Diferentemente de Harvard e Columbia, a University College London (UCL) conta com um documento integrativo de Plano Estratégico para ação global, muito embora a visibilidade e alcance globais não cheguem a ser uma novidade para a instituição. Este plano, na verdade, marca uma mudança de rumo nas políticas da universidade com relação à sua atuação no campo internacional. A UCL manteve dois *campi* fora do país-sede: um na Austrália, sediado em Adelaide, que funcionou entre 2008-2015, e outro no Qatar, sediado na Education City, da Qatar Foundation, em funcionamento desde 2012 e planejado para encerrar suas atividades em 2020. Manteve também, entre 2010-2015, atividades de ensino no Cazaquistão, junto à Universidade Nazarbayev. Ao longo do período analisado, a abordagem da UCL mudou sensivelmente, mas manteve a importante tarefa de recrutar estudantes estrangeiros, buscando diminuir o impacto físico de sua presença. O documento “UCL 2034” expressa a intenção de investir na escolha mais cuidadosa de parcerias e locais onde deve a UCL centrar os seus interesses de internacionalização, demonstrada pela grande concentração e pouca variedade de países com os quais estabelece vínculos fortes de parcerias.

Apesar das diferentes formas de atuação, as três instituições partem de uma mesma lógica de formação dos estudantes, com a perspectiva de que eles possam atuar globalmente. O caso da atuação da UCL no Brasil se mostra apropriado como um contraponto às outras universidades, porque não aposta na criação de centros ou escritório local, responsáveis tanto pela representação institucional quanto pela captação de recursos. Sua presença no campo do Urbanismo no Brasil apresenta-se em outra ordem, com uma finalidade mais estritamente acadêmica, de onde destacou-se um intercâmbio acadêmico de quatro anos, chamado *Cidade Comum*, em parceria com a Faculdade de Arquitetura

da Universidade Federal da Bahia. Com porte muito menor, mas não menos ambicioso em sua perspectiva de promover transformações no território, teve como princípio a garantia de um espaço mais livre para o enfretamento crítico, para a constituição de pautas menos instrumentalizadas por agentes financiadores e mais abertas a uma construção, de fato, coletiva, onde moradores e outros agentes mais vulneráveis não fossem tratados como “objeto de estudo” ou de investigação. A organização de *Rodas de Conversa* entre moradores e o poder público, que marcaram a finalização do inetr câmbio, dão mostra deste esforço em ao menos três aspectos: pela decisão de realizar os debates nos territórios das próprias comunidades envolvidas; pelo protagonismo que as lideranças assumiram na elaboração e, sobretudo, na condução dos debates e das negociações; e pela afirmação destas mesmas lideranças no debate político, ao requisitarem às instituições públicas que as vissem como sujeitos de direito, organizadas coletivamente e solidariamente, não mais no papel a que as autoridades costumam atribuir-lhes, atomizadas e marginalizadas no tecido social da cidade.

As colaborações com universidades estrangeiras mostram-se com um campo vasto a ser explorado, sendo as experiências brevemente relatadas neste artigo um breve introdução que incita à construção de um panorama mais amplo, bem como a formação de um posicionamento que inclua o esforço conciente para não apenas atender aos “imperativos” da internacionalização. Ademais, qualquer perspectiva que preze afirmar-se como crítica e que deseje fazer valer o espaço universitário como da autonomia e da liberdade de pensamento, deve considerar, como uma de suas prerrogativas, que a construção do conhecimento é também uma forma de tensionamento da realidade com vistas à transformação social emancipadora.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Stan. 2012. The future that is now, 1990-2012. In: OCKMAN, Joan; WILLIAMSON, Rebecca (ed.). **Architecture school: three centuries of educating architects in North America**. Cambridge; Londres: MIT. p. 202-229.
- ALTBACH, Philip. 2013. **The international imperative in higher education**. Roterdã; Boston; Taipei: Sense Publishers.
- ALTBACH, Philip; SALMI, Jamil (ed.). 2011. **The road to academic excellence: the making of World-Class Research Universities**. Washington: BIRD; The World Bank.
- ARANTES, Pedro Fiori. 2019. **The rent of form: architecture and labor in the digital age**. Mineápolis: University of Minnesota Press.
- AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. 2015. Internacionalização ou transnacionalização da educação superior: entre a formação de um campo social global e um mercado de ensino mundializado. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 1, n. 1, p. 56-79, jan./jun. 2015.
- AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. 2013. Educação superior, internacionalização e circulação de ideias: ajustando os termos e desfazendo mitos. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 38, n. 2, p. 273-291, mar. 2013.
- BLAU, Eve. 2014. The common ground of urban praxis. **HDM**, Cambridge, n. 37, p. 4-5.
- CASTELLS, Manuel. 1994. The university system: engine of development in the new world economy. In: RANSON, Angela; KHOO, Siew-Mun; SELVARATNAM, Viswanathan. **Improving higher education in developing countries**. Washington: The World Bank. p. 65-80.
- CASTELLS, Manuel. 2011. **A Era da informação: economia, sociedade e cultura, 1: a sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- CHILDRESS, Lisa K. 2016. Internationalization plans for Higher Education Institutions. **Journal of Studies in International Education**, v. 13, n. 3, p. 289-309, Fall 2009.
- CORREA, Felipe. 2011. A projective space for the South American Hinterland: resource-extraction urbanism. **HDM**, Cambridge, n. 34, p. 174-185.

CORREA, Felipe. 2016. **Beyond the city**: resource extraction urbanism in South America. Austin: University of Texas Press.

DE WIT, Hans. 2013. Repensando o conceito de internacionalização. **International Higher Education**, Boston; Campinas, n. 70, p. 69-71, Winter 2013.

DRUCKER, Peter; LESNER, Robert; JOHNSON, Stephen S. 1997. Seeing things as they really are. [Peter Drucker em depoimento a Robert Lezner e Stephen S. Johnson]. **Forbes**, March 10, 1997. Disponível em: <<https://www.forbes.com/>>. Acesso em: 25 mar., 2019.

KERR, Clark. 2005. **Os usos da universidade**. 15. ed. Brasília: EdUnB.

KNIGHT, Jane (ed.). 2014. **International education hubs**: student, talent, knowledge-innovation models. Dordrecht: Springer.

HARVARD UNIVERSITY. 2019. **One Harvard one world**. Harvard University's global engagement: an overview. [S.l.]: Harvard University. Disponível em: <https://worldwide.harvard.edu/sites/default/files/One%20Harvard%20One%20World%20brochure%202019_final.pdf>. Acesso em: 14 mar., 2019.

LARSEN, Marianne. 2016. **Internationalization of higher education**: an analysis through spatial, network, and mobility theories. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

MASSAD, Freddy. 2018. **Crítica de choque**. Barcelona: QUT Ediciones.

LAVAL, Christian. 2019. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo.

LEVI, Scott. 2009. Defining 'Global University'. **Columbia Daily Spectator**, Nova Iorque, March 24, 2009.

LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fabio Betioli. 2011. **Internacionalização da educação superior**: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento. São Paulo: Alameda.

MARCUSE, Peter; POTTER, Cuz. 2005. Columbia University's Heights: an ivory tower and its communities. In: PERRY, David; WIEWEL, Wim (ed.). **The university as urban developer**: case studies and analysis. Abingdon; Nova Iorque: Routledge. p. 45-64.

MARGINSON, Simon. 2007. The new higher education landscape: public and private goods, in global/ national/ local settings. In: MARGINSON, Simon (ed.).

Prospects of higher education: globalization, market competition, public goods and the future of the university. Roterdã; Taipé: Sense Publishers. p. 29-78.

MARTINS, Carlos Benedito. 2015. Notas sobre a formação de um sistema transnacional de Ensino Superior. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 291-308, mai./ago. 2015.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. 2018. Ensino superior na ótica dos organismos internacionais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 75, p. 13-30, mai./jun. 2019.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; SOUZA, Michele Borges de. 2018. A transnacionalização e a expansão da educação superior. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 56, n. 47, p. 151-173, jan./mar. 2018.

McGUIRK, Justin. 2014. **Radical cities:** across Latin America in search of a new architecture. Londres: Verso.

MELHUIS, Clare. 2015. **Case studies in university-led urban regeneration.** Londres: urbanlab; UCL Estates; UCL, September 2015.

MELLO, Alex Fiúza de. 2011. **Globalização, sociedade do conhecimento e educação superior:** os sinais de Bolonha e os desafios do Brasil e da América Latina. Brasília: Editora UnB.

MELLO, Alex Fiúza; DIAS, Marco Antonio Rodrigues. 2011. Os reflexos de Bolonha e a América Latina: problemas e desafios. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 413-435, abr.-jun. 2011.

MERTON, Robert. 1973. The normative structure of science. In: MERTON, Robert; STORER, Norman (ed.). **The sociology of science:** theoretical and empirical investigations. Chicago: University of Chicago Press. p. 267-278.

MOSTAFAVI, Mohsen; DOHERTY, Gareth (org.). 2014. **Urbanismo Ecológico.** Barcelona: Gustavo Gili.

MOSTAFAVI, Mohsen; DOHERTY, Gareth; CORREIA, Marina; CALISTO, Ana María Durán; VALENZUELA, Luis (ed.). 2019. **Urbanismo Ecológico en América Latina = Urbanismo Ecológico na América Latina.** Cambridge: Harvard GSD; Barcelona: Gustavo Gili.

PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela (org.). **A demolição de direitos:** um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Fiocruz.

RESMOVITS, Joy; SCHNEIDER, Jacob. 2010. Finding Bollinger. **The Eye:** The Magazine of the Columbia Daily Spectator, Nova Iorque, p.8-14, v. 8, n. 12, 29 April 2010.

RIBEIRO, Gustavo Ferreira. 2006. Afinal, o que a Organização Mundial do Comércio tem a ver com a educação superior?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 49, n. 2, p. 137-156, jul./dez. 2006.

SALMI, Jamil. 2009. **The challenge of establishing World-Class Universities.** Washington: BIRD; The World Bank.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. 2010. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez.

WALDHEIM, Charles. 2016. **Landscape as Urbanism:** a general theory. Princeton; Oxford: Princeton University Press.

WORKSHOP TRANSNACIONAL: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSURGÊNCIAS

**TRANSNATIONAL WORKSHOP: UNIVERSITY
EXTENSION AND THE INTERNATIONALIZATION OF
INSURGENCIES**

**WORKSHOP TRANSNACIONAL: EXTENSIÓN
UNIVERSITARIA Y LA INTERNACIONALIZACIÓN DE
INSURGENCIAS**

EIXO TEMÁTICO: INTERCÂMBIOS CULTURAIS, INTERLOCUÇÕES E REDES

GUIMARÃES, Carolina Jorge Teixeira

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Ceará
carolina.jorge.guimaraes@gmail.com

PONTE, Luísa Fernandes Vieira da

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Ceará
luisafvponte@arquitetura.ufc.br

SOUZA, Stelme Girão de

Graduando em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Ceará
stelme@arquitetura.ufc.br

RESUMO

A reestruturação do capitalismo ocasionada pelo recente fenômeno da globalização resultou, simultaneamente, no crescimento de grandes corporações mundiais e no enfraquecimento de Estados Nacionais em sua esfera pública. Isso tem dificultado a realização de um planejamento urbano responsável pela justiça social e revelado outros agentes planejadores além do Estado, que vem apresentando limitações e nem sempre representa plenamente o interesse público. Nesse sentido, práticas urbanas diversas têm atuado de encontro ao funcionamento desse sistema global, estando geralmente ligadas a grupos não contemplados pela lógica da financeirização da cidade e da vida. Essas práticas estão muito relacionadas ao conceito de Planejamento Insurgente, um dos temas centrais do artigo. A importância de se estabelecer ligações entre essas experiências se dá pela possibilidade de um fortalecimento coletivo que possa potencializar tensionamentos a um sistema excludente a nível local e global, e é nessa perspectiva que se desenvolveu, por meio da parceria entre a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC), uma disciplina e um Workshop Transnacional, tendo como ponto em comum a questão das remoções e um dos principais objetivos o de estudar, entrar em contato e contribuir para o fortalecimento de práticas insurgentes locais.

PALAVRAS-CHAVE: planejamento urbano. Planejamento Insurgente. rede de pesquisa. internacionalização. práticas urbanas. Extensão Universitária. remoções. globalização.

ABSTRACT

The restructuring of capitalism caused by the recent globalization phenomenon has resulted, simultaneously, in the growth of large global corporations and in the weakening of National States in their public sphere. This has made it difficult to carry out an urban planning responsible for social justice and has revealed other planning agents besides the State, which has been presenting limitations and does not always fully represent the public interest. In this sense, diverse urban practices have acted against the functioning of this global system, since they are generally linked to groups not covered by the logic of financialization of the city and of life itself. These practices are closely linked to the concept of Insurgent Planning, one of the central themes of the article. The importance of establishing connections between these experiences is given by the possibility of a collective strengthening that can potentialize tensioning to an exclusionary system at a local and a global level, and it is in this perspective that, through the partnership between the Universidade Federal do Ceará (UFC) and the University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC), a discipline and a Transnational Workshop were developed, with the issue of displacements as a point in common and as one of the main objectives to study, get in touch and contribute to the strengthening of local insurgent practices.

KEYWORDS: *urban planning. Insurgent Planning. research network. internationalization. urban practices. University Extension. displacement. globalization.*

RESUMEN

La reestructuración del capitalismo causada por el reciente fenómeno de la globalización ha resultado, simultáneamente, en el crecimiento de grandes corporaciones globales y en el debilitamiento de los Estados Nacionales en su esfera pública. Eso ha dificultado la realización de un planeamiento urbanístico responsable por la justicia social y ha revelado otros agentes planeadores además del Estado, que han presentado limitaciones y no siempre han representado los intereses públicos. Así, diversas prácticas urbanas han actuado en contra el funcionamiento de este sistema global, generalmente vinculadas a grupos no contemplados por la lógica de la financiarización de la ciudad y de la vida. Estas prácticas están muy relacionadas con el concepto de Planeamiento Insurgente, uno de los temas centrales de este trabajo. La importancia de establecer conexiones entre estas experiencias se debe a la posibilidad de un fortalecimiento colectivo que puede potenciar la tensión en un sistema exclusivo a nivel local y global, y es en esta perspectiva que se desarrolló, por medio de la asociación entre la Universidade Federal do Ceará (UFC) y la University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC), una asignatura y uno Workshop Transnacional, há tener en común el tema de las expulsiones y uno de los objetivos principales estudiar, ponerse en contacto y contribuir al fortalecimiento de las prácticas locales de insurgentes.

PALABRAS-CLAVE: *planeamiento urbano. Planeamiento Insurgente. red de investigación. internacionalización. prácticas urbanas. Extensión Universitaria. expulsiones. globalización.*

INTRODUÇÃO

O fenômeno da globalização tem ocasionado uma reestruturação da produção capitalista desde o fim do século XX. Enfrenta-se um cenário no qual parte dos Estados Nacionais são mais fracos que grandes corporações mundiais, que, por sua vez, respaldadas pelo ideário neoliberal que acompanha esse processo a nível global, encontram poucos limites e barreiras para a sua expansão. A supervalorização do capital financeiro internacional acaba por impor a privatização e o consequente enfraquecimento da esfera pública, se deparando com um sistema político atrasado, que ainda não universalizou direitos sociais, culminando num cenário em que sobra pouco espaço para um planejamento urbano e territorial responsável pela prática da justiça social. (MARICATO, 2009).

Algumas práticas, em sua maioria de caráter não governamental, observadas em territórios ao redor do mundo, entretanto, vão de encontro a esse sistema global que sufoca tentativas de ação que vão contra a corrente do capitalismo neoliberal. Chamarão-as aqui de práticas insurgentes, para efeitos didáticos. Elas podem se apresentar de formas e naturezas bastante variadas: política, social, cultural, artística, de expressão comunitária, estudo e pesquisa acadêmica etc. São geralmente lideradas por pessoas ou grupos não contemplados na lógica da financeirização das cidades e da vida, e vêm frequentemente acompanhadas de lutas e pautas muito diversas, de acordo com as especificidades locais, como a busca pela visibilidade de pessoas e processos socialmente excluídos, a luta pela participação popular em processos decisórios oficiais e a reivindicação por um planejamento atento às necessidades da população em estado de maior vulnerabilidade, de maneira que haja um posicionamento contra a manutenção das desigualdades socioespaciais. Essas práticas estão muito ligadas ao conceito de Planejamento Insurgente, como veremos a frente.

Nessa perspectiva, um esforço de buscar estabelecer ligações e contatos entre essas práticas e experiências que são semelhantes em seus objetivos, mas estão pulverizadas em diferentes localidades e contextos, é de extrema relevância para um fortalecimento coletivo que possa potencializar tensionamentos a um sistema excludente e, paulatinamente, por meio do que parecem ser pequenas conquistas, provocar mudanças significativas, como argumenta Sandercock (1998) sobre seu conceito de *"a thousand tiny empowerments"* (mil pequenos empoderamentos).

A plataforma *Constructing Solidarities for a Humane Urbanism* (Construindo Solidariedades para um Urbanismo Humano), administrado por professores da *University of Illinois at Urbana-Champaign*, surge, nesse sentido, como uma tentativa de se criar um espaço que facilitasse a comunicação entre *"práticas globalmente conscientes, mas situadas localmente"*, proporcionando um ambiente de reflexão e troca colaborativa. Um espaço como esse se mostrou extremamente necessário nas discussões do simpósio homônimo, que ocorreu nas cidades de Champaign e Chicago, em 2017. A experiência aqui relatada é uma dessas tentativas de articular ações potencialmente transformadoras em diversos contextos do globo com as práticas de resistências urbanas locais em Fortaleza, dando relevância social à internacionalização do conhecimento científico.

Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo principal discutir como a internacionalização de estudos acadêmicos, que estejam a serviço dos interesses e das práticas insurgentes locais, tem potencial para impulsioná-las e fortalecê-las. Esse debate se dará sob a perspectiva da experiência do Workshop Transnacional realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com a UIUC. Para isso, após de apresentada a

introdução das temáticas, discutiremos com mais afinco as questões mais intimamente relacionadas com a discussão principal, relataremos a experiência prática e, por fim, teceremos reflexões críticas sobre o exposto.

CONTEXTUALIZAÇÃO E APROXIMAÇÃO

A legislação urbanística brasileira tem caráter notadamente progressista, com destaque para a Constituição Federal de 1988, elaborada no contexto da redemocratização do país após o regime militar (1964-1985), e para o Estatuto da Cidade, de 2001, documento inovador que regulamenta a política urbana prevista nesta Constituição, tendo como princípios fundamentais o planejamento participativo e a função social da propriedade. O esforço despendido na elaboração destes documentos, entretanto, não significa, necessariamente, a eficácia da política urbana no Brasil, já que não tem se desdobrado em uma efetiva inclusão urbana de grupos vulneráveis (FREITAS, 2019). Além disso, uma questão recorrente em diversas instâncias é a dificuldade que enfrenta a gestão pública em fazer valer todas as prerrogativas previstas, seja por incapacidade técnica e de articulação política ou por priorização de interesses privados, resultando num cenário em que o planejado só é colocado em prática parcialmente, e muitas vezes apenas sob pressão popular.

Dessa forma, os centros urbanos brasileiros, como Fortaleza, colecionam precariedades de diversas naturezas (urbanas, habitacionais, sanitárias, fundiárias etc) e se encontram num cenário em que a postura da gestão pública frequentemente contribui na manutenção de desigualdades socioespaciais nas cidades, ao passo que iniciativas e práticas insurgentes, como de organizações comunitárias, por vezes apoiadas por grupos de pesquisa e extensão universitária, persistem na tentativa de achar outros meios de se fazer política urbana, partindo do entendimento que todos têm Direito à Cidade (LEFEBVRE, 1968).

Esse espaço de constante tensionamento tem potencial para enriquecer o campo de conhecimento sobre práticas urbanas insurgentes, notadamente dentro de um contexto de internacionalização de pesquisas e de estudos em rede, posicionando Fortaleza dentro do circuito de estudos globais, como demonstra a experiência relatada neste artigo.

É partindo desse ponto de vista que a aproximação entre a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a *University of Illinois at Urbana-Champaign* (UIUC) ganha sentido. Ela resulta das atividades conduzidas pela pesquisa colaborativa entre as professoras Farnak MirafTAB (UIUC) e Clarissa Freitas (UFC), financiada em 2017 pelo Instituto Lemann de Estudos Brasileiros na UIUC, com o título: “Statute of the City and Urban Inclusion:

Study of Formal Planning and Citizens' Informal Insurgent Practices in Fortaleza, Brazil". Como sugere o título, as práticas e o Planejamento Insurgente são pontos em comum entre as pesquisas das duas professoras.

Diversos autores ao redor do mundo têm observado articulações que procuram alternativas ao tradicional Planejamento Estratégico (Friedman, Limonad, Miraftab, Souza, Maricato, Beard), e Planejamento Insurgente é um dos nomes dados a esse tipo de prática (FERNANDES, 2019). O conceito debatido por Miraftab, que o define como o reconhecimento de práticas cidadãs como formas de planejamento, inclusive em sua teorização (MIRAFTAB, 2016), já é tratado por alguns autores (FRIEDMANN, 1987; HOLSTON, 2009; MIRAFTAB, 2012), mas ainda é pouco discutido em estudos de Planejamento Urbano no Brasil. Esse entendimento, assim, evoca a ideia da legitimidade das práticas urbanas de grupos sociais excluídos, uma vez que o planejamento urbano, por mais que ainda seja efetivamente construído de maneira *top-down* (ALLEN, 1999), é pauta de luta dos movimentos sociais, registrando diversas conquistas, e é realizado diversas vezes à revelia da ação do Estado. O Planejamento Insurgente, dessa forma, mantém estreita relação com situações vividas em Fortaleza, como a atuação da Rede DLIS do Grande Bom Jardim, da Frente de Luta por Moradia Digna, do Campo Popular do Plano Diretor e também com diversas outras realidades nacionais.

A professora Miraftab chegou a visitar Fortaleza, no ano de 2017, ocasião em que pôde entrar em contato diretamente com algumas resistências de moradores de assentamentos precários e realizou uma conferência sobre o tema, aberta ao público. Desde então, o Grupo de Estudos de Planejamento Insurgente, ligado ao Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC, que trabalha nos eixos de ensino, pesquisa e extensão, já tinha sido posto em prática, como uma preparação para a vinda da professora - e é regular até hoje, estudando também temas relacionados.

Dessa forma, com a continuidade do contato e aprofundamento dos estudos na temática, a questão das remoções se apresentou como uma pauta comum às pesquisas de ambas Universidades. Remoções forçadas têm sido percebidas e descritas pela literatura como um fenômeno de proporções globais com especificidades locais, ligadas, por exemplo, ao Urbanismo Especulativo (GOLDMAN, 2011). No caso da cidade de Fortaleza, reassentamentos forçados são parte do *modus operandi* da atual gestão urbana municipal. Muitas famílias em situações de vulnerabilidade são afetadas por fenômenos globais com impacto local, como a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para a Copa do Mundo de 2014, da qual o Brasil foi sede. Nesse caso, houve remoção compulsória de comunidades inteiras para a realização da obra (PINHEIRO; FREITAS; NOGUEIRA; PEREIRA, 2016). Também é comum esses impactos ocorrerem por ações políticas locais alinhadas

à ideia de criminalização de assentamentos precários, negando a essas pessoas Direito à Cidade (LEFEBVRE, 1968) e à Moradia (previsto na Constituição Federal, 1988).

A CRIAÇÃO DA DISCIPLINA E AS PERSPECTIVAS PARA O WORKSHOP

É portanto, a partir das experiências da primeira visita da professora pesquisadora Faranak MirafTAB à Fortaleza em 2017 e das reuniões do grupo de estudo de Planejamento Urbano Insurgente da Universidade Federal do Ceará que começam a tecer-se possibilidades de expandir o ciclo de debates sobre o tema por meio da formulação de uma disciplina no curso de Planejamento Urbano e Regional da Universidade de Illinois (UIUC) e no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo + Design da UFC intitulada *“Displacement, Planning and Citizenship: Critical Analysis and Popular Interventions”* (Despejos, Planejamento e Cidadania: Análise Crítica e Intervenções Populares). Por meio da disciplina seria portanto possível abordar temáticas comuns e de incidência em ambos os territórios: a questão da cidadania, por meio do seu entendimento como dimensão pública onde se aplica o planejamento, e o problema das remoções forçadas e seus impactos em comunidades informais urbanas cujos moradores são frequentemente abordados pelas práticas cotidianas do planejamento estatal como sub-cidadãos (FREITAS, 2019). Estes fenômenos estão geralmente ligados a processos de reurbanização, demolições, desfavelamento, reconstrução pós conflito e/ou pós-desastre (IACOVINI, 2017). Além disso, a disciplina relacionava-se diretamente com a iniciativa *Constructing Solidarities* - um projeto iniciado em 2017 na Universidade de Illinois cujo escopo principal, como já citado, tem sido facilitar espaços de conversa entre práticas insurgentes globais. O projeto, portanto, responde à necessidade latente de criação de espaços para reflexões e intercâmbios colaborativos dentro de uma comunidade mais ampla de estudiosos e ativistas que tenham experiências no campo dos movimentos sociais transnacionais.

Tomando como foco a disciplina, pôde-se perceber dois momentos principais. Na primeira metade do semestre, o foco da disciplina esteve em estudar quais forças subjacentes moldaram os processos, políticas e planejamento urbanos globais e transnacionais. Enquanto isso, a segunda parte do semestre teve o foco nas mais novas estratégias de planejamento emergentes do Sul Global para abordar aspectos dos problemas urbanos que foram analisados durante a primeira metade do curso. Para além do caráter inovador da própria temática, o aspecto único da Disciplina esteve no fato desta ter sido ministrada simultaneamente em Fortaleza pela professora Clarissa Freitas e na UIUC pela professora Faranak MirafTAB. Dessa forma, os participantes de ambas as institui-

ções tiveram a oportunidade de discutir entre si as leituras e materiais de pesquisa pelo menos uma vez no mês por meio de videoconferências intermediadas pelas professoras.

A tentativa de construção de um debate transnacional sobre os temas discutidos através do formato proposto pela disciplina foi aceita de forma muito positiva, apesar de não menos desafiadora. Um dos obstáculos iniciais perceptíveis nos primeiros contatos entre os participantes deu-se no fato de que, mesmo com as leituras propostas pela disciplina, o entendimento sobre as relações políticas e espaciais dos territórios estudados mostrava-se um fator limitante para a completa compreensão das dinâmicas urbanas debatidas em sala de aula. A isso acrescenta-se também o fato de que as experiências dos alunos ingressantes não se limitavam nas vivências distintas entre dois territórios (Estados Unidos e Brasil), pois a turma possuía de fato participantes provenientes de outros países como Bangladesh, China e África do Sul. Tal dificuldade posteriormente revelou-se como um potencial no debate sobre o tema por meio de experiências e vivências em países subdesenvolvidos e emergentes do Hemisfério Sul.

Em paralelo ao desenvolvimento da disciplina, foi também proposta uma parcela de estudo “em campo” dos temas abordados, o que culminou na criação de um Workshop Internacional com a visita de um grupo de estudantes da Universidade de Illinois à Fortaleza acompanhados do professor Ken Salo, que possui pesquisa direcionada ao estudo dos direitos e políticas através dos movimentos globais de justiça e da gestão de conflitos urbanos. A atividade foi também viabilizada por meio do financiamento da Universidade de Illinois, o que permitiu não somente a vinda e estadia dos estudantes como também a composição de um grupo mais diverso que não se limitou às fronteiras da Universidade, com o atendido de seis bolsas destinadas aos jovens engajados na luta das mesmas comunidades que acompanharam todo o processo do Workshop, desde as reuniões de organização à participação dos debates e visitas à campo. Ademais, foi por meio das lideranças envolvidas em cada território que os alunos estrangeiros e os locais tiveram a possibilidade de visitar parte das comunidades abordadas em sala de aula, mediante aproximações diretas com os problemas e participando de reuniões com moradores locais. Os alunos da UFC, incluindo bolsistas de extensão, mestrands inscritos na disciplina e outros interessados, por sua vez, se inseriram no processo como mediadores entre os alunos estrangeiros e os moradores, amplificando as vozes das comunidades marginalizadas vítimas de processos de planejamento urbano segregatórios no território de Fortaleza. É interessante ressaltar que, envolvendo diferentes participantes, a oficina não teve a intenção de se dedicar unicamente aos alunos da UIUC, mas sim concentrar os esforços em todos os agentes e comunidades comprometidos visto a relevância de

todos nesse núcleo de trocas sobre a cidade, o Planejamento Insurgente e os processos de remoção e precariedade em uma escala Global.

O WORKSHOP E AS METODOLOGIAS

O início da experiência do Workshop se deu nas primeiras reuniões de planejamento das atividades que aconteceriam durante os dez dias de visita dos estudantes da UIUC em maio de 2019. Esse processo de estruturação mobilizou bolsistas do ArqPET-UFC, alunos da graduação e do mestrado, professores e os jovens moradores dos assentamentos informais no esforço de entender de que forma as dinâmicas da cidade poderiam ser compreendidas e traduzidas diante de um circuito transnacional de estudos. Outra questão sempre presente foi qual o papel das práticas das comunidades em influenciar as dinâmicas da cidade. Visto que a experiência sobrepunha fronteiras e identidades, foi importante pensar em uma programação que conversasse com todos os agentes do Workshop. Assim foram pensados momentos nas comunidades, na Universidade e mesmo nos pontos turísticos principais de Fortaleza. Ainda sobre o planejamento, a escolha das comunidades a serem visitadas, Bom Jardim e Lagamar, levou em consideração o histórico de mobilização comunitária e de trabalhos realizados pela UFC, bem como pelo ArqPET, nos respectivos territórios. Dessa forma, a relação prévia facilitou o contato com os líderes comunitários e a elaboração do que aconteceria em cada uma das visitas.

Durante esse processo, se pôde perceber o papel do ArqPET e dos seus respectivos bolsistas, no sentido de confluir a atividade extensionista e a de pesquisa, de pensar e produzir o material gráfico que acompanharam as atividades, bem como de contribuir para a logística e articulação, cumprindo a função de mediação entre os participantes da oficina. Tendo em vista a já debatida pluralidade dos agentes do Workshop, as trocas culturais e acadêmicas alimentadas pelos alunos extensionistas foi de suma importância, reforçando a sua atribuição de interlocutores em muitos momentos. Entre os retornos da experiência aos alunos, destacaram-se a oportunidade de contato com outros pesquisadores de fora do Brasil, a ampliação do olhar sobre as lutas por Direito à Cidade no estudo do Planejamento Insurgente na escala internacional e a vivência de planejar e organizar uma oficina transnacional, assim, entendendo que as formas de lecionar e desenvolver pesquisa vão além dos meios acadêmicos convencionais.

Como primeira atividade, o grupo fez um passeio pela linha Parangaba-Mucuripe do VLT, modal de transporte que teve início das suas obras ainda inconclusas em 2012 para a Copa do Mundo de 2014. O objetivo primário da construção dessa linha foi o de interligar os bairros nobres e turísticos ao redor do Mucuripe ao estádio Castelão, localizado na Parangaba, um bairro por sua vez mais afastado da orla de Fortaleza. As obras

da Copa afetaram diversas comunidades da cidade e provocaram inúmeras remoções, bem como conflitos e negociações com o governo (COSTA; PEQUENO; PINHEIRO, 2015). O intuito desse momento inicial era tanto abordar e discutir a questão das pressões globais de um megaevento, que motivou um desenvolvimento da cidade voltado para o turismo, quanto evidenciar, por meio da linha do VLT, os contrastes urbanos e as diferentes interfaces entre o modal de transporte e o ambiente que o cerca. No passeio foi possível observar as comunidades cortadas pela linha de transporte, muitas vezes divididas por grandes muros, e discutir sobre as relações urbanas e sociais de Fortaleza em uma caminhada pelos bairros nobres depois de descer na penúltima parada.

Uma vez dado o panorama geral da capital nos primeiros dias, tanto no passeio de VLT quanto em momento de debates na Universidade, a semana do Workshop prosseguiu com duas visitas às comunidades da ZEIS Bom Jardim (Figura 1) e da ZEIS Lagamar, nas quais foram feitas caminhadas pelos pontos mais significativos de cada território. Ambas as atividades foram acompanhadas por um material gráfico que ditava sobre o histórico de lutas e conquistas locais, em inglês e português, e por um aluno envolvido com os respectivos trabalhos nas comunidades para realizar as traduções junto aos bolsistas de extensão. Durante as visitas, as dinâmicas da cidade informal se apresentam de maneiras diferentes a depender da sua localização no território urbano, visto que o Bom Jardim é uma ZEIS periférica pouco adensada em determinadas partes, carente em infraestrutura urbana e distante das áreas centrais que concentram serviços, sendo assim um território que luta por sua visibilidade e por políticas e investimentos públicos em áreas básicas como o saneamento (COSTA LIMA, 2017; FREITAS et al, 2019). Sob outra perspectiva, o Lagamar é uma ZEIS em área central muito adensada que, mesmo próxima a infraestrutura, ainda enfrenta precariedades como o problema das enchentes. Além disso, o fato da comunidade estar em um território de disputa fez com que sofresse as pressões e ameaças de remoção provocadas pelas obras do VLT (FREITAS, 2017). Ambas possuem líderes comunitários ativos nas lutas urbanas bem como movimentos, coletivos e entidades representativas.



Figura 1: Visita em comunidades do Bom Jardim. Fonte: Autor desconhecido (2019).

As duas visitas de campo só foram possíveis pelo contato com os líderes comunitários e suas respectivas entidades, que elaboraram a visita e puderam expor a história, os problemas, as reivindicações e o cotidiano de cada um dos territórios. A proximidade com os espaços que vivenciam as dinâmicas urbanas discutidas e estudadas, os quais muitas vezes são objetos de estudo, somado à atuação protagonista dos moradores e líderes comunitários, faz-se importante. Atuações distantes da realidade das comunidades e de quem importa dentro da luta pelo direito à cidade e à moradia podem acabar gerando uma capa de romantização ou criminalização sobre os territórios. Ao final da atividade, o grupo de pesquisadores locais percebeu que, para pesquisadores distantes da América Latina, bem como do Sul Global, a aproximação com os moradores e suas comunidades contribuiu para a quebra de estereótipos bem como estimula trocas potentes buscando desconstruir possíveis relações hierárquicas.

A realização dessa vivência cumpriu também o objetivo de divulgar a luta e as estratégias de resistência de cada comunidade, aumentando a rede de práticas insurgentes locais que possam se inserir em um circuito de dimensão global. Esses movimentos são parte da construção de uma cidadania insurgente, que emerge das ações diretas dos moradores que têm seus direitos negligenciados pelo Estado, buscando superar o conceito

de cidadania da cidade liberal (MIRAFTAB, 2012). A ação em extensão e pesquisa, uma vez compartilhada e divulgada, colabora com a legitimidade das entidades envolvidas, no caso o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza no Bom Jardim e a Fundação Marcos de Bruin no Lagamar. Em um cenário de luta pelo Direito à Cidade, o fortalecimento de entidades comunitárias faz-se muito importante uma vez que o empoderamento dos moradores os torna aptos a lutar por um planejamento urbano autônomo de práticas mais próximas da autogestão, algo que exige um esforço transformador diante dos métodos atuais de planejamento participativo (KAPP, 2012).

Também durante os dez dias de oficina houve dois de apresentação dos projetos de pesquisa de mestrado, tanto dos estudantes da UIUC quanto dos mestrandos da UFC e graduandos envolvidos no trabalho final de curso. Tendo em vista o caráter das pesquisas apresentadas pelos estudantes brasileiros, é válido ressaltar que Fortaleza vem apresentando nos últimos anos importantes articulações e respostas populares às gestões públicas^[1], também motivadas pelo caráter da legislação brasileira no que tange o Estatuto da Cidade. A capital tem sido palco de disputas territoriais em áreas turísticas, políticas públicas concentradas, remoções provocadas pelo próprio planejamento estatal, uma enxurrada de planos elaborados pelo governo somado às discussões do Plano Diretor, resistência popular organizada no processo de planejamento, entre outros assuntos que transbordam as dinâmicas discutidas na disciplina. A importância dessa atividade se deu pelo valor das trocas acadêmicas realizadas, contribuindo para o debate que envolve o objetivo do programa *Constructing Solidarities*, possibilitando, inclusive, encontrar convergências nos objetos de estudo, como a questão da informalidade e o protagonismo feminino na luta urbana na cidade de Dhaka trazida por uma mestranda de Bangladesh.

Por fim, foram realizados dois dias de reunião na Universidade focados nas experiências e narrativas dos jovens moradores do Bom Jardim e do Lagamar, participantes do Workshop. O primeiro momento foi marcado por fortes relatos sobre o que é ser jovem em uma comunidade e enfrentar os desafios que envolvem raça, classe e gênero, sobre a criminalização da juventude periférica e a ação opressora do Estado, bem como sobre a força e a responsabilidade desta geração de ir à luta. Em seguida, o segundo dia foi dedicado à uma oficina de construção coletiva sobre os territórios por meio da produção de mapas afetivos (Figuras 2 e 3), e as apresentações dos produtos pelas moradoras revelou

[1] No XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, na Sessão Especial: A Flertar com o Inimigo? Desafios Enfrentados por Abordagens de Planejamento Radical, a professora Clarissa Freitas apresentou uma série de ações insurgentes pelo direito à moradia na cidade de Fortaleza.

as transformações do bairro a partir das intervenções urbanas, as relações construídas entre a população, a valorização e a necessidade pelos espaços públicos e muito do que tem de positivo nessas áreas, incluindo as diversas manifestações culturais, expondo uma visão desses territórios que se opõe ao que é, muitas vezes, retratado pela mídia e pelo senso comum. Em suma, entende-se que o protagonismo dos jovens durante as atividades foi poderoso no sentido de colocá-los como porta voz do cotidiano das comunidades e de permitir trocas sinceras entre os estudantes estrangeiros mesmo diante da limitação da língua. Também, segundo a fala de uma das moradoras, a participação deles no Workshop foi importante para o entendimento da internacionalização das lutas, por valorizar a voz dessa juventude no ambiente acadêmico e pelo poder multiplicador adquirido por meio da experiência.



Figura 2: Mapa afetivo produzido pelas moradoras do Bom Jardim. Fonte: Autor desconhecido (2019).

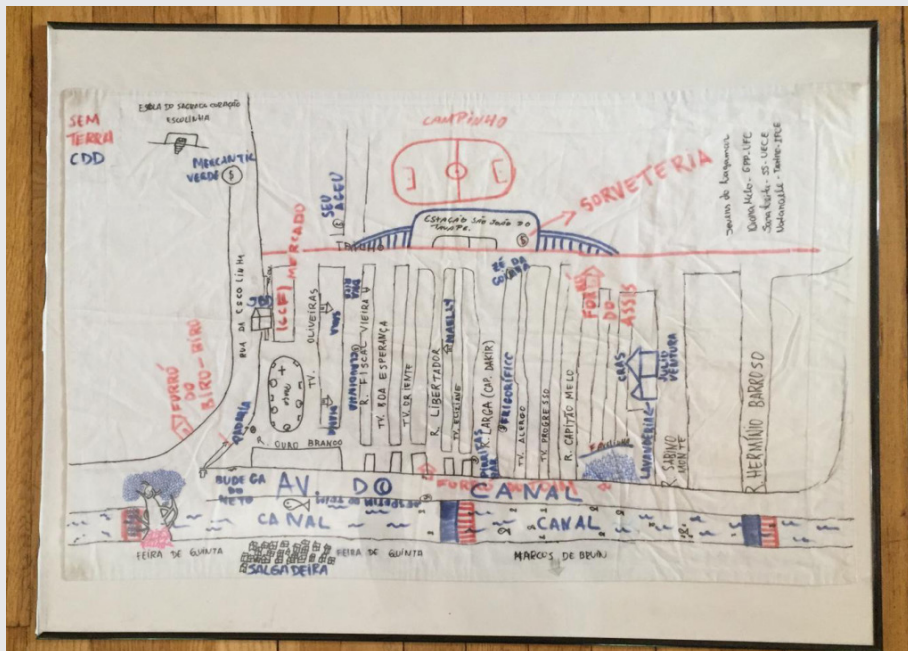


Figura 3: Mapa afetivo produzido pelas moradoras do Lagamar. Fonte: Autor desconhecido (2019).

REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A EXPERIÊNCIA

A realização desse curso foi a materialização da busca pela construção de *solidariedades transnacionais*, expressada pelo projeto *Constructing Solidarities* da Universidade de Illinois. O Workshop movimentou estudantes, ativistas, acadêmicos e moradores no intuito de discutir os processos de transformação da cidade contemporânea a nível local sob um olhar internacional, tendo em vista as faces do capitalismo financeiro globalizado e seu desenvolvimento desigual que atinge inúmeras cidades e suas populações vulneráveis (MARICATO, 2009). Também foi espaço de diálogo e partilha sobre práticas insurgentes que se empenham na luta por um urbanismo mais humano, ressaltando a importância de criar redes locais, regionais, nacionais e internacionais de fortalecimento. Somado à essa experiência, também foi relevante posicionar Fortaleza dentro do circuito de estudos globais, articulando pesquisadores e os posicionando como agentes de transformação de pensamento. Enfim, a sobreposição de fronteiras e identidades durante a oficina permitiu importantes trocas culturais, e a partir delas surgiram, para

além dos laços acadêmicos e de luta, laços afetivos que reforçam o valor da oficina no intuito de edificar solidariedades.

Vale ressaltar como o Workshop reforçou, ao longo de todo o seu processo, o potencial da Extensão Universitária como impulsionadora de ações sociais. Afinal, é papel da Extensão tornar a Universidade um “instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia” (FORPROEX, 2012). Reforçar o papel da Universidade e da Extensão como potenciais transformadores de comunidades se faz crucial mediante o entendimento da importância dessas redes de compartilhamento de conhecimentos que visam a construção de aprendizados mútuos e múltiplos. Sobre isso, Paulo Freire (1983, p. 21) reafirma o papel do urbanista em construir algo mais humano, ao tratar sobre a extensão, apontando para um objetivo fundamental nos esforços junto às comunidades: “através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão”.

Apesar dos grandes ganhos que a experiência do Workshop proporcionou, algumas dificuldades e impeditivos também se apresentaram na viabilização desse diálogo. Além das questões de tradução, relacionadas à linguagem mas, principalmente, às realidades e contextos distintos das pessoas envolvidas, alguns entraves técnicos também ocorreram. O fato de ter sido necessário realizar o alinhamento de assuntos iniciais por meio de videoconferências, por exemplo, acabou por dificultar maior avanço da discussão teórica da disciplina. Foram utilizados os recursos disponíveis no momento, mas evidenciou-se a necessidade de se repensar formatos e maneiras de concretizar esse diálogo de maneira mais fluida. Somando-se às dificuldades técnicas desse tipo de aprendizado, as limitações financeiras também são um fator relevante, principalmente quando essas trocas se materializam em viagens de intercâmbio. Sob essa perspectiva, é comum, e assim ocorreu no Workshop, que instituições e Universidades dos países desenvolvidos do Norte Global tenham mais condições de proporcionar orçamentos e financiar bolsas de estudos para os alunos, enquanto que, no caso do Brasil, os investimentos na educação superior tornam-se cada vez mais escassos. Nesse sentido, o encontro de pesquisadores transnacionais e o contato pessoal com as problemáticas abordadas na disciplina, bem como com pessoas as quais elas envolvem, se mostrou de imensa relevância para que os estudos e as análises fossem realizados de maneira mais horizontal possível, evitando a estigmatização de um olhar colonizador e complementando a pesquisa internacionalizada, que já vinha se mostrando bastante proveitosa.

Por fim, é essencial que experiências como essa, em que existe um espaço de troca entre Universidade e comunidade, proponham relações horizontais e retornos perti-

nentes aos territórios estudados. A elaboração e a avaliação dessas práticas devem estar acompanhadas de uma visão crítica que evita tratar das comunidades unicamente como objetos de estudo, construindo ligações e desenvolvendo produtos que evocam a insurgência. No Workshop, um momento que alimentou o debate sobre o vínculo entre o meio acadêmico e os moradores foi o relato da juventude participante sobre a importância deles ocuparem os espaços universitários e terem voz ativa em meio às discussões, e que para isso acontecer não é necessária uma grande articulação como foi essa atividade, mas sim o constante desejo de sempre criar essas pontes.

No mais, ressalta-se a relevância de estimular atividades fora da sala de aula não somente em escala local mas também a nível global, criando e renovando metodologias que permitam isso. O relato do Professor Ken Salo sobre a experiência dialoga com essa questão:

“...eles mapearam e documentaram o cotidiano, o oficial e o não oficial, histórias de moradores se mobilizando em torno de um zoneamento inclusivo (ZEIS) como parte de uma contínua e histórica luta contra as injustiças urbanas desta cidade cujo desenvolvimento tem sido profundamente desigual. Os cartões postais a seguir apresentam uma amostra das diversas memórias de impressões, gestos e sentimentos as quais os participantes escolheram compartilhar ao refletir sobre suas complexas experiências dessa cidade em constante mudança. Esse Workshop reconfirmou que aprender fora (do país) da sala de aula é urgentemente necessário para desenvolver aprendizado urbano transnacional.”

Prof. Ken Salo da UIUC, sobre a experiência dos estudantes internacionais.^[2]

[2] “They documented and mapped the everyday, official and unofficial, stories of inhabitants mobilizing around an inclusionary zoning statute (ZEIS) as part of an ongoing historical struggle against the urban injustices of this deeply unequal and unevenly developing city. The postcards that follow present a sample of the multiple memories of impressions, gestures and feelings that participants chose to share when reflecting on their complex experiences of this ever changing city. This workshop reconfirmed that learning outside the classroom is urgently necessary to develop transnational urban literacy.” Disponível em: <https://emails.illinois.edu/newsletter/250886.html>.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Stan. **Infrastructural Urbanism**. In: Points + Lines Diagrams and Projects for the City. Nova York: Princeton Architectural Press, 1999.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001.

COSTA LIMA, Mariana Quezado. **Ver a Cidade: Modelagem da Informação para Regulação de Assentamentos Informais**. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design) - Universidade Federal do Ceará, 2017.

COSTA, Maria Clelia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria. **Fortaleza: Os Impactos da Copa do Mundo 2014**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015.

FERNANDES, Juliana de Boni. **Além do muro: a reação como caminho para desenhar uma solução**. Trabalho final de graduação - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2019.

FERREIRA, L. I. C. (Org.); OLIVEIRA, P. C. (Org.); IACOVINI, V. (Org.). **Dimensões do intervir em favelas: desafios e perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Peabiru TCA, 2019. v. 1. 258p.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, C. F. S. "Insurgent Planning? Insights from two decades of the Right to the City in Fortaleza, Brazil." **City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action**. Vol. 23, N. 3, pp. 285-305, Ago. 2019.

FREITAS, C. F. S. **Undoing the right to the city: World Cup investments and informal settlements in Fortaleza, Brazil**. Journal of Urban Affairs 2017.

FREITAS, Clarissa Sampaio; ARAÚJO, Rogério da Costa; COSTA LIMA, Mariana Quezado; SILVA, Emília Stefany de Souza; FROTA, Naggila Taissa Silva; ALVES,

Michaela Farias. **Plano Popular da ZEIS Bom Jardim**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2019.

FRIEDMANN, J. **Planning in the Public Domain: from knowledge to action**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1987. Chapter 2 - two centuries of Planning Theory: an overview.

GOLDMAN, Michael. **Speculative Urbanism and the Making of the Next World City**. In: International Journal of Urban and Regional Research. Maio, 2011.

HOLSTON, J. (2009) **Insurgent citizenship: Disjunctions of democracy and modernity in Brazil**. Princeton, NJ: Princeton University Press.

IACOVINI, V. **Economia política das remoções forçadas urbanas: expropriação, espoliação e exploração na produção do espaço urbano (o caso da Comunidade Aldaci Barbosa, Fortaleza/CE)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

KAPP, Silke. BALTAZAR, Ana Paula. **The Paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy**. Bulletin of Latin American Research, v. 31, n. 2. 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. [1968]. São Paulo: Centauro, 2000.

LERSCH, I. M.; RIBEIRO, B. M. G.; OLIVEIRA, C. M. **Ateliê Internacional: uma experiência de Extensão Universitária**. In: XVII Encontro Nacional da Anpur, 2017, São Paulo. Anais do XVII Enanpur. 2017.

MARICATO, Ermínia. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS, O. A. (orgs.). **As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2007. pp. 51 - 76.

MIRAFTAB, F. ; SALO, K. ; HUQ, E. ; ASHTARI, A. ; URREA, D. A. **Constructing Solidarities for a Humane Urbanism**. Text.Book. Disponível em: <<https://iopn.library.illinois.edu/books/pww/catalog/book/5>>. Acesso em: 01 de abr. de 2020.

MIRAFTAB, F. "Insurgência, Planejamento e a Perspectiva de um Urbanismo Humano". **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, Vol. 18, N.3, pp. 363-377, Set.-Dez. 2016.

MIRAFTAB, F. **Planning and Citizenship**. In: WEBER, R.; CRANE, R.(eds.) Oxford Handbook of Urban Planning. Oxford, EN: Oxford University Press, 2012. pp. 1180-1204.

PINHEIRO, Valeria; FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio; NOGUEIRA, Cleiton M. L.; PEREIRA, Alexandre Q. **Os impactos da Copa do Mundo FIFA 2014 em Fortaleza**. In: Orlando Alves dos Santos Junior; Christopher Gaffney; Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. (Org.). Brasil: Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. 1 edição, 2015, pp. 301-323.

SANDERCOCK, Leonie. **Towards cosmopolis: planning for multicultural cities**. New York: John Wiley & Sons, 1998. p. 257.

